COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
Washington, D.C. 20549

FORMULÁRIO 20-F

☐ **DECLARAÇÃO DE REGISTRO EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 12(b) OU (g) DA LEI DE MERCADO DE CAPITAIS DE 1934**

OU

☒ **RELATÓRIO ANUAL EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 13 OU 15(d) DA LEI DE MERCADO DE CAPITAIS DE 1934**
Para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2012

OU

☐ **RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 13 OU 15(d) DA LEI DE MERCADO DE CAPITAIS DE 1934**
Número de Registro na Comissão: 1-15250

OU

☐ **RELATÓRIO DE EMPRESA DE FACHADA EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 13 OU 15(d) DA LEI DE MERCADO DE CAPITAIS DE 1934**

BANCO BRADESCO S.A.

(Nome exato do Requerente conforme especificado em seu contrato social)

BANK BRADESCO

(Tradução do nome do Requerente em inglês)

República Federativa do Brasil
(Jurisdição da constituição ou organização)

Cidade de Deus S/N – Vila Yara 06029-900 – Osasco – SP, Brasil
(Endereço da sede social)

Luiz Carlos Angelotti (Diretor Gerente e Diretor de Relações com Investidores)
E-mail: 4000.luiz@bradesco.com.br
Telefone: +55 11 3684-4011
Cidade de Deus S/N – Vila Yara, 06029-900 – Osasco – SP, Brasil
(Nome, telefone, e-mail e/ou número do fax e endereço da pessoa de contato da Companhia)

Valores Mobiliários registrados ou a serem registrados de acordo com o Artigo 12(b) da Lei:

Título de cada classe	Nome de cada bolsa de valores na qual estão registradas
American Depositary Shares, ou ADSs (expresso por American Depositary Receipts, ou ADRs), cada uma delas representando 1 Ação Preferencial	Bolsa de Valores de Nova Iorque
Ações Preferenciais	Bolsa de Valores de Nova Iorque *
American Depositary Shares, ou ADSs (expresso por American Depositary Receipts, ou ADRs), cada uma representando 1 Ação Ordinária	Bolsa de Valores de Nova Iorque
Ações Ordinárias	Bolsa de Valores de Nova Iorque *

*Não caracterizado para negociação, mas somente em conexão com o registro de ADSs de acordo com as exigências da SEC.

Títulos registrados ou a serem registrados de acordo com o Artigo 12(g) da Lei: Nenhum.

Títulos que requerem declaração obrigatória de acordo com o Artigo 15(d) da Lei: Nenhum.

Número de ações em circulação de cada classe de Capital Social ou ações ordinárias do emissor em 31 de dezembro de 2012:

1.909.762.290	Ações Ordinárias, sem valor nominal
1.907.650.491	Ações Preferenciais, sem valor nominal

Indicar assinalando se o requerente é um emissor renomado, conforme definido na Regra 405 da Lei de Valores. ☒ Sim ☐ Não

Se este relatório for um relatório anual ou intermediário, indicar assinalando se o requerente do registro não for obrigado a arquivar relatórios conforme definido pelo Artigo 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Capitais de 1934. ☐ Sim ☒ Não

Indicar assinalando se o requerente do registro (1) apresentou todos os relatórios que devem ser apresentados nos termos dos Artigos 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Capitais de 1934 durante os 12 meses anteriores (ou outro período menor no qual o requerente foi obrigado a apresentar esses relatórios), e (2) esteve sujeito a essas exigências de apresentação nos últimos 90 dias. ☒ Sim ☐ Não

Indicar assinalando se o requerente enviou eletronicamente e lançou em seu Web site corporativo, se houver, qualquer Arquivo de Dados Interativos que deva ser submetido e lançado de acordo com a Regra 405 da Lei S-T (§232.405 desse capítulo) durante os 12 meses anteriores (ou para período mais curto solicitado pelo requerente para enviar e lançar esses arquivos). ☒ **Sim** ☐ **Não**

Indicar assinalando se o requerente do registro for um registrante antecipado de grande porte, um registrante antecipado ou um registrante não antecipado. Veja as definições de "registrante antecipado e registrante antecipado de grande porte" na Regra 12b-2 da Lei de Valores.

Registrante antecipado de grande porte ☒ Registrante antecipado ☐ registrante não antecipado ☐

Indicar assinalando qual base contábil o requerente usou para preparar as demonstrações contábeis incluídas neste arquivamento:

U.S. GAAP ☐ Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Contábeis Internacionais ☒ Outro ☐

Se "outros", indique com um X qual item de demonstrações contábeis o requerente decidiu seguir. ☐ Item 17 ☐ Item 18

Se este for um relatório anual, indicar assinalando se o requerente do registro for uma "empresa de fachada" (conforme definido na Regra 12b-2 da Lei de Valores). ☐ Sim ☒ Não

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES 4

DECLARAÇÕES PROSPECTIVAS 6

PARTE I 7

ITEM 1. IDENTIFICAÇÃO DOS CONSELHEIROS, MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSULTORES 7

ITEM 2. ESTATÍSTICAS DA OFERTA E CRONOGRAMA PREVISTO 7

ITEM 3. INFORMAÇÕES RELEVANTES 7

3.A. Dados Financeiros Selecionados 7
3.B. Capitalização e Endividamento 10
3.C. Motivos da Oferta e Uso dos Resultados 10
3.D. Fatores de Risco 10

ITEM 4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA 22

4.A. História, Desenvolvimento da Companhia e Estratégia de Negócios 22
4.B. Visão Geral dos Negócios 26
4.C. Estrutura Organizacional 126
4.D. Imobilizado de Uso 126

ITEM 4A. COMENTÁRIOS NÃO RESOLVIDOS 127

ITEM 5. ANÁLISE E PERSPECTIVAS OPERACIONAIS E FINANCEIRAS 127

5.A. Resultados Operacionais 127
5.B. Liquidez e Recursos de Capital 158
5.C. Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças 171
5.D. Informações sobre Tendências 171
5.E. Contratos fora do Balanço Patrimonial 172
5.F. Divulgação Tabular de Obrigações Contratuais 172
5.G. Porto Seguro 172

ITEM 6. CONSELHEIROS, MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA E FUNCIONÁRIOS 172

6.A. Conselho de Administração e Diretoria 172
6.B. Remunerações 181
6.C. Práticas do Conselho de Administração 181
6.D. Funcionários 185
6.E. Propriedade de Ações 186

ITEM 7. PRINCIPAIS ACIONISTAS E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS 187

7.A. Principais Acionistas 187
7.B. Transações entre Partes Relacionadas 191
7.C. Participação de Peritos e Advogados 191

ITEM 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS 192

8.A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras 192
8.B. Mudanças Relevantes 194

ITEM 9. A OFERTA E A COTAÇÃO EM BOLSA 194

9.A. Detalhes da Oferta e Cotação em Bolsa 194
9.B. Plano de Distribuição 197
9.C. Mercados 198
9.D. Acionistas Vendedores 199
9.E. Diluição 199
9.F. Despesas da Emissão 199

ITEM 10. INFORMAÇÕES ADICIONAIS 199

10.A. Capital Social 199
10.B. Atos Constitutivos e Estatuto Social 199
10.C. Contratos Significativos 208

10.D. Controles de Câmbio 208
10.E. Tributação 209
10.F. Dividendos e Agentes de Pagamentos 217
10.G. Laudos de Peritos 217
10.H. Documentos Apresentados 217
10.I. Informações sobre Subsidiárias 218

ITEM 11. INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE O RISCO DE MERCADO 218

ITEM 12. DESCRIÇÃO DE OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS QUE NÃO DE RENDA VARIÁVEL 222

12.A. Títulos de Dívidas 222
12.B. Bônus de Subscrição e Direitos 222
12.C. Outros Títulos 222
12.D. Ações Depositárias Americanas 222

PARTE II 223

ITEM 13. INADIMPLÊNCIAS, DIVIDENDOS A MENOR E ATRASOS NOS PAGAMENTOS 223

ITEM 14. MODIFICAÇÕES SIGNIFICATIVAS AOS DIREITOS DOS DETENTORES DE TÍTULOS E USO DOS RECURSOS 223

ITEM 15. CONTROLES E PROCEDIMENTOS 223

ITEM 16. [RESERVADO] 224

16.A. Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria 224
16.B. Código de Conduta Ética 224
16.C. Honorários e Serviços do Auditor Principal 224
16.D. Isenções das normas de arquivamento para os Comitês de Auditoria 225
16.E. Aquisição de Ações pelo Emissor e Compradores Afiliados 226
16.F. Mudança na Auditoria Independente do Registrante 226
16.G. Governança Corporativa 226

PARTE III 230

ITEM 17. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 230

ITEM 18. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 230

ITEM 19. ANEXOS 230

APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

Neste relatório anual, os termos “Bradesco”, a “Companhia”, a “Organização”, o “Banco”, “nós” ou “para nós” referem-se ao Banco Bradesco S.A., sociedade anônima constituída segundo as leis do Brasil e, a menos que o contexto requeira de outra forma, suas subsidiárias consolidadas. Somos uma instituição financeira de serviços completos, que presta, diretamente ou por meio de nossas subsidiárias, uma gama de serviços bancários, financeiros, de administração de consórcios, de administração de recursos, de seguros, banco de investimentos, previdência complementar e capitalização a todos os segmentos do mercado brasileiro. Nossas operações estão baseadas, principalmente, no Brasil.

Todas as referências neste documento ao “real”, “reais” ou “R$” são relativas ao real brasileiro, a moeda oficial do Brasil. E “dólares norte-americanos”, “dólar” e “US$” são relativas ao dólar norte-americano, a moeda oficial dos Estados Unidos da América (“EUA”).

Nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, incluindo as respectivas notas explicativas, estão incluídas no “Item 18. Demonstrações Contábeis” deste relatório anual e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, ou “IASB” (chamadas de “IFRS”).

Até 31 de dezembro de 2010, nossas demonstrações contábeis consolidadas eram preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, os “U.S. GAAP”. Os U.S. GAAP diferem-se das IFRS em alguns aspectos.

Esta é a segunda vez que o Bradesco arquiva em seu Formulário 20-F, demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB. Entretanto, para fins de divulgação no mercado local, a data de adoção das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB foi em 31 de dezembro de 2010. Portanto, a data de transição de nossas demonstrações contábeis foi 1 de janeiro de 2009. Deste modo, os dados financeiros selecionados apresentados no item 3.A. (inclusive os dados financeiros de 2009) derivam de nossas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS.

Para determinados fins, tais como relatórios aos acionistas brasileiros, registros na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e na determinação do pagamento de dividendos e impostos, utilizamos os princípios contábeis adotados no Brasil aplicáveis a instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil, ou “Banco Central”.

Em 31 de março de 2013, a taxa cambial do real para o dólar americano era de R$ 2,0138 por US$ 1,00, com base na taxa cambial de venda no fechamento, reportada pelo Banco Central. A taxa cambial de venda em 31 de dezembro de 2012 era de R$ 2,0435 por US$ 1,00. Veja “Item 3.A. Dados Financeiros Selecionados – Informações sobre Taxas de Câmbio” para mais informações com relação à taxas cambiais aplicáveis à moeda brasileira desde 2007.

Em decorrência de recentes flutuações na taxa de câmbio real x dólar norte-americano, a taxa de venda no fechamento em 31 de março de 2013 ou qualquer outra data, pode não ser indicativa de taxas de câmbio atuais ou futuras.

Alguns dados relativos a setores da economia, apresentados neste relatório anual, foram obtidos nas seguintes fontes: Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (ABECS); Associação Brasileira de Empresas de *Leasing* (ABEL); Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA); Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Banco Central do Brasil (Banco Central); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FENAPREVI); Fundação Getulio Vargas (FGV) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Acreditamos que tais fontes são confiáveis, no entanto, não podemos assumir responsabilidade pela precisão desses dados.

Alguns números incluídos neste relatório anual foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

Referências a “ações ordinárias” e “ações preferenciais” neste relatório anual são referências às nossas ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, e juntas, nossas “ações”. Referências a “*American Depositary Shares*” ou “ADSs”, são referências às *American Depositary Shares*, cada uma representando uma ação preferencial. As ADSs são evidenciadas por *American Depositary Receipts*, ou ADRs, emitidos conforme o Contrato de Depósito Alterado e reafirmado, datado de 22 de julho de 2009, por e entre nós, o Bank of New York Mellon, como depositário, e os detentores e beneficiários das ADSs evidenciadas por ADRs emitidos por meio desse (o “Contrato de Depósito”).

Em 13 de março de 2012, estabelecemos um programa de *American Depositary Shares* para nossas ações ordinárias, com cada ADS de ação ordinária representando uma ação ordinária, chamadas de "ADSs de ações ordinárias". As ADSs de ações ordinárias são evidenciadas por "ADRs de ações ordinárias", emitidos conforme um Acordo de Depósito, datado de 13 de março de 2012 por e entre nós, o Bank of New York Mellon, como depositário, e os detentores e beneficiários das ADSs evidenciadas por ADRs emitidos por meio desse (o "Acordo de Depósito de Ações Ordinárias" e junto com o Acordo de Depósito, os "Acordos de Depósito").

A menos que indicado em outro lugar, referências a *American Depositary Shares*, ADSs, *American Depositary Receipts* e ADRs, referem-se apenas a aqueles representados por nossas ações preferenciais.

Ao longo deste relatório anual, nós indicamos que certas informações estão disponíveis em diferentes *web sites* operados por nós. Nenhuma das informações contidas nos *web sites* referidos ou mencionados neste relatório anual faz parte ou está incorporada por referência nesse documento.

DECLARAÇÕES PROSPECTIVAS

Este relatório anual contém declarações prospectivas, definidas na Seção 27A do *Securities Act of 1933* ("Lei de Valores Mobiliários de 1933"), conforme alterada, ou "Lei de Valores", e a Seção 21E do *Securities Exchange Act of 1934* ("Lei de Mercado de Capitais de 1934"), conforme alterada, ou "Lei de Mercado de Capitais". Estas declarações prospectivas são baseadas, principalmente, em nossas expectativas atuais e sobre projeções de eventos e tendências financeiras futuras, que afetam atualmente ou possam afetar nossos negócios. Além dos itens discutidos em outras seções deste relatório anual, existem muitos fatores importantes que poderiam fazer com que nossa condição financeira e o resultado das operações fossem, substancialmente, diferentes daqueles definidos nas nossas declarações prospectivas, incluindo, mas não limitados a:

- condições econômicas mundiais;
- condições econômicas, políticas e de negócios no Brasil e no mercado em que atuamos;
- riscos de financiamento, crédito, investimentos e outras atividades;
- nosso nível de capitalização;
- custo e disponibilidade de fundos;
- aumentos em inadimplência por parte de tomadores, inadimplência de crédito e outros inadimplementos, que resultem em aumentos em nossa perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos;
- perdas de clientes ou outras fontes de receita;
- nossa habilidade em executar nossas estratégias e planos de investimentos e de manter e melhorar nosso desempenho operacional;
- nossas receitas advindas de novos produtos e negócios;
- contestações ou controvérsias ou processos legais ou regulamentares adversos;
- inflação, depreciação do real e/ou flutuações da taxa de juros, que podem afetar adversamente nossas margens;
- condições de concorrência nos setores de serviços bancários e financeiros, de cartões de crédito, gestão de ativos, seguros e setores relacionados;
- o valor de mercado dos títulos, principalmente, os títulos do governo brasileiro; e
- alterações em leis e regulamentos, inclusive pelo Banco Central, aplicáveis a nós e a nossas atividades, e incluindo, entre outras, aquelas que afetam questões tributárias.

As palavras "acreditamos", "esperamos", "continuamos", "entendemos", "estimamos", "vamos", "podemos", "prevemos", "devemos", "pretendemos" e outras expressões similares têm por objetivo identificar declarações prospectivas. Tais declarações referem-se apenas à data em que foram feitas e não assumimos responsabilidade de atualizar ou revisar publicamente quaisquer declarações prospectivas resultantes de novas informações ou por quaisquer outros eventos.

À luz desses riscos e incertezas, as declarações prospectivas, eventos e circunstâncias discutidos neste relatório anual podem não ser exatos e nossos resultados e desempenho reais podem ser, substancialmente, diferentes daqueles previstos em nossas declarações prospectivas. Os investidores não devem tomar decisões de investimento com base apenas nas declarações prospectivas deste relatório anual.

PARTE I

ITEM 1. IDENTIFICAÇÃO DOS CONSELHEIROS, MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSULTORES

Não Aplicável.

ITEM 2. ESTATÍSTICAS DA OFERTA E CRONOGRAMA PREVISTO

Não Aplicável.

ITEM 3. INFORMAÇÕES RELEVANTES

3.A. Dados Financeiros Selecionados

Apresentamos a seguir, nossas informações financeiras selecionadas preparadas segundo as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), em e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011, 2010 e 2009. Os dados em e para os exercícios findos em 2012 e 2011 derivam de nossas demonstrações contábeis que foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, uma firma de auditoria independente registrada, conforme indicado em seu relatório incluso neste relatório anual. Os dados para o exercício findo em 31 de dezembro 2010 derivam das nossas demonstrações contábeis consolidadas que foram auditadas pela *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes, uma firma de auditoria independente registrada, conforme indicado em seu relatório incluso neste relatório anual. Os dados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 derivam das nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas não inclusas neste relatório anual. Para mais informações em relação à mudança dos Auditores Independentes, veja "Item 16.F. Mudança na Auditoria Independente do Registrante".

Os dados financeiros a seguir devem ser lidos em conjunto com a "Apresentação de Informações Financeiras e Outras Informações" e o "Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras".

Dados Financeiros Selecionados

Exercício findo em 31 de dezembro de	Em milhares de dólares [(1)]	Em milhares de reais			
	2012	2012	2011	2010	2009
Dados da Demonstração Consolidada de Resultado					
Receita de juros e similares	41.282.012	83.133.716	82.367.272	63.772.183	55.165.229
Despesa de juros e similares	(19.684.552)	(39.640.751)	(46.755.986)	(31.000.892)	(27.974.717)
Resultado líquido de juros	**21.597.461**	**43.492.965**	**35.611.286**	**32.771.291**	**27.190.512**
Receita de serviços e comissões	6.376.594	12.841.186	10.868.311	9.421.485	7.866.601
Despesa de serviços e comissões	(18.071)	(36.391)	(33.978)	(26.947)	(19.219)
Resultado líquido de serviços e comissões	**6.358.524**	**12.804.795**	**10.834.333**	**9.394.538**	**7.847.382**
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros para negociação	1.047.826	2.110.113	(608.270)	2.212.733	5.983.781
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	941.491	1.895.974	365.302	754.416	757.255
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira	(472.433)	(951.385)	2.625.813	(682.961)	(897.638)
Resultado de seguros e previdência	701.667	1.413.016	3.076.175	2.577.730	1.778.016
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(5.715.652)	(11.510.179)	(8.296.151)	(5.756.125)	(10.809.611)
Despesas de pessoal	(5.788.272)	(11.656.422)	(11.150.970)	(8.794.017)	(7.334.164)
Outras despesas administrativas	(5.909.417)	(11.900.383)	(11.477.134)	(9.761.445)	(8.138.058)
Depreciação e amortização	(1.260.433)	(2.538.260)	(2.120.335)	(1.966.433)	(1.516.529)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(4.235.110)	(8.528.664)	(4.858.702)	(6.002.663)	(3.024.640)
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas	**7.265.653**	**14.631.570**	**14.001.347**	**14.747.064**	**11.836.306**
Resultado de participação em coligadas	432.348	870.662	682.122	577.053	728.867
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**7.698.001**	**15.502.232**	**14.683.469**	**15.324.117**	**12.565.173**
Imposto de renda e contribuição social	(2.061.048)	(4.150.538)	(3.594.027)	(5.271.924)	(4.264.330)
Lucro líquido do exercício	**5.636.952**	**11.351.694**	**11.089.442**	**10.052.193**	**8.300.843**
Atribuído aos acionistas					
Controladores	5.607.096	11.291.570	10.958.054	9.939.575	8.283.007
Não controladores	29.857	60.124	131.388	112.618	17.836

[(1)] Valores apresentados em dólares norte-americanos foram convertidos de reais brasileiros à taxa de câmbio de R$ 2,0138 = US$ 1,00, taxa cambial do Banco Central de 31 de março de 2013. Tais conversões não devem ser entendidas como representativas de que os valores em reais apresentados, ou foram, ou poderiam ser convertidos em dólares norte-americanos naquela taxa.

Exercício findo em 31 de dezembro de	R$, exceto número de ações			
	2012	2011	2010	2009
Informações sobre Lucro e Dividendos por Ação [1]				
Lucro líquido por ação [2] [3] [4]				
Ordinária	2,83	2,74	2,52	2,12
Preferencial	3,12	3,01	2,77	2,34
Dividendos/juros sobre o capital próprio por ação [2]				
Ordinária	0,97	0,93	0,85	0,73
Preferencial	1,07	1,03	0,94	0,80
Média ponderada de ações em circulação				
Ordinária	1.909.848.315	1.908.948.826	1.880.830.018	1.856.653.104
Preferencial	1.907.702.283	1.906.821.919	1.881.367.208	1.856.685.513

[1] Informações sobre lucro e dividendos por ação refletem (a) o desdobramento do nosso Capital Social em 22 de janeiro de 2010, no qual emitimos aos nossos acionistas 1 nova ação para cada 10 ações possuídas da mesma espécie, aprovado por nossos acionistas em 18 de dezembro de 2009; e (b) o desdobramento de nosso Capital Social em 13 de julho de 2010, no qual emitimos aos nossos acionistas 1 nova ação para cada 10 ações possuídas da mesma espécie, aprovado por nossos acionistas em 10 de junho de 2010. Para fins de comparabilidade todas as bases anteriores foram ajustadas pelos desdobramentos;

[2] Titulares de ações preferenciais têm o direito de receber dividendos por ação em um valor 10,0% maior do que os dividendos por ação pagos aos detentores de nossas ações ordinárias. Para fins de cálculo de lucro por ação de acordo com as IFRS, utilizamos o mesmo critério adotado para os dividendos por ação. Para uma descrição de nossas duas classes de ações, veja "Item 10.B. Atos Constitutivos e Estatuto Social";

[3] A Companhia não tem nenhuma obrigação permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro diluído por ação não difere de seu lucro líquido por ação. Consequentemente, nossos lucros diluídos e básicos por ação são iguais em todos os períodos apresentados; e

[4] Em 17 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou um aumento de capital de R$ 1.500 milhões, levando o capital social de R$ 28.500 milhões para R$ 30.000 milhões, mediante a emissão de 62.344.140 novas ações escriturais nominativas sem valor nominal, das quais 31.172.072 ordinárias e 31.172.068 preferenciais, ao preço por ação de R$ 24,06, através de subscrição pelos acionistas no período de 29 de dezembro de 2010 até 31 de janeiro de 2011, na proporção de 1,657008936% das suas participações detidas na data da reunião, que foi integralizado em dinheiro em 18 de fevereiro de 2011.

Exercício findo em 31 de dezembro de	Em US$			
	2012	2011	2010	2009
Dividendos/juros sobre capital próprio por ação [1]				
Ordinária	0,47	0,50	0,51	0,42
Preferencial	0,52	0,55	0,56	0,46

[1] Os valores determinados em dólares norte americanos foram convertidos pela taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central no final de cada período.

Em 31 de dezembro de	Em milhares de dólares [1]	Em milhares de reais			
	2012	2012	2011	2010	2009
Dados do Balanço Patrimonial Consolidado					
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos	29.790.832	59.992.777	93.777.577	80.960.127	24.850.091
Ativos financeiros para negociação	55.536.581	111.839.567	96.597.077	75.234.191	54.480.534
Ativos financeiros disponíveis para venda	40.500.967	81.560.848	45.248.398	40.179.144	44.046.416
Investimentos mantidos até o vencimento	1.845.105	3.715.673	4.110.987	3.394.307	3.882.979
Ativos cedidos em garantia	52.702.999	106.133.299	97.122.080	79.700.612	60.072.653
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	46.092.578	92.821.233	72.663.890	64.715.412	82.721.843
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquido das perdas por redução ao valor recuperável	133.902.288	269.652.428	245.874.949	210.280.182	174.240.350
Ativos não correntes mantidos para venda	264.705	533.062	445.351	412.142	455.874
Investimentos em coligadas	1.368.059	2.754.998	2.390.466	2.298.200	1.431.157
Imobilizado de uso	2.250.648	4.532.355	4.267.218	3.669.281	3.404.541
Ativos intangíveis e ágio	3.851.259	7.755.665	7.216.697	5.412.088	4.721.558
Impostos a compensar	2.655.027	5.346.693	4.572.927	1.590.297	2.122.244
Impostos diferidos	8.930.161	17.983.558	17.093.388	12.733.792	12.526.420
Outros ativos	18.156.988	36.564.543	30.705.887	22.374.249	20.727.291
Total do ativo	**397.848.197**	**801.186.699**	**722.086.892**	**602.954.024**	**489.683.951**
Passivo					
Recursos de instituições financeiras	109.656.514	220.826.288	204.290.176	171.920.917	120.067.970
Recursos de clientes	104.663.477	210.771.310	216.320.938	192.475.948	169.946.116
Passivos financeiros para negociação	2.011.114	4.049.982	747.210	732.967	532.422
Recursos de emissão de títulos	25.599.411	51.552.093	41.630.969	17.809.765	7.682.798
Dívidas subordinadas	17.306.443	34.851.714	26.910.091	26.314.946	23.103.977
Provisões técnicas de seguros e previdência	58.977.416	118.768.720	99.112.321	83.493.046	72.596.897
Outras provisões	10.451.481	21.047.193	17.926.450	13.327.866	10.852.483
Impostos correntes	1.665.572	3.354.128	2.758.978	1.923.372	1.245.832
Impostos diferidos	1.535.240	3.091.667	2.246.508	1.980.544	1.151.927
Outros passivos	30.552.793	61.527.214	50.761.157	41.816.088	37.856.822
Total do passivo	**362.419.460**	**729.840.309**	**662.704.798**	**551.795.459**	**445.037.244**
Patrimônio líquido					
Capital social	14.946.867	30.100.000	30.100.000	28.500.000	26.500.000
Ações em tesouraria	(97.974)	(197.301)	(183.109)	(10.049)	(188.874)
Reservas de capital	17.863	35.973	35.973	87.146	87.146
Reservas de lucros	16.977.546	34.189.383	26.732.531	19.481.986	15.022.670
Capital integralizado adicional	35.006	70.496	70.496	70.496	150.032
Outros resultados abrangentes	3.176.450	6.396.736	1.751.059	2.219.272	1.835.659
Lucros acumulados	269.352	542.422	632.096	702.383	784.821
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	**35.325.111**	**71.137.709**	**59.139.046**	**51.051.234**	**44.191.454**
Participação de acionistas não controladores	**103.625**	**208.681**	**243.048**	**107.331**	**455.253**
Total do patrimônio líquido	**35.428.737**	**71.346.390**	**59.382.094**	**51.158.565**	**44.646.707**
Total do passivo e patrimônio líquido	**397.848.197**	**801.186.699**	**722.086.892**	**602.954.024**	**489.683.951**

[1] Valores apresentados em dólares norte-americanos foram convertidos de reais brasileiros à taxa de câmbio de R$ 2,0138 US$ 1,00, taxa cambial do Banco Central de 31 de março de 2013. Tais conversões não devem ser entendidas como representativas de que os valores em reais apresentados foram ou poderiam ser convertidos em dólares norte-americanos naquela taxa.

Informações sobre Taxas de Câmbio

A taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano variou, significativamente, nos últimos anos. De 2007 a meados de 2008, o real valorizou-se em relação ao dólar norte-americano. No segundo semestre de 2008, o real desvalorizou-se em relação ao dólar norte-americano de R$ 1,5919 por US$ 1,00 em 30 de junho de 2008 para R$ 2,3370 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2008, devido, principalmente, à crise financeira global iniciada em meados de 2008. Em 2009, o real voltou a se valorizar em relação ao dólar norte-americano, de R$ 2,3370 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2008 para R$ 1,7412 em 31 de dezembro de 2009. Em 2010, o real continuou a se valorizar em relação ao dólar norte-americano, chegando a R$ 1,6662 em 31 de dezembro de 2010. Em 2011, o real apresentou desvalorização de 12,6% em comparação ao dólar norte-americano, chegando a R$ 1,8758 em 31 de dezembro de 2011. Em 2012, o real apresentou desvalorização de 8,9% em comparação ao dólar norte-americano, chegando a R$ 2,0435 em 31 de dezembro de 2012. Em 31 de março de 2013, a taxa de câmbio era de R$ 2,0138 por US$ 1,00. Diante da livre paridade existente no regime cambial vigente, o real está sujeito a flutuações que podem resultar em desvalorizações ou valorizações, se comparado ao dólar norte-americano e às outras moedas estrangeiras.

A tabela a seguir apresenta as taxas de venda no final do período, médias, máximas e mínimas, divulgadas pelo Banco Central no fechamento, expressas em reais por dólar norte-americano, nos períodos e datas indicados:

Taxa de Venda de Dólares Norte-Americanos – Reais por US$ 1,00 – cotação de fechamento				
Período	**Fim do período**	**Média [1]**	**Máxima [1]**	**Mínima [1]**
2007	1,7713	1,9460	2,1380	1,7440
2008	2,3370	1,8287	2,3370	1,5666
2009	1,7412	2,0171	2,3784	1,7412
2010	1,6662	1,7575	1,8748	1,6662
2011	1,8758	1,6705	1,8758	1,5563
2012	2,0435	1,9524	2,1074	1,7092
Novembro	2,1074	1,9448	2,1074	1,7092
Dezembro	2,0435	1,9524	2,1074	1,7092
2013				
Janeiro	1,9883	2,0159	2,0435	1,9883
Fevereiro	1,9754	2,0024	2,0435	1,9754
Março	2,0138	2,0053	2,0435	1,9754
Abril (até 16 de abril de 2013)	1,9903	2,0023	2,0435	1,9754

[1] Média, máxima e mínima das taxas do período indicado começando com dezembro do período anterior.

Fonte: Banco Central.

3.B. Capitalização e Endividamento

Não Aplicável.

3.C. Motivos da Oferta e Uso dos Resultados

Não Aplicável.

3.D. Fatores de Risco

Riscos macroeconômicos

Nossos negócios e os resultados das operações são afetados, substancialmente, pelas condições nos mercados financeiros globais.

Tem havido muita volatilidade nos mercados globais de capital e de crédito, desde 2008. Esta volatilidade resultou em uma redução da liquidez e no aumento de prêmios de risco de crédito para vários participantes do mercado, além de uma redução na disponibilidade e/ou aumento dos custos de financiamento, tanto para instituições financeiras quanto para seus clientes. Taxas de juros crescentes ou altas e/ou a ampliação do *spread* de crédito criaram um ambiente menos favorável para a maioria de nossos negócios e podem prejudicar a capacidade de alguns de nossos clientes em pagar suas dívidas, reduzindo a nossa flexibilidade ao planejar ou reagir à mudanças nas suas operações e na indústria financeira em geral. Portanto, mesmo com as economias mundial e brasileira começando a se recuperar no primeiro semestre de 2009, os resultados das operações, provavelmente, continuarão a ser afetados pelas condições nos mercados financeiros globais, enquanto estes continuarem voláteis e sujeitos a perturbações e incertezas.

Desde 2008, a permanência da crise na Europa, principalmente, na Grécia, Espanha, Itália, Irlanda e Portugal, continuou a reduzir a confiança do investidor de maneira global, da mesma maneira que a redução do *rating* de crédito soberano de longo prazo dos EUA pela Standard & Poor´s em 6 de agosto de 2011. Estes eventos poderiam afetar negativamente nossa habilidade e a habilidade de outras instituições financeiras brasileiras em obter financiamento nos mercados de capitais globais, na medida em que enfraquecem a recuperação e o crescimento da economia brasileira e/ou economias estrangeiras e causa volatilidade nos mercados de capitais brasileiros. O banco não possui exposição aos títulos soberanos dos países conhecidos como “PIIGS”: Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha.

O governo brasileiro exerce influência sobre a economia brasileira e as condições político-econômicas do Brasil têm um impacto direto sobre nossos negócios.

Nossas condições e os resultados financeiros das operações dependem, substancialmente, da economia brasileira, que, no passado, caracterizou-se por frequentes e ocasionalmente drásticas intervenções do governo brasileiro e por ciclos econômicos voláteis.

No passado, o governo brasileiro alterou, frequentemente, as políticas monetárias, fiscal e tributária para influenciar o curso da economia brasileira. Não podemos controlar nem temos como prever quais medidas ou políticas o governo brasileiro pode adotar em resposta à atual ou futura situação econômica brasileira nem como a intervenção ou as políticas governamentais afetarão a economia brasileira e como elas afetarão, direta ou indiretamente, nossas operações e receitas.

Nossos negócios, a situação financeira e o valor de mercado de nossas ações, ADSs e ADSs de ações ordinárias podem ser afetados de maneira negativa por alterações em políticas envolvendo controles cambiais, impostos e outros fatores como:

- flutuações nas taxas cambiais;
- flutuações na taxa básica de juros;
- crescimento econômico doméstico;
- instabilidade política, social ou econômica;
- políticas monetárias;
- política fiscal e mudanças no regime tributário;
- políticas de controle cambial;
- liquidez dos mercados nacionais de crédito, de capitais e financeiro;
- a capacidade de nossos clientes em cumprir com suas outras obrigações conosco;
- reduções em níveis salariais e de renda;
- crescimento de taxas de desemprego;
- medidas macroprudenciais;
- inflação; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou no exterior, que afetem o país.

O ano de 2012 foi marcado por uma recuperação econômica mais lenta do que o esperado no Brasil, apesar do número de estímulos governamentais em vigor desde 2011. Este fato foi influenciado, em grande parte, pela crise financeira global, a qual teve um impacto substancial na produção industrial e na confiança empresarial. Além disso, fatores excepcionais, tais como a seca no Sul e no Nordeste do Brasil no começo de 2012, afetaram a produção agrícola nessas regiões e impactaram negativamente o crescimento do PIB em 2012. Entretanto, a adoção de novos incentivos fiscais, a redução contínua nas taxas de juros e a desvalorização da moeda propiciaram a melhora gradual da economia doméstica no segundo semestre de 2012.

Variações cambiais podem afetar de maneira negativa a economia brasileira, nossos resultados e a situação financeira.

Os nossos negócios são impactados por variações no valor do real. Desde outubro de 2002 e mais intensamente desde junho de 2004, o real vem se valorizando em relação ao dólar norte-americano, com raros momentos de desvalorização (alcançando R$ 1,5593 por US$ 1,00 em 1º de agosto de 2008). Em 2009, o real manteve sua trajetória de valorização em relação ao dólar norte-americano (alcançando R$ 1,7412 por US$ 1,00 no final do ano). Em 2010, o real continuou a se valorizar ante ao dólar norte-americano, alcançando R$ 1,6662 por US$ 1,00 no final do ano. Em 2011, a taxa cambial continuou a cair até a metade do ano, chegando ao nível nominal de R$ 1,5345 por dólar norte-americano em 26 de julho de 2011. Desde então, devido à deterioração das condições econômicas globais e à decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central (“COPOM”) em agosto (quando o ciclo anterior de restrição monetária foi revertido), o real começou a se desvalorizar e fechou o ano de 2011 em R$ 1,8758 por dólar norte-

americano. Em 2012, como reflexo da aversão persistente ao risco nos mercados internacionais e a contínua redução nas taxas de juros no Brasil, durante o primeiro semestre de 2012, o real manteve uma tendência de enfraquecimento, chegando a R$2,0904 por dólar norte-americano em 28 de junho de 2012. A taxa cambial manteve-se praticamente estável durante o restante do ano, fechando o ano de 2012 em R$ 2,0435 por dólar norte-americano.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo líquido dos nossos ativos e passivos denominados ou indexados em moedas estrangeiras (principalmente em dólares norte-americanos) foi de 2,6% de nossos ativos totais. Quando a moeda brasileira é desvalorizada ou se deprecia, incorremos em perdas nos nossos passivos denominados ou indexados em moeda estrangeira, por exemplo, nossas dívidas de longo prazo denominadas em dólares norte-americanos, empréstimos em moeda estrangeira e temos ganhos em nossos ativos monetários denominados ou indexados em moeda estrangeira, pois os passivos e ativos são convertidos em reais. Portanto, se nossos passivos denominados ou indexados em moeda estrangeira excederem de maneira significativa nossos ativos monetários denominados ou indexados em moeda estrangeira, inclusive quaisquer instrumentos financeiros usados para fins de *hedge*, uma grande depreciação ou desvalorização da moeda brasileira poderia afetar substancial e negativamente os resultados financeiros e o preço de mercado de nossas ações, ADSs e ADSs de ações ordinárias, mesmo que o valor dos passivos não tenha sido alterado em sua moeda original. Além disso, nossas operações de empréstimo dependem, significativamente, de nossa capacidade de casar o custo dos fundos indexados em dólar com as taxas cobradas de nossos clientes. Uma depreciação ou desvalorização significativa do dólar norte-americano pode afetar a nossa capacidade de atrair clientes nesses termos ou de cobrar taxas indexadas em dólar.

Por outro lado, quando a moeda brasileira é valorizada, incorreremos em perdas em nossos ativos monetários denominados ou indexados em moedas estrangeiras, tais como o dólar norte-americano e nossos passivos denominados ou indexados em moeda estrangeira diminuem, pois os passivos e os ativos são convertidos em reais. Portanto, se nossos ativos monetários denominados ou indexados em moeda estrangeira excederem, significativamente, nossos passivos denominados ou indexados em moeda estrangeira, inclusive quaisquer instrumentos financeiros usados para fins de *hedge*, uma grande valorização da moeda brasileira poderia afetar substancial e negativamente nossos resultados financeiros, mesmo que o valor do ativo monetário não seja alterado em sua moeda original.

Se o Brasil tiver uma inflação considerável no futuro, nossas receitas e nossa capacidade de acessar mercados financeiros estrangeiros serão reduzidas.

No passado, o Brasil vivenciou taxas extremamente altas de inflação. As taxas de inflação, mensuradas pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, ou "IGP-DI", alcançaram 11,3%, 5,0% e 8,1% nos anos de 2010, 2011 e 2012, respectivamente. A inflação e as medidas do governo para combatê-la tiveram efeitos negativos, no passado, sobre a economia brasileira e contribuíram para o aumento da incerteza econômica no Brasil e para a alta volatilidade nos mercados brasileiros de títulos, o que pode vir a ter um efeito negativo sobre nós.

A memória e o potencial de inflação ainda estão presentes, apesar da estabilidade monetária alcançada na metade dos anos 90, que se intensificou depois de 1999 com a adoção do sistema de metas de inflação. Ainda há preocupações de que os níveis de inflação possam subir novamente no futuro. Este atual sistema é um regime monetário no qual o Banco Central atua de forma a garantir que a inflação efetiva esteja em linha com uma meta pré-estabelecida, anunciada publicamente.

As medidas do governo para combater a inflação têm, frequentemente, incluído a manutenção de uma política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como resultado, as taxas de juros têm flutuado significativamente. Aumentos na taxa básica de juros estabelecida pelo COPOM (SELIC), podem nos afetar de maneira negativa por meio da redução de demanda por nosso crédito e aumento dos nossos custos de captação, de despesas com a dívida interna e do risco de inadimplência de clientes. Reduções da taxa SELIC também podem ter um efeito negativo sobre nós, por meio da redução da receita financeira, que auferimos sobre nossos ativos que rendem juros e diminuir nossas receitas e margens.

Futuras ações do governo brasileiro, incluindo a imposição de impostos, intervenções no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real, assim como qualquer crescimento do PIB acima dos níveis esperados, podem ocasionar aumentos na inflação. Se o Brasil passar por flutuações nas taxas de inflação no futuro, nossos custos e margens líquidas podem ser afetados e, se houver falta de confiança por parte dos investidores, o preço de nossos títulos e valores mobiliários pode cair. As pressões inflacionárias também podem afetar nossa habilidade em acessar mercados financeiros no exterior e pode levar a

políticas de combate à inflação que podem ter efeitos adversos sobre nossos negócios, situação financeira, resultado das operações e sobre o valor de mercado de nossas ações, ADSs e ADSs de ações ordinárias.

Mudanças nas taxas básicas de juros pelo COPOM podem afetar substancial e negativamente nossas margens e os resultados das operações.

O COPOM estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro (SELIC). A taxa básica de juros foi de 10,75%, 11,0% e 7,25% ao ano, em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, respectivamente. Mudanças na taxa básica de juros podem afetar negativamente os resultados de nossas operações, pois:

- altas taxas básicas de juros aumentam nossa despesa com a dívida interna e podem aumentar a probabilidade de inadimplência dos clientes; e
- baixas taxas básicas de juros podem diminuir nossas margens.

O COPOM ajusta a taxa SELIC para administrar aspectos da economia brasileira, incluindo a proteção das reservas e os fluxos de capital. Não temos controle sobre a taxa SELIC estabelecida pelo COPOM ou a frequência com que essa taxa é ajustada.

Acontecimentos e a percepção de risco no Brasil e em outros países, especialmente os emergentes, podem afetar, de maneira negativa, o valor de mercado dos títulos brasileiros, incluindo nossas ações, ADRs e ADRs de ações ordinárias.

O valor de mercado de títulos emitidos por empresas brasileiras é afetado, em diferentes níveis, pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo outros países latino-americanos e países emergentes. Embora as condições econômicas nesses países possam diferir de maneira significativa das condições econômicas no Brasil, a reação dos investidores a acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso no valor de mercado dos títulos de emissores brasileiros. Crises em outros países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores por títulos de emissores brasileiros, incluindo os nossos, o que pode vir a afetar negativamente o valor de mercado de nossas ações, ADRs e ADRs de ações ordinárias.

A recente crise financeira global teve consequências significativas em todo o mundo, incluindo o Brasil, tais como a volatilidade dos mercados de capitais, a indisponibilidade de crédito, taxas de juros mais altas, uma desaceleração geral da economia mundial, taxas de câmbio voláteis e pressões inflacionárias, entre outras que tiveram e podem continuar a ter, direta ou indiretamente, um impacto negativo sobre nossos negócios, situação financeira, resultado das operações, valor de mercado de títulos de emissores brasileiros, inclusive os nossos, e nossa habilidade para financiar nossas operações.

Riscos relacionados ao Bradesco e ao setor bancário brasileiro

Poderemos enfrentar elevação em nosso nível de atraso no pagamento de empréstimos, na medida em que nossa carteira de empréstimos e adiantamentos amadurece.

A nossa carteira de empréstimos e adiantamentos vem crescendo substancialmente desde 2004, principalmente, como resultado da expansão econômica brasileira. Qualquer aumento correspondente no nosso nível de empréstimos e adiantamentos vencidos poderá mover-se mais lentamente que a taxa de crescimento de empréstimos, já que, tipicamente, eles não vencem dentro de um curto espaço de tempo após sua origem. Os níveis de empréstimos vencidos são maiores para nossos clientes pessoa física do que para os clientes pessoa jurídica. De 2010 a 2012, nossa carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes aumentou 28,4% e nosso nível de perda por redução ao valor recuperável aumentou 30,5%, ocasionado, basicamente, pelo aumento da base de clientes pessoa física.

O enfraquecimento das condições econômicas no Brasil, que teve início em meados de 2008, resultou em aumentos em nosso nível de empréstimos vencidos, especialmente, impactando nossos clientes pessoa física, uma vez que a taxa de desemprego no Brasil começou a subir. Essa tendência piorou em 2009. Em 2010, como resultado da melhora nas condições econômicas, tivemos uma redução em nossos índices de inadimplência, o que levou a uma pequena redução em nossa perda por redução ao valor recuperável. Em 2011, os índices de inadimplência demonstraram um leve aumento, quando comparado a 2010. Este aumento continuou em 2012, principalmente para operações com pessoas físicas e pequenas e médias empresas. Em 2012, nossa perda por redução ao valor recuperável subiu 13,5% em

comparação a de 2011, enquanto que nossa carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes cresceu 9,9% sobre o mesmo período.

Um crescimento rápido de empréstimos também pode reduzir o índice de empréstimos vencidos em relação aos empréstimos totais, até que a taxa de crescimento diminua ou a carteira se torne mais madura. Condições econômicas adversas e menor taxa de crescimento de nossos empréstimos e adiantamentos a clientes podem resultar num aumento de nossa perda por redução ao valor recuperável dessas operações, baixas contábeis e índice de empréstimos e adiantamentos vencidos em relação ao total de empréstimos, o que pode ter um efeito adverso em nossos negócios, situação financeira e resultado das operações.

Condições adversas nos mercados de crédito e capitais podem afetar adversamente a nossa capacidade de acessar recursos oportunamente e a custos reduzidos.

A recente volatilidade, incertezas nos mercados de crédito e capitais tem geralmente reduzido a liquidez, resultando em custos elevados de captação para instituições financeiras e não financeiras. Tais condições podem impactar nossa capacidade em substituir, oportunamente e a custos reduzidos, as obrigações que estão vencendo e/ou o acesso a recursos para executar nossa estratégia de crescimento. Se formos forçados a adiar aumentos de capital ou pagar taxas de juros desestimulantes a fim de obter capital, nossa situação financeira e o resultado das operações podem sofrer um efeito adverso.

O ambiente cada vez mais competitivo crescente nos segmentos bancário e de seguros do Brasil pode afetar negativamente as perspectivas de nossos negócios.

Os mercados para serviços financeiros, bancários e de seguros no Brasil são altamente competitivos. Enfrentamos significativa competição de outros grandes bancos e seguradoras brasileiras e estrangeiras, públicas e privadas, em todas as principais áreas de operação.

A concorrência aumentou como resultado das recentes consolidações entre as instituições financeiras no Brasil e das regulamentações do Conselho Monetário Nacional, que chamamos de “CMN”, que tornaram mais fácil para os clientes trocarem seus recursos/negócios de bancos. A competição elevada pode nos afetar significativa e adversamente, entre outras coisas, limitando nossa habilidade em reter e aumentar nossa base atual de clientes e expandir nossas operações, reduzir nossas margens de lucro sobre produtos bancários e outros produtos e serviços que oferecemos, limitando as oportunidades de investimento.

Além disso, os regulamentos brasileiros criam barreiras à entrada no mercado e não fazem distinção entre bancos comerciais e de investimento, nacionais ou estrangeiros, e seguradoras. Consequentemente, a presença de bancos e seguradoras estrangeiros no Brasil, alguns deles com mais recursos do que nós, aumentou, bem como a competitividade no setor bancário e de seguros no geral e em mercados para produtos específicos. A privatização de bancos públicos também tornou os mercados brasileiros de serviços bancários e outros serviços financeiros mais competitivos.

A maior competitividade pode afetar negativamente os resultados de nossos negócios e negócios em potencial, entre outras coisas:

- limitar nossa capacidade de aumentar nossa base de clientes e expandir nossas operações;
- reduzir nossas margens de lucro de serviços e produtos bancários, de seguros, de arrendamento mercantil e outros serviços e produtos oferecidos por nós; e
- aumentar a concorrência para oportunidades de investimento estrangeiro.

Perdas com nossos investimentos em títulos podem ter impacto significativo sobre os resultados das nossas operações e são imprevisíveis.

O valor de alguns de nossos investimentos em ativos financeiros pode cair significativamente, devido à volatilidade dos mercados financeiros, podendo variar em curtos períodos. Em 31 de dezembro de 2012, investimentos em ativos financeiros representaram 24,1% do nosso ativo, sendo que os ganhos e as perdas de investimentos têm tido e continuarão a ter um impacto significativo sobre os resultados das nossas operações. Os valores desses ganhos e perdas, os quais contabilizamos à medida que os investimentos em ativos financeiros são vendidos, ou em determinadas circunstâncias em que são marcados a mercado ou reconhecidos a valor justo, podem oscilar substancialmente entre um período e outro. O nível de oscilação depende, em parte, de nossas políticas de investimento e do valor justo dos

ativos financeiros, que por sua vez, pode variar consideravelmente. Não podemos prever o montante de ganhos ou perdas realizadas num determinado período futuro, e nossa administração acredita que as variações de um período a outro não têm valor prático de análise. Adicionalmente, quaisquer rendimentos sobre nossa carteira de investimentos podem deixar de contribuir para o lucro líquido nos mesmos níveis que os de períodos recentes, sendo que poderemos deixar de auferir uma valorização como a atualmente praticada em nossa carteira consolidada de investimentos, ou qualquer parcela de valorização correspondente.

Podemos sofrer perdas associadas a exposições das contrapartes.

Estamos sujeitos à possibilidade das contrapartes não honrarem suas obrigações contratuais. Tais contrapartes podem tornar-se inadimplentes devido à falência, falta de liquidez, falha operacional ou por outros motivos. Esse risco pode surgir, por exemplo, com operações de *swap* ou outros contratos de derivativos, em que as contrapartes têm a obrigação de nos pagar ou executar moedas ou outros negócios, que não ocorram no momento exigido devido à incapacidade de entrega ou a falhas no sistema de agentes de compensação, câmbio, câmaras de compensação ou outros intermediários financeiros. Esse risco de contraparte é mais acentuado em mercados complexos, onde há maior risco de fracasso das contrapartes.

As nossas atividades de negociação e transações com derivativos podem ocasionar perdas substanciais.

Atuamos em negociações com valores mobiliários, comprando títulos de renda fixa e variável, principalmente, para vendê-los no curto prazo, com o objetivo de gerar lucros sobre diferenças de preço de curto prazo. Esses investimentos poderiam nos expor à possibilidade de perdas financeiras substanciais no futuro, já que os títulos estão sujeitos a flutuações no valor e podem gerar perdas. Além disso, entramos em transações com derivativos para administrar nossa exposição a risco cambial e de taxa de juros. Essas transações com derivativos têm por objetivo nos proteger contra aumentos ou reduções nas taxas de câmbio ou de juros, mas não em ambos os casos. Por exemplo, se entrarmos em transações com derivativos para nos proteger contra reduções no valor do real ou nas taxas de juros e, ao invés disso, o real se valorizar ou a taxa de juros aumentar, podemos incorrer em perdas financeiras. Tais perdas poderiam afetar significativamente e de maneira negativa o nosso fluxo de caixa e o resultado das operações futuras.

O governo brasileiro regula as operações das instituições financeiras e das seguradoras brasileiras, e alterações nas leis e nos regulamentos existentes ou a imposição de novas leis e regulamentos podem afetar negativamente nossas operações e nossas receitas.

Os bancos brasileiros e as seguradoras, inclusive nossas operações bancárias e de seguros estão sujeitos à extensa e contínua fiscalização regulamentar por parte do governo brasileiro. Não temos controle sobre a regulamentação governamental, a qual rege todos os aspectos das nossas operações, inclusive a imposição de:

- necessidades de capital mínimo;
- necessidades de depósitos compulsórios/reservas;
- requisitos de investimento em ativos fixos;
- limites de empréstimo e outras restrições de crédito;
- requisitos contábeis e estatísticos;
- margens de solvência;
- cobertura mínima; e
- políticas obrigatórias de provisionamento.

A estrutura reguladora, que governa os bancos e as seguradoras brasileiras, está constantemente evoluindo. As leis e os regulamentos existentes podem ser alterados, a forma pela qual as leis e regulamentos são executados ou interpretados poderia mudar e novas leis e novos regulamentos poderiam ser adotados. Tais alterações podem afetar negativamente nossas operações e receitas.

O governo brasileiro, em particular, historicamente promulgou regulamentos que afetam as instituições financeiras numa tentativa de implementar suas políticas econômicas. Esses regulamentos visam controlar a disponibilidade de crédito e reduzir ou aumentar o consumo no Brasil. Essas alterações podem nos afetar negativamente, pois os nossos retornos sobre os depósitos compulsórios são menores do que os que obtemos com nossos outros investimentos.

A maioria das nossas ações ordinárias é de titularidade de um acionista, cujos interesses podem entrar em conflito com os interesses de outros investidores.

Em 31 de dezembro de 2012, a Fundação Bradesco possuía, direta e indiretamente, 56,5% de nossas ações ordinárias. Como resultado, a Fundação Bradesco tem o poder, entre outras coisas, de evitar uma mudança no controle de nossa empresa, mesmo que uma transação desta natureza fosse benéfica a nossos outros acionistas. Tem também o poder de aprovar transações entre partes relacionadas ou reorganizações societárias. De acordo com os termos do Estatuto Social da Fundação Bradesco, todos os membros da nossa Diretoria Executiva ou estatutária e diretores departamentais, que trabalhem na Organização há mais de dez anos, são membros da Mesa Regedora da Fundação Bradesco. A Mesa Regedora não possui outros membros. Decisões com relação à nossa política referente a aquisições, alienações de participações societárias, financiamentos ou outras transações podem ser tomadas pela Fundação Bradesco, as quais podem ser contrárias aos interesses dos detentores de ações ordinárias e ter um impacto negativo sobre os interesses dos detentores de ações ordinárias. Para mais informações sobre os nossos acionistas, ver “Item 7.A. Principais Acionistas”.

Mudanças nos regulamentos com relação às exigências de reservas e depósito compulsório e impostos podem reduzir as margens operacionais.

O Banco Central tem alterado periodicamente o nível de depósitos compulsórios que as instituições financeiras no Brasil são obrigadas a manter com o Banco Central.

Em maio de 2012, o Banco Central alterou as normas relacionadas ao recolhimento de compulsório, possibilitando a dedução do saldo das operações de crédito para financiamento e arrendamento mercantil de automóveis e de veículos comerciais leves do valor dos depósitos compulsórios a ser recolhido, como forma de estimular a concessão de financiamento para a aquisição desses bens. Em junho, setembro e novembro desse mesmo ano, as normas relacionadas ao recolhimento de compulsório foram novamente alteradas com o propósito de ajustar o critério para a definição do valor sujeito ao recolhimento compulsório e da exigibilidade adicional, bem como da remuneração da conta de recolhimento e dos critérios que determinam a elegibilidade das instituições que podem deduzir o valor do recolhimento compulsório.

Em dezembro de 2012, o Banco Central estabeleceu a possibilidade de dedução do recolhimento compulsório sobre recursos à vista em algumas situações específicas, como forma de estimular os bancos a realizar empréstimos para aquisição de determinados ativos.

Os depósitos compulsórios, geralmente, têm retornos mais baixos que outros investimentos e depósitos, pois:

- uma parcela de nossos depósitos compulsórios não recebe remuneração do Banco Central;
- uma parcela de nossos depósitos compulsórios deve ser mantida em títulos públicos brasileiros; e
- uma parcela de nossos depósitos compulsórios deve ser usada para financiar o programa federal de habitação, o setor rural brasileiro, clientes de baixa renda e pequenas empresas em um programa conhecido por “programa de microcrédito”.

Nossos depósitos compulsórios para depósitos à vista, de poupança e a prazo e compulsórios adicionais foram de R$ 47,9 bilhões em 31 de dezembro de 2012. A exigência de reserva tem sido usada pelo Banco Central para controlar a liquidez como parte da política monetária no passado e nós não temos controle sobre suas imposições. Qualquer aumento nas exigências de depósito compulsório pode reduzir nossa capacidade de empréstimos e fazer outros investimentos e, como resultado, pode nos afetar de maneira negativa. Para mais informações sobre depósitos compulsórios, veja “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios – Captação de depósitos”.

Mudanças nos impostos e outros lançamentos fiscais podem nos afetar negativamente.

O governo brasileiro promulga regularmente reformas para regimes fiscais e outros lançamentos que afetam a nós e aos nossos clientes. Essas reformas incluem mudanças na taxa de incidência e, ocasionalmente, a promulgação de tributos temporários, cujos rendimentos são destinados para fins governamentais. Os efeitos dessas mudanças e outras mudanças que resultam da promulgação de reformas tributárias adicionais não foram, e não podem ser, quantificados, e não há garantias de que essas reformas, uma vez implementadas, não possam ter um efeito negativo sobre os nossos negócios. Além disso, tais mudanças podem ocasionar incertezas no sistema financeiro, aumentando o custo de empréstimos e contribuindo para o aumento da carteira de empréstimos e adiantamentos vencidos.

A Constituição Brasileira estabelecia um teto para as taxas de juros de empréstimos, inclusive taxas de juros de empréstimos bancários, e o impacto da legislação posterior que regula esse assunto é incerto.

O artigo 192 da Constituição Brasileira, promulgada em 1988, estabelecia um teto de 12,0% ao ano sobre as taxas de juros de empréstimos bancários. Entretanto, após a promulgação da Constituição, essa taxa não havia sido executada, pois o regulamento que cuidava do teto estava pendente. O entendimento de que esse teto ainda não está em vigor foi confirmado pela Súmula Vinculante n° 7, uma decisão vinculatória final promulgada em 2008 pelo Supremo Tribunal Federal, conforme entendimento prévio de tal tribunal sobre esse assunto. Desde 1988, várias tentativas foram feitas para regular os juros de empréstimo, principalmente, os bancários, mas nenhuma alternativa foi implementada ou confirmada pelos tribunais superiores brasileiros.

Em 29 de maio de 2003, a Emenda Constitucional n° 40 (“EC 40/03”) foi promulgada e revogou todos os subitens e parágrafos do artigo 192 da Constituição Brasileira. Essa emenda permite que o Sistema Financeiro Brasileiro, seja regulado por leis específicas para cada setor do sistema em vez de uma única lei relativa ao sistema como um todo.

Com a entrada em vigor do novo Código Civil (ou Lei nº 10.406/02 na redação em vigor, a menos que as partes em um empréstimo tenham acordado a aplicação de uma taxa diferente, a princípio o teto da taxa de juros foi vinculado à taxa de juros básica cobrada pelo Tesouro Nacional. Hoje, essa taxa básica de juros é a taxa SELIC, taxa básica de juros estabelecida pelo COPOM que, em março de 2013, era de 7,25% ao ano. Entretanto, há alguma incerteza sobre se a referida taxa básica de juros aplicável seria, de fato, a SELIC ou a taxa de juros de 12% ao ano prevista no Código Tributário brasileiro.

O impacto da EC 40/03 e das determinações do novo Código Civil é incerto no momento, mas qualquer aumento ou redução substancial no teto da taxa de juros pode ter um efeito material nas condições financeiras, nos resultados de operações ou perspectivas das instituições financeiras brasileiras, inclusive sobre nós.

Além disso, alguns tribunais brasileiros emitiram decisões no passado, que limitam as taxas de juros sobre transações de financiamento ao consumo, que são consideradas abusivas ou excessivamente onerosas em comparação com as práticas do mercado. Decisões futuras dos tribunais brasileiros, bem como mudanças na legislação e nos regulamentos que restringem as taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras, podem ter um efeito negativo em nossos negócios.

Nossas perdas relativas a sinistros de seguros podem variar de tempos em tempos e as diferenças entre as perdas com sinistros reais e as premissas de subscrição e reservas podem ter um efeito adverso sobre nós.

O resultado de nossas operações depende significativamente do ponto até onde nossos sinistros reais são consistentes com as premissas que usamos para avaliar nossas obrigações ligadas aos sinistros de apólices vigentes e futuras e para precificar nossos produtos de seguros. Buscamos limitar nossa responsabilidade e precificar nossos produtos de seguros com base no pagamento esperado de benefícios, calculado por meio do uso de vários fatores, como premissas sobre retorno de investimento, mortalidade e invalidez, despesas, continuidade e certos fatores macroeconômicos, tais como inflação e taxas de juros. Essas premissas podem desviar-se de nossa experiência anterior, inclusive devido a fatores além de nosso controle, tais como desastres naturais (enchentes, explosões e incêndios), desastres humanos (protestos, ataques terroristas e de gangues) e mudanças em taxas de mortalidade e invalidez, como resultado de avanços na medicina e aumento da longevidade, entre outros. Portanto, não podemos determinar precisamente os valores que pagaremos, finalmente, para liquidar essas obrigações ou quando esses pagamentos precisarão ser feitos, ou se os ativos que garantem nossas obrigações de seguros, junto com

os prêmios e contribuições futuros, serão suficientes para cobrir o pagamento dessas obrigações. Esses valores podem variar em relação aos valores estimados, principalmente, quando tais pagamentos não ocorrerem até um futuro avançado, como é o caso de alguns de nossos produtos de vida. Até o ponto em que a experiência com sinistros reais seja menos favorável do que as premissas subjacentes utilizadas no estabelecimento dessas obrigações, podemos ser obrigados a aumentar nossas reservas, o que pode afetar adversamente nosso fluxo de caixa.

Se nossas perdas reais excederem nossas reservas para riscos que subscrevemos, podemos ser adversamente afetados.

O resultado de nossas operações e a situação financeira dependem da habilidade de avaliar precisamente as perdas reais associadas aos riscos que subscrevemos. Nossas reservas atuais são baseadas em estimativas que confiam em informações então disponíveis e que envolvem vários fatores, inclusive experiências de perdas recentes, atuais condições econômicas, *rating* de risco interno, projeções estatísticas e atuariais de nossas expectativas quanto ao custo da liquidação dos sinistros, tais como as estimativas de tendências futuras na severidade e frequência dos sinistros, nas teorias jurídicas de responsabilidade, nos níveis e/ou momento de recebimento ou pagamento de prêmios e taxas de aposentadoria, mortalidade e invalidez, continuidade, entre outros. Consequentemente, a determinação das reservas é inerentemente incerta e nossas perdas reais geralmente desviam, algumas vezes substancialmente, de tais estimativas. Os desvios ocorrem por várias razões. Por exemplo: uma vez que registramos nossas perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos com base em estimativas de perdas incorridas, a mesma pode não ser suficiente para cobrir as perdas; um maior número de sinistros; ou nossos custos poderiam ser mais altos do que os custos que estimamos. Se as perdas reais excederem significativamente as nossas reservas, podemos ser adversamente afetados.

Somos conjuntamente responsáveis por sinistros de nossos clientes se nossos resseguradores falharem em cumprir com suas obrigações de acordo com os contratos de resseguro.

A compra de resseguro não nos exime de nossa responsabilidade para com nossos clientes se o ressegurador falhar em cumprir suas obrigações, conforme os contratos de resseguro. Consequentemente, a insolvência dos resseguradores ou a falha em fazer os pagamentos oportunos descritos nesses contratos poderia ter um efeito adverso sobre nós, já que continuamos responsáveis perante os nossos segurados.

Uma falha em, ou uma violação de, nossos sistemas operacionais ou de segurança pode temporariamente interromper nossos negócios, aumentar nossos custos e ocasionar em perdas.

Apesar de possuirmos ostensivos controles de segurança de informações, contínuos investimentos em infraestrutura, operações e gerenciamento de crises em ordem, nossos sistemas de processamento de dados, negócios, financeiro, contábil ou outros sistemas operacionais e instrumentos podem parar de operar corretamente por um período de tempo limitado ou ficar temporariamente desativados ou danificados resultantes de uma série de fatores, incluindo eventos que são totalmente ou parcialmente fora de nosso controle, tais como: falhas elétricas ou de telecomunicações; colapsos; falhas nos sistemas ou outros eventos afetando terceiros com os quais nós fazemos negócio ou em nossos instrumentos para as atividades do negócio, incluindo câmbio, câmaras de compensação, intermediários financeiros ou provedores de serviços; e eventos acerca de política local e de larga escala, ou problemas sociais e ataques cibernéticos.

Ataques cibernéticos e interrupções temporárias ou falhas na estrutura física, nos sistemas operacionais que suportam nossos negócios e clientes, podem resultar em atrito com clientes, multas regulatórias, penalidades ou intervenção, reembolso ou outros custos de compensação.

Riscos relativos às nossas ações, ADSs e ADSs de ações ordinárias.

As ações preferenciais e as ADSs, de modo geral, não dão direito a voto a seus detentores.

Segundo a Legislação Societária (Lei Brasileira nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 9.457/97, pela Lei Brasileira nº 10.303/01, as quais chamamos conjuntamente de “Legislação Societária Brasileira”) e o nosso Estatuto, os detentores de nossas ações preferenciais e, portanto, de nossas ADSs que representam ações preferenciais não têm direito a voto nas nossas assembleias gerais de acionistas, exceto em certas circunstâncias limitadas (veja “Item 10.B. Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Direitos de

voto", para mais informações sobre direitos de voto). Isso significa, entre outros aspectos, que detentor(es) de ADSs, não terá(ão) direito a voto nas operações societárias, inclusive qualquer fusão ou consolidação proposta com outras empresas.

Além disso, com relação aos direitos a voto das ações ordinárias e nas circunstâncias limitadas em que os acionistas preferencialistas podem votar, os detentores de ADSs e ADSs de ações ordinárias podem exercer o direito de voto relativo às nossas ações representadas pelas ADSs e ADSs de ações ordinárias, somente seguindo as disposições dos contratos de depósitos relativo às ADSs e ADSs de ações ordinárias. Apesar de não haver na legislação brasileira, ou no nosso Estatuto Social, quaisquer disposições que limitem a capacidade dos detentores de ADSs de ações preferenciais ou ordinárias de exercer seus direitos de voto com relação às ações representativas por meio do banco depositário, existem limitações práticas à capacidade dos detentores de ADSs de ações preferenciais ou ordinárias para o exercício de seus direitos de voto devido às etapas e procedimentos adicionais envolvidos na comunicação com os referidos detentores. Por exemplo, nossos acionistas deverão receber nossos avisos diretamente ou por meio de publicação de notificação em jornais brasileiros e poderão exercer seus direitos de voto estando presentes na assembleia, ou por intermédio de um procurador. Os detentores de ADSs e ADSs de ações ordinárias, por outro lado, não deverão receber nossos avisos diretamente. Em vez disso, de acordo com o Contrato de Depósito, enviaremos o aviso para o banco depositário, o qual, por sua vez, tão logo seja possível, enviará pelo serviço de postagem aos detentores de ADSs e ADSs de ações ordinárias o aviso relativo à assembleia e uma declaração quanto à maneira pela qual as instruções podem ser transmitidas pelos detentores. Para exercerem seus direitos de voto, os detentores de ADSs e ADSs de ações ordinárias terão de instruir o banco depositário sobre como votar as ações representadas por suas ADSs e ADSs de ações ordinárias. Devido a esse passo adicional no procedimento, envolvendo o banco depositário, o processo para o exercício de direitos de voto será mais demorado para os detentores de ADSs e ADSs de ações ordinárias do que para os detentores de nossas ações. As ADSs e ADSs de ações ordinárias para as quais o banco depositário não receber as instruções de voto em tempo hábil não poderão votar na assembleia.

A volatilidade e a iliquidez relativas dos mercados de títulos brasileiros podem limitar substancialmente a sua habilidade para vender as ações que servem de lastro às ADSs e ADSs de ações ordinárias no preço e no momento que desejar.

Investir em títulos negociados em mercados emergentes como o Brasil, frequentemente, envolve risco maior que investir em títulos de emissores em países mais desenvolvidos, e estes investimentos são geralmente considerados mais especulativos por natureza. O mercado de títulos brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e pode ser mais volátil que os mercados de títulos maiores, tais como o dos EUA. Embora V.Sa(s). tenham o direito de retirar a qualquer momento do banco depositário as nossas ações, que servem de lastro para as ADSs ou ADSs de ações ordinárias, sua habilidade para vendê-las, pelo preço e no momento que desejar, pode ser substancialmente limitada. Também há concentração significativamente maior no mercado brasileiro de títulos do que nos maiores mercados de títulos, tais como o dos EUA ou o de outros países. As dez maiores empresas, em termos de capitalização de mercado, representavam 52,2% da capitalização total de mercado da BM&FBOVESPA em março de 2013.

As nossas ações, as ADSs e ADSs de ações ordinárias não tem direito a um dividendo fixo ou mínimo.

Os detentores de nossas ações, ADSs e ADSs de ações ordinárias não têm direito a um dividendo mínimo ou fixo. Conforme nosso Estatuto, nossas ações preferenciais têm direito a dividendos 10,0% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Embora, de acordo com nosso Estatuto Social atual, somos obrigados a pagar aos nossos acionistas, no mínimo 30,0% de nosso lucro líquido anual ajustado, os acionistas que participam da Assembleia Geral Ordinária podem optar por suspender essa distribuição compulsória de dividendos, se o Conselho de Administração os aconselhar de que o pagamento do dividendo não é compatível com nossa situação financeira. Nem nosso Estatuto nem a lei brasileira especificam as circunstâncias nas quais a distribuição não seria compatível com nossa situação financeira, e nossos acionistas controladores nunca deixaram de deliberar a distribuição obrigatória de dividendos. Entretanto, a prática geral brasileira é que uma companhia não precisa pagar dividendos se tal pagamento ameaçar a existência da companhia, ou prejudicar o curso normal de suas operações.

Ademais, em 1º de março de 2013, o CMN emitiu Resolução nº 4.193, em um esforço de implementação de Basileia III no Brasil. De acordo com estas regras, uma restrição do pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio pode ser imposta pelo Banco Central, na hipótese de as

exigências de capital adicional definidas pelo Banco Central não serem cumpridas, conforme item "5.B.Liquidez e Recursos de Capital - Adequação e alavancagem de capital".

Como detentor das ADSs ou ADSs de ações ordinárias, V.Sa(s). terá(ão) direitos de acionista(s) mais restritos e menos definidos do que aqueles praticados nos EUA ou em certas outras jurisdições.

Nossos assuntos societários são regidos pelo nosso Estatuto Social e pela Legislação Societária Brasileira, que podem diferir dos princípios legais, que se aplicariam se fôssemos constituídos numa jurisdição norte-americana ou em certas outras jurisdições fora do Brasil. Pela Legislação Societária Brasileira, V.Sa(s). e os detentores das nossas ações poderão ter direitos mais restritos e menos definidos para proteger seus interesses relativos aos atos praticados pelo nosso Conselho de Administração ou pelos detentores de ações ordinárias, que os direitos regidos por leis de outras jurisdições fora do Brasil.

Embora a Legislação Societária Brasileira imponha restrições sobre negociações com informações privilegiadas ou sobre manipulações de preço, os mercados brasileiros de valores mobiliários não são tão altamente regulamentados e supervisionados como os mercados de valores mobiliários dos EUA ou os de certas outras jurisdições. Além disso, a negociação com as próprias ações e a preservação dos interesses do acionista podem ser menos fortemente reguladas e cumpridas no Brasil do que nos EUA, o que poderia lhe(s) pôr em desvantagem na condição de detentor(es) das nossas ações que servem de lastro às ADSs ou ADSs de ações ordinárias. Por exemplo, comparadas às com as leis societárias gerais de Delaware, a Legislação e as Práticas Societárias Brasileiras possuem regras e precedentes judiciais menos detalhados e bem estabelecidos relativos à avaliação das decisões da Administração com respeito aos padrões de dever de zelo e de lealdade, dentro do contexto de reestruturações societárias e operações com partes relacionadas, assim como para operações de alienação de negócios. Ademais, os acionistas de empresas localizadas em Delaware precisam ser detentores de 5,0% do capital social em circulação de uma empresa para ter legitimidade para entrar com ações derivadas de acionistas, enquanto os acionistas de empresas brasileiras normalmente não têm legitimidade para entrar com ações de classe.

Pode ser difícil executar ações de responsabilidade civil contra nós ou nossos conselheiros e executivos.

Somos organizados de acordo com as leis do Brasil e todos os nossos conselheiros e executivos residem fora dos EUA. Além disso, uma parcela substancial de nossos ativos e a maior parte ou todos os ativos de nossos conselheiros e executivos estão localizados no Brasil. Como resultado, pode ser difícil para os investidores abrirem processos sobre tais pessoas, dentro dos EUA ou em outras jurisdições fora do Brasil, ou executar julgamentos contra elas, incluindo qualquer ação com base em responsabilidades civis, conforme as leis de títulos federais dos EUA.

Se emitirmos novas ações, ou se nossos acionistas venderem suas ações no futuro, o preço de mercado das ADSs ou ADSs de ações ordinárias poderá diminuir.

As vendas de quantidades substanciais de ações, ou a crença de que isso possa ocorrer, poderiam diminuir o preço de mercado de nossas ações e das ADSs e ADSs de ações ordinárias, por meio da diluição do valor de nossas ações. Se emitirmos novas ações ou se nossos acionistas existentes venderem as ações que detêm, o preço de mercado das ações e, por consequência, o das ADSs e ADSs de ações ordinárias poderá diminuir significativamente.

Pagamentos sobre as ADSs ou ADSs de ações ordinárias podem estar sujeitos à retenção nos EUA, segundo a FATCA ("Foreign Account Tax Compliance Act" ou Lei de Conformidade Tributária para Contas Estrangeiras).

A fim de receber pagamentos isentos de imposto retido na fonte nos EUA conforme as Seções 1471 a 1474 do Código da Receita Federal Americana (comumente chamadas de "FATCA"), nós e as instituições financeiras através das quais os pagamentos sobre as ADSs ou ADSs de ações ordinárias são feitos, podem ser obrigadas a reter a uma taxa de até 30% sobre todos ou uma parte dos pagamentos sobre as ADS ou ADSs de ações ordinárias feitos depois de 31 de dezembro de 2016.

Podemos entrar em acordo com a Receita Federal Americana para fornecer certas informações sobre investidores. Conforme este acordo, a retenção pode ser iniciada se: (a) um investidor não fornecer informações suficientes à parte relevante para determinar se o investidor é uma pessoa americana ou

deveria se tratada como tendo uma "conta americana" de nossa companhia, (b) um investidor não concordar, quando necessário, que suas informações sejam divulgadas à Receita Federal Americana ou (c) qualquer investidor ou pessoa através da qual um pagamento sobre ADSs ou ADSs de ações ordinárias é feito, não puder receber os pagamentos sem a retenção conforme a FATCA.

Se um montante relativo à FATCA tiver que ser deduzido ou retido a título de juros, principal ou outros pagamentos sobre ou com relação às ADSs ou ADSs de ações ordinárias, nós não teríamos obrigação de pagar tais montantes ou, de outra maneira, indenizar um acionista por tal retenção ou dedução feita por nós, um agente pagador ou qualquer outra parte, como resultado de uma dedução ou retenção de tal montante. Consequentemente, se a retenção da FATCA for imposta sobre esses pagamentos, os investidores podem receber menos juros ou principal que o esperado.

Um investidor que seja uma "instituição financeira estrangeira" (segundo as regras da FATCA) mas que seja sujeito a retenção, poderá obter restituição na hipótese do tratado aplicável à tributação com os Estados Unidos prever uma alíquota menor sob os pagamentos retidos. As restituições estão condicionadas à declaração tempestiva das informações necessárias à Receita Federal Americana.

Os Estados Unidos estão em processo de negociação de acordos intergovernamentais para implementar a FATCA em várias jurisdições. Regras diferentes daquelas descritas anteriormente podem aplicar-se se nossa companhia ou um investidor for residente em uma jurisdição que tenha entrado em um acordo intergovernamental para implementação da FATCA.

Os investidores devem consultar seus próprios consultores sobre a aplicação da FATCA, principalmente se eles podem ser classificados como instituições financeiras conforme as regras da FATCA.

V.Sa(s). poderá(ão) ser impedido(s) de exercer direitos de preferência relativos às nossas ações.

V.Sa(s). não poderá(ão) exercer direitos de preferência relativos às nossas ações que servem de lastro para suas ADSs e ADSs de ações ordinárias, salvo se estiver em vigor uma declaração de registro, segundo a Lei de Valores Mobiliários com relação àqueles direitos ou uma isenção de declaração de registro da referida Lei de Valores Mobiliários. Da mesma forma, de tempos em tempos, poderemos distribuir direitos aos nossos acionistas. O banco depositário não oferecerá direitos a V.Sa(s). como detentor das ADSs e ADSs de ações ordinárias, salvo se os direitos estiverem registrados de acordo com as disposições da Lei de Valores Mobiliários ou sujeitos a uma isenção dos requisitos de registro. Não temos obrigação de arquivar uma declaração de registro relativa às ações ou outros títulos referentes a esses direitos, nem podemos lhe(s) assegurar de que pretendemos arquivar tal declaração de registro. Dessa forma, V.Sa(s). poderá(ão) receber somente o produto líquido da venda pelo banco depositário dos direitos recebidos com relação às ações representadas por suas ADSs e ADSs de ações ordinárias, ou, caso os direitos de preferência não possam ser vendidos, serão dados como extintos no decurso do prazo. É possível que V.Sa(s). não possa(m) participar em nossas eventuais ofertas de direitos de subscrição, resultando portanto em uma possível diluição de seus investimentos no Bradesco.

Se V.Sa(s). permutar(em) suas ADSs ou ADSs de ações ordinárias por ações que as lastreiam, correrá(ão) o risco de não poder remeter moeda estrangeira para o exterior, assim como de perder os benefícios fiscais brasileiros.

A legislação brasileira exige que as partes obtenham um registro no Banco Central para remeter moedas estrangeiras, incluindo dólares norte-americanos, para o exterior. O custodiante brasileiro das ações deverá obter do Banco Central os registros necessários para o pagamento de dividendos ou outras distribuições em dinheiro, relativos às ações ou após alienação das ações. No entanto, se V.Sa(s). permutar(em) as ADSs ou ADSs de ações ordinárias pelas ações que as lastreiam, somente poderá(ão) contar com o certificado do custodiante durante cinco dias úteis a partir da data da permuta. A partir de então, V.Sa(s). deverá(ão) obter seu próprio registro de acordo com as regras do Banco Central e da CVM, para obter e remeter os dólares norte-americanos para o exterior, após a alienação das ações ou o recebimento de distribuições relativas às ações. Se V.Sa(s). não obtiver(em) o certificado de registro, V.Sa(s). poderá(ão) não ser capaz(es) de remeter os dólares norte-americanos, ou outras moedas, para o exterior, ficando sujeito(s) a um tratamento fiscal menos favorável relativo aos rendimentos das ações. Para mais informações, veja "Item 10.D. Controles de Câmbio".

Se V.Sa(s). tentar(em) obter seu próprio registro, poderá(ão) incorrer em despesas ou enfrentar demora no processo, o que poderia causar atraso para o recebimento de dividendos ou distribuições relativas às ações, ou o retorno oportuno do seu capital. O registro do custodiante, ou qualquer certificado de registro de capital estrangeiro que V.Sa(s). possa(m) vir a obter, poderá ser afetado por futuras

mudanças na legislação. Poderão ser impostas no futuro restrições aplicáveis à V.Sa(s), à alienação das ações de lastro ou à repatriação do produto da alienação.

ITEM 4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

4.A. História, Desenvolvimento da Companhia e Estratégia de Negócios

A companhia

Nossa empresa foi fundada em 1943 como um banco comercial sob o nome de "Banco Brasileiro de Descontos S.A.". Em 1948, iniciamos um período de intensa expansão, que fez com que nos tornássemos o maior banco comercial do setor privado (não controlado pelo governo), no Brasil, no final da década de 60. Expandimos nossas atividades em todo o país durante a década de 70, conquistando mercados brasileiros urbanos e rurais. Em 1988, incorporamos nossas subsidiárias de financiamento imobiliário, banco de investimento e financiadora, tornando-nos um banco múltiplo, e mudamos nossa denominação para Banco Bradesco S.A.

Somos atualmente um dos maiores bancos no Brasil, em termos de total de ativos. Oferecemos ampla gama de produtos e serviços bancários e financeiros, no Brasil e no exterior, para pessoas físicas, grandes, médias e pequenas empresas e a importantes sociedades e instituições nacionais e internacionais. Possuímos a mais ampla rede de agências e serviços do setor privado no Brasil, o que nos permite abranger uma base de clientes diversificada. Nossos produtos e serviços compreendem operações bancárias, tais como: empréstimos e adiantamentos, captação de depósitos, emissão de cartões de crédito, consórcio, seguros, arrendamento mercantil, cobrança e processamento de pagamentos, planos de previdência complementar, gestão de ativos e serviços de intermediação e corretagem de valores mobiliários.

Segundo informações publicadas em dezembro de 2012 pela SUSEP e pela ANS, somos o maior grupo de seguros, previdência complementar e títulos de capitalização, em termos de prêmios de seguros, contribuições de previdência complementar e receitas de títulos de capitalização, em bases consolidadas. Título de capitalização é um tipo de poupança programada combinada com sorteios periódicos de prêmios em dinheiro.

Em 2012, algumas de nossas subsidiárias classificaram-se como uma das maiores empresas no Brasil em seus respectivos mercados, segundo informações disponibilizadas pelas entidades citadas em parênteses a seguir, incluindo:

- Bradesco Seguros S.A., ("Bradesco Seguros"), nossa subsidiária de seguros em conjunto com suas subsidiárias, líder em termos de prêmios de seguros, patrimônio líquido e provisões técnicas (SUSEP/ANS):
  - Bradesco Vida e Previdência S.A. ("Bradesco Vida e Previdência"), subsidiária da Bradesco Seguros, é a maior empresa do mercado em termos de contribuições a planos de previdência complementar, carteira de investimentos e provisões técnicas (SUSEP);
  - Bradesco Capitalização S.A. ("Bradesco Capitalização"), subsidiária da Bradesco Seguros, que oferece títulos de capitalização. Em termos de receitas com a venda de títulos de capitalização, a Bradesco Capitalização é a líder entre as empresas privadas do setor de capitalização (SUSEP);
  - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S.A. ("Bradesco Auto/RE"), subsidiária da Bradesco Seguros, é uma das maiores empresas em seu segmento, oferecendo produtos de seguros de automóveis, ramos elementares e de responsabilidade (SUSEP); e
  - Bradesco Saúde S.A. ("Bradesco Saúde"), subsidiária da Bradesco Seguros, que oferece seguro saúde, incluindo despesas médico-hospitalares cobertas. A Bradesco Saúde possui uma das maiores redes referenciadas de prestadores de serviços médico-hospitalares, além de deter a liderança no mercado de seguro saúde (ANS).
- Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Bradesco Leasing") é uma das líderes em termos de valor presente da carteira de arrendamento mercantil (ABEL);
- Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Bradesco Consórcios"), líder de mercado nos segmentos de imóveis, automóveis, caminhões e tratores, com 736.202 cotas ativas (Banco Central); e

- BRAM – Bradesco *Asset Management*, uma das líderes da indústria de gestão de recursos de terceiros, com R$ 287,4 bilhões em ativos sob gestão (ANBIMA).

Somos também um dos líderes, dentre as instituições financeiras na subscrição de valores mobiliários de dívida, conforme informações disponibilizadas pela ANBIMA.

Em 31 de dezembro de 2012, tínhamos, numa base consolidada:

- R$ 801,2 bilhões em total de ativos;
- R$ 289,7 bilhões em total de empréstimos e adiantamentos;
- R$ 211,9 bilhões em total de depósitos;
- R$ 71,3 bilhões em patrimônio líquido, incluindo participações dos acionistas não controladores;
- R$ 118,8 bilhões em provisões técnicas para nossas operações de seguros e planos de previdência;
- R$ 37,3 bilhões de financiamento ao comércio exterior;
- 37,3 milhões de detentores de apólices de seguros;
- 25,7 milhões de clientes correntistas;
- 48,6 milhões de contas de poupança;
- 3,5 milhões de detentores de títulos de capitalização;
- 2,3 milhões de detentores de planos de previdência;
- 1.332 grupos empresariais brasileiros e multinacionais no Brasil como clientes “Corporate”;
- uma média de 20,3 milhões de transações realizadas diariamente, sendo 2,1 milhões nas 4.686 agências e 18,2 milhões por meio dos canais de atendimento, destacando-se Autoatendimento, Internet, Fone Fácil e Bradesco Celular;
- uma rede nacional constituída de 4.686 agências e 5.237 postos e pontos de atendimento bancário especial, localizados nas instalações de clientes pessoas jurídicas selecionadas, 34.859 máquinas de autoatendimento e 12.975 máquinas da rede compartilhada do Banco24Horas, que possibilitam a realização de operações de saques, emissão de extratos, consultas de saldo, empréstimos, pagamentos e transferências entre contas; e
- um total de 3 agências e 10 subsidiárias localizadas em Nova Iorque, Londres, nas Ilhas Cayman, Tóquio, Buenos Aires, em Luxemburgo, em Hong Kong e no México.

Desde 2009, atuamos em todos os municípios brasileiros e nossa grande rede bancária nos permite maior proximidade com nossos clientes, possibilitando que nossos gerentes conheçam também as regiões economicamente ativas e outras condições importantes para nossa atividade. Esse conhecimento nos ajuda na avaliação e limitação de riscos em operações de crédito, entre outros riscos, bem como no atendimento de necessidades específicas de nossos clientes.

Somos uma sociedade anônima constituída segundo as leis do Brasil. Nossa sede social está localizada na Cidade de Deus, Vila Yara, 06029-900, Osasco, SP, Brasil, e o número de telefone de nossa sede social é (55-11) 3684-4011. Nossa agência em Nova Iorque está localizada no endereço 450 Park Avenue, 32º andar, Nova Iorque, 10022-2605.

Aquisições de 2011 e 2010

Em maio de 2011, o Bradesco adquiriu 96,99% das ações ordinárias e 95,21% das ações preferenciais, representativas de 96,23% do capital social do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (“BERJ”), do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Como parte da aquisição, o Bradesco também adquiriu o direito de prestar ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, serviços referentes: (i) ao pagamento de sua folha salarial, (ii) a folha de pagamento de seus fornecedores e (iii) ao recolhimento de impostos estaduais, dentre outros, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014. Essa transação expandiu a presença do Bradesco no Estado do Rio de Janeiro. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em novembro de

2011, foi aprovada a alteração de denominação do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A – BERJ para Banco BERJ S.A. O processo de assunção do controle do BERJ pelo Bradesco foi homologado pelo Banco Central em novembro de 2011. Em maio de 2012, o Bradesco adquiriu as ações ordinárias e preferenciais de emissão do BERJ, detidas por seus acionistas não controladores, através da Oferta Pública de Ações Unificada (OPA Unificada).

O Bradesco comunicou ao mercado, em julho de 2010 e em janeiro de 2011, operações de aquisição de participação societária na Companhia Brasileira de Soluções e Serviços ("CBSS"), sendo 10,67%, pelo valor de R$ 141,4 milhões, e 5,01%, pelo valor de R$ 85,8 milhões, respectivamente, ampliando desta forma sua participação total para 50,01%.

Em julho de 2010, o Bradesco concluiu a aquisição de participação correspondente a 2,09% do capital social da Cielo S.A. ("Cielo"), pelo valor de R$ 431,7 milhões, elevando sua participação no capital da referida companhia para 28,65%.

O Bradesco concluiu em junho de 2010, a transação de aquisição da totalidade do capital social do grupo controlador do Ibi Services S. de R.L. México ("Ibi México") e da RFS Human Management. de R.L., empresa controlada pelo Ibi México. O negócio contempla a celebração de contrato de parceria com a C&A México S. de R.L. ("C&A México") pelo prazo de 20 anos para, em conjunto, comercializar, com exclusividade, produtos e serviços financeiros por meio da rede de lojas C&A México.

Outras alianças estratégicas

Em 2012, a Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM) continuou a avançar em sua estratégia de internacionalização, com o lançamento de novos fundos dedicados a investidores estrangeiros. Em abril de 2012 foi apresentado ao mercado um fundo de renda fixa de curto prazo e em dezembro de 2012 um fundo de ações latino americanas. Esses novos fundos são parte da família de fundos de investimento, chamada "Bradesco Global Funds", que foi lançada pelo Bradesco em setembro de 2009. Estes fundos são domiciliados em Luxemburgo e são dedicados exclusivamente a investidores estrangeiros. A Bradesco Global Funds é uma estrutura "guarda-chuvas", que proporciona aos investidores uma série de fundos de investimento, cada qual com objetivos de investimento diferenciados.

Em abril de 2011, lançamos nova bandeira brasileira de cartões "Elo", em parceria com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, que amplia as opções oferecidas aos clientes, e fortalece o portfólio do Banco. Assim a Elo Participações, empresa constituída pelo Bradesco e Banco do Brasil, passou a abranger certos negócios relacionados a meios eletrônicos de pagamento, os quais incluem: (i) a Elo Serviços S.A. ("Elo Serviços"), empresa proprietária e gestora da nova bandeira "Elo" de cartões de crédito, débito e pré-pagos; (ii) integração da CBSS, direta ou indiretamente, aos negócios da Elo Participações S.A. ("Elo Participações"); e (iii) alienação para a CBSS pelo Bradesco e/ou suas afiliadas da IBI Promotora de Vendas Ltda. ("IBI Promotora") em setembro de 2011. Os demais negócios inicialmente previstos, ainda não finalizados, dependem da conclusão dos documentos definitivos e do cumprimento das formalidades legais e regulatórios aplicáveis.

Em agosto de 2010, a Bradesco Seguros, a ZNT Empreendimentos S.A. ("ZNT") e a Odontoprev firmaram com o BB Seguros S.A. ("BB Seguros") Memorando de Entendimentos, sem efeito vinculante, para o desenvolvimento e a comercialização de produtos do ramo odontológico.

Em fevereiro de 2010, celebramos Memorando de Entendimentos, sem efeito vinculante, com o Banco do Brasil e o Banco Santander S.A. ("Santander Brasil") com a finalidade de viabilizar a consolidação das operações de nossas respectivas Redes de Terminais de Autoatendimento Externos ("TAA Externos"- máquinas de autoatendimento instaladas fora do ambiente das agências).

Alienações

Em novembro de 2012, alienamos 308.676 ações de emissão da Serasa S.A. ("Serasa") à Experian Brasil Ltda. ("Experian Brasil"), subsidiária brasileira da Experian plc. O resultado da operação gerou um lucro antes dos impostos de R$793,3 milhões.

Em setembro de 2010, a Organização anunciou a venda de sua participação controladora na CPM Braxis S.A. (CPM) para a Capgemini S.A., reduzindo sua participação no capital total da CPM para 20%. Em fevereiro de 2012, após entrada de novos acionistas, a participação da Organização reduziu-se para 13,59%.

Bradesco Expresso – Correspondente Bancário

O Bradesco Expresso permite expandir nossa participação no segmento de correspondente bancário, por meio de parcerias firmadas com supermercados, farmácias, lojas de departamento e outras redes varejistas, garantindo a presença em todos os municípios brasileiros desassistidos pela rede bancária.

Os principais serviços que oferecemos através do Bradesco Expresso são:

- Recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas;
- Recepção e encaminhamento de propostas de empréstimos, financiamentos e cartões de crédito;
- Saques em conta corrente e poupança;
- Pagamento de benefícios do INSS;
- Depósitos em conta corrente e poupança;
- Consulta de saldo e extratos de conta corrente, poupança e INSS;
- Recebimento de contas de consumo, cobrança bancária e tributos; e
- Recarga de celular pré-pago.

Em 2012, houve um acréscimo de 8.214 pontos. Ao final de 2012, a rede do Bradesco Expresso totalizava 43.053 pontos de atendimento e uma média de 39,1 milhões de transações mensais ou 1,8 milhão de transações por dia útil.

Estratégia de Negócios

Os elementos-chave de nossa estratégia são: (i) a consolidação e a expansão de nossa posição como uma das principais instituições financeiras e de seguros do Brasil; (ii) a maximização do valor para o acionista; e (iii) a manutenção de padrões elevados de responsabilidade corporativa e sustentabilidade.

Para atingir esses objetivos, pretendemos seguir as estratégias abaixo:

Consolidar e aproveitar nossa Rede de Atendimento e nossa Marca como uma das principais instituições financeiras e de seguros no Brasil, que oferece uma carteira completa de produtos e serviços a todos os níveis da sociedade.

Acreditamos que nossa posição como uma das principais instituições financeiras do país, com presença em todas as regiões brasileiras, por meio de ampla rede de canais de distribuição, e exposição a pessoas físicas de todos os níveis de renda, bem como a empresas de pequeno, médio e grande porte, nos permitirá manter a estratégia de crescimento orgânico. Continuaremos, também, a expandir o segmento de negócios relacionado a produtos de seguros, previdência complementar e capitalização, para consolidar nossa liderança nesse setor. Como parte dessa estratégia, pretendemos ampliar as vendas de nossos produtos bancários tradicionais, seguros, previdência complementar e capitalização por meio de nossa vasta rede de agências, de nossos serviços disponíveis pela Internet e demais canais de distribuição. Estamos comprometidos com investimentos significativos em nossa plataforma de TI para sustentar esse crescimento. Além disso, pretendemos continuar a alavancar nossos relacionamentos com clientes de grande porte e pessoas físicas de alta renda, para desenvolver ainda mais nossas operações de banco de investimento, *private banking* e gestão de ativos, por intermédio do Bradesco BBI, Banco Bradesco Europa, Bradesco Securities e outras subsidiárias no Brasil e em centros financeiros de destaque, como Londres, Nova Iorque, Hong Kong e Tóquio.

Manter a qualidade dos ativos e os níveis de risco operacional.

Estamos centrados no crescimento sustentável para assegurar nossos padrões de qualidade de ativos e níveis de risco. Pretendemos manter a qualidade de nossa carteira de empréstimos por meio do

aprimoramento contínuo de nossos modelos de riscos de inadimplência, assegurando melhores resultados em crédito e provisões adequadas para eventuais perdas incorridas. Nossa estratégia envolve a manutenção de nossa política existente no negócio de seguros, de avaliação cuidadosa dos *spreads* de risco por intermédio de uma sólida análise atuarial, firmando, simultaneamente, contratos de resseguro com instituições de renome a fim de reduzir nossa exposição a grandes riscos.

Com relação à gestão de riscos, pretendemos manter nossa abordagem integrada, que utiliza método centralizado para identificar, avaliar, controlar, monitorar e atenuar os riscos operacionais e de crédito, mercado e liquidez. Pretendemos continuar a utilizar comitês especializados de gestão de risco para a adoção de políticas institucionais, diretrizes operacionais e limites de exposição ao risco, de acordo com as melhores práticas internacionais, a fim de manter os riscos operacionais em níveis adequados.

Complementar o crescimento orgânico com alianças estratégicas e buscar aquisições selecionadas.

Para complementar nossa estratégia de crescimento orgânico, buscamos constantemente oportunidades de alianças estratégicas e aquisições selecionadas para consolidar nossa posição como uma das principais instituições financeiras do Brasil e ampliar nossa presença em mercados em expansão como crédito direto ao consumidor, banco de investimento, corretora e seguros. Acreditamos que nossa parceria com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal em cartões de débito, crédito e pré-pagos para correntistas e não correntistas é um exemplo dessas oportunidades de crescimento. De forma similar, a participação na Odontoprev aumentou nossa presença no segmento de planos odontológicos, permitindo-nos solidificar nossa posição de liderança no mercado segurador. Continuaremos a nos concentrar na qualidade de ativos, potencial de sinergias operacionais, vendas e aquisição de *know-how* para maximizar o retorno para nossos acionistas.

Foco na responsabilidade corporativa e sustentabilidade como princípios centrais de nossa empresa.

Acreditamos que a responsabilidade corporativa e a sustentabilidade são fundamentais para nossas operações e incorporamos os três princípios a seguir à nossa estratégia global: finanças sustentáveis, gestão responsável e investimentos em projetos sociais e ambientais. Buscamos sempre desenvolver e incorporar conceitos de finanças sustentáveis ao processo de projeto e gerenciamento de nossos produtos e serviços e em nossos relacionamentos com clientes e fornecedores. Acreditamos que nossa inclusão nos índices de sustentabilidade da Bolsa de Valores de Nova York e da BM&FBOVESPA representa o reconhecimento de nosso sucesso na implementação de princípios de sustentabilidade. Como parte dessa estratégia, continuaremos a aplicar, em nossas atividades de financiamento e investimento, a análise de riscos socioambientais, de acordo com as práticas internacionais, inclusive os Princípios do Equador, que subscrevemos em 2004. A responsabilidade corporativa sempre foi um de nossos princípios fundamentais, como comprovado pelos investimentos significativos em educação, que vimos fazendo desde 1956, por intermédio da Fundação Bradesco, presente em todos os Estados brasileiros e Distrito Federal, com 40 Escolas próprias instaladas prioritariamente em regiões de acentuadas carências socioeconômicas, oferecendo ensino formal gratuito e de qualidade a crianças e jovens, na Educação Básica – da Educação Infantil ao Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos e na Formação Inicial e Continuada voltada à geração de emprego e renda.

4.B. Visão Geral dos Negócios

Nós operamos e administramos nossos negócios por meio de dois segmentos operacionais: (i) o segmento bancário; e (ii) o segmento de seguros, previdência e capitalização.

As informações, sobre segmentos, foram preparadas com base em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa Administração usa uma variedade de informações, incluindo financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não financeiras, medidas em diferentes bases. Desta forma, as informações contidas nos segmentos, foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e as informações consolidadas, foram preparadas segundo as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo IASB. Para mais informações quanto as diferenças entre os saldos dos resultados consolidados e por segmentos, veja “Item 5.A. Resultados operacionais – Resultados das operações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2011” e “Item 5.A. Resultados operacionais – Resultados das operações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2010”.

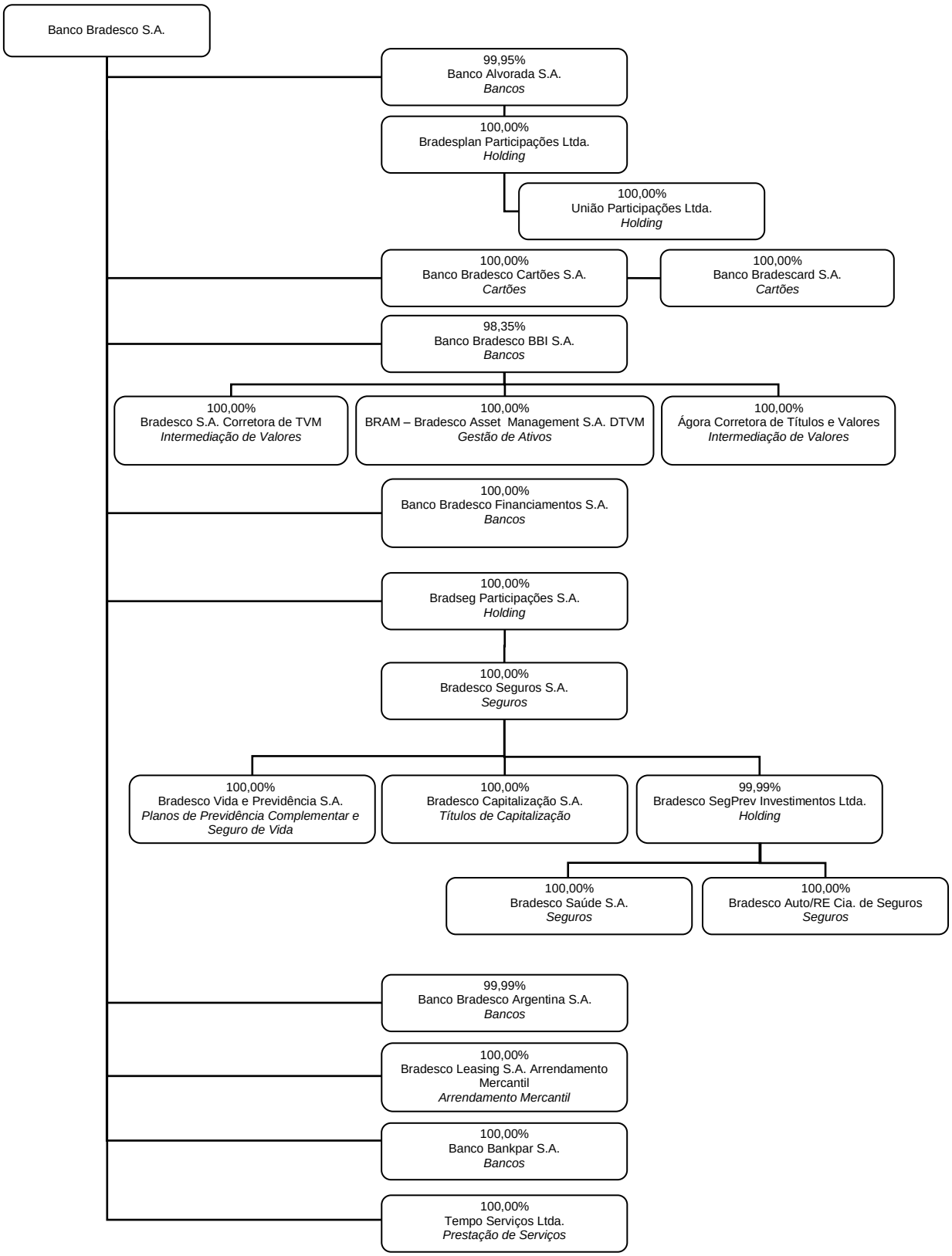
Em 31 de dezembro de 2012, conforme as fontes a seguir citadas entre parênteses, éramos:

- um dos líderes entre os bancos em depósitos de poupança, com R$ 69,0 bilhões, representando 13,9% dos depósitos de poupança no Brasil (Banco Central);
- um dos líderes de repasse nas operações de empréstimos do BNDES, desembolsando R$ 12,4 bilhões (BNDES);
- um dos líderes em operações de arrendamento mercantil no Brasil, com R$ 8,0 bilhões em aberto (ABEL);
- um dos maiores administradores de fundos e carteiras do Brasil, com R$ 441,8 bilhões no total de ativos de terceiros sob administração, dos quais R$ 147,7 bilhões são administrados pela nossa subsidiária, BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., ou "BEM DTVM", especializada em serviços de administração fiduciária, custódia e controladoria de recursos de terceiros (ANBIMA);
- um dos maiores emissores de cartões de crédito no Brasil, com 93,1 milhões de cartões de crédito emitidos entre as bandeiras Visa, American Express, Elo, MasterCard e *private label*, com faturamento em cartões de crédito e *private label* de R$ 103,5 bilhões (ABECS);
- líder nos serviços de cobrança registrada bancária no Brasil (Banco Central);
- o líder em cotas ativas de consórcio nos três segmentos: imóveis com 196.991 cotas; automóveis com 500.702 cotas e caminhões e tratores com 38.509 cotas (Banco Central);
- um dos líderes em financiamento de veículos ao consumidor, com participação de mercado de 15,4% (Banco Central);
- o líder entre os bancos no pagamento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social, conhecido como "INSS", com pagamento aos mais de 7,4 milhões de aposentados, pensionistas e outros beneficiários do INSS, que representam 24,6% do total de inscrições daquele Instituto (INSS); e
- a maior operadora de seguros e previdência aberta do Brasil, com R$ 44,3 bilhões em total de prêmios, contribuições de previdência complementar aberta e receitas de capitalização (SUSEP e ANS).

Além disso, o Bradesco foi considerado um dos bancos mais sólidos do mundo, de acordo com uma pesquisa da "*Bloomberg News*". O Banco ocupa o 13º lugar entre as 20 instituições do mundo, sendo a única instituição financeira genuinamente brasileira do *ranking*. O Bradesco foi considerado, também, "a melhor empresa para iniciar carreira" na categoria de Retenção de Jovens Talentos da revista "Você S/A", em parceria com a Fundação Instituto de Administração – FIA. O Bradesco recebeu o Prêmio "*Award for Excellence* 2012" da revista "Euromoney", nas categorias "*Best Bank in LatAm* e *Best Bank in Brazil"*. Recebeu, também, o prêmio "*Deals of the Year Awards"* da revista "Latin Finance" e o prêmio de "Melhor Relações com Investidores do Setor Financeiro", promovido pelas revistas "*IR magazine*, Revista RI e o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI".

Principais subsidiárias

A seguir, apresentamos um quadro simplificado contendo nossas principais subsidiárias nas atividades de serviços financeiros e seguros, e nossa participação com direito a voto em cada uma delas em 31 de dezembro de 2012 (todas consolidadas em nossas demonstrações contábeis no "Item 18. Demonstrações Contábeis"). Com exceção do Banco Bradesco Argentina, que foi constituído na Argentina, todas essas subsidiárias significativas foram constituídas no Brasil. Para mais informações em relação à consolidação de nossas subsidiárias significativas, veja Nota 2a de nossas demonstrações contábeis consolidadas no "Item 18. Demonstrações Contábeis".


Banco Bradesco S.A.
99,95%
Banco Alvorada S.A.
Bancos
100,00%
Bradesplan Participações Ltda.
Holding
100,00%
União Participações Ltda.
Holding
100,00%
Banco Bradesco Cartões S.A.
Cartões
100,00%
Banco Bradescard S.A.
Cartões
98,35%
Banco Bradesco BBI S.A.
Bancos
100,00%
Bradesco S.A. Corretora de TVM
Intermediação de Valores
100,00%
BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM
Gestão de Ativos
100,00%
Ágora Corretora de Títulos e Valores
Intermediação de Valores
100,00%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.
Bancos
100,00%
Bradseg Participações S.A.
Holding
100,00%
Bradesco Seguros S.A.
Seguros
100,00%
Bradesco Vida e Previdência S.A.
Planos de Previdência Complementar e Seguro de Vida
100,00%
Bradesco Capitalização S.A.
Títulos de Capitalização
99,99%
Bradesco SegPrev Investimentos Ltda.
Holding
100,00%
Bradesco Saúde S.A.
Seguros
100,00%
Bradesco Auto/RE Cia. de Seguros
Seguros
99,99%
Banco Bradesco Argentina S.A.
Bancos
100,00%
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
Arrendamento Mercantil
100,00%
Banco Bankpar S.A.
Bancos
100,00%
Tempo Serviços Ltda.
Prestação de Serviços

Receita por área de negócio

A tabela a seguir resume nossas principais receitas brutas por área de negócio relativamente aos períodos indicados:

Exercício findo em 31 de dezembro de	Em milhares de reais		
	2012	2011	2010
Atividade Bancária			
Empréstimos e adiantamentos [(1)]	54.433.883	52.890.045	43.574.580
Tarifas e comissões	13.885.450	11.989.868	10.450.714
Seguros e planos de previdência complementar			
Prêmios retidos de seguros e plano de previdência	40.176.745	34.315.543	27.994.116

[(1)] Inclui empréstimos industriais, financiamento por cartões de crédito, empréstimos em conta corrente, financiamento ao comércio e empréstimos estrangeiros.

Para mais informações sobre nossos segmentos, veja “Item 5.A. Resultados Operacionais” e Nota 5 das nossas demonstrações contábeis consolidadas no “Item 18. Demonstrações Contábeis”.

Não discriminamos as nossas receitas por região geográfica dentro do Brasil e menos de 10,0% de nossas receitas advém de operações internacionais. Para mais informações sobre nossas operações internacionais, veja “- Atividade Bancária Internacional”.

Atividade bancária

Possuímos uma base diversificada de clientes, que inclui tanto pessoas físicas, quanto pequenas, médias e grandes empresas no Brasil. Historicamente, temos cultivado uma presença mais forte no segmento mais amplo do mercado brasileiro, a população de média e baixa renda. Em 1999, criamos nosso Departamento de *Corporate* para atender os clientes pessoas jurídicas, com faturamento anual superior a R$ 250 milhões e o Departamento de *Private Banking*, para pessoas físicas com recursos de, no mínimo, R$ 3 milhões de ativos líquidos. Em 2002, criamos o Departamento Bradesco Empresas, responsável pelos clientes pessoas jurídicas, com faturamento anual entre R$ 30 milhões e R$ 250 milhões, visando à ampliação de nossa atuação no segmento de *middle corporate market*. Em 2003, lançamos o Bradesco *Prime*, oferecendo serviços a clientes pessoas físicas, que têm uma renda mensal a partir de R$ 9.000 ou disponibilidade de investimento imediato acima de R$ 100.000. As empresas de pequeno porte, com faturamento anual de até R$ 30 milhões, bem como as pessoas físicas, com renda mensal inferior a R$ 9.000 são atendidas pelo nosso segmento "Bradesco Varejo". Para mais informações, veja "Canais de distribuição" e "Distribuição especializada de produtos e serviços".

O diagrama a seguir demonstra os principais números de nossa Atividade Bancária em 31 de dezembro de 2012:

25,7 milhões de Contas Correntes	**Canais de Distribuição**	**Produtos e Serviços**
• Grandes empresas, com faturamento anual acima de R$ 250 milhões. • Empresas médias, com faturamento anual entre R$ 30 milhões e R$ 250 milhões. • Empresas pequenas, com faturamento anual de até R$ 30 milhões. • Pessoas Físicas. • Clientes pessoa física *Private*, com um mínimo de R$ 3 milhões para investimento. • Clientes pessoa física *Prime*, com renda mensal a partir de R$ 9 mil ou investimentos a partir de R$ 100 mil.	• 4.686 agências. • 5.237 postos e pontos de atendimento bancário. • 34.859 máquinas de autoatendimento. • 43.053 Bradesco Expresso (Correspondentes). • Operações bancárias por telefone. • Operações bancárias pela Internet. • Operações bancárias por celular. • 70 filiais do Bradesco Financiamentos; 19 filiais e 1.301 correspondentes da Bradesco Promotora. • 12.975 máquinas da Rede Banco24Horas	• Captação de depósitos. • Operações de crédito. • Cartões de crédito, de débito e pré-pagos. • Gestão de recebimentos e pagamentos. • Gestão de ativos. • Serviços relativos a mercados de capitais e atividades bancárias de investimento. • Serviços de intermediação e negociação. • Serviços de ações, custódia e controladoria. • Serviços bancários internacionais. • Consórcios.

A tabela a seguir demonstra os dados financeiros selecionados para nosso segmento de atividade bancária para os períodos indicados:

Exercício findo em 31 de dezembro de	Em milhares de reais		
	2012	2011	2010
Dados da Demonstração de Resultado			
Resultado líquido de juros	39.181.426	31.379.722	28.223.501
Despesas com perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(10.925.404)	(9.275.421)	(6.354.670)
Outras receitas e despesas [(1)]	(20.301.375)	(13.063.262)	(12.497.956)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**7.954.647**	**9.041.039**	**9.370.875**
Imposto de renda e contribuição social	(273.930)	(1.305.702)	(2.416.284)
Lucro líquido do exercício	**7.680.717**	**7.735.337**	**6.954.591**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	7.672.233	7.724.917	6.943.764
Lucro líquido atribuível a acionistas não controladores	8.484	10.420	10.827
Dados do Balanço Patrimonial			
Ativos Totais	750.410.472	657.903.426	548.664.554
Dados selecionados dos resultados das operações			
Receita de juros e similares			
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6.758.555	8.469.093	6.759.299
Empréstimos e adiantamentos a clientes	47.675.328	44.420.954	36.815.282
Ativos financeiros	17.013.594	15.913.414	9.828.935
Depósitos compulsórios no Banco Central	3.808.229	6.112.337	2.869.307
Outras receitas financeiras de juros	37.540	40.774	35.707
Despesa de juros e similares			
Recursos de instituições financeiras	(18.563.193)	(23.215.922)	(14.065.917)
Recursos de clientes	(11.224.649)	(14.974.545)	(11.296.932)
Recursos de emissão de títulos	(3.439.647)	(2.598.702)	(699.640)
Dívidas subordinadas	(2.884.331)	(2.787.681)	(2.022.540)
Resultado líquido de juros	**39.181.426**	**31.379.722**	**28.223.501**
Resultado líquido de serviços e comissões	**13.885.450**	**11.989.868**	**10.450.714**

Obs.: Os dados apresentados acima incluem resultados de partes relacionadas de outros segmentos não eliminados.

[(1)] Para mais informações, consultar "Item 5.A. Resultados Operacionais".

Nós possuímos uma base de clientes segmentada. Tendo em vista atender as necessidades de cada segmento, disponibilizamos uma gama de produtos e serviços bancários, incluindo:

- captação de depósitos com clientes, inclusive contas correntes, contas de poupança e depósitos a prazo;
- empréstimos e adiantamentos (à pessoa física e jurídica, financiamentos imobiliários, microcrédito, repasses de empréstimos do BNDES, crédito rural, arrendamento mercantil, entre outros);
- cartões de crédito, cartões de débito e cartões pré-pagos;
- gestão de recebimentos e pagamentos;
- gestão de ativos;
- serviços relativos a mercados de capitais e atividades bancárias de investimento;
- serviços de intermediação e negociação;
- serviços de ações, custódia e controladoria;

- serviços bancários internacionais; e
- consórcios.

Atividades de captação de depósitos com clientes

Oferecemos aos nossos clientes uma variedade de produtos e serviços de depósitos por meio de nossas agências, os quais incluem:

- contas correntes sem remuneração, nas modalidades:

  - **Conta Fácil** – reúne sob o mesmo número, uma conta corrente e uma conta de poupança movimentadas com um único cartão;

  - **Click Conta** – conta com tarifa "zero" para o menor com idade entre 11 a 17 anos. Disponibiliza exclusivo *site* na Internet e cartão de débito, serviço de mesada automática, cursos *on-line* gratuitos, e entre outros benefícios;

  - **Conta Universitária** – conta corrente com foco no jovem em fase universitária, dispõe de tarifa reduzida, crédito subsidiado, *site* exclusivo na Internet, cursos *on-line* gratuitos, entre outros benefícios destinados a esse público; e

  - **Conta Bônus Celular** – tem como principal característica a devolução dos valores pagos com a tarifa mensal da conta corrente, em forma de bônus no celular pré-pago do cliente.

- contas de poupança tradicionais, que rendem atualmente a taxa referencial, conhecida como "TR", mais 6,2% de juros ao ano, quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou, "TR" mais 70% da SELIC, quando a SELIC for inferior a 8,5% ao ano;

- depósitos a prazo, que são representados por certificados de depósitos bancários - "CDBs" e rendem juros a uma taxa fixa ou variável; e

- depósitos interfinanceiros, captados unicamente de instituições financeiras, que são representados por certificados de depósitos interbancários - "CDIs" e rendem a taxa de depósitos interbancários.

Em 31 de dezembro de 2012, possuíamos 25,7 milhões de clientes correntistas, com 24,2 milhões de clientes correntistas pessoas físicas e 1,5 milhão de clientes correntistas pessoas jurídicas. Na mesma data, possuíamos 48,6 milhões de contas de poupança.

A tabela a seguir apresenta um desdobramento por tipo de produto de nossos depósitos nas datas indicadas:

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais, exceto porcentagens					
	2012		2011		2010	
Recursos de clientes						
Depósitos à vista	**37.684.126**	**17,9%**	**32.535.978**	**15,0%**	**35.775.239**	**18,6%**
Reais	37.216.483	17,7%	32.090.220	14,8%	35.389.537	18,4%
Moeda estrangeira	467.643	0,2%	445.758	0,2%	385.702	0,2%
Depósitos de poupança	**69.041.721**	**32,8%**	**59.656.319**	**27,6%**	**53.435.652**	**27,8%**
Reais	69.041.721	32,8%	59.656.319	27,6%	53.435.652	27,8%
Depósitos a prazo	**104.045.463**	**49,4%**	**124.128.641**	**57,4%**	**102.157.837**	**53,1%**
Reais	80.846.398	38,4%	104.114.818	48,1%	94.723.153	49,2%
Moeda estrangeira	23.199.065	11,0%	20.013.823	9,3%	7.434.684	3,9%
Total de recursos de clientes	**210.771.310**	**100,0%**	**216.320.938**	**100,0%**	**191.368.728**	**99,4%**
Outros	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.107.220**	**0,6%**
Total	**210.771.310**	**100,0%**	**216.320.938**	**100,0%**	**192.475.948**	**100,0%**

Oferecemos aos nossos clientes alguns serviços adicionais, como por exemplo:

- "depósitos identificados", que permitem aos nossos clientes identificar depósitos efetuados em favor de um terceiro, por meio do uso de um número de identificação pessoal; e
- "transferências bancárias", em tempo real, de conta corrente ou poupança para ou entre contas correntes ou contas de poupança, incluindo contas em outros bancos.

Empréstimos e Adiantamentos a Clientes

A tabela a seguir apresenta um desdobramento por tipo de produto de nossos empréstimos e adiantamentos a clientes no Brasil, nas datas indicadas:

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais		
	2012	2011	2010
Empréstimos e adiantamentos a clientes em aberto por tipo de operação			
Outros empréstimos e adiantamentos a pessoas físicas	69.096.406	58.014.635	48.769.011
Financiamento imobiliário	22.302.967	15.930.568	10.186.535
Repasses BNDES/Finame	35.703.861	35.398.656	29.554.340
Outros empréstimos e adiantamentos a pessoas jurídicas	91.079.090	85.760.876	71.611.871
Crédito rural	11.580.061	11.036.251	10.179.753
Leasing	8.035.454	11.550.838	16.365.943
Cartão de crédito	22.646.420	20.252.191	18.474.095
Financiamento à importação e exportação	29.245.863	25.577.600	20.494.370
Total	**289.690.122**	**263.521.615**	**225.635.918**

A tabela a seguir apresenta um resumo da concentração de nossos empréstimos e adiantamentos a clientes em aberto por tomador, nas datas indicadas:

Em 31 de dezembro de	2012	2011	2010
Tomador			
O maior tomador	0,9%	0,9%	1,2%
Os 10 maiores tomadores	5,2%	5,2%	5,8%
Os 20 maiores tomadores	8,1%	8,6%	9,1%
Os 50 maiores tomadores	12,9%	14,0%	14,6%
Os 100 maiores tomadores	16,9%	18,1%	18,5%

Nossos empréstimos e adiantamentos a clientes, que incluem, principalmente, crédito ao consumidor, empréstimos a pessoa jurídica e crédito rural, totalizaram R$ 289,7 bilhões em 31 de dezembro de 2012.

Empréstimos e Adiantamentos ao consumidor

Concedemos um volume significativo de empréstimos a clientes pessoas físicas, que nos permite evitar a concentração de créditos individuais, bem como os benefícios da fidelização do cliente. Tais empréstimos consistem, basicamente, de:

- empréstimos a curto prazo, concedidos por nossas agências aos nossos correntistas e, dentro de certos limites, por meio de nossa rede de caixas eletrônicos, que têm vencimento médio de quatro meses e incidência de uma taxa de juros média de 6,6% ao mês em 31 de dezembro de 2012;
- financiamento de automóveis, com vencimento médio de quinze meses e taxa de juros média de 1,3% ao mês em 31 de dezembro de 2012; e

- empréstimos por meio de saques a descoberto em contas correntes (ou “cheque especial”), com liquidação média de um mês e sujeitos a taxas de juros, que variavam de 8,1% a 8,8% no mês, em 31 de dezembro de 2012.

Também concedemos linhas de crédito por crédito rotativo e empréstimos a prazo tradicionais. Em 31 de dezembro de 2012, tínhamos em aberto adiantamentos, financiamentos de automóveis, empréstimos ao consumidor e empréstimos por crédito rotativo, no valor total de R$ 69,1 bilhões, representando 23,9% de nossa carteira de empréstimos e adiantamentos naquela data. Com base nos empréstimos em aberto naquela data, detínhamos uma participação de 12,9% do mercado brasileiro de empréstimos ao consumidor, conforme informações disponibilizadas pelo Banco Central.

O Banco Bradesco Financiamentos (“Bradesco Financiamentos”) oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor e arrendamento mercantil para aquisição de veículos, além de empréstimos consignados, públicos e privados, no Brasil.

Junto com a BF Promotora de Vendas Ltda. (“BF Promotora”), e com a marca “Bradesco Financiamentos”, oferecemos financiamento e/ou arrendamento mercantil de veículos por meio de nossa extensa rede de correspondentes no país, composta por revendas e concessionárias de veículos leves, pesados e motos.

Através da marca “Bradesco Promotora”, oferecemos crédito consignado aos aposentados e pensionistas do INSS, servidores públicos e militares, empregados de empresas privadas conveniadas, bem como produtos agregados (seguros, previdência, capitalização, cartões, consórcios e outros).

Financiamentos imobiliários

Em 31 de dezembro de 2012, tínhamos em aberto 69.857 contratos de empréstimos sob hipoteca ou alienação residencial. Das unidades que tiveram sua produção financiada por empréstimos à construtoras e incorporadoras, pelas entidades financeiras, atingimos 35,1% de participação, conforme dados disponibilizados pelo Banco Central. Em 31 de dezembro de 2012, o valor global em aberto desses empréstimos totalizava R$ 22,3 bilhões, representando 7,7% de nossas operações de empréstimos e adiantamentos.

Os financiamentos imobiliários são realizados pelo SFH - Sistema Financeiro Habitacional, pela CHH - Carteira Hipotecária Habitacional ou pela CHC - Carteira Hipotecária Comercial. Os financiamentos do SFH ou da CHH com prestações variáveis são realizados a taxas de juros anuais de 8,9% a 11,0% mais TR e de 13,0% pelo CHC.

Os empréstimos residenciais do SFH e CHH têm prazo máximo de até 30 anos e os empréstimos comerciais de até 10 anos.

Nossos empréstimos para término de construção, concedidos a pessoas físicas, possuem prazo total estipulado de até 360 meses, sendo 24 meses para término da obra, 2 meses de carência e o restante para retorno do empréstimo. Os pagamentos são efetuados à taxa de juros de 10,5% ao ano mais a variação da TR para imóveis enquadrados nas regras do SFH, ou taxa de juros de 11,0% ao ano mais a variação da TR, para imóveis enquadrados no CHH.

Também concedemos financiamentos de plano empresário no SFH. Estes financiamentos são para construção, cujo prazo para obra é de até 36 meses e o retorno do empréstimo tem prazo de até 36 meses, após a averbação da construção. Estes empréstimos são efetuados com base na variação da TR e taxa de juros de 12 a 13% ao ano, durante a fase de construção no SFH e TR mais 14% ao ano, para retorno quando CHH.

A regulamentação do Banco Central exige que concedamos financiamentos imobiliários habitacionais, no mínimo, iguais a 65% do saldo de nossas contas de poupança. Podem ser utilizados para satisfazer esta exigência, além de financiamentos imobiliários residenciais diretos, letras hipotecárias, empréstimos imobiliários residenciais baixados e outros financiamentos. Em geral, não financiamos mais de 80% do preço de compra ou do valor de mercado de um imóvel, o que for menor.

Em novembro e dezembro de 2012, o Banco Central autorizou e determinou as condições para emissão de letras de crédito imobiliário também por bancos de investimentos.

Microcrédito

Concedemos microcrédito a indivíduos de baixa renda e pequenas empresas, de acordo com a regulamentação do Banco Central, que exige que os bancos direcionem 2% de seus depósitos à vista a tais operações de empréstimos. Começamos a conceder microcréditos em agosto de 2003. Em 31 de dezembro de 2012, tínhamos 83.778 operações de microcrédito em aberto, totalizando R$ 80,3 milhões.

Conforme a regulamentação do Banco Central, a maioria das operações tem uma taxa de juros efetiva máxima de 2% ao mês. Entretanto, as operações de microcrédito produtivo orientado tem uma taxa de juros efetiva de 4% ao mês. O CMN exige que o valor máximo emprestado a qualquer tomador fique limitado a: (i) R$ 2.000 para pessoas físicas em geral; (ii) R$ 5.000 para pessoas físicas, para viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, ou para microempresas; e (iii) R$ 40.000 nas operações de microcrédito produtivo orientado. Além disso, o prazo das operações de microcrédito não pode ser inferior a 120 dias e a taxa de abertura de crédito deve variar entre 2,0% e 3,0% do valor do crédito concedido.

Repasses do BNDES

O governo brasileiro tem um programa para conceder empréstimos de longo prazo financiados pelo próprio governo, com taxas de juros abaixo do mercado a setores da economia que tenha escolhido para desenvolver. Nós tomamos recursos segundo esse programa ou (i) do BNDES, que é um banco brasileiro de desenvolvimento do governo federal, ou (ii) da Agência Especial de Financiamento Industrial – ou "Finame", a subsidiária de financiamento de equipamentos do BNDES. Nós então repassamos os recursos para os tomadores nos setores dirigidos da economia. Determinamos a margem sobre os empréstimos com base nos créditos dos tomadores. O repasse, cujo risco é nosso, é efetuado com obtenção de garantias reais.

De acordo com o BNDES, no ano de 2012, desembolsamos R$ 12,4 bilhões, dos quais 67,6% para micro, pequenas e médias empresas. A carteira de repasses do BNDES totalizou R$ 35,7 bilhões em 31 de dezembro de 2012, representando 12,3% de nossa carteira de empréstimos e adiantamentos naquela data.

Outros empréstimos a pessoas jurídicas

Concedemos empréstimos tradicionais para as necessidades diárias de nossos clientes pessoas jurídicas. Tínhamos R$ 91,1 bilhões de empréstimos em aberto a pessoas jurídicas, representando 31,4% de nossa carteira de empréstimos e adiantamentos em 31 de dezembro de 2012. Oferecemos uma grande variedade de empréstimos a nossos clientes brasileiros pessoas jurídicas, inclusive:

- empréstimos a curto prazo de até 29 dias;
- empréstimos para capital de giro para cobrir necessidades de caixa de nossos clientes;
- contas correntes garantidas e cheque especial pessoa jurídica;
- desconto de duplicatas, notas promissórias, cheques, recebíveis de cartões de crédito e fornecedores, e uma série de outros recebíveis;
- financiamento de compras e vendas de bens e serviços;
- crédito imobiliário pessoa jurídica;
- linhas de investimentos para a aquisição de ativos e maquinários; e
- fiança garantia.

Esses produtos de empréstimos em geral sofrem incidência de uma taxa de juros entre 0,8% e 8,3% ao mês.

Crédito Rural

Concedemos empréstimos ao setor rural financiados com recursos oriundos de parcela de depósitos à vista, conforme regulamentação do Banco Central, repasses de empréstimos do BNDES e recursos próprios. Em 31 de dezembro de 2012, a carteira de crédito rural totalizava R$ 11,6 bilhões, representando 4,0% de nossos empréstimos e adiantamentos. Conforme regulamentação do Banco

Central, os empréstimos oriundos de depósitos compulsórios são oferecidos a uma taxa fixa. A taxa fixa anual era 5,5% em 31 de dezembro de 2012. O vencimento desses empréstimos em geral coincide com o ciclo da respectiva colheita, com o principal vencendo na época que a colheita é vendida. Para os repasses de empréstimos do BNDES, destinados a investimentos ao setor rural, o prazo é de até 5 anos, com vencimentos semestrais ou anuais. Como garantia de tais empréstimos, geralmente, obtemos uma hipoteca sobre a área na qual a atividade rural financiada é exercida.

Desde julho de 2012, os regulamentos do Banco Central nos obrigaram a utilizar no mínimo 34% da média anual (de junho a maio do ano seguinte) de nossos depósitos à vista para fornecer crédito ao setor rural. Se ao final do mês de junho não atingirmos os 34% de percentual mínimo, deveremos depositar o valor não direcionado em uma conta não remunerada no Banco Central ou pagar 40% deste saldo sob a forma de multa.

Arrendamento mercantil

Segundo a ABEL, em 31 de dezembro de 2012, nossas empresas de arrendamento mercantil estavam entre as líderes do setor, com 19,5% de participação do mercado. Segundo a mesma fonte, o valor presente das carteiras de arrendamento mercantil no Brasil em 31 de dezembro de 2012 era de R$ 41,3 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2012, possuíamos 319.721 contratos de arrendamento mercantil em aberto, totalizando R$ 8,0 bilhões, representando 2,8% de nossa carteira de empréstimos e adiantamentos.

O mercado brasileiro de arrendamento mercantil é dominado por grandes bancos e empresas afiliadas a fabricantes de veículos, tanto brasileiros quanto estrangeiros. Os contratos de arrendamento mercantil brasileiros em geral se referem a veículos, computadores, maquinário industrial e outros equipamentos.

Oferecemos, substancialmente, contratos de arrendamento mercantil financeiro (em contraposição ao operacional). Nossas operações de arrendamento mercantil envolvem, basicamente, o arrendamento de caminhões, guindastes, aeronaves e maquinário pesado. Em 31 de dezembro de 2012, 66,8% de nossos contratos de arrendamento mercantil em vigor se referiam a automóveis, em comparação a 56,7% do mercado brasileiro de arrendamento mercantil como um todo.

Conduzimos nossas operações de arrendamento através da nossa principal empresa de arrendamento mercantil, a Bradesco Leasing e também pelo Bradesco Financiamentos.

Obtemos financiamento para nossas operações de arrendamento mercantil, basicamente, por meio da emissão de debêntures e títulos no mercado doméstico.

Em 31 de dezembro de 2012, a Bradesco Leasing possuía R$ 67,7 bilhões de debêntures em circulação no mercado doméstico. Estas debêntures têm vencimento em 2028 e incorrem juros mensais com base na taxa do CDI (taxa de juros interbancária).

Termos dos contratos de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro representam uma fonte de financiamento de médio e longo prazo para clientes brasileiros. Segundo as leis brasileiras, o prazo mínimo de contratos de arrendamento mercantil financeiro é de 24 meses para operações referentes a produtos com uma vida útil média de 5 anos ou menos e de 36 meses para operações referentes a produtos com uma vida útil média superior a 5 anos. Não existe um prazo máximo determinado por lei para contratos de arrendamento mercantil. Em 31 de dezembro de 2012, o vencimento médio remanescente dos contratos em nossa carteira de arrendamento mercantil era de aproximadamente 51 meses.

Cartões de crédito

Fomos o primeiro banco a emitir cartões de crédito no Brasil em 1968 e, em 31 de dezembro de 2012, éramos um dos maiores emissores do Brasil, com uma base de 93,1 milhões de cartões de crédito e *Private Label*. Oferecemos cartões de crédito Visa, American Express, Elo, MasterCard e *Private Label* a nossos clientes, aceitos em mais de 200 países.

O Bradesco e a Claro (companhia de telefonia móvel) firmaram parceria para atuarem no segmento de pagamentos móveis (*M-Payment*). Dentre as iniciativas previstas estão o lançamento de moedeiro eletrônico (cartão pré-pago operado via celular), e a utilização de tecnologia sem contato NFC (*Near Field*

Communication) nas transações via celular. Em dezembro de 2012, passamos a emitir cartões de débito com a tecnologia NFC para clientes do Segmento Prime, além de anunciar o desenvolvimento da mesma tecnologia NFC também para celulares.

Auferimos receitas de nossas operações de cartões de crédito por meio de:

- taxas sobre compras efetuadas nos estabelecimentos comerciais;
- tarifas de emissão/anuidades;
- juros sobre os saldos financiados;
- juros e tarifas sobre saques efetuados nos caixas eletrônicos; e
- juros sobre antecipação dos valores a serem recebidos pelos estabelecimentos, que efetuaram vendas aos portadores de cartão de crédito.

Oferecemos aos nossos clientes a mais completa linha de cartões de crédito e serviços correlatos, inclusive:

- cartões emitidos e com uso restrito ao Brasil;
- cartões internacionais, válidos no Brasil e no Exterior;
- cartões destinados a clientes com elevados gastos, tais como: o “Gold”, o “Platinum” e o “Infinite/Black” das bandeiras Visa, American Express e MasterCard;
- cartões múltiplos, uma combinação no mesmo plástico das funções crédito e débito, que além das tradicionais transações bancárias, os associados do cartão também podem utilizá-lo para transações de compras;
- cartões para pessoas jurídicas, aceitos no âmbito nacional e internacional;
- cartões com marcas compartilhadas, mais conhecidos como *co-branded*, emitidos por meio de parcerias com empresas;
- cartões afinidades, emitidos por meio de associações civis, tais como: clubes esportivos e organizações não governamentais;
- cartões “CredMais”, para funcionários de empresas com a folha de pagamento no Bradesco, com taxas mais atrativas para o financiamento rotativo e cartões de crédito “CredMais INSS” para pensionistas e outros beneficiários do INSS, que possuem menores juros para financiamento;
- cartões *Private Label*, destinados exclusivamente a clientes de estabelecimentos varejistas, com a finalidade de alavancar negócios e fidelizar os clientes aos estabelecimentos, que podem ou não ter bandeira para uso fora do estabelecimento;
- “CPB” e “EBTA” - cartões virtuais destinados às pessoas jurídicas para gestão e controle das despesas com passagens aéreas;
- Cartão destinado às empresas transportadoras, embarcadoras, gerenciadoras de risco e caminhoneiros, com funções múltiplas de pré-pago e débito em conta;
- “Cartão contactless”, que permite que o cliente simplesmente coloque o cartão próximo ao leitor para que o pagamento seja efetuado;
- “MoneyCard – Visa Travel Money e o Global Travel Card”, duas modalidades de cartão internacional pré-pago em moeda estrangeira para utilização em viagens ao exterior;
- “Agrocard Bradesco” - específico para produtores rurais com as funções crédito e débito. Os detentores destes cartões podem comprar produtos rurais nas lojas credenciadas à Rede Cielo;
- “Cartão Corporate Mastercard Black” - desenvolvido para executivos, com serviços disponíveis como: o *Priority Pass*, que dá acesso a mais de 600 salas VIPs dos aeroportos e o *Showpass*, que facilita a compra de ingressos para espetáculos e promoções exclusivas na Plataforma Black;

- "Cartões pré-pagos Prepax Presente" - emitidos pela Alelo, uma alternativa moderna, prática e segura para presentear em casamentos, aniversários e formaturas, entre outros eventos. O comprador define o valor do crédito e tem a opção de escolher um tema comemorativo ou personalizar o plástico com uma imagem pessoal;

- "Cartões de benefícios Alimentação, Refeição e Natal Alimentação Elo" - além de reduzir o custo operacional, a proposta de valor desse negócio é aumentar a eficiência dos meios de pagamentos, com 100% das transações eletrônicas, oferecendo maior segurança e conveniência para as empresas e para os trabalhadores; e

- Serviço Pagamento de Contas de Consumo e Tributos (via código de barras) por meio da opção cartão de crédito, no canal internet *banking*. Com este serviço, os clientes tem um prazo de até 40 dias para concentrar o pagamento de suas contas em uma só data de vencimento e ainda gerar pontos/créditos para os Programas de Recompensa, que possuírem em seu Cartão Bradesco.

Em 31 de dezembro de 2012, tínhamos registrado mais de 62 parceiros com cartões *co-branded*, afinidade e *Private Label*/híbridos. A oferta de cartões de crédito a esse público integra nossa estratégia de relacionamento com o cliente, disponibilizando produtos bancários, como seguros e financiamentos aos associados dos cartões de crédito.

A tabela a seguir apresenta um desdobramento de todos os tipos de cartões de crédito emitidos no Brasil, nos anos indicados:

	Em milhões		
	2012	**2011**	**2010**
Base de cartões			
Crédito	93,1	91,3	86,5
Faturamento – R$			
Crédito	**103.542,5**	**89.624,1**	**75.561,0**
Número de transações			
Crédito	**1.225,6**	**1.105,8**	**959,1**

Cartões de débito

Começamos a emitir cartões de débito em 1981, sob o nome "Bradesco Instantâneo". Em 1999, começamos a converter todos os nossos cartões de débito "Bradesco Instantâneo" em novos cartões chamados cartões "Bradesco Visa Electron". Os clientes detentores de cartões de débito Bradesco podem utilizá-los na aquisição de bens e serviços em estabelecimentos e saques em toda a rede de autoatendimento no Brasil e na rede "Plus" no exterior. O valor da compra é debitado da conta do portador do cartão, eliminando a inconveniência e a burocracia do cheque.

Soluções de Cash Management

Gestão de recebimentos e pagamentos

Para atender às necessidades de gestão de caixa (*cash management*) dos clientes, tanto do setor público quanto do privado, o Bradesco oferece várias soluções eletrônicas para a gestão de recebimentos e pagamentos, apoiadas por ampla rede de agências, correspondentes bancários e canais eletrônicos, que objetivam maior rapidez e segurança das informações e na movimentação dos recursos dos clientes.

As soluções oferecidas incluem: (i) a prestação de serviços de cobranças e pagamentos; e (ii) o gerenciamento *on-line* de recursos, permitindo que nossos clientes paguem fornecedores, salários, impostos e outras contribuições devidas às entidades governamentais ou públicas.

Essas soluções, que também podem ser customizadas, facilitam o dia a dia de nossos clientes e também, contribuem para a geração de outros negócios.

Nossas receitas são auferidas por meio de tarifas sobre serviços de cobrança, arrecadação e processamento de pagamentos e, também, pelo trânsito dos recursos recebidos até a sua disponibilização aos favorecidos.

Global Cash Management

O *Global Cash Management* visa estruturar soluções para empresas estrangeiras, que atuam no mercado brasileiro e empresas brasileiras, que realizam negócios no mercado internacional. Por meio de soluções personalizadas, parcerias com bancos internacionais e acesso à rede SWIFT, oferecemos produtos e serviços para o gerenciamento de caixa dessas empresas.

Solução de recebimentos e pagamentos

Em 2012, foram realizados 857 milhões de recebimentos por meio da cobrança, custódia de cheques, depósitos identificados e ordens de crédito através do nosso sistema de teleprocessamento (ordem de crédito por teleprocessamento ou OCT), um crescimento de 8,6% quando comparado com o mesmo período de 2011.

O volume processado em 2012, através dos meios eletrônicos (Pag-For Bradesco, Net Empresa e Pagamento Eletrônico de Tributos) foi de 545 milhões de documentos, apresentando um crescimento de 20,9%, quando comparado com o mesmo período de 2011.

Soluções em cadeias produtivas

A área de “Cadeias Produtivas” busca soluções personalizadas, observando as características de cada setor e atividade econômica. O objetivo desse trabalho é facilitar o relacionamento e interligação entre todos os integrantes das cadeias produtivas – empresas âncora e seus clientes, fornecedores, distribuidores, prestadores de serviços, funcionários, dentre outros. Dessa forma, é possível ampliar a base de clientes, aumentar o volume de negócios e intensificar a fidelização junto ao Banco, por meio de ações estruturadas e direcionadas.

Soluções em franquias

A área de Franquias busca soluções personalizadas e direcionadas às características e necessidades do *franchising* brasileiro (franqueadores e franqueados). O objetivo desse trabalho é o atendimento centralizado a todos os franqueados das redes conveniadas com o Banco, aumentando a quantidade de clientes e o volume de negócios junto a este importante setor da economia nacional.

Soluções de poder público

A Administração Pública também necessita de agilidade e tecnologia em seu dia a dia. Para atender a esse mercado, dispomos de uma área específica e oferecemos atendimento especializado a Entes e Órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, além das Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e de Economia Mista, Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), Forças Auxiliares (Polícias Federal, Militar e Civil) e Notários e Registradores, identificando oportunidades de negócios e estruturando soluções sob medida.

Um *site* exclusivo foi desenvolvido para esses clientes (www.bradescopoderpublico.com.br), apresentando soluções corporativas de pagamentos, recebimentos, recursos humanos e tesouraria aos governos federal, estadual e municipal, atendendo às necessidades e expectativas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O portal também reserva espaço exclusivo aos servidores públicos e militares e traz todos os produtos e serviços que o Bradesco disponibiliza a esses clientes.

O relacionamento é realizado por meio de plataformas exclusivas de atendimento localizadas em todo o território nacional e dispõe de gerentes de relacionamento especializados para atender a esses clientes.

No ano de 2012, o Banco participou de licitações promovidas pelo Poder Público e obteve êxito superior a 90% nas disputas. Além disso, assumiu a liderança nos pagamentos de benefícios do INSS, com aproximadamente 7,3 milhões de aposentados e pensionistas.

Gestão e administração de ativos

Administramos e gerimos recursos de terceiros através de:

- fundos mútuos;
- carteiras de investimentos de pessoas físicas e jurídicas;
- fundos de previdência complementar, inclusive os ativos que garantem as provisões técnicas da Bradesco Vida e Previdência;
- seguradoras, inclusive os ativos que garantem as provisões técnicas da Bradesco Seguros; e
- FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), FIIs (Fundos de Investimentos Imobiliários) e FIPs (Fundos de Investimento em Participações).

Em 31 de dezembro de 2012, administrávamos ou geríamos 1.373 fundos e 231 carteiras, atendendo 3,2 milhões de investidores. Esses fundos formam uma ampla família de fundos de renda fixa, renda variável, e multimercados, entre outros.

As tabelas a seguir apresentam o patrimônio líquido dos fundos e carteiras sob administração, a quantidade de cotistas e a quantidade de fundos de investimento e carteiras administradas nas datas indicadas.

Distribuição do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de	Em milhares de reais	
	2012	2011
Fundos de Investimento		
Renda Fixa	369.287.183	283.632.556
Renda Variável	28.645.545	26.471.324
Cotas de Fundos de Terceiros	8.781.502	6.103.154
Total	**406.714.230**	**316.207.034**
Carteiras Administradas		
Renda Fixa	24.573.236	10.549.837
Renda Variável	9.301.431	7.446.961
Cotas de Fundos de Terceiros	1.242.315	1.166.162
Total	**35.116.982**	**19.162.960**
Total Geral	**441.831.212**	**335.369.994**

Em 31 de dezembro de	2012		2011	
	Quantidade	Cotistas	Quantidade	Cotistas
Fundos de Investimento	1.373	3.159.302	1.319	3.159.749
Carteiras Administradas	231	469	240	441
Total Geral	**1.604**	**3.159.771**	**1.559**	**3.160.190**

O total de ativos sob administração cresceu 31,7% no ano de 2012. Esse crescimento ocorreu, principalmente, no segmento “renda fixa”, cujas taxas de administração são mais baixas que às do segmento “renda variável”.

Nossos produtos são distribuídos, em sua vasta maioria, por meio da nossa rede de agências, do serviço bancário por telefone e do site de investimentos na Internet, o “ShopInvest” (www.shopinvest.com.br).

Serviços relativos ao mercado de capitais e atividades bancárias de investimento

Banco de Investimento da Organização, o Bradesco BBI, é responsável pela originação e execução de fusões e aquisições, e pela originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de renda fixa e renda variável, no Brasil e exterior.

No ano de 2012, o Bradesco BBI assessorou seus clientes em um montante total de R$ 155,4 bilhões, em mais de 170 transações, em todos os produtos de *Investment Banking*.

Renda variável

O Bradesco BBI coordena e coloca ofertas públicas de ações no mercado de capitais nacional e internacional e intermedeia ofertas públicas de aquisição de ações. Em 2012, o Bradesco BBI aumentou sua presença em IPOs e *Follow-ons* que foram a mercado, conquistando a segunda colocação por valor de operações, no *ranking* de Renda Variável da ANBIMA. Considerando as ofertas públicas registradas na CVM em 2012, participou, como coordenador e *Joint Bookrunner*, em destaque: *Follow-on* da Qualicorp, com valor de R$ 759 milhões; IPO do Banco BTG Pactual, maior oferta pública inicial de ações do Brasil e uma das maiores do mundo em 2012, no valor de R$ 3,2 bilhões; coordenador e *Joint Bookrunner* do IPO da BR Pharma, no valor de R$ 553 milhões; coordenador e *Joint Bookrunner* do *Follow-on* da Suzano Celulose e Papel, no valor de R$ 1,5 bilhão; Equatorial Energia, no valor de R$ 1,4 bilhão; e Marfrig Alimentos, no valor de R$ 1,1 bilhão.

Renda fixa

Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI encerra o ano de 2012 com grande destaque em renda fixa. No *ranking* acumulado do ano, obteve a 1ª colocação por valor, segundo o *ranking* ANBIMA. No período, coordenou 107 operações no mercado doméstico em ofertas, que totalizaram mais de R$ 46 bilhões.

No mercado internacional, o Bradesco BBI está constantemente ampliando sua presença em distribuição no exterior, tendo atuado em 2012 como *Joint Bookrunner* em 14 emissões de *bonds*, que ultrapassaram o montante de US$ 12 bilhões.

Operações estruturadas

O Bradesco BBI desenvolve estruturas e soluções para seus clientes, em termos de financiamento, utilizando diversos instrumentos para captação de fundos pelas empresas, inclusive envolvendo securitização. Adicionalmente, o Bradesco BBI destaca-se no segmento de financiamento para aquisição de empresas (*Acquisition Finance*). Destacamos o financiamento de aquisição da Comgás pela Cosan, no montante de R$ 3,3 bilhões e o financiamento da aquisição da Cimpor pela *Intercement*, no montante de R$ 1,5 bilhão.

O Bradesco BBI ocupou posições de destaque nos *rankings* publicados pela ANBIMA, em Securitização e Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), no ano de 2012, estruturando 13 CRIs, no montante de R$ 1,3 bilhão.

O Bradesco BBI coordenou ainda 2 importantes ofertas de fundos imobiliários no mercado de capitais, o BB Progressivo II Fundo de Investimento Imobiliário e o FII BTG Pactual *Corporate Office Fund*, no montante de R$ 3,6 bilhões.

Fusões e aquisições

O Bradesco BBI presta assessoria financeira, no Brasil e exterior, para clientes brasileiros e estrangeiros, em operações de fusão, aquisição, venda de companhia e ativos, *private placements*, formação de *joint ventures*, reestruturações financeiras e societárias e privatizações. Em 2012, o Bradesco BBI consolidou sua posição como um dos principais bancos de M&A no Brasil, classificando-se em 2º lugar entre os bancos que mais assessoraram transações de fusões e aquisições no país, de acordo com o *ranking* da ANBIMA.

Financiamento de projetos

O Bradesco BBI oferece assessoria e estruturação financeira para projetos nas modalidades de *Project* e *Corporate Finance*. O Bradesco BBI possui relacionamento com diversos organismos de fomento como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID") e a *International Finance Corporation* ("IFC"), buscando, ainda, soluções por meio de mercado de crédito e de capitais, no âmbito local e internacional.

Além dos setores de petróleo e gás, o Bradesco BBI atua nos setores de geração e transmissão de energia, complexos portuários, mineração e logística. Em 2012, o Bradesco BBI esteve envolvido em assessoria e estruturação financeira em mais de 30 projetos, que totalizaram cerca de R$ 60 bilhões em investimentos.

Serviços de intermediação e negociação

A Bradesco S.A. CTVM, ou "Bradesco Corretora", negocia ações, opções, aluguel de ações, ofertas públicas e termo. Também oferece ampla gama de produtos como títulos do governo brasileiro através do Tesouro Direto, operações BM&F e fundos imobiliários, prestando serviço customizado para clientes pessoa física de elevada riqueza líquida, grandes empresas e investidores institucionais.

Durante o ano de 2012, a Bradesco Corretora negociou mais de R$ 86,0 bilhões nos mercados de renda variável da BM&FBOVESPA e, segundo a mesma, classificou-se em 15º lugar no Brasil, em termos de volume total de negociações.

Além disso, durante o mesmo período, a Bradesco Corretora negociou 27.412.044 contratos de futuros, *swaps* e opções, num valor total de R$ 2.595,0 bilhões, na BM&FBOVESPA. De acordo com a mesma, em 2012, a Bradesco Corretora classificou-se em 9º lugar no mercado brasileiro, em termos de número de contratos de futuros, opções e *swaps* executados.

Com mais de 40 anos de tradição e eficiência no mercado de capitais, a Bradesco Corretora também foi a primeira no mercado a colocar à disposição de seus clientes o DMA – *Direct Market Access* (Acesso Direto ao Mercado). O DMA é um serviço pioneiro de roteamento de ordens pelo computador, que permite ao cliente investidor realizar operações de compra e venda de ativos diretamente nos mercados da BM&FBOVESPA, com toda comodidade e segurança, sem sair de sua casa ou escritório.

Em 2012, a BM&FBOVESPA concedeu, dentro do Programa de Qualificação Operacional (PQO), todos os cincos selos de excelência (*Agro Broker, Carrying Broker, Execution Broker, Retail Broker* e *Web Broker)* à Bradesco Corretora*,* indicando a excelência em suas operações em mercados futuros.

A Bradesco Corretora oferece aos seus clientes a possibilidade de negociar valores mobiliários pela Internet, por meio de seu serviço "*Home Broker"*. No ano de 2012, as negociações pelo "*Home Broker*" totalizaram R$ 10,5 bilhões, correspondendo a 1,9% de todas as operações realizadas via internet na BM&FBOVESPA, classificando a Bradesco Corretora em 15º lugar no mercado brasileiro.

A Bradesco Corretora oferece a seus clientes um serviço completo de análise de investimento com cobertura dos principais setores e empresas do mercado brasileiro. Com uma equipe de 29 analistas, é composta por especialistas setoriais (analistas seniores e assistentes), que divulgam suas opiniões aos clientes de modo equitativo, por meio de relatórios de acompanhamento e guias de ações, com ampla base de projeções e múltiplos de comparação. A Bradesco Corretora também possui uma equipe própria de economistas dedicada às demandas específicas dos clientes, focado no mercado de ações. São enviados mais de 700 relatórios mensalmente, em português e inglês, para os mais importantes investidores domiciliados no Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia.

Com o "Projeto Salas de Ações", os clientes da Bradesco Corretora têm acesso a profissionais qualificados, que dão assessoria em investimentos na BM&FBOVESPA. Nossa rede de salas de ações, sempre em expansão, possui atualmente 15 salas em todo o Brasil. Com esse serviço, a Bradesco Corretora quer buscar atendimento ativo e maior proximidade com o cliente, treinando e certificando seus profissionais para atendimento às diversas modalidades de operações. Este canal, além de altamente rentável, é bem aceito pelo investidor, auxiliando na aproximação com a nossa rede de agências, fidelizando o cliente, que concentra seus recursos dentro do Banco.

A Bradesco Corretora também oferece o serviço de representante de investidores não residentes, em operações realizadas no mercado financeiro e de capitais, nos termos da Resolução CMN nº 2.689/00, que chamamos de "Resolução nº 2.689/00". Para mais informações sobre a Resolução nº 2.689/00, veja "Item 10.D. Controles de Câmbio".

Serviços de ações, custódia e controladoria

Em 2012, fomos um dos principais prestadores de serviços qualificados para o mercado de capitais e mantivemos a liderança no mercado doméstico de custódia de ativos, conforme o *ranking* da ANBIMA. Com moderna infraestrutura e equipe especializada, oferecemos um amplo leque de serviços, tais como: Escrituração de Ativos (Ações, BDRs – *Brazilian Depositary Receipts*, Cotas de Fundos de Investimento, Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs e Debêntures); Custódia Qualificada de Títulos e Valores Mobiliários; Custódia de Ações para Lastro de DRs - *Depositary Receipts*; Controladoria de Fundos de Investimento (Fundos "Instrução CVM nº 409" e Fundos Estruturados) e Carteiras Administradas; Administração Fiduciária para Fundos de Investimento; Fundos *Offshore*; Custódia e Representação para Investidores Estrangeiros; Banco Mandatário; Depositário (*Escrow Account* – *Trustee*) e Agente de Compensação.

O Bradesco submete seus processos ao Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2008 e certificações GoodPriv@cy. Somente no Bradesco Custódia são 10 certificações relacionadas à qualidade e três referentes à proteção e privacidade de dados.

Em 31 de dezembro de 2012, o Bradesco Custódia oferecia:

- Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento e Carteiras Administradas e Administração fiduciária para fundos de terceiros, com:
  - R$ 973,2 bilhões em ativos custodiados dos clientes que utilizavam os serviços de custódia, de acordo com a metodologia adotada para o *ranking* ANBIMA;
  - R$ 1,2 trilhão representavam o total do patrimônio dos fundos de investimento e carteiras administradas, que utilizavam os serviços de controladoria, de acordo com a metodologia adotada para o *ranking* ANBIMA;
  - 26 Programas de DR registrados, com valor de mercado de R$ 111,1 bilhões; e
  - R$ 251,2 bilhões era o total de patrimônio dos fundos de investimento de terceiros sob administração fiduciária, por meio da BEM DTVM.
- Escrituração de ativos:
  - 246 empresas integravam o Sistema Bradesco de Ações Escriturais, reunindo 4,5 milhões de acionistas;
  - 232 empresas integravam o Sistema Bradesco de Debêntures Escriturais, com valor de R$ 216,0 bilhões;
  - 268 fundos de investimento integravam o Sistema Bradesco de Cotas Escriturais, com valor de R$ 52,8 bilhões; e
  - 25 Programas de BDR registrados, com valor de mercado de R$ 791,8 milhões.

Serviços bancários internacionais

Na qualidade de banco comercial privado, oferecemos uma extensa linha de serviços internacionais, como: operações de câmbio, financiamento ao comércio exterior, linhas de crédito e atividades bancárias. Em 31 de dezembro de 2012, apresentávamos a seguinte estrutura no exterior:

- na cidade de Nova Iorque, uma agência, a Bradesco Securities Inc., uma subsidiária que chamamos de "Bradesco Securities U.S." e nossa subsidiária Bradesco North America LLC, ou "Bradesco North América";
- na cidade de Londres, uma subsidiária que chamamos de "Bradesco Securities U.K.";
- nas Ilhas Cayman, duas agências Bradesco assim como nossa subsidiária, Cidade Capital Markets Ltd., ou "Cidade Capital Markets";
- na Argentina, Banco Bradesco Argentina S.A., nossa subsidiária, ou "Bradesco Argentina";
- em Luxemburgo, Banco Bradesco Europa S.A. (atual denominação do Banco Bradesco Luxemburgo S.A.) nossa subsidiária, ou "Bradesco Europa";
- no Japão, a Bradesco Services Co. Ltd., nossa subsidiária, que chamamos de "Bradesco Services Japan";

- em Hong Kong, nossa subsidiária Bradesco Trade Services Ltd., que chamamos de "Bradesco Trade" e, também, a Bradesco Securities Hong Kong, a "Bradesco Hong Kong"; e
- no México, nossa subsidiária Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada, que chamamos de "Bradescard México".

Nossas operações internacionais são coordenadas por nosso departamento de câmbio no Brasil, tendo como suporte 29 unidades operacionais especializadas em negócios de câmbio, localizadas nos principais centros exportadores e importadores do país.

Receitas de operações no país e no exterior

A tabela a seguir fornece um desmembramento de nossas receitas (receitas de juros e similares e receitas de serviços e comissões), originárias de nossas operações no país e no exterior para os períodos indicados:

Para o exercício findo em 31 de dezembro de	2012		2011		2010	
	Em milhares de reais	%	Em milhares de reais	%	Em milhares de reais	%
No país	94.384.198	98,3%	91.944.418	98,6%	72.316.384	98,8%
No exterior	1.590.704	1,7%	1.291.165	1,4%	877.284	1,2%
Total	**95.974.902**	**100,0%**	**93.235.583**	**100,0%**	**73.193.668**	**100,0%**

Agências e subsidiárias no exterior

As agências e subsidiárias no exterior têm como principal objetivo o financiamento ao comércio exterior brasileiro. A Bradesco Europa dedica-se ainda, a prestar serviços adicionais aos clientes do segmento *private banking*. Com exceção da Bradesco *Services Japan* e da Bradesco *Trade Services*, as nossas agências no exterior estão habilitadas a receber depósitos em moeda estrangeira de clientes pessoa física e jurídica e conceder financiamento a clientes brasileiros e não brasileiros. O total de ativos das agências externas, excluindo-se as transações entre as partes relacionadas, somava o equivalente a R$ 122,1 bilhões em 31 de dezembro de 2012 denominados em outras moedas que não o real.

Os recursos necessários para o financiamento à importação e exportação são obtidos, principalmente, junto à comunidade financeira internacional, por meio de linhas de crédito concedidas por bancos correspondentes no exterior. Como fonte de recursos adicional, emitimos títulos de dívida mobiliária, no mercado de capitais internacional, no montante de US$ 15,4 bilhões, durante 2012.

Bradesco Argentina - Visando expandir as operações na América Latina, foi constituída em dezembro de 1999, nossa subsidiária na Argentina, a Bradesco Argentina, com a finalidade de conceder financiamentos, principalmente, para empresas brasileiras instaladas localmente e, em menor escala, para empresas originárias daquele país que tem negócios com o Brasil. Para iniciar suas operações, capitalizamos essa subsidiária com R$ 54,0 milhões entre março de 1998 e fevereiro de 1999 e, em maio de 2007, efetuamos capitalização adicional de R$ 27,2 milhões. Em outubro de 2011, efetuou-se nova capitalização, no valor de R$ 70,1 milhões. Em 31 de dezembro de 2012, a Bradesco Argentina apresentava R$ 154,5 milhões em ativos totais.

Bradesco Europa (atual denominação do Bradesco Luxembourg) - Em abril de 2002, assumimos o controle total do Banque Banespa International S.A., de Luxemburgo, mudando a denominação para Banco Bradesco Luxembourg S.A. Em setembro de 2003, foi concluído o processo de fusão das subsidiárias Banco Bradesco Luxembourg e Mercantil Luxemburgo, prevalecendo o nome da subsidiária Banco Bradesco Luxembourg. Em janeiro de 2011, fizemos aporte de capital no valor de US$ 200,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2012, seus ativos totalizavam R$ 4,4 bilhões.

Bradesco Services Japan - Em outubro de 2001, foi constituída a Bradesco Services Japan, para dar suporte e prestar serviços especializados à comunidade brasileira no Japão, incluindo o envio de remessas ao Brasil e aconselhamento referente a investimentos no Brasil. Em 31 de dezembro de 2012, possuía ativos de R$ 1,5 milhões.

Bradesco Trade Services - Uma instituição não financeira, subsidiária de nossa agência nas Ilhas Cayman, que constituímos em janeiro de 2007, em Hong Kong, em parceria com o Standard Chartered Bank local.

Bradesco Securities (U.S., U.K. e H.K.) - A Bradesco Securities, nossa subsidiária integral, opera como *broker dealer* nos EUA, na Inglaterra e em Hong Kong:

- O foco de atuação da Bradesco Securities U.S. é a intermediação de compra e venda de ações, com destaque em operações de ADRs e ADRs de ações ordinárias. Também está autorizada a operar com *Bonds*, *Commercial Paper*, Certificados de Depósito, entre outros papéis, podendo ainda prestar serviços de *Investment Advisory*. Atualmente, somos custodiantes de 21 programas de ADRs de empresas brasileiras negociadas na Bolsa de Nova Iorque. Em 31 de dezembro de 2012, a Bradesco Securities U.S. possuía ativos de R$ 58,7 milhões;

- O foco de atuação da Bradesco Securities U.K. é a intermediação de operações de renda variável e renda fixa no mercado primário e secundário para empresas que necessitam acessar o mercado de capitais Internacional, tendo ainda, a atividade de distribuição de Fundos da BRAM (Bradesco Asset Management) no mercado Europeu. Em 31 de dezembro de 2012, a Bradesco Securities U.K. possuía ativos de R$ 16,2 milhões; e

- O foco de atuação da Bradesco Securities H.K. é viabilizar a negociação de ADRs e títulos públicos e privados emitidos por empresas brasileiras para investidores institucionais globais. Em 31 de dezembro de 2012, a Bradesco Securities H.K. possuía ativos de R$ 9,1 milhões.

Cidade Capital Markets - Em fevereiro de 2002, o Bradesco adquiriu a subsidiária Cidade Capital Markets em Grand Cayman, decorrente da aquisição de seu controlador no Brasil, o Banco Cidade. Em 31 de dezembro de 2012, o Cidade Capital Markets apresentava ativos de R$ 79,9 milhões.

Bradesco North América LLC – Constituída em agosto de 2011, será utilizada como holding para concentração dos investimentos do Bradesco em sociedades não bancárias nos EUA. Em 31 de dezembro de 2012 seu total de ativos somava R$ 7,3 milhões.

Operações bancárias nos Estados Unidos

Em janeiro de 2004, o *Federal Reserve Bank* dos Estados Unidos nos autorizou a operar como controladora financeira nos EUA. Como resultado, temos permissão para operar no mercado americano, diretamente ou através de uma subsidiária, e entre outras, vender produtos de seguros e certificados de depósitos, fornecer serviços de subscrição, assessorar colocações privadas, gestão de carteiras, serviço de banco mercantil e administrar carteiras de fundos mútuos.

Financiamento à importação e exportação

As atividades de financiamento do comércio exterior brasileiro consistem em financiar os clientes em suas operações de exportação e importação.

Nos financiamentos à importação, o Bradesco repassa os recursos em moeda estrangeira diretamente aos exportadores estrangeiros, vinculando o pagamento em moeda local pelos importadores brasileiros. Já nos financiamentos à exportação, são efetuadas antecipações dos recursos em reais mediante o fechamento do contrato de câmbio de exportação vinculando ao futuro recebimento em moeda estrangeira no vencimento do contrato. Os financiamentos de exportação feitos antes do embarque da mercadoria são chamados de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio, ou “ACCs”, momento em que os recursos recebidos são utilizados na fabricação dos bens/serviços que serão exportados. Quando os financiamentos são feitos após o embarque da mercadoria/execução do serviço, recebem o nome de Adiantamento sobre Contrato de Exportação, ou “ACEs”.

Existem ainda outras modalidades de financiamento à exportação, tais como: pré-pagamento de exportação, repasse de recursos do BNDES-EXIM, nota de crédito de exportação e cédulas de crédito de exportação (NCEs/CCEs) e programa de equalização de taxas – PROEX.

Nossa carteira de comércio exterior é financiada, basicamente, por linhas de crédito obtidas junto a bancos correspondentes. Mantemos relacionamento com inúmeras instituições financeiras norte-americanas, europeias, asiáticas e latino-americanas para esse fim, contando com grande rede de bancos correspondentes em todo o mundo, aproximadamente 1.000 instituições, das quais 74 nos concediam linhas de crédito em 31 de dezembro de 2012.

Nossa área internacional encerrou o ano de 2012 registrando saldo de R$ 28,0 bilhões em financiamento à exportação e R$ 8,2 bilhões em financiamento à importação e finanças internacionais. Quanto ao volume de exportação contratado ao longo de 2012, o Bradesco atingiu a cifra de US$ 45,2

bilhões. No segmento de importação, o volume fechado foi da ordem de US$ 35,2 bilhões em contratações. Em 2012, com base em informações disponibilizadas pelo Banco Central, atingimos um *market share* no mercado local de 19,2% em exportação e de 16,4% em importação.

A tabela a seguir demonstra a composição de nossa carteira de ativos de comércio exterior em 31 de dezembro de 2012:

2012	Em milhares de reais
Financiamento à exportação	
Câmbio Comprado Exportação – Letras a Entregar	5.999.882
Câmbio Comprado Exportação – Letras Entregues	1.020.377
Pré-pagamento de exportação	10.431.892
Repasse de recursos tomados via BNDES/EXIM	3.865.601
Proex - Programa de Equalização de Taxas	1.083.352
Nota/Cédula de Crédito à Exportação – NCE/CCE	5.586.677
Total do financiamento à exportação	**27.987.781**
Financiamento à importação	
Financiamentos à importação - denominados em moeda estrangeira	4.431.947
Desconto de Saque de Importação	2.126.981
Créditos Abertos para Importação	1.609.757
Total do financiamento à importação	**8.168.685**
Finanças Internacionais	**1.096.451**
Total da carteira de comércio exterior	**37.252.917**

Produtos de câmbio

Além do financiamento à importação e exportação, nossos clientes têm acesso a diversos outros produtos e serviços de câmbio, tais como:

- compra e venda de *traveler checks* e papel moeda;
- transferência financeira do/para o exterior;
- recebimento antecipado de exportação;
- conta no exterior em moeda estrangeira;
- contas de clientes domiciliados no exterior em moeda nacional;
- constituição de disponibilidades no exterior;
- cobrança de importação e exportação;
- compra de cheques em moeda estrangeira;
- empréstimos externos para clientes - Decreto-Lei nº 4.131/62;
- convênios – serviço de recebimento de recursos do exterior via ordens de pagamento (pessoa física);
- cartões pré-pago em moeda estrangeira (pessoa física);
- operações estruturadas em moeda estrangeira através de nossas unidades no exterior; e
- atestado de idoneidade financeira internacional.

Consórcios

No Brasil, pessoas ou empresas que querem adquirir determinados bens podem formar um grupo, conhecido como “consórcio”, no qual os membros agrupam seus recursos para facilitarem a compra dos bens. O objetivo dos consórcios é somente adquirir bens, uma vez que a lei brasileira não permite a formação de consórcio para fins de investimento.

A Bradesco Consórcios funciona como administradora dos grupos de consórcios, que são formados para a compra de imóveis, automóveis, caminhões e tratores. Em 2003, nossa subsidiária Bradesco Consórcios iniciou a venda de cotas de consórcio aos clientes do Bradesco. Em 2004, segundo dados do Banco Central, a empresa conquistou a liderança no segmento de imóveis e em dezembro do mesmo ano, conquistou também a liderança no segmento de automóveis. Em 2008, assumiu a liderança completa através da conquista no segmento de caminhões e tratores. A Bradesco Consórcios encerrou o ano de 2012 com um total de 736.202 cotas ativas nos três segmentos, com um faturamento total superior a R$ 29,7 bilhões e com um lucro líquido de R$ 387,7 milhões.

Seguros, planos de previdência complementar e títulos de capitalização

O diagrama a seguir indica os principais elementos de nosso segmento de seguros, planos de previdência complementar e títulos de capitalização, em 31 de dezembro de 2012:

Clientes	Canais de Distribuição	Produtos e Serviços
• 31,3 milhões de detentores de apólices de seguros; • 2,3 milhões de participantes em planos de previdência complementar e VGBL; e • 3,5 milhões de clientes de títulos de capitalização.	• 4.686 agências; • 5.237 postos e pontos de atendimento bancário; • 32.077 corretores de seguros; • 10.233 corretores de planos de previdência complementar e VGBL; e • pela internet e por telefone.	• Seguro de vida e acidentes pessoais; • Seguro de saúde; • Seguro de automóveis, ramos elementares e responsabilidade; • Planos de previdência complementar, individuais e empresariais, de benefícios definidos, contribuição definida e de contribuição variável (PGBL - Plano Gerador de Benefício Livre); • Títulos de capitalização; e • Seguro de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL - Vida Gerador de Benefícios Livre).

A tabela a seguir apresenta dados financeiros selecionados sobre nosso segmento de seguros e planos de previdência complementar, relativamente aos períodos indicados.

Exercício findo em 31 de dezembro de	Em milhares de reais		
	2012	2011	2010
Dados da Demonstração de Resultado			
Resultado líquido de juros	3.124.512	3.274.715	2.823.860
Outras receitas e despesas [(1)]	2.725.672	1.905.577	1.930.852
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**5.850.184**	**5.180.292**	**4.754.712**
Imposto de renda e contribuição social	(2.196.399)	(1.850.139)	(1.771.955)
Lucro líquido do exercício	**3.653.785**	**3.330.153**	**2.982.757**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	3.591.743	3.201.449	2.912.981
Lucro líquido atribuível a acionistas não controladores	62.042	128.704	69.776
Dados do Balanço Patrimonial			
Ativos Totais	153.695.571	123.867.399	105.026.136
Dados selecionados dos resultados das operações			
Resultado de seguros e previdência			
Prêmios emitidos	37.899.360	32.136.300	26.136.471
Contribuições de previdência complementar	3.273.485	3.061.682	2.541.130
Prêmios de cosseguros cedidos	(198.281)	(190.724)	(127.307)
Prêmios restituídos	(500.468)	(418.791)	(362.060)
Prêmios de resseguros	(297.351)	(272.924)	(194.118)
Prêmios retidos de seguros e plano de previdência	**40.176.745**	**34.315.543**	**27.994.116**
Variação de provisões técnicas de seguros e planos de previdência	(23.326.101)	(18.212.405)	(14.294.977)
Sinistros retidos	(13.123.833)	(11.168.612)	(9.577.429)
Custos de aquisição diferidos de planos de seguros e previdência	(2.314.815)	(1.859.208)	(1.567.344)
Resultado de seguros e previdência	**1.411.996**	**3.075.318**	**2.554.366**

Obs.: Os dados apresentados incluem resultados de partes relacionadas de outros segmentos não eliminados.

[(1)] Para mais informações, consultar "Item 5.A. Resultados Operacionais".

Produtos e serviços de seguros

Oferecemos produtos de seguros por meio de várias entidades diferentes, às quais nos referimos conjuntamente como “Grupo Bradesco Seguros”. O Grupo Bradesco Seguros é o maior grupo segurador no Brasil, com base no total do faturamento e provisões técnicas, segundo informações disponibilizadas pela SUSEP e ANS, oferecendo uma ampla gama de produtos de seguros, tanto numa base individual quanto em contratos com empresas. Seus produtos incluem seguros de saúde, vida, acidentes pessoais, automóveis e outros bens.

Seguro de vida e acidentes pessoais

Oferecemos produtos de seguros de vida, acidentes pessoais e eventos aleatórios (como seguro para perda de emprego) através de nossa subsidiária Bradesco Vida e Previdência. Em 31 de dezembro de 2012, havia 23,5 milhões de detentores de apólice de seguro de vida.

Seguro de saúde

As apólices de seguro saúde preveem cobertura para despesas de assistência médico-hospitalares. Oferecemos os seguros da Bradesco Saúde para empresas que contratam o benefício para os seus colaboradores, sejam empresas de pequeno, médio ou grande porte.

Em 31 de dezembro de 2012, a Bradesco Saúde e sua subsidiária Mediservice Administradora de Planos de Saúde S.A (“Mediservice”) possuíam mais de 3,9 milhões de beneficiários, compreendendo os beneficiários de planos empresariais e individual/familiar. Em torno de 57 mil empresas no Brasil possuem planos da Bradesco Saúde e suas subsidiárias, incluindo 50 das 100 maiores empresas do país.

A Bradesco Saúde possui uma das maiores redes referenciadas de prestadores de serviços médico-hospitalares do Brasil. Em 31 de dezembro de 2012, contava com 9.475 laboratórios, 12.163 clínicas especializadas, 14.445 médicos e 2.552 hospitais, localizados em todo o país.

Seguros de automóveis, ramos elementares e responsabilidade

Oferecemos produtos de seguros de automóveis, ramos elementares e responsabilidade através de nossa subsidiária Bradesco Auto/RE. O seguro de automóveis cobre prejuízos decorrentes de roubo/furto e danos aos veículos, danos aos passageiros e danos causados a terceiros. Os seguros de ramos elementares massificados são destinados a pessoas físicas, principalmente, nos riscos residenciais e seguros de equipamentos, e pessoas jurídicas de pequeno e médio porte, cujo patrimônio é coberto por seguro multirisco empresarial.

Entre os seguros de ramos elementares massificados destinados à pessoas físicas, o "Bilhete Residencial" é um produto com custo relativamente acessível e alta rentabilidade. Para pessoas jurídicas, a Bradesco Auto/RE oferece o Bradesco Seguro Empresarial, que se adequa às necessidades de nossos clientes de acordo com seu ramo de atividade. Para os seguros de ramos elementares corporativos e de responsabilidade, a Bradesco Auto/RE dispõe de uma equipe exclusiva altamente especializada, que oferece aos grandes grupos empresariais produtos e serviços sob medida, de acordo com as necessidades específicas de cada segurado. Neste segmento, os seguros de transportes, riscos de engenharia e operacionais, e de petróleo são os ramos mais comercializados.

Em 31 de dezembro de 2012, a Bradesco Auto/RE encerrou o exercício com 1,6 milhão de veículos segurados e 2,3 milhões de apólices e bilhetes de ramos elementares, tornando-a uma das principais seguradoras do país.

Outras informações

Vendas de produtos de seguros

Vendemos nossos produtos de seguros por meio de corretores em nossa rede de agências, bem como por meio de corretores de mercado em todo o Brasil. A Bradesco Seguros paga comissões a seus corretores pela intermediação de seguros. Em 31 de dezembro de 2012, 32.077 corretores ofereciam nossas apólices de seguros ao público. Também oferecemos alguns produtos de seguros de automóveis, saúde e ramos elementares, diretamente por meio de nosso *website*.

Fixação de preços

A precificação dos seguros de saúde para apólices coletivas no Brasil baseia-se na experiência histórica: (i) dos custos médicos, hospitalares e odontológicos, e (ii) das frequências de utilização, por procedimento. Os estudos atuariais para a precificação do seguro saúde amparam-se também na distribuição de severidades e frequências de sinistros, conforme as faixas etárias da população assistida e áreas geográficas, além dos coeficientes de segurança adotados, segundo as melhores práticas atuariais.

Geralmente, a precificação de seguros de vida leva em consideração a tábua de mortalidade e, em alguns casos, a frequência de sinistros e o dano médio da experiência atual da população brasileira. A parte que excede o limite do contrato de resseguro é repassado às companhias de resseguro tais como o IRB-Brasil Resseguros S.A., conhecido como "IRB".

A fixação de preços de seguros de automóveis é influenciada pela frequência e grau de severidade dos sinistros, e leva em consideração uma grande quantidade de fatores, tais como o local de uso do veículo e suas características específicas. Em linha com a prática mais comum no mercado, nós consideramos o perfil do cliente na fixação de preços de seguros de automóveis.

A rentabilidade dos seguros de automóveis depende, em grande parte, da pronta identificação e correção de disparidade entre níveis de prêmios e custos dos sinistros esperados. Os prêmios cobrados para seguros de danos a veículos consideram, entre outros fatores, o valor do automóvel segurado. Consequentemente, os níveis de prêmios refletem, em parte, o volume de vendas de automóveis novos.

Os preços no segmento de ramos elementares massificados são também orientados pela frequência dos sinistros e pelo seu valor médio, além das características específicas de localização da parte segurada. Para os seguros de Ramos Elementares Corporativos e de Responsabilidade, os preços são fixados de acordo com as características individuais de cada risco segurado. Dependendo do tipo de

cobertura e valor segurado, poderá ser necessário consultar as companhias de resseguro a fim de se obter as bases para contratação do seguro.

Resseguros

As disposições regulamentares brasileiras determinam limites de retenção sobre os valores dos riscos que as seguradoras podem subscrever sem a necessidade de compra de resseguro. Segundo estas disposições regulamentares, a Bradesco Auto/RE ressegura, principalmente com o IRB-Brasil Re, todos os riscos que ela subscreva cujos valores segurados superem os limites de retenção ou que, por decisão técnica-atuarial, seja aconselhável a contratação de resseguro para pulverização dos riscos de determinadas carteiras.

O Congresso Brasileiro promulgou, em janeiro de 2007, a Lei Complementar n° 126/07, que extinguiu o monopólio exercido pelo IRB-Brasil Re e instituiu três categorias de resseguradores: local, admitido e eventual, abrindo o mercado de resseguros à competição no Brasil. Na própria Lei Complementar, o IRB-Brasil Re foi qualificado como ressegurador local e autorizado a continuar com as suas operações, procedendo às adaptações necessárias no prazo determinado pela legislação.

A partir do final de 2007, vários foram os normativos instituídos pelo CNSP e SUSEP, estabelecendo regras para a operação de resseguro, retrocessão e intermediação, sendo a Resolução CNSP nº 168/07, a base principal da atividade.

Para se cadastrarem como resseguradores admitidos ou eventuais no Brasil, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem atender alguns requisitos, dentre eles, experiência mínima de 5 anos de operação no país de origem, patrimônio líquido mínimo de US$ 100 milhões (admitidos) ou US$ 150 milhões (eventuais) e rating mínimo estabelecido pelas agências de classificação de risco Standard & Poor's, Fitch, Moody's ou AMBest. Para os admitidos, os ratings mínimos são: BBB- (S&P/Fitch), Baa3 (Moody's) ou B- (AMBest); e para os eventuais: BBB (S&P/Fitch), Baa2 (Moody's) ou B++ (AMBest).

Pelo Decreto nº 6.499/08, da Presidência da República, o limite máximo de cessão a resseguradores eventuais é de 10% (seguradoras) ou 50% (resseguradores locais) dos prêmios cedidos em resseguro em cada ano civil. A Resolução CNSP nº 203/09, ampliou o limite de 10% para 25% para seguradoras locais, no caso dos ramos garantia de obrigações públicas e riscos de petróleo.

Do ressegurador local é exigida, dentre outros, constituição sob a forma de sociedade anônima no Brasil e capital mínimo de R$ 60 milhões. A partir de março de 2011, através da Resolução SUSEP nº 225/10, foi estabelecido que é obrigatória a contratação junto aos resseguradores locais de ao menos 40% das cessões das seguradoras, tanto no caso de contratos automáticos como de contratos facultativos.

A Resolução CNSP nº 241/11, possibilitou a transferência de riscos, em operação de resseguro ou retrocessão, a resseguradores não autorizados pela SUSEP, desde que comprovada a insuficiência de oferta de capacidade do mercado ressegurador brasileiro e obedecidas determinadas regras e limites.

Em 31 de dezembro de 2012, existiam 102 resseguradores autorizados a operar no mercado brasileiro, incluindo o IRB-Brasil Re e o Lloyd's de Londres. Trinta e três corretores de resseguro possuem autorização para intermediar operações de resseguro e retrocessão.

A Bradesco Auto/RE compra resseguro com um painel restrito de resseguradores, autorizados pela SUSEP e aprovados previamente pela sua Diretoria Executiva, e tem o IRB-Brasil Re como seu principal ressegurador, conferindo a ele a liderança de todos os contratos automáticos e 100% dos contratos facultativos. Os referidos resseguradores são classificados pela SUSEP como local (IRB-Brasil Re) ou admitidos (demais), possuindo capital e rating superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira.

Ressaltamos que praticamente todas as carteiras de Ramos Elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro. A maioria dessas linhas, com planos proporcionais e não proporcionais, tem proteção de resseguro por risco e/ou por evento. O prêmio cedido em resseguro, em relação ao prêmio emitido pela seguradora, é relativamente pequeno.

Todos os contratos de resseguro são colocados de forma direta, sem utilização de corretores de resseguro, utilizando-se clausulado de resseguro desenvolvido pelas áreas técnica e jurídica da Companhia.

Planos de previdência complementar

Administramos planos de previdência complementar para pessoas físicas e jurídicas desde 1981 por meio de nossa subsidiária integral, a Bradesco Vida e Previdência, que é atualmente a principal administradora de planos de previdência complementar no Brasil, pelos critérios de contribuições para os planos, carteira de investimentos e provisões técnicas, segundo informações publicadas pela Fenaprevi e pela SUSEP.

A Bradesco Vida e Previdência oferece e administra uma variedade de planos individuais e grupais de previdência. Nossos maiores planos para pessoas físicas, em termos de contribuições, são os VGBL e PGBL e não estão sujeitos à tributação na fonte sobre a receita gerada pela carteira do fundo.

Em 31 de dezembro de 2012, a Bradesco Vida e Previdência respondeu por 29,6% do mercado de planos de previdência complementar e VGBL, com base nas contribuições, de acordo com a Fenaprevi. Segundo a mesma fonte, os fundos de pensão administrados perfaziam, 29,5 % do VGBL, 26,9% do PGBL e 39,0% de previdência tradicional. Em 31 de dezembro de 2012, a Bradesco Vida e Previdência detinha 33,4% dos ativos administrados, sendo 31,0% do VGBL, 23,9% do PGBL e 55,7% de previdência tradicional, de acordo com a Fenaprevi.

A legislação brasileira em vigor permite a existência de administradoras de planos de previdência complementar, tanto “abertas” quanto “fechadas”. Entidades de planos de previdência complementar “abertas” são aquelas disponíveis para todas as pessoas físicas e jurídicas que, por meio de uma contribuição regular, desejam filiar-se a um plano de benefícios. Entidades de planos de previdência complementar “fechadas” são aquelas disponíveis para grupos de pessoas, tais como, empregados de uma determinada empresa ou grupo de empresas do mesmo setor de atividades, profissionais liberais de um mesmo campo ou membros de sindicatos. As administradoras de planos de previdência complementar concedem benefícios mediante contribuições periódicas de seus membros, seus respectivos empregadores ou ambos.

Administramos planos de previdência complementar e VGBL, que cobrem 2,3 milhões de participantes, sendo 63,7% em planos de pessoas físicas individuais e o restante em planos de pessoas físicas através de empresas. Os planos empresariais responderam por aproximadamente 36,3% de nossas provisões técnicas.

Segundo os planos VGBL, PGBL e FAPI, os participantes podem contribuir em parcelas ou em pagamentos únicos. Os participantes nos planos de previdência complementar podem deduzir as contribuições efetuadas ao PGBL até o limite de 12% da receita bruta tributável na declaração de ajuste anual do imposto de renda. Na ocasião do resgate ou do gozo de benefícios, incidirá o imposto de renda na fonte, conforme a legislação em vigor. Os participantes dos planos VGBL não poderão deduzir suas contribuições na declaração do imposto de renda. Na ocasião dos resgates e/ou recebimento de benefícios, incidirá a tributação sobre esses benefícios, conforme legislação em vigor.

Os planos VGBL e PGBL e Fundo de Aposentadoria Individual, denominado de “FAPI” podem ser adquiridos por empresas no Brasil em benefício de seus empregados. Em 2012, a Bradesco Vida e Previdência administrava recursos da ordem de R$ 65,0 bilhões no VGBL e R$ 17,9 bilhões no PGBL. A Bradesco Vida e Previdência também administrou R$ 30,1 bilhões em planos de previdência complementar.

A Bradesco Vida e Previdência também oferece planos de previdência para pessoas jurídicas, que são em geral, negociados e adaptados às necessidades específicas do cliente pessoa jurídica.

A Bradesco Vida e Previdência aufere receitas, basicamente:

- das contribuições de planos de previdência complementar e PGBL, prêmios de seguros de vida e de acidentes pessoais e prêmios de VGBL;
- das receitas de taxas de administração que são cobradas com base nas provisões matemáticas dos participantes dos planos; e
- receitas financeiras.

Títulos de capitalização

A Bradesco Capitalização oferece aos seus clientes títulos de capitalização comercializados nos formatos de contribuições únicas ou mensais. Cada título varia de acordo com o valor (de R$ 8,00 a R$ 50.000,00), forma de pagamento, prazo de contribuição e periodicidade dos sorteios, cujos prêmios em dinheiro chegam até R$ 2,0 milhões (prêmios brutos). Concede aos clientes correção pela TR mais juros de 0,5% ao mês sobre o valor da provisão matemática. Os títulos de capitalização são resgatáveis pelo titular

ao final do prazo de carência de doze meses. Em 31 de dezembro de 2012, atingimos cerca de 8,2 milhões de títulos de capitalização “tradicionais” ativos e cerca de 13,7 milhões de títulos de capitalização de incentivo ativos. Dado que o objetivo dos títulos de incentivo é agregar valor ao produto da empresa parceira ou até mesmo incentivar a adimplência dos seus clientes, os títulos possuem prazos de vigência e carência reduzidos e baixo valor unitário de comercialização. No total, a empresa encerrou 2012 com cerca de 21,9 milhões de títulos de capitalização ativos e cerca de 3,5 milhões de clientes.

A Bradesco Capitalização é a primeira e única empresa de capitalização do país a receber o certificado “ISO". Em 2009, foi certificada na versão “ISO 9001:2008” no escopo “Gestão de Títulos de Capitalização Bradesco”. Esse certificado, concedido pela Fundação Vanzolini, atesta a qualidade dos seus processos internos e confirma o princípio que está na origem dos Títulos de Capitalização Bradesco: bons produtos, bons serviços e evolução permanente.

A Bradesco Capitalização é a única empresa do setor a possuir o mais alto *rating* em escala nacional "brAAA", concedido pela agência de classificação de riscos Standard & Poor's. Essa classificação foi reafirmada, com perspectiva estável, em relatório emitido pela agência em novembro de 2011. O sólido padrão de proteção financeira e patrimonial que a Bradesco Capitalização garante aos seus clientes contribui para esse resultado.

Atividades de tesouraria

Nossa tesouraria realiza operações que incluem operações com instrumentos financeiros derivativos, principalmente, para fins de *hedge* econômico (denominado “macro-*hedge*”). Transações como essas cumprem com os limites estabelecidos por nossa Alta Administração e diretrizes estabelecidas pela nossa área de controle integrado de riscos, utilizando uma metodologia de valor ao risco (“VaR”). Para mais informações sobre a metodologia de VaR, veja “Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre o Risco de Mercado – Valor em Risco” e “Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre o Risco de mercado - Risco de mercado”.

Canais de distribuição

Nossa rede de agências é complementada por outros canais de distribuição, tais como: postos e pontos de atendimento, correspondentes bancários, caixas eletrônicos, serviços bancários por telefone e serviços bancários pela Internet e celular. Ao introduzirmos novos sistemas de distribuição, concentramo-nos em aprimorar nossa segurança e aumentar nossa eficiência.

Encerramos 2012, com 4.686 agências, 5.237 postos e pontos de atendimento bancário, 43.053 correspondentes bancários (Bradesco Expresso) e 3.809 pontos externos de nossa rede própria de máquinas de autoatendimento.

Para informações sobre nossas agências internacionais em 31 de dezembro de 2012, veja “Serviços bancários internacionais”.

Distribuição especializada de produtos e serviços

Como parte de nosso sistema de distribuição, temos 5 áreas que oferecem uma gama de produtos e serviços diferenciados de maneira individualizada a empresas e pessoas físicas em todos os segmentos específicos de nossa base de clientes. A segmentação do mercado visa alcançar melhor adequação ao perfil e ao porte dos clientes, permitindo atendimento diferenciado e melhora na eficiência.

Bradesco Varejo

O Banco está presente em 100% dos municípios brasileiros. O Bradesco Varejo conta com uma Rede de 4.270 Agências, 3.771 Postos de Atendimento (PA), 1.456 Postos de Atendimento Eletrônico (PAEs) e 43.053 unidades dos Correspondentes Bancários - Bradesco Expresso, além de milhares de equipamentos de Autoatendimento. O foco do Bradesco Varejo é o atendimento às Pessoas Físicas, com renda até R$ 8.999,99 e Pessoas Jurídicas com faturamento até R$ 30 milhões ao ano. Em 31 de dezembro de 2012, prestávamos serviços a mais de 24,9 milhões de Clientes correntistas.

Para os Clientes Pessoa Física Exclusive, com renda entre R$ 4.000,00 e R$ 8.999,99, e também aos Clientes Pessoa Jurídica, o Bradesco Varejo oferece atendimento personalizado, por profissionais que,

a partir da identificação de necessidades e expectativas, apresentam soluções financeiras adequadas a cada perfil.

A rede de atendimento disponibiliza produtos e serviços inclusive em locais distantes, de difícil acesso e também em regiões com grandes concentrações de pessoas com menor poder aquisitivo, a exemplo das Comunidades Rocinha, Cidade de Deus, Rio das Pedras, Complexo do Alemão, Gardênia Azul, Santo Cristo, Cantagalo, Turano, Santa Marta, Mangueira e Chapéu Mangueira no Rio de Janeiro, Heliópolis e Paraisópolis em São Paulo.

Bradesco Prime

Criado em maio de 2003, o Bradesco Prime atua no segmento de clientes alta renda e tem como público-alvo pessoas físicas com renda a partir de R$ 9 mil ou com investimento igual ou superior a R$ 100 mil. Tem por missão ser o primeiro banco do cliente, focando qualidade no relacionamento e na oferta de soluções adequadas às suas necessidades, com equipes preparadas, agregando valor aos acionistas e colaboradores, dentro dos padrões éticos e profissionais da Organização. O valor do segmento Bradesco Prime pauta-se nas seguintes premissas:

- **Atendimento personalizado prestado por Gerentes de Relacionamento:** Um profissional experiente e qualificado para oferecer consultoria financeira completa. Certificado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). Cada Gerente de Relacionamento administra uma carteira reduzida de Clientes;

- **Ambientes Diferenciados:** o cliente Bradesco Prime conta com uma rede de agências exclusivas, que oferecem conforto, tranquilidade e privacidade para tratar de seus negócios. Conta também com os “Espaços Bradesco Prime”, um ambiente reservado e diferenciado, instalados em Agências do segmento Varejo, que mantêm integralmente a proposta de valor do segmento. Além disso, tem à sua disposição a nossa ampla rede de agências, distribuída pelo Brasil, incluindo os equipamentos de Autoatendimento – Bradesco Dia & Noite e Banco24Horas;

- **Produtos e serviços exclusivos:** o Bradesco Prime dispõe do mais completo conjunto de produtos e serviços financeiros diferenciados e exclusivos - *internet banking* (bradescoprime.com.br), central de atendimento (Fone Fácil Bradesco Prime), consultor on-line, fundos de investimento. Dispõe também de soluções de crédito com taxas diferenciadas, um portfólio diversificado de seguros, planos de previdência complementar, cartões de crédito, entre outros; e

- **Programa de Fidelidade Bradesco Prime:** criado para reconhecer e valorizar ainda mais o relacionamento do cliente com o banco. Ao adquirir produtos e serviços, o cliente acumula pontos que podem ser convertidos em benefícios - 12 dias sem juros no cheque especial ou até 40% de redução na taxa do cheque especial e redução de até 100% nas Cestas de Serviços.

Presente em 100% das capitais brasileiras, o Bradesco Prime vem, ao longo de sua existência, investindo em tecnologia, no aprimoramento do relacionamento com os clientes e na capacitação dos seus profissionais. Conquistou posição de destaque no mercado brasileiro de serviços bancários para clientes alta renda e consolidou-se como o maior provedor de serviços bancários para esses clientes em rede de atendimento, com 305 agências e 360 “Espaços Bradesco Prime” estrategicamente posicionados, para atender mais de 674 mil clientes.

Desde 2005, o Departamento Bradesco Prime está certificado pela Fundação Vanzolini na norma “NBR ISO 9001:2008”, no escopo “Gestão do Segmento Bradesco Prime”, o que demonstra o compromisso do Banco com a melhoria contínua dos processos e a busca da satisfação dos clientes.

Bradesco Private Bank

O Bradesco *Private Bank* iniciou suas atividades em 2000, com o objetivo exclusivo de assessorar pessoas físicas de elevado patrimônio, *holdings* familiares e empresas de participações com alta disponibilidade líquida para investimentos. Para tanto, busca a solução financeira mais adequada para cada perfil de cliente, utilizando o conceito *tailor-made* focando em assessoria na alocação de ativos financeiros, bem como orientação tributária e sucessória.

Atualmente, o Bradesco *Private Bank* conta com escritórios localizados em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Blumenau, Brasília, Campinas, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Ribeirão Preto e Salvador e com o suporte das unidades no exterior: Cayman, Nova Iorque e Luxemburgo.

O Bradesco *Private Bank* é certificado tanto pela norma "NBR ISO 9001:2008" no escopo "Gestão do Relacionamento com Clientes Pessoa Física de Alta Riqueza Líquida e Gestão de Soluções Integradas – Escritórios de São Paulo e Rio de Janeiro" quanto pelo "Selo GoodPriv@cy" (*Data Protection Label* – 2007 *edition*, conferido pelo *IQNet International Quality Network*) no escopo "Gestão de Privacidade de Dados Utilizados no Relacionamento com Clientes de Alta Riqueza Líquida – Unidade São Paulo".

Bradesco Empresas

O Bradesco Empresas atende companhias com faturamento entre R$ 30 milhões e R$ 250 milhões/ano, em suas 71 Unidades de Negócios posicionadas estrategicamente nas diversas capitais brasileiras, nas regiões Sudeste (42), Sul (17), Centro-Oeste (4), Nordeste (6) e Norte (2). Além destas 71 Unidades, possui ainda 50 Espaços Empresas em localidades estratégicas, não cobertas pelo Bradesco Empresas, em ambientes com estrutura especializada para o atendimento de Grupos Econômicos, que se enquadram no perfil do segmento.

O Bradesco Empresas oferece a melhor qualidade em gerenciamento de negócios com produtos como: empréstimos, financiamentos, investimentos, comércio exterior, operações de *hedge*, *cash management* e operações estruturadas na área de mercado de capitais, buscando a satisfação de seus clientes e resultados para a Organização.

O Bradesco Empresas administra recursos, entre operações de empréstimos e adiantamentos, depósitos, fundos e cobrança, na ordem de R$ 100,0 bilhões.

Bradesco Corporate

O segmento Corporate foi instituído em 1999, com o objetivo de atender clientes do mercado alvo, composto por empresas em sua maioria com faturamento superior a R$ 250 milhões/ano, atendidos por uma equipe de vendas de 145 profissionais, com gestão de relacionamento centralizada, oferecendo além dos produtos tradicionais, soluções personalizadas *(tailor-made).*

Rede de agências

O principal canal de distribuição de nossos serviços bancários é a rede de agências. Além de oferecer serviços bancários no varejo, servem como rede de distribuição para todos os outros produtos e serviços, incluindo serviços de gestão de recebimentos e pagamentos, serviço bancário *private,* cartões de crédito e produtos de gestão de ativos. Comercializamos serviços de arrendamento mercantil por meio de canais operados pela rede de agências, assim como pela nossa subsidiária integral Bradesco Leasing e pelo Bradesco Financiamentos. A Bradesco Corretora e a Bradesco Consórcios também comercializam nossos serviços de corretagem, negociação e consórcio através de nossas agências. A Bradesco Vida e Previdência vende seus produtos por meio de 10.233 representantes independentes em todo o país, dos quais a maior parte está baseada em nossas instalações. A remuneração destes agentes é baseada em comissão.

Vendemos nossos produtos de seguros, previdência e capitalização por meio de nosso *site* e de corretores exclusivos sediados em nossa rede de agências bancárias e por meio de outros corretores, não exclusivos, em todo o Brasil, todos eles remunerados com base em comissões. Em 31 de dezembro de 2012, 32.077 corretores ofereciam nossas apólices de seguros ao público. Os títulos de capitalização são comercializados através das agências bancárias, Internet, central de atendimento, máquinas de autoatendimento e canais de distribuição externos.

A tabela a seguir apresenta a distribuição das vendas dos produtos indicados através de nossas agências e fora delas:

	Porcentagem do total das vendas, por produto		
	2012	2011	2010
Produtos de seguros			
Vendas através das agências	38,1%	45,3%	40,0%
Vendas fora das agências	61,9%	54,7%	60,0%
Produtos de previdência complementar			
Vendas através das agências	83,7%	76,8%	81,7%
Vendas fora das agências	16,3%	23,2%	18,3%
Títulos de capitalização			
Vendas através das agências	79,6%	84,1%	90,5%
Vendas fora das agências	20,4%	15,9%	9,5%

Outros canais de distribuição

Canais Digitais Bradesco Dia & Noite

Os canais digitais Bradesco Dia & Noite oferecem mobilidade e independência aos clientes para que eles possam ampliar seus negócios conosco.

Buscamos tornar a experiência bancária ainda mais conveniente, rápida e segura. Além dos tradicionais canais de atendimento, como o Autoatendimento, Fone Fácil e *Internet banking*, os clientes e usuários tem acesso ao Banco através do Bradesco Celular.

As pessoas com deficiência e mobilidade reduzida contam com serviços de *internet banking* para deficientes visuais; atendimento personalizado aos deficientes auditivos, por meio da linguagem digital no Fone Fácil; Bradesco Celular para deficientes visuais; mouse visual para pessoas com deficiência motora; e acesso para clientes com deficiência visual e física no autoatendimento.

O Bradesco está presente nas redes sociais, por meio das quais monitora a marca e seus produtos e serviços, presta atendimento e se relaciona com os usuários. Foi o primeiro Banco a desenvolver um aplicativo de acesso ao *Facebook*, que permite consultas, pagamentos, transferências e solicitação de crédito pessoal, durante a navegação na rede social.

Bradesco Celular

O Bradesco foi o primeiro banco brasileiro a colocar o Banco no celular e, por meio desse canal, o cliente pode realizar com comodidade e segurança, consultas de saldos e extratos, pagamentos, recarga de celular pré-pago, transferências, empréstimos, cotação e acompanhamento de ordem de compra e venda de ações, dentre outros. O site www.bradescocelular.com.br disponibiliza informações detalhadas sobre produtos e serviços do canal. Em 2012, por meio do Bradesco Celular, foram realizadas 381,4 milhões de transações.

Além desses serviços, o Bradesco Celular disponibiliza também:

- Recarga Direta Bradesco: um serviço que permite recarregar celulares pré-pagos por meio de ligação realizada do próprio aparelho, mesmo se não houver créditos para falar. Essa facilidade está disponível, atualmente, para usuários de celulares Vivo e Claro (companhias de telefonia móvel);

- Pagamentos via SMS: por meio desses serviços, os clientes previamente cadastrados recebem mensagens para efetuar o agendamento ou o pagamento de seus boletos de cobrança bancária cadastrados no DDA ou de contas de consumo, simplesmente, respondendo um SMS;

- InfoCelular: com ele, o cliente cadastrado recebe em seu celular mensagens SMS sobre transações bancárias realizadas em sua conta, com rapidez e segurança, de acordo com o período e o valor por ele escolhidos;

- Bradesco Net Empresa Celular: Disponibilizado para os clientes Pessoa Jurídica, que utilizam o celular para consultar saldos e autorizar transações;

- Conta Bônus Celular Bradesco: com ela, além do acesso a diversos serviços financeiros, há um pacote com recurso, que permite que certos montantes sejam convertidos em créditos com alguns provedores específicos de celulares; e

- Chave de Segurança (Token) integrada ao celular: É um serviço inovador e pioneiro no mercado, sendo mais uma opção de conveniência ao cliente para autenticar as transações realizadas no próprio aparelho e nos demais canais digitais.

Internet

Em 2011, o Bradesco disponibilizou mais de 50 inovações, com destaque para a Tecla "A" – Acesso Rápido, o Pagamento Inteligente, que reconhece automaticamente o tipo de pagamento pelo código de barras, e o Buscador, presente em todas as páginas.

O Portal Bradesco possui 65 sites institucionais (informações sobre a Organização, detalhamento de produtos e serviços, orientações sobre segurança, divulgação de ações socioambientais, publicações específicas para investidores, entre outros) e 33 transacionais (realização de transações bancárias).

Em 2012, os clientes, pessoa física e jurídica, realizaram por meio da internet, 3,6 bilhões de transações.

Os clientes Bradesco pessoa jurídica podem usar o Bradesco Net Empresa. Com ele, a empresa faz consultas, transações bancárias e transferências de arquivos pela internet, de maneira simples e segura.

Autoatendimento

A Rede de Autoatendimento Bradesco conta com 34.859 máquinas, estrategicamente, distribuídas por todo o país, proporcionando acesso rápido e prático aos produtos e serviços do Banco. Além das nossas máquinas próprias, os clientes podem utilizar as 12.975 máquinas da Rede Banco24Horas, que possibilitam a realização de operações de saques, emissão de extratos, consultas de saldo, empréstimos, pagamentos de boletos de cobrança e transferências entre contas.

Por meio das máquinas de autoatendimento, foram realizadas 2,1 bilhões de transações no ano de 2012.

Utilizamos um sistema de leitura biométrica, que identifica os clientes e autentica as transações realizadas nas máquinas de Autoatendimento, por meio de um sensor/luz invisível, que captura a imagem do padrão vascular da palma da mão. Essa tecnologia possibilita aos nossos clientes utilizar apenas a biometria e o cartão para realizar consultas e transações, sem a necessidade de digitar a senha de seis dígitos, tornando o atendimento mais rápido e fácil, além de ser uma das mais avançadas tecnologias de segurança mundial. Tecnologia disponível em 32.731 máquinas da Rede de Autoatendimento Bradesco e em 5.742 máquinas da Rede Banco24Horas.

Somos o único banco conveniado com o INSS para realizar a "prova de vida" dos clientes beneficiários do INSS com uso da biometria de forma automática, sem precisar que ele se dirija ao guichê de caixa para apresentar documento, agilizando o atendimento.

Fone Fácil

O Fone Fácil Bradesco é o banco por telefone do Bradesco. O sistema de atendimento personalizado, com especialistas financeiros e o atendimento eletrônico, fazem do Fone Fácil um dos mais eficientes canais de atendimento e uma das mais premiadas centrais de relacionamento bancário do país, disponível aos clientes 24 horas por dia, sete dias por semana.

Através deste canal, o cliente pode adquirir produtos, obter informações sobre sua conta, cartão de crédito, previdência, capitalização e realizar diversas transações como: consulta de saldos, extratos, pagamentos, transferências, operações de crédito, investimentos, cadastramento da Chave de Segurança Bradesco – Token no celular, cadastramento e desbloqueio da senha de 4 dígitos, cancelamento e reemissão de cartão, entre outros serviços.

Além do atendimento personalizado e eletrônico, os clientes, por meio de números específicos, têm acesso a diversas centrais de atendimento telefônico, sendo as principais: *internet banking*, Net Empresa, Consórcio, Previdência Privada, Bradesco Financiamentos e o Alô Bradesco.

Durante 2012, foram registradas 370,5 milhões de ligações e 490,8 milhões de transações.

Unidades bancárias em empresas de varejo

Entramos em parcerias com, entre outros, redes varejistas, supermercados, drogarias, mercearias e outros varejistas, para fornecer os serviços bancários correspondentes (principalmente cobranças, saques de contas correntes e contas poupança e pagamentos de pensões). Enquanto as agências contam com funcionários destes nossos parceiros, todas as decisões de crédito são tomadas por nossos funcionários.

Controle integrado de riscos

O Departamento de Controle Integrado de Riscos é responsável pelas atividades descritas a seguir:

Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos nossos negócios. O aprimoramento desta atividade, nos permitiu ser o primeiro e único Banco no país autorizado pelo Banco Central do Brasil a utilizar, a partir de janeiro de 2013, modelos internos de risco de mercado, que já eram utilizados na sua gestão, para apuração do capital regulamentar, conforme previsto no Novo Acordo de Capital de Basileia.

Buscamos exercer o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promovemos ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

Nosso processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil das nossas atividades.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura da atividade de gerenciamento de riscos é composta por Comitês Estatutários e Comitês Executivos, que subsidiam nosso Conselho de Administração e a Diretoria Executiva na tomada de decisões estratégicas.

Dispomos de um Comitê Estatutário, denominado “Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital”, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital.

Subsidiando esse Comitê Estatutário, existem os Comitês Executivos de Gestão de Riscos de: a) Crédito; b) Mercado e Liquidez; c) Operacional; d) Grupo Bradesco de Seguros e Previdência; e e) Implantação de Basileia II, existindo ainda os Comitês Executivos das áreas de negócios, que, dentre suas atribuições, sugerem os limites de exposição a seus respectivos riscos e elaboram planos de mitigação a serem submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e ao Conselho de Administração.

Risco de Crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações contratuais sob os termos pactuados originalmente. Para propósitos de divulgação do gerenciamento de risco, consideramos e consolidamos todos os elementos de risco de crédito expostos, tais como a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

O gerenciamento de risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico por meio de modelos, instrumentos e procedimentos; exige alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preserva a integridade e a independência dos processos.

Controlamos as exposições ao risco de crédito, que decorrem, principalmente, de operações de empréstimos e adiantamentos, de ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. Há também o risco de crédito em obrigações financeiras relacionadas a compromissos de empréstimo ou prestação de garantias financeiras.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

A Organização busca exercer continuamente o mapeamento das atividades, que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e magnitude, assim como a identificação dos seus gestores, mensuração e planos de mitigação.

Processo de Gerenciamento do Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa e centralizada. Todas as exposições a risco de crédito são analisadas, mensuradas, classificadas e acompanhadas de maneira independente por nossa área de risco de crédito.

Esta área participa do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento perante perdas esperadas e inesperadas.

A área de risco de crédito atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação e na avaliação de riscos, quando da criação ou revisão de produtos e serviços.

Nosso risco de crédito tem seu controle e acompanhamento corporativo feito na área de risco de crédito do Departamento de Controle Integrado de Riscos. O departamento coordena, na estrutura de governança de riscos, o Comitê Executivo de Gestão de Risco de Crédito, onde são discutidas e formalizadas as metodologias para mensuração do risco de crédito. Os temas de relevância debatidos neste comitê são reportados ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que está subordinado ao Conselho de Administração.

Além do Comitê, a área promove reuniões mensais com os executivos e diretores de produtos e segmentos, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de empréstimos e adiantamentos, inadimplências, perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos, recuperações de crédito, limites e concentrações de carteiras, dentre outros. Essas informações também são reportadas ao Comitê de Auditoria.

A área acompanha ainda todo e qualquer evento, interno ou externo, que possa trazer impacto significativo ao risco de crédito da Organização, tais como: fusões, falências, quebra de safra etc., além de monitorar os setores de atividade econômica onde a empresa tem as exposições à riscos mais representativas.

Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, que são revisados ao menos uma vez por ano.

Risco de Mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros, uma vez que as nossas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e controlado, sendo as diretrizes e limites de exposição ao risco de mercado monitorados diariamente, de maneira independente.

Todas as atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

Nosso processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Organização, que abrange desde as unidades de negócio até o Conselho de Administração.

A mensuração e o controle de risco de mercado são feitos por meio de metodologias adequadas a cada situação, tais como, de *Value at Risk* ("VaR"), *Economic Value of Equity* ("EVE"), testes de estresse e análise de sensibilidade, além de limites de gestão de resultados e exposição financeira.

Apesar de serem controlados separadamente, os riscos da carteira *trading* e das posições da carteira *banking* são mensurados por meio da metodologia de VaR delta-normal ajustado com riscos *gama* e *vega* das operações com opções, para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos, que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A metodologia do VaR fornece uma estimativa da perda potencial máxima, que pode ser esperada em relação a um dado evento adverso, e as volatilidades e correlações advêm de métodos estatísticos.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros da carteira *banking* são feitos a partir da metodologia EVE, que mede o impacto econômico sobre nossas posições, de acordo com os cenários elaborados por nossa área econômica, que buscam determinar movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros sobre nossas aplicações e captações.

Em consonância com a Governança Corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração dos riscos de mercado e liquidez na Organização, bem como atender aos dispositivos da Resolução nº 3.464/07, do CMN, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez, cuja revisão é realizada anualmente pelos Comitês competentes e pelo próprio Conselho de Administração, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez.

Além desta política, dispomos de normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez, conforme segue:

- classificação das operações;
- reclassificação das operações;
- negociação de títulos públicos ou privados;
- utilização de derivativos; e
- *hedge*.

Processo de Gerenciamento do Risco de Mercado

O processo de gerenciamento de risco de mercado é realizado de maneira corporativa, centralizada e independente. Este processo envolve diversas áreas, que possuem atribuições específicas, na mensuração e controle do risco de mercado, o que nos permitiu ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central a utilizar, a partir de janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado, que já eram utilizados na sua gestão, para apuração do capital regulamentar. O processo de gerenciamento, aprovado pelo Conselho de Administração, é também revisado anualmente pelos Comitês e pelo próprio Conselho de Administração.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características das operações, que são segregadas nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços, efetivas ou esperadas, ou realização de arbitragem.

Para a carteira *Trading*, são monitorados os seguintes limites:

- risco;
- estresse;
- resultado; e

- exposição financeira.

Carteira *Banking*: operações não classificadas na carteira *Trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das nossas diversas linhas de negócio e seus respectivos *hedges*.

Para a carteira *Banking*, são monitorados os limites:

- risco da taxa de juros; e
- carteira de ações.

O risco de mercado é controlado e acompanhado primariamente por área independente, o Departamento de Controle Integrado de Riscos, que diariamente calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Além dos reportes diários, as posições são semanalmente discutidas no Comitê Executivo de Tesouraria, onde os resultados e os riscos são avaliados e as estratégias para as próximas semanas são debatidas e validadas. Tanto o processo de governança quanto os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, quando são revisados ao menos uma vez por ano.

Para mais informações sobre como avaliamos e monitoramos o risco de mercado, veja “Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre o Risco de Mercado”.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é representado pela possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade da instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que possamos liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez é realizado de maneira corporativa e centralizada, contemplando o acompanhamento diário da composição dos recursos disponíveis, o cumprimento do nível mínimo de liquidez e do plano de contingência para situações de estresse.

Nossa “Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez” é aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como um de seus objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam o estabelecimento de Reserva Mínima de Liquidez (RML), bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez. A política e os controles estabelecidos atendem plenamente ao disposto pela Resolução nº 4.090/12 do CMN.

Nossos critérios e procedimentos determinam a reserva mínima de liquidez a ser mantida diariamente e os tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis. Além disso, são estabelecidos os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise e as estratégias de atuação a serem seguidas em cada caso.

A gestão do risco de liquidez é realizada pelo Departamento de Tesouraria, com base nas posições disponibilizadas pela área de *back-office*, que tem por responsabilidade fornecer as informações necessárias para gestão e acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos. Já o Departamento de Controle Integrado de Riscos é responsável pela metodologia de mensuração da reserva mínima de liquidez, controle dos limites estabelecidos por tipo de moeda e empresa (inclusive para as não financeiras), revisão de políticas, normas, critérios e procedimentos e realização de estudos para as novas recomendações.

O risco de liquidez é acompanhado nas reuniões do Comitê Executivo de Tesouraria, que acompanha as reservas de liquidez, com descasamentos de prazos e moedas. Adicionalmente, o

acompanhamento também é feito pelo Comitê Executivo de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez, pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e pelo Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o risco de estratégia e o risco de reputação.

Processo de Gerenciamento do Risco Operacional

Abordamos o gerenciamento do risco operacional de maneira corporativa, centralizada e independente, dentro de um processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento, sendo realizado com o seguinte arcabouço:

- trabalho de identificação com as dependências de eventos decorrentes de risco operacional e, consequente abertura de rubricas contábeis para registro de eventos de perda;
- padronização do formato de reporte pelas dependências através do sistema corporativo "Risco Operacional e Controles Internos (ROCI)", desenvolvido pelo Departamento de Controle Integrado de Riscos para remessa diária e/ou mensal de informações de eventos de risco operacional;
- recepção, tratamento e conciliação contábil desses dados para internalização na base de dados corporativa de risco operacional; e
- utilização da base de dados para modelagem estatística de eventos, resultando no cálculo do VaR operacional.

O Departamento de Controle Integrado de Riscos controla e monitora nosso risco operacional.

A área promove reuniões com os diversos departamentos, onde são abordados temas relativos ao gerenciamento das perdas operacionais e a efetividade de ações tomadas pelas dependências na implantação de controles internos, que mitiguem os riscos existentes e novos, que possam se materializar. Para tanto, é utilizado um conjunto de informações, as quais incluem dados internos e externos, cenários e indicadores visando o monitoramento contínuo de eventos inesperados em um horizonte de 1 ano.

O Departamento de Controle Integrado de Riscos coordena o Comitê Executivo de Gestão de Risco Operacional, sendo que os assuntos de relevância são reportados ao Comitê de Auditoria e posteriormente ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que está subordinado ao Conselho de Administração.

O processo de governança é aprovado pelo Conselho de Administração, sendo revisado ao menos uma vez por ano.

Gerenciamento de Controles Internos e Compliance

O Departamento de Controles Internos e *Compliance* certifica, de forma independente, a existência, a efetividade e a execução dos controles, que assegurem níveis aceitáveis de riscos nos processos da Organização.

Área de Controles Internos

Nós mantemos todos os componentes do sistema de controles internos atualizados, a fim de mitigar possíveis perdas potenciais advindas de exposição ao risco, fortalecendo processos e procedimentos voltados ao gerenciamento de controles internos e, também, às boas práticas de governança corporativa.

A Área de Controles Internos é responsável pelo(a):

- gerenciamento dos processos de controles internos, mediante o estabelecimento de metodologias e critérios para identificar, classificar, avaliar e acompanhar os riscos e seus respectivos controles;
- aplicação da autoavaliação corporativa, objetivando aferir o grau de conhecimento, entendimento e cumprimento de assuntos considerados relevantes, a exemplo de ética, segurança da informação e prevenção à lavagem de dinheiro;
- aplicação da autoavaliação operacional na rede de agências, dos segmentos "Varejo" e "Prime", objetivando aferir a percepção da administração da agência, quanto à conformidade dos controles internos das atividades negociais e administrativas desenvolvidas nessas unidades;
- coordenação e/ou participação em ações voltadas ao fortalecimento da cultura ética dos colaboradores, de acordo com as orientações emanadas pelo nosso Comitê de Conduta Ética; e
- elaboração de relatórios de conformidade, contendo os resultados consolidados das Dependências e que são, semestralmente, apresentados aos Comitês de Auditoria e de Controles Internos e *Compliance*, Diretoria Executiva e Conselho de Administração, para aprovação.

Gerenciamento de Controles Internos

A efetividade dos nossos controles internos é sustentada por pessoas, processos e tecnologia. Nesse contexto, contamos com quadro de profissionais capacitados e com dedicação exclusiva, com processos previamente definidos e estabelecidos, e tecnologia adequada às necessidades de negócios.

A Política de Controles Internos e *Compliance* e a Metodologia Corporativa de Gerenciamento de Riscos e Controles encontram-se devidamente formalizadas, estando alinhadas com os principais *frameworks* de controles, como o "COSO" – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o "COBIT" – *Control Objectives for Information and Related Technology*, que abrangem aspectos de Negócio e de Tecnologia, respectivamente, atendendo aos requisitos da Resolução nº 2.554/98, do CMN, do PCAOB – *Public Company Accounting Oversight Board* e da Seção 404 da Lei Americana *Sarbanes-Oxley.*

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de nossos serviços, produtos e processos, cujos testes de aderência são aplicados com a periodicidade requerida, sendo os resultados reportados aos Comitês de Auditoria e de Controles Internos e Compliance e ao Conselho de Administração. Nos casos de não conformidade, faz-se o endereçamento da respectiva ação corretiva, com o devido acompanhamento.

O conjunto dessas ações traduz-se em incremento da qualidade dos processos operacionais e difusão da importância da cultura de controle, ratificando o aprimoramento das melhores práticas.

Área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo – PLD/FT

Nós mantemos políticas, normas, procedimentos e sistemas específicos para prevenir e/ou detectar a utilização de nossa estrutura, produtos e serviços em lavagem de dinheiro e no financiamento ao terrorismo.

Investimos no treinamento de nossos colaboradores, com programas em diversos formatos, tais como cartilhas, vídeos, cursos, *folder,* cursos à distância e palestras presenciais específicas, para áreas nas quais as atividades as requerem.

Os casos suspeitos ou atípicos identificados são encaminhados para a Comissão de Avaliação de Transação Suspeita, composta por várias áreas, que avalia a necessidade de reporte aos Órgãos Reguladores. O Programa de PLD/FT é apoiado pelo Comitê Executivo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, o qual se reúne regularmente a cada três meses, para avaliar os trabalhos e a necessidade de alinhar procedimentos às normas estabelecidas pelos órgãos reguladores e às melhores práticas nacionais e internacionais.

Área de Validação Independente de Modelos

A área de "Validação Independente de Modelos" responde por opinar, de maneira fundamentada e independente, se os modelos internos funcionam conforme os objetivos previstos e se os resultados obtidos estão adequados para o uso aos quais se destinam, reportando suas atividades ao "Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC".

Seguindo as orientações e diretrizes contidas no Novo Acordo de Capitais – Basileia II e atendendo aos requisitos do Banco Central, os modelos internos utilizados para Gestão de Riscos são submetidos a um processo contínuo de análise crítica, garantindo a qualidade e as respostas adequadas aos seus objetivos, chamado "Processo de Validação Independente".

Segurança corporativa

Com vistas a fortalecer as ações preventivas de combate à fraudes, resguardando a segurança da informação e dos sistemas que suportam o negócio, foi criado em setembro de 2009, o Departamento de Segurança Corporativa. Ele se reporta à Diretoria Executiva e tem como principal competência atuar estrategicamente e de maneira corporativa na segurança dos canais de atendimento, informações e sistemas, avaliando, tratando e propondo melhorias, que visem a prevenir eventuais exposições críticas de vulnerabilidades, suportado pela possibilidade da visão global dos incidentes e das tendências, obtidas interna e externamente. É também o ponto focal para emissão de pareceres técnicos, quanto aos aspectos de segurança estratégica, na implementação de produtos, serviços ou processos da Organização.

Dentre os principais itens voltados a "Visão Global de Segurança Corporativa", destacamos:

- a definição de um "Sistema de Gestão de Segurança da Informação" baseado na "Política Corporativa de Segurança da Informação" e num conjunto de diretrizes e diretivas, que contemplam os princípios de confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação. Objetiva a proteção dos nossos ativos de informações e de nossos clientes. Estas atividades são complementadas por ações de conscientização e de treinamento voltadas a todos os colaboradores da Organização e da avaliação de riscos à segurança das informações nos produtos, serviços e processos;

- as áreas de "Prevenção à Fraudes e de Segurança em Canais Eletrônicos", têm a missão de gerir processos para identificar e mitigar riscos, objetivando evitar perdas financeiras e de imagem. Atuam por meio do monitoramento de transações dos canais de atendimentos eletrônicos e de ações estratégicas e corporativas a fim de propor aos gestores das áreas técnicas e de negócios, soluções que visem agregar segurança do produto e dos acessos aos Canais de Atendimento Eletrônico; e

- a gestão estratégica e operacional dos processos de identidade e acesso lógico a aplicativos, visando proteger os recursos sistêmicos, além de atuar com as unidades de negócio e tecnologia, objetivando a definição e reestruturação de controles automatizados e a coordenação corporativa de todas as ações atinentes a gestão de acessos.

Política de crédito

Nossa política de crédito está voltada para:

- garantir os níveis de segurança, qualidade, liquidez e diversificação na aplicação dos ativos;
- buscar agilidade e rentabilidade nos negócios; e
- minimizar os riscos inerentes às operações de empréstimos e adiantamentos.

Nossa política de crédito define os critérios para a fixação de limites e concessões de créditos. As aprovações de crédito podem ser determinadas no âmbito da agência e, se necessário em alçadas superiores, incluindo nosso Conselho de Administração, de acordo com as regras definidas em nossa política interna. Nossa Diretoria Executiva também aprova os modelos de avaliação e os processos de crédito que nossas Agências e Departamentos utilizam para cada tipo de empréstimo ao apreciar solicitações de crédito.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas, que demonstram capacidade de pagamento e idoneidade. Procura-se sempre ampará-los com garantias

condizentes com os riscos assumidos, considerando as finalidades e os prazos dos créditos concedidos, além da classificação de risco. O sistema de classificação, definido pelo Banco Central, divide o risco em 9 níveis, de “excelente” a “péssimo”. Em consonância com o compromisso de constante aperfeiçoamento metodológico, a classificação de risco de crédito dos nossos clientes/grupos econômicos contempla uma escala de dezessete níveis, dos quais treze representam as operações de curso normal, proporcionando, inclusive, maior aderência aos requisitos previstos no Novo Acordo de Capital de Basileia (Basileia II). Para mais detalhes, vide “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios – Regulamentação e Supervisão – Regulamentação bancária – Tratamento de empréstimos e adiantamentos”.

Nossas agências possuem limites de alçada definidos de acordo com o seu porte e garantia oferecidos na operação. Apesar disso, o exercício dessas alçadas está vinculado às condições do tomador, no que se refere a:

- classificação no mínimo como “aceitável”, segundo nossos sistemas internos de classificação de créditos (*score* e *rating*);
- ficha cadastral atualizada; e
- inexistência de restrições cadastrais relevantes.

Temos limites de crédito conforme nossos tipos de empréstimos. Aprovamos previamente os limites de crédito para nossos clientes pessoas físicas e jurídicas e, atualmente, concedemos créditos ao setor público somente em circunstâncias muito limitadas. Em todos os casos, os recursos somente são concedidos se o órgão competente aprovar a linha de crédito.

Os limites de crédito para nossos clientes “grandes empresas” são reavaliados no máximo a cada 180 dias. Para os demais clientes, pessoas físicas, pequenas e médias empresas, a reavaliação ocorre a cada 90 dias.

Nosso limite máximo de exposição por cliente (ex.: pessoas físicas, jurídicas ou grupos econômicos), determinado conforme a classificação de *rating* cliente, é de até 10% do patrimônio líquido do Banco.

Casos que excedam o nível máximo de comprometimento de risco de crédito, conforme descrito na tabela a seguir e cuja responsabilidade total proposta seja igual ou superior a R$ 1,2 bilhão, deverão ser submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

Rating Cliente	% do Patrimônio Líquido
AA1	10
AA2	9
AA3	8
A1	7
A2	6
A3	5
B1	4
B2	3
B3	2
C1	1
C2	0,7
C3	0,5
D	0,3

Nossa política de crédito não é estática e como parte de nosso processo de administração de risco, continuamos a aprimorar nossos procedimentos de concessão de crédito, incluindo procedimentos para coletar dados sobre tomadores, calcular prejuízos em potencial e avaliar as classificações aplicáveis. Além disso, estamos avaliando nossa administração do risco de crédito institucional à luz das recomendações da Basileia II, inclusive:

- reestruturar nossa metodologia para calcular possíveis prejuízos;
- identificar e implantar alterações em nossos processos de relatório, para aprimorar a administração de nossa carteira de crédito;
- reprojetar nossa estrutura de controle de informações; e
- avaliar a estrutura organizacional de nossas práticas de avaliação de crédito, incluindo uma análise da demanda por tecnologia e tratar de novas questões.

Empréstimos e adiantamentos a clientes pessoa física

Para clientes pessoas físicas, dependendo da garantia proposta, do porte da agência e do enquadramento nos parâmetros de crédito, empréstimos de até R$ 50.000,00 podem ser aprovados nas agências. Se o valor e o tipo da garantia não estiverem dentro das alçadas para aprovação no âmbito da agência, a aprovação do empréstimo é submetida ao Departamento de Crédito e, se necessário, às alçadas superiores. A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais os gerentes das agências podem aprovar empréstimos às pessoas físicas, dependendo do valor e do tipo de garantias oferecidas.

Valor do Risco Total	Em milhares de reais	
	Créditos sem Garantias Reais	Créditos com Garantias Reais
Autoridade responsável pela decisão		
Gerente de agência muito pequena (1)	até 5	até 10
Gerente de agência pequena (2)	até 10	até 20
Gerente de agência média (3)	até 15	até 30
Gerente de agência grande (4)	até 20	até 50

(1) Agência com captação total até R$ 1.999.999;

(2) Agência com captação total entre R$ 2.000.000 e R$ 5.999.999;

(3) Agência com captação total entre R$ 6.000.000 e R$ 14.999.999; e

(4) Agência com captação total igual ou acima de R$ 15.000.000.

Nós utilizamos um sistema específico de *Credit Scoring* (classificação de crédito) para analisar essas operações, o que nos proporciona um nível de agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos. Todos os modelos são permanentemente monitorados e revisados sempre que necessário. O Departamento de Crédito possui uma equipe dedicada ao desenvolvimento de modelos que visa o aprimoramento contínuo das ferramentas.

Disponibilizamos às nossas agências ferramentas que lhes permitem analisar empréstimos e adiantamentos para pessoas físicas de maneira rápida, eficiente e padronizada, bem como a produção dos correspondentes contratos de empréstimo automaticamente. Com tais ferramentas, nossas agências podem responder rapidamente aos clientes, manter baixos custos operacionais e garantir um adequado controle dos riscos inerentes ao processo de crédito no mercado brasileiro.

A tabela a seguir estabelece os limites de alçadas para empréstimos às pessoas físicas acima das alçadas das agências:

Valor do Risco Total	Em milhares de reais
Autoridade responsável pela decisão	
Departamento de Crédito	até 14.000
Diretor de Crédito	até 18.000
Comitê Executivo de Crédito (Reunião Diária)	até 60.000
Comitê Executivo de Crédito (Reunião Plenária)	até 2.000.000
Conselho de Administração	igual ou superior a 2.000.000

Empréstimos e adiantamentos a clientes pessoa jurídica

Para clientes pessoas jurídicas, dependendo da garantia proposta, do porte da agência e do enquadramento nos parâmetros de crédito, empréstimos de até R$ 400.000,00 podem ser aprovados na agência. Se o valor e o tipo da garantia não estiverem dentro das alçadas para aprovação da agência, a aprovação do empréstimo é submetida ao Departamento de Crédito e, se necessário, às alçadas superiores. A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais os gerentes das agências podem aprovar empréstimos às pessoas jurídicas, dependendo do valor e do tipo de garantias oferecidas.

Valor do Risco Total	Em milhares de reais	
	Créditos sem Garantias Reais	**Créditos com Garantias Reais**
Autoridade responsável pela decisão		
Gerente de agência muito pequena [(1)]	até 10	até 60
Gerente de agência pequena [(2)]	até 20	até 120
Gerente de agência média [(3)]	até 30	até 240
Gerente de agência grande [(4)]	até 50	até 400
Gerente de agência Bradesco Empresas [(5)]	até 100	até 400

[(1)] Agência com captação total até R$ 1.999.999;

[(2)] Agência com captação total entre R$ 2.000.000 e R$ 5.999.999;

[(3)] Agência com captação total entre R$ 6.000.000 e R$ 14.999.999;

[(4)] Agência com captação total igual ou acima de R$ 15.000.000; e

[(5)] Agência exclusiva para atendimento de empresas de médio porte (*middle market*).

A tabela a seguir estabelece os limites para empréstimos a clientes pessoas jurídicas acima das alçadas das agências:

Valor do Risco Total	Em milhares de reais
Autoridade responsável pela decisão	
Departamento de Crédito	até 14.000
Diretor de Crédito	até 18.000
Comitê Executivo de Crédito (Reunião Diária)	até 60.000
Comitê Executivo de Crédito (Reunião Plenária)	até 2.000.000
Conselho de Administração	igual ou superior a 2.000.000

No intuito de atender às necessidades dos clientes no menor prazo possível e com segurança, o Departamento de Crédito foca suas análises, de maneira segmentada, utilizando metodologias e instrumentos diferenciados para a análise de crédito em cada segmento, devendo-se considerar principalmente:

- Nos segmentos “Varejo”, “Prime” e “Private” – Pessoa Física, a idoneidade, a categoria profissional/atividade, a renda mensal, o patrimônio (bens móveis, imóveis, eventuais ônus e participações em empresas), o endividamento bancário e o histórico de relacionamento conosco, atentando-se nas operações de empréstimos e adiantamentos para as condições de prazo e de taxas vigentes e para as garantias envolvidas;

- No segmento “Varejo – Pessoa Jurídica”, além dos pontos acima, focamos nos proprietários das empresas, assim como consideramos o tempo de atividade e o faturamento mensal;

- Nos segmentos “Empresas” e “Corporate”, a capacidade de gestão, o posicionamento da Empresa/Grupo no mercado, o porte, a evolução econômico-financeira, a capacidade de geração de caixa e as perspectivas do negócio, sempre abrangendo a proponente, seus controladores/coligadas e o setor de atividade; e

- Incluem-se também as análises de risco socioambiental em projetos, que buscam avaliar o cumprimento da legislação socioambiental por parte dos clientes, bem como atender aos “Princípios do Equador”, conjunto de regras que estabelecem critérios mínimos socioambientais que deverão ser atendidos para concessão de crédito, criados em 2002 pelo IFC – *International Finance Corporation*, braço financeiro do Banco Mundial.

Captação de depósitos

Nossa principal fonte de captação são depósitos de pessoas físicas e jurídicas no Brasil. Em 31 de dezembro de 2012, nossos depósitos totalizavam R$ 211,9 bilhões, representando 29,0% do total de nossas obrigações.

Oferecemos os seguintes tipos de contas de depósito e de registro:

- contas correntes;
- contas de poupança;
- depósitos a prazo;
- depósitos interfinanceiros, oriundos de instituições financeiras; e
- contas para registro de salários.

A tabela a seguir demonstra nosso total de depósitos de clientes e recursos de instituições financeiras, por tipo e por fonte, nas datas indicadas:

Em 31 de dezembro de	% do total de depósitos	Em milhares de reais		
	2012	2012	2011	2010
Recursos de clientes				
Depósitos à vista	17,8%	37.684.126	32.535.978	35.775.239
Depósitos de poupança	32,6%	69.041.721	59.656.319	53.435.652
Depósitos a prazo	49,1%	104.045.463	124.128.641	102.157.837
Outros	-	-	-	1.107.220
Recursos de instituições financeiras				
Depósitos à vista	0,3%	727.647	583.017	449.671
Depósitos interfinanceiros	0,2%	382.474	519.786	275.445
Total	**100,0%**	**211.881.431**	**217.423.741**	**193.201.064**

Segundo normatização da autoridade monetária, devemos depositar no Banco Central uma porcentagem de nossos depósitos recebidos de clientes, em depósitos à vista, poupança, a prazo e depósitos de empresas de *leasing* e posição vendida de câmbio, na forma de depósitos compulsórios, conforme segue abaixo:

- Depósitos à vista: somos obrigados a depositar 44,0% do saldo médio diário dos depósitos a vista, cobranças de recebíveis, recebimento de impostos, recursos em trânsito de terceiros e obrigações para prestação de serviços de pagamento, que exceder R$ 44,0 milhões, no Banco Central em bases não remuneradas (que subirá para 45,0% a partir de julho de 2014). Em dezembro de 2012, o Banco Central autorizou a utilização, de até 20,0% de tal saldo, para a oferta de financiamentos à aquisição de certos bens de capital, caminhões, exportação de bens de consumo, entre outros, observadas determinadas condições. O objetivo de tal alteração foi permitir um maior fluxo de recursos ao mercado e promover um estímulo à economia;

- Depósitos de poupança: semanalmente devemos depositar, em uma conta no Banco Central, um valor em reservas equivalente a 20,0% do saldo médio total de nossos depósitos de poupança. A conta é remunerada pela "TR" mais 6,2% de juros ao ano e "TR" mais 70% da SELIC para as captações efetuadas a partir de 4 de maio de 2012, quando a SELIC for inferior a 8,5% ao ano;

- Recursos a prazo: somos obrigados a depositar em conta no Banco Central 20,0% da soma do saldo inscrito nas nossas rubricas contábeis de: (a) depósitos a prazo; (b) CDIs de empresas de *leasing*; (c) recursos de aceite cambial; (d) cédulas pignoratícias de debêntures; (e) títulos de emissão própria; e (f) contratos de assunção de obrigações – vinculados a operações realizadas no exterior, deduzido da parcela de R$ 30,0 milhões. O exigível apurado é recolhido em espécie e recebemos a remuneração do valor depositado à taxa SELIC, sendo que o saldo de recolhimento a ser remunerado está limitado ao menor entre os seguintes valores: (a) da exigibilidade subtraída das deduções previstas no normativo emitido pelo Banco Central; e (b) da exigibilidade multiplicada pelos percentuais de: (i) 50,0% a partir dos períodos de cálculo e de cumprimento com início, respectivamente, em 15 e 26 de outubro de 2012; (ii) 64,0% a partir dos períodos de cálculo e de cumprimento com início, respectivamente, em 10 e 21 de fevereiro de 2014; (iii) 73,0% a partir dos períodos de cálculo e de cumprimento com início, respectivamente, em 14 e 25 de abril de 2014; (iv) 82,0% a partir dos períodos de cálculo e de cumprimento com início, respectivamente, em 9 e 20 de junho de 2014; (v) 100% a partir dos períodos de cálculo e de cumprimento com início respectivamente em 11 e 22 de agosto 2014. Esses percentuais e datas tem sido alterados pelo Banco Central com certa frequência, e podem sofrer novas alterações sem prévio aviso;

- O recolhimento da exigibilidade pode ser efetuado com dedução do valor equivalente a determinadas operações realizadas pelo Banco, estando referida dedução limitada a 50,0% da exigibilidade. Com essa programação e não remunerando parte de nossos depósitos a prazo, a intenção do Banco Central era estimular o investimento dos grandes bancos na compra de carteiras de crédito de bancos menores, já que podemos investir até 50,0% de nossos compulsórios sobre depósitos a prazo para este fim; e

- Posição vendida de câmbio: devemos depositar diariamente o equivalente a 60.0% sobre o resultado das posições vendidas de câmbio, líquido das posições compradas de câmbio, deduzido do menor entre: (i) US$ 3 bilhões de dólares; ou (ii) o valor correspondente à última posição do Nível I do Patrimônio de Referência. O recolhimento é efetuado em espécie, em bases não remuneradas, no segundo dia útil após a apuração da posição de câmbio, sem qualquer correção cambial.

Devemos depositar no Banco Central, toda semana, um valor adicional correspondente a (a) 11,0% sobre o saldo médio dos depósitos a prazo, conforme a Circular 3.655/13 mais (b) 10,0% sobre o saldo médio dos depósitos de poupança. Esse valor adicional é cumprido em reservas e somos remunerados à taxa SELIC. Vale notar que, as normas sobre depósitos adicionais têm sido alteradas pelo Banco Central com certa frequência, e podem sofrer novas alterações sem prévio aviso.

A regulamentação do Banco Central exige que:

- apliquemos, no mínimo, 34,0% dos depósitos à vista para oferecer crédito rural e, caso não seja feita tal aplicação mínima, devemos depositar o valor não utilizado em uma conta não remunerada no Banco Central;
- destinemos 2,0% dos depósitos à vista em operações de microcrédito; e
- destinemos ao menos 65,0% do valor total dos depósitos recebidos em contas de poupança ao financiamento imobiliário residencial ou construção habitacional. Os montantes que podem ser utilizados para satisfazer esta exigência incluem, além de financiamentos imobiliários residenciais diretos, letras hipotecárias, empréstimos imobiliários residenciais baixados ou empréstimos para construção habitacional e outros financiamentos, todos de acordo com o especificado na orientação emitida pelo Banco Central.

Os depósitos de poupança no Brasil são remunerados pela “TR” mais 6,2% de juros ao ano ou “TR” mais 70% da SELIC para as captações efetuadas a partir de 4 de maio de 2012, se a SELIC for inferior a 8,5%, após os recursos terem permanecido por no mínimo um mês corrido com relação às pessoas físicas e pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e por noventa dias com relação à pessoas jurídicas com fins lucrativos. Os rendimentos auferidos em contas de poupança de pessoas físicas são isentos de imposto de renda.

Os CDBs pagam uma taxa de juros pré-fixada ou pós-fixada que, em geral, é uma porcentagem da taxa de juros interbancária. A distribuição entre os CDBs às taxas pré-fixadas e às taxas pós-fixadas varia periodicamente, dependendo das expectativas de taxas de juros do mercado.

Os depósitos à vista ou sacáveis mediante aviso prévio, depósitos em contas correntes de depósitos para investimento, os depósitos de poupança, os depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, letras hipotecárias, letras de câmbio, letras imobiliárias, letras de crédito imobiliário e depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos referentes à prestação de serviços de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares são garantidos, no seu somatório, pelo Fundo Garantidor de Crédito, conhecido como “FGC”, até o valor de R$ 70.000 por cliente ou conta de depósito, na hipótese de liquidação de um banco.

Nós emitimos CDIs às outras instituições financeiras, cuja negociação está restrita ao mercado interbancário. São negociados com taxa pré-fixada ou pós-fixada por um dia ou com prazos mais longos.

Outras fontes de captação

Nossas outras fontes de captação incluem operações nos mercados de capitais, operações de importação/exportação e repasses.

A tabela a seguir indica a fonte e o valor de nossas outras fontes de captação nas datas indicadas:

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais		
	2012	2011	2010
Fontes de Recursos			
Letras de crédito imobiliário	4.229.511	2.143.931	776.787
Letras de agronegócio	3.894.203	2.538.970	1.699.710
Letras hipotecárias	826.843	1.309.705	1.277.455
Letras financeiras	28.220.510	27.101.075	7.801.246
Euronotes	10.761.614	4.470.662	1.659.951
Dívidas subordinadas	34.851.714	26.910.091	26.314.946
Debêntures (não conversíveis)	-	-	743.127
Títulos emitidos por meio de securitização de ordens de pagamento e recebíveis de faturas de cartões de crédito	3.619.412	4.066.626	3.851.489
Captações no mercado aberto	175.530.009	149.940.436	132.999.577
Obrigações por empréstimos	8.111.102	17.257.442	7.989.907
Obrigações por repasses	36.075.056	35.989.495	30.206.317
Total	**306.119.974**	**271.728.433**	**215.320.512**

Nossas operações no mercado de capitais atuam como uma fonte de recursos para nós, através de nossas operações com instituições financeiras, fundos mútuos, fundos de investimento com renda fixa e variável, e fundos de investimento estrangeiros.

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, as operações de captação no mercado aberto representavam, respectivamente, 57,3%, 55,2% e 61,8% de nossas outras fontes de captação. Esses valores incluem títulos vinculados a compromissos de recompra, principalmente, composto por títulos públicos brasileiros e títulos emitidos por empresas privadas. Este tipo de operação geralmente é de curto prazo e apresenta volatilidade de volume, uma vez que é diretamente impactado pela liquidez do mercado.

Mantemos relacionamentos com várias instituições financeiras dos EUA, Europa, Ásia e América Latina para fornecer empréstimos aos nossos clientes por meio de repasses, inclusive a concessão de linhas de crédito para financiamento à importação e exportação.

Efetuamos operações de repasse quando atuamos como agente de transferência de recursos de órgãos de desenvolvimento, concedendo créditos a terceiros que, por sua vez, são financiados pelas Organizações de Desenvolvimento. O BNDES, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) são os principais provedores desses recursos. Os critérios para empréstimo, a decisão de emprestar e os riscos de crédito são de nossa responsabilidade, sujeitos a certas limitações estabelecidas pelos órgãos que concedem os recursos.

Efetuamos operações com letras financeiras, produto que foi introduzido no mercado no início de 2010, com o objetivo de atender a demanda de financiamentos de longo prazo. Estas operações são voltadas para pessoas físicas e jurídicas, que possam prescindir de liquidez em busca de melhor rentabilidade. Por ter prazos mais longos, contribui para o desejável alongamento dos prazos dos passivos do sistema bancário, considerando que o prazo médio dos empréstimos também tem se elevado, em razão do crescimento da participação dos financiamentos para habitação e para investimentos na carteira total de crédito.

Processamento de dados

Nossos sistemas de processamento e comunicação de dados funcionam na Cidade de Deus, Osasco – SP, no prédio denominado Centro de Tecnologia da Informação (CTI), com área de 11.900 metros quadrados, construído especialmente para abrigar a infraestrutura de tecnologia da informação (TI), dotado de todos os requisitos para certificação de classe 4 do *Uptime Institute*, o que oferece garantia de disponibilidade de 99,995%.

Os dados são continuamente replicados em um Centro de Processamento, localizado em Alphaville, cidade de Barueri - SP, onde estão instalados equipamentos com capacidade suficiente para, em situação de impedimento do CTI, assumir as atividades dos sistemas principais. Todos os canais de atendimento contam com serviços de telecomunicações que alcançam qualquer um dos dois centros de processamento. Anualmente são realizados exercícios que simulam o impedimento do CTI, para garantir a efetividade da estrutura, dos processos e procedimentos de contingência. Esses exercícios contam com a participação dos gestores de negócios e são acompanhados por auditorias independentes. Adicionalmente às cópias de segurança dos arquivos eletrônicos gravados e mantidos no CTI, são gravadas e mantidas segundas cópias desses arquivos no Centro de Processamento de Alphaville.

A infraestrutura de TI de Alphaville também abriga todas as atividades voltadas ao desenvolvimento de sistemas aplicativos.

Em caso de interrupção de fornecimento da energia elétrica pública, ambos os centros têm autonomia para 72 horas ininterruptas. Após este período inicial, os centros de tecnologia podem continuar funcionando indefinidamente, dependendo apenas do reabastecimento de combustível que alimenta os gerados responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica.

A estrutura de TI é suportada por processos estabelecidos à luz da referência ITIL (IT *Infrastructure Library*), aplicando práticas consagradas de gerenciamento dos serviços de TI.

Contamos com sistemas de prevenção de invasão (detector de intrusão), sistemas de antivírus e antiSpam designados para fornecer proteção ao ambiente de TI. Além disso, contamos com um programa de atualização contínua de segurança dos principais *softwares* utilizados. Utilizamos certificação digital em servidores WEB e os equipamentos de criptografia HSM 8000 e coprocessador ICSF. São realizadas avaliações periódicas nos ambientes de TI utilizando-se ferramentas específicas para esse fim. Anualmente é realizado "*Penetration Test*" por empresa de auditoria independente.

Os sistemas de Internet possuem segregação da infraestrutura permitindo que diferentes segmentos de clientes (pessoa física, pessoa jurídica, funcionários) utilizem os recursos de maneira independente.

Sazonalidade

Geralmente, nossos negócios de financiamento ao consumo (incluindo cartões de crédito, financiamento de bens e outros) tem alguma sazonalidade, com maiores níveis de transações de cartões de crédito e financiamento de bens no final do ano e uma queda subsequente destes níveis no começo do ano. Também temos alguma sazonalidade em nossas tarifas de cobrança no começo do ano, quando os impostos e outras contribuições fiscais são geralmente pagas no Brasil.

Concorrência

Enfrentamos uma concorrência significativa em todas as nossas principais áreas de operação, pois os mercados brasileiros de serviços financeiros e bancários são altamente competitivos e passam por processo de consolidação intenso nos últimos anos.

Em 31 de dezembro de 2012, as instituições financeiras públicas detinham 44,4% dos ativos do Sistema Financeiro Nacional, seguido pelas instituições financeiras privadas nacionais (considerando os conglomerados financeiros) com 39,1%, e pelas instituições financeiras com controle estrangeiro com 16,5%.

As instituições financeiras do setor público desempenham um papel importante no setor de atividades bancárias no Brasil e operam, essencialmente, dentro dos mesmos parâmetros legais e regulamentares que as instituições financeiras do setor privado, com a ressalva de que determinadas operações bancárias, que envolvam entes públicos devem ser feitas exclusivamente com instituições financeiras públicas (incluindo, mas não limitado à depósitos de recursos da União e depósitos judiciais).

Em 31 de dezembro de 2012, de acordo com dados do Banco Central, existiam 178 conglomerados financeiros prestando uma gama completa de serviços, que englobavam: (i) 137 bancos múltiplos; (ii) 22 bancos comerciais; (iii) 14 bancos de investimento; (iv) 4 bancos de desenvolvimento; e (v) 1 Caixa Econômica Federal. Para mais informações sobre os riscos relacionados com a concorrência, veja "Item 3.D. Fatores de Risco - Riscos relacionados ao Bradesco e ao setor bancário brasileiro - O ambiente competitivo crescente nos segmentos bancário e de seguros do Brasil pode afetar negativamente as perspectivas de nossos negócios".

Em 26 de abril de 2012, foi editada a Circular n.º 3.590, que estabeleceu que as seguintes operações passam a ser analisadas pelo Banco Central sob o ponto de vista de seus efeitos sobre a concorrência, sem prejuízo do exame relativo à estabilidade do sistema financeiro: (a) transferências do controle societário; (b) incorporações; (c) fusões; (d) transferências do negócio; e (e) outros atos de concentração. Em agosto de 2012, o CMN estabeleceu novos requisitos e procedimentos para constituição, autorização para funcionamento, cancelamento de autorização, alterações de controle, reorganizações societárias e condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais.

Cartões de crédito

O mercado de cartões de crédito no Brasil é altamente competitivo, compreendendo aproximadamente 203,0 milhões de cartões emitidos até 31 de dezembro de 2012, segundo a ABECS. Nossos principais concorrentes são o Banco do Brasil, o Itaú Unibanco e o Santander Brasil. A Administração acredita que os principais fatores de concorrência nessa área são as taxas de juros, as anuidades, a rede de distribuição de cartões e os benefícios oferecidos nos cartões.

Arrendamento mercantil

De um modo geral, o mercado brasileiro de arrendamento mercantil é dominado por sociedades afiliadas a fabricantes de veículos e de equipamentos, e grandes bancos. Atualmente, usufruímos algumas vantagens competitivas por termos a maior rede de atendimento entre os nossos concorrentes do setor privado.

Gestão de ativos

A indústria de administração de recursos de terceiros no Brasil encerrou o ano de 2012 com R$ 2,2 trilhões em ativos, crescimento nominal de 15,4% em relação ao ano de 2011, segundo a ANBIMA. Essa variação ocorreu, principalmente, em virtude da valorização dos ativos e, em menor escala:

- da captação líquida de R$ 21,0 bilhões observada nos fundos multimercados, em grande parte, em virtude da constituição de fundos exclusivos e a captação positiva em fundos de renda fixa da ordem de R$ 9,3 bilhões;
- do dinamismo dos aportes em fundos de previdência complementar aberta, que encerram em 2012 com saldo positivo de R$ 35,0 bilhões de captação líquida; e
- da consolidação do mercado de fundos em investimento estruturados, com destaque para os Fundos Imobiliários que encerraram o mês de dezembro com Patrimônio Líquido de R$ 40,0 bilhões.

A Organização representava 19,4% do mercado de administração de recursos de terceiros no Brasil em dezembro de 2012 (ANBIMA). A BRAM, uma das líderes em gestão de recursos de terceiros, representava 12,7% deste mercado (ANBIMA).

Os dados da ANBIMA também indicam que a Organização foi líder em captação de recursos sob administração em 2012 (R$28,7 bilhões), e a BRAM liderou a captação de recursos sob gestão no mesmo ano (R$ 28,9) bilhões. Na gestão de ativos, os principais concorrentes da BRAM são o Banco do Brasil e o Itaú Unibanco.

A estratégia da BRAM frente à concorrência é desenvolver novos produtos de estratégias alternativas e reforçar a liderança na área de gestão de ativos de renda fixa e ações, alavancando a experiência e sucesso com a abordagem fundamentalista construída a partir de um forte grupo de análise e uma equipe de macroeconomistas independentes.

Em 2012, entre os novos produtos lançados pela BRAM, destacam-se os “Fundos BDRs Nivel I”, voltado a investidores que desejam investir em ações de empresas americanas, e os “Fundos Quantitativos”, cujas estratégias de gestão se beneficiam também de filtros e modelos estatísticos. Além disso, foram criados produtos com estratégia em *commodities*, que abre novas fronteiras para a diversificação das aplicações dos investidores, bem como estratégias de capital protegido de longo prazo, pelas quais o investidor participa de uma eventual alta da bolsa sem arriscar o capital investido.

Na área internacional, a BRAM ampliou sua família de fundos em Luxemburgo – chamada "Bradesco Global Funds" - com dois novos fundos: o "Fundo Short Duration" e o "Fundo Latin America Equity". O Short Duration tem como objetivo obter retornos superiores aos Fundos de Money Market, com baixo risco. O Latin America Equity investe em ações de empresas na América Latina, incluindo México, Chile, Peru, Colômbia e Brasil. Assim, a família se consolida com a oferta de 6 fundos, tendo o fundo "Small Cap" recebido a classificação máxima (cinco estrelas) da *Morningstar*.

Seguros, planos de previdência complementar e títulos de capitalização

Setor de seguros

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, líder do mercado brasileiro de seguros com 24,8% de *market share*, enfrentou concorrência crescente por parte de várias empresas nacionais e multinacionais, em todos os ramos de seguros.

Nossos principais concorrentes são Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre, Itaú Unibanco Seguros S.A., Sul América Cia. Nacional de Seguros, Porto Seguros Cia. de Seguros Gerais, Caixa Seguros, Zurich Santander Previdência S.A. e HSBC Seguros, onde juntos representam aproximadamente 57,1% do prêmio total gerado no mercado, conforme informações disponibilizadas pela SUSEP.

Embora as empresas nacionais subscrevam a maior parte das atividades de seguros, também enfrentamos concorrência no ramo de seguro saúde, por parte de empresas locais ou regionais.

A concorrência no setor de seguros no Brasil alterou-se nos últimos anos à medida que empresas estrangeiras passaram a constituir associações com seguradoras brasileiras com maior experiência no mercado brasileiro.

Acreditamos que os principais fatores competitivos nessa área sejam os preços, estabilidade financeira, reconhecimento do nome e dos serviços. Em relação às agências, acreditamos que a concorrência baseia-se, principalmente, no nível dos serviços, inclusive o tratamento dos sinistros, o nível de automação e o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo com os clientes. A nossa capacidade de distribuir produtos de seguros, por meio de nossa rede de agências, nos dá uma vantagem competitiva sobre a maioria das seguradoras pois nos beneficiamos de economias de custos e sinergias de comercialização.

Setor de previdência complementar

O processo de estabilização monetária trazido pela implementação do Plano Real estimulou o setor de previdência complementar, atraindo para o mercado brasileiro novos *players* internacionais. Atualmente, a Bradesco Vida e Previdência, detêm a liderança do mercado de previdência complementar, com 29,6% do total de contribuições no setor, segundo dados da SUSEP. Os principais diferenciais competitivos são a marca "Bradesco", a capilaridade da rede de agências, a estratégia, o pioneirismo e a inovação de produtos.

Setor de títulos de capitalização

A Bradesco Capitalização detinha até 31 de dezembro de 2012, a 2ª posição do *ranking* com 23,1% de participação em receitas de títulos de capitalização e 24,2% em provisões técnicas, de acordo com a SUSEP. Os principais concorrentes no setor de títulos de capitalização são Brasilcap Capitalização, Itaú Unibanco Capitalização, Sul América Capitalização, Caixa Capitalização, Santander Capitalização, Aplub Capitalização e Icatu Seguros. Os principais fatores competitivos nesta área são a oferta de produtos de baixo custo com maior número de sorteios, segurança, estabilidade financeira e o reconhecimento da marca por parte dos clientes.

REGULAMENTAÇÃO E SUPERVISÃO

A estrutura institucional básica do Sistema Financeiro Brasileiro foi estabelecida em 1964 pela Lei nº 4.595/64, conhecida como a "Lei da Reforma Bancária". A Lei da Reforma Bancária trata sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, e criou o CMN.

Principais instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2012, operavam no Brasil 13 conglomerados financeiros, compostos por bancos comerciais e múltiplos do setor público controlados pelos governos federais e estaduais, (incluindo a Caixa Econômica Federal e Bancos de Investimento) e 151 conglomerados financeiros, compostos por bancos comerciais e múltiplos do setor privado. Para fins da regulamentação brasileira, seguradoras, entidades de previdência complementar e emissores de títulos de capitalização não são considerados instituições financeiras.

Setor financeiro público brasileiro

O governo federal e os governos estaduais controlam vários bancos e instituições financeiras comerciais. O principal propósito destas instituições é estimular o desenvolvimento econômico. As principais instituições bancárias pertencentes ao governo desempenham um papel importante no setor bancário brasileiro. Estas instituições detêm uma parcela significativa dos depósitos totais e ativos totais do sistema bancário, e são as principais financiadoras de fundos governamentais para as indústrias e a agricultura. Durante a última década, vários bancos múltiplos públicos foram privatizados e adquiridos por grupos financeiros brasileiros e estrangeiros.

Os principais bancos controlados pelo governo incluem:

- Banco do Brasil, um banco controlado pelo governo federal, que fornece uma gama completa de produtos bancários aos setores públicos e privados. O Banco do Brasil é o maior banco múltiplo do Brasil e o principal agente financeiro do governo federal;
- BNDES, um banco de desenvolvimento totalmente controlado pelo governo federal, é o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, com o objetivo de mitigar a desigualdade social e regional e proteger o meio ambiente; e
- Caixa Econômica Federal, um banco múltiplo totalmente controlado pelo governo federal, que age como o principal agente do sistema regulamentado pelo governo de concessão de empréstimos habitacionais. A Caixa Econômica Federal está classificada em primeiro lugar entre os bancos brasileiros, em termos de contas de poupança e financiamentos habitacionais.

Setor financeiro privado brasileiro

Em 31 de dezembro de 2012, o setor financeiro privado brasileiro incluía:

- 165 conglomerados financeiros (incluindo bancos comerciais, múltiplos e de investimento), que prestam uma gama completa de serviços de atividade bancária comercial, atividade bancária de investimento (inclusive subscrição e negociação de valores mobiliários), financiamento ao consumidor e outros serviços, inclusive gestão de fundos e financiamento de imóveis; e
- 58 financeiras, 118 distribuidoras de títulos e valores mobiliários, 151 corretoras de câmbio e títulos e valores mobiliários, 30 sociedades de arrendamento mercantil, 12.792 fundos de investimento financeiros e 12 associações de poupança e empréstimo/sociedades de crédito imobiliário.

Principais órgãos reguladores

CMN

O CMN é responsável pela supervisão geral das políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública no Brasil. O CMN tem as funções de:

- regulamentar os empréstimos e adiantamentos realizados por instituições financeiras brasileiras;
- regulamentar a emissão da moeda brasileira;
- supervisionar o câmbio e as reservas de ouro do Brasil;
- determinar as políticas de poupança, câmbio e investimento no Brasil; e

- regulamentar os mercados de capitais no Brasil.

Em dezembro de 2006, o CMN determinou a criação de um modelo de supervisão baseado em risco pela CVM, o "Sistema de Supervisão Baseada em Risco ("SBR"), que deve: (i) identificar os riscos a que está exposto o mercado; (ii) dimensionar tais riscos, classificando-os segundo níveis de dano potencial; (iii) estabelecer formas de mitigar os riscos identificados e o prejuízo que podem causar; e (iv) controlar e monitorar a ocorrência dos eventos de risco. Entre outros efeitos, tal sistema permite uma via rápida de análise de processos de emissão de valores mobiliários.

Banco Central

O Banco Central é responsável por:

- implementar as políticas monetária e de crédito estabelecidas pelo CMN;
- regulamentar e supervisionar as instituições financeiras brasileiras dos setores público e privado;
- controlar e monitorar o fluxo de moeda estrangeira de/para o Brasil; e
- fiscalizar o mercado financeiro brasileiro.

O presidente do Banco Central é nomeado pelo Presidente do Brasil para um mandato por tempo indeterminado, sujeito à aprovação pelo senado brasileiro.

O Banco Central supervisiona instituições financeiras ao:

- determinar exigências mínimas de capital, exigências de reservas compulsórias e limites operacionais;
- autorizar documentos corporativos, aumentos de capital, aquisição de participações em novas companhias e o estabelecimento ou transferência de matrizes ou filiais (no Brasil ou no exterior);
- autorizar mudanças no controle acionário das instituições financeiras;
- exigir a apresentação de demonstrações contábeis anuais e semestrais auditadas, trimestrais revisadas, bem como mensais não auditadas; e
- exigir total acesso a informações referentes a empréstimos e adiantamentos e operações de câmbio, operações de importação e exportação, e outras atividades econômicas relacionadas diretamente.

CVM

A CVM é responsável por regulamentar os mercados de valores mobiliários brasileiros, de acordo com as políticas de mercado de capitais e valores mobiliários determinadas pelo CMN.

A CVM é responsável pela regulamentação e supervisão dos fundos mútuos de renda variável. Além disso, desde novembro de 2004, a CVM tem autoridade para regulamentar e supervisionar os fundos de ativos de renda fixa. Para mais informações veja "Regulamentação e Supervisão - Regulamentação da gestão de ativos".

Regulamentação bancária

Principais limitações e restrições de atividades de instituições financeiras

Segundo as leis e regulamentos aplicáveis aos bancos, uma instituição financeira operando no Brasil:

- não pode operar sem a aprovação prévia do Banco Central e, no caso de banco estrangeiro, sem autorização concedida por decreto presidencial;
- não pode investir em ações de qualquer outra empresa acima dos limites regulamentares;

- não pode emprestar mais de 25,0% de seu patrimônio de referência a uma única pessoa ou grupo;
- não pode possuir imóveis, com exceção dos de uso próprio; e
- não pode conceder créditos ou prestar garantias para:
  - qualquer pessoa física, que controle a instituição ou detenha, direta ou indiretamente, mais de 10,0% do seu capital acionário;
  - qualquer pessoa jurídica, que controle a instituição com a qual esteja sob controle comum, ou qualquer diretor, conselheiro ou membro do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria de tal pessoa jurídica, ou qualquer membro da família próxima de tais pessoas físicas;
  - qualquer pessoa jurídica, que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10,0% de seu capital social (com algumas exceções);
  - qualquer pessoa jurídica, que a instituição financeira controle ou detenha, direta ou indiretamente, mais de 10,0% do capital social;
  - qualquer pessoa jurídica, cuja diretoria seja constituída, no todo ou em parte, pelos mesmos membros que a diretoria da instituição; ou
  - diretores estatutários e conselheiros da instituição (ou membros de sua família próxima) ou qualquer companhia, que seja controlada por esses diretores estatutários, conselheiros ou membros de sua família próxima ou em cujo capital social tais pessoas detenham, direta ou indiretamente, mais de 10,0% do capital social.

A restrição quanto às operações com as partes relacionadas não se aplica a operações executadas por instituições financeiras no mercado interbancário.

Adequação e alavancagem de capital

As instituições financeiras brasileiras estão sujeitas a uma metodologia de medição e padrões de capital baseada em um índice ponderado de ativos por risco. Os parâmetros dessa metodologia são semelhantes aos parâmetros internacionais para medições de capital mínimo aprovado, segundo adotado pelo Acordo de Basileia. O Acordo de Basileia exige que os bancos tenham um índice de capital mínimo em relação ao ativo ponderado de 8,0%. Pelo menos a metade do total do capital deve consistir em Capital Nível I. O Capital Nível I, ou principal, corresponde ao patrimônio líquido menos certos intangíveis. O Capital Nível II inclui reservas de reavaliação de ativos, reservas para contingências e dívidas subordinadas, sujeitas a determinadas restrições. O Capital Nível II está limitado ao montante do Capital Nível I.

As exigências impostas pelo CMN diferem do Acordo de Basileia em alguns aspectos. Entre as diferenças, podemos apontar que o CMN:

- exige capital mínimo de 11,0% em relação aos ativos ponderados de risco;
- não permite que as reservas para contingências sejam consideradas como capital;
- obriga que sejam deduzidos do capital os ativos permanentes excedentes aos limites impostos pelo Banco Central;
- exige um valor adicional de capital, com respeito a operações de *swap* de câmbio e de taxa de juros, registradas fora do balanço patrimonial, e de certos empréstimos e adiantamentos com recursos captados de terceiros;
- permite que, para fins de determinação do patrimônio líquido, as instituições financeiras deduzam do patrimônio líquido os custos, incluindo impostos, incorridos em transações de *swap* feitas para proteger posições vendidas associadas a investimentos fora do Brasil; e
- atribui diferentes ponderações de risco a certos ativos e valores de conversão de créditos, incluindo ponderações de risco de 300,0% sobre os créditos tributários decorrentes de imposto de renda e contribuição social, exceto para os créditos oriundos de outras diferenças temporárias que tem ponderação de 100,0%.

Em outubro de 2009, o Banco Central flexibilizou as exigências de capital mínimo, reduzindo a exigência de 11% para até 5,5% em empréstimos a micro e pequenas empresas, que sejam avalizados por um dos dois fundos garantidores criados pelo governo, em meados de 2009, com recursos de R$ 4,0 bilhões. Para mais informações, veja "Item 5.B. - Liquidez e Recursos de Capital - Cumprimento de exigências referentes à capital".

As instituições financeiras também são obrigadas a manter seu patrimônio líquido em um certo nível. O Patrimônio de Referência de uma instituição financeira é representado pelo somatório do Capital Nível I e Nível II e é utilizado na determinação de seus limites operacionais. Para fins de ajustes do CMN, as instituições financeiras podem deduzir de seu patrimônio líquido os custos, incluindo impostos incorridos em transações de *swap* feitas para proteger posições vendidas associadas a investimentos fora do Brasil. Em julho de 2008, o Banco Central emitiu certas regras para incluir risco operacional das instituições financeiras entre os fatores a serem considerados no cálculo do patrimônio de referência. Em dezembro de 2009, o Banco Central estabeleceu um indicador único para o cálculo da parcela de capital, que deve ser mantida pelas instituições financeiras para eventual cobertura de risco operacional de empresa não financeira pertencente ao conglomerado. Em junho de 2010, o Banco Central expediu norma que altera a forma de cálculo do patrimônio de referência exigido, resultando na prática num patrimônio mínimo aplicável às instituições financeiras maior do que o requerido anteriormente, e que estará em vigor a partir de 2012. De acordo com o Banco Central, tal mudança objetiva, entre outras coisas, aumentar a resistência das instituições financeiras a crises globais. Em fevereiro de 2011, o Banco Central divulgou orientações e um cronograma relativos a implementação das recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária, acerca da estrutura de capital e requerimentos de liquidez (Basileia III), incluindo uma programação inicial para implementação de recomendações relacionadas às exigências de liquidez.

Conforme projetos de normas, que o Banco Central submeteu à consulta pública em fevereiro de 2012, o Brasil seguirá o cronograma internacional acordado para a adoção de maneira gradual das definições e dos requerimentos de capital ao longo dos próximos anos. A expectativa para início era em janeiro de 2013 e conclusão em 1º de janeiro de 2019, mas em março de 2013, as Resoluções nº 4.192/13, nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.195/13 do CMN alteraram o cronograma, com os novos requerimentos vigentes a partir de outubro de 2013 com mesma data de conclusão.

De acordo com as recomendações internacionais, e em linha com as práticas adotadas atualmente, o nível mínimo de capital será estabelecido como uma porcentagem dos ativos ponderados pelo risco. A minuta de norma propõe a exigência de três requerimentos independentes, que devem ser observados pelas instituições financeiras: (i) Capital Principal, composto principalmente por ações, quotas e lucros retidos; (ii) Capital de Nível I, composto pelo capital principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento; e (iii) total do Patrimônio de Referência (PR), composto pelo Capital Nível I e por outros instrumentos capazes de absorver perdas em caso de instituição em liquidação.

Além disso, a norma em discussão deve criar também o "Adicional de Capital Principal", que funcionará como um "colchão" amortecedor macroprudencial previsto em Basileia III. Ao final do período de transição até 2019, o "Adicional de Capital Principal" deverá ser de, no mínimo, 2,5% e, no máximo, 5% dos ativos ponderados pelo risco. Seu valor será estabelecido pelo Banco Central, de acordo com as condições econômicas. Em condições normais de mercado, espera-se que as instituições financeiras mantenham um excedente de capital em relação aos requerimentos mínimos em valor superior ao "Adicional de Capital Principal" fixado. A insuficiência no cumprimento do "Adicional de Capital Principal" implicará restrição à distribuição de bônus, participação nos lucros e incentivos remuneratórios associados ao desempenho dos gestores das instituições.

As instituições financeiras, exceto as cooperativas de crédito, devem manter registros contábeis consolidados (para fins de cálculo de suas exigências de capital) de seus investimentos em empresas sempre que as instituições mantiverem, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto com outros parceiros, uma participação que assegure o controle das empresas investidas. Quando sua participação não resulta no controle de uma empresa, as instituições financeiras podem optar por contabilizar a participação como resultado de participação em empresas não consolidadas ao invés de consolidar tais participações.

Observadas determinadas condições e dentro de certos limites, as instituições financeiras podem incluir dívida subordinada na determinação de suas exigências de capital, para fins de cálculo de seus limites operacionais, desde que tal dívida subordinada cumpra com os seguintes requisitos:

- deve ser previamente aprovada pelo Banco Central;
- não pode ser objeto de qualquer modalidade de garantia;

- seu pagamento deve estar subordinado ao pagamento de outras obrigações do emissor no caso de dissolução;
- não pode ser resgatada por ato do detentor;
- deve ter uma cláusula que permita o adiamento do pagamento de juros ou resgate, caso isso possa ocasionar falha por parte do emissor no cumprimento dos níveis mínimos de patrimônio de referência ou de outras exigências operacionais;
- deve ser nominativa, quando emitida no Brasil, e, quando emitida no exterior, pode ser de qualquer outra forma que a legislação local permitir;
- quando emitida no exterior, deve conter uma cláusula de escolha de foro;
- deve ter um prazo mínimo de cinco anos antes do resgate ou da amortização;
- seja integralizada em espécie; e
- não podem ser objeto de seguro ou garantia, por meio de quaisquer instrumentos que obriguem ou permitam pagamentos entre a instituição emissora da dívida e a credora e que comprometam a condição de subordinação da dívida.

As instituições financeiras brasileiras podem escolher entre calcular suas exigências de capital em base consolidada ou não consolidada.

Em junho de 2011, o CMN determinou que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, que são obrigadas a calcular o Patrimônio de Referência Exigido, devem implementar estrutura de gerenciamento de capital compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

Adicionalmente, em setembro de 2011, o CMN expediu norma que determina que o Banco Central, em avaliação discricionária das circunstâncias de cada caso, poderá determinar a adoção de uma série de medidas prudenciais preventivas ao verificar situações que comprometam ou possam comprometer o regular funcionamento do SFN ou das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Em novembro de 2012, o Banco Central emitiu comunicado orientando sobre os procedimentos de cálculo do Patrimônio de Referência Exigido.

Ponderação de Risco

Por meio da Circular nº 3.644, de 4 de março de 2013, o Banco Central consolidou os fatores de ponderação de risco a serem aplicados a diferentes exposições, para fins do cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada. Segundo tal norma, devem ser aplicados, em suma, os seguintes fatores:

(i) 0% às exposições de (a) valores mantidos em espécie, em moeda nacional; (b) valores mantidos em espécie, nas moedas estrangeiras emitidas, observados certos requisitos; (c) aplicações em ouro ativo financeiro e instrumento cambial, bem como exposições ao ativo objeto representado pelo ouro ativo financeiro e instrumento cambial; (d) operações com o Tesouro Nacional e com o Banco Central, bem como títulos por elas emitidos, observados certos requisitos; (e) operações com os certos organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD), limites de crédito; e (f) adiantamentos de contribuições FGC;

(ii) 2% às exposições de operações a serem liquidadas em sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação, interpondo-se a câmara ou prestador de serviços como contraparte central, que atendam determinadas características;

(iii) 20% às exposições de (a) depósitos bancários à vista, em moeda nacional; (b) depósitos bancários à vista, em moeda estrangeira, observados determinados requisitos; (c) direitos resultantes da novação das dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS); (d) operações com vencimento em até três meses, em moeda nacional, realizadas com instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, observados determinados requisitos; (e) títulos e valores mobiliários, observados determinados requisitos; (f) operações de crédito com vencimento em até três meses, em moeda nacional,

realizadas com câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação; (g) operações de crédito com vencimento em até três meses, em moeda nacional, realizadas com câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação sediadas no exterior e sujeitas à regulação consistente com os princípios estabelecidos pelo Comitê de Sistemas de Pagamentos e Compensação (CPSS) e pela Organização Internacional de Comissões de Títulos (IOSCO); (h) direitos representativos de determinadas operações de cooperativas; (i) operações com governos centrais de países estrangeiros e respectivos bancos centrais, bem como títulos e valores mobiliários por eles emitidos, observados determinados requisitos; e (j) operações com vencimento em até três meses, realizadas com instituições financeiras sediadas nos países de que trata o item "g", observados determinados requisitos;

(iv) 35% às exposições relativas a financiamentos para aquisição de imóvel residencial, novo ou usado, garantidos por alienação fiduciária do imóvel financiado, cujo valor contratado seja de até 80% do valor de avaliação da garantia, na data da concessão do crédito;

(v) 50% às exposições de (a) operações com instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, com as quais não sejam elaboradas demonstrações contábeis em bases consolidadas, observados determinados requisitos; (b) operações com instituições financeiras sediadas em países em relação aos quais não tenha sido verificado, nos últimos cinco anos, eventos como, por exemplo, a suspensão de pagamento relativo à obrigação externa, alteração unilateral dos termos contratuais relativos ao pagamento de obrigação externa, dentre outros; (c) operações de crédito realizadas com câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação considerados sistemicamente importantes nos termos da regulamentação em vigor, com vencimento acima de três meses; (d) operações de crédito realizadas com câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação sediadas no exterior e sujeitas à regulação consistente com os princípios estabelecidos pelo CPSS e pela IOSCO, com vencimento acima de três meses; (e) empréstimos garantidos por alienação fiduciária de imóvel residencial, novo ou usado, cujo valor contratado seja de até 50% do valor de avaliação da garantia, na data da concessão do crédito; (f) financiamentos para aquisição de imóvel residencial, novo ou usado, garantidos por hipoteca, em primeiro grau, de imóvel residencial, novo ou usado, cujo valor contratado seja de até 80% do valor de avaliação da garantia, na data da concessão do crédito; (g) financiamentos para a construção de imóveis, garantidos por alienação fiduciária ou por hipoteca, em primeiro grau, desde que adotado o instituto do patrimônio de afetação; e (h) operações de crédito concedidas ao FGC;

(vi) com exceção daquelas em que haja fator ponderado de risco específico, 75% às exposições relativas às operações que (a) tenham como contraparte pessoa jurídica cujo somatório da carteira ativa no sistema financeiro nacional seja superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) e possuam montante da carteira ativa com a contraparte inferior a 10% do respectivo patrimônio de referência, observados certos requisitos para a verificação; e (b) de varejo, isto é, que tenham como contraparte, pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado de pequeno porte, assumam a forma de instrumento financeiro destinado às contrapartes citadas no item "a" acima, apresentem somatório das exposições correntes com uma mesma contraparte inferior a 0,2% do montante das exposições de varejo e apresentem somatório das exposições correntes com uma mesma contraparte inferior a R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), observados determinados requisitos;

(vii) 100% às exposições para as quais não haja qualquer Fator de Ponderação de Risco estabelecido pelo Banco Central;

(viii) 150% às exposições contratadas com pessoas naturais, com exceção às operações de (a) crédito pessoal não consignado, com ou sem destinação específica comprazo superior a 36 meses, observados determinados requisitos; (b) crédito consignado contratado ou renegociado com prazo contratual superior a sessenta meses, observados determinados requisitos; (c) financiamento para aquisição de veículo automotor, com prazo contratual superior a 60 meses; (d) arrendamento mercantil financeiro de veículo automotor, com prazo contratual superior a 60 meses; e (e) crédito para o financiamento de dívida vinculada a cartão de crédito com previsão de pagamento da fatura por meio de consignação em folha de pagamento, cujo contrato estabeleça condições que não assegurem a liquidação da dívida em prazo de até 36 meses mediante descontos consignados. Tal fator de ponderação de risco não se aplica às operações de crédito rural, financiamento com recursos oriundos de repasses de fundos ou programas especiais do governo federal, ou ainda, àquelas cujo objeto seja veículo automotor de carga de até duas toneladas, observados determinados requisitos;

(ix) 300% às exposições de (a) operações de crédito pessoal sem destinação específica com prazo contratual superior a 60 meses, excluídas as operações de crédito consignado, contratadas ou renegociadas com pessoas naturais, observados determinados requisitos; e (b) créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, nos termos da regulamentação em vigor; e

(x) 1.250% às exposições relativas (a) à aquisição de cotas de classe subordinada de FIDCs e demais fundos de investimento, adquiridas a partir de 7 de março de 2013; (b) à aquisição de classe subordinada de títulos de securitização, adquirida a partir de 7 de março de 2013; e (c) à participação em fundos de garantia de liquidação de sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação.

Exigências de reservas

O Banco Central impõe às instituições financeiras brasileiras, periodicamente, uma reserva compulsória e exigências correlatas. O Banco Central usa as exigências de reservas como um mecanismo para controlar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional. Historicamente, as reservas impostas sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo respondem por praticamente todos os valores exigidos para serem depositados no Banco Central. Em dezembro de 2010, o Banco Central aumentou as alíquotas aplicáveis ao recolhimento compulsório e ao encaixe obrigatório, e reduziu as deduções aplicáveis. Além disso, o Banco Central instituiu exigibilidade adicional de recolhimento compulsório e de encaixe obrigatório sobre depósitos de poupança, a prazo e à vista. Algumas dessas normas foram alteradas pelo Banco Central em março de 2011. Em julho de 2011, o CMN consolidou e redefiniu as regras do recolhimento compulsório sobre posição vendida de câmbio.

Em dezembro de 2011, o Banco Central aprovou circular que consolida e redefine determinadas regras aplicáveis ao recolhimento compulsório sobre recurso a prazo. Dentre as principais alterações destaca-se a inclusão das letras financeiras no rol de ativos elegíveis para fins de dedução do recolhimento da exigibilidade sobre recursos a prazo. Algumas das disposições relativas ao recolhimento compulsório sobre recursos a prazo foram alteradas novamente pelo Banco Central em fevereiro, maio, setembro, novembro e dezembro de 2012 e março de 2013.

Para um resumo sobre as atuais exigências de reservas compulsórias aplicáveis à depósitos à vista, de poupança e a prazo, veja “Captação de depósitos”.

A exposição consolidada total de uma instituição financeira em moedas estrangeiras e ouro não pode exceder 30,0% de seu patrimônio de referência. Além disso, se a sua exposição for superior a 5,0% do patrimônio de referência, a instituição financeira deve possuir um capital adicional equivalente a pelo menos 100% da exposição. Vale notar que, a partir de 2 de julho de 2007, o valor compensado internacionalmente em decorrência de exposições contrárias (compradas e vendidas) realizadas no país e no exterior por instituições integrantes do mesmo conglomerado passou a ser adicionado ao cálculo da exposição líquida consolidada do conglomerado.

No passado, o Banco Central impôs restrições sobre outros tipos de transações. Essas exigências de depósitos compulsórios não estão mais em vigor, mas exigências ou restrições semelhantes poderão ser impostas no futuro. No início de 2008, o Banco Central criou uma exigência de depósito compulsório sobre depósitos de empresas de *leasing*. Nossa empresa de *leasing* investe a maior parte de suas disponibilidades em depósitos interbancários conosco. Para mais informações sobre as restrições do Banco Central, veja “Item 3.D. Fatores de Risco - Riscos relacionados ao Bradesco e ao setor bancário brasileiro”.

Exigências de composição de ativos

As instituições financeiras brasileiras não podem alocar mais de 25,0% de seu patrimônio de referência em empréstimos e adiantamentos (inclusive garantias) a um mesmo cliente (inclusive sua matriz, afiliadas e subsidiárias) ou em valores mobiliários de qualquer emitente. Não podem também atuar na qualidade de subscritoras (com exclusão de subscrição de melhores esforços) de valores mobiliários emitidos por qualquer emitente representando mais de 25,0% do patrimônio de referência.

O ativo permanente (definido como propriedades e equipamentos, outros que não operações de arrendamentos mercantis, investimentos não consolidados e ativos diferidos) de instituições financeiras brasileiras não pode exceder a 50,0% de seu patrimônio de referência.

O CMN expediu regras em outubro de 2008 exigindo que as instituições financeiras registrem: (i) direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da instituição, inclusive

aqueles direitos decorrentes de operações que tenham transferido à instituição os benefícios, riscos e controle de tais bens, com exceção dos bens de operações de arrendamento mercantil para ativos fixos; e (ii) os gastos de reestruturação, que resultarão efetivamente no aumento do resultado de mais de um exercício e que não configurem apenas redução de custos ou maior eficiência operacional para ativos diferidos. Posterior norma definiu os ativos intangíveis como direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

A partir de janeiro de 2012, passou a vigorar uma norma emitida pelo CMN, em linha com os padrões internacionais de contabilidade estabelecidos pelo IASB, que estabelece critérios distintos de contabilização em casos de cessão de créditos ou outros ativos financeiros, de acordo com a análise de retenção ou transferência de riscos e benefícios em conjunto com o ativo cedido.

Em julho de 2011, o CMN editou norma que tornou obrigatório o registro das operações de cessão de créditos em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central.

Operações compromissadas

As operações compromissadas estão sujeitas aos limites de capital operacional, com base no patrimônio líquido da instituição financeira, conforme ajustado com as disposições regulamentares do Banco Central. Uma instituição financeira somente pode deter operações compromissadas em valores de até 30 vezes o seu patrimônio de referência. Dentro desse limite, operações compromissadas envolvendo valores mobiliários privados não podem exceder cinco vezes o valor do patrimônio de referência da instituição financeira. Limites em operações compromissadas, envolvendo valores mobiliários lastreados por autoridades governamentais brasileiras, variam de acordo com o tipo de valores mobiliários envolvidos na operação e o risco percebido do emitente, conforme estabelecido pelo Banco Central.

Repasse de recursos tomados no exterior

As instituições financeiras e as empresas de arrendamento mercantil estão autorizadas a tomar emprestado recursos em moeda estrangeira nos mercados internacionais (por meio de empréstimos diretos ou da emissão de valores mobiliários de dívida) de modo a repassar tais recursos no Brasil. Estes repasses tomam a forma de empréstimos em reais, mas indexados ao dólar norte-americano. Os termos do repasse precisam refletir os termos da operação original. A taxa de juros cobrada no empréstimo externo precisa também se adequar às práticas do mercado internacional. Além do custo original da operação, a instituição financeira poderá somente cobrar uma comissão de repasse.

Ademais, o montante do empréstimo em moeda estrangeira deverá ficar limitado ao somatório das operações externas da instituição financeira para a qual devem ser direcionados os recursos dos empréstimos. Por fim, nos termos da Circular nº 3.434/09 do Banco Central, a totalidade dos empréstimos e adiantamentos efetuados à conta dos recursos deverá, como condição para a liberação do valor à instituição financeira, ser entregue em garantia ao Banco Central.

Posição em moeda estrangeira

As operações envolvendo a compra e venda de moeda estrangeira no Brasil somente podem ser realizadas por instituições devidamente autorizadas pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio.

Desde março de 2005, os “Mercados Comercial e Flutuante” foram unificados sob um regime único aplicável em matéria de câmbio (o “Mercado de Câmbio”), no qual todas as transações são concentradas. O Mercado de Câmbio unificado permite a liquidação em moeda estrangeira de quaisquer compromissos em moeda nacional “reais”, os quais são firmados entre pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no país e pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior, mediante apresentação de documentação pertinente.

O acesso ao Mercado de Câmbio pode ser concedido pelo Banco Central a bancos múltiplos, bancos comerciais, caixas econômicas, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, bancos de câmbio, agências de fomento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio. Também podem efetuar algumas operações no mercado de câmbio, as agências de turismo e os meios de hospedagem de turismo que aceitam moeda estrangeira. O Banco Central atualmente não impõe limites para as posições compradas (isto é, nas quais o valor total das compras de moeda estrangeira é maior que o valor das vendas) de bancos autorizados a operar no Mercado de

Câmbio. A partir de dezembro de 2005, o Banco Central deixou de impor limites às posições vendidas (isto é, nas quais o valor total das compras de moeda estrangeira é menor que o valor das vendas) aos bancos autorizados a operar no Mercado de Câmbio.

Em março de 2010, o Banco Central deu continuidade ao processo de simplificação das normas cambiais, consolidando normas vigentes e revogando outras. Essas mudanças foram implementadas para proporcionar maior transparência e padrões às operações cambiais. As mudanças podem ser divididas em três categorias principais:

(i) Consolidação das normas sobre capitais estrangeiros: em relação ao registro de fluxos de investimentos diretos, créditos externos, *royalties*, transferência de tecnologia e arrendamentos mercantis externos. As transferências financeiras de e para o exterior passam a seguir as regras gerais aplicáveis ao mercado de câmbio brasileiro, inclusive os princípios da legalidade, fundamentação econômica e respaldo documental. Referidas normas foram alteradas diversas vezes em 2011. Além disso, foi eliminada a necessidade de certas autorizações específicas ou manifestações prévias do Banco Central e dispensada a necessidade de prestar informações que o Banco Central pode obter por outras fontes;

(ii) Regras para alienação de *depositary receipts* no exterior: companhias emissoras de *depositary receipts* possuem a opção de manter no exterior o produto da sua alienação. Tal faculdade, no entanto, não se aplica a instituições financeiras, de modo que permanecem inalterados nossos procedimentos a esse respeito; e

(iii) Simplificação das normas cambiais: foram implementadas diversas mudanças objetivando ampliar a concorrência nas negociações de transferências internacionais de recursos e a ampliação da oferta de serviços bancários.

Conforme a regulamentação editada pelo CMN, em novembro de 2011, a aplicação no exterior de disponibilidades em moeda estrangeira deve limitar-se a: (i) títulos de emissão do governo brasileiro; (ii) títulos dívida soberana emitidos por governos estrangeiros; (iii) títulos de emissão ou de responsabilidade de instituição financeira; e (iv) depósitos a prazo em instituição financeira. Em fevereiro de 2011, o Banco Central estabeleceu novas normas para a realização de investimentos por parte de pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, em empresas constituídas fora do Brasil. Para fins deste normativo, consideram-se disponibilidades em moeda estrangeira: (i) a posição própria de câmbio da instituição; (ii) os saldos observados nas contas-correntes em moeda estrangeira no País, abertas e movimentadas em conformidade com a legislação e regulamentação em vigor; e (iii) outros recursos em moeda estrangeira em conta no exterior da própria instituição, inclusive os recebidos em pagamento de exportações brasileiras.

As normas que tratam do mercado de câmbio foram novamente aditadas em abril, maio, junho, agosto e dezembro de 2012.

Registro de derivativos e operações de hedge contratados no exterior e informações sobre derivativos

Em dezembro de 2009, o Banco Central instituiu regras específicas, que entraram em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2010, exigindo que as instituições financeiras brasileiras registrem suas posições assumidas em derivativos contratados no exterior por entidade de registro e liquidação financeira de ativos regulamentada pelo Banco Central e pela CVM. Especificamente, as transações com derivativos contratados no exterior devem: (i) ser registradas em até dois dias úteis; e (ii) abranger informações sobre os ativos subjacentes, valores, moedas envolvidos, prazos, contrapartes, forma de liquidação e parâmetros utilizados.

Em fevereiro de 2010, as regras de registro foram expandidas para operações de *hedge* realizadas no mercado de balcão no exterior ou em bolsas estrangeiras.

De maneira a facilitar a administração dos riscos relacionados a derivativos incorridos pelas instituições financeiras, a CVM previu, em novembro de 2010, a possibilidade de que as entidades administradoras de mercado criem mecanismos de compartilhamento de informações sobre operações com contratos derivativos negociados ou registrados em seus sistemas, observadas as normas de sigilo bancário.

Tratamento de empréstimos e adiantamentos

De acordo com o Banco Central, as instituições financeiras são obrigadas a classificar seus empréstimos e adiantamentos em nove categorias, que vão de AA até H, com base em seu risco. Essas classificações de crédito são determinadas de acordo com critérios estabelecidos pelo Banco Central e estão relacionados:

- às condições do devedor e do fiador, tais como: a situação econômica e financeira, o nível de endividamento, a capacidade de gerar lucros, o fluxo de caixa, os atrasos em pagamentos, as contingências e os limites de crédito; e
- às condições da operação, tais como: a natureza e finalidade, o tipo, o nível de liquidez, a suficiência das garantias e o valor total do crédito.

No caso de tomadores pessoas jurídicas, as nove categorias, de acordo com nosso conceito, são as seguintes:

Rating	**Classificação Bradesco**	**Conceito Bradesco**
AA	Excelente	Empresa/grupo de primeira linha, com porte, tradição e liderança no mercado com conceito e situação econômico-financeira excelentes.
A	Ótimo	Empresa/grupo de porte, situação econômico-financeira ótima, atuando em mercados com perspectivas positivas e/ou potencial de expansão.
B	Boa	Empresa/grupo que, independente do porte, possui boa situação econômico-financeira.
C	Aceitável	Empresa/grupo com situação econômico-financeira satisfatória, porém, com desempenho sujeito às variações da economia.
D	Regular	Empresa/grupo com situação econômico-financeira declinante, ou com dados contábeis não satisfatórios, sob a gestão de risco.

Uma operação de empréstimo e adiantamento poderá receber uma melhor classificação (*upgrade*) se tiver garantia ou pior classificação (*downgrade*) se estiver em inadimplência.

As operações de créditos de liquidação duvidosa são classificadas, segundo a perspectiva de perda, conforme indicações abaixo:

Rating	**Classificação Bradesco**
E	Deficiente
F	Ruim
G	Crítica
H	Péssima

No caso de operações com pessoas físicas, nós também adotamos um sistema similar de classificação em nove categorias. Nós classificamos o crédito com base na renda, patrimônio e histórico de crédito de pessoa física, bem como outras informações cadastrais.

As instituições financeiras devem manter estrutura de gerenciamento do risco de crédito compatível com a natureza das suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da instituição.

As instituições financeiras são requeridas, para fins regulamentares, a classificar o nível de risco de suas operações, de acordo com determinados critérios definidos pelo Banco Central, levando em conta tanto as características do devedor e seus garantidores quanto a natureza da operação, seu valor etc., de modo a identificar possíveis provisões para perdas.

Essa determinação de risco deve ser revista no mínimo a cada seis meses, no caso de operações que sejam concedidas ao mesmo cliente ou grupo econômico, cujo valor agregado exceder a 5,0% do patrimônio de referência da instituição financeira, e uma vez a cada doze meses, para todas as operações, com algumas exceções.

Os empréstimos e adiantamentos vencidos e não pagos, por sua vez, devem ser revisados mensalmente. Para operações com essas características, as disposições regulamentares estabelecem classificações de risco máximas, como segue:

Número de Dias Vencidos [1]	Classificação Máxima
15 a 30 dias	B
31 a 60 dias	C
61 a 90 dias	D
91 a 120 dias	E
121 a 150 dias	F
151 a 180 dias	G
Mais de 180 dias	H

[1] O período deve ser contado em dobro no caso de empréstimos e adiantamentos cujo vencimento seja superior a 36 meses.

As instituições financeiras deverão determinar se qualquer um dos empréstimos deve ser reclassificado como resultado destas classificações máximas. Caso positivo, precisam ajustar as suas provisões regulamentares.

As disposições regulamentares especificam um provisionamento mínimo para cada categoria de empréstimo, que é medido como uma porcentagem do valor total da operação de empréstimo e adiantamento, como segue:

Classificação do Empréstimo	Provisão Mínima %
AA	-
A	0,5
B	1,0
C	3,0
D	10,0
E	30,0
F	50,0
G	70,0
H [1]	100,0

[1] Os bancos precisam baixar contabilmente quaisquer empréstimos seis meses após receberem a classificação H.

Os empréstimos e adiantamentos de até R$ 50.000 podem ser classificadas pelo método de avaliação próprio da instituição financeira ou de acordo com os critérios de atraso nos pagamentos, anteriormente descritos.

As instituições financeiras precisam disponibilizar as suas políticas de empréstimos e classificação de empréstimos para o Banco Central e para seus auditores independentes. Também terão que submeter ao Banco Central, informações relativas à sua carteira de empréstimos, juntamente com as suas demonstrações contábeis. Tais informações precisam incluir:

- discriminação das atividades e natureza dos tomadores;
- vencimentos dos empréstimos;

- valores dos empréstimos renegociados, baixados para perda e recuperados;
- diversificação da carteira de empréstimos, de acordo com a classificação de empréstimos; e
- empréstimos em atraso.

O Banco Central exige das instituições financeiras autorizadas a elaboração e remessa das informações sobre a carteira de empréstimos e adiantamentos em observância a diversos requisitos. Em tais demonstrações, o Banco Central pode admitir divergências de até 5,0% por nível de risco e 2,5% no total conciliado.

Exclusividade em empréstimos e adiantamentos a clientes

Em janeiro de 2011, o Banco Central emitiu a Circular nº 3.522/11, que veda às instituições financeiras, na prestação de serviços e na contratação de operações, a celebração de convênios, contratos ou acordos que impeçam ou restrinjam o acesso de clientes a empréstimos e adiantamentos ofertados por outras instituições, inclusive aquelas com consignação em folha de pagamento. Tal norma tem por objetivo o aumento da concorrência na oferta de crédito aos clientes, e evitar em especial a prática comum, segundo a qual bancos estatais mantinham contratos de exclusividade com órgãos da administração pública para a oferta de crédito consignado. Não obstante à contestação a respeito da aplicação das regras aos contratos já existentes, é pacífico que novos contratos não poderão conter a cláusula em questão, liberalizando a concorrência no mercado do crédito consignado e permitindo que os funcionários de determinado ente estatal ou empresa privada celebram contratos de crédito consignado com qualquer instituição financeira autorizada a oferecê-los.

Sistema de pagamentos brasileiro

O sistema de pagamentos brasileiro foi regulamentado e estruturado por legislação editada em 2001. Estas medidas foram adotadas visando a aumentar a agilidade do sistema pela adoção da compensação multilateral, a segurança e a solidez do sistema, pela redução do risco de inadimplemento sistêmico e do risco de crédito e liquidez das instituições financeiras.

Os sistemas integrantes do sistema de pagamentos brasileiro deverão manter dispositivos de segurança e regras de controle de risco de contingências de compartilhamento de perdas entre os participantes e de execução direta de posições em custódia de contratos e de garantias pelos participantes. Adicionalmente, tornou-se obrigatória para as câmaras de compensação e prestadoras de serviços de liquidação, importantes para o sistema, a segregação de patrimônio como garantia adicional para liquidação das operações.

Atualmente, a responsabilidade pela liquidação das operações foi atribuída às câmaras de compensação ou prestadoras de serviços responsáveis por ela. Uma vez que uma transação financeira tenha sido submetida para compensação e liquidação, normalmente, torna-se obrigação da câmara de compensação e/ou prestador de serviço de liquidação relevante a compensação e liquidação da mesma, não existindo mais o risco de falência ou insolvência de parte do participante do mercado que submeteu a transação para compensação e liquidação.

As instituições financeiras e outras instituições autorizadas pelo Banco Central devem, segundo as novas regras, criar mecanismos para identificar e evitar riscos de liquidez, de acordo com certos procedimentos estabelecidos pelo Banco Central. Segundo esses procedimentos, as instituições devem:

- manter e documentar os critérios para mensuração de riscos de liquidez e mecanismos para gestão de riscos;
- elaborar análises de dados econômico-financeiros, que permitam avaliar o impacto dos diferentes cenários na condição de liquidez e fluxos de caixa da instituição;
- elaborar relatórios que permitam o monitoramento dos riscos de liquidez da instituição;
- identificar e avaliar os mecanismos para reversão de posições, que coloquem em risco a situação econômico-financeira da instituição e para obter recursos necessários para realizar tais reversões;
- implantar sistemas de controle e realizar periodicamente testes de avaliação dos sistemas de controle;

- fornecer de maneira imediata à administração da instituição, informações e análises sobre o risco de liquidez identificado, incluindo quaisquer conclusões e providências adotadas; e
- estabelecer plano de contingência, contendo estratégia de gestão de situações de crise de liquidez.

As instituições financeiras foram diretamente beneficiadas pela reestruturação do sistema de pagamentos brasileiro. As operações, anteriormente, processadas ao final do dia, levavam à existência de um saldo, positivo ou negativo, para cada instituição, o que não é mais permitido. Sua liquidação agora deve ser processada em tempo real, e, desde março de 2013, os valores acima de R$ 1.000 estão sendo processados por transferência eletrônica entre as instituições com recursos imediatamente disponíveis. Caso sejam efetivados por cheques, será cobrada taxa bancária adicional.

Depois de um período de testes e implementação gradual, o novo sistema brasileiro de compensação começou a funcionar em abril de 2002. O Banco Central e a CVM têm o poder de regulamentar e monitorar os sistemas de pagamento e compensação brasileiro.

Liquidação de instituições financeiras

Em fevereiro de 2005, foi aprovada a "Nova Lei de Falências", substituindo o diploma anterior que regulava a matéria, datado de 1945. O principal objetivo do "Novo Regime Falimentar" é evitar a quebra de empresas consideradas viáveis, por tornarem-nas incapazes de cumprir com suas obrigações. A Nova Lei de Falências visa a fazê-lo, concedendo maiores níveis de flexibilidade para planejar estratégias de reorganização, além de atribuir maiores garantias aos credores. Essa lei também busca melhorar a habilidade de recuperação dos credores, através da recuperação judicial intentada através de acordo entre a sociedade e uma comissão formada pelos credores. A Nova Lei de Falências não se aplica, contudo, às instituições financeiras, que consequentemente permanecem sujeitas ao regime jurídico, previsto na Lei nº 6.024/74, que rege a intervenção e liquidação administrativa das instituições financeiras.

Intervenção

O Banco Central irá intervir nas operações e administração de qualquer instituição financeira não controlada pelo governo federal, se a instituição:

- sofrer prejuízos devido à má administração, que coloquem os credores em risco;
- transgredir de maneira recorrente as disposições regulamentares bancárias; ou
- estiver insolvente.

A intervenção também poderá ser ordenada, segundo pedido da administração da instituição financeira.

A intervenção não poderá exceder a doze meses. Durante o período de intervenção, ficam suspensas a exigibilidade das obrigações vencidas, a fluência dos prazos das obrigações vincendas contratadas antes da intervenção e a exigibilidade dos depósitos na instituição existentes na data da decretação.

Liquidação administrativa

O Banco Central liquidará uma instituição financeira, se:

- a situação econômica ou financeira da instituição estiver em risco, particularmente, quando a instituição deixar de cumprir as suas obrigações à medida que estas vencem, ou no caso de declaração de falência;
- a administração cometer uma transgressão grave às leis, regras ou disposições regulamentares bancárias;
- a instituição sofrer um prejuízo que sujeite seus credores não garantidos a um risco severo; ou

- na revogação da licença para operar, a instituição não iniciar os procedimentos ordinários de liquidação dentro de noventa dias, ou, se iniciados, o Banco Central determinar que o ritmo da liquidação possa prejudicar os credores da instituição.

Como consequência da liquidação administrativa:

- as ações judiciais reivindicando interesses ou direitos sobre os ativos da instituição são suspensas;
- as obrigações da instituição vencem antecipadamente;
- a instituição não pode cumprir com nenhuma cláusula de prejuízos de liquidação contida em contratos unilaterais;
- os juros contra a instituição não são acumulados até que os passivos sejam completamente liquidados; e
- o prazo de prescrição com respeito às obrigações da instituição é suspenso.

Regime de administração especial temporária

O regime de administração especial temporária, conhecido como "RAET", é uma forma menos severa de intervenção pelo Banco Central em instituições financeiras, que permite que as instituições continuem a operar normalmente. O RAET pode ser ordenado no caso de uma instituição que:

- entre em operações recorrentes, que sejam contra as políticas econômicas e financeiras determinadas pelas leis federais;
- enfrente uma escassez de ativos;
- falhe em cumprir com as regras de reservas compulsórias;
- tenha administração imprudente ou fraudulenta; ou
- tenha operações ou circunstâncias que exijam uma intervenção.

A decretação do RAET não afeta o andamento dos negócios da instituição, que continua a funcionar normalmente, podendo realizar todas as operações para as quais está autorizada, o que possibilita a manutenção da relação dos credores e dos devedores com a instituição. Dessa forma, não há alteração nos compromissos de terceiros com a instituição, nem nas suas dívidas, que continuam a vencer nos prazos originalmente contratados.

Pagamento de credores em uma liquidação

Na liquidação de uma instituição financeira, os salários e indenizações dos funcionários e créditos tributários têm a mais alta prioridade em relação a quaisquer créditos contra o patrimônio da massa. Em novembro de 1995, o Banco Central criou o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para garantir o pagamento de fundos depositados junto a instituições financeiras, em caso de intervenção, liquidação administrativa, falência ou outros estados de insolvência. Os membros do FGC são instituições financeiras, que aceitam depósitos à vista, de poupança e a prazo, bem como sociedades de crédito e poupança. O FGC é financiado, principalmente, por contribuições obrigatórias de todas as instituições financeiras brasileiras, que trabalham com depósitos de clientes.

O FGC é um sistema de seguro de depósitos que garante até um valor máximo para depósitos e certos instrumentos de crédito mantidos por um cliente em uma instituição financeira (ou em instituições financeiras que integram o mesmo grupo financeiro). A responsabilidade das instituições participantes é limitada ao valor de suas contribuições para o FGC, com a exceção de que em circunstâncias limitadas, se os pagamentos do FGC forem insuficientes para cobrir os prejuízos segurados, as instituições participantes poderão ser solicitadas a fazer contribuições e adiantamentos extraordinários. O pagamento de créditos não garantidos e depósitos de clientes não cobertos pelo FGC estão sujeitos ao pagamento prévio de todos os créditos garantidos e outros créditos, para os quais leis específicas concedam privilégios especiais.

Em dezembro de 2010, o CMN aumentou o valor máximo da garantia proporcionada pelo FGC, de R$ 60.000 para R$ 70.000. Desde 2006, foi reduzido de 0,025% para 0,0125% o montante dos saldos das

contas correspondentes às obrigações objeto de garantia, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao FGC.

Em dezembro de 2010, o CMN emitiu a Resolução nº 3.931/10, que contém novas normas a respeito da captação de depósitos a prazo com garantia especial do FGC. Segundo tais normas, o valor máximo do saldo de tais depósitos fica limitado ao maior valor entre os seguintes (até o limite de R$ 5 bilhões): (i) o equivalente ao dobro do patrimônio de referência, apurado na data base de 30 de junho e atualizado mensalmente pela taxa SELIC; (ii) o equivalente ao dobro do patrimônio de referência, calculado em 31 de dezembro de 2008, atualizado mensalmente pela taxa SELIC desde 1º de maio de 2009; e (iii) o equivalente à soma dos saldos de depósitos a prazo, com os saldos de obrigações por letras de câmbio mantidos no banco em 30 de junho de 2008, atualizado mensalmente pela taxa SELIC desde 1º de maio de 2009.

Além disso, a mesma norma estabeleceu que limite para captação dos depósitos a prazo com garantia especial do FGC deve ser reduzido, de acordo com o seguinte cronograma: (i) em 20% (vinte por cento), a partir de 1º de janeiro de 2012; (ii) em 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2013; (iii) em 60% (sessenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2014; (iv) em 80% (oitenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2015; e (v) em 100% (cem por cento), a partir de 1º de janeiro de 2016.

Em maio de 2012, foi emitida a Resolução n.º 4.087/12, que altera e consolida as normas que dispõem sobre o estatuto e o regulamento do FGC. Esta Resolução foi posteriormente alterada pela Resolução n.º 4.115/12. Em junho de 2012, foram alteradas as disposições relativas à base de calculo e ao recolhimento de contribuições ordinárias das instituições associadas ao FGC.

Procedimentos internos de cumprimento

Todas as instituições financeiras precisam ter em vigor políticas e procedimentos internos para controlar:

- suas atividades;
- seus sistemas financeiros, operacionais e de informações gerenciais; e
- seu cumprimento com todas as disposições regulamentares a elas aplicáveis.

A diretoria de uma instituição financeira é responsável pela implementação de uma estrutura efetiva de controle interno ao definir responsabilidades e procedimentos de controle e estabelecer metas e procedimentos correspondentes em todos os níveis da instituição. A diretoria é também responsável pela verificação do cumprimento com todos os procedimentos internos.

Nosso estatuto inclui a previsão de um comitê de controles internos e *compliance*, composto por até 12 membros, indicados por nosso Conselho de Administração.

Restrições a bancos estrangeiros e investimento estrangeiro

A Constituição Federal brasileira proíbe as instituições financeiras estrangeiras de estabelecerem novas agências no Brasil, com exceção das devidamente autorizadas pelo governo brasileiro. Um banco estrangeiro devidamente autorizado a operar no Brasil por meio de uma agência ou uma subsidiária está sujeito às mesmas normas, regulamentos e exigências aplicáveis a qualquer outra instituição financeira brasileira.

A Constituição Federal brasileira permite que as pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras invistam em ações com direito a voto de instituições financeiras brasileiras somente se tiverem autorização específica do governo brasileiro. Contudo, os investidores estrangeiros sem autorização específica podem adquirir ações sem direito a voto de instituições financeiras brasileiras de capital aberto ou recibos de depósitos oferecidos no exterior representando ações sem direito a voto. Qualquer investimento em ações ordinárias dependerá de autorização do governo. Em janeiro de 2012, o Banco Central autorizou o Bradesco a criar um programa de ADR para suas ações ordinárias no mercado norte-americano. Como parte desta autorização, o Banco Central aumentou o limite de participação estrangeira no capital acionário do Bradesco, dos atuais 14,0% para 30,0%.

Regulamentação contra a "lavagem" de dinheiro, sobre sigilo bancário e sobre movimentações financeiras ligadas ao terrorismo

Segundo as normas brasileiras contra a lavagem de dinheiro, consolidadas pelo Banco Central em julho de 2009 pela Circular n° 3.461/09 do Banco Central, alterada pela Circular n° 3.654/13 e, posteriormente, em dezembro de 2010 pela Circular nº 3.517/10, alterada pela Circular nº 3.583/12, as instituições financeiras precisam:

- manter registros atualizados referentes a seus clientes;
- manter registros e controles internos;
- registrar operações envolvendo moeda brasileira e estrangeira, valores mobiliários, metais ou qualquer outro ativo que possa ser convertido em dinheiro;
- manter registros de operações maiores que R$ 10.000 em um mês civil ou que revelem um padrão de atividade que sugira um esquema para evitar a identificação;
- manter registros de todas as operações com cheques; e
- manter registros e informar ao Banco Central acerca dos depósitos e saques em valores acima de R$ 100.000.

A instituição financeira deve revisar as operações ou propostas, quando suas características possam indicar a existência de um crime e informar o Banco Central da transação proposta ou executada. Registros de transações envolvendo moeda ou qualquer ativo que podem ser convertidos em dinheiro, registros de transações que excedem R$ 10.000 em um mês calendário e registros de transações com cheques devem ser mantidos por no mínimo 5 anos, prazo que poderá ser estendido caso haja investigações em andamento comunicadas pela CVM ao banco. Nos termos da Circular n° 3.461/09, alterada pelas Circulares n° 3.517/10, n° 3.583/12 e n° 3.654/13, as instituições financeiras devem implementar políticas e procedimentos internos de controle. As políticas devem: (i) especificar, em documento interno, as responsabilidades de cada um dos níveis hierárquico da organização; (ii) contemplar a coleta e registro de informações tempestivas sobre clientes, que permitam a identificação dos riscos de ocorrência de tais crimes; (iii) definir os critérios e procedimentos para seleção, treinamento e acompanhamento da situação econômico-financeira dos empregados da instituição; (iv) incluir a análise prévia de novos produtos e serviços, sob a ótica de prevenção de tais crimes; (v) ser aprovadas pelo conselho de administração; e (vi) receber ampla divulgação interna. Os procedimentos aqui descritos devem ser observados por nossas agências e subsidiárias no Brasil e no exterior.

Além de tais políticas, a Circular n° 3.461/09 estabelece normas adicionais relativas à manutenção de informações cadastrais atualizadas, mantendo registros de pessoas politicamente expostas (no Brasil ou no exterior), registros de início ou prosseguimento de relação de negócio, registros de serviços financeiros e operações financeiros, registros de depósitos, liquidação de cheques depositados em outra instituição financeira e da utilização de instrumentos de transferência de recursos, registros de cartões pré-pagos, registros de movimentação superior a R$ 100.000 em espécie e outras operações que exijam especial atenção.

Na mesma linha, foram definidas normas que aperfeiçoam as medidas para o combate da lavagem de dinheiro em transferências internacionais. Entre outras medidas, definiu-se que ordens de pagamentos devam ter informações mais detalhadas da operação, como nome e documento de identificação das partes envolvidas, endereço e conta bancária, quando aplicável. As instituições financeiras devem adotar ainda medidas para conhecer os métodos e práticas utilizados por seus correspondentes no exterior, de modo a coibir práticas de lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo, e informar às autoridades competentes caso identifiquem operações que se enquadrem em tais características.

As regulamentações brasileiras enumeram uma série de características de operações que podem constituir lavagem de dinheiro, tais como: transações envolvendo valores que sejam incompatíveis com a condição profissional, do patrimônio líquido e/ou os rendimentos das partes envolvidas; operações que evidenciem atuação contumaz em nome de terceiros; transações cujo propósito é gerar prejuízo ou lucro sem fundamentos econômicos; transações oriundas ou destinadas a países ou territórios, que aplicam de forma insuficiente as recomendações ou que não cooperam com os órgãos brasileiros de controle de atividades financeiras; transações liquidadas em espécie; transações cujo grau de complexidade e risco sejam incompatíveis com a qualificação técnica do cliente e transações envolvendo partes não-residentes, especialmente *trustes* e sociedades semelhantes, clientes de *private banking* e pessoas politicamente expostas.

A especial atenção conferida a pessoas politicamente expostas foi determinada pela Instrução 463/08, expedida pela CVM e consolidada também na Circular n° 3.461/09 do Banco Central, que referem-se a pessoas politicamente expostas que ocupam ou tenham ocupado nos últimos 5 (cinco) anos funções relevantes públicas no Brasil ou no exterior, seus familiares e representantes, chefes de Estado e de governo, políticos de alto nível, altos servidores dos poderes públicos, magistrados ou militares de alto nível, dirigentes de empresas públicas ou partidos políticos, entre outros. A Circular n° 3.654/13 expandiu tal lista para incluir outros membros dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, bem como os indivíduos que tinham ou ainda tem posições relevantes em governos estrangeiros. As instituições financeiras têm a obrigação de adotar certos mecanismos para: (i) identificar os beneficiários finais de cada operação; (ii) identificar se essas pessoas politicamente expostas estão envolvidas; (iii) supervisionar de maneira rigorosa as operações de negócios financeiros que envolvam pessoas politicamente expostas; e (iv) dedicar atenção especial a pessoas oriundas de países com os quais o Brasil possua elevado número de transações comerciais e financeiras, fronteiras comuns ou proximidade étnica, linguística ou política.

Além disso, essa instrução da CVM contém disposições especiais para controlar e coibir fluxo de recursos provenientes ou para financiar atividades terroristas.

Ainda no tocante aos controles de atividades relacionadas a pessoas politicamente expostas, e considerando que em 2010 ocorreram eleições gerais no Brasil para os cargos de presidente, governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais, o Banco Central expediu normas em março de 2010, que tratou especificamente da abertura, movimentação e encerramento de contas de depósitos à vista para movimentação de recursos relacionados ao financiamento da campanha eleitoral de 2010. Tais regras objetivaram evitar a utilização irregular de referidos recursos e a realização de doações consideradas ilegais.

As instituições financeiras precisam manter o sigilo sobre as suas operações e serviços bancários fornecidos a seus clientes. Certas exceções aplicam-se a esta obrigação, tais como: o compartilhamento de informações de histórico de crédito, atividade criminosa ou transgressão de disposições regulamentares bancárias ou divulgação de informações autorizadas pelas partes interessadas. O sigilo bancário também pode ser quebrado por ordem judicial, quando necessário para a investigação de um ato ilegal. Em 09 de junho de 2011, foi promulgada a Lei n.º 12.414, que disciplina a formação e consulta de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, a qual pode ser utilizada por instituições autorizadas a operar pelo Banco Central. O fornecimento de informações pelas instituições financeiras foi regulado pela Resolução n.º 4.172, de 20 de dezembro de 2012.

O governo e os fiscais da Receita Federal brasileira podem também inspecionar os documentos, livros contábeis e registros financeiros de uma instituição em certas circunstâncias.

Em outubro de 2008, o Banco Central ampliou as regras, objetivando o controle de movimentações financeiras ligadas ao terrorismo, de modo que devem ser imediatamente comunicadas ao Banco Central as operações realizadas ou os serviços prestados, ou ainda a existência de fundos, outros ativos financeiros, ou recursos econômicos pertencentes ou controlados, direta ou indiretamente, pelas seguintes pessoas ou entidades: (i) membros da organização Al-Qaeda, membros do Talibã, outras pessoas, grupos, empresas ou entendidas a eles associadas; (ii) o antigo governo do Iraque ou de seus entes estatais, empresas ou agências situados fora do Iraque, bem como fundos ou outros ativos financeiros ou recursos econômicos que tenham sido retirados do Iraque ou adquiridos por Saddam Hussein ou por outros altos funcionários do antigo regime iraquiano e pelos membros mais próximos de suas famílias, incluindo entidades de propriedade ou controladas, direta ou indiretamente, por eles ou por pessoas que atuem em favor deste grupo; e (iii) pessoas que perpetram ou intentam perpetrar atos terroristas ou neles participam ou facilitam o seu cometimento, pelas entidades pertencentes ou controladas, direta ou indiretamente, por essas pessoas, bem como por pessoas e entidades atuando em seu nome ou sob seu comando.

Em 9 de julho de 2012, entrou em vigor a Lei nº 12.683/12, que alterou a Lei nº 9.613/98 e endureceu as regras relativas a crimes relacionados a lavagem de dinheiro. Pela nova lei, qualquer crime ou contravenção – e não apenas crimes graves como tráfico de drogas e terrorismo – pode ser considerado como antecedente ao crime de lavagem de dinheiro. Além disso, a lei amplia, de maneira sensível, o rol de pessoas físicas e jurídicas obrigadas a comunicar transações ao COAF, incluindo, entre outras, empresas que prestam assessoria ou consultoria em operações nos mercados financeiros e de capitais, sob pena de multa de até R$ 20 milhões.

Mudança da empresa de auditoria independente

Segundo as leis brasileiras, todas as instituições financeiras precisam:

- ser auditadas por uma empresa de auditoria independente; e
- substituir periodicamente o responsável técnico, diretor, gerente ou supervisor da equipe de auditoria, sem necessidade de alteração do auditor independente. O rodízio deve ocorrer após, no máximo, cinco exercícios sociais, sendo que os profissionais substituídos poderão ser reintegrados decorridos 3 (três) anos, contados de sua substituição. Os mandatos dos técnicos responsáveis, diretores, gerentes ou supervisores da equipe de auditoria iniciam no dia em que a equipe começa a trabalhar com a auditoria.

Cada empresa de auditoria independente precisa comunicar imediatamente ao Banco Central a respeito de qualquer evento que possa afetar adversamente, de maneira significativa, o status relevante de uma instituição financeira.

Em março de 2002, a Lei de Sociedades Anônimas brasileira foi modificada conferindo aos membros do nosso Conselho de Administração, direitos de veto sobre a indicação ou remoção de nossa empresa de auditoria independente. Para mais informações com relação à nomeação de membros do Conselho, veja "Item 10.B. Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Direitos de voto".

Para mais informações sobre os auditores das demonstrações contábeis consolidadas incluídas neste relatório anual, veja "Item 16.C. Honorários e Serviços do Auditor Principal" e "Item 16.F. Mudança na Auditoria Independente do Registrante".

Exigências de auditoria

Somos registrados na bolsa de valores local e, por sermos uma instituição financeira, somos obrigados a ter nossas demonstrações contábeis auditadas a cada seis meses, de acordo com os BR GAAP (Práticas contábeis adotadas no Brasil). Nossas informações trimestrais, arquivadas na CVM, estão sujeitas à revisão por nossos auditores independentes. Além disso, conforme requerido pela Resolução do CMN n. 3.786/09, também temos que publicar demonstrações contábeis consolidadas anuais preparadas de acordo com os IFRS, acompanhadas de opinião de uma empresa de auditoria independente.

Em janeiro de 2003, a CVM editou regulamentação determinando a divulgação, por parte das entidades auditadas, de diversas informações relacionadas à prestação, pela empresa de auditoria independente, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa, sempre que tais outros serviços correspondam a mais de 5,0% dos honorários totais que a entidade pagou à empresa de auditoria externa.

As empresas de auditoria independentes deverão prestar declaração à administração da companhia auditada de que a prestação de outros serviços não afeta a independência e a objetividade necessária aos serviços de auditoria externa.

Em maio de 2003, o CMN editou nova regulamentação sobre auditoria, aplicável a todas instituições financeiras brasileiras, a qual foi alterada em novembro de 2003, janeiro e maio de 2004 e dezembro de 2005. Segundo esta regulamentação, somos obrigados a indicar um membro de nossa Administração para responder pelo acompanhamento e supervisão do cumprimento das regras de contabilidade e auditoria definidas na legislação.

Ainda nos termos desta regulamentação, as instituições financeiras que tenham um patrimônio de referência superior a R$1 bilhão, administrem recursos de terceiros no mesmo montante, ou apresentem somatório de captações de depósitos de terceiros em montante superior a R$ 5 bilhões estão obrigadas a criar um Comitê de Auditoria, composto por membros independentes. O número de membros, o critério de indicação e destituição, o mandato e as responsabilidades do Comitê de Auditoria devem ser especificados no Estatuto Social da instituição. Nosso Comitê de Auditoria está plenamente operacional desde 1º de julho de 2004. O Comitê de Auditoria é responsável pela recomendação à Administração da empresa de auditoria independente a ser contratada; revisão das demonstrações contábeis, incluindo notas explicativas e relatório dos auditores, antes da publicação; avaliação da eficiência dos serviços de auditoria e dos procedimentos de controles internos, avaliação do cumprimento pela Administração de recomendação da empresa de auditoria independente entre outros. Nosso estatuto foi alterado em dezembro de 2003, para prever a existência de um Comitê de Auditoria. Em maio de 2004, nosso Conselho de Administração aprovou o regimento interno do Comitê de Auditoria e elegeu a sua primeira composição. Em outubro de 2006, o CMN tornou mais rígidos os requisitos a serem observados pelos membros do Comitê de Auditoria. Para mais informações, veja "Item 16.D. Isenções das normas de arquivamento para os Comitês de Auditoria".

A partir de julho de 2004, somos obrigados a publicar semestralmente um relatório do Comitê de Auditoria junto com nossas demonstrações contábeis. O primeiro relatório do nosso Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com nossas demonstrações contábeis do segundo semestre de 2004.

Em setembro de 2009, o Banco Central expediu normas para estabelecer os critérios para elaboração, pelos auditores, dos relatórios de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos e de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Referidas normas, alteradas em janeiro de 2010, estabelecem que, além dos trabalhos normais de auditoria, os auditores devem avaliar os aspectos relativos a: (i) ambiente de controle; (ii) identificação e avaliação de riscos; (iii) controles adotados; (iv) políticas de informações e comunicações; (v) formas de monitoramento e aperfeiçoamento; e (vi) deficiências identificadas.

Regulamentação das operações em outras jurisdições

Temos agências e subsidiárias em várias outras jurisdições, tais como: Nova Iorque, Londres, Buenos Aires, Tóquio, Ilhas Cayman, Hong Kong, México e Luxemburgo. O Banco Central realiza supervisão consolidada global sobre as agências, subsidiárias e propriedades corporativas de instituições financeiras brasileiras no exterior, sendo necessária a aprovação prévia do Banco Central para estabelecer qualquer nova agência, subsidiária ou escritório de representação, ou adquirir ou aumentar qualquer participação em qualquer empresa no exterior. De qualquer maneira, as atividades das subsidiárias devem ser complementares ou relacionadas às nossas atividades principais. Além disso, na maioria dos casos, tivemos de obter a aprovação governamental dos bancos centrais e autoridades monetárias locais em tais jurisdições, antes de iniciar os negócios. Em todos os casos, estamos sujeitos à supervisão das autoridades locais.

Regulamentação da gestão de ativos

A gestão de ativos é regulamentada pelo CMN e pela CVM.

Em agosto de 2004, a CVM editou o Normativo nº 409/04 consolidando a legislação de fundos de renda fixa e fundos de renda variável. Anteriormente, os fundos de renda fixa encontravam-se sob a regulamentação do Banco Central, enquanto os fundos de ações eram regulados pela CVM.

O Normativo nº 409/04 da CVM entrou em vigor no dia 22 de novembro de 2004. Desde então, todos os novos fundos criados estão sujeitos a esse normativo, enquanto que os fundos anteriormente existentes tiveram prazo até 31 de janeiro de 2005 para se adaptarem à nova regulamentação.

O fundo de investimento deve manter seu patrimônio aplicado em títulos e valores mobiliários, ativos e modalidades operacionais disponíveis no mercado financeiro e de capitais, nos termos estabelecidos em seu regulamento, observados os limites estabelecidos pela CVM.

Os títulos e valores mobiliários, bem como outros ativos financeiros integrantes da carteira do fundo de investimento, devem estar devidamente registrados em contas de depósitos específicas de custódia abertas em nome do fundo, excetuadas as cotas de fundos de investimento aberto. Tais contas devem ser mantidas nos sistemas de registro e compensação autorizados pelo Banco Central ou em instituições custodiantes autorizadas pela CVM.

Além das limitações previstas no regulamento de cada fundo, como regra geral, os fundos de investimento não podem:

- investir mais de 10,0% (dez por cento) do seu patrimônio líquido em títulos de um único emissor se tal emissor for: (i) uma companhia aberta que não seja instituição financeira ou (ii) entidade federal, estadual ou municipal; ou (iii) um outro fundo de investimento, com exceção dos fundos de ações;

- investir mais de 20,0% (vinte por cento) do seu patrimônio líquido em títulos de emissão de uma mesma instituição financeira (inclusive do administrador do fundo);

- investir mais de 5,0% (cinco por cento) do seu patrimônio líquido, quando o emissor for pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado, que não seja companhia aberta ou instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central; e

- no caso de fundos de investimento e fundos de investimento em cotas classificados como “renda fixa” e “multimercado”, investir mais de 10,0% (dez por cento) do seu patrimônio líquido

em cotas de fundos de investimento imobiliário, fundo de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Não haverá limites quando o emissor for o governo federal. Para efeitos desses limites, considera-se como um mesmo emissor seu controlador, as sociedades por ele direta ou indiretamente controladas, suas coligadas e as sociedades sob controle comum com o emissor.

Conforme a composição de seu patrimônio, os fundos de investimento e os fundos de investimento em cotas classificam-se em:

- Fundo de curto prazo - deve aplicar seus recursos exclusivamente em títulos públicos federais ou privados, pré-fixados ou indexados à taxa SELIC ou outra taxa de juros, ou índices indexados a índices de preços, com prazo máximo a decorrer de 375 dias, e prazo médio de carteira inferior a 60 dias, sendo permitida a utilização de derivativos somente para proteção da carteira e a realização de operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais;

- Fundo referenciado - deve identificar em sua denominação o seu indicador de desempenho, por causa da estrutura dos ativos financeiros integrantes das respectivas carteiras, desde que, cumulativamente, (1) tenham, pelo menos, 80,0% de seu patrimônio líquido representado, isolada ou cumulativamente, por: (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central; ou (b) títulos e valores mobiliários de renda fixa cujo emissor seja classificado na categoria baixo risco de crédito ou equivalente; (2) estipulem que, pelo menos, 95,0% da carteira seja composta por ativos financeiros de forma a acompanhar, direta ou indiretamente, a variação do indicador de desempenho (*benchmark*) escolhido; e (3) restrinjam a respectiva atuação no mercado de derivativos a realização de operações com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas;

- Fundo de renda fixa - deve possuir, pelo menos, 80,0% da carteira de ativos relacionada diretamente, ou sintetizada via derivativos, a fatores de renda fixa;

- Fundo de ações - deve possuir, pelo menos, 67,0% da carteira de ativos em ações admitidas à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado;

- Fundo cambial - deve possuir, pelo menos, 80,0% da carteira de ativos relacionada diretamente, ou sintetizada via derivativos, à variação de preços de moeda estrangeira;

- Fundo de dívida externa - deve aplicar, pelo menos, 80,0% de seu patrimônio líquido em títulos representativos da dívida externa de responsabilidade do governo federal, sendo permitida a aplicação de até 20,0% do patrimônio líquido em outros títulos de crédito transacionados no mercado internacional; e

- Fundo de multimercado - deve possuir política de investimento que envolva vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial ou em fatores diferentes das demais classes previstas nas classificações dos fundos acima.

Os fundos para investidores qualificados, que exijam investimento mínimo de R$ 1 milhão por investidor, não estarão sujeitos às limitações de concentração por emissor ou modalidade de ativo (observados os parâmetros de investimento por tipo de fundo descritos acima), desde que assim previsto em seus estatutos.

Além disso, a Instrução CVM nº 409/04 prevê que os fundos poderão manter em suas carteiras ativos financeiros negociados no exterior, da seguinte forma: (i) ilimitadamente, para fundos de dívida externa e fundos para investidores qualificados que prevejam essa possibilidade; (ii) até 20% de seu patrimônio líquido, para os fundos de multimercado; e (iii) até 10,0% do seu patrimônio líquido, para os demais fundos.

Regulamentação das corretoras e distribuidoras

As corretoras e distribuidoras são parte do Sistema Financeiro Nacional e estão sujeitas à regulamentação e supervisão do CMN, do Banco Central e da CVM. As corretoras e as distribuidoras devem ser autorizadas pelo Banco Central e são as únicas instituições brasileiras autorizadas a negociar nas bolsas de valores e mercantis e de futuros do Brasil. Tanto as corretoras quanto as distribuidoras

podem agir como subscritoras na colocação pública de valores mobiliários e engajar-se na corretagem de moeda estrangeira em qualquer mercado de câmbio.

As corretoras deverão observar as regras de conduta estabelecidas pela BM&FBOVESPA, previamente aprovadas pela CVM, indicando um diretor estatutário responsável pela observância de tais regras.

Corretoras e distribuidoras não podem:

- com exceções limitadas, executar operações que possam ser qualificadas como a concessão de empréstimos para seus clientes, inclusive a concessão de direitos;
- cobrar comissões de seus clientes, referentes às operações de valores mobiliários, durante a fase primária de uma distribuição;
- adquirir ativos, inclusive imóveis, que não sejam para uso próprio; ou
- obter empréstimos de instituições financeiras, com exceção para: (i) empréstimos para aquisição de bens para uso relacionados ao objeto social da empresa; ou (ii) empréstimos, cujo valor não exceder a duas vezes o patrimônio líquido da empresa.

Os empregados, administradores, sócios, sociedades controladoras e sociedades controladas somente podem negociar valores mobiliários por conta própria utilizando a corretora a que estiverem vinculados.

Regulamentação de arrendamento mercantil

O embasamento jurídico que rege as operações de arrendamento mercantil é estabelecido pela Lei nº 6.099/74, e alterações posteriores, ("Lei de Arrendamento Mercantil"), e pelos regulamentos periodicamente emitidos pelo CMN, segundo tal lei. A Lei de Arrendamento Mercantil estabelece diretrizes gerais para sua constituição, e as atividades que podem ser exercidas pelas sociedades de arrendamento mercantil. O CMN, em sua qualidade de regulador do sistema financeiro, fornece os detalhes das disposições contidas na Lei de Arrendamento Mercantil, controlando as operações realizadas pelas sociedades de arrendamento mercantil. As leis e os regulamentos emitidos pelo Banco Central relativamente a instituições financeiras em geral, tais como: exigências de relatórios, adequação e alavancagem de capital, limites na composição de ativos e tratamento de empréstimos de difícil liquidação são também aplicáveis às sociedades de arrendamento mercantil.

Regulamentação de seguros

A principal norma que rege as atividades de seguros no Brasil é o Decreto-Lei nº 73/66 e alterações posteriores, o qual criou dois órgãos normativos: o Conselho Nacional de Seguros Privados, que denominaremos "CNSP", e a SUSEP. A SUSEP é responsável pela implementação e fiscalização das políticas fixadas pelo CNSP e por assegurar o cumprimento das mesmas pelas seguradoras, corretores de seguros e pessoas seguradas. As seguradoras precisam de aprovação governamental para operar, bem como de aprovação específica da SUSEP para comercializar cada um de seus produtos. As seguradoras podem subscrever apólices somente por meio de corretoras qualificadas.

As seguradoras devem constituir provisões técnicas, de acordo com os critérios estabelecidos pelo CNSP. Os investimentos que garantem a cobertura das provisões técnicas, cuja regulamentação foi consolidada pela Resolução nº 226/10 da CNSP, precisam ser diversificados e cumprir certos critérios de liquidez, solvência e segurança. As seguradoras devem investir uma significante parcela dos ativos em valores mobiliários. Consequentemente, as seguradoras são importantes investidoras nos mercados financeiros brasileiros e estão sujeitas a várias regras e condições impostas pelo CMN sobre o investimento destinado para cobertura das provisões técnicas.

As seguradoras são proibidas de, entre outras coisas:

- agir como instituições financeiras, concedendo crédito e prestando garantias;
- negociar com valores mobiliários (sujeito a exceções); ou
- investir fora do Brasil, sem permissão específica das autoridades.

As seguradoras precisam operar dentro de limites de retenção aprovados pela SUSEP, de acordo com as regras estabelecidas pelo CNSP. As regras levam em conta a situação econômica e financeira das seguradoras e as condições técnicas de suas carteiras. As seguradoras devem, ainda, obedecer a certos requisitos de capital, consolidados pela Resolução CNSP nº 222/10, 228/10 e 280 a 284/13.

Em janeiro de 2007, a Lei Complementar nº 126/07 instituiu no Brasil uma nova política de resseguro (por meio da qual resseguradoras recebem seguro secundário pelo risco que estão assumindo), retrocessão e intermediação no Brasil. Tal lei resultou no fim do monopólio do IRB em resseguros e retrocessão, permitindo inclusive que o CNSP e a SUSEP assumissem a regulação e fiscalização do resseguro, originalmente atribuídas ao IRB.

De acordo com a Lei Complementar nº 126/07, a cedente (seguradora ou resseguradora local) deve oferecer aos resseguradores locais a preferência na contratação de resseguro ou retrocessão nos seguintes percentuais dos riscos cedidos: (i) 60% nos primeiros 3 anos a partir de 16 de janeiro de 2007; e (ii) 40% nos anos seguintes. De acordo com a Resolução nº 225/10, emitida pela SUSEP, a sociedade seguradora contratará com resseguradores locais pelo menos 40% de cada cessão de resseguro em contratos automáticos ou facultativos. Os contratos automáticos já firmados serão considerados, para efeito do percentual disposto acima, na sua renovação ou a partir de 31 de março de 2012, o que ocorrer antes.

A nova lei também estabelece restrições mais severas à cessão de risco para resseguradores estrangeiros e à contratação de seguros no exterior. As seguradoras precisam ressegurar os valores excedentes aos seus limites de retenção.

A Resolução CNSP nº 232/11 estabeleceu que a sociedade seguradora ou o ressegurador local não poderá transferir, para empresas ligadas ou pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro sediadas no exterior, mais de 20% do prêmio correspondente a cada cobertura contratada. Referido limite não se aplica aos ramos garantia, crédito à exportação, rural, crédito interno e riscos nucleares, para os quais ficam permitidas cessões em resseguro ou retrocessão para empresas ligadas ou pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro sediadas no exterior, observadas as demais exigências legais e regulamentares.

As seguradoras estão isentas dos procedimentos normais de liquidação financeira no caso de falência e, ao invés disso, seguem um procedimento especial administrado pela SUSEP, nos termos da Resolução CNSP nº 227/10. As liquidações financeiras podem ser voluntárias ou compulsórias. O ministro da fazenda institui as dissoluções compulsórias de seguradoras.

Assim como já acontecia no âmbito das entidades sujeitas ao CMN, a SUSEP editou, em dezembro de 2008, regras relativas aos controles internos específicos para a prevenção e combate dos crimes de lavagem de dinheiro. Aqui, também, há uma série de disposições que tratam da comunicação de propostas de operação com pessoas politicamente expostas e da coibição de atividades de financiamento ao terrorismo. Estas regras foram alteradas e consolidadas pela Circular n.º 445/12.

Não existe atualmente restrição a investimento estrangeiro em seguradoras.

Seguros de saúde

Os seguros de saúde e os planos de saúde privados são atualmente regulamentados pela Lei nº 9.656/98, e alterações posteriores, a qual conhecemos como a “Lei de Seguros de Saúde”, que determina as disposições gerais aplicáveis às companhias de seguro saúde, os termos e as condições gerais dos contratos celebrados entre companhias de seguro saúde e seus clientes. A Lei de Seguros de Saúde estabelece, entre outras coisas:

- cobertura obrigatória de certas despesas, tais como aquelas decorrentes de doenças preexistentes;
- as condições anteriores à admissão no plano;
- a área geográfica coberta para cada uma das apólices de seguros; e
- o critério de determinação de preços que os planos podem usar.

A ANS é responsável pela regulamentação e supervisão de serviços de saúde complementares prestados pelas companhias de seguros de saúde, segundo as diretrizes determinadas pelo Conselho de Saúde Suplementar.

Até 2002, a SUSEP tinha autoridade sobre as seguradoras, as quais estavam autorizadas a oferecer planos privados de assistência à saúde. Desde 2002, já sob a regulamentação e fiscalização da

ANS, somente as seguradoras exclusivas em planos de assistência à saúde privados podem oferecer tais planos. Para cobrir este requisito legal, constituímos a Bradesco Saúde em 1999.

Previdência complementar

As entidades de previdência complementar abertas estão sujeitas, para fins de inspeção e controle, à autoridade do CNSP e da SUSEP, que estão sujeitas à autoridade regulatória do Ministério da Fazenda. O CMN, a CVM e o Banco Central podem emitir regulamentações pertinentes aos fundos de previdência complementar, em relação aos ativos garantidores das provisões técnicas.

As entidades de previdência complementar precisam constituir reservas e provisões técnicas como garantias para suas obrigações.

As entidades abertas de previdência complementar e as sociedades seguradoras podem constituir fundos de investimentos com patrimônio segregado, desde janeiro de 2006. Algumas determinações da Lei nº 11.196/05, necessitam de regulamentação da SUSEP e da CVM para se tornar operacional. Em setembro de 2007, a CVM editou a Instrução nº 459, que trata da constituição, administração, funcionamento e divulgação de informações dos fundos de investimento vinculados exclusivamente a planos de previdência complementar. Em janeiro de 2013, o CMN estabeleceu novas regras para disciplinar a aplicação dos recursos, reservas, provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização e das entidades abertas de previdência complementar. Para mais informações, veja “Regulamentação e Supervisão - Regulamentação da Gestão de Ativos”.

Regulamentação da Internet e do comércio eletrônico

O Congresso Brasileiro não promulgou qualquer legislação específica regulamentando o comércio eletrônico. Desta forma, permanece sujeito às leis e disposições regulamentares existentes sobre o comércio e operações comerciais comuns.

Existem, atualmente, vários projetos de lei tratando da regulamentação do comércio eletrônico e da Internet no congresso brasileiro. A legislação proposta, se promulgada, reconhecerá o valor legal, a validade e a possibilidade de aplicação de informações na forma de mensagens eletrônicas, permitindo que as partes celebrem um contrato, façam ou aceitem uma oferta por meio de mensagens eletrônicas.

A CVM baixou regulamentação das atividades de corretagem de valores mobiliários via Internet, que só podem ser realizadas por sociedades com registro. As páginas das corretoras deverão conter informações detalhadas sobre o sistema, tarifas, procedimentos de execução de ordens e segurança, bem como do funcionamento geral do mercado e os riscos envolvidos neste tipo de investimento.

As corretoras que realizam operações via Internet serão responsáveis pela garantia de segurança e pela operacionalidade dos sistemas que utilizarem, os quais deverão ser auditados semestralmente.

Tributação

IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)

O Imposto sobre Operações Financeiras, conhecido como “IOF”, é um imposto sobre empréstimos e adiantamentos, operações de câmbio, seguros e de títulos e valores mobiliários, cujas alíquotas são fixadas pelo Ministro da Fazenda, sujeitas ao limite máximo de 25,0% estabelecido por lei. Muito embora o contribuinte seja aquele que pratica a operação financeira sujeita à tributação, o imposto é cobrado e recolhido pela instituição financeira envolvida.

IOF incide sobre as seguintes operações principais: (i) operações de câmbio; (ii) operações com títulos e valores mobiliários; (iii) operações de crédito; e (iv) operações de seguro.

IOF sobre operações de câmbio

O IOF pode incidir sobre várias operações cambiais, inclusive a conversão de moeda brasileira em qualquer moeda estrangeira, com o propósito de pagamento de dividendos e repatriação de capital investido em nossas ADSs e ADS de ações ordinárias. Muito embora a alíquota geral do IOF nas operações de câmbio seja de 0,38%, a mesma é de 0% nas operações de câmbio de natureza interbancária e nas operações de câmbio no que respeita ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio ao investidor estrangeiro. A alíquota do IOF é também 0% nas operações de câmbio de ingresso e saída de

recursos no país referentes a captações realizadas desde outubro de 2008, a título de empréstimos e financiamentos externos.

Desde março de 2012, a alíquota de imposto sobre transações de câmbio liquidadas por recursos de investidores estrangeiros que entram no Brasil, incluindo aqueles que o fazem através de transações simultâneas relacionadas a empréstimos estrangeiros sujeitos a registro no Banco Central, é 6% para empréstimos em moeda local para pagamento dentro de uma média de 1800 dias, incluindo tanto empréstimos diretos quanto aqueles relacionados à emissão de dívida nos mercados internacionais. Se o prazo de pagamento for superior a 1.800 dias, a alíquota de IOF é reduzida a 0%.

Em dezembro de 2010, a alíquota do IOF nas operações de câmbio para ingresso de recursos no país realizadas por investidor estrangeiro para aplicação nos mercados financeiros e de capitais brasileiro foi elevada de 2% para 6%. O retorno do referido investimento para o exterior está sujeito à alíquota de 0% do IOF.

Algumas operações não se sujeitam à alíquota de 6% acima mencionada, sendo tributadas à alíquota de 0% do IOF, quais sejam:

(i) transferência do exterior de recursos para aplicação no Brasil em renda variável realizada em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, excetuadas operações com derivativos que resultem em rendimentos predeterminados;

(ii) ingresso de recursos no Brasil para aquisição de ações em oferta publica registrada ou dispensada de registro na CVM ou para subscrição de ações, desde que, nos dois casos, as companhias emissoras tenham registro para negociação das ações em bolsa de valores;

(iii) ingresso de recursos no Brasil para aquisição de cotas de fundos de investimento em participações, de fundos de investimento em empresas emergentes e de fundos de investimento em cotas dos referidos fundos, constituídos na forma autorizada pela CVM;

(iv) liquidações de operações de câmbio simultâneas, contratadas a partir de janeiro de 2011, para ingresso de recursos através de cancelamento de *depositary receipts*, para investimento em ações negociáveis em bolsa de valores;

(v) liquidações de operações de câmbio simultâneas, contratadas a partir de 1 de Janeiro de 2011, para ingresso no Brasil de recursos originários da mudança de regime do investidor estrangeiro, de investimento direto, para investimento em ações negociáveis em bolsa de valores;

(vi) liquidações de operações de câmbio contratadas por investidor estrangeiro, para ingresso de recursos no País, para aquisição de títulos ou valores mobiliários emitidos na forma dos artigos 1º e 3º da Lei nº. 12.431/11; e

(vii) liquidações de operações de câmbio contratadas por investidor estrangeiro, inclusive por meio de operações simultâneas, relativas a transferências do exterior de recursos para aplicação no Brasil em certificado de depósito de valores mobiliários, denominado *Brazilian Depositary Receipts* – BDR, na forma regulamentada pela CVM.

Em março de 2011, o Decreto nº 7.454/11 majorou de 2,38% para 6,38% a alíquota do IOF nas operações de câmbio destinadas aos pagamentos feitos por administradoras de cartão de crédito ou de bancos comerciais ou múltiplos na qualidade de emissores de cartão de crédito decorrentes de aquisição de bens e serviços do exterior efetuada por seus usuários.

A alíquota do IOF é 0% nas operações de câmbio relativas ao ingresso, no Brasil, de receitas de exportação de bens e serviços.

IOF sobre operações com títulos e valores mobiliários

O IOF pode também ser cobrado nas emissões de títulos e valores mobiliários, inclusive sobre aquelas realizadas nas bolsas brasileiras de valores, futuros ou de mercadorias. A alíquota do IOF incidente nas operações com ações ordinárias ou preferenciais em geral atualmente é de 0%. O Ministro da Fazenda, entretanto, tem a autoridade legal para aumentar a alíquota até o máximo de 1,5% ao dia dos valores das operações tributáveis, durante o período em que o investidor mantiver os valores mobiliários, mas somente até o limite dos ganhos realizados na transação e a partir de sua instituição ou elevação.

Em novembro de 2009, o governo brasileiro se valeu da referida prerrogativa, elevando de 0% para 1,5% a alíquota do IOF nas operações de cessão de ações de qualquer espécie (inclusive ações preferenciais), que sejam admitidas à negociação em bolsa de valores localizada no Brasil, com o fim específico de lastrear a emissão de ADSs.

Em setembro de 2011, o IOF começou a incidir sobre transações envolvendo contratos de derivativos. A alíquota é de 1% sobre o valor nocional, ajustado na aquisição, venda ou vencimento do contrato de derivativo iniciado no Brasil que, individualmente, resulte em aumento da exposição cambial vendida ou redução da exposição cambial comprada.

A legislação permite algumas deduções da base de cálculo, tais como (i) a soma do valor nocional ajustados na aquisição, venda ou vencimento do contrato de derivativo iniciado no Brasil que, individualmente, resulte em aumento da exposição cambial comprada ou redução da exposição cambial vendida; (ii) a exposição cambial comprada líquida ajustada, obtida no dia útil anterior, e (iii) a redução da exposição cambial líquida vendida e o aumento da exposição cambial comprada líquida comparada ao dia útil anterior, não resultantes de aquisições, vendas ou vencimentos de contratos de derivativos financeiros.

A nova legislação também estabelece vários conceitos específicos relacionados à incidência de IOF sobre contratos de derivativos. Um deles é o conceito de “conjunto de valor nocional”, que corresponde ao valor de referência do contrato – valor nocional – multiplicado pela mudança de preço do derivativo comparada à variação de preço da moeda estrangeira. Note que, no caso de aquisição, venda ou vencimento parcial, o valor nocional ajustado será calculado proporcionalmente.

O IOF também incide sobre ganhos realizados nas operações com prazos de até 30 dias resultantes da venda, cessão, recompra e renovação de títulos e valores mobiliários de renda fixa, tais como resgate de quotas de fundos de investimento financeiro, fundos mútuos e de clubes de investimento. Para mais informações sobre fundos de investimento financeiro e fundos mútuos, veja “Regulamentação e Supervisão - Regulamentação da gestão de ativos”. A alíquota máxima do IOF pagável nesses casos é de 1,0% ao dia, sendo regressiva de acordo com a duração das operações, podendo chegar a zero para transações com vencimento igual ou superior a 30 dias, exceto pelos seguintes tipos de operação, nas quais a alíquota atualmente é de 0%:

- operações de titularidade das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central;
- operações das carteiras dos fundos de investimento e dos clubes de investimento;
- operações do mercado de renda variável, inclusive as realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e entidades assemelhadas;
- Resgates de ações em fundos de participação, lembrando que se o investidor resgatar as ações antes do período de carência da receita de crédito, a alíquota é 0,5% ao dia sobre o valor de entrega das ações em fundos de participação;
- Certificados de Direitos de Crédito Agrícola - CDCA, Letras de Crédito Agrícola - LCA, e Certificados de Recebíveis Agrícolas - CRA, estabelecidos pelo artigo 23 da Lei nº 11.076/04; e
- Debêntures, conforme o artigo 52 da Lei nº 6.404/76, Certificados de Recebíveis Imobiliários, mencionados no artigo 6 da Lei nº 9.514/97, e letras financeiras, mencionadas no artigo 37 da Lei nº 12.249/10.

IOF sobre operações de crédito

IOF incide sobre operações internas de empréstimo de qualquer natureza, inclusive cheque especial, à alíquota de 0,0041% ao dia, aplicável para pessoa jurídica. Para pessoas físicas, a alíquota é de 0,0068% ao dia, desde dezembro de 2011. A alíquota do IOF incidirá sobre o valor do principal colocado à disposição do interessado referente a operações de crédito, sendo que, no caso de operações em que o valor principal não é determinado antes da transação, além da incidência sobre o principal, o IOF também incide sobre os juros e outros encargos à mesma alíquota, ou seja, a base de cálculo será o somatório dos saldos devedores diários apurados no último dia de cada mês. O IOF cuja base de cálculo não seja o somatório dos saldos devedores diários, não excederá o valor resultante da aplicação da alíquota diária a cada valor de principal, prevista para a operação, multiplicada por 365 dias, acrescida da alíquota adicional de 0,38%, ainda que a operação seja de pagamento parcelado. Em qualquer caso, o IOF está sujeito à alíquota máxima de 1,5% ao dia sobre o valor das operações de crédito. Adicionalmente, desde janeiro de 2008, as operações de empréstimos e adiantamentos passaram a estar sujeitas à incidência do IOF sob a

forma de uma alíquota adicional de 0,38%, independentemente do prazo da operação, seja o mutuário pessoa física ou pessoa jurídica.

IOF sobre operações de seguro

O IOF incide sobre as operações de seguro à alíquota de:

- 0%, nas operações de resseguro ou relativas a seguro obrigatório, vinculado a financiamento de imóvel habitacional, realizado por agente do sistema financeiro de habitação, créditos de exportação, transporte internacional de mercadorias, seguros aeronáuticos ou quando os prêmios designados ao financiamento de planos de seguro de vida com cobertura de sobrevivência; ou
- 0,38% nas operações de seguro de vida e congêneres, de acidentes pessoais e do trabalho, incluídos os seguros obrigatórios de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por carga, a pessoas transportadas ou não;
- 2,38% nas operações de seguros privados de assistência à saúde; e
- 7,38% dos prêmios pagos no caso de outros ramos de seguro.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Os tributos federais que incidem sobre a renda das pessoas jurídicas consistem no imposto de renda ("IRPJ") e na contribuição social sobre o lucro líquido ("Contribuição Social"). O imposto de renda do exercício corrente e do diferido são calculados com base nas alíquotas de 15,0%, acrescidas do adicional de 10,0% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000, que correspondem a uma alíquota combinada de 25,0% aplicada sobre o lucro líquido ajustado. A Contribuição Social do exercício corrente e diferida é calculada com base em uma alíquota geral de 9,0% sobre o lucro líquido ajustado, mas, desde maio de 2008, passou a ser de 15,0% para as instituições financeiras e equiparadas.

Para mais informações sobre nossas despesas com imposto de renda, veja Nota 17 de nossas demonstrações contábeis consolidadas no "Item 18. Demonstrações Contábeis".

As pessoas jurídicas são tributadas com base em sua receita global e não sobre a receita produzida exclusivamente no Brasil. Como resultado, os lucros, ganhos de capital e outros rendimentos obtidos no exterior por sociedades brasileiras são computados na determinação de seu lucro real. A sociedade brasileira é autorizada a compensar o imposto de renda pago no exterior com aquele devido no Brasil sobre a mesma renda: (i) na forma prevista no tratado contra a dupla tributação; (ii) até o valor do imposto de renda devido no Brasil cobrado sobre a mesma receita, caso a legislação do país onde foi produzido aquele rendimento preveja reciprocidade do tratamento em relação ao Brasil, como é o caso, dentre outros países, dos EUA. Os lucros apurados ao final de cada exercício por uma entidade estrangeira, que seja filial, agência ou sociedade coligada ou controlada de empresa brasileira, são considerados como disponibilizados à empresa brasileira e, portanto, sujeitos a tributação pelo imposto de renda no Brasil.

Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir de 1996 e distribuídos por sociedades brasileiras não estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integram a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no Brasil ou no exterior.

Como modalidade alternativa aos dividendos para remuneração dos acionistas, a legislação brasileira permite que as empresas deduzam do lucro tributável, juros a serem pagos aos acionistas ("juros sobre o capital próprio"). Essa dedutibilidade é limitada ao produto da: (i) variação *pro rata* dia da taxa de juros de longo prazo divulgada pelo governo brasileiro (Taxa de Juros de Longo Prazo, conhecida como "TJLP"); e multiplicada (ii) pelo patrimônio líquido da entidade, apurado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não podem exceder a:

- 50,0% do lucro líquido (antes da supracitada distribuição e quaisquer deduções para imposto de renda), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no ano em que o pagamento é realizado; ou
- 50,0% dos lucros retidos, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no ano anterior ao ano em que o pagamento é realizado.

As distribuições de juros sobre o capital próprio pagas aos detentores de ações, inclusive ao banco depositário com respeito às ações objeto de ADSs ou ADSs de ações ordinárias estão sujeitas à retenção de imposto à alíquota de 15,0%, exceto para pagamentos a: (i) pessoas que sejam isentas e imunes de impostos no Brasil ou (ii) aquelas situadas em paraísos fiscais, caso em que ficam sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 25,0%. Para mais informações acerca da tributação dos juros sobre o capital próprio, veja "Item 10.E. Tributação - Considerações sobre tributação no Brasil - Distribuições de juros sobre o capital".

Os prejuízos fiscais apurados pela sociedade no Brasil acumulados em anos anteriores podem ser compensados com os resultados de exercícios futuros, sem qualquer limitação temporal, até o limite de 30,0% do lucro tributável anual.

Os ganhos realizados por residentes no Brasil sobre qualquer alienação de ações preferenciais ou ordinárias em bolsas de valores ou mercados similares no país são geralmente tributados nas seguintes alíquotas:

- 20,0%, se a transação for executada na bolsa de valores, no caso de operação *day-trade*; ou
- 15,0%, nas demais hipóteses.

Adicionalmente, os residentes no Brasil que realizam operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, exceto as de *day-trade*, estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% sobre os seguintes valores:

- nos mercados futuros: a soma algébrica dos ajustes diários, se positiva, apurada por ocasião do encerramento da posição, antecipadamente ou no seu vencimento;
- nos mercados de opções: o resultado, se positivo, da soma algébrica dos prêmios pagos e recebidos no mesmo dia;
- nos contratos a termo, quando houver a previsão de entrega do ativo objeto na data do seu vencimento: a diferença, se positiva, entre o preço a termo e o preço à vista na data da liquidação;
- nos contratos a termo com liquidação exclusivamente financeira: o valor da liquidação financeira previsto no contrato; e
- nos mercados à vista: o valor da alienação, nas operações com ações, ouro, ativo financeiro e outros valores mobiliários neles negociados.

Referida sistemática de tributação foi adotada com a finalidade de facilitar a atividade fiscalizadora das operações realizadas no mercado financeiro e de capitais, empreendida pela Receita Federal do Brasil. O imposto de renda retido na fonte, na forma referida acima, pode ser: (i) deduzido do imposto incidente sobre os ganhos líquidos apurados no mês; (ii) compensado com o imposto devido nos meses subsequentes; (iii) compensado na declaração anual de ajuste se houver saldo de imposto retido; ou (iv) compensado com o imposto devido sobre o ganho de capital na alienação de ações.

Os residentes no Brasil que realizam operações de *day-trade* em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas também se sujeitam à incidência adicional do imposto de renda na fonte de modo semelhante àquela descrita anteriormente, mas à alíquota de 1%. Referido imposto pode, igualmente, ser (i) deduzido do imposto incidente sobre ganhos líquidos apurados no mês; ou (ii) compensado com o imposto incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes, se, após a dedução com os ganhos líquidos do mês, ainda houver saldo de imposto retido.

Os ganhos auferidos na alienação de ações no Brasil por investidores que sejam residentes em uma jurisdição que, segundo as leis brasileiras, seja considerada como sendo um "país de tributação favorecida" (assim considerados os países que: (i) não tributam a renda; (ii) ou que tributam à uma alíquota inferior a 20,0% ou, ainda, (iii) cuja legislação societária interna oponha sigilo em relação à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua composição) estão sujeitos às mesmas alíquotas aplicáveis aos detentores residentes no Brasil, conforme descrito anteriormente.

Os ganhos realizados na alienação de ações no Brasil, por detentores residentes no exterior em país que, segundo as leis brasileiras, não seja de tributação favorecida estão isentos de tributação no Brasil se:

- os resultados obtidos com a alienação das ações forem enviados para fora do Brasil dentro de cinco dias úteis do cancelamento das ADSs ou ADSs de ações ordinárias, que eram representadas pelas ações vendidas; ou

- o investimento estrangeiro nas ações for registrado no Banco Central, segundo a Resolução n° 2.689/00 do CMN.

De outra forma, se aplicará o mesmo tratamento aos residentes no Brasil.

É zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre rendimentos produzidos transações envolvendo títulos públicos brasileiros adquiridos a partir de fevereiro de 2006, exceto os títulos adquiridos com compromisso de revenda assumido pelo comprador, de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo CMN. Esse benefício se aplica também aos rendimentos obtidos por não-residentes, que investem em contas de fundos exclusivamente mantidas por investidores não-residentes, cuja carteira seja composta de pelo menos 98% de títulos públicos. Esta isenção não se aplica se o beneficiário residir ou estar domiciliado em um país considerado como de tributação favorecida.

É também zero, sob determinadas condições, a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos nas aplicações em Fundos de Investimento em Participações – "FIP", Fundos de Investimento em Quotas de FIP e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior (salvo países de tributação favorecida), individual ou coletivo, que realizar operações financeiras no país, observadas as normas e condições estabelecidas pelo CMN. Os fundos a que se aplica o referido benefício devem cumprir limites de composição de carteira, diversificação e regras de investimento constantes da lei e regulamentação da CVM.

Os rendimentos auferidos por residentes no Brasil no resgate, alienação ou amortização de quotas de investimento de FIP, Fundos de Investimento em Quotas de FIP e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes, inclusive quando decorrentes da liquidação do fundo, estão sujeitos ao imposto de renda à alíquota de 15%, incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate ou alienação e o custo de aquisição das quotas.

Em dezembro de 2008, o governo brasileiro criou o Regime Tributário de Transição ("RTT"), que visa a neutralizar o impacto dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em dezembro de 2008, como parte da adoção pelo Brasil do padrão de normas contábeis internacionais. A adoção do RTT, que vigorará até a entrada em vigor de lei, que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis foi optativa para 2008 e 2009, mas tornou-se obrigatória a partir do ano-calendário de 2010, inclusive para apuração da Contribuição Social, do PIS e da Cofins. Optamos por adotar o RTT a partir do exercício fiscal de 2008.

Em junho de 2010, foi publicada lei que cria regras de subcapitalização, limitando a dedução de juros pagos ou creditados por fonte brasileira a: (i) destinatário domiciliado no exterior vinculado, detentor ou não de participação societária na fonte pagadora; e (ii) destinatário residente, domiciliado ou constituído em país ou dependência com tributação favorecida ou sob regime fiscal privilegiado.

No caso de o credor ser pessoa vinculada domiciliada no exterior com participação societária na fonte pagadora, o valor da dívida não pode exceder a duas vezes o valor da participação da pessoa vinculada no patrimônio líquido da pessoa jurídica residente no Brasil. Em caso de vinculação sem participação societária, o limite será o equivalente a duas vezes o patrimônio líquido da pessoa jurídica residente no Brasil. Se houver mais de um credor, o valor do somatório dos endividamentos com pessoas vinculadas no exterior não poderá ser superior a duas vezes o valor do somatório das participações de todas as vinculadas no patrimônio líquido da pessoa jurídica residente no Brasil. Se o endividamento for exclusivamente relacionado à companhias estrangeiras, que não tenham participação societária na pessoa jurídica brasileira, o limite global será equivalente a duas vezes o valor do patrimônio líquido da pessoa jurídica brasileira. Na hipótese de o credor ser domiciliado em país de tributação favorecida, o valor da dívida não pode exceder a 30,0% do valor do patrimônio líquido da pessoa jurídica brasileira. Excessos em relação a referidos limites são indedutíveis para fins de IRPJ e Contribuição Social.

Também a partir de junho de 2010, a dedutibilidade para fins fiscais de qualquer pagamento a beneficiário residente ou domiciliado em país considerado como de tributação favorecida passou a estar condicionada aos seguintes requisitos, em adição a quaisquer outros já previstos na legislação: (i) identificação do efetivo beneficiário da pessoa domiciliada no exterior; (ii) comprovação da capacidade operacional da pessoa localizada no exterior de realizar a operação; e (iii) comprovação documental do pagamento do preço respectivo e do recebimento dos bens, direitos ou utilização de serviço.

Em novembro de 2010, as autoridades fiscais brasileiras editaram ato normativo, que alterou o tratamento tributário aplicável às variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio. De acordo com esse novo dispositivo, a partir do ano-calendário de 2011, a eleição do regime fiscal para tributação das variações cambiais; (i) somente poderá ser exercida em janeiro de cada ano-calendário; e (ii) somente poderá ser alterada no decorrer do exercício fiscal, em caso de "variação relevante na taxa de câmbio", comunicada mediante a edição de portaria do ministro da fazenda.

PIS e Cofins

Dois tributos federais são cobrados sobre as receitas brutas das pessoas jurídicas em geral: PIS e Cofins. Algumas receitas são excluídas da base de cálculo de ambas contribuições, tais como: dividendos, resultado de participações em empresas não consolidadas, lucro na venda de permanente e receitas de exportação recebidas em moeda estrangeira. Estão sujeitas à incidência do PIS e da Cofins as receitas auferidas por pessoas jurídicas residentes no Brasil, correspondentes aos recebimentos de juros sobre o capital próprio.

A legislação brasileira autoriza determinados ajustes à base de cálculo, dependendo do segmento do negócio e de outros aspectos.

Entre 2002 e 2003, o governo brasileiro implementou uma sistemática de cobrança não cumulativa para o PIS e a Cofins, permitindo que os contribuintes descontem da base de cálculo de ambas as contribuições créditos relativos a certas operações da empresa. Como compensação pela admissão dos referidos créditos, as alíquotas do PIS e da Cofins foram substancialmente elevadas. Na sequência das alterações introduzidas na sistemática do PIS e da Cofins, a partir de maio de 2004, foi introduzida a cobrança de referidos tributos sobre a importação de bens ou serviços, caso em que o contribuinte é a pessoa jurídica importadora, domiciliada no Brasil.

A partir de agosto de 2004, foram reduzidas para zero as alíquotas do PIS e da Cofins incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de incidência não-cumulativa destas contribuições. Contudo, foram mantidas as incidências de referidas contribuições sobre as receitas relativas ao recebimento de juros sobre o capital.

Certas atividades econômicas são expressamente excluídas da sistemática de cobrança não-cumulativa do PIS e da Cofins. Este é o caso das instituições financeiras, que permanecem sujeitas ao PIS e à Cofins pela sistemática "cumulativa", na qual não se permite o desconto de quaisquer créditos.

A contribuição para o PIS incide sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas à alíquota de 0,65%, no caso das instituições financeiras e equiparadas.

Antes de fevereiro de 1999, não éramos contribuintes da Cofins. Em fevereiro de 1999, a Cofins passou a incidir sobre as nossas receitas brutas à alíquota de 3,0%. A partir de setembro de 2003, essa alíquota passou a ser de 4,0% para instituições financeiras e equiparadas. A base de cálculo da Cofins é a mesma do PIS.

Em julho de 2010, as autoridades fiscais brasileiras instituíram a Escrituração Fiscal Digital ("EFD") para as contribuições do PIS e da Cofins. A nova regra dispõe que as instituições financeiras e equiparadas ficarão obrigadas a adotar a EFD-PIS/Cofins em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de janeiro de 2012.

Informações Estatísticas Selecionadas

As informações estatísticas selecionadas apresentadas nesta seção, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011, 2010 e 2009 provêm de nossas demonstrações contábeis consolidadas preparadas conforme as IFRS. As informações estatísticas selecionadas nesta seção, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 provêm de nossas demonstrações contábeis consolidadas preparadas conforme os U.S. GAAP e não apresentadas neste relatório anual. As tabelas apresentando as informações estatísticas selecionadas indicam "De acordo com as IFRS" quando derivadas de nossas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS ou "De acordo com os U.S. GAAP" quando derivadas de nossas demonstrações contábeis consolidadas em U.S. GAAP. Por serem preparadas conforme critérios contábeis diferentes, as informações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 não são diretamente comparáveis as informações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011, 2010 e 2009. Além disso, as informações aqui incluídas preparadas em IFRS são apresentadas em milhares de reais e as informações conforme U.S. GAAP são apresentadas em milhões de reais, formato que utilizamos nos

relatórios anuais arquivados nos exercícios anteriores. Salvo indicação em contrário, e exceto para informações em U.S. GAAP, as informações são apresentadas em milhares de reais neste relatório anual.

Incluímos as informações a seguir para fins de análise, as quais devem ser lidas (para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010) juntamente com o “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras” e nossas demonstrações contábeis consolidadas no “Item 18. Demonstrações Contábeis”.

Saldos médios das contas patrimoniais e informações sobre taxa de juros

As tabelas a seguir apresentam os saldos médios de nossos ativos que rendem juros e nossos passivos que incidem juros, outras contas do ativo e passivo, os respectivos valores de receita e despesa de juros e similares e os rendimentos reais/taxas médias relativamente a cada período. Calculamos os saldos médios utilizando os saldos contábeis de final de mês, que incluem os respectivos juros alocados.

Não apresentamos a receita de juros numa base fiscal equivalente, visto que as leis tributárias brasileiras não concedem, atualmente, isenções tributárias sobre juros auferidos em títulos e valores mobiliários.

Ativos que rendem juros

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais, exceto porcentagens								
	2012			2011			2010		
	Saldo médio	Juros e similares	Rend./taxa médio (a)	Saldo médio	Juros e similares	Rend./taxa médio (a)	Saldo médio	Juros e similares	Rend./taxa médio (a)
Ativos que rendem juros									
Ativos financeiros para negociação	89.784.000	7.831.848	8,7%	87.326.233	9.076.069	10,4%	62.407.194	6.398.665	10,3%
Ativos financeiros disponíveis para venda	66.915.243	6.434.573	9,6%	33.549.814	3.373.070	10,1%	34.888.119	3.342.997	9,6%
Investimentos mantidos até o vencimento	3.657.763	589.835	16,1%	4.510.835	360.835	8,0%	3.778.920	438.485	11,6%
Ativos cedidos em garantia	94.667.517	9.090.234	9,6%	75.623.917	8.744.459	11,6%	70.498.746	6.862.222	9,7%
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	79.159.989	6.800.239	8,6%	75.900.028	9.194.044	12,1%	64.545.465	6.059.777	9,4%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	262.855.317	48.541.218	18,5%	234.942.522	45.465.684	19,4%	194.680.442	37.765.023	19,4%
Outros ativos que rendem juros									
Depósitos compulsórios no Banco Central	48.722.266	3.808.229	7,8%	59.239.456	6.112.337	10,3%	32.553.623	2.869.307	8,8%
Outros ativos	546.918	37.540	6,9%	518.296	40.774	7,9%	494.975	35.707	7,2%
Total de ativos que rendem juros	**646.309.013**	**83.133.716**	**12,9%**	**571.611.101**	**82.367.272**	**14,4%**	**463.847.484**	**63.772.183**	**13,7%**
Ativos que não rendem juros									
Caixa e disponibilidades em bancos	14.694.039	-	-	10.461.969	-	-	8.537.607	-	-
Depósitos compulsórios no Banco Central	8.618.901	-	-	8.348.788	-	-	9.128.771	-	-
Ativos financeiros em carteira de ações	7.690.050	-	-	4.162.389	-	-	3.866.314	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes vencidos [(1)]	10.588.578	-	-	8.001.549	-	-	7.020.334	-	-
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(20.501.971)	-	-	(17.719.137)	-	-	(16.008.981)	-	-
Investimentos em coligadas	2.285.650	-	-	1.816.492	-	-	1.624.643	-	-
Imobilizado de uso	4.356.952	-	-	3.641.555	-	-	3.256.587	-	-
Ativos intangíveis e ágio	8.716.566	-	-	6.484.479	-	-	5.325.287	-	-
Impostos a compensar e diferidos	27.932.160	-	-	22.888.181	-	-	18.880.673	-	-
Outros ativos	39.786.292	-	-	33.099.966	-	-	33.295.759	-	-
Total de ativos que não rendem juros	**104.167.217**	**-**	**-**	**81.186.231**	**-**	**-**	**74.926.994**	**-**	**-**
Total de ativos	**750.476.230**	**83.133.716**	**11,1%**	**652.797.332**	**82.367.272**	**12,6%**	**538.774.478**	**63.772.183**	**11,8%**

[(1)] Vencidos acima de 60 dias.

Passivos que incidem juros

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais, exceto porcentagens								
	2012			2011			2010		
	Saldo médio	Juros e similares	Rend./taxa médio (a)	Saldo médio	Juros e similares	Rend./taxa médio (a)	Saldo médio	Juros e similares	Rend./taxa médio (a)
Passivos que incidem juros									
Depósitos interfinanceiros	471.502	48.582	10,3%	360.575	46.693	12,9%	516.805	38.521	7,5%
Depósitos de poupança	62.758.934	3.623.935	5,8%	55.515.889	3.754.755	6,8%	47.792.922	2.964.110	6,2%
Depósitos a prazo	117.810.860	7.551.805	6,4%	122.328.948	11.198.180	9,2%	95.818.484	8.329.374	8,7%
Captações no mercado aberto	152.354.820	11.756.969	7,7%	128.494.578	13.996.866	10,9%	106.591.802	9.981.262	9,4%
Obrigações por empréstimos e repasses	47.408.499	2.349.470	5,0%	44.962.370	5.775.844	12,8%	33.869.850	851.093	2,5%
Recursos de emissão de títulos	50.848.755	3.439.688	6,8%	28.260.014	2.490.536	8,8%	11.501.257	730.443	6,4%
Dívidas subordinadas	32.278.136	2.884.331	8,9%	25.335.543	2.787.681	11,0%	24.410.454	2.022.578	8,3%
Provisões técnicas de seguros e previdência	107.519.858	7.985.971	7,4%	89.762.154	6.705.431	7,5%	76.641.029	6.083.511	7,9%
Total de passivos que incidem juros	**571.451.364**	**39.640.751**	**6,9%**	**495.020.071**	**46.755.986**	**9,4%**	**397.142.603**	**31.000.892**	**7,8%**
Passivos que não incidem juros									
Depósitos à vista	33.136.888	-	-	32.538.699	-	-	32.911.742	-	-
Outros passivos que não incidem juros	82.827.519	-	-	72.605.080	-	-	63.819.402	-	-
Total de passivos que não incidem juros	**115.964.407**	**-**	**-**	**105.143.779**	**-**	**-**	**96.731.144**	**-**	**-**
Total do passivo	**687.415.771**	**39.640.751**	**5,8%**	**600.163.850**	**46.755.986**	**7,8%**	**493.873.747**	**31.000.892**	**6,3%**
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	**62.463.588**	**-**	-	**52.424.391**	**-**	-	**44.535.636**	**-**	-
Participação de acionistas não controladores	**596.871**	**-**	**-**	**209.091**	**-**	**-**	**365.095**	**-**	**-**
Total do passivo e patrimônio líquido	**750.476.230**	**39.640.751**	**5,3%**	**652.797.332**	**46.755.986**	**7,2%**	**538.774.478**	**31.000.892**	**5,8%**

Variações nas receitas e despesas de juros e similares - análise de volume e taxas

A tabela a seguir demonstra os efeitos das variações nas nossas receitas e despesas de juros e similares decorrentes das variações em volumes e rendimentos médios/taxas médias relativamente aos períodos apresentados. Calculamos as variações em volumes e taxas de juros com base na avaliação de saldos médios durante o período e variações nas taxas médias de juros sobre ativos que rendem juros e passivos que incidem juros. Alocamos a variação líquida dos efeitos combinados de volumes e taxas proporcionalmente aos volumes e a taxas médias, em termos absolutos, sem levar em consideração efeitos positivos e negativos.

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais					
	2012/2011			2011/2010		
	Aumento/(redução) devido às alterações em					
	Volume médio	Rend./taxa médio(a)	Variação líquida	Volume médio	Rend./taxa médio(a)	Variação líquida
Ativos que rendem juros						
Ativos financeiros para negociação	259.247	(1.503.468)	(1.244.221)	2.588.751	88.653	2.677.404
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.214.552	(153.049)	3.061.503	(131.002)	161.075	30.073
Investimentos mantidos até o vencimento	(79.120)	308.120	229.000	74.796	(152.446)	(77.650)
Ativos cedidos em garantia	1.978.884	(1.633.109)	345.775	525.026	1.357.211	1.882.237
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	380.113	(2.773.918)	(2.393.805)	1.182.771	1.951.496	3.134.267
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.223.278	(2.147.744)	3.075.534	7.791.666	(91.005)	7.700.661
Depósitos compulsórios no Banco Central	(973.944)	(1.330.164)	(2.304.108)	2.684.305	558.725	3.243.030
Outros ativos	2.165	(5.399)	(3.234)	1.734	3.333	5.067
Total de ativos que rendem juros	**10.005.175**	**(9.238.731)**	**766.444**	**14.718.047**	**3.877.042**	**18.595.089**
Passivos que incidem juros						
Depósitos interfinanceiros	12.601	(10.712)	1.889	(14.142)	22.314	8.172
Depósitos de poupança	456.098	(586.918)	(130.820)	506.767	283.878	790.645
Depósitos à prazo	(399.993)	(3.246.382)	(3.646.375)	2.407.129	461.677	2.868.806
Captações no mercado aberto	2.304.237	(4.544.134)	(2.239.897)	2.237.582	1.778.022	4.015.604
Obrigações por empréstimos e repasses	298.524	(3.724.898)	(3.426.374)	363.290	4.561.461	4.924.751
Recursos de emissão de títulos	1.632.252	(683.100)	949.152	1.390.238	369.855	1.760.093
Dívidas subordinadas	678.755	(582.105)	96.650	79.254	685.849	765.103
Provisões técnicas de seguros e previdência	1.319.156	(38.616)	1.280.540	995.875	(373.955)	621.920
Total de passivos que incidem juros	**6.301.630**	**(13.416.865)**	**(7.115.235)**	**7.965.993**	**7.789.101**	**15.755.094**

Margem líquida de juros e margem de lucro

A tabela a seguir apresenta o saldo médio de nossos ativos que rendem juros, dos passivos que incidem juros e da receita de juros e similares líquida, comparando a margem de juros líquida e o diferencial de juros líquido relativamente aos períodos indicados:

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	2012	2011	2010
Saldo médio de ativos que rendem juros	646.609.013	571.611.101	463.847.484
Saldo médio dos passivos que incidem juros	571.451.364	495.020.071	397.142.603
Resultado líquido de juros [(1)]	43.492.965	35.611.286	32.771.291
Taxa de juros sobre o saldo médio de ativos que rendem juros	12,9%	14,4%	13,7%
Taxa de juros sobre o saldo médio dos passivos que incidem juros	6,9%	9,4%	7,8%
Rendimentos líquidos sobre ativos que rendem juros [(2)]	6,0%	5,0%	5,9%
Margem de juros líquida [(3)]	6,7%	6,2%	7,1%

[(1)] Total da receita de juros menos o total da despesa de juros;

[(2)] Diferença entre as taxas de juros sobre o saldo médio de ativos que rendem juros e a taxa de juros sobre o saldo médio dos passivos que incidem juros; e

[(3)] Resultado líquido de juros, dividido pela média dos ativos que rendem juros.

Retorno sobre o patrimônio e ativos

A tabela a seguir apresenta índices financeiros selecionados para o período indicado:

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais, exceto percentuais e informações por ação		
	2012	2011	2010
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	11.291.570	10.958.054	9.939.575
Ativos totais médios	750.476.230	652.797.332	538.774.478
Patrimônio líquido médio dos acionistas controladores	62.463.588	52.424.391	44.535.636
Lucro líquido dos acionistas controladores como porcentagem dos ativos totais médios	1,5%	1,7%	1,8%
Lucro líquido dos acionistas controladores como porcentagem do patrimônio líquido médio atribuído aos acionistas controladores	18,1%	20,9%	22,3%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores como porcentagem dos ativos totais médios	8,3%	8,0%	8,3%
Índice de pagamento de dividendos por ações [(1)]	0,35	0,34	0,34

[(1)] Dividendos totais declarados divididos pelo lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.

Ativos financeiros para negociação, disponíveis para venda, investimentos mantidos até o vencimento e ativos cedidos em garantia

A tabela a seguir apresenta nossos títulos recebidos em contratos de revenda, nossos ativos financeiros para negociação, disponíveis para venda e de investimentos mantidos até o vencimento nas datas indicadas. Os valores a seguir excluem nossos investimentos em coligadas. Para informações adicionais sobre nossos investimentos em coligadas, veja Nota 27 de nossas demonstrações contábeis consolidadas incluídas no “Item 18. Demonstrações Contábeis”. Os valores também excluem nossos depósitos compulsórios em valores mobiliários do governo federal, conforme exigido pelo Banco Central. Para mais informações sobre os nossos depósitos compulsórios, veja Nota 19 de nossas demonstrações contábeis consolidadas incluídas no “Item 18. Demonstrações Contábeis”. Apresentamos os ativos financeiros para negociação e disponíveis para venda pelo valor de mercado. Veja Notas 2(e), 20, 21 e 22 de nossas demonstrações contábeis consolidadas incluídas no “Item 18. Demonstrações Contábeis”, para mais informações sobre o nosso tratamento de títulos recebidos em contratos de revenda, ativos financeiros para negociação, disponíveis para a venda e investimentos mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	2012	2011	2010
Ativos financeiros para negociação			
Títulos públicos brasileiros	46.015.587	53.506.040	45.614.460
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	36.221.243	24.451.335	21.008.435
Títulos emitidos por instituições financeiras	18.485.686	10.823.463	4.784.402
Aplicações em quotas de fundos	7.650.252	6.791.968	2.075.468
Instrumentos financeiros derivativos	3.222.631	955.912	1.650.708
Títulos de governos estrangeiros	244.168	50.092	71.004
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	-	18.267	29.714
Total dos ativos financeiros para negociação	**111.839.567**	**96.597.077**	**75.234.191**
Porcentagem dos ativos financeiros para negociação sobre o total de ativos	14,0%	13,4%	12,5%
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Títulos públicos brasileiros	63.965.466	31.334.589	30.910.312
Títulos emitidos por empresas não financeiras	10.907.129	7.450.073	4.175.012
Ações de companhias abertas	5.524.463	4.956.547	4.964.127
Títulos emitidos por instituições financeiras	890.014	1.482.865	116.270
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	273.776	24.324	13.423
Total dos ativos financeiros disponíveis para venda	**81.560.848**	**45.248.398**	**40.179.144**
Porcentagem dos ativos financeiros disponíveis para venda sobre o total de ativos	10,2%	6,3%	6,7%
Investimentos mantidos até o vencimento			
Títulos públicos brasileiros	3.659.576	3.490.502	3.282.968
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	56.097	620.485	5.617
Títulos públicos de governos estrangeiros	-	-	105.722
Total dos investimentos mantidos até o vencimento	**3.715.673**	**4.110.987**	**3.394.307**
Porcentagem dos investimentos mantidos até o vencimento sobre o total de ativos	0,5%	0,6%	0,6%

A tabela a seguir apresenta nossos ativos cedidos em garantias nas datas indicadas. Para informações adicionais sobre nossos ativos cedidos em garantia, veja Nota 23 de nossas demonstrações contábeis consolidadas incluídas no “Item 18. Demonstrações Contábeis”.

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	2012	2011	2010
Ativos financeiros para negociação			
Títulos públicos brasileiros	8.609.468	59.224.886	14.482.842
Total dos ativos financeiros para negociação	**8.609.468**	**59.224.886**	**14.482.842**
Porcentagem dos ativos financeiros para negociação sobre o total de ativos	1,1%	8,2%	2,4%
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Títulos públicos brasileiros	19.308.061	3.465.119	30.737.679
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	149.284	791.212	706.607
Títulos emitidos por empresas não financeiras	3.431.710	1.913.034	2.301.906
Títulos emitidos por empresas financeiras	454.320	532.758	386.974
Total dos ativos financeiros disponíveis para venda	**23.343.375**	**6.702.123**	**34.133.166**
Porcentagem dos ativos financeiros disponíveis para venda sobre o total de ativos	2,9%	0,9%	5,7%
Investimentos mantidos até o vencimento			
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	267.421	292.531	809.252
Total dos investimentos mantidos até o vencimento	**267.421**	**292.531**	**809.252**
Porcentagem dos investimentos mantidos até o vencimento sobre o total de ativos	-	0,1%	0,1%
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	73.913.035	30.902.540	30.275.352
Total de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	**73.913.035**	**30.902.540**	**30.275.352**
Porcentagem dos empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras sobre o total de ativos	9,2%	4,3%	5,0%

Distribuição por prazo de vencimento

A tabela a seguir apresenta os vencimentos e as taxas médias ponderadas de rendimentos, em 31 de dezembro de 2012, de nossos títulos recebidos em contratos de revenda, ativos financeiros para negociação, disponíveis para venda e investimentos mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2012, não havia em nossa carteira, rendimentos de títulos e valores mobiliários isentos de impostos.

Em 31 de dezembro de 2012	Em milhares de reais, exceto porcentagens											
	Vencimento de até 1 ano		Vencimento de 1 a 5 anos		Vencimento de 5 a 10 anos		Vencimento após 10 anos		Vencimento indeterminado		Total	
	Rendimento médio		Rendimento médio		Rendimento médio		Rendimento médio		Rendimento médio		Rendimento médio	
Ativos financeiros para negociação												
Títulos públicos brasileiros	28.347.697	7,6%	14.445.497	8,0%	2.564.709	7,5%	657.684	10,4%	-	-	46.015.587	8,4%
Títulos emitidos por governos estrangeiros	244.168	8,6%	-	-		-	-	-	-	-	244.168	8,6%
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras [1]	2.972.165	10,3%	12.529.972	11,8%	16.506.968	11,3%	451.263	12,0%	3.760.875	-	36.221.243	11,4%
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.851.675	12,0%	13.432.904	12,0%	3.201.107	8,7%	-	-	-	-	18.485.686	10,9%
Aplicações em quotas de fundos [2]	-	-	-	-		-	-	-	7.650.252	-	7.650.252	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.651.296	-	326.881	-	244.454	-	-	-	-	-	3.222.631	-
Total dos ativos financeiros para negociação	**36.067.001**	**-**	**40.735.254**	**-**	**22.517.238**	**-**	**1.108.947**	**-**	**11.411.127**	**-**	**111.839.567**	**-**
Ativos financeiros disponíveis para venda												
Títulos públicos brasileiros	18.575.416	7,3%	7.219.460	7,9%	22.413.805	10,7%	15.756.785	11,2%	-	-	63.965.466	9,3%
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	178.564	10,6%	2.832	11,0%	92.380	8,0%	-	-	-	-	273.776	9,9%
Títulos emitidos por empresas não financeiras	811.925	9,6%	3.406.860	9,8%	6.688.344	10,2%	-	-	-	-	10.907.129	9,9%
Títulos emitidos por instituições financeiras	68.921	8,4%	382.173	11,4%	438.920	10,9%		-	-	-	890.014	10,2%
Carteira de ações (companhias abertas) [2]	-	-	-	-	-	-	-	-	5.524.463	-	5.524.463	-
Títulos públicos por governos estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos ativos financeiros disponíveis para venda	**19.634.826**	**-**	**11.011.325**	**-**	**29.633.449**	**-**	**15.756.785**	**-**	**5.524.463**	**-**	**81.560.848**	**-**
Investimentos mantidos até o vencimento												
Títulos públicos brasileiros	-	-	220.643	12,2%	1.676.300	14,3%	1.762.633	20,8%	-	-	3.659.576	15,7%
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	11.242	10,0%	-	-	44.855	8,0%	-	-	-	-	56.097	9,9%
Títulos públicos de governos estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos investimentos mantidos até o vencimento	**11.242**	-	**220.643**	-	**1.721.155**	-	**1.762.633**	**-**	**-**	-	**3.715.673**	-
Total Geral	**55.713.069**	-	**51.967.222**	-	**53.871.842**	-	**18.628.365**	-	**16.935.590**	-	**197.116.088**	-

[1] Na coluna de vencimento indeterminado, corresponde à ações de companhias abertas; e

[2] Aplicações nesses ativos não têm prazo determinado para resgates e são resgatáveis de acordo com a necessidade de liquidez. O rendimento médio não é determinado, pois os rendimentos futuros não são quantificáveis. Esses ativos de negociação foram excluídos do cálculo do rendimento total.

(*) As taxas da tabela acima não incluem a variação monetária.

A tabela a seguir apresenta os vencimentos e as taxas médias ponderadas de rendimentos, em 31 de dezembro de 2012, de nossos ativos cedidos em garantia.

Em 31 de dezembro de 2012	Em milhares de reais, exceto porcentagens											
	Vencimento de até 1 ano		Vencimento de 1 a 5 anos		Vencimento de 5 a 10 anos		Vencimento após 10 anos		Vencimento não especificado		Total	
	Rendimento médio		Rendimento médio		Rendimento médio		Rendimento médio		Rendimento médio		Rendimento médio	
Ativos financeiros para negociação												
Títulos públicos brasileiros	1.490.621	7,6%	2.699.444	8,3%	4.419.403	9,6%	-	-	-	-	8.609.468	8,5%
Total dos ativos financeiros para negociação	**1.490.621**	**-**	**2.699.444**	**-**	**4.419.403**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**8.609.468**	**-**
Ativos financeiros disponíveis para venda												
Títulos públicos brasileiros	-	-	16.488.897	8,7%	2.819.164	10,2%	-	-	-	-	19.308.061	9,5%
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	45.219	11,0%			104.065	8,0%	-	-	-	-	149.284	9,5%
Títulos emitidos por empresas não financeiras	46.029	12,0%	467.760	12,0%	2.917.921	7,2%	-	-	-	-	3.431.710	10,4%
Títulos emitidos por empresas financeiras	17.101	12,0%	-	-	437.219	12,0%	-	-	-	-	454.320	12,0%
Total dos ativos financeiros disponíveis para venda	**108.349**	**-**	**16.956.657**	**-**	**6.278.369**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**23.343.375**	**-**
Investimentos mantidos até o vencimento												
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	267.421	10,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	267.421	10,0%
Total dos investimentos mantidos até o vencimento	**267.421**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**267.421**	**-**
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras												
Aplicações interfinanceiras de liquidez	73.913.035	8,4%	-	-	-	-	-	-	-	-	73.913.035	8,4%
Total de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	**73.913.035**		-	-	-	-	-	-	-	-	**73.913.035**	-
Total Geral	**75.779.426**	**-**	**19.656.101**	**-**	**10.697.772**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**106.133.299**	**-**

A tabela a seguir apresenta nossos títulos recebidos em contratos de revenda e nossa carteira de títulos e valores mobiliários por moeda nas datas indicadas:

	Em milhares de reais			
	Valor de mercado		Custo amortizado	Total
	Ativos financeiros para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	investimentos mantidos até o vencimento	
31 de dezembro de 2012				
Indexados em reais	111.490.825	76.134.685	3.659.576	191.285.086
Denominados em moeda estrangeira [(1)]	348.742	5.426.163	56.097	5.831.002
31 de dezembro de 2011				
Indexados em reais	94.604.101	43.254.727	3.490.502	141.349.330
Denominados em moeda estrangeira [(1)]	1.992.976	1.993.671	620.485	4.607.132
31 de dezembro de 2010				
Indexados em reais	72.992.407	39.488.298	3.388.689	115.869.394
Denominados em moeda estrangeira [(1)]	2.241.784	690.846	5.618	2.938.248

[(1)] Predominantemente em dólar norte-americano.

A tabela a seguir apresenta nossos ativos cedidos em garantia por moeda nas datas indicadas:

	Em milhares de reais				
	Valor de mercado			Custo amortizado	Total
	Ativos financeiros para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	investimentos mantidos até o vencimento	
31 de dezembro de 2012					
Indexados em reais	8.609.468	19.308.061	73.913.035	-	101.830.564
Denominados em moeda estrangeira [(1)]	-	4.035.314	-	267.421	4.302.735
31 de dezembro de 2011					
Indexados em reais	59.224.886	3.465.119	30.902.540	-	93.592.545
Denominados em moeda estrangeira [(1)]	-	3.237.004	-	292.531	3.529.535
31 de dezembro de 2010					
Indexados em reais	14.482.842	30.737.679	30.275.351	-	75.495.872
Denominados em moeda estrangeira [(1)]	-	3.395.486	-	809.252	4.204.738

[(1)] Predominantemente em dólar norte-americano.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

As tabelas a seguir resumem nossos empréstimos e adiantamentos a clientes por modalidade em aberto. Substancialmente, todas as nossas operações de empréstimos e adiantamentos a clientes referem-se a tomadores domiciliados no Brasil e são expressas em reais. A maior parte de nossos empréstimos e adiantamentos denominados em reais está indexado a taxas de juros fixas ou variáveis, e em menor proporção, denominado em ou indexado ao dólar norte-americano, acrescido de taxa de juros fixa.

De acordo com as IFRS:

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais			
	2012	2011	2010	2009
Tipos de empréstimos e adiantamentos a clientes				
Capital de Giro	53.298.176	49.461.882	39.996.835	30.031.028
Repasses BNDES/Finame	35.703.861	35.398.656	29.554.340	18.240.421
Veículos - CDC	33.821.051	30.651.218	25.193.370	19.689.134
Crédito Pessoal	32.286.723	24.617.722	20.368.434	16.148.266
Cartão de Crédito	22.646.420	20.252.191	18.474.095	14.676.565
Financiamento à Exportação	22.665.551	20.504.778	16.659.872	16.786.285
Leasing	8.035.454	11.550.838	16.365.943	21.468.019
Financiamento Imobiliário	22.302.967	15.930.568	10.186.535	6.942.703
Crédito Rural	11.580.061	11.036.251	10.179.753	9.136.566
Conta Garantida	9.800.968	9.671.487	9.042.191	8.864.265
Importação	6.580.312	5.072.822	3.834.498	3.483.516
Cheque Especial	2.988.632	2.745.695	3.207.207	2.747.461
Prêmios de Seguros a Receber	2.893.506	2.472.923	2.048.186	2.357.544
Outros	25.086.440	24.154.584	20.524.659	18.593.722
Total da carteira	**289.690.122**	**263.521.615**	**225.635.918**	**189.165.495**
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(20.037.694)	(17.646.666)	(15.355.736)	(14.925.145)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	**269.652.428**	**245.874.949**	**210.280.182**	**174.240.350**

De acordo com os U.S. GAAP:

Em 31 de Dezembro de	Em milhões de reais
	2008
Tipos de operações de crédito	
Comerciais	
Industriais e outros	62.216
Financiamento à importação	3.350
Financiamento à exportação	24.130
Arrendamento Mercantil	**20.096**
Financiamento para construção de imóveis	**3.134**
Pessoas físicas	
Cheque especial	2.409
Empréstimos hipotecários residenciais	2.174
Outros financiamentos (1)	34.325
Cartão de crédito	2.501
Crédito rural	**10.459**
Empréstimos em moeda estrangeira	**2.769**
Setor público	**94**
Créditos de curso anormal	**7.178**
Total da carteira	**174.835**
Provisão para perdas com operações de crédito	**(10.318)**
Operações de crédito, líquidas	**164.517**

(1) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Os tipos de empréstimos e adiantamentos, anteriormente apresentados, são os seguintes:

Capital de giro - linha de crédito para atendimento das necessidades de caixa da empresa, destinada a financiar o ciclo operacional e honrar compromissos como compra de matérias-primas, mercadorias, etc.;

Repasse BNDES/Finame - programas de financiamento do BNDES destinados para o financiamento da implantação, expansão e modernização de atividades produtivas e de infraestrutura. Já as operações de Finame consistem de financiamentos de máquinas e equipamentos produzidos no país;

Veículos - CDC - trata-se de uma linha de crédito que está diretamente ligada ao financiamento para compra de veículos novos e usados;

Crédito pessoal - destinados às pessoas físicas;

Cartão de crédito - linha de crédito por meio de limites previamente aprovados para aquisição de bens ou serviços;

Financiamento à exportação - adiantamentos sobre contratos de câmbio a exportadores pessoas físicas e jurídicas, por meio de contratos de câmbio que são normalmente empréstimos de curto e médio prazo e operações estruturadas por meio de nossas unidades no exterior;

Arrendamento mercantil (*leasing*) - contratos de *leasing* consistem, basicamente, de arrendamentos de equipamentos produtivos e automóveis, tanto para pessoas jurídicas quanto para pessoas físicas;

Financiamento imobiliário - financiamento para aquisição de imóveis que, em geral, tem vencimentos de longo prazo e empréstimos para construção de imóveis, que consistem em empréstimos hipotecários destinados às empresas de construção;

Crédito rural - linha de crédito, cuja finalidade é disponibilizar ao produtor rural e suas cooperativas, recursos para custeio, investimento e comercialização de produtos agropecuários; e

Perdas por redução ao valor recuperável - representam a estimativa da Administração quanto à perdas incorridas inerentes à carteira de empréstimos e adiantamentos. A avaliação dessa estimativa se baseia nas revisões regulares de créditos individuais e nas análises de créditos com características homogêneas.

O critério da Organização para a segmentação dos clientes para fins de análise de crédito é incluir para análise individual, clientes com saldo de operações maior ou igual a R$ 10 milhões, o qual está alinhado ao processo de gestão de risco de crédito da Organização, embasado em dados observáveis.

Após esta classificação inicial, os clientes são avaliados conforme apresentem um ou mais eventos de evidência objetiva de perda. Como às vezes pode não ser possível identificar um evento específico que tenha causado a perda ao valor recuperável, são então observados os efeitos combinados de vários eventos. Além disso, os eventos de perda podem ser específicos, isto é, referentes apenas a um cliente, tais como atraso nos pagamentos contratados, renegociação ou evento falimentar, ou podem ser coletivos, afetando um grupo maior de ativos, em função, por exemplo, de variações em taxas de juros ou de câmbio ou diminuição no nível de atividade de um ou mais setores econômicos.

Para os clientes individualmente significativos, que apresentem evidências objetivas específicas, a estimativa de perda por redução ao valor recuperável é realizada individualmente, considerando o fluxo de caixa futuro esperado de cada cliente, incluindo neste a monetização das garantias constituídas atreladas às operações.

Para os clientes individualmente não significativos, que apresentem evidências objetivas específicas, a estimativa de perda por redução ao valor recuperável será realizada conforme modelagem baseada na experiência histórica da Organização.

Os clientes que não apresentem evidência objetiva específica de perda ao valor recuperável, tanto os individualmente significativos quanto os não significativos, são avaliados coletivamente por meio de modelos internos da Organização, baseados em parâmetros coletivos de perdas observadas e parâmetros macroeconômicos de atividade econômica e inadimplência.

Na avaliação coletiva são utilizados os modelos de *Probability of Default*, *Loss Given Default,* bem como o fator *Loss Identification Period.*

***Probability of Default* (PD):** estipula a probabilidade de inadimplência percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelo interno de avaliação. Este parâmetro de risco é diferenciado, conforme o segmento a que pertença: os modelos para varejo são quantitativos, e os modelos para atacado são quantitativos e qualitativos (julgamentais).

***Loss Given Default* (LGD):** refere-se à ao percentual efetivamente perdido após as tentativas de recuperação, dado o descumprimento do contrato, definido em termo do percentual da exposição.

***Loss Identification Period* (LIP):** período intermediário entre a ocorrência de evento de perda em grupos de ativos financeiros significativos e não significativos, que sejam coletivamente avaliados, e a sua identificação pela instituição, como perda por redução ao valor recuperável.

Baixas de empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos são baixados contra a perdas por redução ao valor recuperável quando um empréstimo é considerado incobrável ou considerado como de perda (*impairment*) permanente. Os empréstimos e adiantamentos são baixados quando estão entre 180 e 360 dias vencidos. Entretanto, os empréstimos e adiantamentos de prazo mais longo, que tem prazo original acima de 36 meses, são baixados quando estiverem vencidos entre 360 e 540 dias.

Em geral, nós mantemos os empréstimos vencidos como empréstimos de curso anormal antes de baixá-los. A redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos relativos a quaisquer empréstimos permanecem em nossos registros até que o empréstimo seja baixado.

Para mais informações sobre nossa categorização de empréstimos, veja “Regulamentação e Supervisão - Regulamentação bancária - Tratamento de empréstimos e adiantamentos”.

Processo de aprovação de crédito

Para uma descrição mais detalhada de nosso processo de aprovação de créditos, veja “– Política de Crédito”.

Indexação

A maior parte da nossa carteira de empréstimos e adiantamentos é expressa em reais. Contudo, uma parte de nossa carteira de empréstimos e adiantamentos é indexada ou denominada em moedas estrangeiras, predominantemente o dólar norte-americano. Nossas operações de empréstimos e adiantamentos, indexadas e denominadas em moeda estrangeira, consistem do repasse de recursos em *eurobonds* e do financiamento à exportações e importações, e representaram em 2012 e 2011, 9,2% e em 2010, 8,5% da nossa carteira de empréstimos e adiantamentos. Em muitos casos, os clientes contratam operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco da variação cambial.

Vencimentos e taxas de juros de empréstimos e adiantamentos a clientes

As tabelas a seguir apresentam a distribuição de vencimentos de nossos empréstimos e adiantamentos a clientes por tipo, bem como a composição dos empréstimos e adiantamentos por taxa de juros e vencimento no período indicado:

Em 31 de dezembro de 2012	Em milhares de reais									
	Venc. de 30 dias ou menos	Venc. de 31 a 90 dias	Venc. de 91 a 180 dias	Venc. de 181 a 360 dias	Venc. de 1 a 3 anos	Venc. após 3 anos	Sem vencimento declarado [1]	Empréstimos e adiantamentos a clientes totais brutos	Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	Total
Tipos de empréstimos e adiantamentos a clientes										
Capital de Giro	4.497.377	6.195.975	7.558.920	9.877.260	17.167.419	6.416.339	1.584.886	53.298.176	(2.132.210)	51.165.966
Repasses BNDES/Finame	1.114.446	1.669.797	4.326.430	4.867.801	14.797.164	8.561.672	366.551	35.703.861	(933.707)	34.770.154
Veículos - CDC	1.826.442	2.801.392	3.838.547	6.527.686	14.089.619	2.057.499	2.679.866	33.821.051	(3.230.958)	30.590.093
Crédito Pessoal	2.463.190	3.378.986	3.965.613	5.750.921	11.186.795	3.825.485	1.715.733	32.286.723	(3.409.864)	28.876.859
Cartão de Crédito	-	-	-	-	-	-	22.646.420	22.646.420	(3.236.522)	19.409.898
Financiamento à Exportação	2.197.552	3.561.913	3.593.795	4.492.563	5.084.152	3.693.914	41.662	22.665.551	(289.968)	22.375.583
Financiamento Imobiliário	124.371	227.120	417.380	1.145.921	7.119.906	12.999.509	268.760	22.302.967	(557.365)	21.745.602
Crédito Rural	482.055	963.840	1.741.912	5.197.580	606.385	2.394.319	193.970	11.580.061	(292.928)	11.287.133
Conta Garantida	2.482.375	4.613.908	2.366.891	69.068	3.259	1.670	263.797	9.800.968	(257.990)	9.542.978
Leasing	554.337	834.610	1.071.249	1.680.044	2.930.714	506.133	458.367	8.035.454	(951.000)	7.084.454
Importação	838.780	1.456.993	1.856.970	1.817.718	465.517	139.931	4.403	6.580.312	(30.255)	6.550.057
Cheque Especial	1.098.051	1.292.173	3.616	4.094	1.423	-	589.275	2.988.632	(538.749)	2.449.883
Prêmios de Seguros a Receber	1.208.965	282.143	215.980	647.939	469.036	69.443	-	2.893.506	(182.561)	2.710.945
Outros	8.887.564	5.050.429	1.034.330	437.077	4.047.190	2.076.417	3.553.433	25.086.440	(3.993.617)	21.092.823
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	**27.775.505**	**32.329.279**	**31.991.633**	**42.515.672**	**77.968.579**	**42.742.331**	**34.367.123**	**289.690.122**	**(20.037.694)**	**269.652.428**

[1] Consistem, basicamente, em empréstimos e adiantamentos vencidos acima de 60 dias, com exceção das operações com cartões de crédito.

Em 31 de dezembro de 2012	Em milhares de reais							
	Venc. de 30 dias ou menos	Venc. de 31 a 90 dias	Venc. de 91 a 180 dias	Venc. de 181 a 360 dias	Venc. de 1 a 3 anos	Venc. após 3 anos	Sem vencimento declarado	Empréstimos e adiantamentos a clientes totais brutos
Tipos de empréstimos e adiantamentos a clientes por vencimento								
Taxas pré-fixadas	22.078.690	24.030.968	22.727.484	31.027.561	47.678.808	13.035.239	32.124.326	192.703.076
Taxas pós-fixadas	5.696.815	8.298.311	9.264.149	11.488.111	30.289.771	29.707.092	2.242.797	96.987.046
Total	**27.775.505**	**32.329.279**	**31.991.633**	**42.515.672**	**77.968.579**	**42.742.331**	**34.367.123**	**289.690.122**

Empréstimos estrangeiros em aberto

A maioria dos nossos empréstimos comerciais a receber de clientes de países estrangeiros determinados em moedas estrangeiras é feita em dólares norte-americanos por subsidiárias de empresas brasileiras, através de nossa agência nas ilhas Cayman. Esses empréstimos representam na média aproximadamente 3,0% do valor total dos nossos ativos nos últimos 3 anos. Acreditamos que não existem riscos em países estrangeiros nessas transações, já que uma parte significativa do risco de crédito relacionado é garantido pela controladora no Brasil. O restante de nossas transações em aberto em países estrangeiros inclui, principalmente, investimentos em títulos, que representam, em média, aproximadamente 2,0% de nossos ativos totais nos últimos 3 anos.

Adicionalmente, nossa base de depósitos é, basicamente, composta de clientes residentes no Brasil e o valor de depósitos em nossas agências fora do Brasil é menor do que 11,0% do total de nossos depósitos e, portanto, não é considerado significativo.

Empréstimos e adiantamentos a clientes por atividade econômica

A tabela a seguir apresenta nossos empréstimos e adiantamentos a clientes por atividade econômica dos clientes nas datas indicadas.

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais, exceto porcentagens					
	2012		2011		2010	
	Carteira de empréstimos e adiantamentos	% da carteira de empréstimos e adiantamentos	Carteira de empréstimos e adiantamentos	% da carteira de empréstimos e adiantamentos	Carteira de empréstimos e adiantamentos	% da carteira de empréstimos e adiantamentos
Setor público	**423.180**		**1.046.107**		**973.497**	
Federal	**260.544**		**764.524**		**585.521**	
Petroquímica	260.544	0,1%	759.953	0,3%	571.976	0,3%
Intermediários financeiros	-	-	4.571	0,0%	13.545	0,0%
Estadual	**162.636**		**281.583**		**387.976**	
Produção e distribuição de energia elétrica	162.636	0,1%	281.583	0,1%	387.976	0,2%
Setor privado	**289.266.942**		**262.475.508**		**224.662.421**	
Indústria	**54.187.104**		**52.582.415**		**45.588.624**	
Alimentícia e bebidas	12.675.722	4,4%	13.001.645	4,9%	11.241.346	5,0%
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	9.319.624	3,2%	8.224.447	3,1%	7.263.943	3,2%
Química	4.667.812	1,6%	3.323.993	1,3%	4.695.789	2,1%
Papel e celulose	4.104.273	1,4%	3.809.106	1,4%	3.115.730	1,4%
Têxtil e confecções	3.118.933	1,1%	3.160.700	1,2%	1.907.383	0,8%
Refino de petróleo e produção de álcool	3.915.587	1,4%	3.384.333	1,3%	1.788.928	0,8%
Artigos de borracha e plásticos	2.630.216	0,9%	2.593.684	1,0%	2.759.043	1,2%
Extração de minerais metálicos e não metálicos	1.691.074	0,6%	1.678.188	0,6%	2.312.310	1,0%
Veículos leves e pesados	2.994.134	1,0%	2.849.552	1,1%	1.923.533	0,9%
Móveis e produtos de madeira	2.100.539	0,7%	1.979.906	0,8%	1.635.419	0,7%
Eletroeletrônica	1.927.052	0,7%	2.155.117	0,8%	974.309	0,4%
Materiais não metálicos	1.669.913	0,6%	1.735.887	0,7%	1.277.490	0,6%
Autopeças e acessórios	1.096.739	0,4%	1.032.833	0,4%	555.662	0,2%
Artefatos de couro	793.081	0,3%	764.423	0,3%	2.137.583	0,9%
Edição, impressão e reprodução	725.450	0,3%	718.032	0,3%	565.256	0,3%
Demais indústrias	756.955	0,3%	2.170.569	0,8%	1.434.900	0,6%
Comércio	**45.315.607**		**43.018.181**		**34.432.554**	
Produtos em lojas especializadas	12.155.901	4,2%	11.618.405	4,4%	8.390.883	3,7%
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	5.350.015	1,8%	4.927.119	1,9%	4.429.259	2,0%
Varejista não especializado	4.329.860	1,5%	4.074.991	1,5%	2.201.599	1,0%
Veículos automotores	3.925.530	1,4%	3.819.979	1,4%	2.974.855	1,3%
Reparação, peças e acessórios para veículos automotores	3.205.393	1,1%	2.999.227	1,1%	2.792.636	1,2%
Vestuário e calçados	3.336.304	1,2%	3.443.340	1,3%	3.219.758	1,4%
Artigos de uso pessoal e doméstico	2.780.625	1,0%	2.537.517	1,0%	1.242.319	0,6%
Resíduos e sucatas	2.136.467	0,7%	2.053.469	0,8%	2.445.068	1,1%
Combustíveis	1.916.698	0,7%	1.796.472	0,7%	1.593.363	0,7%
Intermediário do comércio	1.581.767	0,5%	1.667.236	0,6%	1.503.354	0,7%
Atacadista de mercadorias em geral	1.624.754	0,6%	1.560.379	0,6%	1.170.561	0,5%
Produtos agropecuários	1.499.320	0,5%	1.156.628	0,4%	1.276.445	0,6%
Demais comércios	1.472.973	0,5%	1.363.419	0,5%	1.192.454	0,5%
Serviços	**72.447.760**		**63.025.931**		**52.988.679**	
Transportes e armazenagens	15.412.301	5,3%	15.132.820	5,7%	12.256.494	5,4%
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	12.561.211	4,3%	10.868.753	4,1%	10.010.376	4,4%
Construção civil	17.453.598	6,0%	14.953.070	5,7%	10.964.744	4,9%
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	4.633.717	1,6%	4.945.479	1,9%	4.677.929	2,1%
Holdings , atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial	3.186.663	1,1%	2.682.721	1,0%	797.783	0,4%
Serviços sociais, educação, saúde, defesa e seguridade social	2.381.784	0,8%	2.749.685	1,0%	1.900.712	0,8%
Alojamento e alimentação	2.653.359	0,9%	2.297.976	0,9%	1.352.937	0,6%
Atividades associativas, recreativas, culturais e desportivas	2.116.085	0,7%	1.758.810	0,7%	2.344.621	1,0%
Telecomunicações	540.476	0,2%	577.396	0,2%	1.853.957	0,8%
Demais serviços	11.508.566	4,0%	7.059.221	2,7%	6.829.126	3,0%
Pessoa física	**113.742.566**	**39,3%**	**100.432.908**	**38,1%**	**88.727.218**	**39,3%**
Agronegócios	**3.573.905**	**1,2%**	**3.416.073**	**1,3%**	**2.925.346**	**1,3%**
Total	**289.690.122**	**100,0%**	**263.521.615**	**100,0%**	**225.635.918**	**100,0%**
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	**(20.037.694)**		**(17.646.666)**		**(15.355.736)**	

Empréstimos e adiantamentos vencidos e perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

As tabelas a seguir apresentam um resumo de nossos empréstimos e adiantamentos vencidos (independentemente de estar com redução ao valor recuperável), assim como as operações não vencidas nem com redução ao valor recuperável, bem como alguns índices de qualidade de ativos, relativamente aos períodos indicados.

De acordo com as IFRS:

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais, exceto porcentagens			
	2012	2011	2010	2009
Empréstimos e adiantamentos vencidos a clientes, acima de 60 dias	14.455.265	12.968.613	10.014.909	9.554.019
Bens não de uso próprio	533.062	445.351	412.142	455.874
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes vencidos e bens não de uso próprio	**14.988.327**	**13.413.964**	**10.427.051**	**10.009.893**
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	**289.690.122**	**263.521.615**	**225.635.918**	**189.165.495**
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	**20.037.694**	**17.646.666**	**15.355.736**	**14.925.145**
Porcentagem do total de empréstimos e adiantamentos vencidos sobre o total de empréstimos e adiantamentos a clientes	5,0%	4,9%	4,4%	5,1%
Porcentagem do total de empréstimos e adiantamentos vencidos e bens não de uso próprio sobre o total de empréstimos e adiantamentos a clientes	5,2%	5,1%	4,6%	5,3%
Porcentagem da perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos sobre o total dos empréstimos e adiantamentos a clientes	6,9%	6,7%	6,8%	7,9%
Porcentagem da perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos sobre os empréstimos e adiantamentos a clientes vencidos	138,6%	136,1%	153,3%	156,2%
Porcentagem da perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos sobre os empréstimos e adiantamentos a clientes vencidos e bens não de uso próprio	133,7%	131,6%	147,3%	149,1%
Percentual das baixas líquidas no período em relação ao saldo médio dos empréstimos e adiantamentos a clientes, inclusive empréstimos e adiantamentos vencidos	3,3%	2,5%	2,6%	3,5%

De acordo com os U.S. GAAP:

Em 31 de dezembro de	Em milhões de reais, exceto porcentagens
	2008
Empréstimos de curso anormal	7.178
Bens não de uso, líquidos de provisão	327
Total de créditos de curso anormal e bens não de uso próprio	**7.505**
Provisão para perdas com operações de crédito	**10.318**
Total das operações de crédito	**174.835**
Porcentagem do total de empréstimos de curso anormal sobre o total de operações de crédito	4,1%
Porcentagem do total de empréstimos de curso anormal e bens não de uso próprio sobre o total de operações de crédito	4,3%
Porcentagem da provisão para perdas com operações de crédito sobre o total de operações de crédito	5,9%
Porcentagem da provisão para perdas com operações de crédito sobre os empréstimos de curso anormal	143,7%
Porcentagem da provisão para perdas com operações de crédito sobre os empréstimos de curso anormal e bens não de uso próprio	137,5%
Porcentagem das baixas líquidas durante o período sobre o saldo médio das operações de crédito, inclusive curso anormal	2,7%

Nós não temos montantes significativos em empréstimos estrangeiros. Em grande parte, todos os nossos ativos são denominados em reais.

Redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

As tabelas a seguir apresentam a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos por modalidade relativamente aos períodos indicados:

De acordo com as IFRS:

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais, exceto porcentagens			
	2012	2011	2010	2009
Saldo no início do período	**17.646.666**	**15.355.736**	**14.925.145**	**10.292.214**
Baixado do ativo				
Capital de Giro	(1.368.689)	(700.164)	(743.329)	(591.517)
Repasses BNDES/Finame	(152.070)	(117.580)	(172.608)	(232.984)
Crédito Pessoal	(1.171.938)	(872.786)	(805.975)	(859.668)
Cartão de Crédito	(1.563.236)	(1.364.747)	(778.644)	(981.467)
Financiamento à Exportação	(27.148)	(86.792)	(80.564)	(147.606)
Leasing	(477.859)	(627.566)	(529.041)	(191.136)
Financiamento Imobiliário	(67.803)	(66.270)	(45.838)	(47.943)
Crédito Rural	(56.723)	(54.155)	(72.472)	(59.382)
Conta Garantida	(255.157)	(159.945)	(252.400)	(256.805)
Importação	(2.543)	(54)	(1.415)	(9.376)
Cheque Especial	(593.045)	(436.984)	(367.394)	(389.535)
Outros [(1)]	(6.383.844)	(4.317.347)	(4.152.737)	(4.104.138)
Total baixado do ativo	**(12.120.055)**	**(8.804.390)**	**(8.002.417)**	**(7.871.557)**
Recuperações				
Capital de Giro	209.557	627	477	483
Repasses BNDES/Finame	58.937	92.432	80.879	36.185
Crédito Pessoal	402.800	379.973	376.857	217.929
Cartão de Crédito	614.381	436.625	363.039	255.581
Financiamento à Exportação	1.400	28.254	81.650	2.535
Leasing	126.208	105.887	68.772	26.986
Financiamento Imobiliário	1.492	107.562	31.551	43.678
Crédito Rural	33.778	59.040	42.480	33.146
Conta Garantida	35.092	45.314	41.003	24.529
Importação	12	176	1.265	-
Cheque Especial	143.548	125.122	127.937	86.756
Outros [(1)]	1.373.699	1.418.157	1.460.973	967.069
Total das recuperações	**3.000.904**	**2.799.169**	**2.676.883**	**1.694.877**
Valor líquido baixado do ativo	**(9.119.151)**	**(6.005.221)**	**(5.325.534)**	**(6.176.680)**
Despesas com perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	11.510.179	8.296.151	5.756.125	10.809.611
Saldo no final do período	**20.037.694**	**17.646.666**	**15.355.736**	**14.925.145**
Percentual das baixas líquidas no período em relação ao saldo médio dos empréstimos e adiantamentos a clientes, inclusive empréstimos e adiantamentos vencidos acima de 60 dias	3,3%	2,5%	2,6%	3,5%

[(1)] Inclui, basicamente, operações renegociadas.

De acordo com os U.S. GAAP:

Em 31 de dezembro de	Em milhões de reais, exceto porcentagens
	2008
Saldo no início do período	**7.769**
Baixado do ativo	
Comerciais	
Industriais e outros	(1.532)
Financiamento à importação	(6)
Financiamento à exportação	(57)
Arrendamento mercantil	**(139)**
Pessoas físicas	
Cheque especial	(236)
Empréstimos hipotecários residenciais	28
Outros financiamentos [(1)]	(2.351)
Cartão de crédito	(1.040)
Crédito rural	**(7)**
Empréstimos em moeda estrangeira	**(5)**
Total baixado do ativo	**(5.345)**
Recuperações	
Comerciais	
Industriais e outros	266
Arrendamento mercantil	13
Pessoas físicas	
Cheque especial	299
Empréstimos hipotecários residenciais	20
Outros financiamentos [(1)]	557
Cartão de crédito	86
Crédito rural	**2**
Empréstimos em moeda estrangeira	**-**
Total das recuperações	**1.243**
Valor líquido baixado do ativo	**(4.102)**
Provisão para perdas com operações de crédito	**6.651**
Saldo no final do período	**10.318**
Percentual das baixas líquidas no período em relação ao saldo médio das operações de crédito. inclusive curso anormal	2,7%

[(1)] Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Com base em informações disponíveis sobre nossos devedores, acreditamos que o montante de perdas por redução ao valor recuperável contabilizado é suficiente para cobrir prováveis perdas em nossos empréstimos e adiantamentos.

Alocação da perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

As tabelas a seguir apresentam a alocação da perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos relativamente aos períodos indicados. O valor da perda alocada e a categoria de empréstimos e adiantamentos são expressos como uma porcentagem do total dos empréstimos e adiantamentos.

De acordo com as IFRS:

Em 31 de dezembro de 2012	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos alocada	% de perda em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes [(1)]	% da categoria dos empréstimos e adiantamentos a clientes em relação ao total de empréstimos e adiantamentos [(1)]
Tipo de empréstimos e adiantamentos a clientes			
Capital de Giro	2.132.210	0,8%	18,8%
Repasses BNDES/Finame	933.707	0,3%	12,8%
Veículos - CDC	3.230.958	1,2%	11,3%
Crédito Pessoal	3.409.864	1,2%	11,1%
Cartão de Crédito	3.236.522	1,2%	7,2%
Financiamento à Exportação	289.968	0,1%	8,2%
Leasing	951.000	0,3%	2,8%
Financiamento Imobiliário	557.365	0,2%	8,0%
Crédito Rural	292.928	0,1%	4,1%
Conta Garantida	257.990	0,1%	3,5%
Importação	30.255	-	2,4%
Cheque Especial	538.749	0,2%	0,9%
Prêmios de Seguros a Receber	182.561	0,1%	1,1%
Outros	3.993.617	1,5%	7,8%
Total	**20.037.694**	**7,3%**	**100,0%**

[(1)] Excluímos os empréstimos e adiantamentos vencidos.

Em 31 de dezembro de 2011	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos alocada	% de perda em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes [(1)]	% da categoria dos empréstimos e adiantamentos a clientes em relação ao total de empréstimos e adiantamentos [(1)]
Tipo de empréstimos e adiantamentos a clientes			
Capital de Giro	1.516.512	0,6%	19,2%
Repasses BNDES/Finame	811.127	0,3%	14,0%
Veículos - CDC	2.458.920	1,0%	11,4%
Crédito Pessoal	1.262.259	0,5%	9,3%
Cartão de Crédito	3.231.276	1,3%	7,0%
Financiamento à Exportação	170.655	0,1%	8,2%
Leasing	954.104	0,4%	4,3%
Financiamento Imobiliário	378.406	0,2%	6,3%
Crédito Rural	293.013	0,1%	4,3%
Conta Garantida	243.392	0,1%	3,8%
Importação	25.618	-	2,0%
Cheque Especial	485.462	0,2%	0,9%
Prêmios de Seguros a Receber	149.948	0,1%	1,0%
Outros	5.665.974	2,3%	8,3%
Total	**17.646.666**	**7,2%**	**100,0%**

[(1)] Excluímos os empréstimos e adiantamentos vencidos.

Em 31 de dezembro de 2010	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos alocada	% de perda em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes (1)	% da categoria dos empréstimos e adiantamentos a clientes em relação ao total de empréstimos e adiantamentos (1)
Tipo de empréstimos e adiantamentos a clientes			
Capital de Giro	2.003.554	0,9%	18,1%
Repasses BNDES/Finame	786.083	0,4%	13,5%
Veículos - CDC	857.750	0,4%	11,1%
Crédito Pessoal	1.318.487	0,6%	9,0%
Cartão de Crédito	1.751.911	0,8%	7,6%
Financiamento à Exportação	309.876	0,1%	7,7%
Leasing	1.719.095	0,8%	7,1%
Financiamento Imobiliário	385.751	0,2%	4,7%
Crédito Rural	520.209	0,2%	4,6%
Conta Garantida	250.072	0,1%	4,1%
Importação	23.725	-	1,8%
Cheque Especial	235.361	0,1%	1,3%
Prêmios de Seguros a Receber	131.124	0,1%	1,0%
Outros	5.062.738	2,3%	8,4%
Total	**15.355.736**	**7,0%**	**100,0%**

(1) Excluímos os empréstimos e adiantamentos vencidos.

Em 31 de dezembro de 2009	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos alocada	% de perda em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes (1)	% da categoria dos empréstimos e adiantamentos a clientes em relação ao total de empréstimos e adiantamentos (1)
Tipo de empréstimos e adiantamentos a clientes			
Capital de Giro	1.795.049	1,1%	16,5%
Repasses BNDES/Finame	554.711	0,4%	10,1%
Veículos - CDC	786.684	0,5%	10,0%
Crédito Pessoal	1.456.021	0,7%	8,5%
Cartão de Crédito	2.673.552	1,0%	7,3%
Financiamento à Exportação	375.949	0,2%	9,2%
Leasing	1.889.299	1,0%	11,1%
Financiamento Imobiliário	298.013	0,2%	3,8%
Crédito Rural	585.751	0,3%	5,0%
Conta Garantida	520.103	0,1%	4,8%
Importação	55.341	-	2,0%
Cheque Especial	418.609	0,1%	1,3%
Prêmios de Seguros a Receber	112.688	0,1%	1,3%
Outros	3.403.375	2,8%	9,1%
Total	**14.925.145**	**8,5%**	**100,0%**

(1) Excluímos os empréstimos e adiantamentos vencidos.

De acordo com os U.S. GAAP:

Em 31 de dezembro de 2008	Em milhões de reais. exceto porcentagens				
	Provisão alocada	Provisão alocada como uma porcentagem do total de operação de crédito [1]	Provisão alocada como uma porcentagem do total de operação de crédito [2]	Categoria de operações de crédito como uma porcentagem do total de operações de crédito [1]	Categoria de operações de crédito como uma porcentagem do total de operações de crédito [2]
Tipo de operações de crédito					
Comerciais					
Industriais e outros	3.294	2,0%	1,9%	38,0%	37,4%
Financiamento à importação	15	-	-	1,2%	1,1%
Financiamento à exportação	446	0,3%	0,2%	14,4%	13,9%
Financiamento para construção de imóveis	**40**	**0,1%**	**0,1%**	**1,9%**	**1,8%**
Arrendamento mercantil	**641**	**0,4%**	**0,4%**	**12,0%**	**11,7%**
Pessoas físicas					
Cheque especial	302	0,2%	0,2%	1,4%	1,6%
Empréstimos hipotecários residenciais	252	0,1%	0,1%	1,3%	1,3%
Outros financiamentos [3]	4.088	2,4%	2,3%	20,4%	21,4%
Cartão de crédito	964	0,6%	0,6%	1,5%	2,1%
Crédito rural	**271**	**0,1%**	**0,1%**	**6,2%**	**6,1%**
Empréstimos em moeda estrangeira	**5,0**	**-**	**-**	**1,7%**	**1,6%**
Total	**10.318**	**6,2%**	**5,9%**	**100,0%**	**100,0%**

[1] Excluímos créditos de curso anormal;

[2] Incluímos créditos de curso anormal; e

[3] Consistem. basicamente. em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

As tabelas a seguir resumem nossos empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras por modalidade em aberto e a movimentação das perdas por redução ao valor recuperável nos períodos indicados.

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais		
	2012	2011	2010
Aplicações em operações compromissadas			
Revendas a liquidar - Posição bancada			
Letras financeiras do tesouro	226.140	2.311.436	649.198
Letras do tesouro nacional	39.918.804	10.694.594	4.496.381
Notas do tesouro nacional	17.835.940	24.248.758	22.807.490
Debêntures	35.981	1.163.330	1.211.293
Outros	10.182	-	155.561
Revendas a liquidar - Posição vendida			
Títulos públicos brasileiros	10.641.422	3.369.025	7.862.955
Total das aplicações em operações compromissadas	**68.668.469**	**41.787.143**	**37.182.878**
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.726.078	8.195.549	6.094.167
Aplicações em moedas estrangeiras	1.540.422	2.582.484	960.551
Certificado de depósito bancário	8.331.006	10.104.731	9.815.860
Aquisição de crédito com coobrigação	6.589.190	10.047.742	10.713.184
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(33.932)	(53.759)	(51.228)
Total dos empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	**24.152.764**	**30.876.747**	**27.532.534**
Total	**92.821.233**	**72.663.890**	**64.715.412**

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais		
	2012	2011	2010
No início do exercício	**53.759**	**51.228**	**43.813**
Entradas/baixas	(19.827)	2.531	7.415
No final do exercício	**33.932**	**53.759**	**51.228**

Média dos saldos de depósitos e taxas de juros

A tabela a seguir apresenta a média dos saldos de depósitos, bem como a média de taxas de juros pagas sobre depósitos relativamente aos períodos indicados:

Exercícios findos em 31 de dezembro de	Em milhares de reais, exceto porcentagens					
	2012		2011		2010	
	Saldo médio	Taxa média	Saldo médio	Taxa média	Saldo médio	Taxa média
Depósitos						
Depósitos que não incidem juros						
Depósitos à vista	33.136.888	-	32.538.699	-	32.911.742	-
Depósitos que incidem juros						
Depósitos interfinanceiros	471.502	10,3%	360.575	12,9%	516.805	7,5%
Depósitos de poupança	62.758.934	5,8%	55.515.889	6,8%	47.792.922	6,2%
Depósitos a prazo	117.810.860	6,4%	122.328.948	9,2%	95.818.484	8,7%
Total de depósitos que incidem juros	**181.041.296**		**178.205.412**		**144.128.211**	
Total de depósitos	**214.178.184**		**210.744.111**		**177.039.953**	

Vencimentos dos depósitos

A tabela a seguir apresenta a distribuição de nossos depósitos por vencimentos na data indicada:

Em 31 de dezembro de 2012	Em milhares de reais				
	Vencimento em até 3 meses	Vencimento de 3 a 6 meses	Vencimento de 6 meses a 1 ano	Vencimento após 1 ano	Total
Depósitos domésticos					
Depósitos que não incidem juros					
Depósitos à vista [1]	37.903.617	-	-	-	37.903.617
Depósitos que incidem juros					
Depósitos interfinanceiros	143.293	125.171	13.435	100.575	382.474
Depósitos de poupança [1]	69.041.721	-	-	-	69.041.721
Depósitos a prazo	3.892.392	5.971.144	8.925.154	62.057.708	80.846.398
Total de depósitos que incidem juros	**73.077.406**	**6.096.315**	**8.938.589**	**62.158.283**	**150.270.593**
Total de depósitos domésticos	**110.981.023**	**6.096.315**	**8.938.589**	**62.158.283**	**188.174.210**
Depósitos internacionais [2]					
Depósitos que não incidem juros					
Depósitos à vista	508.156	-	-	-	508.156
Depósitos que incidem juros					
Depósitos a prazo	19.163.195	1.072.612	1.129.400	1.833.858	23.199.065
Total de depósitos que incidem juros	**19.163.195**	**1.072.612**	**1.129.400**	**1.833.858**	**23.199.065**
Total de depósitos internacionais	**19.671.351**	**1.072.612**	**1.129.400**	**1.833.858**	**23.707.221**
Total de depósitos	**130.652.374**	**7.168.927**	**10.067.989**	**63.992.141**	**211.881.431**

[1] Os depósitos à vista e de poupança estão classificados no vencimento em até três meses, sem considerar a média histórica do giro; e

[2] Expressos em outras moedas que não reais, predominantemente, em dólares norte-americanos.

A tabela a seguir apresenta informações sobre o vencimento de depósitos a prazo em aberto na data indicada com saldos superiores a US$ 100.000 (ou seu equivalente) por vencimento:

Em 31 de dezembro de 2012	Em milhares de reais	
	Moeda local	Moeda Internacional
Vencimento em até 3 meses	2.553.914	19.154.155
Vencimento de 3 a 6 meses	4.216.641	1.072.612
Vencimento de 6 a 12 meses	5.321.639	1.110.758
Vencimento após 12 meses	35.219.099	1.833.858
Total de depósitos superiores a US$ 100.000	**47.311.293**	**23.171.383**

Exigências referentes ao capital mínimo

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, o capital regulamentar para fins de cálculo do capital para os ativos ponderados por risco, de acordo com as normas do Banco Central.

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	2012	2011	2010
Capital regulamentar	96.933.658	71.475.542	56.146.028
Capital Mínimo Regulamentar exigido	66.057.252	52.158.869	41.892.806
Índice de capital para os ativos ponderados por risco	16,1%	15,1%	14,7%
Excedente do capital regulamentar sobre o capital mínimo regulamentar exigido	30.876.406	19.316.673	14.253.222

Captações no mercado aberto

As captações no mercado aberto totalizaram R$ 175.530 milhões em 31 de dezembro de 2012, R$ 149.940 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R$ 133.000 milhões em 31 de dezembro de 2010.

A tabela a seguir apresenta um resumo das captações no mercado aberto relativo aos períodos indicados:

Exercícios findos em 31 de dezembro de	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	2012	2011	2010
Captações no mercado aberto			
Saldo em aberto	175.530.009	149.940.436	132.999.577
Saldo máximo em aberto durante o período	175.530.009	149.940.436	132.999.577
Média ponderada da taxa de juros para o final do período (1)	5,3%	11,1%	9,8%
Saldo médio aproximado durante o período	152.354.820	128.494.578	106.591.802
Média ponderada da taxa de juros	7,7%	10,9%	9,4%
Total	**175.530.009**	**149.940.436**	**132.999.577**

(1) Calculamos os saldos médios utilizando os saldos contábeis de final de mês, que incluem os respectivos juros alocados.

4.C. Estrutura Organizacional

Somos uma companhia aberta controlada pela Cidade de Deus Participações, uma *holding* controlada em conjunto pela Família Aguiar, Fundação Bradesco e outra empresa *holding*, a Nova Cidade de Deus Participações S.A., ou "Nova Cidade de Deus". A Nova Cidade de Deus é detida pela Fundação Bradesco e pela BBD Participações. Consulte o "Item 7.A. Principais Acionistas". Nossa lista de subsidiárias significativas em 31 de dezembro de 2012 encontra-se no Anexo 8.1 deste documento.

4.D. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2012, possuíamos 828 propriedades e alugávamos 3.917 propriedades por todo o Brasil e 10 propriedades no exterior, as quais usamos para operação de nossa rede de agências e desempenho dos negócios da Organização. Possuímos o imóvel onde a nossa sede está localizada, na Cidade de Deus, Osasco, região metropolitana de São Paulo - SP. Os contratos de locação tem prazo médio de duração de 13 anos.

ITEM 4A. COMENTÁRIOS NÃO RESOLVIDOS

Nenhum.

ITEM 5. ANÁLISE E PERSPECTIVAS OPERACIONAIS E FINANCEIRAS

5.A. Resultados Operacionais

Esta análise deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas e suas notas explicativas correspondentes e com outras informações financeiras incluídas em outras partes deste relatório anual.

Visão geral

Os resultados das nossas operações são afetados pelos fatores a seguir, entre outros.

Condições econômicas brasileiras

Os resultados de nossas operações são diretamente afetados pelas condições econômicas no Brasil. As condições econômicas impactam diretamente a capacidade de nossos clientes pagarem suas obrigações financeiras pontualmente, o que afeta a nossa perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos e o nosso saldo de operações de empréstimos e adiantamentos em aberto. Além disso, o impacto das condições econômicas nas taxas de câmbio afeta as nossas receitas financeiras líquidas, já que parte de nossos ativos e passivos financeiros é denominada em ou indexada a moedas estrangeiras, principalmente, em dólares americanos.

Em 2010, o PIB cresceu 7,5% comparado ao mesmo período de 2009. O real se valorizou para R$ 1,6662 por dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2010, comparado com R$ 1,7412 por dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2009. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a taxa básica de juros subiu de 8,75% em 31 de dezembro de 2009 para 10,75% em 31 de dezembro de 2010. A inflação, mensurada pelo IGP-DI, foi de 11,3% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em 2011, o PIB cresceu 2,7%. O real se desvalorizou para R$ 1,8758 por dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2011, em comparação com R$ 1,6662 em 31 de dezembro de 2010. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o COPOM elevou a taxa básica de juros de 10,75% em 31 de dezembro de 2010 para 11,00% em 31 de dezembro de 2011, antes da deterioração do cenário global. A inflação, mensurada pelo IGP-DI, foi de 5,0% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Em 2012, o PIB cresceu de 0,9%. O real se desvalorizou para R$ 2,0435 por dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2012, se comparado com R$ 1,8758 em 31 de dezembro de 2011. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o COPOM reduziu a taxa básica de juros de 11,00% em 31 de dezembro de 2011 para 7,25% em 31 de dezembro de 2012. A inflação, mensurada pelo IGP-DI, foi de 8,11% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A tabela a seguir indica a inflação brasileira medida pelo IGP-DI, a valorização do real com relação ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio no final de cada exercício e a taxa média de câmbio relativamente aos períodos indicados:

Em 31 de dezembro de	Em reais, exceto porcentagens		
	2012	2011	2010
Inflação (IGP-DI)	8,1%	5,0%	11,3%
(Valorização)/Desvalorização do real frente ao dólar (R$/US$)	8,9%	12,6%	(4,3)%
Taxa de câmbio no final do período - US$ 1,00	2,0435	1,8758	1,6662
Taxa de câmbio média - US$ 1,00 [(1)]	1,9524	1,6705	1,7589

[(1)] A taxa de câmbio média é a soma das taxas de câmbio do fechamento no final de cada mês no período começando com dezembro do período anterior.

Fontes: FGV e Banco Central.

A tabela a seguir mostra a variação do PIB real e as taxas de juros interbancárias médias para os períodos indicados:

Em 31 de dezembro de	2012	2011	2010
Variação no PIB real [1]	0,9%	2,7%	7,5%
Taxas básicas de juros médias [2]	8,5%	11,6%	9,8%
Taxas médias de juros interbancários [3]	8,4%	11,6%	9,8%

[1] Calculada pela divisão da variação PIB real durante um ano pelo PIB real do ano anterior;

[2] Calculada de acordo com a metodologia do Banco Central (com base em taxas nominais); e

[3] Calculada de acordo com a metodologia da Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (com base em taxas nominais).

Fontes: Banco Central, IBGE e Estatística e CETIP.

Efeitos dos mercados financeiros globais sobre nossa situação financeira e o resultado das operações

O ano de 2012 apresentou dois momentos bastante distintos no cenário macroeconômico global. O primeiro semestre foi caracterizado por intensa elevação da aversão ao risco e da volatilidade financeira em escala internacional. Diante do risco latente de ruptura bancária na Área do Euro e mesmo de desintegração daquela união monetária, os vários indicadores de confiança dos agentes econômicos foram afetados. Os desequilíbrios fiscais na região, diante de impasses políticos, estiveram no foco das preocupações. A Espanha e Itália estiveram no centro da deterioração do cenário. Contribuindo para o fraco crescimento da economia global na primeira metade do ano, a desaceleração chinesa em ritmo superior ao esperado também foi fonte de aumento da incerteza.

A partir de meados do ano passado, configura-se um momento distinto daquele do primeiro semestre, com redução da volatilidade e da aversão ao risco, além de resultados melhores de atividade econômica, apontando para recuperação moderada do crescimento global. De forma atipicamente ativa e contundente, os principais bancos centrais do mundo renovaram ou ampliaram seu compromisso em prover liquidez aos mercados, que reagiram positivamente. O Banco Central Europeu (BCE) sinalizou sua intenção de intervir nos mercados de dívida soberana (via programa denominado OMT ou *Outright Monetary Transactions*), o que, quando materializado, estará condicionado a algumas obrigações por parte dos países beneficiados. Essa ação, ainda que não resolva todos os problemas conjunturais e estruturais da área do Euro, contribuiu de forma relevante para reduzir os riscos de ocorrência de eventos extremos na região, o que também está associado à flexibilização da posição alemã em relação aos desequilíbrios de seus pares no bloco econômico. A partir de então, houve uma melhora significativa no humor dos mercados financeiros internacionais, o que abriu espaço para resultados macroeconômicos mais favoráveis. Mais recentemente, na passagem de fevereiro para março deste ano, as preocupações voltaram-se à Itália e ao Chipre. No primeiro caso, diante das dificuldades de formação de uma coalizão governista, já que as últimas eleições parlamentares não resultaram em maioria no Senado, o que tem gerado desafios relevantes para formação de um novo governo, com risco de realização de um novo pleito. Os temores do mercado estão relacionados a eventuais dificuldades de implementação de ajustes estruturais, vistos como necessários para conduzir a economia italiana a uma expansão maior e reduzir os riscos fiscais. No caso do Chipre, as atenções estão voltadas à crise bancária e seus desdobramentos, inclusive em termos de contágio, via aversão ao risco.

Nos EUA, o Federal Reserve surpreendeu positivamente os mercados ao inaugurar a terceira fase de seu afrouxamento quantitativo em setembro passado. Além do anúncio de um programa de compra de títulos vinculados a hipotecas, sem data previamente definida para encerramento, a instituição sinalizou para manutenção do juro zero até meados de 2015 e comprometeu-se a continuar com medidas expansionistas mesmo depois que a economia norte-americana começar a exibir sinais de recuperação mais sustentável. Em dezembro, reforçou seu compromisso com uma política monetária acomodatícia, comprometendo manter os estímulos não mais até determinada data, mas até que determinados parâmetros quantitativos de desemprego e de inflação sejam atingidos. Em outro âmbito, o tema do abismo fiscal foi superado na passagem de 2012 para 2013, removendo a ameaça iminente de recessão na economia norte-americana. Contudo, com foco na elevação de impostos para a população mais rica, a proposta aprovada pelo Congresso dos EUA não levou em consideração a questão dos gastos públicos, discussão adiada por algumas semanas. No começo de março de 2013, o tema foi retomado, no contexto do chamado “sequestro do orçamento” (*budget sequestration*), que envolve a imposição legal de limites sobre os gastos públicos. Em um ambiente bastante polarizado no Congresso local, a Casa Branca tem

tentado, sem muitos avanços até o momento, alguma suavização nesse processo de redução de gastos, de modo a minimizar os impactos desse ajuste sobre o crescimento econômico do país. De maneira geral, as perspectivas para a principal economia mundial são favoráveis, o que é corroborado por recentes dados macroeconômicos, que têm apontado para resultados favoráveis, e no bom desempenho do mercado acionário, em um ambiente de resultados corporativos satisfatórios.

Ao mesmo tempo, desde o segundo semestre de 2012, a autoridade monetária japonesa também ampliou seu programa de compra de ativos, enquanto os sinais vindos da China – país que passou por uma transição política no final de 2012 – têm apontado para estabilização da atividade econômica (e dissipação dos temores mais pessimistas sobre o crescimento local), ainda que em ritmo inferior ao observado nos últimos anos.

Em suma, os riscos à economia global permanecem presentes. De modo particular, os desequilíbrios fiscais nas economias desenvolvidas, estruturais e de longo prazo, mantêm a perspectiva de um crescimento econômico menor do que o verificado nos anos pré-crise. Questões de natureza política têm mantido elevados os níveis de incerteza em relação ao tema das finanças públicas, tanto nos EUA quanto na Europa. Ainda assim, o ano de 2013 iniciou-se sem o risco iminente de ruptura que marcou a maior parte do ano anterior. Nesse sentido, a contribuição do cenário global para o Brasil tende a ser melhor do que materializado em 2012, inclusive via canal da confiança dos agentes econômicos.

Efeitos das taxas de juros e da desvalorização/valorização sobre a receita líquida de juros

Durante os períodos de altas taxas de juros, nossa receita financeira aumenta, pois as taxas de juros sobre nossos ativos que rendem juros também aumentam. Ao mesmo tempo, nossa despesa financeira aumenta, pois as taxas de juros sobre nossas obrigações, nas quais incidem juros, também aumentam. Mudanças nos volumes de nossos ativos e obrigações sobre as quais incidem juros também afetam nossas receitas e despesas financeiras. Por exemplo, um aumento em nossa receita financeira atribuível a um aumento em taxas de juros, poderá ser compensado por uma redução no volume de nossos empréstimos em aberto.

Além disso, quando o real se desvaloriza, incorremos: (i) em perdas em nossos passivos denominados em, ou indexados a moedas estrangeiras, tais como: nosso endividamento de longo prazo denominado em dólares e empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que o custo em reais da despesa financeira relativa aumenta: e (ii) em ganhos em nossos ativos denominados, ou indexados em moedas estrangeiras, tais como: nossos títulos e operações de empréstimos e adiantamentos indexados ao dólar, quando a receita desses ativos mensurada em reais aumenta. Opostamente, quando o real se valoriza, como ocorreu de 2003 a 2007 e 2009 a 2010, incorremos: (i) em perdas em nossos ativos denominados em, ou indexados a, moedas estrangeiras; e (ii) ganhos em nossos passivos denominados em, ou indexados a moeda estrangeira.

Em 2011, nosso resultado líquido de juros aumentou 8,7% em comparação com 2010, de R$ 32.771 milhões em 2010 para R$ 35.611 milhões em 2011. Tal crescimento está relacionado, principalmente, ao aumento de 23,2% no volume médio de nossos ativos que rendem juros, passando de R$ 463.847 milhões em 2010 para R$ 571.611 milhões em 2011. O resultado líquido de juros foi impactado, parcialmente, pela redução da taxa média de juros auferida, que passou de 7,1% em 2010 para 6,2% em 2011, reflexo, basicamente, da valorização de 12,6% do dólar americano frente ao real, impactando nossas captações no exterior. Saliente-se que, a taxa SELIC observada ao final de 2011 apresentou aumento de 0,25 p.p. em relação à taxa observada ao final de 2010, que era de 10,75%.

Em 2012, nosso resultado líquido de juros aumentou 22,1% em comparação com 2011, de R$ 35.611 milhões em 2011 para R$ 43.493 milhões em 2012. Tal crescimento está relacionado, principalmente, ao aumento: (i) da taxa média de juros que passou de 6,2% em 2011 para 6,7% em 2012, impactando positivamente o resultado em R$ 4.178 milhões, devido, principalmente, à redução de 3,2 p.p. na taxa média de juros interbancários, que passou de 11,6% em 2011 para 8,4% em 2012; e (ii) do volume médio dos negócios, que contribuiu com R$ 3.704 milhões, reflexo da elevação de 13,1% do saldo médio dos ativos que rendem juros, aumentando nossas receitas em R$ 10.005 milhões, destacando-se o acréscimo de: (a) 11,9% no saldo médio dos empréstimos e adiantamentos a clientes; (b) 25,2% no saldo médio dos ativos cedidos em garantia; e (c) 99,5% no saldo médio dos ativos financeiros disponíveis para venda.

As tabelas a seguir mostram nossos ativos e passivos denominados em ou indexados a moedas estrangeiras para os períodos indicados:

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais		
	2012	2011	2010
Ativos			
Caixa e disponibilidades em bancos	3.151.043	6.474.772	1.867.246
Ativos financeiros para negociação	348.742	1.992.976	2.241.784
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.426.163	1.993.671	690.846
Investimentos mantidos até o vencimento	56.097	620.485	5.618
Ativos cedidos em garantia	4.302.735	3.529.535	4.204.739
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	2.171.236	3.139.512	1.205.209
Empréstimos e adiantamentos a clientes	26.557.416	24.208.464	19.193.421
Investimentos em coligadas	4.976	30.152	37.068
Imobilizado de uso	15.801	16.238	8.827
Ativos intangíveis e ágio	25.942	26.655	21.472
Impostos a compensar	25.867	32.490	31.625
Impostos diferidos	15.842	188.915	79.395
Outros ativos	8.120.292	9.140.914	7.068.488
Total dos ativos	**50.222.152**	**51.394.781**	**36.655.738**
Contas de compensação - valor nominal			
Derivativos			
Futuros	27.408.058	9.179.950	5.647.619
Termo	11.095.747	14.327.285	7.583.643
Opções	1.420.300	172.554	22.016
Swap	39.595.426	20.109.015	9.302.198
Total	**129.741.683**	**95.183.585**	**59.211.214**

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais		
	2012	2011	2010
Passivos			
Recursos de instituições financeiras	12.416.316	21.079.983	12.405.587
Recursos de clientes	23.666.709	20.459.581	7.820.386
Passivos financeiros para negociação	298.041	71.094	201.326
Recursos de emissão de títulos	14.188.239	8.409.878	5.356.989
Dívidas subordinadas	8.806.973	6.404.048	5.079.251
Provisões técnicas de seguros e previdência	1.100	1.183	1.185
Outras provisões	4.367	4.009	3.561
Impostos correntes	19.791	11.474	6.972
Impostos diferidos	229.536	120.191	70.784
Outros passivos	5.880.489	3.505.029	4.665.601
Total dos passivos	**65.511.561**	**60.066.470**	**35.611.642**
Contas de compensação - valor nominal			
Derivativos			
Futuros	37.422.501	18.363.963	18.679.719
Termo	9.869.571	12.050.673	5.011.238
Opções	1.467.968	653.746	3.452
Swap	36.451.019	20.328.448	12.464.435
Total	**150.722.620**	**111.463.300**	**71.770.486**
Exposição líquida	**(20.980.937)**	**(16.279.715)**	**(12.559.272)**

Usamos *swaps*, contratos futuros e outros instrumentos financeiros derivativos de proteção para minimizar o impacto potencial de alterações da moeda sobre nós. Para mais informações sobre o nosso uso de derivativos para fins de proteção, veja Notas 2(e) e 20(c) das nossas demonstrações contábeis consolidadas no "Item 18. Demonstrações Contábeis".

Nossa exposição líquida equivalia a 2,1% de nossos ativos totais em 31 de dezembro de 2010, 2,3% em 31 de dezembro de 2011 e 2,6% em 31 de dezembro de 2012.

Atividades de tesouraria e empréstimos e adiantamentos

Nossas despesas com perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos foram de R$ 5.756 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, subiram para R$ 8.296 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e subiram para R$ 11.510 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. O aumento nas despesas com perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos de 2010 a 2012 ocorreu em virtude do crescimento de nossos empréstimos e adiantamentos e da elevação da inadimplência. O saldo dos nossos empréstimos e adiantamentos a clientes em aberto aumentou 16,8% em 2011, passando de R$ 225.636 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 263.522 milhões em 31 de dezembro de 2011 e em 2012, o saldo evoluiu 9,9% atingindo 289.690 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse desempenho é reflexo do crescimento sustentável da economia brasileira, aliado a nossa estratégia de negócios, que tem facilitado a expansão dos nossos empréstimos e adiantamentos a clientes.

Nossos ativos financeiros para negociação registraram R$ 75.234 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando para R$ 96.597 milhões em 31 de dezembro de 2011 e para R$ 111.840 milhões em 31 de dezembro de 2012. Em 2011, o crescimento de R$ 21.363 milhões na carteira de ativos financeiros para negociação, é reflexo, basicamente, do aumento de: (i) R$ 7.892 milhões na carteira de títulos públicos brasileiros; e (ii) R$ 6.039 milhões em títulos emitidos por instituições financeiras. Em 2012, o crescimento de R$ 15.243 milhões na carteira de ativos financeiros para negociação, é reflexo, basicamente, do aumento de: (i) R$ 11.770 milhões na carteira de títulos e ações emitidos por empresas não financeiras; (ii) R$ 7.662 milhões em títulos emitidos por instituições financeiras, compensados em parte: (iii) pela redução de R$ 7.490 milhões em títulos públicos brasileiros. Este desempenho reflete a nossa estratégia de tesouraria de investir sempre em ativos, que possuam rentabilidade e alta liquidez no mercado.

Impostos

Nossa despesa com imposto de renda é constituída por dois tributos federais: (i) o IRPJ, que incide a uma alíquota regular de 15,0% do lucro líquido ajustado, acrescida de um adicional de 10,0%; e (ii) a Contribuição Social sobre o lucro, que incide a uma alíquota de 15,0% sobre o lucro líquido ajustado.

Em janeiro de 2008, o governo brasileiro elevou a alíquota da Contribuição Social para o segmento financeiro, de 9,0% para 15,0%. As instituições financeiras têm recolhido a Contribuição Social à alíquota de 15,0% desde 1º de maio de 2008. A legalidade deste aumento está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal. Caso o Supremo Tribunal Federal entenda que este aumento não é legal, teríamos o direito de recuperar todos os valores que recolhemos em excesso durante o regime de 15,0%, como se tivéssemos sempre recolhido a contribuição social à alíquota de 9,0%.

As empresas brasileiras podem efetuar os pagamentos aos acionistas, caracterizados como distribuição dos juros sobre o capital próprio, como alternativa para o pagamento de uma parte dos dividendos, que podem ser deduzidos da receita tributável. Procuramos maximizar o montante de dividendos que pagamos na forma de juros sobre o capital próprio. Para mais informações sobre a nossa despesa com impostos, veja "Item 4.B. Visão Geral dos Negócios - Regulamentação e Supervisão - Tributação" e "Item 10.B. Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos" e "Item 10.E. Tributação – Considerações sobre tributação no Brasil - Distribuições de juros sobre o capital".

Impacto das aquisições importantes em nossa performance financeira futura

Nos últimos três anos, fizemos as seguintes aquisições importantes:

- o Bradesco concluiu, em junho de 2010, a transação de aquisição da totalidade do capital social do grupo controlador do Ibi México e da RFS Human Management S. de R.L., empresa controlada pelo Ibi México. O negócio contempla a celebração de contrato de parceria com a

C&A México pelo prazo de 20 anos para, em conjunto, comercializar, com exclusividade, produtos e serviços financeiros por meio da rede de lojas C&A México;

- em julho de 2010, o Bradesco concluiu a aquisição de participação correspondente a 2,09% do capital social da Cielo, pelo valor de R$ 431,7 milhões, elevando sua participação no capital da referida companhia para 28,65%;

- o Bradesco comunicou ao mercado, em julho de 2010 e em janeiro de 2011, operações de aquisição de participação societária na CBSS, sendo 10,67%, pelo valor de R$ 141,4 milhões, e 5,01%, pelo valor de R$ 85,8 milhões, respectivamente, ampliando desta forma sua participação total para 50,01%; e

- Em maio de 2011, o Bradesco adquiriu 96,99% das ações ordinárias e 95,21% das ações preferenciais, representativas de 96,23% do capital social do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. ("BERJ"), do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Como parte da aquisição, o Bradesco também adquiriu o direito de prestar ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, serviços referentes: (i) ao pagamento de sua folha salarial; (ii) a folha de pagamento de seus fornecedores; e (iii) ao recolhimento de impostos estaduais, dentre outros, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014. Essa transação expandiu a presença do Bradesco no Estado do Rio de Janeiro. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em novembro de 2011, foi aprovada a alteração de denominação do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BERJ para Banco BERJ S.A. O processo de assunção do controle do BERJ pelo Bradesco foi homologado pelo Banco Central em novembro de 2011. Em maio de 2012, o Bradesco adquiriu as ações ordinárias e preferenciais de emissão do BERJ, detidas por seus acionistas não controladores, através da Oferta Pública de Ações Unificada (OPA Unificada).

Acreditamos que essas aquisições e transferências contribuam para aumentar nossas receitas e despesas. Também acreditamos que cada aquisição aumentará nossas receitas, despesas e resultados futuros. O valor desses aumentos é incerto e, portanto, não se pode estimar seu impacto sobre nosso desempenho financeiro futuro. Para mais informações, veja "Item 4.A. História, Desenvolvimento da Companhia e Estratégia de Negócios - Recentes aquisições".

Políticas contábeis críticas

Nossas políticas contábeis significativas estão descritas na Nota 4 das Demonstrações Contábeis Consolidadas e Auditadas no "Item 18. Demonstrações Contábeis". A seguinte discussão descreve as áreas que exigem maior julgamento ou envolvem um grau mais alto de complexidade na aplicação das políticas contábeis, que afetam atualmente nossa situação financeira e o resultado das operações. As estimativas contábeis, que fazemos nestes contextos, envolvem a elaboração de suposições sobre assuntos altamente incertos. Em cada caso, outras estimativas, ou mudanças nas estimativas entre períodos, poderiam ter tido um impacto significativo sobre nossa situação financeira ou resultado das operações, como demonstrado em nossas demonstrações contábeis.

Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

Ao final de cada período, a perda com empréstimos e adiantamentos é ajustada com base em uma análise de nossa carteira, incluindo a estimativa das perdas com empréstimos e adiantamentos.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e adiantamentos exige, por sua natureza, julgamentos e premissas com relação à carteira de empréstimos e adiantamentos, tanto em bases individuais quanto em base de carteiras específicas de produtos. Ao analisar a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, dependendo da metodologia utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e o período histórico considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais, que podem afetar a determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e adiantamentos, incluem:

- condições econômicas gerais e condições no setor relevante;

- experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, incluindo experiência recente de prejuízos;

- tendências de qualidade de crédito;
- valores de garantias de uma operação de crédito;
- volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e adiantamentos;
- política monetária do governo brasileiro; e
- quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e adiantamentos ou confirmação da deterioração existente.

A Organização utiliza modelos para analisar as carteiras de empréstimos e adiantamentos e determinar a perda por redução ao valor recuperável. São aplicados fatores estatísticos de perdas e outros indicadores de risco para grupos de empréstimos e adiantamentos com características de risco semelhantes, visando atingir uma estimativa das perdas incorridas na carteira para calcular os modelos. Embora os modelos sejam frequentemente acompanhados e revisados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamentos sobre as informações utilizadas e/ou previsões. A volatilidade da economia é um dos fatores que pode levar a uma maior incerteza em nossos modelos do que se esperaria em ambientes macroeconômicos mais estáveis. Consequentemente, nossa perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos pode não ser indicativa das perdas futuras reais.

Para fins de análise de sensibilidade, realizamos uma simulação para avaliar o impacto de um aumento da probabilidade de *default* (PD) sobre o montante de perda por redução ao valor recuperável. Nesta simulação, um aumento de 10,0% na PD de 31 de dezembro de 2012 poderia elevar o montante de perda por redução ao valor recuperável em aproximadamente R$ 243,0 milhões. Essa análise de sensibilidade é hipotética e tem o único objetivo de ilustrar o impacto que a inadimplência tem na determinação da perda por redução ao valor recuperável.

O processo para determinar o nível de perda por redução ao valor recuperável exige que se realizem estimativas e utilize premissas e julgamentos, sendo possível que os resultados efetivos das perdas do período apresentado em períodos subsequentes sejam diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Para informações adicionais relativas às nossas práticas referentes à perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos, veja “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios - Informações Estatísticas Selecionadas - Operações de empréstimos e adiantamentos” e “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios - Informações Estatísticas Selecionadas - Empréstimos e adiantamentos vencidos e perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos”.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações contábeis consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros para negociação, incluindo derivativos, e ativos financeiros classificados como disponíveis para venda. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas, sem que haja venda forçada e liquidação.

Esses instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar a mensurações do valor justo de mercado. Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos.

Os valores justos de ativos financeiros para negociação e disponíveis para venda baseiam-se, principalmente, em mercados ativos onde os preços se baseiam em cotações diretas do mercado, transações observadas ou preços de mercado para ativos similares. A liquidez é um fator significativo na determinação dos valores justos dos ativos financeiros para negociação e disponíveis para venda. Situações de iliquidez geralmente são geradas pela percepção do mercado sobre a incerteza de crédito com relação a uma única companhia ou um setor específico do mercado. Nessas circunstâncias, os ativos

financeiros são classificados no Nível 3 da hierarquia de avaliação, uma vez que o valor justo é determinado com base em dados não observáveis os quais são sustentados por informações limitadas disponíveis no mercado e que são relevantes para o valor justo dos ativos, assim como outros fatores que exigem julgamento ou estimativa significativos da Administração. Em 31 de dezembro de 2012, R$ 36,9 bilhões ou 19,1% de ativos financeiros para negociação e disponíveis para venda foram classificados como valor justo Nível 3 dos ativos.

Os derivativos negociados em bolsa e avaliados utilizando os preços cotados são classificados no Nível 1 da hierarquia de avaliação. Contudo, poucas classes de contratos de derivativos são listados em bolsa. Dessa forma, a maioria de nossas posições de derivativos é determinada utilizando modelos quantitativos, que requerem o uso de dados múltiplos, inclusive taxa de juros, preços e índices para gerar rendimento contínuo ou curvas de preços e fatores de volatilidade, inclusive o vencimento. Esses dados são utilizados na avaliação da posição. A maior parte dos dados do mercado é observável e pode ser obtida, principalmente, com a BM&FBOVESPA e no mercado secundário. Em 31 de dezembro de 2012, o valor justo líquido de ativos e passivos de derivativos classificados como Nível 3 foi de R$ 18,5 milhões.

A imprecisão da estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação. Para uma discussão detalhada da determinação do valor justo de instrumentos financeiros, veja Nota 3 às nossas demonstrações contábeis consolidadas no “Item 18. Demonstrações Contábeis”.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda

Periodicamente, é avaliada a existência de redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda, quando existe uma desvalorização permanente ou de valor significativo no seu valor justo, veja Nota 2(e)(viii)(b). A determinação de uma desvalorização prolongada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, avalia-se entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas por meio de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinadas premissas ou julgamento no estabelecimento das estimativas do valor justo.

Classificação dos títulos

A classificação dos títulos em ativos financeiros para negociação, disponíveis para venda e investimentos mantidos até o vencimento é baseada na intenção da Administração em manter ou negociar tais títulos na data da aquisição. O tratamento contábil dos títulos que mantemos depende de nossa decisão em classificá-los na aquisição como: ativos financeiros para negociação, disponíveis para venda ou investimentos mantidos até o vencimento. As mudanças circunstanciais podem modificar nossa estratégia com relação a um título específico, que exigiria uma transferência entre as três categorias.

Redução ao valor recuperável do ágio

A Organização deve analisar, pelo menos anualmente, se o valor contábil corrente do ágio sofreu redução ao seu valor recuperável. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa independentes e a alocação de ágio para essas unidades. O valor contábil da unidade, incluindo o ágio alocado, é comparado ao valor em uso para determinar se há redução ao valor recuperável. Se o valor em uso de uma unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, o ágio sofrerá uma redução ao seu valor recuperável. Pode ser necessário realizar cálculos detalhados considerando mudanças no mercado em que um negócio opera (ex.: concorrência e mudança regulatória). O cálculo é baseado no desconto de fluxos de caixa antes dos impostos a uma taxa de juros ajustada pelo risco apropriada para a unidade operacional, sendo que a determinação de ambos exige o exercício de julgamento. Embora as previsões sejam comparadas ao desempenho atual e a dados econômicos externos, os fluxos de caixa esperados refletem naturalmente a visão da Organização sobre o desempenho futuro.

Impostos sobre os lucros

A determinação do valor de nosso imposto de renda passivo (incluindo contribuição social) é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos impostos diferidos ativos e passivos e do imposto de renda a pagar. Em geral, a nossa avaliação exige que estimemos os valores futuros de imposto de renda corrente e diferido. A nossa avaliação da possibilidade de realização de um imposto diferido é subjetiva e envolve avaliações e premissas, que são inerentemente incertas. A realização de ativos fiscais diferidos está sujeita às mudanças nas taxas de juros futuras e desenvolvimentos de nossas estratégias. O suporte para nossas avaliações e premissas pode mudar ao longo do tempo e é resultado de eventos ou circunstâncias não previstos, que afetam a determinação do valor de nosso passivo de impostos.

É necessário julgamento significativo para determinar se é provável que uma posição de imposto de renda seja sustentada com base em exame, mesmo após o resultado de qualquer procedimento administrativo ou judicial com base em méritos técnicos. Também é necessário julgamento para determinar o valor de um benefício elegível para reconhecimento em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Adicionalmente, monitoramos a interpretação da legislação tributária e as decisões de autoridades fiscais e judiciais, para que possamos ajustar qualquer julgamento anterior de imposto de renda acumulado. Esse monitoramento também pode resultar de nosso planejamento de imposto de renda ou resolução de controvérsias de imposto de renda e pode ser significativo para os nossos resultados operacionais em qualquer período. Para mais informações sobre imposto de renda, veja Nota 17 de nossas demonstrações contábeis consolidadas no “Item 18. Demonstrações Contábeis”.

Para mais informações a respeito de nosso imposto de renda, veja “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios - Regulamentação e Supervisão - Tributação - Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro”.

Provisões técnicas de seguros e previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos no futuro, a favor de nossos segurados e participantes de planos. Esses valores representam os sinistros/benefícios futuros estabelecidos nos contratos, tais como: aposentadorias, pensões, seguro de vida em grupo e individual, seguro saúde e seguro contra acidentes, dentre outros.

Os benefícios e sinistros estabelecidos nos contratos também incluem provisões para sinistros ocorridos, mas não avisados nos seguros de vida, de danos e saúde. Reconhecemos os sinistros ocorridos durante o período de vigência das apólices dos nossos segurados. Entretanto, custos de sinistros incorridos em um período específico não são conhecidos com certeza até recebermos, processarmos e pagarmos os sinistros. Determinamos o valor dessas provisões utilizando métodos atuariais baseados em histórico de pagamentos de sinistros para determinar nossa estimativa de passivos de sinistros. Os métodos para se determinar estas estimativas e estabelecer as provisões técnicas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos nos lucros do respectivo período. Para informações adicionais, veja Nota 2 (p) às nossas demonstrações contábeis consolidadas. Em contrato de curta duração, as provisões para insuficiência de prêmio também podem ser estabelecidas para fazer face às diferenças resultantes entre o valor esperado de indenizações e despesas relacionadas futuras e o valor esperado dos prêmios futuros.

Em determinados produtos oferecidos, como contratos de previdência e fundos, os participantes passam por duas fases distintas dentro do contrato: uma de acumulação e outra de gozo do benefício. Durante a fase de acumulação, as provisões técnicas aumentam à medida que as contribuições são recebidas e os juros são creditados (com base nos dispositivos contratuais) e diminuem pelos resgates pagos. Caso as provisões sejam insuficientes para honrar os compromissos futuros, é constituída provisão para insuficiência de contribuições. As provisões técnicas são computadas utilizando hipóteses de mortalidade, invalidez, cancelamento, taxa de juros, inflação e despesas, que se baseiam em nossa experiência e são periodicamente revisadas com relação aos padrões do setor.

Para fins de análise de sensibilidade, em relação aos seguros de danos, vida e saúde, avaliamos o impacto de um aumento e uma redução na sinistralidade. Nesta avaliação, um aumento (1%) ou redução (1%) na sinistralidade nos últimos 12 meses da data base do cálculo, representaria um impacto de R$ 89 milhões, de despesa ou receita, respectivamente, no resultado e no patrimônio líquido após impostos e contribuições.

Já em relação aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência e previdência e seguro de vida individual, avaliamos o impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições em função

de uma redução na taxa de juros, aumento na longevidade dos beneficiários e aumento na opção de conversão em renda. Nesta avaliação, uma redução de 5,0% na taxa de juros, representaria uma queda de R$ 324 milhões no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições. Já o aumento de 0,002% na longevidade dos beneficiários representaria um impacto negativo de R$ 128 milhões no resultado e no patrimônio líquido após impostos e contribuições, enquanto um aumento de 5% na conversão em renda representaria um impacto negativo de R$ 158 milhões no resultado e no patrimônio líquido após impostos e contribuições.

Uso de estimativas

Na apresentação das demonstrações contábeis, nossa Administração também faz estimativas e premissas para a escolha de vidas úteis de certos ativos não financeiros e a determinação se um ativo ou grupo de ativos específico está deteriorado. As estimativas, por sua natureza, são baseadas no julgamento e nas informações disponíveis. Portanto, os resultados reais poderiam ser diferentes destas estimativas.

Compromissos e contingências

Temos obrigações contratuais para fazer certos pagamentos a terceiros, de acordo com os valores apresentados na tabela a seguir:

Obrigações Contratuais	Em milhares de reais				
	Por vencimento remanescente a partir de 31 de dezembro de 2012				
	Menos de 1 ano [1]	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos a prazo	40.194.368	61.329.954	1.796.462	724.679	104.045.463
Captações no mercado aberto	155.257.843	17.814.253	1.703.277	754.636	175.530.009
Obrigações por empréstimos	7.261.940	807.731	41.431	-	8.111.102
Obrigações por repasses	12.349.768	15.175.972	5.279.078	3.270.238	36.075.056
Recursos de emissão de títulos	30.278.256	15.854.046	4.815.421	604.370	51.552.093
Dívidas subordinadas	2.141.981	4.191.543	9.332.097	19.186.093	34.851.714
Outras obrigações [2]	154.227.800	25.520.675	211.663	335.796	180.295.934
Total	**401.711.956**	**140.694.174**	**23.179.429**	**24.875.812**	**590.461.371**

[1] Com base na experiência histórica, esperamos que a maioria das obrigações contratualmente devidas em um ano serão alongadas; e

[2] Inclui provisões técnicas de seguros e previdência.

Garantias financeiras registradas em contas de compensação

Além das nossas operações de empréstimos e adiantamentos, nós temos transações de crédito para administrar as necessidades de financiamento de nossos clientes. Estas transações não são registradas no balanço patrimonial, de acordo com as IFRS. A tabela a seguir resume os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação em 31 de dezembro de 2012:

Obrigações Contratuais	Em milhares de reais				
	Por vencimento remanescente a partir de 31 de dezembro de 2012				
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Garantias financeiras	13.412.015	11.452.280	5.556.503	29.489.884	59.910.682
Cartas de crédito	1.609.757	-	-	-	1.609.757
Total	**15.021.772**	**11.452.280**	**5.556.503**	**29.489.884**	**61.520.439**

Nós garantimos o desempenho de nossos clientes perante obrigações com terceiros. Temos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos segundo essas garantias. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito assim como outras concessões de crédito.

As cartas de crédito são compromissos emitidos por nós para garantir a performance das obrigações de um cliente com terceiros. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações

de comércio exterior e para avalizar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers,* financiamentos de títulos e transações similares. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar um beneficiário de terceiros, sob certas condições contratuais. As cartas de crédito estão sujeitas às mesmas avaliações de crédito, assim como outras concessões de crédito.

Esperamos que muitas destas garantias expirem sem a necessidade de antecipação de caixa. Portanto, no curso normal dos negócios, esperamos que tais transações não tenham impacto sobre nossa liquidez.

Resultados por segmento

Nós operamos e administramos nossos negócios por meio de dois segmentos operacionais: (i) o segmento bancário; e (ii) o segmento de seguros, previdência e capitalização.

As informações a seguir, sobre segmentos, foram preparadas com base em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes a alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa Administração usa uma variedade de informações, incluindo financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não financeiras, medidas em diferentes bases. Desta forma, as informações contidas nos segmentos, apresentadas e discutidas neste documento, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossas demonstrações contábeis consolidadas e as informações financeiras consolidadas incluídas nesta análise foram preparadas segundo as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS") e, quando os saldos dos resultados por segmento apresentarem diferenças significativas em relação ao resultado derivado de nossas demonstrações contábeis consolidadas, tais diferenças serão esclarecidas em conjunto com as explicações dos resultados que os precedem. Veja Nota 5 às nossas demonstrações contábeis consolidadas no "Item 18. Demonstrações Contábeis".

No nosso segmento bancário, oferecemos uma gama de produtos e serviços bancários aos nossos clientes, incluindo operações de captação de depósitos e operações de empréstimos e adiantamentos, serviços de cartão de débito e crédito e serviços de mercado de capitais, através de nossa ampla rede de distribuição. Para uma descrição das operações do segmento bancário, veja "Item 4.B. Visão Geral dos Negócios - Atividade bancária".

Em nosso segmento de seguros, previdência e capitalização, oferecemos uma gama de produtos e serviços aos nossos clientes, incluindo seguro de vida, saúde, acidentes, automóveis e bens; planos de previdência individuais e corporativos, bem como os títulos de capitalização, através de nossa ampla rede de distribuição. Para uma descrição das operações do segmento de Seguros, Previdência e Capitalização veja, "Item 4.B. Visão Geral dos Negócios – Seguros, planos de previdência complementar e títulos de capitalização".

Resultados das operações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As tabelas a seguir demonstram os principais componentes de nosso lucro líquido relativamente a 2012 e 2011, para a Companhia e por segmento:

Consolidado	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2012	2011	Variação percentual
Resultado líquido de juros	43.492.965	35.611.286	22,1%
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(11.510.179)	(8.296.151)	38,7%
Receitas não financeiras	66.723.925	55.916.185	19,3%
Despesas não financeiras	(83.204.479)	(68.547.851)	21,4%
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**15.502.232**	**14.683.469**	**5,6%**
Imposto de renda e contribuição social	(4.150.538)	(3.594.027)	15,5%
Lucro líquido do exercício	**11.351.694**	**11.089.442**	**2,4%**
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	11.291.570	10.958.054	3,0%
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	60.124	131.388	(54,2)%

Segmento	Em milhares de reais, exceto porcentagens					
	Exercício findo em 31 de dezembro de					
	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2012	2011	Variação percentual	2012	2011	Variação percentual
Resultado líquido de juros	39.181.426	31.379.722	24,9%	3.124.512	3.274.715	(4,6)%
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(10.925.404)	(9.275.421)	17,8%	-	-	-
Receitas não financeiras	19.154.236	19.499.077	(1,8)%	48.899.792	39.730.424	23,1%
Despesas não financeiras	(39.455.611)	(32.562.339)	21,2%	(46.174.120)	(37.824.847)	22,1%
Lucro antes da tributação sobre o lucro	**7.954.647**	**9.041.039**	**(12,0)%**	**5.850.184**	**5.180.292**	**12,9%**
Imposto de renda e contribuição social	(273.930)	(1.305.702)	(79,0)%	(2.196.399)	(1.850.139)	18,7%
Lucro líquido do exercício	**7.680.717**	**7.735.337**	**(0,7)%**	**3.653.785**	**3.330.153**	**9,7%**
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	7.672.233	7.724.917	(0,7)%	3.591.743	3.201.449	12,2%
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	8.484	10.420	(18,6)%	62.042	128.704	(51,8)%

Resultado líquido de juros

A tabela a seguir demonstra os principais componentes de nosso resultado líquido de juros antes das perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos, relativamente a 2012 e 2011, de maneira consolidada e por segmento:

	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	2012	2011	Variação percentual
Consolidado			
Receita de juros e similares	83.133.716	82.367.272	0,9%
Despesa de juros e similares	(39.640.751)	(46.755.986)	(15,2)%
Resultado líquido de juros	**43.492.965**	**35.611.286**	**22,1%**
Atividade Bancária			
Receita de juros e similares	75.293.246	74.956.572	0,4%
Despesa de juros e similares	(36.111.820)	(43.576.850)	(17,1)%
Resultado líquido de juros	**39.181.426**	**31.379.722**	**24,9%**
Seguros, Previdência e Capitalização			
Receita de juros e similares	11.110.483	9.980.146	11,3%
Despesa de juros e similares	(7.985.971)	(6.705.431)	19,1%
Resultado líquido de juros	**3.124.512**	**3.274.715**	**(4,6)%**

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento de nosso resultado líquido de juros foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros, e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização/desvalorização do real) em cada caso, relativamente a 2012 e 2011:

	Em milhares de reais		
	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2012/2011		
	Aumento/(redução)		
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros	3.703.545	3.186.268	239.377
Devido às alterações nas taxas médias de juros	4.178.134	4.615.436	(389.580)
Alteração líquida	**7.881.679**	**7.801.704**	**(150.203)**

Atividade bancária

Nosso resultado líquido de juros aumentou 24,9%, passando de R$ 31.380 milhões em 2011 para R$ 39.181 milhões em 2012. Esse acréscimo deveu-se, principalmente ao: (i) aumento do volume médio dos negócios, que contribuiu com R$ 3.186 milhões, reflexo: (a) da elevação de 12,6% no saldo médio dos

ativos que rendem juros, aumentando nossas receitas em R$ 8.821 milhões, destacando-se o acréscimo de: 11,9% no saldo médio dos empréstimos e adiantamentos a clientes; 13,8% no saldo médio dos empréstimos e financiamentos a instituições financeiras; 25,2% no saldo médio dos ativos cedidos em garantia; e 319,8% no saldo médio dos ativos financeiros disponíveis para venda, parcialmente, compensado: (b) pelo aumento de 14,5% no saldo médio das obrigações que incidem juros, que impactaram o resultado em R$ 5.634 milhões, destacando-se a evolução de: 79,9% no saldo médio de recursos de emissão de títulos, aumento este relacionado, basicamente, ao maior volume de emissão de títulos no mercado internacional e letras financeiras em 2012; 17,7% no saldo médio das captações no mercado aberto; e 27,4% no saldo médio das dívidas subordinadas, dado o maior volume de emissões de letras financeiras e dívidas subordinadas no exterior; e (ii) aumento da taxa média de juros auferida, que passou de 6,2% em 2011 para 6,8% em 2012, impactando positivamente, o resultado em R$ 4.615 milhões, devido, principalmente, a redução dos custos de captações aliado aos ganhos auferidos em nossas posições pré-fixadas.

Seguros, previdência e capitalização

Nosso resultado líquido de juros reduziu 4,6%, passando de R$ 3.275 milhões em 2011 para R$ 3.125 milhões em 2012. Essa redução deveu-se, principalmente, pela (i) redução na taxa média de juros, que impactou negativamente o resultado em R$ 390 milhões; (ii) aumento de 19,8% no volume médio das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização, que passou de R$ 89.762 milhões em 2011 para R$ 107.520 milhões em 2012, impactando o resultado em R$ 1.319 milhões; e tais efeitos foram, parcialmente, compensados pelo: (iii) aumento de 15,9% do volume médio dos ativos que rendem juros, que passaram de R$ 100.827 milhões em 2011 para R$ 116.902 milhões em 2012, contribuindo com R$ 1.559 milhões no resultado.

Receita de juros e similares

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, o saldo médio dos principais componentes de nossos ativos que rendem juros e as taxas de juros médias auferidas, em 2012 e 2011:

Consolidado	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	Em 31 de dezembro de		
	2012	2011	Variação percentual
Saldo médio de ativos que rendem juros			
Ativos financeiros para negociação	89.784.000	87.326.233	2,8%
Ativos financeiros disponíveis para venda	66.915.243	33.549.814	99,5%
Investimentos mantidos até o vencimento	3.657.763	4.510.835	(18,9)%
Ativos cedidos em garantia	94.667.517	75.623.917	25,2%
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	79.159.989	75.900.028	4,3%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	262.855.317	234.942.522	11,9%
Depósitos compulsórios no Banco Central	48.722.266	59.239.456	(17,8)%
Outros ativos que rendem juros	546.918	518.296	5,5%
Total	**646.309.013**	**571.611.101**	**13,1%**
Taxa de juros média auferida	**12,9%**	**14,4%**	

Segmento	Em milhares de reais, exceto porcentagens					
	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2012	2011	Variação percentual	2012	2011	Variação percentual
Saldo médio de ativos que rendem juros						
Ativos financeiros para negociação	58.372.486	64.641.840	(9,7)%	31.055.915	22.364.163	38,9%
Ativos financeiros disponíveis para venda	32.788.082	7.809.477	319,8%	34.127.161	25.739.260	32,6%
Investimentos mantidos até o vencimento	93.368	110.664	(15,6)%	3.564.395	4.400.171	(19,0)%
Ativos cedidos em garantia	94.667.517	75.623.917	25,2%	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	76.013.965	66.780.488	13,8%	48.154.198	48.323.150	(0,3)%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	262.825.554	234.927.721	11,9%	-	-	-
Depósitos compulsórios no Banco Central	48.722.266	59.239.456	(17,8)%	-	-	-
Outros ativos que rendem juros	546.918	518.296	5,5%	-	-	-
Total	**574.030.156**	**509.651.859**	**12,6%**	**116.901.669**	**100.826.744**	**15,9%**
Taxa de juros média auferida	**13,1%**	**14,7%**		**9,5%**	**9,9%**	

Para mais informações sobre as taxas médias de juros por tipo de ativos, veja “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios - Informações Estatísticas Selecionadas - Saldos médios das contas patrimoniais e Informações sobre taxa de juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento em nossas receitas de juros e similares foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da flutuação do real), em cada caso relativamente a 2012 em comparação com 2011:

	Em milhares de reais		
	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2012/2011		
	Aumento/(redução)		
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros	10.005.175	8.820.595	1.558.533
Devido às alterações nas taxas médias de juros	(9.238.731)	(8.483.920)	(428.196)
Alteração líquida	**766.444**	**336.675**	**1.130.337**

Atividade bancária

A receita de juros e similares cresceu 0,4%, de R$ 74.957 milhões em 2011 para R$ 75.293 milhões em 2012. Esse crescimento deveu-se, principalmente: (i) à elevação no volume médio dos negócios, que impactou positivamente nosso resultado em R$ 8.821 milhões, observado, principalmente na receita de juros e similares com: (a) empréstimos e adiantamentos a clientes; (b) ativos financeiros disponíveis para venda; e (c) ativos cedidos em garantia; compensado: (ii) pela redução na taxa de juros média auferida, que passou de 14,7% em 2011 para 13,1% em 2012, impactando negativamente o resultado em R$ 8.484 milhões.

A receita de juros e similares com empréstimos e adiantamentos a clientes aumentou 7,3%, de R$ 44.421 milhões em 2011 para R$ 47.675 milhões em 2012. Esse aumento está relacionado ao crescimento de 11,9% no saldo médio da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, que passou de R$ 234.928 milhões em 2011 para R$ 262.826 milhões em 2012, impactando positivamente as receitas de juros e similares em R$ 5.115 milhões. A principal razão deste aumento foi nosso foco estratégico nas operações relacionadas a financiamento imobiliário, crédito pessoal, cartão de crédito e financiamento a importação/exportação.

A receita de juros e similares oriunda de ativos financeiros disponíveis para venda cresceu 316,6%, de R$ 700 milhões em 2011 para R$ 2.916 milhões em 2012. Esse aumento deveu-se, principalmente: (i) ao acréscimo de 319,8% no saldo médio destas operações, passando de R$ 7.809 milhões em 2011 para R$ 32.788 milhões em 2012, que contribuiu com R$ 2.222 milhões no resultado. Isto deve-se principalmente à decisão estratégica de nossa tesouraria de investir em ativos que possuam rentabilidade e alta liquidez.

A receita de juros e similares oriunda de ativos cedidos em garantia cresceu 4,0%, passando de R$ 8.744 milhões em 2011 para R$ 9.090 milhões em 2012. Essa variação reflete o aumento de 25,2% no volume médio dessas operações, passando de R$ 75.624 milhões em 2011 para R$ 94.668 milhões em 2012, o qual impactou positivamente a receita de juros e similares em R$ 1.979 milhões.

A redução da receita de juros e similares no montante de R$ 8.484 milhões foi devido às alterações nas taxas médias de juros, reflexo, basicamente: (i) da redução na taxa SELIC que, caiu de 11% em 2011 para 7,25% ao final de 2012 e (ii) pela mudança no mix dos empréstimos da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, bem como a alteração das taxas de juros praticadas.

Seguros, previdência e capitalização

Nossa receita de juros e similares cresceu 11,3%, passando de R$ 9.980 milhões em 2011 para R$ 11.110 milhões em 2012. Esse crescimento deveu-se, principalmente, à elevação no volume médio dos negócios, que impactou nosso resultado em R$ 1.559 milhões, evidenciado pelo aumento de 35,5% no saldo médio dos ativos financeiros para negociação e disponíveis para venda. Enquanto a taxa média das receitas de juros e similares em relação aos ativos médios que rendem juros reduziu de 9,9% em 2011 para 9,5% em 2012, impactando nosso resultado em R$ 428 milhões.

Despesa de juros e similares

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, o saldo médio dos principais componentes de nossas obrigações sobre as quais incidem juros e as taxas de juros médias pagas sobre essas obrigações em 2012 e 2011:

Consolidado	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	Em 31 de dezembro de		
	2012	2011	Variação Percentual
Saldo médio de obrigações sobre as quais incidem juros			
Depósitos interfinanceiros	471.502	360.575	30,8%
Depósitos de poupança	62.758.934	55.515.889	13,0%
Depósitos a prazo	117.810.860	122.328.948	(3,7)%
Captações no mercado aberto	152.354.820	128.494.578	18,6%
Obrigações por empréstimos e repasses	47.408.499	44.962.370	5,4%
Recursos de emissão de títulos	50.848.755	28.260.014	79,9%
Dívidas subordinadas	32.278.136	25.335.543	27,4%
Provisões técnicas de seguros e previdência	107.519.858	89.762.154	19,8%
Total	**571.451.364**	**495.020.071**	**15,4%**
Taxa média de juros paga	**6,9%**	**9,4%**	

Segmento	Em milhares de reais, exceto porcentagens					
	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2012	2011	Variação percentual	2012	2011	Variação percentual
Saldo médio de obrigações sobre as quais incidem juros						
Depósitos interfinanceiros	471.574	360.621	30,8%	-	-	-
Depósitos de poupança	62.758.934	55.515.889	13,0%	-	-	-
Depósitos a prazo	117.825.606	122.345.672	(3,7)%	-	-	-
Captações no mercado aberto	197.363.060	167.698.196	17,7%	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	47.408.499	44.962.370	5,4%	-	-	-
Recursos de emissão de títulos	50.848.755	28.260.014	79,9%	-	-	-
Dívidas subordinadas	32.278.136	25.335.543	27,4%	-	-	-
Provisões técnicas de seguros e previdência	-	-	-	107.519.858	89.762.154	19,8%
Total	**508.954.564**	**444.478.305**	**14,5%**	**107.519.858**	**89.762.154**	**19,8%**
Taxa média de juros paga	**7,1%**	**9,8%**		**7,4%**	**7,5%**	

Para mais informações sobre as taxas de juros médias por tipo de passivo, veja “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios - Informações Estatísticas Selecionadas - Saldos médios das contas patrimoniais e informações sobre taxa de juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento em nossa despesa de juros e similares foi atribuível às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da flutuação do real frente ao dólar), em cada caso, comparando os anos de 2012 e 2011:

	Em milhares de reais		
	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2012/2011		
	Aumento/(redução)		
Devido às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros	6.301.630	5.634.326	1.319.156
Devido às alterações nas taxas médias de juros	(13.416.865)	(13.099.356)	(38.616)
Alteração líquida	**(7.115.235)**	**(7.465.030)**	**1.280.540**

Atividade bancária

Nossa despesa de juros e similares reduziu 17,1%, passando de R$ 43.577 milhões em 2011 para R$ 36.112 milhões em 2012. Esta redução reflete, basicamente, a queda da taxa média de juros, que passou de 9,0% em 2011 para 7,1% em 2012, diminuindo as despesas em R$ 13.099 milhões, devido, principalmente, à redução de 3,2 p.p. na taxa média de juros interbancários, que caiu de 11,6% em 2011 para 8,4% em 2012. Tal redução foi compensada, parcialmente, pelo aumento de 14,5% no volume médio das obrigações que incidem juros, passando de R$ 444.478 milhões em 2011 para R$ 508.955 milhões em 2012, impactando as despesas de juros e similares em R$ 5.634 milhões, principalmente devido ao acréscimo de: (a) 79,9% no saldo médio de recursos de emissão de títulos, que passou de R$ 28.260 milhões em 2011 para R$ 50.849 milhões em 2012, aumento este relacionado, principalmente, ao maior volume de emissão de títulos no mercado internacional e letras financeiras em 2012; (b) 17,7% no saldo médio das captações no mercado aberto, de R$167.698 milhões em 2011 para R$ 197.363 milhões em 2012; e (c) 27,4% no saldo médio das dívidas subordinadas, de R$ 25.336 milhões em 2011 para R$ 32.278 milhões em 2012, aumento relacionado ao maior volume de emissões de letras financeiras subordinadas no Brasil e dívidas subordinadas no exterior. Cabe destacar que, em 2012, houve uma desvalorização de 8,9% do real frente ao dólar americano, impactando nossas captações no exterior.

Seguros, previdência e capitalização

Nossa despesa de juros e similares aumentou 19,1%, passando de R$ 6.705 milhões em 2011 para R$ 7.986 milhões em 2012, devido ao crescimento do saldo médio das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização, de R$ 89.762 milhões em 2011 para R$ 107.520 milhões em 2012, refletindo um aumento de R$ 1.319 milhões em nossas despesas. Tal crescimento foi mitigado, parcialmente, pela redução da taxa média de juros paga, que passou de 7,5% em 2011 para 7,4% em 2012, reduzindo nossas despesas em R$ 39 milhões.

Despesas com perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes

A tabela a seguir demonstra as mudanças em nossas perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos, a despesa com perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos, os empréstimos recuperados e as baixas de empréstimos para os exercícios findos em 2012 e 2011, bem como nosso índice de despesas com perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes (expresso como uma porcentagem do saldo médio de empréstimos e adiantamentos a clientes), em todos os casos com base nas informações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS:

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	2012	2011	Variação percentual
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos no início do ano	**17.646.666**	**15.355.736**	**14,9%**
Despesas com perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	11.510.179	8.296.151	38,7%
Empréstimos recuperados	3.000.904	2.799.169	7,2%
Baixas de empréstimos	(12.120.055)	(8.804.390)	37,7%
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos no final do ano	**20.037.694**	**17.646.666**	**13,5%**
% de despesas com perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos em relação ao saldo médio dos empréstimos e adiantamentos a clientes	4,4%	3,5%	

O saldo de nossas perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes aumentou 13,5%, de R$ 17.647 milhões em 2011 para R$ 20.038 milhões em 2012. Esse crescimento deveu-se, principalmente, à evolução de 9,9% nos empréstimos e adiantamentos a clientes com redução ao valor recuperável, passando de R$ 26.299 milhões em 2011 para R$ 28.899 milhões em 2012, principalmente nos seguintes produtos: (i) veículos-CDC, cuja perda alocada por redução ao valor recuperável alocada passou de R$ 2.459 milhões em 2011 para R$ 3.231 milhões em 2012, representando 1,2% de nossos empréstimos e adiantamentos a clientes que rendem juros, sendo que em 2011 representava 1,0%; (ii) crédito pessoal, cuja perda alocada evoluiu de R$ 1.262 milhões em 2011 para R$ 3.410 milhões em 2012, passando a representar 1,2% de nossos empréstimos e adiantamentos a clientes que rendem juros, sendo que em 2011 representava 0,5%; e (iii) capital de giro, cuja perda alocada aumentou R$ 616 milhões, atingindo 0,8% de representatividade sobre os empréstimos e adiantamentos a clientes que rendem juros.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes classificados como não vencidos nem com redução no valor recuperável cresceram 10,0%, de R$ 230.870 milhões em 2011 para R$ 253.920 milhões em 2012, dos quais 97,4% foram classificados como “baixo risco”.

O cálculo das perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos compreende: (i) uma análise individual dos empréstimos e adiantamentos a clientes deteriorados; e (ii) uma análise das perdas com empréstimos e adiantamentos a clientes homogêneas, conforme segue:

Em 31 de dezembro	Em milhares de reais		
	2012	2011	Variação percentual
Empréstimos e adiantamentos a clientes deteriorados	1.122.674	554.291	102,5%
Perdas com empréstimos e adiantamentos homogêneos a clientes	18.915.020	17.092.375	10,7%
Total	**20.037.694**	**17.646.666**	**13,5%**

A evolução de 38,7% nas despesas com perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos está relacionada: (i) à evolução de 9,9% nas operações de empréstimos e adiantamentos a clientes com redução ao valor recuperável, reflexo, basicamente, da lenta recuperação do cenário econômico mundial; e (ii) à evolução da inadimplência.

As recuperações de empréstimos problemáticos aumentaram 7,2% e as baixas 37,7%, quando comparados a 2011. Os empréstimos e adiantamentos renegociados aumentaram 11,4% no ano, passando de R$ 8.658 milhões em 2011 para R$ 9.644 milhões em 2012.

Nosso nível de perdas com empréstimos, definidos como o valor das baixas líquidas de empréstimos em relação ao saldo médio dos empréstimos e adiantamentos a clientes, inclusive vencidos, aumentou de 2,5% em 2011 para 3,3% em 2012. Destacamos que o percentual de perda por redução ao

valor recuperável de empréstimos e adiantamentos em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes, fixou-se em 6,9% em 2012, demonstrando que possuímos uma margem confortável, quando observamos nosso histórico de perdas líquidas efetivas.

Acreditamos que nossa atual perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos é suficiente para cobrir perdas prováveis ligadas à nossa carteira. Para mais informações, veja "Item 4.B. Visão Geral dos Negócios – Informações Estatísticas Selecionadas – Baixas" e "Item 4.B. Visão Geral dos Negócios – Informações Estatísticas Selecionadas – Empréstimos e adiantamentos vencidos e perda por redução do valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

Os empréstimos concedidos às pessoas físicas apresentaram uma evolução de 13,3%, passando de R$ 100.433 milhões em 2011 para R$ 113.743 milhões em 2012, onde destacamos neste período, os produtos: (i) financiamento imobiliário; (ii) cartão de crédito; e (iii) crédito pessoal.

Os empréstimos e adiantamentos destinados às pessoas jurídicas evoluíram 7,9% no ano, passando de R$ 163.089 milhões em 2011 para R$ 175.947 milhões em 2012, principalmente, devido aos seguintes produtos: (i) financiamento imobiliário – plano empresário; (ii) capital de giro; e (iii) financiamento à importação/exportação.

Para uma descrição da regulamentação do Banco Central sobre as operações de empréstimos e adiantamentos, veja "Item 4.B. Visão Geral dos Negócios – Regulamentação e Supervisão – Regulamentação bancária - Tratamento de empréstimos e adiantamentos" e a Nota 2(e) de nossas demonstrações contábeis consolidadas no "Item 18. Demonstrações Contábeis".

Receitas não financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, os principais componentes de nossas receitas não financeiras relativamente a 2012 e 2011.

Em milhares de reais, exceto porcentagens			
Consolidado	**Em 31 de dezembro de**		
	2012	**2011**	**Variação percentual**
Resultado líquido de serviços e comissões	12.804.795	10.834.333	18,2%
Ganhos/(perdas) líquidas de ativos e passivos financeiros para negociação	2.110.113	(608.270)	-
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	1.895.974	365.302	419,0%
Prêmio retido de seguros e plano de previdência	40.176.745	34.315.543	17,1%
Resultado de participações em coligadas	870.662	682.122	27,6%
Outras receitas não financeiras	8.865.636	10.327.155	(14,2)%
Total	**66.723.925**	**55.916.185**	**19,3%**

Segmento	**Em milhares de reais, exceto porcentagens**					
	Atividade Bancária			**Seguros, Previdência e Capitalização**		
	2012	**2011**	**Variação Percentual**	**2012**	**2011**	**Variação Percentual**
Resultado líquido de serviços e comissões	13.885.450	11.989.868	15,8%	1.233.278	1.079.597	14,2%
Ganhos/(perdas) líquidas de ativos e passivos financeiros para negociação	1.095.588	779.332	40,6%	(6.689)	(1.300)	414,5%
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	(455.476)	(25.022)	1.720,3%	2.418.373	213.520	-
Prêmios retidos de seguros e plano de previdência	-	-	-	40.176.745	34.315.543	17,1%
Resultado de participações em coligadas	752.353	585.281	28,5%	108.302	100.103	8,2%
Outras receitas não financeiras	3.876.321	6.169.618	(37,2)%	4.969.783	4.022.961	23,5%
Total	**19.154.236**	**19.499.077**	**(1,8)%**	**48.899.792**	**39.730.424**	**23,1%**

Atividade bancária

Nossas receitas não financeiras caíram 1,8%, de R$ 19.499 milhões em 2011 para R$ 19.154 milhões em 2012. Esta queda ocorreu, principalmente, em função: (i) do decréscimo 37,2% nas outras receitas não financeiras, de R$ 6.170 milhões em 2011 para R$ 3.876 milhões em 2012, devido, principalmente, a: (a) receitas de impostos a compensar no valor de R$ 2.912 milhões ocorridas em 2011, parcialmente, compensado: (b) pelo resultado obtido na alienação de nosso investimentos na Serasa S.A. em 2012, no valor de R$ 794 milhões; e (ii) do aumento R$ 430 milhões nas perdas líquidas de ativos

financeiros disponíveis para venda, que subiram de R$ 25 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$ 456 milhões em 31 de dezembro de 2012, devido, basicamente, ao reconhecimento de perdas relacionadas às ações de companhias abertas. Tais efeitos foram parcialmente compensados pela elevação de: (i) 15,8% no resultado líquido de serviços e comissões, impulsionada pelo aumento de: (a) 16,6% nas receitas com cartões de crédito, reflexo, do aumento de cerca de 2 milhões de unidades em cartões de crédito, em comparação à 2011, impulsionando o faturamento, que atingiu R$ 103.543 milhões em 2012, apresentando um crescimento de 15,5% em relação à 2011; (b) 16,5% nas receitas referentes a contas corrente, devido, principalmente, da expansão da base de clientes, cujo aumento líquido representou 583 mil novas contas correntes e da ampliação do *portfólio* de serviços prestados aos nossos clientes; (c) 16,5% nas receitas com administração de consórcios, decorrente do aumento das cotas ativas, que passaram de 625.763 cotas ativas em 31 de dezembro de 2011 para 736.202 cotas ativas em 31 de dezembro de 2012; e (d) 26,3% nas receitas com garantias prestadas, dado a evolução de R$ 11.432 milhões ou 26,3% no saldo das garantias financeiras que oferecemos aos nossos clientes; e (ii) 40,6% nos ganhos líquidos de ativos financeiros para negociação, que subiram de R$ 779 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$ 1.096 milhões em 31 de dezembro de 2012, principalmente, ao resultado positivo obtido com títulos de renda fixa.

Seguros, previdência e capitalização

Nossas receitas não financeiras aumentaram 23,1%, passando de R$ 39.730 milhões em 2011 para R$ 48.900 milhões em 2012. Esse desempenho deveu-se, principalmente, ao crescimento de: (i) R$ 2.205 milhões nos ganhos líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda, que passaram de R$ 213 milhões em 2011 para R$ 2.418 milhões em 2012, como resultado, principalmente, do: (a) ganho resultante do alongamento dos prazos de títulos de renda fixa, garantidores de provisões técnicas, compensados, em parte, pelo (b) reconhecimento de perdas relacionadas às ações de companhias abertas; e (ii) 17,1% nas receitas de prêmios retidos de seguros e planos de previdência, que passaram de R$ 34.316 milhões em 2011 para R$ 40.177 milhões em 2012, resultante, basicamente, do: (a) aumento das receitas de prêmios emitidos de seguros, passando de R$ 32.136 milhões em 2011 para R$ 37.899 milhões em 2012; e (b) aumento das receitas com contribuições de previdência complementar, que passaram de R$ 3.062 milhões em 2011 para R$ 3.273 milhões em 2012.

Principais diferenças entre os saldos dos segmentos e o consolidado

Adicionalmente às explicações acima, destacamos a seguir, as principais diferenças existentes entre nossas receitas não financeiras por segmento (elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil) e nossas receitas não financeiras consolidadas (elaboradas de acordo com as “IFRS”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Resultado líquido de serviços e comissões

A diferença de R$ 2.314 milhões refere-se: (i) ao método da taxa efetiva de juros, no valor de R$ 1.221 milhões; (ii) a eliminações no montante de R$ 1.329 milhões; e compensadas, em parte: (iii) por ajustes de outras operações, no valor de R$ 236 milhões.

Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação

Apresenta ajuste no valor de R$ 1.021 milhões, ocasionado, principalmente, pela: (i) reversão do *hedge* de fluxo de caixa, no valor de R$ 637 milhões; (ii) consolidação dos fundos exclusivos, no valor de R$ 649 milhões; e impactados, pelo: (iii) efeito da variação cambial de nossos ativos financeiros para negociação, no valor de R$ 270 milhões.

Despesas não financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, os principais componentes de nossas despesas não financeiras relativamente a 2012 e a 2011:

Consolidado	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2012	2011	Variação Percentual
Despesas de pessoal	(11.656.422)	(11.150.970)	4,5%
Despesas administrativas	(11.900.383)	(11.477.134)	3,7%
Depreciação e amortização	(2.538.260)	(2.120.335)	19,7%
Variação de provisões técnicas de seguros e planos de previdência	(23.326.101)	(18.212.405)	28,1%
Sinistros retidos	(13.123.833)	(11.168.612)	17,5%
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência	(2.313.795)	(1.858.351)	24,5%
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira	(951.385)	2.625.813	-
Outras despesas não financeiras	(17.394.300)	(15.185.857)	14,5%
Total	**(83.204.479)**	**(68.547.851)**	**21,4%**

Segmento	Em milhares de reais, exceto porcentagens					
	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2012	2011	Variação percentual	2012	2011	Variação percentual
Despesas de pessoal	(10.586.643)	(10.082.575)	5,0%	(1.017.702)	(950.749)	7,0%
Despesas administrativas	(11.592.512)	(10.805.456)	7,3%	(932.226)	(1.051.456)	(11,3)%
Depreciação e amortização	(1.459.721)	(1.615.437)	(9,6)%	(114.214)	(77.828)	46,8%
Variação de provisões técnicas de seguros e planos de previdência	-	-	-	(23.326.101)	(18.212.405)	28,1%
Sinistros retidos	-	-	-	(13.123.833)	(11.168.612)	17,5%
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência	-	-	-	(2.314.815)	(1.859.208)	24,5%
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira	(1.589.833)	1.043.896	-	-	-	-
Outras despesas não financeiras	(14.226.902)	(11.102.767)	28,1%	(5.345.229)	(4.504.589)	18,7%
Total	**(39.455.611)**	**(32.562.339)**	**21,2%**	**(46.174.120)**	**(37.824.847)**	**22,1%**

Atividade bancária

Nossas despesas não financeiras aumentaram 21,2%, passando de R$ 32.562 milhões em 2011 para R$ 39.456 milhões em 2012. Esse aumento foi devido à evolução de: (i) 5,0% nas despesas de pessoal, impactadas: (a) pelo aumento dos níveis salariais; e (b) pelo incremento líquido do quadro de colaboradores, concentrado no segundo semestre de 2011, originados pelo crescimento orgânico; (ii) 7,3% nas nossas despesas administrativas, devido, principalmente ao aumento: (a) do volume médio dos negócios; (b) dos reajustes contratuais; e (c) do crescimento orgânico; e (iii) 28,1% em outras despesas não financeiras, basicamente, ocasionada: (a) pela amortização integral de ágio do BERJ, no valor de R$ 1.156 milhões; (b) pelo maior volume de despesas com comissão de empréstimos e financiamentos, no valor de R$ 639 milhões, em parte como resultado do aprimoramento da metodologia de amortização das despesas antecipadas; e (c) pelo reconhecimento de perdas relacionadas a ativos intangíveis – aquisição de direitos para prestação de serviços bancários, no valor de R$ 527 milhões.

Seguros, previdência e capitalização

Nossas despesas não financeiras aumentaram em 22,1%, passando de R$ 37.825 milhões em 2011 para R$ 46.174 milhões em 2012. Esse acréscimo deveu-se, principalmente, à elevação de: (i) 28,1% na nossa despesa com variação de provisões de seguros e planos de previdência, de R$ 18.212 milhões em 2011 para R$ 23.326 milhões em 2012, decorrente, basicamente: (a) do aumento de 19,8% no volume médio das provisões técnicas de seguros e previdência, face o maior volume de negócios; e (b) da constituição de provisão técnica adicional, em decorrência da adoção de menor taxa de juros real no seu respectivo cálculo; e (ii) 17,5% em nossos sinistros retidos, de R$ 11.169 milhões em 2011 para R$ 13.124 milhões em 2012.

Principais diferenças entre os saldos dos segmentos e o consolidado

Adicionalmente às explicações acima, destacamos a seguir, as principais diferenças existentes entre nossas despesas não financeiras por segmento (elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil) e nossas despesas não financeiras consolidadas (elaboradas de acordo com as "IFRS") para o exercício findo 31 de dezembro de 2012.

Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira

O ajuste de R$ 638 milhões refere-se, basicamente, aos ajustes da variação cambial de nossas operações e investimentos no exterior.

Depreciação e amortização

A diferença de R$ 964 milhões decorre, principalmente, pelo reconhecimento de despesas de amortização de ágio e de ativos intangíveis oriundas de outras despesas não financeiras, de acordo com as práticas contábeis do Banco Central, destacando a amortização integral de ágio do BERJ, no valor de R$ 1.156 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda no Brasil é constituído por impostos federais sobre renda e contribuição social sobre o lucro ajustado. Veja "Item 5.A. Resultados Operacionais – Visão Geral - Impostos". A taxa combinada desses dois tributos foi de 34,0% até abril de 2008. A partir de maio de 2008, a taxa combinada aumentou para 40,0%, devido à elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado, que foi de 9,0% para 15,0%. As despesas de imposto de renda e contribuição social são compostas por uma parcela de impostos correntes e outra de impostos diferidos. Algumas receitas e despesas reconhecidas contabilmente em nossa demonstração de resultado não afetam nossa base tributária, ao passo que outras receitas tributáveis e despesas dedutíveis da nossa base tributária não afetam nossa demonstração de resultado. Além disso, de acordo com a legislação tributária brasileira, os ganhos e perdas de variação cambial dos investimentos mantidos em subsidiárias no exterior não são tributáveis quando a variação cambial for positiva e não dedutível quando a variação cambial for negativa.

A despesa com imposto de renda e contribuição social aumentou de R$ 3.594 milhões em 2011 para R$ 4.151 milhões em 2012. Esta variação deveu-se, principalmente: (i) ao aumento do resultado tributável, que passou de R$ 14.683 milhões em 2011 para R$ 15.502 milhões em 2012; e (ii) ao maior benefício fiscal obtido na distribuição aos acionistas de juros sobre o capital próprio, que passou de R$ 1.174 milhões em 2011 para R$ 1.305 milhões em 2012. Para informações adicionais sobre imposto de renda e contribuição social, veja Nota 17 de nossas demonstrações contábeis consolidadas no "Item 18. Demonstrações Contábeis".

Como porcentagem de nosso resultado antes do imposto de renda e contribuição social, a alíquota efetiva passou de uma despesa de 24,5% em 2011 para uma despesa de 26,8% em 2012.

Lucro líquido

Como resultado do anteriormente exposto, nosso lucro líquido atribuído aos controladores, cresceu 3,0%, de R$ 10.958 milhões em 2011 para R$ 11.292 milhões em 2012. Nosso lucro líquido do exercício, por sua vez, cresceu 2,4%, de R$ 11.089 milhões em 2011 para R$ 11.352 milhões em 2012.

Resultados das operações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

As tabelas a seguir demonstram os principais componentes de nosso lucro líquido relativamente a 2011 e 2010, para a Companhia e por segmento:

Consolidado	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2011	2010	Variação percentual
Resultado líquido de juros	35.611.286	32.771.291	8,7%
Despesas com perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(8.296.151)	(5.756.125)	44,1%
Receitas não financeiras	55.916.185	46.766.710	19,6%
Despesas não financeiras	(68.547.851)	(58.457.759)	17,3%
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**14.683.469**	**15.324.117**	**(4,2)%**
Imposto de renda e contribuição social	(3.594.027)	(5.271.924)	(31,8)%
Lucro líquido do exercício	**11.089.442**	**10.052.193**	**10,3%**
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	10.958.054	9.939.575	10,2%
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	131.388	112.618	16,7%

Segmento	Em milhares de reais, exceto porcentagens					
	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2011	2010	Variação percentual	2011	2010	Variação percentual
Resultado líquido de juros	31.379.722	28.223.501	11,2%	3.274.715	2.823.860	16,0%
Despesas com perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(9.275.421)	(6.354.670)	46,0%	-	-	-
Receitas não financeiras	19.499.077	14.399.089	35,4%	39.730.424	32.816.828	21,1%
Despesas não financeiras	(32.562.339)	(26.897.045)	21,1%	(37.824.847)	(30.885.976)	22,5%
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**9.041.039**	**9.370.875**	**(3,5)%**	**5.180.292**	**4.754.712**	**9,0%**
Imposto de renda e contribuição social	(1.305.702)	(2.416.284)	(46,0)%	(1.850.139)	(1.771.955)	4,4%
Lucro líquido do exercício	**7.735.337**	**6.954.591**	**11,2%**	**3.330.153**	**2.982.757**	**11,6%**
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	7.724.917	6.943.764	11,2%	3.201.449	2.912.981	9,9%
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	10.420	10.827	(3,8)%	128.704	69.776	84,5%

Resultado líquido de juros

A tabela a seguir demonstra os principais componentes de nosso resultado líquido de juros antes das perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos, relativamente a 2011 e 2010, de maneira consolidada e por segmento:

	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	2011	2010	Variação percentual
Consolidado			
Receita de juros e similares	82.367.272	63.772.183	29,2%
Despesa de juros e similares	(46.755.986)	(31.000.892)	50,8%
Resultado líquido de juros	**35.611.286**	**32.771.291**	**8,7%**
Atividade Bancária			
Receita de juros e similares	74.956.572	56.308.530	33,1%
Despesa de juros e similares	(43.576.850)	(28.085.029)	55,2%
Resultado líquido de juros	**31.379.722**	**28.223.501**	**11,2%**
Seguros, Previdência e Capitalização			
Receita de juros e similares	9.980.146	8.907.371	12,0%
Despesa de juros e similares	(6.705.431)	(6.083.511)	10,2%
Resultado líquido de juros	**3.274.715**	**2.823.860**	**16,0%**

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento de nosso resultado líquido de juros foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros, e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização/desvalorização do real) em cada caso, relativamente a 2011 e 2010:

	Em milhares de reais		
	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2011/2010		
	Aumento/(redução)		
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros	6.752.053	5.165.633	721.464
Devido às alterações nas taxas médias de juros	(3.912.058)	(2.009.412)	(270.609)
Alteração líquida	**2.839.995**	**3.156.221**	**450.855**

Atividade bancária

Nosso resultado líquido de juros aumentou 11,2%, passando de R$ 28.223 milhões em 2010 para R$ 31.380 milhões em 2011. Esse acréscimo deveu-se, principalmente: (i) ao aumento do volume médio dos negócios, que contribuiu com R$ 5.166 milhões, reflexo: (a) da elevação de 25,6% no saldo médio dos ativos que rendem juros, que contribuiu com R$ 13.788 milhões, destacando-se o acréscimo de: 20,7% no saldo médio dos empréstimos e adiantamentos a clientes; 21,2% no saldo médio dos empréstimos e financiamentos a instituições financeiras; 55,0% no saldo médio dos ativos financeiros para negociação; e 82,0% no saldo médio dos depósitos compulsórios no Banco Central, parcialmente, compensado: (b) pelo aumento de 28,3% no saldo médio dos passivos que incidem juros, que impactaram o resultado em R$ 8.622 milhões, destacando-se a evolução de: 26,6% no saldo médio das captações no mercado aberto; 27,7% no saldo médio dos depósitos a prazo; e 145,7% no saldo médio dos recursos de emissão de títulos, aumento este relacionado, basicamente, ao maior volume de emissões de letras financeiras em 2011; e compensado em parte: (ii) pela redução da taxa média de juros, que passou de 7,0% em 2010 para 6,2% em 2011, impactando negativamente o resultado líquido em R$ 2.009 milhões, reflexo, basicamente, da valorização de 12,6% do dólar americano frente ao real, impactando nossas captações no exterior.

Seguros, previdência e capitalização

Nosso resultado líquido de juros cresceu 16,0%, passando de R$ 2.824 milhões em 2010 para R$ 3.275 milhões em 2011, principalmente devido: (i) ao aumento no volume médio dos negócios, que contribuiu com R$ 721 milhões, sendo: (a) R$ 1.717 milhões, em virtude da evolução de 20,4% no saldo médio dos ativos que rendem juros, destacando-se o acréscimo de 37,0% no saldo médio dos empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, este efeito foi, parcialmente, compensado: (b) pelo acréscimo de 17,1% no volume médio das provisões técnicas, cujo impacto foi de R$ 996 milhões; e compensado: (ii) pela redução na taxa média do resultado líquido de juros, que impactou o resultado líquido em R$ 271 milhões.

Receita de juros e similares

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, o saldo médio dos principais componentes de nossos ativos que rendem juros e as taxas de juros médias auferidas, em 2011 e 2010:

Consolidado	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	Em 31 de dezembro de		
	2011	2010	Variação percentual
Saldo médio de ativos que rendem juros			
Ativos financeiros para negociação	87.326.233	62.407.194	39,9%
Ativos financeiros disponíveis para venda	33.549.814	34.888.119	(3,8)%
Investimentos mantidos até o vencimento	4.510.835	3.778.920	19,4%
Ativos cedidos em garantia	75.623.917	70.498.746	7,3%
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	75.900.028	64.545.465	17,6%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	234.942.522	194.680.442	20,7%
Depósitos compulsórios no Banco Central	59.239.456	32.553.623	82,0%
Outros ativos que rendem juros	518.296	494.975	4,7%
Total	**571.611.101**	**463.847.484**	**23,2%**
Taxa de juros média auferida	**14,4%**	**13,7%**	

Segmento	Em milhares de reais, exceto porcentagens					
	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2011	2010	Variação percentual	2011	2010	Variação percentual
Saldo médio de ativos que rendem juros						
Ativos financeiros para negociação	64.641.840	41.700.784	55,0%	22.364.163	20.497.486	9,1%
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.809.477	10.411.584	(25,0)%	25.739.260	24.475.664	5,2%
Investimentos mantidos até o vencimento	110.664	252.551	(56,2)%	4.400.171	3.526.369	24,8%
Ativos cedidos em garantia	75.623.917	70.498.746	7,3%	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	66.780.488	55.108.912	21,2%	48.323.150	35.274.056	37,0%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	234.927.721	194.677.299	20,7%	-	-	-
Depósitos compulsórios no Banco Central	59.239.456	32.553.623	82,0%	-	-	-
Outros ativos que rendem juros	518.296	494.975	4,7%	-	-	-
Total	**509.651.859**	**405.698.474**	**25,6%**	**100.826.744**	**83.773.575**	**20,4%**
Taxa de juros média auferida	**14,7%**	**13,9%**		**9,9%**	**10,6%**	

Para mais informações sobre as taxas médias de juros por tipo de ativos, veja “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios - Informações Estatísticas Selecionadas - Saldos médios das contas patrimoniais e Informações sobre taxa de juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento em nossas receitas de juros e similares foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da flutuação do real), em cada caso relativamente a 2011 em comparação com 2010:

	Em milhares de reais		
	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2011/2010		
	Aumento/(redução)		
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros	14.718.047	13.788.126	1.717.339
Devido às alterações nas taxas médias de juros	3.877.042	4.859.916	(644.564)
Alteração líquida	**18.595.089**	**18.648.042**	**1.072.775**

Atividade bancária

Nossa receita de juros e similares aumentou 33,1%, de R$ 56.308 milhões em 2010 para R$ 74.957 milhões em 2011. Esse crescimento deveu-se, principalmente, à elevação no volume médio dos negócios, que impactou nosso resultado em R$ 13.788 milhões, observado, principalmente, na receita de juros e similares com: (i) empréstimos e adiantamentos a clientes; (ii) empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras; (iii) ativos financeiros para negociação; e (iv) depósitos compulsórios no Banco Central.

A receita de juros e similares com empréstimos e adiantamentos a clientes aumentou 20,7%, de R$ 36.815 milhões em 2010 para R$ 44.421 milhões em 2011. Esse aumento está relacionado ao crescimento de 20,7% no saldo médio da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, que passou de R$ 194.677 milhões em 2010 para R$ 234.928 milhões em 2011, impactando positivamente essa receita de juros e similares em R$ 7.611 milhões. O crescimento sustentável da economia brasileira, aliado a nossa estratégia de negócios, tem beneficiado a expansão de nossos empréstimos e adiantamentos a clientes, principalmente, as operações relacionadas a repasses do “BNDES/Finame”, capital de giro, crédito pessoal e financiamento imobiliário.

Nossa receita de juros e similares oriunda de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras cresceu 25,3%, de R$ 6.759 milhões em 2010 para R$ 8.469 milhões em 2011. Esse aumento deveu-se, principalmente: (i) ao acréscimo no saldo médio destas operações, passando de R$ 55.109 milhões em 2010 para R$ 66.780 milhões em 2011, sensibilizando nossa receita em R$ 1.473 milhões; e (ii) pelo crescimento da taxa média de juros auferida, que passou de 12,3% em 2010 para 12,7% em 2011, incrementando nossas receitas em R$ 236 milhões, reflexo do aumento da taxa média de juros interbancários, que passou de 9,8% em 2010 para 11,6% em 2011.

A receita de juros e similares com ativos financeiros para negociação, passou de R$ 2.318 milhões em 2010 para R$ 6.455 milhões em 2011, em função, basicamente: (i) do aumento de 55,0% no volume médio dessas operações; e (ii) da evolução da taxa média, que passou de 5,6% em 2010 para 10,0% em 2011, impulsionada pela elevação das taxas médias de juros das operações interbancárias.

A receita de juros e similares oriunda de depósitos compulsórios no Banco Central aumentou de R$ 2.869 milhões em 2010 para R$ 6.112 milhões em 2011. Essa variação, reflete o aumento do volume médio dessas operações, passando de R$ 32.554 milhões em 2010 para R$ 59.239 milhões em 2011, ocasionado, principalmente, pelo aumento nas captações de depósitos.

Seguros, previdência e capitalização

Nossa receita de juros e similares cresceu 12,0%, passando de R$ 8.907 milhões em 2010 para R$ 9.980 milhões em 2011. Esse crescimento deveu-se, principalmente, à elevação no volume médio dos negócios, que impactou nosso resultado em R$ 1.717 milhões, evidenciado pelo aumento de 37,0% no saldo médio dos empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras.

A taxa média das receitas de juros e similares em relação aos ativos médios que rendem juros reduziu de 10,6% em 2010 para 9,9% em 2011.

Despesa de juros e similares

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, o saldo médio dos principais componentes de nossas obrigações sobre as quais incidem juros e as taxas de juros médias pagas sobre essas obrigações em 2011 e 2010:

Consolidado	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	Em 31 de dezembro de		
	2011	2010	Variação percentual
Saldo médio de obrigações sobre as quais incidem juros			
Depósitos interfinanceiros	360.575	516.805	(30,2)%
Depósitos de poupança	55.515.889	47.792.922	16,2%
Depósitos a prazo	122.328.948	95.818.484	27,7%
Captações no mercado aberto	128.494.578	106.591.802	20,5%
Obrigações por empréstimos e repasses	44.962.370	33.869.850	32,8%
Recursos de emissão de títulos	28.260.014	11.501.257	145,7%
Dívidas subordinadas	25.335.543	24.410.454	3,8%
Provisões técnicas de seguros e previdência	89.762.154	76.641.029	17,1%
Total	**495.020.071**	**397.142.603**	**24,6%**
Taxa média de juros paga	**9,4%**	**7,8%**	

Segmento	Em milhares de reais, exceto porcentagens					
	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2011	2010	Variação percentual	2011	2010	Variação percentual
Saldo médio de obrigações sobre as quais incidem juros						
Depósitos interfinanceiros	360.621	516.805	(30,2)%	-	-	-
Depósitos de poupança	55.515.889	47.792.922	16,2%	-	-	-
Depósitos a prazo	122.345.672	95.839.679	27,7%	-	-	-
Captações no mercado aberto	167.698.196	132.429.305	26,6%	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	44.962.370	33.869.850	32,8%	-	-	-
Recursos de emissão de títulos	28.260.014	11.501.257	145,7%	-	-	-
Dívidas subordinadas	25.335.543	24.410.454	3,8%	-	-	-
Provisões técnicas de seguros e previdência	-	-	-	89.762.154	76.641.029	17,1%
Total	**444.478.305**	**346.360.272**	**28,3%**	**89.762.154**	**76.641.029**	**17,1%**
Taxa média de juros paga	**9,8%**	**8,1%**		**7,5%**	**7,9%**	

Para mais informações sobre as taxas de juros médias por tipo de passivo, veja “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios - Informações Estatísticas Selecionadas - Saldos médios das contas patrimoniais e informações sobre taxa de juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento em nossa despesa de juros e similares foi atribuível às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da flutuação do real frente ao dólar), em cada caso, comparando os anos de 2011 e 2010:

	Em milhares de reais		
	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2011/2010		
	Aumento/(redução)		
Devido às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros	7.965.993	8.622.494	995.875
Devido às alterações nas taxas médias de juros	7.789.101	6.869.327	(373.955)
Alteração líquida	**15.755.094**	**15.491.821**	**621.920**

Atividade bancária

Nossa despesa de juros e similares aumentou 55,2%, passando de R$ 28.085 milhões em 2010 para R$ 43.577 milhões em 2011. Este crescimento reflete a evolução: (i) do volume médio das obrigações que incidem juros, que impactou as despesas em R$ 8.622 milhões, devido, principalmente, ao aumento de: (a) 27,7% no saldo médio dos depósitos à prazo, de R$ 95.840 milhões em 2010 para R$ 122.346 milhões em 2011; (b) 145,7% no saldo médio de recursos de emissão de títulos, que passou de R$ 11.501 milhões em 2010 para R$ 28.260 milhões em 2011 devido, substancialmente, aos recursos obtidos através da emissão de letras financeiras; e (c) 26,6% no saldo médio de nossas captações no mercado aberto, de R$ 132.429 milhões em 2010 para R$ 167.698 milhões em 2011; e (ii) da taxa média de juros paga, que impactou as despesas em R$ 6.869 milhões, devido, principalmente: (a) a valorização de 12,6% do dólar americano frente ao real, impactando nossas captações no exterior; e (b) elevação da taxa média de juros interbancários, que impactaram nossas despesas com captações no mercado aberto.

Seguros, previdência e capitalização

Nossa despesa de juros e similares aumentou 10,2%, passando de R$ 6.084 milhões em 2010 para R$ 6.705 milhões em 2011, devido ao crescimento do saldo médio das provisões técnicas de seguros e previdência, de R$ 76.641 milhões em 2010 para R$ 89.762 milhões em 2011, refletindo um aumento de R$ 996 milhões em nossas despesas. Tal crescimento foi mitigado pela redução da taxa média de juros paga, que passou de 7,9% em 2010 para 7,5% em 2011, reduzindo nossas despesas em R$ 374 milhões, reflexo, basicamente, da redução do IGP-M, que passou de 11,3% em 2010 para 5,1% em 2011.

Despesas com perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes - consolidado

A tabela a seguir demonstra as mudanças em nossas perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos, a despesa com perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos, os empréstimos recuperados e as baixas de empréstimos para os exercícios findos em 2011 e 2010, bem como nosso índice de despesas com perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes (expresso como uma porcentagem do saldo médio de empréstimos e adiantamentos a clientes), em todos os casos com base nas informações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS:

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	2011	2010	Variação percentual
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos no início do ano	**15.355.736**	**14.925.145**	**2,9%**
Despesas com perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	8.296.151	5.756.125	44,1%
Empréstimos recuperados	2.799.169	2.676.883	4,6%
Baixas de empréstimos	(8.804.390)	(8.002.417)	10,0%
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos no final do ano	**17.646.666**	**15.355.736**	**14,9%**
% de despesas com perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos em relação ao saldo médio dos empréstimos e adiantamentos a clientes	3,5%	3,0%	

O saldo de nossas perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes aumentou 14,9%, de R$ 15.356 milhões em 2010 para R$ 17.647 milhões em 2011. Esse crescimento deveu-se, principalmente, ao aumento de 16,8% em nossa carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, em decorrência da expansão da atividade econômica no período e pelo crescimento de 14,4% nos empréstimos e adiantamentos a clientes com redução ao valor recuperável. Dentre os produtos que mais impactaram a evolução de nossas perdas, destacam-se: (i) veículos-CDC, cuja a perda por redução ao valor recuperável alocada passou de R$ 858 milhões em 2010 para R$ 2.459 milhões em 2011, representando 1,0% de nossos empréstimos e adiantamentos a clientes que rendem juros, sendo que em 2010 representava 0,4%; e (ii) cartão de crédito, cuja perda evoluiu de R$ 1.752 milhões em 2010 para R$ 3.231 milhões em 2011, passando a representar, 1,3% de nossos empréstimos e adiantamentos a clientes que rendem juros, sendo que em 2010 representava 0,8%.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes classificados como não vencidos nem com redução no valor recuperável cresceram 17,4%, de R$ 196.615 milhões em 2010 para R$ 230.870 milhões em 2011, dos quais 98,2% foram classificados como “baixo risco”.

O cálculo das perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos compreende uma análise individual dos empréstimos e adiantamentos a clientes deteriorados e uma análise das perdas com empréstimos e adiantamentos a clientes homogêneas, conforme segue:

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais		
	2011	2010	Variação percentual
Empréstimos e adiantamentos a clientes deteriorados	554.291	641.714	(13,6)%
Perdas com empréstimos e adiantamentos homogêneos a clientes	17.092.375	14.714.022	16,2%
Total	**17.646.666**	**15.355.736**	**14,9%**

A evolução de 44,1% nas despesas com perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos está relacionada: (i) ao crescimento de nossos empréstimos e adiantamentos a clientes, que em 2011, apresentou evolução de 16,8%; e (ii) à evolução de 14,4% nas operações com redução ao valor recuperável, reflexo, basicamente, da deterioração do cenário econômico mundial.

As recuperações de empréstimos problemáticos aumentaram 4,6% e as baixas 10,0%, quando comparados a 2010. Os empréstimos e adiantamentos renegociados aumentaram 25,3% no ano, passando de R$ 6.912 milhões em 2010 para R$ 8.658 milhões em 2011.

Nosso nível de perdas com empréstimos, definidos como o valor das baixas líquidas de empréstimos em relação ao saldo médio dos empréstimos e adiantamentos a clientes, inclusive vencidos, reduziu de 2,6% em 2010 para 2,5% em 2011. Destacamos que o percentual de perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes, fixou-se em 6,7% em 2011, demonstrando que possuímos uma margem confortável, quando observamos nosso histórico de perdas líquidas efetivas.

Acreditamos que a nossa atual perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos é suficiente para cobrir perdas prováveis ligadas à nossa carteira. Para mais informações, veja “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios – Informações Estatísticas Selecionadas – Baixas” e “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios – Informações Estatísticas Selecionadas – Empréstimos e adiantamentos vencidos e perda por redução do valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

Os empréstimos concedidos ás pessoas físicas apresentaram uma evolução de 13,2%, passando de R$ 88.727 milhões em 2010 para R$ 100.433 milhões em 2011, destacamos neste período, os produtos: (i) financiamento imobiliário; (ii) repasses do BNDES/Finame; e (iii) crédito pessoal.

Empréstimos e adiantamentos destinados às pessoas jurídicas, evoluíram 19,1% no ano, passando de R$ 136.909 milhões em 2010 para R$ 163.089 milhões em 2011, principalmente devido aos seguintes produtos: (i) financiamento imobiliário – plano empresário; (ii) capital de giro; e (iii) financiamento à exportação.

Para uma descrição da regulamentação do Banco Central sobre as operações de empréstimos e adiantamentos, veja “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios – Regulamentação e Supervisão – Regulamentação bancária - Tratamento de empréstimos e adiantamentos” e a Nota 2(e) de nossas demonstrações contábeis consolidadas no “Item 18. Demonstrações Contábeis”.

Receitas não financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, os principais componentes de nossas receitas não financeiras relativamente a 2011 e 2010.

Consolidado	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2011	2010	Variação percentual
Resultado líquido de serviços e comissões	10.834.333	9.394.538	15,3%
Ganhos/(perdas) líquidas de ativos e passivos financeiros para negociação	(608.270)	2.212.733	-
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	365.302	754.416	(51,6)%
Prêmio retido de seguros e planos de previdência	34.315.543	27.994.116	22,6%
Resultado de participações em coligadas	682.122	577.053	18,2%
Outras receitas não financeiras	10.327.155	5.833.854	77,0%
Total	**55.916.185**	**46.766.710**	**19,6%**

Segmento	Em milhares de reais, exceto porcentagens					
	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2011	2010	Variação percentual	2011	2010	Variação percentual
Resultado líquido de serviços e comissões	11.989.868	10.450.714	14,7%	1.079.597	975.142	10,7%
Ganhos/(perdas) líquidas de ativos e passivos financeiros para negociação	779.332	906.333	(14,0)%	(1.300)	(1.068)	21,7%
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	(25.022)	97.652	-	213.520	418.846	(49,0)%
Prêmio retido de seguros e plano de previdência	-	-	-	34.315.543	27.994.116	22,6%
Resultado de participações em coligadas	585.281	323.983	80,7%	100.103	148.448	(32,6)%
Outras receitas não financeiras	6.169.618	2.620.407	135,4%	4.022.961	3.281.344	22,6%
Total	**19.499.077**	**14.399.089**	**35,4%**	**39.730.424**	**32.816.828**	**21,1%**

Atividade bancária

Nossas receitas não financeiras cresceram 35,4%, de R$ 14.399 milhões em 2010 para R$ 19.499 milhões em 2011. Este crescimento ocorreu, principalmente, em função da elevação de: (i) 135,4% nas outras receitas não financeiras, de R$ 2.620 milhões em 2010 para R$ 6.170 milhões em 2011, ocasionada, principalmente, por receitas de impostos a compensar, no valor de R$ 2.912 milhões; e (ii) 14,7% no resultado líquido de serviços e comissões, impulsionada pelo aumento de: (a) 22,0% nas receitas com cartões de crédito, reflexo, do aumento da nossa base de cartões, que passou de 145,2 milhões de unidades em 31 de dezembro de 2010 para 155,7 milhões de unidades em 31 de dezembro de 2011, impulsionando o faturamento, que atingiu R$ 89.624 milhões em 2011, apresentando crescimento de 18,6%; (b) 21,5% nas receitas com administração de consórcios, decorrente do aumento das cotas ativas, que passaram de 471.620 cotas ativas em 31 de dezembro de 2010 para 625.763 cotas ativas em 31 de dezembro de 2011 e pelo aumento de recebimento de lances; (c) 18,0% nas receitas referentes a contas correntes, devido, basicamente, à expansão da nossa base de clientes, cujo aumento líquido representou 1.981 mil novas contas correntes; e (d) 11,4% em rendas de cobranças, reflexo, do aumento do volume médio dos negócios.

Seguros, previdência e capitalização

Nossas receitas não financeiras aumentaram 21,1%, passando de R$ 32.817 milhões em 2010 para R$ 39.730 milhões em 2011. Esse desempenho deveu-se, principalmente, ao crescimento de: (i) 22,6% nas receitas de prêmios retidos de seguros e planos de previdência, que passaram de R$ 27.994 milhões em 2010 para R$ 34.316 milhões em 2011, resultante, basicamente, do: (a) aumento das receitas de prêmios emitidos de seguros, passando de R$ 26.136 milhões em 2010 para R$ 32.136 milhões em 2011; e (b) aumento das receitas com contribuições de previdência complementar, que passaram de R$ 2.541 milhões em 2010 para R$ 3.062 milhões em 2011; e (ii) 10,7% no resultado líquido de serviços e comissões, de R$ 975 milhões em 2010 para R$ 1.080 milhões em 2011.

Principais diferenças entre os saldos dos segmentos e o consolidado

Adicionalmente às explicações acima, destacamos a seguir, as principais diferenças existentes entre nossas receitas não financeiras por segmento (elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil) e nossas receitas não financeiras consolidadas (elaboradas de acordo com as "IFRS") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Resultado líquido de serviços e comissões

A diferença de R$ 2.235 milhões refere-se, basicamente: (i) ao método da taxa efetiva de juros, no valor de R$ 1.266 milhões; (ii) a eliminações no montante de R$ 1.547 milhões; e compensadas, em parte: (iii) por ajustes de outras operações, no valor de R$ 617 milhões.

Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação

Apresenta ajuste no valor de R$ 1.386 milhões, ocasionado, principalmente, pela: (i) reversão do hedge de fluxo de caixa, no valor de R$ 1.082 milhões, veja nota 46 (d), no "Item 18 Demonstrações Contábeis"; e (ii) consolidação dos fundos exclusivos, no valor de R$ 581 milhões; impactados, pelo: (iii) efeito da variação cambial de nossos ativos financeiros para negociação, no valor de R$ 283 milhões.

Despesas não financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, os principais componentes de nossas despesas não financeiras relativamente a 2011 e a 2010:

Consolidado	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2011	2010	Variação Percentual
Despesas de pessoal	(11.150.970)	(8.794.017)	26,8%
Despesas administrativas	(11.477.134)	(9.761.445)	17,6%
Depreciação e amortização	(2.120.335)	(1.966.433)	7,8%
Variação de provisões técnicas de seguros e planos de previdência	(18.212.405)	(14.272.242)	27,6%
Sinistros retidos	(11.168.612)	(9.577.429)	16,6%
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência	(1.858.351)	(1.566.715)	18,6%
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira	2.625.813	(682.961)	-
Outras despesas não financeiras	(15.185.857)	(11.836.517)	28,3%
Total	**(68.547.851)**	**(58.457.759)**	**17,3%**

Segmento	Em milhares de reais, exceto porcentagens					
	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2011	2010	Variação percentual	2011	2010	Variação percentual
Despesas de pessoal	(10.082.575)	(7.944.012)	26,9%	(950.749)	(762.840)	24,6%
Despesas administrativas	(10.805.456)	(9.018.558)	19,8%	(1.051.456)	(1.046.476)	0,5%
Depreciação e amortização	(1.615.437)	(1.539.117)	5,0%	(77.828)	(1.418)	-
Variação de provisões técnicas de seguros e planos de previdência	-	-	-	(18.212.405)	(14.294.977)	27,4%
Sinistros retidos	-	-	-	(11.168.612)	(9.577.429)	16,6%
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência	-	-	-	(1.859.208)	(1.567.344)	18,6%
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira	1.043.896	336.578	210,1%	-	-	-
Outras despesas não financeiras	(11.102.767)	(8.731.936)	27,2%	(4.504.589)	(3.635.492)	23,9%
Total	**(32.562.339)**	**(26.897.045)**	**21,1%**	**(37.824.847)**	**(30.885.976)**	**22,5%**

Atividade bancária

Nossas despesas não financeiras aumentaram 21,1%, passando de R$ 26.897 milhões em 2010 para R$ 32.562 milhões em 2011. Esse aumento foi devido à evolução de: (i) 26,9% nas despesas de pessoal, impactadas: (a) pelo acréscimo em nosso quadro de colaboradores de 75.375 em 2010 para 86.263 em 2011, decorrente de nosso crescimento orgânico; (b) pelo aumento dos níveis salariais; e (c) por

maiores despesas com processos trabalhistas decorrente do refinamento dos percentuais utilizados para o cálculo da provisão, cujo impacto em 2011 foi de R$ 500 milhões (para mais informações, veja “Item 8.A Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras”); (ii) 19,8% nas nossas despesas administrativas, devido, principalmente: (a) ao aumento do volume médio dos negócios; (b) à reajustes contratuais; e (c) à aceleração do crescimento orgânico, que propiciou a ampliação dos pontos de atendimento em 11.030 pontos, com destaque para a inauguração de 1.009 agências em 2011; e (iii) 27,2% em outras despesas não financeiras, basicamente, ocasionada, em função da constituição de provisão para riscos fiscais no montante de R$ 786 milhões e maiores despesas com provisões operacionais, com destaque para as provisões para contingências cíveis.Tal aumento foi compensado pelos ganhos líquidos de operações em moeda estrangeira, que passaram de R$ 337 milhões em 2010 para uma receita de R$ 1.044 milhões em 2011, reflexo, basicamente, da valorização de 12,6% do dólar americano frente ao real, que impactou nossos investimentos no exterior.

Seguros, previdência e capitalização

Nossas despesas não financeiras aumentaram em 22,5%, passando de R$ 30.886 milhões em 2010 para R$ 37.824 milhões em 2011. Esse acréscimo deveu-se, principalmente, à elevação de: (i) 27,4% na nossa despesa com variação de provisões de seguros e planos de previdência, de R$ 14.295 milhões em 2010 para R$ 18.212 milhões em 2011, decorrente, basicamente, do aumento de 17,1% no volume médio das provisões técnicas de seguros e previdência; e (ii) 16,6% em nossos sinistros retidos, de R$ 9.577 milhões em 2010 para R$ 11.169 milhões em 2011, principalmente, em razão do aumento de sinistros no segmento de saúde. As evoluções dessas despesas refletem a expansão dos nossos negócios.

Principais diferenças entre os saldos dos segmentos e o consolidado

Adicionalmente às explicações acima, destacamos a seguir, as principais diferenças existentes entre nossas despesas não financeiras por segmento (elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil) e nossas despesas não financeiras consolidadas (elaboradas de acordo com as “IFRS”) para o exercício findo 31 de dezembro de 2011.

Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira

O ajuste de R$ 1.582 milhões refere-se, basicamente, aos ajustes da variação cambial de nossas operações e investimentos no exterior.

Depreciação e amortização

A diferença de R$ 427 milhões decorre da reclassificação das despesas relacionadas à amortização do ágio e de ativos intangíveis oriundas de outras despesas não financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda no Brasil é constituído por impostos federais sobre renda e contribuição social sobre o lucro ajustado. Veja “Item 5.A. Resultados Operacionais – Visão Geral - Impostos”. A taxa combinada desses dois tributos foi de 34,0% até abril de 2008. A partir de maio de 2008, a taxa combinada aumentou para 40,0%, devido à elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado, que foi de 9,0% para 15,0%. As despesas de imposto de renda e contribuição social são compostas por uma parcela de impostos correntes e outra de impostos diferidos. Algumas receitas e despesas reconhecidas contabilmente em nossa demonstração de resultado não afetam nossa base tributária, ao passo que outras receitas tributáveis e despesas dedutíveis da nossa base tributária não afetam nossa demonstração de resultado. Além disso, de acordo com a legislação tributária brasileira, os ganhos e perdas de variação cambial dos investimentos mantidos em subsidiárias no exterior não são tributáveis quando a variação cambial for positiva e não dedutível quando a variação cambial for negativa.

A despesa com imposto de renda e contribuição social caiu de R$ 5.272 milhões em 2010 para R$ 3.594 milhões em 2011. Esta variação deveu-se, principalmente: (i) à queda no resultado tributável em consequência da valorização do dólar norte-americano frente ao real, impactando nossas captações no exterior; (ii) às despesas indedutíveis e ao ganho cambial não tributável com o investimento no exterior, que geraram um ajuste positivo de R$ 528 milhões em 2011, contra um ajuste negativo de R$ 657 milhões em 2010; e (iii) pelo maior benefício fiscal obtido na distribuição aos acionistas de juros sobre o capital próprio,

que passou de R$ 986 milhões em 2010 para R$ 1.174 milhões em 2011. Para informações adicionais sobre imposto de renda e contribuição social, veja Nota 17 de nossas demonstrações contábeis consolidadas no “Item 18. Demonstrações Contábeis”.

Como porcentagem de nosso resultado antes do imposto de renda e contribuição social, a alíquota efetiva passou de uma despesa de 34,4% em 2010 para uma despesa de 24,5% em 2011.

Lucro líquido

Como resultado do anteriormente exposto, nosso lucro líquido atribuído aos controladores, cresceu 10,2%, de R$ 9.940 milhões em 2010 para R$ 10.958 milhões em 2011. Nosso lucro líquido do exercício, por sua vez, cresceu 10,3%, de R$ 10.052 milhões em 2010 para R$ 11.089 milhões em 2011.

5.B. Liquidez e Recursos de Capital

Administração de ativos e obrigações

Nossa política geral sobre a administração de ativos e obrigações é a seguinte: administrar riscos de taxa de juros, liquidez, câmbio e vencimento para maximizar nossa receita líquida de operações financeiras e nosso retorno sobre ativos e capital, à luz de nossa política interna de gestão de riscos e manter níveis adequados de liquidez e capital.

Como parte de nossa administração de ativos e obrigações, procuramos evitar descasamentos substanciais entre ativos e obrigações, fazendo coincidir, na medida do possível, a estrutura de vencimentos, moedas e taxas de juros dos empréstimos que concedemos, conforme os termos das operações, segundo as quais financiamos esses empréstimos. Respeitadas as restrições de nossa política, assumimos periodicamente posições descasadas quanto a taxas de juros, vencimentos e, em circunstâncias mais limitadas, moedas estrangeiras, quando acreditamos que essas posições se justificam em razão de condições e perspectivas de mercado.

Monitoramos nossa posição de ativos e obrigações de acordo com as exigências e diretrizes do Banco Central. O Comitê de Tesouraria de nossa Administração reúne-se semanalmente para:

- apresentar e discutir as movimentações realizadas no período;
- apresentar as exposições assumidas em cada um dos itens de nossa carteira (taxas pré-fixadas, pós-fixadas, moeda estrangeira, cupom cambial etc.);
- estabelecer limites de exposições, com base em nossa avaliação dos riscos, apresentados por nossas posições de *gaps* das moedas, dos prazos e das taxas, e níveis atuais de volatilidade de mercado;
- estabelecer políticas de alocação de ativos e captação de recursos; e
- tomar decisões sobre a estrutura de vencimentos de nossos ativos e obrigações.

Ao tomar tais decisões, nossa Administração avalia não somente nossos limites de exposição referentes a cada segmento de mercado e produto, mas também os níveis de volatilidade do mercado e a extensão a qual estamos expostos a riscos de mercado por meio de “descasamentos” de taxas de juros, vencimentos, liquidez e moeda. Ela também considera outros riscos em potencial, bem como a liquidez do mercado, nossas necessidades institucionais e oportunidades de ganho observadas. O Comitê realiza reuniões especiais, conforme necessário em resposta às alterações macroeconômicas inesperadas.

Além disso, nossa Administração recebe relatórios diários sobre nossas posições descasadas e em aberto, enquanto que o Comitê de Tesouraria avalia semanalmente nossa posição quanto a riscos.

Liquidez e captação

As exigências do Banco Central, quanto aos depósitos compulsórios, determinam nossos níveis mínimos de liquidez. Periodicamente revisamos nossas políticas de administração de ativos e obrigações de modo a garantir que tenhamos liquidez suficiente para honrar saques, depósitos, amortizar outras obrigações no vencimento, conceder empréstimos ou outras formas de crédito aos nossos clientes e atender às nossas necessidades próprias de capital de giro.

Nosso Departamento de Tesouraria atua como um centro de suporte para nossos vários segmentos comerciais, administrando nossas posições de financiamento e liquidez e cumprindo nossos objetivos de investimento, de acordo com nossa política de administração de ativos e obrigações. Ele é também responsável por estabelecer as taxas de nossos produtos, inclusive operações de câmbio e interfinanceiras. O Departamento de Tesouraria cobre qualquer escassez de recursos de financiamento, por meio de captação no mercado interbancário, procurando maximizar o uso eficiente de nossa base de depósitos, investindo quaisquer excedentes em instrumentos líquidos no mercado interbancário.

Temos utilizado nossa liquidez excedente para investir em títulos públicos e esperamos continuar a fazê-lo, observadas as exigências regulamentares e considerações sobre investimentos. Nossas principais fontes de financiamento são:

- depósitos à vista, de poupança e a prazo, bem como depósitos interfinanceiros; e
- captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas, parte deles expressos em moedas estrangeiras.

A tabela a seguir demonstra a média dos saldos e a taxa de juros reais média de nossas fontes de captação (que incidem juros e também as que não incidem juros) para os períodos indicados, mensuradas usando saldos de final de mês:

Em milhares de reais, exceto porcentagem	2012			2011			2010		
	Saldo médio	% do total	Taxa média	Saldo médio	% do total	Taxa média	Saldo médio	% do total	Taxa média
Obrigações que incidem juros									
Depósitos interfinanceiros	471.502	0,1%	10,3%	360.575	0,1%	12,9%	516.805	0,1%	7,5%
Depósitos de poupança	62.758.934	9,1%	5,8%	55.515.889	9,3%	6,8%	47.792.922	9,7%	6,2%
Depósitos a prazo	117.810.860	17,1%	6,4%	122.328.948	20,4%	9,2%	95.818.484	19,4%	8,7%
Captações no mercado aberto	152.354.820	22,2%	7,7%	128.494.578	21,4%	10,9%	106.591.802	21,6%	9,4%
Obrigações por empréstimos e repasses	47.408.499	6,9%	5,0%	44.962.370	7,5%	12,8%	33.869.850	6,9%	2,5%
Recursos de emissão de títulos	50.848.755	7,4%	6,8%	28.260.014	4,7%	8,8%	11.501.257	2,3%	6,4%
Dívidas subordinadas	32.278.136	4,7%	8,9%	25.335.543	4,2%	11,0%	24.410.454	4,9%	8,3%
Provisões técnicas de seguros e previdência	107.519.858	15,6%	7,4%	89.762.154	15,0%	7,5%	76.641.029	15,5%	7,9%
Total de obrigações sobre as quais incidem juros	**571.451.364**	**83,1%**	**6,9%**	**495.020.071**	**82,5%**	**9,4%**	**397.142.603**	**80,4%**	**7,8%**
Obrigações que não incidem juros									
Depósitos à vista	33.136.888	4,8%	-	32.538.699	5,4%	-	32.911.742	6,7%	-
Outras obrigações que não incidem juros	82.827.519	12,0%	-	72.605.080	12,1%	-	63.819.402	12,9%	-
Total de obrigações que não incidem juros	**115.964.407**	**16,9%**	**-**	**105.143.779**	**17,5%**	**-**	**96.731.144**	**19,6%**	**-**
Total do passivo	**687.415.771**	**100,0%**	**5,8%**	**600.163.850**	**100,0%**	**7,8%**	**493.873.747**	**100,0%**	**6,3%**

Os depósitos são a nossa fonte de captação mais importante, representando 31,2% do saldo médio das obrigações em 2012, comparado com 35,1% em 2011 e 35,8% em 2010. Nosso saldo de depósitos durante estes anos progrediu da seguinte maneira:

- Em 2011, o saldo médio dos nossos depósitos aumentou 19,0% em comparação a 2010, devido, principalmente, ao crescimento de 27,7% no saldo médio de nossos depósitos a prazo e de 16,2% no saldo médio de nossos depósitos de poupança; e
- Em 2012, o saldo médio dos nossos depósitos aumentou 1,6% em comparação a 2011, devido, principalmente, ao crescimento de 13,0% no saldo médio de nossos depósitos de poupança que foi, parcialmente, compensado pela queda de 3,7% do saldo médio de nossos depósitos à prazo.

Captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses e recursos de emissão de títulos são uma das principais fontes de captação, representando 36,5% do total médio das obrigações de 2012, comparado com 33,6% em 2011 e 30,8% em 2010. No comparativo entre 2012 e 2011, houve uma evolução de 24,2% destas fontes de captação, destacando o crescimento de 79,9% em recursos de emissão de títulos, devido, basicamente, às emissões de títulos no exterior e letras financeiras no país, ocorridos no período.

A tabela a seguir demonstra nossas fontes de captação e liquidez, em 31 de dezembro de 2012:

Em 31 de dezembro de 2012	Em milhares de reais	% do total
Depósitos interfinanceiros	382.474	0,1%
Depósitos de poupança	69.041.721	9,5%
Depósitos a prazo	104.045.463	14,3%
Captações no mercado aberto	175.530.009	24,1%
Obrigações por empréstimos e repasses	44.186.158	6,1%
Recursos de emissão de títulos	51.552.093	7,1%
Dívidas subordinadas	34.851.714	4,8%
Provisões técnicas de seguros e previdência	118.768.720	16,3%
Total das obrigações que incidem juros	**598.358.352**	**82,0%**
Depósitos à vista	38.411.773	5,3%
Outras obrigações que não incidem juros	93.070.184	12,8%
Total das obrigações que não incidem juros	**131.481.957**	**18,0%**
Total de obrigações	**729.840.309**	**100,0%**

Depósitos

Os depósitos responderam por aproximadamente 29,0% do total de obrigações em 31 de dezembro de 2012. Nossos depósitos consistem, basicamente, de depósitos a prazo e de poupança, expressos em reais e com juros, bem como os depósitos à vista, sobre os quais não incidem juros, também expressos em reais. O aumento nos saldos médios de nossos depósitos de poupança de 2011 para 2012 deveu-se, principalmente, pelo maior volume de captação, que foi influenciado, em parte, pelas mudanças nas regras de remuneração do investimento. Para informações adicionais sobre nossos depósitos, veja “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios - Informações Estatísticas Selecionadas - Vencimento dos depósitos”.

Captações no mercado aberto

As captações no mercado aberto consistem, principalmente, de recursos obtidos em instituições financeiras no mercado através da venda de títulos com acordos de recompra. Em 31 de dezembro de 2011, tínhamos captações no mercado aberto no valor de R$ 149.940 milhões, um aumento de R$ 16.940 milhões se comparado a 31 de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2012, tínhamos captações no mercado aberto no valor de R$ 175.530 milhões, um aumento de R$ 25.590 milhões se comparado a 31 de dezembro de 2011. O crescimento apresentado nos períodos reflete o aumento do volume de nossos negócios.

Obrigações por empréstimos

Os empréstimos são constituídos, principalmente, de linhas obtidas junto a bancos correspondentes para o financiamento de importação e exportação, bem como emissões de títulos de dívida mobiliária de curto prazo. Nosso acesso a esta fonte de tem sido contínua e as captações ocorrem com taxas e prazos nas condições do mercado.

Nossos serviços de crédito podem ser impactados por vários fatores, incluindo rebaixamentos em nossa classificação, flutuações nas taxas cambiais brasileiras e taxa básica de juros, taxas elevadas de inflação, desvalorização da moeda e acontecimentos adversos na economia brasileira e mundial. Para mais informações sobre os riscos que um efeito adverso poderia ter sobre nossos serviços de crédito, veja “Item 3.D. Fatores de Risco - Riscos Macroeconômicos” e “Item 3.D. Fatores de Risco - Riscos relacionados ao Bradesco e ao setor bancário brasileiro”.

Em 31 de dezembro de 2011, tínhamos obrigações por empréstimo em um total de R$ 17.257 milhões, um aumento de R$ 9.267 milhões em relação a 31 de dezembro de 2010. Nossas obrigações por empréstimos aumentaram em função do: (i) aumento na demanda de financiamentos a importações e exportações; e (ii) valorização do dólar americano frente ao real.

Em 31 de dezembro de 2012, tínhamos obrigações por empréstimo em um total de R$ 8.111 milhões, uma redução de R$ 9.146 milhões em relação a 31 de dezembro de 2011. Nossas obrigações por empréstimos reduziram devido a liquidação de operações, sendo compensadas, em parte, pela valorização de 8,9% do dólar americano frente ao real.

Para informações adicionais sobre os nossas obrigações por empréstimo, veja “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios - Informações Estatísticas Selecionadas”.

Obrigações por repasses

As obrigações por repasses consistem, basicamente, de recursos para repasses locais, em que tomamos emprestado de entidades e órgãos governamentais nacionais para conceder empréstimos a empresas brasileiras, para investimentos em instalações e equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor de nossas obrigações por repasses aumentou para R$ 35.989 milhões, um aumento de R$ 5.783 milhões em relação a 31 de dezembro de 2010. O aumento em nossas obrigações por repasses foi, basicamente, atribuído ao aumento de R$ 4.402 milhões em nossa captação em repasses Finame no país.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de nossas obrigações por repasses totalizou R$ 36.075 milhões, um aumento de R$ 86 milhões em relação a 31 de dezembro de 2011. O aumento em nossas obrigações por repasses foi, basicamente, atribuído ao aumento de R$ 667 milhões em nossa captação em repasses do Finame no país, compensadas, parcialmente, pelo menor saldo das captações relacionadas às operações com o BNDES, no valor de R$ 660 milhões.

Recursos de emissão de títulos

Os recursos de emissão de títulos consistem, basicamente, de recursos de letras imobiliárias, *Euronotes* e as emissões de títulos e valores mobiliários no exterior.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor de nossos recursos de emissão de títulos era de R$ 41.631 milhões, um aumento de R$ 23.821 milhões em relação a 31 de dezembro de 2010. O aumento em nossos recursos de emissão de títulos foi, basicamente, atribuído ao aumento de R$ 19.300 milhões de nossa captação em letras financeiras e ao aumento de R$ 2.811 milhões em *Euronotes*.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de nossos recursos de emissão de títulos era de R$ 51.552 milhões, um aumento de R$ 9.921 milhões em relação a 31 de dezembro de 2011. O crescimento em nossos recursos de emissão de títulos foi, basicamente, atribuído ao aumento de: (i) R$ 5.844 milhões de nossa captação através de emissão de títulos no exterior; (ii) R$ 2.086 milhões em recursos obtidos pela emissão de letras de crédito imobiliário; e (iii) R$ 1.101 milhões em emissões de letras financeiras.

Depósitos compulsórios no Banco Central

Por exigência do Banco Central, somos obrigados, na qualidade de instituição financeira, a depositar um determinado valor de recursos no Banco Central ou a comprar e deter títulos do Tesouro Nacional. Não podemos utilizar esses depósitos compulsórios para qualquer outro fim. O Banco Central determina os juros a serem pagos sobre esses depósitos, se houver. Para mais informações sobre exigências de depósitos compulsórios, veja “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios – Captação de depósitos”.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de nossos depósitos compulsórios aumentou em 9,2%, de R$ 65.197 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 71.210 milhões em 31 de dezembro de 2011, principalmente, em razão do aumento do nosso volume médio de depósitos a prazo.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de nossos depósitos compulsórios reduziu em 32,7%, de R$ 71.211 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$ 47.952 milhões em 31 de dezembro de 2012, principalmente, em razão: (i) da redução do nosso volume médio de depósitos a prazo; (ii) da possibilidade de dedução do recolhimento compulsório sobre depósitos à vista em algumas situações específicas, conforme Circular nº 3.622/12 do Banco Central; e (iii) redução à alíquota de zero por cento do recolhimento de compulsório adicional sobre depósitos à vista, conforme Circular nº 3.609/12 do Banco Central.

Fontes de liquidez adicional

Em algumas circunstâncias limitadas, nós podemos obter fundos emergenciais do Banco Central, através de uma transação referida como redesconto. Um redesconto é uma operação de crédito do Banco Central para uma instituição financeira, que é garantido por títulos do governo federal, que a instituição possui. O montante dos títulos do governo federal mantido pela instituição financeira como ativos de negociação limita o valor das transações de redesconto. Nós nunca precisamos captar do Banco Central através de transações de "redesconto" com o objetivo de liquidez. Em 31 de dezembro de 2012, nós tínhamos R$ 46.016 milhões disponíveis em títulos do governo federal como ativos financeiros para negociação que poderiam ser usados para essa finalidade.

Fluxos de caixa

Durante 2012, 2011 e 2010, nosso fluxo de caixa foi, basicamente, afetado pela nossa estratégia na condução dos negócios e alterações no ambiente econômico brasileiro. A tabela a seguir demonstra as principais variações nos fluxos de saída de caixa durante os períodos indicados:

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais		
	2012	2011	2010
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais	51.612.398	(37.060.630)	(28.343.156)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de investimento	(44.797.252)	16.682.701	(29.305.414)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de financiamento	3.850.139	20.965.444	4.555.029
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes a caixa	**10.665.285**	**587.515**	**(53.093.541)**

2012

Durante 2012, tivemos um aumento líquido de R$ 10.665 milhões em caixa e equivalentes a caixa em decorrência do caixa líquido proveniente das atividades: (i) operacionais, no valor de R$ 51.612 milhões; e (ii) de financiamento, no montante de R$ 3.850 milhões. Tais incrementos em nosso caixa líquido foram impactados, pela aplicação do caixa líquido em nossas atividades de investimentos, no valor de R$ 44.797 milhões.

Em 2012, o caixa originado por nossas atividades operacionais resultou, principalmente: (i) da redução em depósitos compulsório no Banco Central, no valor de R$ 23.258 milhões; (ii) dos juros recebidos, no montante de R$ 67.007 milhões; (iii) do aumento líquido em recursos de instituições financeiras e de clientes, no valor de R$ 37.833 milhões; (iv) do aumento da variação das provisões técnicas, no valor de R$ 23.326 milhões; e (v) da redução em ativos financeiros para negociação, no valor de R$ 23.159 milhões. Os incrementos mencionados foram impactados, basicamente, pelo aumento em empréstimos e adiantamentos a clientes e instituições financeiras, no valor de R$ 132.900 milhões.

O caixa gerado por nossas atividades de financiamento resultou, basicamente, de um aumento de: (i) R$ 24.448 milhões em recursos de emissão de títulos; e (ii) R$ 12.998 milhões por emissão de dívidas subordinadas e compensado, parcialmente: (iii) pelo pagamento de recursos de emissão de títulos, no montante de R$ 19.956 milhões; (iv) pagamento de dívidas subordinadas, no valor de R$ 4.494 milhões; (v) juros pagos, no montante de R$ 5.261 milhões; e (vi) juros pagos sobre o capital próprio e dividendos, no valor de 3.839 milhões.

2011

Durante 2011, tivemos um aumento líquido de R$ 588 milhões em caixa e equivalentes a caixa em decorrência do caixa líquido proveniente das atividades de: (i) investimento, no valor de R$ 16.683 milhões; e (ii) financiamento, no montante de R$ 20.965 milhões. Tais incrementos em nosso caixa líquido foram impactados, pela aplicação do caixa líquido em nossas atividades operacionais, no valor de R$ 37.061 milhões.

Em 2011, o caixa originado por nossas atividades de investimento resultou, principalmente: (i) da baixa de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos de aquisições, no valor de R$ 13.697 milhões; (ii) por juros recebidos, no valor de R$ 7.190 milhões; e compensados, parcialmente: (iii) pelas aquisições de imobilizado de uso e ativos intangíveis, no valor de R$ 4.932 milhões.

O caixa gerado por nossas atividades de financiamento resultou, basicamente, de um aumento de: (i) R$ 22.532 milhões em recursos de emissão de títulos, líquido dos custos de emissão; (ii) R$ 2.963 milhões por dívidas subordinadas, líquida dos pagamentos; e compensado, parcialmente: (iii) pelo pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, no montante de R$ 3.568 milhões.

2010

Durante 2010, tivemos uma redução líquida de R$ 53.094 milhões em caixa e equivalentes a caixa em decorrência da: (i) utilização de R$ 29.306 milhões em nossas atividades de investimento; (ii) aplicação de R$ 28.343 milhões em nossas atividades operacionais; e compensado: (iii) por R$ 4.555 milhões originados de nossas atividades de financiamento.

Em 2010, o uso de caixa em nossas atividades de investimento resultou, principalmente, da aquisição de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos de baixas, no valor de R$ 31.881 milhões.

O caixa aplicado em nossas atividades de financiamento decorreu, basicamente, de um aumento de: (i) R$ 9.090 milhões em recursos de emissão de títulos, líquido dos custos de emissão; compensado, parcialmente: (ii) pelo pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos, no valor de R$ 2.915 milhões; e (iii) pelo pagamento de juros, no valor de R$ 1.611 milhões.

Cumprimento de exigências referentes à capital

O Acordo da Basileia I exige que os bancos tenham um índice de capital em relação ao ativo ponderado de risco de no mínimo 8,0%. Pelo menos metade do capital total deve consistir de Capital Nível I. O Capital Nível I, ou capital essencial, inclui o capital acionário menos certos intangíveis. O Capital Nível II inclui as reservas de reavaliação de ativos, as perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos e a dívida subordinada, sujeitas a certas limitações. Esse índice deve ser calculado com base nas informações financeiras em BR GAAP.

A regulamentação bancária brasileira difere do Acordo da Basileia de várias maneiras. A regulamentação bancária brasileira:

- exige um índice de capital mínimo em relação ao ativo ponderado de risco de 11,0%;
- não permite que as perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos sejam consideradas como capital;
- requer diferentes categorias específicas de ponderação de risco;
- impõe uma dedução do capital correspondente ao eventual excesso no ativo permanente sobre os limites impostos pelo Banco Central; e
- limita a emissão de dívidas subordinadas em 50,0% do Capital Nível I.

As exigências para adequação de capital podiam ser medidas tanto em bases consolidadas quanto em bases não consolidadas até julho de 2000. A partir de julho de 2000, nós medimos nossa adequação de capital em base consolidada, de acordo com as regras do Banco Central. E a partir de julho de 2008, passamos a operar sob as regras no Novo Acordo de Capital (Basileia II), abordagem padronizada. Veja "Item 4.B. Visão Geral dos Negócios - Regulamentação e Supervisão – Regulamentação Bancária - Principais limitações e restrições de atividades de instituições financeiras" para uma análise mais detalhada das exigências de adequação de capital no Brasil.

Acordo Basileia III

Com intuito de solucionar deficiências reveladas pela recente crise econômica mundial, em dezembro de 2010, o G20 aprovou um conjunto de medidas proposto pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, conhecido como "Basileia III". O objetivo desta reforma é aprimorar as regras de gestão sobre capital e liquidez das instituições financeiras, promovendo o fortalecimento do setor bancário, atenuando assim os impactos de eventuais crises financeiras e suas consequências na economia real.

A primeira medida trata sobre o fortalecimento do capital das instituições financeiras. Em princípio, o capital principal será composto fundamentalmente pelo capital social (ações ordinárias e ações

preferenciais não resgatáveis e sem cumulatividade de dividendos), e por lucros retidos, deduzidos os valores referentes aos ajustes regulamentares (créditos tributários, ágios pagos na aquisição de investimentos e ativos permanentes diferidos, entre outros). Ao final das deduções, Basileia III exigirá que os bancos mantenham: (i) um índice mínimo de capital principal de 4,5%; (ii) um índice mínimo de capital nível I de 6%; e (iii) um índice mínimo de capital total de 8%.

De acordo com as recomendações de Basileia III, foram previstas modificações nos requerimentos de capital para risco de crédito de contraparte, tanto para a abordagem padronizada como para as abordagens baseadas em classificações interna de risco (IRB), de forma a garantir a inclusão dos riscos relevantes na estrutura de capital.

Além das novas definições para o capital e os valores mínimos requeridos, foi prevista a introdução de mais dois requerimentos: “o capital de conservação” e o “capital contracíclico”. O capital de conservação corresponderá a um montante complementar às exigências mínimas regulamentares, constituído de elementos aceitos para compor o capital principal. Seu objetivo é aumentar o poder de absorção de perdas das instituições financeiras, além do mínimo exigido em períodos favoráveis do ciclo econômico, para que o capital acrescido possa ser utilizado em períodos de estresse.

O acordo Basileia III recomenda que seja implementado um Índice de Alavancagem como medida complementar de capital, apurado pela divisão do valor do Nível I do capital pelo valor da exposição total. No cálculo da exposição total, prevê-se a utilização de informações contábeis líquidas de provisões, sem a dedução de nenhum tipo de mitigador de risco de crédito ou de depósitos. A partir de 1º de janeiro de 2018, está prevista a exigência de um valor mínimo para o Índice de Alavancagem, inicialmente previsto em 3%. Os detalhes acerca do Índice de Alavancagem não fazem ainda parte da regulamentação brasileira.

Ademais, com o objetivo de estabelecer requerimentos mínimos quantitativos para a liquidez das instituições financeiras, o Basileia III propõe que sejam definidos dois índices de liquidez: um de curto prazo e outro de longo prazo.

O Índice de Liquidez de Curto Prazo (LCR) terá por finalidade evidenciar que as instituições contem com recursos de alta liquidez, para resistir a um cenário de estresse financeiro agudo com duração de um mês. O Índice de Liquidez de Longo Prazo (NSFR), que busca incentivar as instituições a financiarem suas atividades com fontes mais estáveis de captação. O Basileia III previu a exigência de um valor superior a 1 (um) para o LCR, a partir de 1º de janeiro de 2015 e para o NSFR, a partir de 1º de janeiro de 2018.

Em janeiro de 2011, o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia publicou um documento conhecido como “Anexo de 13 de Janeiro” no qual ampliou as regras de Basileia III, com exigências adicionais aplicáveis ao capital Nível 1 e Nível 2. O Anexo de 13 de Janeiro indica que um instrumento de capital emitido por um banco tenha uma cláusula que exija que esse instrumento, por opção do órgão regulador competente, seja cancelado ou convertido em ações ordinárias, mediante a ocorrência de um “evento ativador”. Um “evento ativador" é aquele que ocorrer primeiro entre: (i) uma decisão que um cancelamento é necessário, sem o qual o banco se tornaria insolvente; e (ii) a decisão de fazer uma injeção pública de capital, ou um subsídio equivalente, sem a qual o banco se tornaria insolvente. Estes requisitos adicionais serão aplicados a todos os instrumentos emitidos depois de 1º de janeiro de 2013, caso contrário, os instrumentos qualificados emitidos antes daquela data serão gradativamente deduzidos da mensuração do capital durante um período de dez anos, a partir de 2013.

O Brasil é membro do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia desde final de 2009 e, portanto, aplicou as propostas de Basileia III. Com efeito, o Banco Central emitiu o Comunicado nº 20.615/11, que dispôs sobre orientações preliminares e cronograma relativos à implementação das recomendações acerca da estrutura de capital e de requerimentos de liquidez. De acordo com este comunicado, o regulador pretende antecipar a implementação de diversas medidas.

De acordo com as regras preliminares do Banco Central, o Brasil seguiria o cronograma internacional para adotar gradualmente as definições e exigências de capital durante os próximos anos. O cronograma inicialmente proposto tinha início em 1º de janeiro de 2013, contudo, posteriormente tal início foi adiado para 1º de março deste mesmo ano, permanecendo o termo final para 1º de janeiro de 2019.

Em 28 de fevereiro de 2013 foi instituída a medida provisória nº 608/13 que integra o conjunto de medidas normativas que o Brasil vem adotando para aderir às recomendações do Basileia III. A Referida norma altera a provisão de capital das instituições financeiras, dispondo sobre o crédito presumido e títulos de crédito e instrumentos emitidos por instituições financeiras para composição de seu patrimônio de referência. Desse modo, a medida provisória nº 608/13 e as resoluções editadas em março de 2013 pelo Banco Central reforçam o mecanismo de prevenção de risco no sistema financeiro, estabelecendo condições que aumentam a capacidade de absorção de perdas e crises econômicas.

Em março de 2013, o Banco Central publicou 4 (quatro) Resoluções e 15 (quinze) Circulares, por meio das quais implementou as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Em linha com as recomendações internacionais e com as práticas atuais, o nível mínimo de capital foi determinado como uma porcentagem do ativo ponderado de risco. De acordo as regras estabelecidas pelo Banco Central, que serão implementadas paulatinamente, a nova estrutura de capital das instituições financeiras serão formadas pelos seguintes componentes: (i) Capital Principal, que consiste principalmente de ações e lucros retidos; (ii) Capital Nível I, que consiste do capital principal mais outros instrumentos capazes de absorver perdas quando a instituição está em funcionamento; e (iii) Patrimônio de Referência, que consiste de Capital Nível I e outros instrumentos para absorver perdas no caso de uma instituição em liquidação.

Seguindo as recomendações de Basileia III, a Resolução nº 4.193/13 do CMN instituiu o capital de conservação, denominado "Adicional de Capital Principal" pelo referido normativo, que deverá ser constituído de janeiro a dezembro de 2016, quando deverá ter o limite inferior de 0,625% e limite superior de 1,25% dos ativos ponderados a risco.

Até o final do período de transição, em 2019, o Adicional de Capital Principal terá que ser de 2,5% a 5% do ativo ponderado de risco. O valor será determinado pelo Banco Central, dependendo das condições econômicas. Em condições normais de mercado, as instituições financeiras devem ter capital excedente em relação às exigências mínimas em um valor acima do Adicional de Capital Principal, como definido. O não cumprimento das regras de Adicional de Capital Principal levará a restrições que afetarão a distribuição de dividendos, bônus, lucros, participação nos lucros e incentivos remuneratórios associados ao desempenho dos administradores das instituições.

Para facilitar o entendimento das mudanças que serão implementadas, veja a tabela abaixo:

	Basileia II	Brasil - Hoje	Basileia III (*)
Capital Principal	**2,0% (**)**	**4,5% (**)**	**7,0% - 9,5%**
Nível I	4,0% (**)	5,5% (**)	8,5% - 11,0%
Patrimônio de Referência (PR)	8,0%	11,0%	10,5% - 13,0%

(*) Considera o Adicional de Capital Principal; e

(**) Limites implícitos.

Na regra atual, as instituições financeiras brasileiras, inclusive nós, são obrigadas a manter um capital (Patrimônio de Referência) igual ou superior a 11,0% dos ativos totais ponderados pelo risco (índice de Basileia), calculados de acordo com critérios específicos estabelecidos pelo Banco Central. Em 31 de dezembro de 2012, o índice de Basileia, que exclui nossas subsidiárias não financeiras, era de 16,2% dos ativos totais ponderados pelo risco, superior ao nível de 11,0% exigido pelo Banco Central.

A tabela a seguir demonstra nossas posições de capital como uma porcentagem do total de ativos de risco ponderado, bem como nossas necessidades de capital mínimo, segundo as leis brasileiras, relativamente às datas indicadas. A tabela e as informações que seguem estão baseadas em termos consolidados, que incluem nossas subsidiárias não financeiras, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil:

Em 31 de dezembro de	Em milhares de reais, exceto porcentagens		
	2012	2011	2010
Capital - Nível I	11,0%	12,4%	13,1%
Capital - Nível II	5,1%	2,7%	1,6%
Capital Total	16,1%	15,1%	14,7%
Capital disponível, segundo a regulamentação	96.933.658	71.475.542	56.146.028
Capital mínimo exigido, segundo a regulamentação	66.057.252	52.158.869	41.892.806
Excedente ao capital mínimo exigido	**30.876.406**	**19.316.673**	**14.253.222**

O aumento em nosso capital disponível, segundo a regulamentação, de R$ 71.476 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$ 96.934 milhões em 31 de dezembro de 2012 foi devido, basicamente: (i) aos R$ 7.486 milhões relativos à capitalização do lucro, após distribuição de dividendos/juros sobre o capital

próprio; e (ii) aumento de R$ 11.008 milhões em dívidas subordinadas, elegíveis ao capital nível II do Patrimônio de Referência.

O aumento em nosso capital disponível, segundo a regulamentação, de R$ 56.146 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$ 71.476 milhões em 31 de dezembro de 2011, foi devido, basicamente: (i) aos R$ 7.288 milhões relativos à capitalização do lucro, após distribuição de dividendos/juros sobre o capital próprio; (ii) R$ 1.500 milhões relativos ao aumento de capital em dinheiro; e (iii) aumento de R$ 7.579 milhões em dívidas subordinadas elegíveis ao capital nível II do Patrimônio de Referência.

O excedente sobre o capital mínimo exigido era de R$ 19.317 milhões em 31 de dezembro de 2011, comparado a R$ 14.253 milhões em 2010. Esse aumento no excedente foi devido, basicamente, a emissão de dívidas subordinadas elegíveis a compor o capital nível II.

Em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, cumpríamos todas as exigências de capital mínimo, determinadas pelo Banco Central. Para uma descrição de nossas necessidades de capital e da regulamentação do Banco Central sobre adequação de capital, veja “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios - Regulamentação e Supervisão - Regulamentação Bancária - Principais limitações e restrições de atividades de instituições financeiras”.

Durante os últimos anos, mantivemos uma posição significativa em instrumentos de curto prazo, de alta liquidez, que em geral têm um risco ponderado zero ou baixo, dessa forma eliminando ou reduzindo de modo significativo a necessidade de manter capital contra esses ativos. Essa posição reflete o ambiente de crédito adverso, que prevaleceu no Brasil entre os anos de 2002, 2003 e o último trimestre de 2008. Se fôssemos aumentar significativamente nossa carteira de empréstimos e adiantamentos, seríamos obrigados a manter capital contra esses ativos, o que, dependendo da posição de capital na ocasião, poderia reduzir nosso capital como uma porcentagem dos ativos de risco ponderado.

Sensibilidade das taxas de juros

A gestão da sensibilidade das taxas de juros constitui um componente chave de nossa política sobre ativo e passivo. A sensibilidade das taxas de juros é a relação entre as taxas de juros de mercado e a receita líquida de juros devida até o vencimento ou características de repactuação de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros. Relativamente a qualquer período específico, a estrutura de preços é considerada equilibrada, quando um valor igual desses ativos ou obrigações vence ou é repactuado nesse período. Qualquer desequilíbrio entre ativos que rendem juros e obrigações que incidem juros é conhecido como uma posição de *gap* (diferença). Um *gap* negativo indica sensibilidade do passivo e, normalmente, significa que um declínio em taxas de juros teria um efeito negativo sobre a receita financeira líquida. Ao contrário, um *gap* positivo indica sensibilidade do ativo e normalmente significa que um declínio em taxas de juros teria um efeito positivo sobre a receita financeira líquida. Essas relações podem alterar-se, significativamente, de um dia para o outro, em decorrência tanto de forças de mercado quanto de decisões da Administração.

Nossa estratégia quanto à sensibilidade de taxas de juros leva em consideração:

- taxas de retorno;
- o grau de risco subjacente; e
- exigências de liquidez, inclusive reservas bancárias mínimas exigidas pela regulamentação, índices de liquidez obrigatórios, retirada e vencimento de depósitos, custos de capital e demanda adicional de recursos.

Monitoramos nossos descasamentos e posições relativos a vencimentos e os administramos dentro de limites estabelecidos. Nosso Comitê de Tesouraria analisa nossas posições pelo menos uma vez por semana e altera nossas posições à medida que as perspectivas do mercado se alteram.

A tabela a seguir indica os vencimentos de nossos ativos que rendem juros e nossas obrigações sobre as quais incidem juros em 31 de dezembro de 2012 e pode não refletir posições de *gaps* de taxas de juros em outros momentos. Além disso, podem existir variações na sensibilidade de taxas de juros dentro dos períodos apresentados devido a diferentes datas de repactuação. Também podem ocorrer variações entre as diferentes moedas nas quais as posições de taxas de juros são detidas.

Em 31 de dezembro de 2012	Em milhares de reais, exceto %						
	Até 30 dias	31 -180 dias	181 - 360 dias	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos que rendem juros							
Ativos financeiros para negociação	26.245.810	5.040.950	2.128.945	40.408.373	23.381.731	7.650.252	104.856.061
Ativos financeiros disponíveis para venda	18.411.205	706.356	517.265	11.011.326	45.390.234	-	76.036.386
Investimentos mantidos até o vencimento	2.003	9.239	-	220.643	3.483.788	-	3.715.673
Ativos cedidos em garantia	14.472.932	60.287.471	1.019.023	19.656.101	10.697.772	-	106.133.299
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	50.283.971	26.825.756	5.088.339	10.621.724	1.443	-	92.821.233
Empréstimos e adiantamentos a clientes [1]	27.775.505	58.804.401	37.945.044	98.406.644	17.936.140	34.367.123	275.234.857
Depósitos compulsórios no Banco Central	40.061.821	-	-	-	-	-	40.061.821
Outros ativos	-	-	-	-	560.090	-	560.090
Total de ativos que rendem juros	**177.253.247**	**151.674.173**	**46.698.616**	**180.324.811**	**101.451.198**	**42.017.375**	**699.419.420**
Passivos que incidem juros							
Recursos de instituições financeiras [2]	98.054.815	62.974.342	14.122.292	40.917.101	4.030.091	-	220.098.641
Depósitos de poupança [3]	69.041.721	-	-	-	-	-	69.041.721
Depósitos a prazo	15.816.709	14.323.105	10.054.554	63.126.416	724.679	-	104.045.463
Recursos de emissão de títulos	3.460.972	14.697.409	12.119.875	20.669.467	604.370	-	51.552.093
Dívidas subordinadas	195.661	549.640	1.396.680	13.523.640	19.186.093	-	34.851.714
Provisões técnicas para seguros e previdência [3]	91.388.794	2.011.060	491.703	24.877.163	-	-	118.768.720
Total de passivos que incidem juros	**277.958.672**	**94.555.556**	**38.185.104**	**163.113.787**	**24.545.233**	**-**	**598.358.352**
Gap ativo/passivo	(100.705.425)	57.118.617	8.513.512	17.211.024	76.905.965	42.017.375	101.061.068
Gap cumulativo	(100.705.425)	(43.586.808)	(35.073.296)	(17.862.272)	59.043.693	101.061.068	-
Índice *gap* cumulativo / total de ativos que rendem juros	(14,4)%	(6,2)%	(5,0)%	(2,6)%	8,4%	14,4%	

[1] Na coluna "indeterminado", refere-se basicamente a operações com cartões de crédito;

[2] Considera captação no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses e depósitos interfinanceiros; e

[3] Os depósitos de poupança e provisões técnicas para seguros e previdência estão classificados no prazo até 30 dias sem considerar a média histórica de giro.

Sensibilidade de taxas de câmbio

A maioria de nossas operações é expressa em reais. Nossa política é evitar descasamentos substanciais em taxas de câmbio. Contudo, de um modo geral, temos em aberto, em qualquer momento específico, obrigações de longo prazo expressas e indexadas a moedas estrangeiras, principalmente, o dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2012, nossa exposição passiva de moeda estrangeira líquida, considerando os derivativos registrados em contas de compensação, era de R$ 20.981 milhões, ou 29,4% do patrimônio líquido. A exposição de moeda estrangeira líquida consolidada é a diferença entre o total de ativos indexados ou expressos em moeda estrangeira e o total de obrigações indexadas ou expressas em moeda estrangeira, inclusive instrumentos financeiros derivativos, registrados fora do balanço patrimonial.

Nossa posição de moeda estrangeira resulta, principalmente, de nossas compras e vendas de moedas estrangeiras (basicamente dólares norte-americanos) de exportadores e importadores brasileiros, de outras instituições financeiras no mercado interbancário e nos mercados monetários a termo e à vista. O Banco Central regulamenta nossa posição líquida máxima de moeda estrangeira, em aberto, vendida e comprada.

A composição de nosso ativo, passivo e patrimônio líquido por moeda e prazo em 31 de dezembro de 2012 é demonstrada na tabela a seguir. Nossos ativos em moeda estrangeira são, em grande parte, expressos em reais, mas são indexados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. A maioria de nossos passivos em moeda estrangeira é representado, principalmente, pelo dólar norte-americano.

Em 31 de dezembro de 2012	Em milhares de reais, exceto porcentagens			
	R$	Moeda estrangeira	Total	Moeda estrangeira como uma porcentagem do total
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos	56.841.734	3.151.043	59.992.777	5,3%
Ativos financeiros para negociação				
Menos de um ano	35.721.932	345.069	36.067.001	1,0%
De um a cinco anos	40.735.254	-	40.735.254	-
Mais de cinco anos	23.625.608	577	23.626.185	0,0%
Indeterminado	11.408.031	3.096	11.411.127	0,0%
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Menos de um ano	18.437.051	1.197.775	19.634.826	6,1%
De um a cinco anos	10.766.618	244.708	11.011.326	2,2%
Mais de cinco anos	41.406.553	3.983.680	45.390.233	8,8%
Indeterminado	5.524.463	-	5.524.463	-
Investimentos mantidos até o vencimento				
Menos de um ano	-	11.242	11.242	100,0%
De um a cinco anos	220.643	-	220.643	-
Mais de cinco anos	3.438.932	44.856	3.483.788	1,3%
Ativos cedidos em garantia	**101.830.564**	**4.302.735**	**106.133.299**	**4,1%**
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	**90.649.997**	**2.171.236**	**92.821.233**	**2,3%**
Empréstimos e adiantamentos a clientes				
Menos de um ano	138.856.115	14.109.282	152.965.397	9,2%
De um a cinco anos	88.172.163	10.578.728	98.750.891	10,7%
Mais de cinco anos	16.066.734	1.869.406	17.936.140	10,4%
Ativos não correntes mantidos para venda	**533.060**	**2**	**533.062**	**0,0%**
Investimentos em coligadas	**2.750.022**	**4.976**	**2.754.998**	**0,2%**
Imobilizado de uso	**4.516.554**	**15.801**	**4.532.355**	**0,3%**
Ativos intangíveis e ágio	**7.729.723**	**25.942**	**7.755.665**	**0,3%**
Impostos correntes	**5.320.826**	**25.867**	**5.346.693**	**0,5%**
Impostos diferidos	**17.967.716**	**15.842**	**17.983.558**	**0,1%**
Outros ativos	-	-	-	-
Menos de um ano	16.761.588	7.879.632	24.641.220	32,0%
De um a cinco anos	10.857.841	122.624	10.980.465	1,1%
Mais de cinco anos	824.824	118.034	942.858	12,5%
Total	**750.964.546**	**50.222.153**	**801.186.699**	**6,3%**
Porcentagem do total de ativos	93,7%	6,3%	100,0%	

Em 31 de dezembro de 2012	Em milhares de reais, exceto porcentagens			
	R$	Moeda estrangeira	Total	Moeda estrangeira como uma porcentagem do total
Passivo e Patrimônio Líquido				
Recursos de instituições financeiras [1]				
Menos de um ano	165.107.150	10.771.946	175.879.096	6,1%
De um a cinco anos	39.915.920	1.001.181	40.917.101	2,4%
Mais de cinco anos	3.386.902	643.189	4.030.091	16,0%
Recursos de clientes				
Menos de um ano	125.046.895	21.873.320	146.920.215	14,9%
De um a cinco anos	61.495.690	1.630.726	63.126.416	2,6%
Mais de cinco anos	562.016	162.663	724.679	22,4%
Passivos financeiros para negociação				
Menos de um ano	2.878.875	296.045	3.174.920	9,3%
De um a cinco anos	484.825	1.996	486.821	0,4%
Mais de cinco anos	388.241	-	388.241	-
Recursos de emissão de títulos				
Menos de um ano	25.131.610	5.146.646	30.278.256	17,0%
De um a cinco anos	12.024.167	8.645.300	20.669.467	41,8%
Mais de cinco anos	208.077	396.293	604.370	65,6%
Dívidas subordinadas				
Menos de um ano	975.269	1.166.712	2.141.981	54,5%
De um a cinco anos	12.918.232	605.408	13.523.640	4,5%
Mais de cinco anos	12.151.240	7.034.853	19.186.093	36,7%
Provisões técnicas de seguros e previdência	118.767.620	1.100	118.768.720	0,0%
Provisões	21.042.826	4.367	21.047.193	0,0%
Impostos correntes	3.334.337	19.791	3.354.128	0,6%
Impostos diferidos	2.862.131	229.536	3.091.667	7,4%
Outros passivos [2]				
Menos de um ano	54.616.838	5.719.405	60.336.243	9,5%
De um a cinco anos	840.375	14.800	855.175	1,7%
Mais de cinco anos	189.512	146.284	335.796	43,6%
Patrimônio líquido	71.346.390	-	71.346.390	-
Total	**735.675.138**	**65.511.561**	**801.186.699**	**8,2%**
Porcentagem do total do passivo, patrimônio líquido e participação minoritária	**91,8%**	**8,2%**	**100,0%**	

[1] Considera captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses e depósitos interfinanceiros; e

[2] Outras obrigações que não incidem juros, que são basicamente compostas por provisão técnica de seguros e planos de previdência e provisão para obrigações contingentes, que não são recursos de captação.

Os instrumentos financeiros derivativos, representados na tabela a seguir, estão na mesma base das demonstrações contábeis consolidadas no “Item 18. Demonstrações Contábeis”.

Nosso caixa e equivalentes a caixa em moeda estrangeira são representados, principalmente, por dólares norte-americanos. Os valores expressos em outras moedas, que incluem euros e ienes, também são indexados ao dólar norte-americano através de *swaps* de moeda, limitando efetivamente nossa exposição em moedas estrangeiras somente ao dólar norte-americano.

Celebramos contratos de instrumentos financeiros derivativos de curto prazo com contrapartes selecionadas, para administrar nossa exposição global, bem como para ajudar os clientes a administrar suas exposições. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda, futuros e opções. Para informações mais detalhadas sobre esses contratos de instrumentos financeiros derivativos, veja Nota 20(c) de nossas demonstrações contábeis consolidadas no "Item 18. Demonstrações Contábeis". Em 31 de dezembro de 2012, a composição dos valores de referencia *notional* e/ou contratuais e dos valores justos dos derivativos de negociação mantidos pela Organização, é demonstrado na tabela a seguir:

Em 31 de dezembro de 2012	Em milhares de reais		
	Valores de Referência		
	R$	Moeda estrangeira	Total
Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos de futuros a taxas de juros			
Compras	130.181.209	-	130.181.209
Vendas	441.870.992	-	441.870.992
Contratos de futuros em moeda estrangeira			
Compras	-	3.804.690	3.804.690
Vendas	-	30.645.872	30.645.872
Contratos de futuros - outros			
Compras	25.963	-	25.963
Vendas	1.336.588	-	1.336.588
Contratos de opções a taxa de juros			
Compras	61.765.403	-	61.765.403
Vendas	79.976.227	-	79.976.227
Contratos de opções em moeda estrangeira			
Compras	-	536.505	536.505
Vendas	-	347.040	347.040
Contratos de opções - outros			
Compras	695.710	-	695.710
Vendas	662.970	-	662.970
Contratos a termo em moeda estrangeira			
Compras	-	20.068.292	20.068.292
Vendas	-	8.314.349	8.314.349
Contratos a termo - outros			
Compras	411.994	-	411.994
Vendas	1.396.530	-	1.396.530
Contratos de *swaps*			
Posição Ativa			
Swaps de taxas de juros	15.140.812	-	15.140.812
Swaps de moedas	-	21.030.812	21.030.812
Posição Passiva			
Swaps de taxas de juros	14.946.865	-	14.946.865
Swaps de moedas	-	21.527.465	21.527.465

Investimentos

Nos últimos três anos, fizemos e esperamos continuar a fazer investimentos significativos relacionados às melhorias e inovações em tecnologia e na Internet, destinados a manter e aumentar nossa infraestrutura de tecnologia, a fim de aumentar nossa produtividade, acessibilidade, eficácia em termos de custos e a nossa reputação como líder em inovação tecnológica no setor de serviços financeiros. Fizemos investimentos significativos em desenvolvimento de sistemas, equipamentos de processamento de dados e outras tecnologias destinados a incrementar essas metas. Esses investimentos foram em sistemas e tecnologia, tanto para uso em nossas operações quanto para uso pelos clientes.

A tabela a seguir demonstra nossos investimentos contabilizados como ativos fixos nos períodos indicados:

	Em milhares de reais		
	2012	**2011**	**2010**
Infraestrutura			
Terrenos e edificações	81.392	88.148	120.051
Instalações, imóveis e equipamentos de uso	554.157	937.026	560.425
Sistemas de segurança e comunicações	12.512	14.759	16.976
Sistemas de transporte	2.146	14.232	2.866
SubTotal	**650.207**	**1.054.165**	**700.318**
Tecnologia da Informação			
Sistemas de processamento de dados	1.543.801	1.260.105	1.240.317
Arrendamento financeiro de sistemas de processamento de dados	418.108	448.497	441.552
SubTotal	**1.961.909**	**1.708.602**	**1.681.869**
Total	**2.612.116**	**2.762.767**	**2.382.187**

Durante 2012, efetuamos investimentos no valor de R$ 2.612 milhões, dos quais R$ 650 milhões foram relacionados com a aquisição de ativos e R$ 1.962 milhões com gastos com serviços de telecomunicações e de processamento de dados.

Acreditamos que os investimentos de 2013 a 2015 não serão, substancialmente, maiores do que os níveis de dispêndios históricos e estimamos que, de acordo com a nossa prática durante os últimos anos, nossos investimentos de 2013 a 2015 serão custeados com nossos próprios recursos. Nenhuma garantia pode ser dada, porém, de que os investimentos serão efetuados e, se efetuados, de que esses dispêndios serão feitos nos valores atualmente esperados.

5.C. Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças

Não aplicável.

5.D. Informações sobre Tendências

Os fatores a seguir poderão afetar nossas atividades comerciais, nossos resultados operacionais e nossa liquidez:

- as condições macroeconômicas no mundo e no Brasil;
- a variação cambial; e
- os efeitos da inflação e das taxas de juros sobre os resultados de nossas operações.

Para mais informações, veja “Item 3.D. Fatores de Risco”, onde apresentamos os riscos que enfrentamos nas operações de negócios que poderiam afetar nossas atividades comerciais, resultados operacionais ou liquidez.

5.E. Contratos fora do Balanço Patrimonial

Veja “Item 5.A. Resultados Operacionais – Políticas contábeis críticas – Garantias registradas em contas de compensação”.

5.F. Divulgação Tabular de Obrigações Contratuais

Veja “Item 5.A. Resultados Operacionais – Políticas contábeis críticas – Compromissos e contingências”.

5.G. Porto Seguro

Não aplicável.

ITEM 6. CONSELHEIROS, MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA E FUNCIONÁRIOS

6.A. Conselho de Administração e Diretoria

Somos administrados por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária. O Conselho de Administração estabelece a estratégia corporativa e as políticas, além de supervisionar e monitorar a Diretoria Estatutária. Por sua vez, a Diretoria Estatutária implementa a estratégia e políticas estabelecidas pelo Conselho de Administração, além de ser responsável pela administração cotidiana do Banco.

A Diretoria Estatutária é atualmente composta por (i) uma Diretoria Executiva e (ii) pelos Diretores Departamentais, Diretores e Diretores Regionais. A Diretoria Executiva é composta por um Presidente, seis Vice-Presidentes, oito Diretores Gerentes e seis Diretores(as) Adjuntos(as).

Nosso Conselho de Administração, com oito membros, se reúne regularmente a cada noventa dias e, extraordinariamente, sempre que necessário. É responsável por:

- aprovar, caso a caso, qualquer envolvimento de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não auditoria fornecidos às nossas subsidiárias ou a nós;
- estabelecer nossa estratégia corporativa;
- revisar nossos planos e políticas de negócios; e
- supervisionar e monitorar as atividades de nossa Diretoria Estatutária.

Conforme especificado na seção 3(a)(58) do *Securities Exchange Act of 1934,* o Conselho de Administração funciona como nosso comitê de auditoria para os fins de aprovação do envolvimento de nossos auditores independentes em serviços de auditoria ou não auditoria fornecidos às nossas subsidiárias ou a nós.

A Diretoria Executiva se reúne semanalmente e é responsável por:

- implementar a estratégia e políticas estabelecidas por nosso Conselho de Administração; e
- nossa administração cotidiana.

Vários membros de nosso Conselho de Administração e da Diretoria Executiva também desempenham funções na Administração Sênior em nossas subsidiárias, inclusive na BRAM, Bradesco Financiamentos, Bradesco Consórcios, Bradesco BBI, Bradesco Leasing, BEM DTVM, Bradesco Cartões, Bradesco Seguros e controladas. Cada uma dessas subsidiárias tem uma estrutura administrativa independente.

Na forma da legislação brasileira, todos os membros de nosso Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária foram aprovados pelo Banco Central.

A seguir estão as biografias dos atuais membros de nosso Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Membros do Conselho de Administração

Lázaro de Mello Brandão, Presidente do Conselho: Nascido em 15.6.1926. Economista e Administrador. Iniciou a carreira em setembro de 1942, como Escriturário, na Casa Bancária Almeida & Cia., instituição financeira que em 10 de março de 1943 se transformou no Banco Brasileiro de Descontos S.A., hoje Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em janeiro de 1963 eleito Diretor e em setembro de 1977 Diretor Vice-Presidente Executivo. Sucedendo o fundador do Banco, Amador Aguiar, em janeiro de 1981 assumiu a Presidência da Diretoria, e, em fevereiro de 1990, cumulativamente, a Presidência do Conselho de Administração. Em março de 1999, entendendo ter chegado o momento, indicou o seu sucessor na Presidência da Diretoria, permanecendo na Presidência do Conselho de Administração. Participa também da Administração das demais Empresas da Organização Bradesco. É Presidente da Mesa Regedora e Diretor-Presidente da Fundação Bradesco; e Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). Além dessas atividades, é Presidente do Conselho de Administração da Bradespar S.A. Foi Diretor-Presidente do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima, Vice-Presidente da Diretoria da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), Membro do Conselho Diretor da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Presidente do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, Presidente do Conselho de Administração da CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização, Membro do Conselho Consultivo da VBC Participações S.A. e Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A., com sede em Lisboa, Portugal.

Antônio Bornia, Vice-Presidente do Conselho: Nascido em 22.11.1935. Formação secundária. Iniciou a carreira em maio de 1952, no Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo, em setembro de 1975, eleito Diretor Adjunto, em abril de 1979, Diretor Executivo, em junho de 1981, Diretor Vice-Presidente Executivo e, em março de 1999, Vice-Presidente do Conselho de Administração, cargo que ocupa atualmente. É Presidente do Conselho de Administração da Bradesco Securities, Inc. (USA), Bradesco Securities UK Limited, Bradesco Securities Hong Kong Limited e do Banco Bradesco Europa S.A.; da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e da BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.; Diretor Vice-Presidente da NCF Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e Top Clube Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social; e Gerente da Bradport - S.G.P.S. Sociedade Unipessoal, Lda. É também Vice-Presidente da Mesa Regedora e Diretor Vice-Presidente da Fundação Bradesco; e Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). Além dessas atividades, é Presidente do Conselho Deliberativo da ABEL - Associação Brasileira das Empresas de *Leasing*, tendo ocupado anteriormente o cargo de Diretor-Presidente Executivo; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Bradespar S.A.; e Membro da Seção Brasileira do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos. Foi Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco BERJ S.A., Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A., com sede em Lisboa, Portugal, de abril de 2010 a março de 2012; Membro Suplente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, Órgão ligado ao Ministério da Fazenda, como representante da ABEL - Associação Brasileira das Empresas de *Leasing* de julho de 1989 a julho de 1991, e de fevereiro de 2000 a fevereiro de 2002; Presidente do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos - FGC de janeiro de 2002 a janeiro de 2005; Vice-Presidente do Conselho Executivo da Federação Latino-Americana de *Leasing* - Felalease de agosto de 2003 a outubro de 2005; Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arrendamento Mercantil de setembro de 1988 a abril de 2006; Diretor Vice-Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Representantes da Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF de janeiro de 2004 a maio de 2007; e na Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF, exerceu os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Membro do Conselho de Representantes, e Diretor Vice-Presidente, no período de setembro de 1988 a março de 2007.

Mário da Silveira Teixeira Júnior, Conselheiro: Nascido em 4.3.1946. Formado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Iniciou a carreira na Organização Bradesco em julho de 1971, na Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, da qual foi Diretor entre março de 1983 e janeiro de 1984, transferindo-se posteriormente para o Banco Bradesco de Investimento S.A. e Banco Bradesco S.A. No Banco Bradesco, foi eleito Diretor Departamental em janeiro de 1984, Diretor Executivo Gerente em março de 1992 e Diretor Vice-Presidente Executivo em março de 1998, Membro do Conselho de Administração de março de 1999 a julho de 2001, quando afastou-se para presidir a Bradespar S.A., empresa criada por cisão parcial do Banco Bradesco. Foi reconduzido ao Conselho do Banco em março de 2002, cargo que ocupa até hoje. Atualmente é também Membro do Conselho de Administração da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil; Membro do Conselho de

Administração e do Comitê Estratégico da BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.; Diretor da NCF Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e Top Clube Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social; Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco; e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). Além dessas atividades, é Membro do Conselho de Administração da Bradespar S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração e Membro do Comitê Estratégico da Vale S.A.; e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Valepar S.A. Foi Diretor Vice-Presidente da ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento; Membro do Conselho Diretor da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas; Membro do Conselho de Administração do Banco BERJ S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração do BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento; Membro do Conselho de Administração da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, Companhia Piratininga de Força e Luz, Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, CPFL Energia S.A, CPFL Geração de Energia S.A., Latasa S.A., São Paulo Alpargatas S.A., Tigre S.A. Tubos e Conexões, VBC Energia S.A., VBC Participações S.A. e Membro Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., com sede em Lisboa - Portugal.

João Aguiar Alvarez, Conselheiro: Nascido em 11.8.1960. Formado em Agronomia pela Fundação Pinhalense de Ensino - Faculdade de Agronomia e Zootecnia Manuel Carlos Gonçalves. Em abril de 1986 foi eleito para o Conselho de Administração da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, uma das controladoras do Banco Bradesco S.A., passando a partir de abril de 1988 a exercer, cumulativamente, o cargo de Diretor. Ocupa também o cargo de Membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., desde fevereiro de 1990, e na Bradespar S.A. desde março de 2000. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Adjunto da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Adjunto da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN).

Denise Aguiar Alvarez, Conselheira: Nascida em 24.1.1958. Formada em Pedagogia pela PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com Mestrado em Educação pela Universidade de Nova Iorque - EUA. Em abril de 1986 foi eleita para o Conselho de Administração da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, uma das controladoras do Banco Bradesco S.A., passando a partir de julho de 1988 a exercer, cumulativamente, o cargo de Diretora. Ocupa também o cargo de Membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., desde fevereiro de 1990, e da Bradespar S.A. desde março de 2000. É Membro da Mesa Regedora e Diretora Adjunta da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretora Adjunta da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). Além dessas atividades, é Presidente do Conselho de Governança do GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, tendo ocupado anteriormente o cargo de Membro; Membro do Conselho de Administração da Associação dos Amigos da Pinacoteca do Estado; Membro do Conselho Deliberativo do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM); Membro do Conselho Curador da Fundação Dorina Nowill para Cegos e da Fundação Roberto Marinho; Membro do Conselho Consultivo do Canal Futura; Membro do Conselho Geral da Comunitas Parcerias para o Desenvolvimento Solidário; e Sócia Efetiva da Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária - AAPAS. Foi Membro do Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP.

Luiz Carlos Trabuco Cappi, Conselheiro: Nascido em 6 de outubro de 1951. Formado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, com Pós-Graduação em Sócio-Psicologia na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Iniciou a carreira no Bradesco em abril de 1969, passando por todos os escalões da carreira bancária, sendo eleito Diretor em 1984. Em 10 de março de 2009 assumiu a Presidência da Diretoria Executiva. É também Diretor-Presidente das demais empresas da Organização Bradesco. É Presidente do Conselho de Administração da Odontoprev S.A. e da Elo Participações S.A., Presidente do Conselho de Representantes e da Diretoria Executiva da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF e Membro do Conselho Diretor da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Foi Presidente da Bradesco Vida e Previdência e Presidente do Grupo Segurador. Foi também Presidente da Comissão de Marketing e Captação da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – ABECIP, Presidente da ANAPP - Associação Nacional da Previdência Privada, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FENASAÚDE, Vice-Presidente do Conselho de Representantes da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF, Membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA, Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A., Lisboa, Portugal, Membro do Conselho de Administração da ArcelorMittal Brasil (ex: Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira), Membro do Conselho Superior e Diretor

Vice-Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização – CNSeg, Membro Titular da Association Internationale pour l'Etude de l'Economie de l'Assurance - Association de Genève, Genebra, Suíça e Membro do Egrégio Conselho da ANSP - Academia Nacional de Seguros e Previdência.

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Conselheiro: Nascido em 21.12.1943. Formado em Direito pela Fundação Pinhalense de Ensino. Iniciou a carreira em dezembro de 1957. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1986 eleito Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, e em março de 2009 Membro do Conselho de Administração, cargo que ocupa atualmente. É Membro do Conselho de Administração da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil; Membro do Conselho de Administração e do Comitê Estratégico da BSP Empreendimentos Imobiliários; Diretor da NCF Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e Top Clube Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social. É também Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco; e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). Além dessas atividades, é Membro do Conselho de Administração da Bradespar S.A. Foi Membro do Conselho de Administração do Banco BERJ S.A., Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. e da Credireal Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.

Milton Matsumoto, Conselheiro: Nascido em 24.4.1945. Formado em Administração de Empresas pela UNIFIEO - Centro Universitário FIEO de Osasco. Iniciou a carreira em setembro de 1957. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo, em março de 1985, eleito Diretor Departamental, em março de 1998, Diretor Executivo Adjunto, em março de 1999, Diretor Executivo Gerente e, em março de 2011, Membro do Conselho de Administração, cargo que ocupa atualmente. É Membro do Conselho de Administração da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil; Membro do Conselho de Administração e Comitê Estratégico da BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.; Diretor da NCF Participações S.A.; Nova Cidade de Deus Participações S.A. e Top Clube Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social. É também Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco; e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). Além dessas atividades, é Membro do Conselho de Administração da Bradespar S.A.; e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fidelity Processadora e Serviços S.A. Foi Membro do Conselho de Administração do Banco BERJ S.A., Diretor da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários; Diretor 1o Secretário do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima; Membro Suplente do Conselho de Administração da CPM Braxis S.A. e da CPM Holdings Ltd.; e Diretor Secretário do Sindicato das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo e da FENACREFI - Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimentos.

Diretoria Executiva

Luiz Carlos Trabuco Cappi, Diretor Presidente: Sr. Trabuco também ocupa o cargo de Presidente Executivo. Sua experiência é descrita em "– Membros do Conselho de Administração".

Julio de Siqueira Carvalho de Araujo, Diretor Vice-Presidente: Nascido em 10.12.1954. Formação secundária. Iniciou a carreira em março de 1978 no Banco BCN S.A., Instituição adquirida em 1997 pelo Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo, em outubro de 1989, eleito Diretor e, de maio de 1995 a agosto de 2000, Diretor Vice-Presidente Executivo. Em agosto de 2000, foi eleito Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco S.A., cargo que ocupa atualmente. Participa também da Administração das demais empresas da Organização Bradesco. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco; Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). Além dessas atividades, é Membro Efetivo do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos - FGC; Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Risco, com a função de Coordenador, da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros; Membro Suplente do Conselho de Administração da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP, tendo ocupado anteriormente o cargo de Presidente; Membro Suplente do Conselho de Agronegócio - CONSAGRO; Diretor Vice-Presidente e Presidente do Conselho de Autorregulação Bancária da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); Diretor Vice-Presidente e Delegado Suplente junto à CONSIF na Federação Nacional dos Bancos

(FENABAN); Diretor Vice-Presidente do IBCB - Instituto Brasileiro de Ciência Bancária; Diretor-Tesoureiro do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima; Diretor Efetivo da Confederação Nacional do Sistema Financeiro – CONSIF; e Membro do Conselho de Administração, Conselho Consultivo e do Comitê de Estratégia da Associação BRAIN – Brasil Investimentos & Negócios. Foi Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) e Membro Efetivo do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP.

Domingos Figueiredo de Abreu, Diretor Vice-Presidente: Nascido em 8.1.1959. Formado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Mogi das Cruzes e em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco - FAC-FITO, com Pós-Graduação em Administração Financeira (CEAG) pela Fundação Getulio Vargas e MBA em Finanças pelo IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Iniciou a carreira em dezembro de 1981 no Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em junho de 2001, eleito Diretor Departamental, em março de 2002, Diretor Executivo Gerente e, em junho de 2009, Diretor Vice-Presidente Executivo. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). É também Presidente do Conselho de Administração da Cielo S.A. e Membro do Conselho de Administração da CPM Holdings Limited e da Elo Participações S.A. Foi Diretor do Banco BCN S.A.; Membro Suplente do Conselho de Administração da CPM Braxis S.A., tendo ocupado o cargo de Membro do Conselho Técnico de Administração; Membro do Conselho de Administração do IBRI - Instituto Brasileiro de Relações com Investidores, tendo ocupado anteriormente os cargos de Diretor Vice-Presidente e Diretor Regional São Paulo e Membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA.

José Alcides Munhoz, Diretor Vice-Presidente: Nascido em 23.7.1948. Formação secundária. Iniciou a carreira em outubro de 1970, na agência Santa Maria - RS. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1989 eleito Diretor, em janeiro de 1995 Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, em março de 1999 Diretor Executivo Gerente e, em janeiro de 2012, Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco, Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). É também Membro do Conselho de Administração da BBD Participações S.A.; Diretor Vice-Presidente do Banco BERJ S.A. e da Bradesco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil; e Diretor da NCF Participações S.A. e da Nova Cidade de Deus Participações S.A..

Aurélio Conrado Boni, Diretor Vice-Presidente: Nascido em 19.7.1951. É Técnico em Administração de Empresas pela Escola Técnica de Comércio "Campos Salles". Iniciou a carreira em fevereiro de 1971. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo, em dezembro de 1997, eleito Diretor Departamental, em dezembro de 2001, Diretor Executivo Gerente e, em janeiro de 2012, Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco, Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). É também Membro do Conselho de Administração da BBD Participações S.A.; Diretor Vice Presidente do Banco BERJ S.A. e da Bradesco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil; Diretor Gerente da Bradesco Seguros S.A.; e Diretor da NCF Participações S.A. e da Nova Cidade de Deus Participações S.A.. Além dessas atividades, é Membro do Conselho de Administração da CPM Holdings Limited e IT Partners Ltd.

Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente, Diretor Vice-Presidente: Nascido em 7.6.1959. Formado em Engenharia Mecânica pela PUC - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e Especialização em Finanças, por meio do PDG - Executivo - Desenvolvimento Gerencial ministrado pela Sociedade de Desenvolvimento Empresarial. Participou do PGA - Programa de Gestão Avançada, ministrado pela Fundação Dom Cabral e INSEAD. Foi admitido no Banco BCN S.A. em maio de 1996, como adjunto de Diretor, sendo, em dezembro de 1997, eleito Diretor. Com a aquisição do BCN, passou a integrar os quadros do Banco Bradesco S.A., tendo sido eleito Diretor Departamental em março de 2000, como responsável pelo Departamento de Corporate. Em dezembro de 2006, foi eleito Diretor Executivo Gerente e, em janeiro de 2012, Diretor Vice-

Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco; Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). É também Membro Suplente do Conselho de Administração da Sete Brasil Participações S.A.; e Membro Efetivo da Câmara Consultiva de Listagem da BM&FBOVESPA S.A.

Marco Antonio Rossi, Diretor Vice-Presidente: Nascido em 7.3.1961. Formado em Tecnologia em Gestão de Marketing, com Pós-Graduação "Lato Sensu" em Gestão de Cliente pela Universidade Paulista - UNIP e Pós-Graduação "Lato Sensu" em Altos Estudos de Estratégia e Geo-política pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP. Ingressou, em julho de 1981, na Bradesco Vida e Previdência S.A., onde passou por todos os escalões da carreira, sendo, em janeiro de 1999, eleito Diretor, em maio de 2001, Diretor Gerente e, em agosto de 2002, Diretor-Presidente, onde permaneceu até março de 2010. Em janeiro de 2012 foi eleito Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco S.A. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco; e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). É também Diretor-Presidente da Bradesco Seguros S.A., da Atlântica Companhia de Seguros e da BSP Affinity Ltda., desde março de 2009; da Bradseg Participações S.A. desde abril de 2009; e Diretor Vice-Presidente da BP Promotora de Vendas Ltda. desde janeiro de 2012. Além dessas atividades, é Presidente do Conselho de Administração da Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Odontoprev S.A., Vice-Presidente da Fenaseg - Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização; Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Gestão de Serviços; e Membro do Conselho Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Foi Presidente da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida - FENAPREVI; e Vice-Presidente e Membro do Conselho Superior da CNSeg - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

Maurício Machado de Minas, Diretor Gerente: Nascido em 1.7.1959. Formado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – Poli/USP (1981), com especialização em Comunicação de Dados e Desenvolvimento de Software nos EUA (1987-1988), e cursos de extensão universitária na Wharton Business School (1996 - Finance) e na Universidade de Columbia (2001 - General Management). Ingressou, em julho de 2009, no Banco Bradesco S.A., como Diretor Executivo Gerente, e é responsável pelas áreas de Tecnologia do Negócio, Inovação, P&D, Arquitetura de TI**,** Desenvolvimento de Aplicações e Serviços Centralizados. É Membro do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). É também Membro Suplente do Conselho de Administração da CPM Braxis S.A. (uma empresa Cap Gemini), tendo ocupado anteriormente o cargo de Vice-Presidente Executivo e COO (Chief Operations Officer), onde foi responsável por todas as unidades operacionais e pela CPM International. É ainda Membro Efetivo do Conselho de Administração da Fidelity Processadora e Serviços S.A.; Membro Suplente do Conselho de Administração da MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A.; e Membro do Conselho de Administração da NCR Brasil - Indústria de Equipamentos para Automação S.A. Foi Analista Sênior do Banco Itaú e Diretor de Serviços de Suporte de um grupo de empresas brasileiras de TI denominado Polymax, Flexidisk, Eletrodigi.

Alexandre da Silva Glüher, Diretor Gerente: Nascido em 14.8.1960. Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Administração de Empresas pela ULBRA - Universidade Luterana do Brasil e Advanced Management Program - University of Pennsylvania - The Wharton School. Iniciou a carreira no Banco Bradesco S.A. em março de 1976, sendo, em agosto de 2001, eleito Diretor Regional, em março de 2005, Diretor Departamental, em dezembro de 2010, Diretor Executivo Adjunto e, em janeiro de 2012, Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). É também Membro Efetivo do Conselho de Administração da Fidelity Processadora e Serviços S.A., tendo ocupado anteriormente o cargo de Vice-Presidente Suplente. Foi Membro Suplente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP.

Alfredo Antônio Lima de Menezes, Diretor Gerente: Nascido em 16.6.1962. Formado em Administração de Empresas pela FATI - Faculdades Integradas Tibiriçá. Iniciou a carreira em maio de 1985 como operador júnior no Banco BCN S.A., onde chegou ao cargo de Diretor. Em janeiro de 2001, foi eleito Diretor Departamental do Banco Bradesco S.A., sendo, em dezembro de 2010, eleito Diretor Executivo Adjunto e,

em janeiro de 2012, Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). É também Presidente da Câmara Consultiva de Renda Fixa, Câmbio e Derivativos da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, tendo sido Membro Titular das Câmaras Consultivas da Clearing de Ativos, Clearing de Câmbio e de Ativos Financeiros. Foi Vice-Presidente do Comitê Operacional e de Ética, e Diretor da ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro; Membro Titular do Conselho de Administração da CentralClearing de Compensação e Liquidação S.A.; Membro do Conselho de Administração da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos; e Membro Efetivo do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP.

André Rodrigues Cano, Diretor Gerente: Nascido em 22.7.1958. Formado em Administração de Empresas pela FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas, com MBA-Controller pela FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FEA-USP e Advanced Management Program - Harvard Business School. Iniciou a carreira na Organização Bradesco em abril de 1977, sendo eleito Diretor Departamental em dezembro de 2001. Em setembro de 2008, foi eleito Diretor do Banco Bradesco Financiamentos S.A., onde passou a exercer suas funções, permanecendo até dezembro de 2009, ocasião em que retornou ao Bradesco, como Diretor Departamental. Em dezembro de 2010, foi eleito Diretor Executivo Adjunto e, em janeiro de 2012, Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). É também Membro do Conselho Curador da Fundação Nacional da Qualidade – FNQ e Vice-Presidente Suplente do Conselho de Administração da Fidelity Processadora e Serviços S.A. Foi Diretor e Membro Efetivo do Conselho de Administração da TECBAN - Tecnologia Bancária S.A.; Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Tele Celular Sul Participações S.A.; Membro Suplente do Conselho Fiscal da Tele Nordeste Celular Participações S.A.; e Diretor Executivo da ACREFI - Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento.

Josué Augusto Pancini, Diretor Gerente: Nascido em 14.4.1960. Formado em Matemática pelo Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos - Feob - UNIFEOB, com Pós-Graduação “Lato Sensu” em Economia de Empresas na Área Financeira pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas. Iniciou a carreira no Banco Bradesco S.A. em julho de 1976, sendo, em julho de 1997, eleito Diretor Regional, em julho de 2003, Diretor Departamental, em dezembro de 2010, Diretor Executivo Adjunto e, em janeiro de 2012, Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). Foi Membro Suplente do Conselho Deliberativo da ABECIP - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança.

Luiz Carlos Angelotti, Diretor Gerente: Nascido em 16.11.1964. Formado em Ciências Contábeis e Atuariais pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA-USP, Direito pela UNIFIEO - Centro Universitário FIEO e MBA em Finanças pelo Insper - Instituto de Ensino e Pesquisa, EDP – *Executive Development Program* e AMP – *Advanced Management Program pela University of Chicago Booth School of Business*. Iniciou a carreira no Banco Bradesco S.A. em novembro de 1987, sendo, em março de 2002, eleito Diretor Departamental, em dezembro de 2010, Diretor Executivo Adjunto e, em janeiro de 2012, Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). É também Membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA e Membro Suplente do Conselho de Administração da Integritas Participações S.A. Foi Membro Suplente do Conselho Fiscal do Top Clube Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social.

Marcelo de Araújo Noronha, Diretor Gerente: Nascido em 10.8.1965. Formado em Administração pela UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, com Especialização em Finanças pelo IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e Advanced Management Program - AMP pelo IESE - Instituto de Estudios Empresariales da Universidade de Navarra em Barcelona. Trabalha há mais de 25 anos no mercado financeiro e iniciou sua carreira no Banorte. A partir de julho de 1996 atuou como Diretor Comercial no Banco Alvorada S.A., antigo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S.A., onde chegou ao cargo de Vice-Presidente, responsável por produtos, *trade finance*, *middle market* e varejo. Em fevereiro de

2004, foi eleito Diretor Departamental do Banco Bradesco S.A. Em dezembro de 2010, foi eleito Diretor Executivo Adjunto e, em janeiro de 2012, Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). É também Presidente do Conselho de Administração da Leader S.A. Administradora de Cartões de Crédito; Vice-Presidente da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços, tendo ocupado anteriormente o cargo de Presidente; Membro Titular do Conselho de Administração da Cielo S.A.; Membro do Conselho de Administração da Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, e da Elo Participações S.A. (Bandeira ELO)**,** tendo ocupado anteriormente o cargo de Presidente, e da MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A.; Diretor Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços - ABECS e Presidente do Conselho de Ética e Autorregulação da mesma Entidade; e Membro do *Latin America and Caribbean Advisory Council da* Visa *International.*

Nilton Pelegrino Nogueira, Diretor Gerente: Nascido em 7.5.1954. Formado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Iniciou a carreira no Banco Bradesco S.A. em julho de 1973. Em fevereiro de 1995, foi eleito Diretor Regional, cargo que ocupou até setembro de 2000, quando foi eleito Diretor do Banco BCN S.A., instituição financeira que em dezembro de 1997 foi adquirida pelo Banco Bradesco S.A., permanecendo até março de 2002, ocasião em que retornou ao Bradesco, sendo eleito Diretor Departamental. Em dezembro de 2010, foi eleito Diretor Executivo Adjunto e, em janeiro de 2012, Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco; Membro do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN); Diretor Superintendente da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.; e Membro do Comitê de Desenvolvimento de Negócios da BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. Foi Diretor do Banco Boavista Interatlântico S.A. e do Banco das Nações S.A.; Membro Efetivo do Conselho Fiscal do Boavista Prev - Fundo de Pensão Multipatrocinado e do Top Clube Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social; e Membro Suplente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP.

Altair Antônio de Souza, Diretor Adjunto: Nascido em 26.3.1961. Formado em Direito pela Universidade Bandeirante de São Paulo - UNIBAN. Iniciou a carreira em julho de 1975, no Banco Bradesco S.A., sendo, em agosto de 1998, eleito Diretor e, em janeiro de 2009, Diretor Departamental, como responsável pelo Departamento de Comercialização de Produtos e Serviços e, posteriormente, pelo Departamento Bradesco Varejo. Em janeiro de 2012, foi eleito Diretor Executivo Adjunto, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). É também Conselheiro Titular do CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Foi Presidente da Associação e Sindicato dos Bancos do Estado da Bahia, tendo sido Vice-Presidente na Associação.

André Marcelo da Silva Prado, Diretor Adjunto: Nascido em 6.12.1961. Formado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, *Senior International Bankers Course*, pelo *The International Centre for Banking and Financial Services (Manchester Business School), Wharton Executive Development Program,* pelo *The Wharton School (University of Pennsylvania)* e *Advanced Management Programme*, pelo INSEAD. Ingressou, em maio de 1997, como Gerente Executivo no Banco Boavista Interatlântico S.A., onde chegou ao cargo de Diretor. Em março de 2001, transferiu-se para o Banco Bradesco S.A. no cargo de Superintendente Executivo do Departamento Bradesco Corporate e, em dezembro de 2009, foi eleito Diretor Departamental. Em janeiro de 2012, foi eleito Diretor Executivo Adjunto, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN).

Denise Pauli Pavarina, Diretora Adjunta: Nascida em 14.4.1963. Formada em Economia pela Faculdade Armando Álvares Penteado - FAAP e em Direito pela Universidade Paulista - UNIP, com MBA Executivo em Finanças pelo Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa. Iniciou a carreira em março de 1985 no Banco Bradesco de Investimento S.A., instituição financeira que em novembro de 1992 foi incorporada pelo Banco Bradesco S.A. No Bradesco, exerceu os cargos de Gerente de *Underwriting* e Gerente do Departamento de Administração de Carteiras. Em setembro de 1996 foi promovida ao cargo de Superintendente Executiva, sendo eleita Diretora Departamental em janeiro de 2001. Em junho de 2006, foi eleita Diretora do Banco Bradesco BBI S.A. e, em janeiro de 2007, Diretora Gerente, permanecendo até dezembro de 2009, ocasião

em que retornou ao Bradesco, sendo eleita Diretora Departamental responsável pela Administração da Carteira de Valores Mobiliários. Em janeiro de 2012, foi eleita Diretora Executiva Adjunta, cargo que ocupa atualmente. É também Diretora Gerente da Bram - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e responsável pela Administração da Carteira de Valores Mobiliários, tendo ocupado anteriormente o cargo de Diretora Superintendente; Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). Além dessas atividades, é Presidente da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, Membro do Comitê de Investimento do NEO Capital Mezanino Fundo de Investimento em Participações, Membro do Comitê Nacional de Educação Financeira - CONEF, Membro do Conselho de Representantes da Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF, Membro do Conselho de Administração, Conselho Consultivo e do Comitê de Estratégia da Associação BRAIN - Brasil Investimentos & Negócios. Foi Membro do Conselho de Administração da Cielo S.A., Bica de Pedra Industrial S.A., Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, CPM Braxis S.A., Latasa S.A. e São Paulo Alpargatas S.A.; Membro Suplente do Conselho Diretor da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas; Membro do Conselho Consultivo da ANCORD - Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias; Diretora da UGB Participações S.A.; e Diretora de Relações Institucionais e Conselheira da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC São Paulo.

Luiz Fernando Peres, Diretor Adjunto: Nascido em 30.9.1950. Formado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco - FAC-FITO. Iniciou a carreira em novembro de 1971, como Assistente II no Departamento de Estudos Econômicos do Banco BCN S.A., onde chegou ao cargo de Diretor em julho de 1990. Com a aquisição do BCN, passou a integrar o quadro de funcionários do Bradesco, tendo sido eleito Diretor Departamental em junho de 1999, como responsável pelo Departamento de Crédito e, em janeiro de 2012, Diretor Executivo Adjunto, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). Foi Diretor Executivo da Fundação Francisco Conde, Membro do Conselho Fiscal do Instituto Assistencial Alvorada, Membro Suplente do Conselho Fiscal da Associação Desportiva Classista Finasa (ADC Finasa), Membro Titular do Conselho de Administração da Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP, Membro do Conselho de Administração da Aço Minas Gerais S.A. – Açominas e da Serasa S.A., Membro da Junta de Administração da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME/BNDES, representando os Bancos Comerciais, Diretor Setorial de Política de Crédito da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e Membro Titular do Comitê de Investimento do FI-FGTS (Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Moacir Nachbar Junior, Diretor Adjunto: Nascido em 5.4.1965. Formado em Ciências Contábeis, com Pós-Graduação *lato sensu* em Administração Financeira pelas Faculdades Integradas “Campos Salles” e MBA - Controller pela FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuárias e Financeiras (FEA-USP). Iniciou a carreira no Banco Bradesco S.A. em junho de 1979. Em março de 2005, no Departamento de Contadoria Geral, foi eleito Diretor Departamental, passando, em novembro de 2009, a responder pelo Departamento de Controle Operacional e, em julho de 2010, pelo Departamento de Inspetoria Geral. Em janeiro de 2012, foi eleito Diretor Executivo Adjunto, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). É também Membro Suplente do Conselho de Administração da Fidelity Processadora e Serviços S.A. Foi Diretor e Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Boavista Prev - Fundo de Pensão Multipatrocinado; e Membro Suplente do Conselho Fiscal do Top Clube Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social.

Octávio de Lazari Júnior, Diretor Adjunto: Nascido em 18.7.1963. Formado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco - FAC-FITO, com Especialização em Estratégias Financeiras e Marketing MBA-BRADESCO pela Fundação Instituto de Administração - FIA (FEA/USP). Iniciou a carreira no Banco Bradesco S.A. em setembro de 1978. Em dezembro de 1998, foi promovido ao cargo de Superintendente Executivo, sendo, em maio de 2009, eleito Diretor, em agosto de 2010, Diretor Departamental e, em janeiro de 2012, Diretor Executivo Adjunto, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco; Membro do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN); e Membro do Conselho Deliberativo da Caixa Beneficente dos Funcionários do Bradesco, tendo ocupado anteriormente o cargo de Membro Efetivo do Conselho Fiscal. É também Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira

das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP; Membro Titular do Conselho de Administração da CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização; Membro do Conselho de Representantes da Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF; Membro do Conselho Consultivo do FIABCI/BRASIL - Capítulo Nacional Brasileiro da Federação Internacional das Profissões Imobiliárias; Diretor Setorial de Crédito Imobiliário e Poupança da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); Membro Titular do Conselho Gestor do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social - CGFPHIS, e do Conselho Gestor do Fundo Garantidor Habitacional - CGFGH. Foi Membro Titular do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT; e Membro Suplente do Comitê de Investimento do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

6.B. Remunerações

Nas assembleias anuais gerais de acionistas, são estabelecidas as remunerações máximas agregadas para os Conselheiros e a Diretoria Estatutária, constituída pelos Diretores Executivos, Diretores Departamentais, Diretores e Diretores Regionais do Banco Bradesco e subsidiárias para o ano em curso. Em 2012, nossos acionistas determinaram o valor máximo agregado de remuneração para o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária do Banco Bradesco e subsidiárias em R$ 344,8 milhões.

Em 2012, os Conselheiros e a Diretoria Estatutária do Bradesco e subsidiárias receberam uma remuneração agregada de R$ 336,9 milhões. Ainda em relação à remuneração da administração, a política atual estabelece que da parcela paga a título de remuneração variável, 50% do valor líquido é destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco SA, que terão sua movimentação disponível em 3 parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Os Conselheiros e a Diretoria Estatutária do Banco Bradesco e subsidiárias são elegíveis para participar nos mesmos planos de previdência complementar disponíveis para todos os nossos funcionários. Em 2012, contribuímos com R$ 324,1 milhões para os planos de previdência em nome dos Conselheiros e da Diretoria Estatutária do Banco Bradesco e subsidiárias.

6.C. Práticas do Conselho de Administração

Nossos acionistas elegem os membros de nosso Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária anual de acionistas para mandatos de um ano e os conselheiros podem ser reeleitos para mandatos consecutivos. O Conselho de Administração elege os membros de nossa diretoria para mandatos de um ano, que também podem ser estendidos para mandatos consecutivos.

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de março de 2013, os acionistas deliberaram, dentre outras matérias, alteração do Estatuto Social, nos Artigos 18 e 19, reduzindo o limite de idade para o exercício do cargo de Diretor Executivo, de 65 anos para 62 anos, e de Diretor Departamental, de 62 anos para 60 anos, excetuando-se dos novos limites, os Diretores Executivos e Departamentais em exercício na data de 08 de março de 2013, aos quais continua prevalecendo o limite de idade de, respectivamente, menos de 65 e menos de 62 anos, na data da eleição. A idade para o exercício do cargo de Diretor Regional manteve-se inalterada: menos de 60 anos de idade na data de eleição.

Além desse requisito, permaneceu vigente outra condição, constante do nosso Estatuto, para tornar-se um membro de nossa Diretoria Executiva: a necessidade de fazer parte dos quadros de empregados ou administradores desta Companhia ou em empresas a ela ligadas há mais de 10 anos ininterruptos. Na Diretoria, além dos Diretores Executivos, existem 46 Diretores Departamentais, 6 Diretores e 16 Diretores Regionais. Os Diretores Departamentais, Diretores e Diretores Regionais dirigem os negócios de cada uma das várias divisões e agências e reportam-se à Diretoria Executiva. Para ser Diretor Departamental, Diretor ou Diretor Regional é necessário fazer parte dos quadros de empregados ou administradores da Companhia ou de empresas a ela ligadas. Nosso Conselho de Administração pode dispensar o cumprimento da exigência, em caráter excepcional, limitado a 25,0% dos respectivos cargos, para eleição de:

I- Diretor Executivo, do período de trabalho na Organização (mais de 10 anos), com exceção dos eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidentes; e

II- Diretor Departamental, Diretor e Diretor Regional, de fazer parte dos quadros de empregados ou administradores da Companhia ou de empresas a ela ligadas.

Os membros de nosso Conselho de Administração são requeridos a trabalhar exclusivamente para nós, a menos que nosso Conselho de Administração conceda uma exceção. Os membros de nosso Conselho de Administração, entretanto, não necessitam ser ou ter sido nossos colaboradores, e os seus serviços como membro de nosso Conselho de Administração não constituem vínculo empregatício conosco.

Conselho Fiscal

Segundo as leis brasileiras, as empresas podem ter um Conselho Fiscal, que é um órgão corporativo independente com poderes gerais de monitoramento e supervisão, de acordo com a Legislação Societária Brasileira. Nosso Estatuto prevê um Conselho Fiscal e especifica que, caso nossos acionistas resolvam instalar um Conselho Fiscal, este deverá ser composto de três a cinco membros efetivos e suplentes.

O nosso Conselho Fiscal conta com três membros efetivos (Domingos Aparecido Maia – Coordenador, Nelson Lopes de Oliveira e Carlos de Oliveira) e três membros suplentes (Jorge Tadeu Pinto de Figueiredo, Renaud Roberto Teixeira e João Batistela Biazon) os quais foram eleitos em março de 2013, cujos mandatos expirarão em março de 2014. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, nosso Conselho Fiscal tem direitos e obrigações, entre outras coisas, de:

- supervisionar, por meio de quaisquer de seus membros, as ações de nossos administradores e verificar o cumprimento de suas tarefas;
- examinar e emitir parecer sobre nossas demonstrações contábeis antes de sua divulgação, incluindo as notas explicativas às demonstrações contábeis, o relatório dos auditores independentes e quaisquer relatórios da Administração;
- opinar sobre quaisquer propostas de nossa Administração a serem submetidas à assembleia de acionistas, relativas a:
  - mudanças em nosso capital social;
  - emissões de debêntures ou ofertas de direitos que dão direito ao detentor de subscrever ações;
  - planos de investimento e orçamentos de dispêndios de capital;
  - distribuição de dividendos; e
  - transformação de nossa constituição corporativa e reestruturação corporativa como incorporação, fusão ou cisão.
- informar nossa Administração de qualquer erro, fraude ou contravenção que seja descoberta, e sugerir as medidas que devem ser tomadas por eles a fim de proteger nossos interesses maiores. Se nossa Administração falhar em tomar tais medidas necessárias para proteger os interesses da empresa, informar a assembleia de acionistas destes fatos; e
- convocar assembleias gerais de acionistas se a Administração atrasar tal assembleia por mais de um mês e convocar assembleias especiais de acionistas no caso de assuntos importantes.

Comitês de Assessoria ao Conselho de Administração

Comitês Estatutários

Nossos acionistas aprovaram, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2003, a criação dos Comitês de Auditoria, de Controles Internos e *Compliance* e de Remuneração; na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2006, a transformação do Comitê de Conduta Ética em órgão estatutário; e na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2008, a criação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de março de 2013, os Acionistas deliberaram excluir do Estatuto Social os Artigos 22, 24 e 25, que tratavam, respectivamente, dos componentes organizacionais Comitê de Controles Internos e *Compliance*, Comitê de Conduta Ética e Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, refletindo proposta apresentada pelo Comitê Executivo de Governança Corporativa, avaliada pelo Conselho de Administração para manter no Estatuto Social apenas os comitês, cuja caracterização como estatutários seja exigida por norma legal, dando maior celeridade ao processo de gestão dos comitês subordinados ao Conselho de Administração. Dessa forma, apenas o Comitê de Auditoria e o Comitê de

Remuneração permanecem como estatutários, o que não significa o enfraquecimento da estrutura de governança corporativa, pois o Conselho de Administração manterá esses comitês, cuja exclusão do Estatuto foi aprovada, sob sua estrutura.

Comitê de Auditoria - Conforme o nosso Estatuto e atendendo regulamentação do Banco Central, em abril de 2004, nós nomeamos os membros do Comitê de Auditoria, o qual pode ser composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, com mandato que poderá ser renovado, em nomeações sucessivas, até o limite de 5 (cinco) anos, contados da data da posse relativa à 1ª (primeira) nomeação. Os membros de nosso Comitê de Auditoria são nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração. Os atuais membros do comitê são Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, que atua como coordenador, Romulo Nagib Lasmar e Osvaldo Watanabe, que atuam como membros sem atribuição específica e José Lucas Ferreira de Melo, que é o especialista financeiro do comitê de auditoria. Desses membros, apenas Carlos Alberto Rodrigues Guilherme é membro do Conselho de Administração.

Além disso, a função de contratar auditores independentes é reservada ao nosso Conselho de Administração. Consequentemente, de acordo com o especificado na Seção 3 (a)(58) do *Exchange Act,* nosso Conselho de Administração funciona como nosso comitê de auditoria, para os fins de aprovação do compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria. Exceto neste caso, o nosso Comitê de Auditoria é comparável e desempenha as funções dos comitês de auditoria de empresas americanas. Já que o nosso comitê de auditoria não pode ser comparável aos comitês de auditoria de empresas americanas, em termos de compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e de não auditoria, nós exercemos o direito de isenção estabelecida na regra 10A – 3(c)(3) do *Exchange Act*, com relação a isso. Para mais informações, veja “Item 16.D. – Isenções das normas de arquivamento para os Comitês de Auditoria”.

Dentre suas atribuições estão:

- estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento;
- recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição;
- analisar previamente, quanto ao cumprimento das regras de independência, a contratação do auditor independente da Organização para outros serviços, que não os de auditoria das demonstrações contábeis;
- revisar, previamente à divulgação ao mercado, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da Administração e relatório dos auditores independentes;
- estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade;
- avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos;
- reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da Companhia e auditorias independente e interna;
- avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos;
- recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores independentes e a Diretoria Estatutária;
- recomendar à Diretoria da Companhia correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e
- verificar, por ocasião de suas reuniões, o cumprimento de suas recomendações e esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em Atas os conteúdos de tais encontros.

Comitê de Remuneração - composto de 3 (três) a 7 (sete) membros escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração**,** com mandato de 1 (um) ano, devendo, de acordo com o disposto na Resolução no 3.921/10, do CMN, ter em sua composição ao menos 1 (um) um membro não administrador. Os membros são nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração. O Comitê tem por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários da Organização, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Comitês Não Estatutários

Comitê de Controles Internos e *Compliance* - composto por até 12 (doze) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano. O Comitê tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação de riscos e conformidade com normas aplicáveis à Organização.

Comitê de Conduta Ética - composto por até 16 (dezesseis) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano. O Comitê tem por objetivo propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos nossos Códigos de Conduta Ética Corporativo e Setoriais, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade.

Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital - o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital possui atualmente 11 (onze) membros, cada um dos quais com mandato de um ano. Os membros são nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração. A principal responsabilidade deste comitê é assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições, na gestão e controle dos riscos e do capital, aqui entendido o consolidado econômico-financeiro.

Ouvidoria

Nossos acionistas, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de agosto de 2007, formalizaram a instituição da "Ouvidoria", já existente na companhia, que atua em nome de todas as Instituições integrantes da Organização, autorizadas a funcionar pelo Banco Central. A Ouvidoria é composta por 1 (um) Ouvidor, designado e destituído pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano.

Dentre as atribuições da Ouvidoria estão:

- zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre as instituições integrantes da Organização, autorizadas a funcionar pelo Banco Central, os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das instituições mencionadas, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas agências ou por quaisquer outros pontos de atendimento;
- prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;
- informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar quinze dias;
- encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na alínea anterior;
- propor ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; e
- elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Interna, ao final de cada semestre, relatório qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo proposições de que trata a alínea anterior, quando existentes.

Em março de 2010, o Banco Central emitiu novas regras relacionadas à instalação e funcionamento de ouvidorias em instituições financeiras, com procedimentos específicos relacionados ao atendimento de

clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas classificadas como microempresas. As normas de funcionamento da nossa Ouvidoria estão de acordo com tais disposições.

Conforme disposto no nosso Estatuto, e atendendo regulamentação do Banco Central, em novembro de 2009, Júlio Alves Marques foi designado pelo Conselho de Administração para exercer as funções de Ouvidor, cumulativamente com as de Diretor Departamental, que já exercia desde maio de 2009, cargos aos quais vem sendo reconduzido, inclusive na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 11 de março de 2013, com mandato de um ano.

6.D. Funcionários

Em 31 de dezembro de 2012, tínhamos 103.385 funcionários, dos quais 85.777 eram nossos funcionários e 17.608 eram de nossas subsidiárias, comparado com 104.684 funcionários em 31 de dezembro de 2011 e 95.248 funcionários em 31 de dezembro de 2010.

A tabela a seguir apresenta o número de nossos funcionários e uma discriminação dos funcionários por categoria principal de atividade e localização geográfica nas datas indicadas:

Em 31 de dezembro de	2012	2011	2010
Número total de funcionários	**103.385**	**104.684**	**95.248**
Número por categoria de atividade			
Serviços bancários			
Bradesco	85.777	86.263	75.375
Seguros	5.881	5.950	5.824
Previdência complementar	1.673	1.658	1.635
Outras categorias	10.054	10.813	12.414
Número por localização geográfica			
Cidade de Deus, Osasco	12.485	12.385	11.780
Alphaville, Barueri	2.034	1.627	1.459
São Paulo	19.335	19.813	18.759
Outros locais no Brasil	69.253	70.426	63.122
Internacionais	278	433	128

Nossos funcionários de jornada parcial trabalham seis horas por dia, enquanto que, os nossos funcionários de tempo integral trabalham oito horas por dia, em uma semana de 5 dias úteis. Em 31 de dezembro de 2012, tínhamos 32.581 funcionários de jornada parcial e 70.804 funcionários trabalhando em tempo integral, comparado com 37.262 funcionários de jornada parcial e 67.422 funcionários trabalhando em tempo integral, em 31 de dezembro de 2011, e 31.358 funcionários de jornada parcial e 63.890 funcionários trabalhando em tempo integral, em 31 de dezembro de 2010.

Geralmente, contratamos os nossos funcionários no início da carreira e incentivamos aqueles que se destacam a permanecerem conosco por toda a vida profissional. Damos preferência em preencher as posições com pessoal do próprio Bradesco, inclusive a administração média e posições seniores.

Em 31 de dezembro de 2012, aproximadamente 49% de nossos funcionários eram associados aos sindicatos, que representam os funcionários de bancos ou seguradoras no Brasil. Consideramos o nosso relacionamento com os nossos funcionários, bem como com os sindicatos como bom, em grande parte, devido à nossa filosofia de valorização do quadro e à transparência na comunicação. Somos parte de dois acordos coletivos de trabalho: um relativo aos nossos funcionários bancários e o outro relativo aos nossos funcionários do setor de seguros.

Oferecemos aos nossos funcionários, benefícios que incluem o plano de saúde da Bradesco Saúde e da Bradesco Dental, que permitem aos beneficiários escolherem assistência médico/hospitalar e odontológica por todo o país, plano de previdência complementar de aposentadoria e pensões, seguros subsidiados de vida e acidentes pessoais, e ainda, contamos com uma equipe de assistentes sociais, que prestam orientações e acompanhamento aos funcionários e dependentes, também, com o objetivo de

complementar o apoio social e psicológico aos funcionários e seus dependentes, o Bradesco disponibilizou um novo canal de atendimento. A linha “0800 Viva Bem”, oferece assistência em assuntos particulares, profissionais, familiares e afetivos, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com ligações gratuitas e 100% confidenciais. Estes benefícios aplicam-se independentemente do cargo dos funcionários. Atualmente, 36% de nossos funcionários participam do plano de previdência complementar da Bradesco Vida e Previdência. De acordo com nosso contrato coletivo de trabalho, oferecemos aos nossos funcionários planos de remuneração de participação nos lucros.

Também oferecemos treinamento profissional aos nossos colaboradores. Em 2012, investimos R$ 127,2 milhões com mais de 2,0 milhões de participações. Em 2011, investimos R$ 156,5 milhões com mais de 2,0 milhões de participações. Nosso Departamento de Treinamento prepara e ministra cursos de desenvolvimento e formação profissional e pessoal nas áreas operacional, técnica e comportamental.

6.E. Propriedade de Ações

Em 31 de dezembro de 2012, os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária detinham, indiretamente, 3,42% do nosso capital com direito a voto e 1,74% de nosso capital acionário total, através de uma companhia chamada BBD Participações S.A. (atual denominação da Elo Participações e Investimentos S.A.), ou “BBD”. Além disso, alguns de nossos conselheiros e diretores estatutários detêm, diretamente, ações de nosso capital. Entretanto, em 31 de dezembro de 2012, nenhum desses conselheiros e diretores individualmente detinha, direta ou indiretamente, mais de 2% de qualquer espécie de nossas ações.

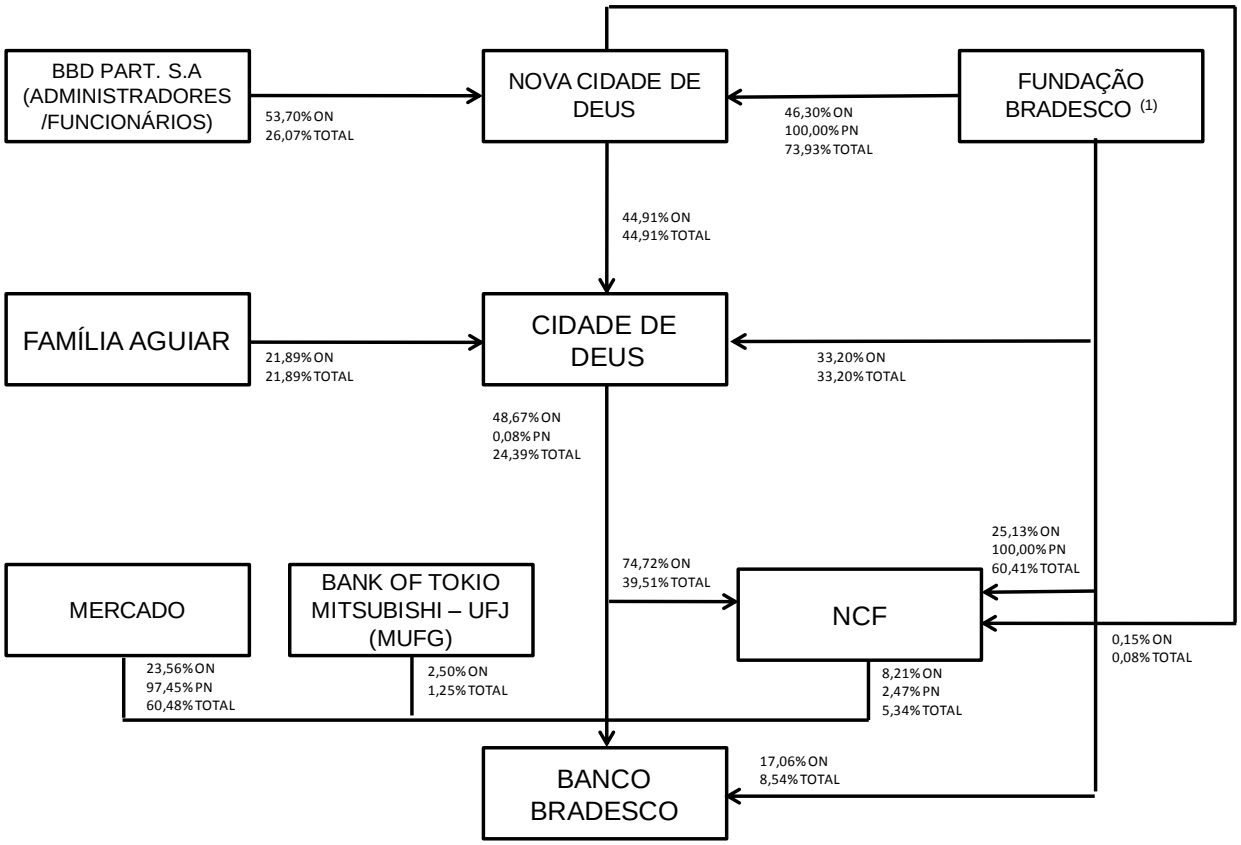
ITEM 7. PRINCIPAIS ACIONISTAS E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

7.A. Principais Acionistas

Em 31 de dezembro de 2012, nosso Capital Social era composto por 1.912.397.390 ações ordinárias (sendo 2.635.100 em tesouraria) e 1.912.397.191 ações preferenciais (sendo 4.786.700 em tesouraria), sem valor nominal.

Para informações sobre os direitos dos acionistas e nossas distribuições de dividendos, veja “Item 8.A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras - Informações Financeiras - Política de distribuição de dividendos” e “Item 10.B. Atos Constitutivos e Estatuto Social – Organização - Destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos”.

O gráfico a seguir mostra a nossa estrutura de participação acionária em 31 de dezembro de 2012:



A Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, uma empresa *holding*, que chamamos de “Cidade de Deus Participações”, diretamente detém 48,67% de nosso capital votante e 24,39% de nosso capital total. A Cidade de Deus Participações, por sua vez é detida pela Família Aguiar, Fundação Bradesco e outra empresa *holding*, a Nova Cidade de Deus Participações S.A., que chamamos de “Nova Cidade de Deus”. A Nova Cidade de Deus é detida pela Fundação Bradesco e BBD.

Além da operação, realizada em junho de 2011, pela qual a NCF Participações S.A ou “NCF” adquiriu aproximadamente 5,4% do capital votante do Banco Bradesco, detidas pelo Banco Espírito Santo S.A. e pelos Fundos geridos pela ESAF – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A., nos últimos cinco anos, não houve nenhuma mudança significativa na participação percentual de quaisquer dos principais acionistas.

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta de nossas ações ordinárias e preferenciais em circulação em 19 de março de 2013. Para mais informações, veja “Item 7.A – Principais Acionistas”.

Os acionistas mencionados na tabela a seguir, exceto membros do Conselho de Administração e membros da Diretoria Executiva, detêm cinco por cento ou mais de nossos valores mobiliários com direito a voto.

Acionistas	Número de ações, exceto porcentagens					
	Número de ações ordinárias	Percentagem das ações ordinárias	Número de ações preferenciais	Percentagem de ações preferenciais	Número total de ações	Percentagem das ações totais
Cidade de Deus	929.431.290	48,7%	1.451.888	0,1%	930.883.178	24,4%
Fundação Bradesco [1]	325.880.935	17,1%	0	0,0%	325.880.935	8,5%
NCF Participações	156.757.494	8,2%	47.092.021	2,4%	202.349.515	5,3%
Subtotal	**1.412.069.719**	**73,9%**	**48.543.909**	**2,5%**	**1.459.113.628**	**38,2%**
Membros do Conselho						
Lázaro de Mello Brandão	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Antônio Bornia	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Mário da Silveira Teixeira Júnior	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
João Aguiar Alvarez	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Denise Aguiar Alvarez	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Luiz Carlos Trabuco Cappi	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Milton Matsumoto	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Total do Conselho de Administração	**13.478.229**	**0,7%**	**17.731.122**	**0,9%**	**31.209.351**	**0,8%**
Membros da Diretoria Executiva						
Julio de Siqueira Carvalho de Araujo	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Domingos Figueiredo de Abreu	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
José Alcides Munhoz	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Aurélio Conrado Boni	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Sérgio Alexandre F. Clemente	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Marco Antonio Rossi	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Maurício Machado de Minas	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Alexandre da Silva Gluher	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Alfredo Antônio Lima de Menezes	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
André Rodrigues Cano	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Josué Augusto Pancini	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Luiz Carlos Angelotti	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Marcelo de Araújo Noronha	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Nilton Pelegrino Nogueira	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Altair Antônio de Souza	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
André Marcelo da Silva Prado	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Denise Pauli Pavarina	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Luiz Fernando Peres	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Moacir Nachbar Junior	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Octávio de Lazari Junior	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Total Membros da Diretoria Executiva	**275.620**	**0,0%**	**504.932**	**0,0%**	**780.552**	**0,0%**
Subtotal	**1.425.823.568**	**74,7%**	**65.279.963**	**3,4%**	**1.491.103.531**	**39,1%**
Outros	483.938.722	25,3%	1.842.330.528	96,6%	2.326.269.250	60,9%
Subtotal	**1.909.762.290**	**100,0%**	**1.907.610.491**	**100,0%**	**3.817.372.781**	**100,0%**
Ações em tesouraria	2.635.100		4.786.700		7.421.800	
Total	**1.912.397.390**	**100,0%**	**1.912.397.191**	**100,0%**	**3.824.794.581**	**100,0%**

[1] Também indiretamente possui, por meio de sua participação na Cidade de Deus Participações, Nova Cidade de Deus e NCF Participações, 39,43% de nossas ações ordinárias e 20,82% do total de nossas ações.

(*) Nenhum dos nossos membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários ou outros órgãos de administração, supervisão ou gestão diretamente mantém 1,00% ou mais de qualquer classe de nossas ações, e suas posições acionárias individuais não têm sido divulgadas previamente aos nossos acionistas, ou de outra maneira, feitas ao público. Veja "Item 6.E. Propriedade de Ações", para mais informações.

A seguir, uma breve descrição dos nossos principais acionistas beneficiários. Nenhum dos principais acionistas beneficiários tem direito a voto, que diferem daqueles dos outros detentores de nossas ações ordinárias.

Cidade de Deus Participações

A Cidade de Deus Participações é uma empresa *holding*, que detém investimentos em outras empresas. Ela também administra, compra e vende valores mobiliários e outros ativos por conta própria. Seus acionistas são: a Nova Cidade de Deus, com 44,91% de suas ações ordinárias e do capital total; a Fundação Bradesco, com 33,20% de suas ações ordinárias e do capital total; e a Família Aguiar, com 21,89% de suas ações ordinárias e do capital total, em 31 de dezembro de 2012. O Capital Social da empresa é composto por ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal.

Nova Cidade de Deus

A Nova Cidade de Deus é uma empresa *holding*, que detém investimentos em outras empresas, especialmente naquelas que, direta ou indiretamente, detêm nosso capital com direito a voto. Em 31 de dezembro de 2012, a empresa indiretamente possuía, por meio de sua participação na Cidade de Deus Participações, 23,32% de nossas ações ordinárias e 11,90% do total de nossas ações.

O Capital Social da Nova Cidade de Deus é dividido em ações ordinárias classe A, classe B e preferenciais. A propriedade das ações ordinárias classe B é limitada a:

- membros de nossa Diretoria Executiva;
- antigos membros de nossa Diretoria Executiva, que tenham tornado-se membros de nosso Conselho de Administração;
- antigos membros de nossa Diretoria Executiva, que tenham tornado-se membros do Conselho de Administração de uma ou mais de nossas subsidiárias; e
- sociedade comercial ou civil cujas ações ou cotas, com direito de voto, pertençam na sua maioria à pessoas acima indicadas.

A titularidade das ações ordinárias classe A da Nova Cidade de Deus é privativa das pessoas que têm direito de deter ações ordinárias classe B, bem como de associações civis e fundações de direito privado, cuja administração esteja a cargo destas pessoas ou de dirigentes por ela nomeadas. Somente os detentores de ações ordinárias classe A e B da Nova Cidade de Deus têm direito a voto.

Família Aguiar

Três membros da Família Aguiar, juntamente com o espólio do Sr. Amador Aguiar, indiretamente, possuíam em 31 de dezembro de 2012, por meio de suas participações na Cidade de Deus Participações, 11,36% de nossas ações ordinárias e 5,80% do total de nossas ações. Além disso, as mesmas partes, diretamente, possuíam um total de 1,11% de nossas ações ordinárias, 1,06% de nossas ações preferenciais, 1,09% do total de ações. Nenhum dos membros individuais da Família Aguiar detém, diretamente, mais que 1,00% de nossas ações com direito a voto.

Fundação Bradesco

A Fundação Bradesco, direta e indiretamente, por meio de sua participação na Cidade de Deus Participações, Nova Cidade de Deus e NCF detinha, em 31 de dezembro de 2012, 56,50% de nossas ações ordinárias, 2,19% de nossas ações preferenciais e 29,36% do total de nossas ações. De acordo com os termos do estatuto social da Fundação Bradesco, sua Mesa Regedora, órgão deliberativo máximo, é composta por nossos Conselheiros, membros da Diretoria Executiva e Diretores Departamentais, assim como os Conselheiros e Diretores da Cidade de Deus Participações, sem direito a remuneração.

Um dos maiores programas socioeducacionais privados do Brasil e do mundo, a Fundação Bradesco, ação pioneira de investimento social da Organização Bradesco, está presente em todos os Estados Brasileiros e Distrito Federal, com 40 Escolas próprias, instaladas prioritariamente em regiões onde há acentuada carência educacional e assistencial.

Em 2012, beneficiou 111.512 alunos em suas escolas, na Educação Básica - da Educação Infantil ao Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio -, Educação de Jovens e Adultos e na Formação Inicial e Continuada voltada à geração de emprego e renda. Aos cerca de 47 mil alunos da Educação Básica, também são assegurados, além do ensino formal, gratuito e de qualidade, uniformes, material escolar, alimentação e assistência médico-odontológica.

Beneficiou também, na modalidade de educação a distância (EaD), por meio do seu portal *e-learning* “Escola Virtual”, a 365.430 alunos que concluíram ao menos um dos diversos cursos oferecidos em sua programação, além de outros 118.595, em projetos e ações em parceria, como os CIDs - Centros de Inclusão Digital, o Programa Educa+Ação, e em cursos de Tecnologia (Educar e Aprender).

Em seu 10º ano consecutivo, o “Dia Nacional de Ação Voluntária”, realizado em maio de 2012, mobilizou mais de 26 mil voluntários em todas as unidades da Fundação Bradesco, que realizaram mais de 430 mil atendimentos nas áreas de cidadania, educação, lazer, esporte e meio ambiente, em mais de 80 pontos, incluindo os CIDs - Centros de Inclusão Digital.

O Programa de Informática para Deficientes Visuais, desde sua implantação em 1998, já atendeu e capacitou 11.930 alunos promovendo a inclusão social de milhares de pessoas.

Ações em diversas temáticas, como educação ambiental, financeira e fiscal, trabalho e consumo, prevenção ao uso indevido de drogas e acesso e uso responsável à Internet são desenvolvidas pela Fundação Bradesco, em conjunto com parceiros especializados para a qualificação de educadores e produção de material didático, como o Canal Futura, SOS Mata Atlântica, dentre outros.

A verba orçamentária da Fundação Bradesco aplicada para todo o exercício de 2012 foi de R$ 374,2 milhões. Nos últimos dez anos, o investimento acumulado da Fundação Bradesco, em valores atualizados, foi de R$ 3,7 bilhões.

BBD

A BBD, indiretamente, possuía 6,08% de nossas ações ordinárias e 3,10% do total de nossas ações em 31 de dezembro de 2012, por meio de sua participação na Nova Cidade de Deus. A BBD é uma empresa holding, que foi constituída para deter participações em nosso capital e no capital de nossos acionistas diretos e indiretos. Em 1999, a BBD adquiriu de vários acionistas uma participação indireta de 5,51% de nosso capital votante. Somente membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária do Bradesco, da Bradespar ou de nossas subsidiárias, bem como funcionários qualificados podem deter ações da BBD. Entretanto, somente os Conselheiros e Diretores Estatutários podem possuir ações com direito a voto. A maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria Estatutária possui ações na BBD.

NCF

A NCF é uma empresa *holding* controlada pela Cidade de Deus Participações e a Fundação Bradesco. Em 31 de dezembro de 2012, a NCF, diretamente, possuía 8,21% de nossas ações ordinárias e 5,34% do total de nossas ações.

Outras

A participação direta do público representava 26,06% de nosso capital votante em 31 de dezembro de 2012 (incluída a participação acionária de 2,50% detida pelo Bank of Tokyo Mitsubishi - UFJ (MUFG) e 97,45% de nossas ações preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais detidas pelo mercado representavam uma participação total de 61,73% em nosso capital acionário, em 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012, 23,81% de nossas ações preferenciais e 7,80% de nossas ações ordinárias eram detidas por 957 investidores estrangeiros. Na mesma data os ADRs representavam 31,33% de nossas ações preferenciais, 0,01% de nossas ações ordinárias e nossos GDRs (*Global Depositary Receipts*) 0,02% de nossas ações preferenciais.

7.B. Transações entre Partes Relacionadas

As transações com controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, como segue:

31 de dezembro	Em milhares de reais		
	2012	2011	2010
ATIVO			
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	107.150	246.220	177.885
Outros ativos	10.280	10.152	10.489
PASSIVO			
Recursos de instituições financeiras	-	-	(1.400)
Recursos de clientes	(208.378)	(242.756)	(177.473)
Recursos de emissão de títulos	(749.315)	(687.118)	(586.274)
Dívidas subordinadas	(698)	(65.333)	(261.664)
Sociais e estatutárias	(735.902)	(775.636)	(711.903)
Outros passivos	(8.027)	(10.566)	(12.033)
RECEITAS E DESPESAS			
Resultado líquido de juros	(64.015)	(81.358)	(74.682)
Outras receitas	39.501	34.053	13.857
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	-	5	1.667
Outras despesas	(117.222)	(108.932)	(204.044)

Segundo as leis 4.595/64 e 7.492/86, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- diretores e membros dos conselhos administrativo, fiscal, consultivo e semelhantes órgãos societários, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau;
- as pessoas físicas ou jurídicas, que participem de seu capital, com mais de 10,0%, direta ou indiretamente;
- pessoas jurídicas, nas quais tais instituições financeiras têm participação com mais de 10,0%, direta ou indiretamente; e
- pessoas jurídicas, cujo capital participem, direta ou indiretamente, com mais de 10,0% quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como ao cônjuge e os parentes até o segundo grau.

Desta forma, não temos concedido empréstimos ou adiantamentos para quaisquer de nossas controladas, coligadas, diretores estatutários, conselheiros ou a seus parentes até o segundo grau. De acordo com as leis brasileiras, as instituições financeiras devem manter o cadastro de impedimentos atualizado para evitar que empréstimos ou financiamentos vedados ocorram. Mais detalhes sobre restrições nas operações de instituições financeiras, ver “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios - Regulamentação e Supervisão - Regulamentação bancária - Principais limitações e restrições de atividades de instituições financeiras”.

Outros Assuntos

O Bank of Tokyo Mitsubishi - UFJ (MUFG) detém 1,25% de nosso capital total, sendo que nos fornece linha de crédito para operações comerciais. Os termos dessas transações são consistentes com os de transações semelhantes que nos engajamos com outras instituições não afiliadas.

7.C. Participação de Peritos e Advogados

Não aplicável.

ITEM 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

8.A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras

Veja "Item 18. Demonstrações Contábeis", que compõe nossas demonstrações contábeis consolidadas e auditadas, preparadas de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB.

Processos judiciais

Somos parte em processos administrativos e judiciais, que surgem durante o curso normal de nossos negócios, envolvendo discussões de natureza cível, tributária e trabalhista. Não há nenhuma questão litigiosa individual de importância ou de risco significativo que merece ser destacada. Não há processo pendente ou iminente, individual ou globalmente, que se decidido contra nós, tenha efeito adverso material sobre nossos negócios, situação financeira, bens, perspectivas, ou resultado das operações.

Em 31 de dezembro de 2012, de nossa provisão de R$ 21.047 milhões, 18,8% relaciona-se a questões trabalhistas, 17,7% relaciona-se a questões cíveis e 70,5% relaciona-se a questões fiscais e previdenciárias. Para mais informações, veja Nota 38 de nossas demonstrações contábeis consolidadas no "Item 18. Demonstrações Contábeis".

As perdas prováveis reconhecidas em nossas demonstrações contábeis consolidadas estão relacionadas às questões de litígio relativas: (i) aos ajustes da inflação; e (ii) à legalidade de determinados impostos e contribuições. As questões remanescentes de litígios, onde a probabilidade de perda é considerada possível, de acordo com o nosso julgamento, utilizando informações disponíveis sobre as causas, estão relacionadas a autos de infração, no montante de R$ 2.540 milhões em 31 de dezembro de 2012 (R$ 890 milhões – 2011). Nós acreditamos que estas questões estejam inconsistentes com a legislação vigente, e dessa forma, não estão registrados em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Acreditamos que, em 31 de dezembro de 2012, nossas provisões estavam adequadas para cobrir qualquer exposição em potencial oriunda de litígios, sujeitas às exigências de indexação pela inflação para provisões relativas a certas questões tributárias.

Questões trabalhistas - As questões trabalhistas, nas quais nos envolvemos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 referem-se, principalmente, às ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses. Horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

Questões tributárias - Somos também parte em vários processos, judiciais ou administrativos, de natureza tributária, envolvendo, principalmente, questões relativas à constitucionalidade e quanto a adequada interpretação normativa sobre algumas exigências tributárias. Algumas demandas visam deixar de pagar tributos, com os quais não concordamos e outras visam recuperar tributos, que entendemos que foram pagos indevidamente. Os valores que deixamos de pagar em decorrência dessas demandas em geral estão provisionados e atualizados pelos critérios determinados pela legislação tributária. Já os tributos a serem restituídos, somente são contabilizados com o surgimento de decisão irrecorrível, reconhecendo o nosso direito. Veja Nota 17 de nossas demonstrações contábeis consolidadas para uma descrição de nossos créditos tributários mais relevantes.

Questões cíveis - Somos parte em vários processos de natureza cível, nenhum deles relevante. As ações consistem, principalmente, em reivindicações de indenizações por pretensos danos causados pelo curso normal de nossas atividades de negócios e de incidência dos índices de inflação não aplicados para a correção de cadernetas de poupança, como resultado dos planos econômicos, embora tenhamos cumprido com a ordem legal vigente à época.

Os casos classificados como de risco provável são todos provisionados, sem que venham causar um efeito material adverso em nossos resultados de operações ou situação financeira.

Outros assuntos - Atualmente, não estamos envolvidos em processos de objetos significativos pelo Banco Central, CVM, ANS ou SUSEP. A Organização cumpre todos os regulamentos aplicáveis ao negócio e que são editados pelos Órgãos reguladores anteriormente citados.

Política de distribuição de dividendos

O nosso Estatuto exige que o Conselho de Administração proponha, a cada Assembleia Geral Ordinária, que nosso lucro líquido do exercício fiscal seja alocado como segue:

(i) 5% para a reserva legal, sem exceder 20% do capital integralizado em cada exercício fiscal. Esta exigência não se aplica a exercícios fiscais em que a reserva legal, acrescida de nossas outras reservas, exceder 30,0% de nosso capital integralizado;

(ii) um valor (a ser determinado por nossos acionistas com base em perdas potenciais prováveis) para uma reserva de contingências contra perdas futuras;

(iii) pelo menos 30,0% (depois da alocação para as reservas legal e de contingências) para distribuição obrigatória aos acionistas; e

(iv) qualquer saldo em aberto para uma reserva estatutária de lucros para a manutenção de uma margem operacional compatível com nossos negócios de crédito, mas sem exceder 95% de nosso capital integralizado.

Nosso Estatuto também autoriza que nossos acionistas aloquem um valor a uma reserva de lucro a realizar. Historicamente, nossos acionistas não têm alocados valores a esta reserva.

Devemos pagar dividendos mínimos obrigatórios de 30,0% de nosso lucro líquido dentro de 60 dias após nossa Assembleia Geral Ordinária. Entretanto, Lei nº 6.404/76 faculta a suspensão do pagamento dos dividendos obrigatórios, se o nosso Conselho de Administração reportar, na assembleia, que a distribuição não seria apropriada, face nossa situação financeira, e os acionistas aprovarem a suspensão por maioria simples dos votos. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, o Conselho de Administração é obrigado a arquivar um relatório na CVM, justificando a suspensão, em até no máximo 5 dias depois da Assembleia Geral Ordinária. O lucro que não for distribuído como dividendos em consequência da suspensão deve ser alocado a uma reserva especial. Se não for absorvido por perdas subsequentes, os valores da reserva devem ser pagos como dividendos, tão logo nossa situação financeira permita.

Nossos acionistas preferencialistas têm direito a receber dividendos por ação 10,0% superiores aos dividendos por ação pagos aos acionistas ordinaristas.

Nossa Diretoria Executiva, sujeita à aprovação de nosso Conselho de Administração, pode distribuir dividendos com base nos lucros reportados nas demonstrações contábeis intermediárias. O valor dos dividendos intermediários distribuídos não pode exceder o valor das reservas de capital. Nossa Diretoria Executiva determina o valor dos dividendos intermediários a ser distribuído com base ou nos lucros previamente acumulados ou nos lucros retidos.

Desde 1970, temos distribuído dividendos intermediários mensalmente. Atualmente, mantemos um sistema mensal automático de pagamento de juros sobre o capital próprio aos nossos acionistas.

Em consonância com a lei brasileira, nosso Estatuto permite que nossa Diretoria Executiva, com aprovação de nosso Conselho de Administração, faça distribuições na forma de juros sobre o capital próprio ao invés de dividendos. Os pagamentos de juros sobre o capital podem ser incluídos como parte de quaisquer dividendos obrigatórios. Desde julho de 1997, temos feito pagamentos mensais de juros sobre o capital próprio em um valor aprovado por nosso Conselho de Administração antes da declaração de dividendos no final de cada exercício. Os valores pagos como juros sobre o capital, líquidos de imposto de renda, são deduzidos do valor dos dividendos declarados.

De acordo com a lei brasileira, um acionista que não recebe pagamento de dividendos pode iniciar um processo de cobrança de dividendos em até 3 anos da data que declaramos os dividendos. Depois desse período, os dividendos não reclamados são revertidos para a companhia.

A nossa política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio é a de maximizar o montante das distribuições, de acordo com a nossa estratégia de planejamento fiscal. Para obter informações adicionais, veja “Item 5.A. Resultados Operacionais - Visão geral - Impostos”.

8.B. Mudanças Relevantes

Consulte o "Item 4.A. História, Desenvolvimento da Companhia e Estratégia de Negócios – Recentes aquisições".

ITEM 9. A OFERTA E A COTAÇÃO EM BOLSA

9.A. Detalhes da Oferta e Cotação em Bolsa

Em junho de 1997, foram emitidos ADRs, Nível I, – no mercado de balcão americano – OTC. Desde fevereiro de 2001, foram emitidas ações preferenciais no "Mercado Latino-Americano em Euros", conhecido como "Latibex", em Madri, Espanha, sob o símbolo "XBBDC".

Em novembro de 2001, nossos ADRs Nível II foram listados na Bolsa de Valores de Nova Iorque - NYSE sob símbolo "BBD". A proporção de ADRs por ações preferenciais foi modificada de 1.000 para 5.000 ações preferenciais por ADR. Em março de 2004, além da reestruturação societária a que fomos submetidos, ajustamos a paridade de nossas ADRs em relação às nossas ações preferenciais de modo a deixar cada ADR correspondendo a uma ação preferencial.

Em dezembro de 2003, os acionistas do Bradesco, em Assembleia Geral Extraordinária deliberaram pelo grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação de cada espécie. Simultaneamente à operação no mercado brasileiro, no mercado americano (NYSE), os ADRs foram grupados na proporção de 2 (dois) para 1 (um) ADR; e no mercado europeu (Latibex) – os GDRs foram grupados na proporção de 10 (dez) GDRs para 1 (um) GDR. O grupamento de ações foi aprovado em janeiro de 2004. Em decorrência desse evento, o Capital Social foi alterado para 79.894.005 ações ordinárias e 78.693.936 ações preferenciais. A partir de março de 2004, nossas ações começaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA pela cotação unitária, e, no mercado internacional na proporção de 1 (uma) ação para 1 (um) DR – Depositary Receipt (ADR em Nova Iorque, EUA e GDR em Madri, Espanha)

Em dezembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento das ações representativas do Capital Social em 200%, sem alteração do seu valor, atribuindo a seus acionistas duas novas ações para cada ação possuída da respectiva espécie.

Em novembro de 2005, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento do Capital Social, com capitalização das reservas de lucros, e consequente bonificação de 100% em ações, atribuindo aos nossos acionistas 1 (uma) nova ação, da mesma espécie, para cada ação emitida por nós.

Em março de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento do Capital Social, com capitalização de reserva de lucros, e consequente bonificação de 100% em ações, atribuindo aos nossos acionistas 1 (uma) nova ação, da mesma espécie, para cada ação emitida por nós.

Em março de 2008, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento do Capital Social, com capitalização de reserva de lucros, e consequente bonificação de 50% em ações, atribuindo aos nossos acionistas 1 (uma) nova ação, da mesma espécie, para cada 2 ações emitidas por nós.

Em dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento do Capital Social, com capitalização das reservas de lucros, e consequente bonificação de 10,0% em ações, atribuindo aos nossos acionistas 1 (uma) nova ação, da mesma espécie, para cada 10 ações emitidas por nós.

A bonificação vinculada às nossas ações foi efetivada na BM&FBOVESPA na mesma proporção que foi aplicada aos DRs na NYSE e Latibex, mantendo a proporção de 1 ação para cada DR.

Em junho de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento do Capital Social, com capitalização das reservas de lucros, e consequente bonificação de 10,0% em ações, atribuindo aos nossos acionistas 1 (uma) nova ação, da mesma espécie, para cada 10 ações emitidas por nós.

Em dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento do Capital Social mediante a emissão de 62.344.140 novas ações, nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 31.172.072 ordinárias e 31.172.068 preferenciais. A conclusão desse processo de aumento do capital deu-se em Assembleia Geral Extraordinária de ratificação realizada em 10 de março de 2011, homologada pelo Banco Central no dia 18 de março de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, nosso Capital Social era formado por 3.824.794.581 ações, sendo 1.912.397.390 ordinárias e 1.912.397.191 preferenciais, sendo que em circulação no mercado, haviam 502.871.051 ações ordinárias e 1.840.970.482 ações preferenciais.

Em março de 2013, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento do Capital Social, com capitalização das reservas de lucros, e consequente bonificação de 10,0% em ações, atribuindo aos nossos acionistas 1 (uma) nova ação, da mesma espécie, para cada 10 ações emitidas por nós.

Além do Ibovespa, as ações Bradesco participam de todos os índices da Bolsa de Valores, em que podem ser listadas ações do setor financeiro, como o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado – ITAG, Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – IGC, nos Índices Brasil – IBrX e IBrX50 (ações mais negociadas), Índice *Mid – Large Cap* – MLCX, Índice BM&FBOVESPA Financeiro – IFNC e Índice Carbono Eficiente da BM&FBOVESPA - ICO2. No Exterior, o Bradesco está presente no *Dow Jones Sustainability World Index* da Bolsa de Nova Iorque e no FTSE Latibex Brasil da Bolsa de Madri.

Em janeiro de 2012, o Banco Central autorizou o Bradesco a criar um programa de ADR para suas ações ordinárias no mercado norte-americano. Como parte desta autorização, e após o Governo Brasileiro ter reconhecido como sendo de seu interesse, o Banco Central aumentou o limite de participação estrangeira no capital acionário do Bradesco, de 14,0% para 30,0%. Este aumento não alterou a estrutura societária ou de controle do Bradesco. Em março de 2012, nossos ADRs Nível II de ações ordinárias foram listados na Bolsa de Valores de Nova Iorque – NYSE, sob o símbolo "BBDO". Cada ADR corresponde a uma ação ordinária.

Nossos ADRs são negociados na NYSE, sob os símbolos "BBD" (preferenciais) e "BBDO" (ordinárias).

As tabelas a seguir apresentam, para os períodos indicados, as cotações máximas e mínimas de preços de venda em reais, para as ações preferenciais e ordinárias na BM&FBOVESPA:

	Em R$		Média mensal volume de negócios [1]
	Preço por ação preferencial [1]		
	Máxima	Mínima	Ações (em unidades)
2007	90,26	40,33	52.251.900
2008	56,86	18,95	100.635.917
2009	38,70	19,32	107.090.125
2010	38,04	28,06	88.557.367
2011			
1º Trimestre	33,99	29,07	108.177.000
2º Trimestre	33,94	29,50	92.014.000
3º Trimestre	32,30	25,12	152.367.933
4º Trimestre	32,17	26,18	121.814.500
2012			
1º Trimestre	33,31	29,97	129.242.967
2º Trimestre	32,25	26,60	142.403.767
3º Trimestre	36,30	28,55	127.563.700
4º Trimestre	37,02	30,92	118.526.533
2013			
Janeiro	38,47	35,73	143.579.700
Fevereiro	36,95	34,20	136.040.200
Março	37,19	32,15	131.423.000

[1] Preços e quantidades não ajustados por proventos.

Fonte: Economatica.

	Em R$		
	Preço por ação ordinária [1]		Média mensal volume de negócios [1]
	Máxima	Mínima	Ações (em unidades)
2007	87,48	40,50	1.245.550
2008	51,36	16,16	10.005.750
2009	31,35	16,77	10.501.842
2010	31,00	22,51	12.668.583
2011			
1º Trimestre	28,07	23,09	14.896.967
2º Trimestre	28,49	24,91	32.000.000
3º Trimestre	27,00	21,13	11.579.033
4º Trimestre	26,20	21,44	11.373.367
2012			
1º Trimestre	28,61	24,58	15.987.433
2º Trimestre	27,43	22,57	15.808.267
3º Trimestre	29,19	23,71	10.604.100
4º Trimestre	36,12	25,41	48.964.900
2013			
Janeiro	37,20	33,92	29.998.700
Fevereiro	36,54	33,50	35.395.800
Março	38,16	32,91	37.578.600

[1] Preços e quantidades não ajustados por proventos.

Fonte: Economatica.

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, os preços de venda mínimos e máximos demonstrados no fechamento em dólares norte-americanos para os ADRs de ações preferenciais na NYSE:

	em US$		Média mensal volume de negócios [1]
	Preço por ADR [1]		
	Máxima	Mínima	ADR (em unidades)
2007	42,45	19,71	81.547.540
2008	32,87	7,40	210.805.529
2009	22,70	7,81	194.444.146
2010	22,54	15,17	201.935.999
2011			
1º Trimestre	20,85	17,77	221.784.929
2º Trimestre	21,34	18,35	179.331.993
3º Trimestre	20,84	14,47	262.032.148
4º Trimestre	19,11	13,98	197.841.670
2012			
1º Trimestre	19,10	16,56	162.331.913
2º Trimestre	17,75	13,17	229.869.523
3º Trimestre	18,00	13,95	186.858.887
4º Trimestre	17,78	15,16	151.654.872
2013			
Janeiro	18,85	17,59	148.414.798
Fevereiro	18,74	17,24	103.260.869
Março	19,17	16,18	136.554.116

[1] Preços e quantidades não ajustados por proventos.

Fonte: Economatica.

Foram negociadas na NYSE 421.158 ADRs de ações ordinárias, de 13 de março de 2012 a 31 de dezembro de 2012. Durante tal período, o maior preço negociado foi de US$ 17,29 e o menor foi de US$ 11,45.

As nossas ações são nominativas-escriturais e prestamos todos os serviços de custódia e transferência das ações. Nossos acionistas podem optar por manter suas ações registradas na CBLC. Segundo a legislação brasileira, os detentores de nossas ações, que não são brasileiros, poderão estar sujeitos a determinadas consequências fiscais adversas, devido à sua titularidade e com respeito a qualquer transferência de ações. Para obter mais informações sobre as restrições relativas à transferência de nossas ações, veja “Item 10.B. Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Forma e transferência” e “Item 10.D. Controles de Câmbio”.

As nossas ADSs e ADSs de ações ordinárias são representadas por ADRs e ADRs de ações ordinárias, respectivamente. As ADSs e ADSs de ações ordinárias podem ser mantidas de maneira registrada juntamente a instituição depositária – The Bank of New York Mellon ou de maneira escritural através de instituições financeiras, que sejam participantes do "*Depositary Trust Company* ou DTC". O banco depositário, no seu papel de agente de registro, presta o serviço de transferência dos ADRs e ADRs de ações ordinárias. A titularidade de um ADR ou ADR de ações ordinárias (e de cada ADS e ADSs de ações ordinárias que lhe servem de lastro), quando estiver devidamente endossado e acompanhado dos devidos instrumentos de transferência, é transferível por tradição, tendo o mesmo efeito que no caso de um título ou valor mobiliário certificado, segundo as leis do estado de Nova Iorque. Os detentores de ADRs e ADRs de ações ordinárias que vierem a transferi-los poderão estar sujeitos a:

- reembolso ao banco depositário de quaisquer tributos, encargos fiscais ou taxas que o banco depositário tenha pago;
- pagamento de quaisquer taxas de transferência, segundo os termos do contrato de depósito;
- apresentação de comprovação satisfatória de identidade e de legitimidade de suas assinaturas ou de quaisquer outros documentos exigidos pelo contrato de depósito;
- cumprimento da legislação norte-americana, brasileira ou outras leis ou regulamentos governamentais aplicáveis; e
- cumprimento de regras razoáveis, se existentes, que nós e o banco depositário possamos estabelecer e que sejam consistentes com o contrato de depósito.

Todas as nossas ações em circulação são integralizadas e não sujeitas a chamadas de capital.

Os direitos dos detentores das ações preferenciais são limitados, em aspectos significativos, se comparados com os direitos dos detentores de ações ordinárias, de diversas maneiras significativas:

- cada ação ordinária confere ao detentor o direito a um voto nas assembleias gerais de acionistas, enquanto os detentores de ações preferenciais somente têm direito a voto em circunstâncias limitadas, descritas no "Item 10.B. Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Direitos de voto"; e
- a natureza dos direitos de preferência dos acionistas preferencialistas de subscrever ações ou títulos conversíveis depende da proporção do capital, que seria representada pelas ações preferenciais, após o aumento do capital, conforme descrito no "Item 10.B. Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Direitos de preferência".

Os detentores das ADSs e ADSs de ações ordinárias têm direitos, que correspondem às ações preferenciais e ordinárias que as lastreiam, sujeitos aos termos do contrato de depósito. Os detentores de ADSs e ADSs de ações ordinárias são parte do contrato de depósito e, portanto, são obrigados pelos seus termos e pelos termos dos ADRs e ADRs de ações ordinárias, que representam as ADSs e ADSs de ações ordinárias.

9.B. Plano de Distribuição

Não aplicável.

9.C. Mercados

Negociação na bolsa de valores, mercadorias e futuros de São Paulo

A BM&FBOVESPA é uma empresa de capital aberto. Desde abril de 2000, as bolsas de valores brasileiras foram reorganizadas através da troca de protocolos de intenções. Até abril de 2004, todas as ações relativas a valores mobiliários passaram a ser negociados somente na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo, com exceção dos leilões de privatizações, que ocorriam na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Em maio de 2004, a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro foi reaberta para a negociação de determinados títulos públicos.

Se V.Sas. viessem a negociar nossas ações na BM&FBOVESPA, sua negociação seria liquidada em três dias úteis após a data da negociação. Normalmente, é exigido que o vendedor entregue as ações na bolsa no terceiro dia útil após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são efetuados por meio dos serviços da CBLC.

A BM&FBOVESPA é menos líquida que a NYSE, ou que outras bolsas importantes ao redor do mundo. Em 31 de dezembro de 2012, o total agregado de capitalização no mercado, das 452 empresas cotadas na BM&FBOVESPA, era equivalente a aproximadamente US$ 1,2 trilhões, sendo que as dez maiores empresas cotadas na BM&FBOVESPA representavam aproximadamente 51,8% do total de capitalização no mercado. Embora qualquer uma das ações em circulação de uma empresa cotada possa ser negociada em uma bolsa de valores brasileira, na maioria dos casos, menos da metade das ações cotadas está efetivamente disponível para negociação pública, sendo que o restante está em mãos de pequenos grupos de controladores, de entidades governamentais ou de um acionista principal. Em 31 de dezembro de 2012, nós respondíamos por aproximadamente 5,2% da capitalização no mercado de todas as empresas cotadas na BM&FBOVESPA.

A negociação por um detentor julgado como não sendo domiciliado no Brasil, para fins normativos e fiscais (um "detentor não brasileiro"), está sujeita a certas limitações, segundo a legislação brasileira relativa a investimentos estrangeiros. Com limitadas exceções, os detentores não brasileiros somente podem negociar nas bolsas de valores brasileiras, de acordo com as exigências da Resolução nº 2.689/00 do CMN. Esta Resolução exige que os valores mobiliários mantidos por detentores não brasileiros sejam mantidos em custódia de, ou em conta de depósito com instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central e pela CVM. Além disso, a Resolução nº 2.689/00 exige que detentores não brasileiros restrinjam suas negociações de títulos e valores mobiliários para transações nas bolsas de valores brasileiras ou qualificadas nos mercados de balcão. Com limitadas exceções, segundo a Resolução nº 2.689/00, os detentores não brasileiros não devem transferir para outros detentores não brasileiros a propriedade dos investimentos feitos. Veja "Item. 10.D. Controles de Câmbio" para mais informações sobre a Resolução nº 2.689/00, e "Item 10.E. Tributação - Considerações sobre tributação no Brasil - Tributação de ganhos" para uma descrição de certos benefícios fiscais estendidos para detentores não brasileiros, qualificados na Resolução nº 2.689/00.

Práticas de governança corporativa da BM&FBOVESPA

No ano 2000, a BM&FBOVESPA introduziu três segmentos especiais de listagem, conhecidos como "Níveis 1 e 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e Novo Mercado", com o objetivo de estimular um mercado secundário de títulos emitidos por empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, induzindo estas empresas a seguir boas práticas de governança corporativa. Posteriormente, a BM&FBOVESPA criou um novo segmento denominado "Bovespa Mais", direcionado especificamente a companhias de pequeno e médio porte. Os segmentos de listagem foram desenhados para a negociação de ações emitidas por empresas, que se comprometem voluntariamente a cumprir com as práticas de governança corporativa e exigências de divulgação, além daqueles já impostos pela lei brasileira. Estas regras, geralmente, aumentam os direitos dos acionistas e intensificam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. Em maio de 2011, entraram em vigor as novas revisões às regras aplicáveis aos "Níveis 1 e 2 de Práticas Diferenciadas de Governança".

Para tornar-se uma empresa de "Nível 1", além das obrigações impostas pela lei aplicável, um emissor deve concordar em: (i) garantir que as ações que representam pelo menos 25% de seu capital total estão efetivamente disponíveis para negociação; (ii) adotar procedimentos de oferta, que favorecem a propriedade dispersa das ações sempre que se faz uma oferta publica; (iii) cumprir com padrões mínimos de divulgação trimestral; (iv) seguir políticas de divulgação mais rígidas com relação a transações feitas por seus acionistas controladores, membros de seu conselho de administração e seus executivos, que envolvam títulos emitidos pelo emissor; (v) submeter quaisquer acordos de acionistas e planos de opções

de ações existentes à BM&FBOVESPA; e (vi) montar um cronograma de eventos corporativos disponível aos acionistas.

Para tornar-se uma empresa de "Nível 2", além das obrigações impostas pela lei aplicável, um emissor deve concordar, entre outras coisas, em: (i) cumprir com todas as exigência de listagem do Nível 1; (ii) conceder direitos de *tag along* para todos seus acionistas, junto com a transferência do controle da companhia, oferecendo aos detentores de ações ordinárias e preferenciais o mesmo preço pago por ação para o bloco controlador de ações ordinárias; (iii) conceder direitos de voto a detentores de ações preferenciais em determinadas deliberações acerca de certas reestruturações societárias e transações entre partes relacionadas, tais como: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da companhia; (b) aprovação de quaisquer transações entre a companhia e seu acionista controlador, quando tais deliberações forem de competência da assembleia geral; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital social; (d) escolha da instituição ou empresa especializada para determinação do valor econômico da companhia; e (e) quaisquer mudanças a estes direitos de voto, que prevalecerão enquanto o contrato de adesão ao segmento de "Nível 2" com a BM&FBOVESPA estiver vigente; (iv) que o conselho de administração seja composto de pelo menos 5 membros, dos quais um mínimo de 20% dos membros deva ser independente, com mandato limitado a 2 anos; (v) preparar demonstrações contábeis em inglês, incluindo a demonstração dos fluxos de caixa, conforme as normas contábeis internacionais, tais como U.S. GAAP ou IFRS; (vi) efetuar oferta de compra pelo acionista controlador da companhia (o preço mínimo das ações a ser ofertado será determinado por um processo de avaliação), se o mesmo escolher por se retirar do segmento de listagem "Nível 2"; e (vii) aderir exclusivamente às regras da "Câmara de Arbitragem" da BM&FBOVESPA, para a resolução de conflitos entre a companhia e seus investidores.

Para aderir ao segmento do "Novo Mercado" da BM&FBOVESPA, um emissor deve cumprir com todas as exigências descritas no "Nível 1 e 2", além de: (i) emitir apenas ações ordinárias (com direito a voto); e (ii) conceder direitos de *tag along* para todos os acionistas, no caso de uma transferência de controle da companhia, oferecendo o mesmo preço pago por ação às ações do bloco de controle.

Em junho de 2001, entramos em acordo com a BM&FBOVESPA para listar nossas ações no segmento "Nível 1", vigente imediatamente após a data de publicação do anúncio no Brasil do começo da oferta, com a qual concordamos cumprir e continuar cumprindo com todas as exigências de listagem "Nível 1".

9.D. Acionistas Vendedores

Não aplicável.

9.E. Diluição

Não aplicável.

9.F. Despesas da Emissão

Não aplicável.

ITEM 10. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

10.A. Capital Social

Para informações sobre o Capital Social, veja Nota 40 de nossas demonstrações contábeis consolidadas no "Item 18. Demonstrações Contábeis".

10.B. Atos Constitutivos e Estatuto Social

Somos uma companhia aberta devidamente registrada na CVM, sob número 00090-6. O Artigo 5º do Estatuto estabelece nosso objetivo de realizar operações bancárias em geral, incluindo atividades de câmbio.

Organização

Qualificação dos conselheiros

Desde a promulgação da Lei nº 12.431/11, que alterou parcialmente a Lei nº 6.404/76, não há exigência de que os Membros do Conselho de Administração sejam acionistas das Sociedades nas quais ocupem tais cargos. Também não há exigência quanto à residência para se qualificar como um conselheiro.

Destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos

Nosso Estatuto, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), exige que o Conselho de Administração recomende, anualmente, a cada Assembleia Geral Ordinária, a alocação do lucro líquido para o exercício fiscal, como segue:

- 5,0% do lucro líquido, segundo o BR GAAP, para uma reserva legal, sem exceder a 20,0% de nosso capital integralizado, durante cada exercício fiscal. Esta exigência não será aplicável em exercícios fiscais em que a reserva legal, acrescida às outras reservas de capital, exceder a 30,0% de nosso capital integralizado;

- por proposta de nossa Administração, um valor para a reserva para contingências contra perdas futuras, o qual o valor é determinado por nossos acionistas, com base em perdas potenciais que eles considerem prováveis. Historicamente, nossos acionistas não alocaram valores para tal reserva;

- pelo menos 30,0% do lucro líquido, segundo o BR GAAP (após as deduções dos dois itens anteriores), para distribuição obrigatória aos nossos acionistas; e

- o remanescente, após as distribuições acima, para uma reserva de lucros para a manutenção de uma margem operacional, que seja compatível com a conduta de nossos negócios de financiamento, até um limite de 95,0% de nosso Capital Social integralizado.

Nosso Estatuto também autoriza os acionistas a alocarem um valor à reserva de lucro a realizar. Historicamente, nossos acionistas não alocaram valores para tal reserva.

O mínimo de 30,0% de nosso lucro líquido ajustado, segundo o BR GAAP, deve ser distribuído como dividendos anuais e pagos no prazo de 60 dias, contados a partir da Assembleia Geral Ordinária na qual a distribuição for aprovada. Entretanto, a Legislação Societária Brasileira permite que suspendamos o pagamento da distribuição obrigatória, se o Conselho de Administração relatar na assembleia de acionistas que a distribuição seria incompatível com nossa situação financeira, caso em que a suspensão fica sujeita à homologação pela assembleia dos acionistas. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, o Conselho Fiscal deve elaborar parecer sobre a matéria e o Conselho de Administração deve apresentar justificativa para a suspensão à CVM, no prazo de cinco dias a partir da assembleia de acionistas. O lucro não distribuído devido à suspensão deve ser alocado para uma reserva especial. Se não absorvidos pelas perdas subsequentes, os valores na reserva devem ser pagos como dividendos, tão logo nossa situação financeira permitir.

Os acionistas preferencialistas têm direito a receber dividendos por ação em valor 10,0% superior aos dividendos pagos por ação aos acionistas ordinaristas.

Segundo a legislação brasileira, devemos preparar demonstrações contábeis pelo menos trimestralmente. Nossa Diretoria Executiva, com aprovação do Conselho de Administração, pode distribuir dividendos com base nos lucros relatados nas demonstrações contábeis intermediárias. Nosso estatuto prevê o pagamento de dividendos intermediários, sendo que o valor desses dividendos distribuídos não pode exceder o valor dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Nossa Diretoria Executiva baseia o valor dos dividendos intermediários em lucros previamente acumulados ou lucros retidos.

Desde 1970, temos distribuído dividendos mensalmente. De acordo com a lei brasileira, nosso Estatuto permite que a Diretoria Executiva, mediante aprovação do Conselho de Administração, faça distribuições na forma de juros sobre o capital próprio ao invés de dividendos. Os pagamentos de juros sobre o capital próprio, descontado o imposto de renda retido na fonte, podem ser considerados para efeitos de cálculo do dividendo obrigatório.

Segundo a legislação brasileira, prescreve em 3 (três) anos a ação para haver dividendos, contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista. Encerrado este prazo, os dividendos não reclamados revertem-se para a Companhia.

Em Março de 2013, o Banco Central emitiu diversas regras com relação à implementação das exigências do Acordo de Basileia III nos bancos brasileiros. Conforme a Resolução 4.193/13, o Banco Central agora tem poderes para intervir em uma instituição financeira que não esteja observando as exigências de capital adicional a fim de limitar a distribuição de dividendos e o pagamento de valores extraordinários aos diretores e executivos da instituição. Tal restrição poderia ser aplicada proporcionalmente à diferença entre o capital adicional requerido e o capital adicional real, como segue: (i) se o capital real for menor que 25% do adicional, restrição de até 100% sobre as distribuições; (ii) se o capital real estiver entre 25% e 50% do requerido, restrição de até 80% sobre as distribuições; (iii) se o capital real estiver entre 50% e 75% do requerido, restrição de até 60% sobre as distribuições; e (iv) se o capital real estiver entre 75% e 100% do requerido, restrição de até 40% sobre as distribuições. Atualmente cumprimos com todas as exigências de capital.

Assembleias de acionistas

Os acionistas têm o poder de decidir quaisquer assuntos relacionados ao nosso objetivo social e de aprovar quaisquer resoluções que julgarem necessárias para nossa proteção e desenvolvimento, através de votação em Assembleia Geral de Acionistas.

A partir da Assembleia Geral Ordinária de 2013, por deliberação dos acionistas, nossas assembleias convocadas por meio de publicações de edital no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Valor Econômico, este último substituindo a publicação no Diário do Comércio, todos no estado de São Paulo. O edital deve ser publicado por três vezes, começando pelo menos 15 dias corridos antes da data marcada para realização da assembleia. O edital deve conter a pauta da assembleia e, no caso de uma proposta de alteração do nosso Estatuto, uma indicação do assunto em questão.

O Conselho de Administração ou, em algumas situações específicas determinadas na Legislação Societária Brasileira, os acionistas podem convocar nossas assembleias gerais de acionistas. Um acionista pode ser representado em uma assembleia geral por um procurador, constituído há menos de um ano. Referido procurador deve ser acionista, membro de nossa Administração, advogado ou uma instituição financeira. O instrumento de mandato outorgado deve cumprir certas formalidades determinadas pela lei brasileira.

A validade das deliberações tomadas em uma Assembleia Geral de Acionistas condiciona-se à presença, na assembleia, de acionistas representando pelo menos um quarto de nossas ações ordinárias, emitidas e em circulação. Entretanto, no caso de uma assembleia geral para alterar nosso Estatuto, devem estar presentes os acionistas representando pelo menos dois terços de nossas ações ordinárias, emitidas e em circulação. Não sendo verificado o quorum referido, o Conselho de Administração pode convocar uma segunda assembleia, de acordo com as regras de publicação descritas acima, com antecedência mínima de oito dias corridos anteriores à data da assembleia marcada. A segunda assembleia geral não encontra-se sujeita às exigências de quorum aplicáveis à primeira.

Direitos de voto

Cada ação ordinária confere ao seu detentor o direito a um voto nas assembleias de acionistas. As deliberações de uma Assembleia Geral de Acionistas são tomadas pelo voto dos detentores da maioria simples de nossas ações ordinárias, sem computar as abstenções, salvo em situações excepcionais especificamente previstas na legislação em vigor.

Em março de 2002, a Lei das Sociedades Anônimas Brasileira foi modificada de modo a, entre outras coisas, conferir maior proteção aos acionistas minoritários e garantir o direito de designar um membro e um suplente para nosso Conselho de Administração, aos acionistas que não são controladores, mas que tenham detido, por pelo menos três meses anteriores: (i) ações preferenciais, representando no mínimo 10,0% de nosso Capital Social; ou (ii) ações ordinárias, representando pelo menos 15,0% de nossas ações do capital com direito a voto. Se nenhum acionista atingir os limites mínimos, os acionistas que representam pelos menos 10,0% de nosso capital acionário podem combinar seus investimentos para designar um membro e um suplente para nosso Conselho de Administração.

A Legislação Societária Brasileira determina que as ações preferenciais sem direito a voto adquiram tal direito quando a companhia descumprir com os termos determinados em seu estatuto (por um período superior a 3 exercícios fiscais) quanto ao pagamento de dividendos fixos ou mínimos aos quais tais ações

têm direito. Esse direito a voto permanece em vigor até que o pagamento dos dividendos cumulativos seja feito.

Acionistas

De acordo com a lei brasileira, as seguintes deliberações dependem da aprovação dos detentores da maioria das ações preferenciais em circulação adversamente afetadas, assim como dos acionistas titulares de pelo menos metade das ações ordinárias emitidas:

- criação ou aumento de uma classe já existente de ações preferenciais sem preservar a proporção com qualquer outra classe de ações já existentes;
- mudanças nas preferências, privilégios ou condições de resgate ou amortização de qualquer classe de ações preferenciais; e
- criação de uma nova classe de ações preferenciais, que tenha preferência, privilégio ou condição de resgate ou amortização superior às das classes de ações preferenciais já existentes.

Referidas deliberações devem ser votadas pelos detentores de ações preferenciais adversamente afetadas, em uma assembleia especial, na qual cada ação preferencial dá ao seu titular direito a um voto. Os acionistas preferencialistas têm o direito de votar em qualquer deliberação de mudança de nosso tipo societário e obterão o direito de votar se entrarmos em um processo de liquidação.

A aprovação dos detentores de pelo menos metade das ações ordinárias emitidas é exigida para as seguintes medidas:

- redução da distribuição obrigatória dos dividendos;
- aprovação de uma incorporação, fusão ou cisão;
- aprovação de nossa participação em um “grupo de sociedades” (um grupo de empresas cuja gestão é coordenada através de relacionamentos contratuais e participações acionárias), conforme definido na Legislação Societária Brasileira;
- mudança no objeto social;
- cessação do estado de liquidação; e
- aprovação de dissolução.

Em cumprimento ao disposto na Legislação Societária Brasileira, os detentores de ações ordinárias, em deliberação na Assembleia Geral de Acionistas, têm poderes exclusivos para:

- alterar nosso Estatuto, incluindo alterações dos direitos de detentores de ações ordinárias;
- eleger ou destituir membros do Conselho de Administração;
- tomar as contas anuais preparadas pela Administração e aceitar ou rejeitar as demonstrações contábeis da Administração, incluindo a alocação dos lucros líquidos para pagamento dos dividendos obrigatórios e a alocação para as diversas contas de reserva;
- autorizar a emissão de debêntures;
- suspender os direitos de um acionista, que não cumpriu com as obrigações impostas por lei ou pelo nosso Estatuto;
- aceitar ou rejeitar a avaliação dos ativos aportados por um acionista em aumentos de capital; e
- aprovar reestruturações societárias, tais como: incorporações, fusões e cisões; dissolver ou liquidar, eleger ou demitir nossos liquidantes ou examinar suas contas.

Direitos de preferência

Cada um de nossos acionistas tem um direito geral de preferência para subscrever ações ou títulos conversíveis em qualquer aumento de capital, na proporção da participação já detida. Deve ser concedido aos acionistas um prazo de pelo menos 30 dias, após a publicação do aviso da emissão de ações ou títulos conversíveis, para exercerem seus direitos de preferência.

Conforme descrito em "Regulamento e Restrições sobre Detentores não Brasileiros" nos termos da Constituição Brasileira, o aumento da participação dos investidores estrangeiros no capital votante (ações ordinárias) das instituições financeiras está sujeito à autorização prévia do governo brasileiro. Contudo, investidores estrangeiros sem autorização específica podem adquirir ações negociáveis sem direito a voto de instituições financeiras brasileiras ou *depositary receipts* que representem ações sem direito a voto oferecidas no exterior. Em janeiro de 2012, o Banco Central autorizou o Bradesco a criar um programa de ADR para suas ações ordinárias no mercado norte-americano. Como parte desta autorização, e após o governo brasileiro ter reconhecido como sendo de seu interesse, o Banco Central aumentou o limite de participação estrangeira no capital acionário do Bradesco, de 14,0% para 30,0%.

No caso de um aumento de capital, que mantenha a proporção existente entre as ações ordinárias e preferenciais, cada acionista deve ter o direito de subscrever ações recém emitidas da mesma classe que ele atualmente possui. Se o aumento de capital mudar a proporção entre as ações ordinárias e preferenciais, os acionistas devem ter o direito de subscrever ações recém emitidas da mesma classe que ele atualmente possui, estendendo apenas a ações de uma classe diferente de maneira a manter a mesma proporção no capital acionário que havia antes de tal aumento. Em qualquer caso, todos os novos aumentos estão sujeitos a participação estrangeira limitada estabelecida pelo Banco Central, o que significa dizer que os detentores de ações ordinárias podem ser impedidos de exercer seus direitos de preferência com relação às ações ordinárias recentemente emitidas se o limite de 30,0% tiver sido alcançado. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, os acionistas podem transferir ou vender seus direitos de preferência.

Os acionistas não podem exercer seus direitos de preferência relativos às ações subjacentes às suas ADSs ou ADSs de ações ordinárias, a menos que uma declaração de registro de acordo com a "Lei de Valores Mobiliários de 1933" dos Estados Unidos esteja vigente com relação a estes direitos ou se uma isenção das exigências de registro da referida "Lei de Valores" esteja disponível. Os acordos contratuais, que regem as ADSs ou ADSs de ações ordinárias, determinam que o custodiante das ações subjacentes às ADSs ou ADSs de ações ordinárias podem, se possível, transferir ou dispor de seus direitos de preferência. Tais acordos contratuais, que regem as ADSs ou ADSs de ações ordinárias, determinam que o custodiante deve remeter o valor recebido ao banco depositário que mantém as ADSs ou ADSs de ações ordinárias. Sua distribuição pelo banco depositário aos detentores das ADSs ou ADSs de ações ordinárias é líquida de quaisquer tarifas devidas ao custodiante e ao banco depositário. Para mais detalhes, veja "Item 3.D. Fatores de Risco - Riscos relativos às nossas ações e às ADSs e ADSs de ações ordinárias".

Direito de retirada

A legislação brasileira estabelece que sob certas circunstâncias um acionista tem o direito de resgatar suas participações em ações de uma empresa e receber um pagamento pela porção do patrimônio líquido atribuível à sua participação em ações.

Este direito de retirada pode ser exercido:

- Pelos detentores dissidentes ou não-votantes da classe de ações afetada adversamente (incluindo qualquer detentor de ações preferenciais), caso seja aprovada em assembleia geral de acionistas:
  - a criação de ações preferenciais ou um aumento em uma classe existente de ações preferenciais relativas a outra classe ou classes de ações preferenciais;
  - a modificação de uma preferência, privilégio ou condição de resgate ou amortização concedida sobre uma ou mais classes de ações preferenciais;
  - a criação de uma nova classe de ações preferenciais com maiores privilégios, que a classe existente de ações preferenciais; ou
- Pelos acionistas dissidentes ou não-votantes (incluindo qualquer detentor de ações preferenciais), caso seja aprovada em assembleia geral de acionistas:
  - a redução na distribuição obrigatória de dividendos;

- uma mudança em nosso objeto social;
- uma transferência de todas as nossas ações para outra empresa, nos tornando uma subsidiária integral de tal empresa, conhecida como uma incorporação de ações; ou

- Pelos detentores dissidentes ou não-votantes de ações ordinárias, caso seja aprovada em assembleia geral de acionistas:
  - a aquisição de controle de outra empresa a um preço que exceda certos limites estabelecidos na legislação brasileira;
  - uma fusão ou incorporação da sociedade, desde que suas ações não tenham liquidez e estejam amplamente difundidas no mercado;
  - participação em um grupo de sociedades, como definido na legislação brasileira, desde que suas ações não tenham liquidez e estejam amplamente difundidas no mercado; ou
  - uma cisão que resulte, dentre outras coisas, em uma redução do dividendo anual obrigatório, na participação em um grupo de sociedades ou na mudança do objeto societário.

Nossos acionistas dissidentes ou não-votantes também têm o direito de retirada caso a sociedade resultante de nossa fusão, incorporação de nossas ações ou cisão não se torne uma companhia com ações negociadas em bolsa, dentro de 120 dias da assembleia de acionistas, na qual a decisão relevante foi tomada. Os acionistas dissidentes ou não-votantes apenas terão o direito de retirada se eles forem titulares das ações, que foram adversamente afetadas no momento da primeira convocação para assembléia, na qual a decisão foi tomada. Se um anúncio público da medida tomada ou a ser tomada for feito antes da convocação para assembleia, a titularidade de ações dos acionistas é baseada na data do anúncio.

O direito de retirada prescreve no prazo de trinta dias, contados a partir da publicação das atas da assembleia de acionistas, na qual a medida foi tomada, exceto quando a resolução está sujeita à confirmação pelos acionistas preferencialistas (o que deve ser feito em assembleia especial a ser realizada dentro de um ano). Neste caso, o prazo de trinta dias é contado da data em que a ata da assembleia especial é publicada. Nós teríamos direito a reconsiderar qualquer ato, que desse origem a direitos de recesso dentro de dez dias após o vencimento de tais direitos, se o reembolso de ações de acionistas dissidentes prejudicasse nossa estabilidade financeira.

Em todas as situações descritas acima, nossas ações seriam resgatáveis por seu valor contábil, determinado com base no último balanço patrimonial aprovado por nossos acionistas. Se a assembleia de acionistas, que deu origem aos direitos de retirada, ocorrer após sessenta dias contados a partir da data do último balanço aprovado, um acionista pode exigir que suas ações sejam avaliadas com base em um novo balanço patrimonial de uma data dentro de sessenta dias antes de tal assembleia de acionistas.

Liquidação

No caso de nossa liquidação, nossos acionistas preferencialistas teriam o direito a prioridade sobre os acionistas ordinaristas no retorno do capital. O valor ao qual eles teriam direito é baseado na parcela do capital representado pelas ações preferenciais, como ajustado oportunamente para refletir quaisquer aumentos ou reduções de capital. Após o pagamento de todos os nossos credores, nossos ativos residuais seriam usados para retornar o valor do capital representado pelas ações preferenciais aos acionistas preferencialistas. Uma vez que os acionistas preferencialistas tivessem sido totalmente reembolsados, os acionistas ordinaristas seriam reembolsados na parcela do capital representado pelas ações ordinárias. Todos os nossos acionistas participariam, igualmente e proporcionalmente, em quaisquer ativos remanescentes residuais.

Resgate

Nosso Estatuto determina que nossas ações não são resgatáveis. Entretanto, a legislação brasileira nos autoriza a resgatar ações de acionistas minoritários se, depois de uma oferta pública para fechamento de capital, nosso acionista controlador aumentar para mais de 95,0% sua participação em nosso capital acionário total.

Direitos de conversão

Nosso Estatuto determina que nossas ações ordinárias não podem ser convertidas em ações preferenciais ou nossas ações preferenciais em ações ordinárias.

Responsabilidade de nossos acionistas por futuras chamadas de capital

Nem a lei brasileira nem nosso Estatuto preveem chamadas de capital. A responsabilidade de nossos acionistas é limitada ao pagamento do preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

Forma e transferência

Nossas ações são registradas de maneira escritural e nós desenvolvemos todos os serviços de custódia e transferência de ações. Para fazer uma transferência, nós fazemos um lançamento no registro, debitamos a conta de ações do transferidor e creditamos a conta de ações do adquirente.

As transferências de ações por um investidor estrangeiro são feitas da mesma maneira e executadas por um agente local do investidor em seu nome. Entretanto, se o investimento original estiver registrado no Banco Central, conforme um mecanismo de investimento estrangeiro regulamentado pela Resolução nº. 2.689/00 do CMN, como descrito no "Item 10.D. Controles de Câmbio" a seguir, o investidor estrangeiro deve declarar a transferência em seu registro eletrônico.

Nossos acionistas podem optar por manter suas ações na BM&FBOVESPA. As ações são acrescidas ao sistema da BM&FBOVESPA, através de instituições brasileiras que têm contas de compensação com a BM&FBOVESPA. Nosso registro de acionistas indica quais ações são transacionadas no sistema da BM&FBOVESPA. Cada acionista participante é, por sua vez, registrado em um registro de acionistas beneficiários mantido pela BM&FBOVESPA e é tratado da mesma maneira que nossos acionistas registrados.

Regras brasileiras relativas à divulgação de informações

Em janeiro de 2002, a CVM emitiu regulamentos, revisados em junho de 2002 e março de 2007, referentes à divulgação de informações relacionadas ao mercado. Esta regulamentação inclui determinações que, dentre outras:

- definem que informações devem ser arquivadas na CVM, na forma de um aviso aos acionistas ou fato relevante, incluindo qualquer decisão de nossos acionistas controladores, que pudesse influenciar o preço de seus títulos ou qualquer decisão do acionista controlador em negociar, ou deixar de negociar, tais títulos, ou exercer quaisquer direitos subjacentes aos títulos;

- ampliam o rol de exemplos de fatos, que devem ser considerados como relevantes, incluindo, entre outros:

  - a assinatura, alteração ou encerramento de acordos de acionistas, dos quais somos parte ou que foram registrados em nossos livros;

  - a entrada ou retirada de acionistas, que mantém quaisquer contratos de colaboração financeira, operacional, tecnológica ou administrativa conosco;

  - qualquer autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;

  - a fusão, consolidação ou cisão de uma companhia ou suas coligadas;

  - a mudança na composição do patrimônio da companhia;

  - a mudança de critérios contábeis;

  - a renegociação de dívidas;

  - a alteração nos direitos e vantagens dos valores mobiliários de uma companhia;

  - a aquisição de ações de uma companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, e sua alienação;

  - lucro ou prejuízo da companhia e a atribuição de proventos em dinheiro;

- a celebração ou extinção de um contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público; e

- a aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação.

- estendem, no caso do nosso executivo responsável pelas relações com investidores não o fazer, a responsabilidade para divulgar fatos relevantes aos nossos acionistas controladores, a todos os membros de nossa Administração, aos membros de nosso Conselho Fiscal e a quaisquer outros de nossos órgãos técnicos ou consultivos criados por nossos estatutos;

- estendem a obrigação de sigilo de fatos relevantes ainda não divulgados, além de nossos administradores e acionistas controladores, aos membros de nossos conselhos técnicos e consultivos criados por nossos Estatutos e aos nossos colaboradores envolvidos com a matéria objeto de fatos relevantes;

- nos obrigam a divulgar fatos relevantes a todos os mercados, nos quais nossos títulos são admitidos à negociação;

- nos obrigam a publicar qualquer intenção de tirar a empresa da Bolsa no período de um ano, no caso de adquirirmos participação controladora em uma companhia, que tenha ações negociadas no mercado;

- ampliam as regras relativas às exigências de divulgação na aquisição e venda de uma participação acionária relevante, ou de negociação de valores mobiliários de nossa emissão por nossos acionistas administradores, membros de nosso Conselho Fiscal ou membros de nossos conselhos técnicos e consultivos criados por nossos Estatutos; e

- vedam a negociação, antes da divulgação do fato relevante ao mercado com valores mobiliários de nossa emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, ou por quem, em virtude de seu cargo, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante.

De acordo com as normas emitidas pela CVM, é obrigatória ainda a divulgação de uma série de informações adicionais ao mercado, na hipótese de nossa assembleia geral ser convocada para deliberar acerca de operação de incorporação, fusão ou cisão.

Divulgação de informações periódicas

Em dezembro de 2009, a CVM expediu a Instrução n° 480/09, que trata entre outras coisas da emissão de valores mobiliários e da divulgação periódica de informações por empresas, que tenham seus valores mobiliários negociados no mercado brasileiro. Como consequência dessa norma, emissores brasileiros devem arquivar anualmente o chamado “Formulário de Referência” na CVM, documento semelhante a um prospecto de distribuição de valores mobiliários e ao “Formulário 20-F”, em que são detalhados inúmeros aspectos das operações e da administração da companhia. Adicionalmente, foram aprimoradas as normas relativas à divulgação das demonstrações contábeis e de informações eventuais, bem como à responsabilidade dos administradores pelas informações fornecidas. Como resultado, a quantidade e a qualidade das informações divulgadas ao mercado brasileiro e à CVM aumentaram, sensivelmente, reforçando a transparência de nossas atividades para o investidor local. Além disso, novas emissões foram facilitadas para companhias já listadas.

Divulgação de informações operacionais ao público

Em dezembro de 2009, o Banco Central expediu normas que determinam a divulgação por parte de instituições financeiras de determinadas informações operacionais ao público, informações essas que eram anteriormente transmitidas apenas àquele órgão. Entre tais informações, incluem-se estruturas de gerenciamento de risco, atendimento aos índices de Basileia, patrimônio de referência, exposições a risco de crédito, operações classificadas na carteira de negociação, instrumentos mitigadores, risco de crédito da contraparte, cessão de crédito, securitizações e derivativos, entre outras. Essa medida dá continuidade à implementação dos parâmetros de Basileia II no Brasil.

Regulamento e restrições sobre detentores não brasileiros

A Constituição Brasileira proíbe qualquer aumento na participação estrangeira no capital social das instituições financeiras sediadas no Brasil. Entretanto, em razão de sermos uma instituição financeira aberta, os detentores não brasileiros de nossas ações preferenciais beneficiam-se de uma exceção a esta determinação. Consequentemente, detentores estrangeiros não enfrentam restrições legais sobre a propriedade de nossas ações preferenciais ou de ADRs, com base em nossas ações preferenciais, e são autorizados a ter todos os direitos e preferência de tais ações preferenciais. Além disso, de acordo com a autorização do Banco Central para o programa de ADR em ações ordinárias no mercado norte-americano, os estrangeiros podem deter até 30,0% do total de nossas ações ordinárias. Um detentor de ADSs não será tratado como um de nossos acionistas, e não terá os direitos dos acionistas. Caso seja solicitado pela Sociedade, e somente neste caso, o depositário notificará os detentores de ADSs acerca das assembleias, e providenciará a entrega do material de voto. De posse do material, o detentor poderá instruir o depositário a votar de acordo com o número de ações que seus ADSs representam. A legislação brasileira, é quem regula os direitos de acionistas e a legislação de Nova Iorque rege o contrato de depósito e das ADSs. O depositário será o titular das ações subjacentes das ADSs. Um detentor de ADSs terá os direitos de detentor de ADSs.

Entretanto, a capacidade de converter em moeda estrangeira os pagamentos de dividendos e os resultados das operações de venda das ações preferenciais ou direitos de preferência e remeter tais montantes fora do Brasil está sujeita a restrições, de acordo com a legislação estrangeira de investimento, que normalmente exige, entre outras coisas, o registro do investimento relevante no Banco Central. Todavia, qualquer detentor não brasileiro que se registre na CVM, de acordo com a Resolução nº 2.689/00, pode comprar e vender títulos nas bolsas de valores brasileiras, sem obter um certificado separado de registro para cada transação. Estas regras sem aplicam tanto a ações ordinárias quanto preferenciais.

O Anexo 5 da Resolução n° 1.289/87 do CMN, conhecido como os “Regulamentos do Anexo 5”, autoriza as empresas brasileiras a emitir os recibos de depósitos nos mercados de câmbio. Nosso programa de ADR está devidamente registrado no Banco Central.

Nosso Estatuto não impõe nenhum limite aos direitos de residentes ou não residentes brasileiros de possuir ações e exercer os direitos em relação a isso.

Novo código civil

Um novo Código Civil Brasileiro entrou em vigor em janeiro de 2003. O novo Código Civil foi emitido com o intuito de atualizar a legislação civil brasileira. O novo Código Civil introduziu alterações a respeito de vários tópicos, incluindo contratos e a legislação brasileira. As transações e outras leis realizadas antes da vigência do novo Código Civil continuam sendo reguladas pelas leis anteriores, exceto pelos efeitos de tais transações, se ocorridos depois de janeiro de 2003, bem como quaisquer transações ou outras leis realizadas após esta data, que estão sujeitas ao novo Código Civil.

Transferência de controle

Nosso Estatuto não contém nenhuma determinação que pudesse ter o efeito de retardar, adiar ou impedir uma mudança em nosso controle ou que operaria apenas com respeito a uma fusão, aquisição ou reestruturação corporativa nos envolvendo ou qualquer uma de nossas subsidiárias. Entretanto, os regulamentos bancários brasileiros exigem que qualquer transferência de controle de uma instituição financeira seja previamente aprovada pelo Banco Central.

Além disso, a legislação brasileira determina que a aquisição do controle de uma companhia aberta depende da oferta de compra de todas as ações ordinárias em circulação por preço equivalente a 80,0% do preço por ação pago ao bloco controlador. Em dezembro de 2003, alteramos nossos Estatutos para determinar que na ocorrência de uma mudança em nosso controle, o adquirente será obrigado a pagar aos nossos acionistas um valor igual a (a) no caso de nossos acionistas ordinaristas não controladores, 100,0% do preço pago por ação aos nossos acionistas controladores e (b) no caso de nossos acionistas preferencialistas, 80,0% do preço pago por ação aos nossos acionistas controladores.

No caso de liquidação, nossos acionistas preferencialistas teriam o direito à prioridade sobre os acionistas ordinaristas no retorno do capital. Para mais informações, veja “Organização - Liquidação”. Além disso, no caso de uma transferência de controle, nossos acionistas têm o direito de retirada sob certas circunstâncias. Para mais informações, veja “Organização - Direito de retirada”.

A legislação brasileira obriga nosso acionista controlador a fazer oferta de nossas ações, se ele aumentar sua participação em nosso capital acionário para um nível que afete significativa e negativamente a liquidez de nossas ações.

Divulgação do controle de acionistas

Os regulamentos brasileiros exigem que qualquer pessoa ou grupo de pessoas representando o mesmo interesse, que tenha adquirido, direta ou indiretamente, uma participação correspondente a 5,0% das ações de qualquer classe ou espécie de uma empresa negociada publicamente, deve divulgar a propriedade das ações à CVM e às bolsas de valores brasileiras. Além disso, uma declaração contendo informações exigidas deve ser publicada nos jornais. Qualquer aumento ou redução subsequente de 5,0% ou mais no controle das ações de qualquer classe ou espécie deve ser divulgado da mesma forma.

Práticas diferenciadas de governança corporativa da BM&FBOVESPA

Em 2001, o Bradesco aderiu voluntariamente ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, Mercadorias e Futuros, o qual estabelece regras diferenciadas para listagem da Companhia, bem como regras aplicáveis aos seus administradores e acionistas, inclusive aos seus acionistas controladores. Empresas listadas no Nível 1 devem adotar práticas voltadas à transparência, divulgando, além das informações exigidas em lei, relatórios financeiros mais completos, informações sobre negociação feita por diretores, executivos e acionistas controladores, operações com partes relacionadas, dentre outros, sempre focando o acesso às informações pelos acionistas, investidores e demais *stakeholders*. Ressalta-se que companhias listadas neste segmento devem também manter um *free float* mínimo de 25%.

10.C. Contratos Significativos

Em junho de 2011, a NCF adquiriu do BES aproximadamente 5,4% do capital votante do Bradesco.

10.D. Controles de Câmbio

O Banco Central pode impor restrições temporárias à remessa de capital estrangeiro para o exterior, inclusive os pagamentos de principal, juros ou dividendos, e sobre a repatriação de capital sempre que verificar ou prever um desequilíbrio significativo na balança de pagamentos do Brasil. A última ocorrência de restrições à remessa de capital estrangeiro ocorreu em 1989, quando, durante aproximadamente seis meses em 1989 e no início de 1990, o governo brasileiro suspendeu todas as remessas para o exterior de dividendos e capital investido. O Banco Central posteriormente liberou esses valores para remessas ao exterior, de acordo com determinadas diretrizes. O governo brasileiro pode tomar medidas semelhantes no futuro.

Segundo as leis tributárias brasileiras, detentores não brasileiros de valores mobiliários beneficiam-se de um tratamento tributário favorável, se estiverem qualificados nos termos da Resolução nº 2.689/00. Para qualificar-se nos termos dessa Resolução, um detentor não brasileiro precisa:

- nomear um representante no Brasil com poderes para praticar atos relativos ao investimento;
- registrar-se como um investidor estrangeiro junto à CVM; e
- registrar seu investimento junto ao Banco Central.

Veja “Item 10.E. Tributação - Considerações tributárias brasileiras - Tributação de ganhos” para uma descrição dos benefícios fiscais concedidos a detentores não brasileiros de valores mobiliários, que se qualifiquem segundo a Resolução nº 2.689/00.

Segundo a Resolução nº 2.689/00, os valores mobiliários detidos por detentores não brasileiros devem ser mantidos sob a custódia de, ou em contas de depósito mantidas em instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central e pela CVM. Além disso, a negociação de valores mobiliários é restrita, nos termos da Resolução nº 2.689/00, a operações em bolsas de valores brasileiras ou mercados de balcão qualificados.

Os detentores não brasileiros registrados podem investir em qualquer tipo de investimento disponível para cidadãos brasileiros nos mercados financeiros e de valores mobiliários, com a exceção dos casos em que a Constituição Brasileira limita a capacidade de detentores não brasileiros de adquirir capital de instituições financeiras, conforme exposto acima em "Regulamentação e Restrições a Detentores Não Brasileiros". O registro permite aos investidores remeter moeda estrangeira para o exterior, quando os recursos são distribuições sobre ações registradas ou o produto da alienação dessas ações. Os recursos são convertidos para moedas estrangeiras à taxa aplicável do Mercado de Câmbio.

O capital registrado relativo a cada ação comprada no Brasil e depositado junto ao custodiante é igual ao seu preço de compra (informado em dólares norte-americanos). Se um detentor de ADSs ou ADSs de ações ordinárias preferir cancelar ADSs ou ADSs de ações ordinárias em troca de ações que as lastreiam, o investimento em ações preferenciais poderá ser registrado no Banco Central. Esse registro é necessário para que o detentor possa receber distribuições de lucros ou o produto da alienação das ações fora do Brasil.

Segundo a Resolução nº 2.689/00, o registro de um investimento externo é feito eletronicamente pelo representante local do investidor estrangeiro. O capital registrado, relativo a uma ação retirada do banco depositário mediante cancelamento de uma ADS ou ADSs de ações ordinárias, será o equivalente em dólares norte-americanos:

- ao preço médio de uma ação que a lastreia na bolsa de valores na data da retirada; ou
- se ações não forem vendidas nesse dia, ao preço médio na bolsa de valores nas 15 sessões de negociação imediatamente anteriores à retirada.

Quando um detentor de ADSs ou ADSs de ações ordinárias, troca ADSs ou ADSs de ações ordinárias pelas ações subjacentes, o detentor tem direito a:

- vender as ações na bolsa de valores e remeter o produto para o exterior dentro de cinco dias úteis; ou
- converter livremente o investimento nas ações subjacentes em um investimento, segundo a Resolução nº 2.689/00 (mediante o cumprimento das exigências legais acima descritas) ou em um investimento estrangeiro direto no Brasil (de acordo com as normas aplicáveis).

Os detentores que não cumprirem as normas descritas anteriormente ainda poderão registrar o investimento, mas o processo de registro ficará sujeito a procedimentos detalhados estabelecidos pelo Banco Central. Os detentores que não cumprirem essas normas poderão também ficar sujeitos a penalidades monetárias.

10.E. Tributação

O resumo a seguir contém uma descrição das principais consequências quanto aos tributos brasileiros incidentes sobre a renda e imposto de renda federal devidos nos EUA, relativamente à aquisição, propriedade e alienação de nossas ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias. No entanto, este resumo não deve ser considerado como uma descrição exaustiva de todos os tributos, que possam vir a incidir nas referidas operações. Consequentemente, possíveis compradores de ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias devem consultar seus próprios consultores tributários quanto às implicações fiscais da aquisição, propriedade e alienação de nossas ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias.

Este resumo baseia-se nas leis tributárias brasileiras e dos EUA em vigor na data da elaboração deste documento, as quais poderão estar sujeitas a eventuais alterações posteriores.

Não existe atualmente um tratado para a dupla tributação celebrado entre o Brasil e os EUA. Todavia, por haver reciprocidade de tratamento nos EUA, o fisco brasileiro assegura a residentes no país o direito de compensarem do montante do imposto de renda, devido o valor do imposto incidente sobre a mesma renda, que já tenha sido pago nos EUA. Muito embora as autoridades fiscais dos dois países tenham mantido discussões, que podem culminar nesse tratado, nenhuma garantia pode ser oferecida quanto à possibilidade de um tratado de tal natureza vir a ser assinado ou como ele eventualmente afetará os detentores norte-americanos de nossas ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias. Consequentemente, possíveis compradores de ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias devem consultar seus próprios consultores tributários, quanto às implicações fiscais da aquisição, propriedade e alienação de ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias em suas circunstâncias particulares.

Considerações sobre tributação no Brasil

O texto a seguir resume as principais consequências tributárias brasileiras da aquisição, propriedade e alienação de nossas ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias por um detentor não residente no Brasil. Esse texto não examina todas as considerações tributárias brasileiras, que podem ser aplicadas a quaisquer detentores não residentes no Brasil, e cada um deles deve consultar seu próprio consultor tributário sobre as consequências tributárias brasileiras do investimento em nossas ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias.

Tributação de dividendos

Os dividendos oriundos de lucros de exercícios a partir de janeiro de 1996, que pagamos a qualquer beneficiário, inclusive bancos depositários com relação a nossas ações subjacentes a ADSs ou ADSs de ações ordinárias e a um detentor não residente no Brasil, com relação a tais ações, não estão sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda brasileiro. Apenas dividendos distribuídos em relação a lucros gerados antes de janeiro de 1996 estão sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda brasileiro, a menos que o montante dos respectivos dividendos seja utilizado para aumentar nosso capital e estas ações não sejam resgatadas por um período de cinco anos. Por força da legislação brasileira, é de nossa responsabilidade a retenção e pagamento de quaisquer tributos sobre dividendos que distribuímos.

Distribuições de juros sobre o capital

As sociedades anônimas brasileiras podem, sujeitas a certas limitações, efetuar pagamentos a acionistas sob a forma de juros sobre o capital próprio, como uma alternativa para realizar distribuição de lucros. A principal diferença entre dividendos e juros sobre o capital é seu tratamento tributário.

Distribuições de dividendos não são dedutíveis para apuração do imposto de renda. Por outro lado, para efeitos de apuração do imposto de renda devido pela pessoa jurídica no Brasil, podem ser deduzidas as distribuições de juros sobre o capital pagos a detentores de ações preferenciais e ordinárias residentes no Brasil ou no exterior, inclusive pagamentos ao banco depositário com relação a nossas ações objeto das ADSs ou ADSs de ações ordinárias, até uma taxa de juros que não exceda a variação prorata dia da taxa de juros de longo prazo do governo federal, a TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O valor total distribuído como juros sobre o capital próprio, que pode ser deduzido da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, não pode exceder o que for maior do que:

- 50,0% de nosso lucro líquido (antes de considerar essa distribuição e quaisquer deduções para fins do cálculo de impostos de renda), apurado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, no exercício relativamente ao qual o pagamento é efetuado; ou
- 50,0% dos lucros retidos nos exercícios anteriores ao exercício relativamente ao qual o pagamento é efetuado, calculado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os pagamentos de juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda à alíquota de 15,0%. Com relação aos pagamentos efetuados a pessoas residentes em jurisdições consideradas como de “tributação favorecida” (assim considerados os países que (a) não tributam a renda ou que a tributam a uma alíquota inferior a 20,0% ou ainda (b) países cuja legislação societária interna imponha sigilo em relação à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua composição), a legislação tributária brasileira determina que estas remessas estejam sujeitas à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 25,0%. É de nossa responsabilidade a retenção e o pagamento de quaisquer tributos resultantes dos juros sobre o capital próprio que distribuímos.

Valores pagos a título de juros sobre o capital (líquidos da retenção na fonte do imposto de renda devido) podem ser tratados como pagamentos dos dividendos, que somos obrigados a distribuir aos nossos acionistas de acordo com nosso Estatuto Social. As distribuições de juros sobre o capital relativamente às ações, inclusive distribuições ao banco depositário relativamente a ações subjacentes a ADSs ou ADSs de ações ordinárias, podem ser convertidas em dólares norte-americanos e remetidas para fora do Brasil, sujeitas aos controles de câmbio aplicáveis.

Pagamentos de juros sobre o capital são decididos pelo Conselho de Administração, com base nas recomendações de nossa Diretoria Estatutária.

Nosso Conselho de Administração tem tradicionalmente aprovado a distribuição máxima de juros sobre o capital próprio permitida por lei.

Tributação de ganhos

Os ganhos realizados fora do Brasil por um detentor não residente no Brasil sobre a alienação de ADSs, ADSs de ações ordinárias ou ações a outro detentor não brasileiro não estão sujeitos ao imposto brasileiro.

Os ganhos realizados por detentores residentes no Brasil sobre quaisquer alienações de ações no Brasil estão sujeitos ao imposto de renda mediante a aplicação das seguintes alíquotas:

- 20,0% se a transação for executada na bolsa de valores, por operação *day-trade*; ou
- 15,0% nas demais hipóteses.

Os rendimentos auferidos em operações de *day-trade* realizados em Bolsas de Valores, de Mercadorias e Futuros e Assemelhados sujeitam-se, adicionalmente, à incidência do imposto de renda na fonte a alíquota de 1,0%, podendo este imposto ser deduzido do imposto incidente sobre os ganhos líquidos apurados no mês.

A partir de janeiro de 2005, os valores de alienações realizadas em Bolsas de Valores, de Mercadorias, de Futuros e Assemelhadas, exceto as de *day-trade* (que permanecem tributadas na fonte na forma acima), passaram a estar sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005%. Fica dispensada a retenção do imposto de renda na fonte, cujo valor de alienação operações realizadas, dentro do mesmo mês, seja igual ou inferior a R$ 20.000,00, podendo ser deduzido do imposto incidente sobre os ganhos líquidos apurados no mês. Este imposto não se aplica às transações de investidores estrangeiros registrados no Banco Central, na forma prevista pela Resolução nº 2.689/00 do CMN, com exceção dos investidores estrangeiros residentes em jurisdições consideradas como de "tributação favorecida".

Os ganhos realizados em qualquer alienação de ações no Brasil por não residentes domiciliados em um país que, segundo as leis brasileiras, seja considerado como sendo de "tributação favorecida", estão sujeitos às mesmas alíquotas aplicáveis aos detentores residentes no Brasil, conforme descrito acima.

Os ganhos de capital realizados na alienação de ações no Brasil, por detentores residentes no exterior em um país, que não seja considerado como de "tributação favorecida", não estão sujeitos ao imposto brasileiro se:

- os resultados obtidos com a alienação forem enviados para fora do Brasil dentro de cinco dias úteis do cancelamento das ADSs ou ADSs de ações ordinárias, que eram representadas pelas ações vendidas; ou
- o investimento estrangeiro nas ações for registrado no Banco Central, na forma prevista pela Resolução n° 2.689/00 do CMN.

Caso nenhuma das hipóteses acima seja verificada, o mesmo tratamento aplicável aos residentes no Brasil será empregado.

O ganho sobre a alienação de ações é medido pela diferença em dólares dos Estados Unidos entre o valor realizado em moeda estrangeira sobre a venda ou troca e o custo de aquisição das ações vendidas, sem qualquer correção em razão da inflação, convertido para moeda estrangeira mediante a aplicação da taxa de câmbio, divulgada pelo Banco Central, para a data em que o investimento foi adquirido. O custo de aquisição de ações, registradas como um investimento no Banco Central, é calculado com base no valor de seu custo efetivo, conforme evidenciado por documentação válida ou, na sua ausência, com base no valor da moeda estrangeira registrado no Banco Central. Veja "Item 10.D. Controles de Câmbio".

Com exceção ao tratado internacional assinado com o Japão, para se evitar dupla tributação, os demais tratados internacionais sobre o assunto assinados pelo Brasil não concedem isenção sobre ganhos realizados sobre vendas ou trocas de ações. Os ganhos realizados por um detentor não brasileiro, mediante o resgate de ações, seriam tratados como ganhos oriundos da alienação dessas ações a um residente no Brasil, que ocorresse fora de uma bolsa de valores e, consequentemente, estariam sujeitos ao imposto de renda à alíquota de 15,0% (exceto se residente em paraíso fiscal, caso em que a alíquota seria de 25%).

O exercício de quaisquer direitos de preferência relativos às ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias não está sujeito a tributação no Brasil. Os ganhos sobre a venda ou cessão de direitos de preferência relativos às ações serão tratados diferentemente para fins de imposto no Brasil dependendo se:

(i) a venda ou cessão é feita por ou em nome do banco depositário ou do investidor; e

(ii) a operação ocorre em uma bolsa de valores brasileira.

Os ganhos sobre vendas ou cessões feitas pelo ou em nome do banco depositário em uma bolsa de valores brasileira não são tributados no Brasil, mas os ganhos sobre outras vendas ou cessões podem se sujeitar a imposto de renda à alíquotas de até 15,0%.

O depósito de ações em troca de ADSs ou ADSs de ações ordinárias pode ficar sujeito a imposto no Brasil, se o valor anteriormente registrado no Banco Central como um investimento estrangeiro em ações for inferior ao produto da multiplicação do número total de ações depositadas na data do depósito:

(i) pelo preço médio por ação em uma bolsa de valores brasileira, na qual o maior número dessas ações foi vendido na data do depósito; ou

(ii) se ações não foram vendidas nesse dia, pelo preço médio na bolsa de valores brasileira, na qual o maior número de ações foi vendido durante as 15 sessões de negociação anteriores.

Neste caso, a diferença entre o valor anteriormente registrado e o preço médio das ações, calculado conforme acima descrito, é considerada um ganho de capital, estando sujeito a imposto de renda à uma alíquota de 15,0% (a menos que as ações fossem detidas de acordo com a Resolução nº. 2.689/00, caso em que a troca seria isenta de imposto).

Mediante o recebimento das ações subjacentes, um detentor não residente no Brasil com direito a benefícios, nos termos da Resolução nº. 2.689/00, terá direito a registrar o valor em dólares norte-americanos dessas ações no Banco Central, conforme anteriormente descrito segundo " - Controles de Câmbio". Se o detentor não residente no Brasil não se qualificar segundo a Resolução nº. 2.689/00, ficará sujeito ao tratamento fiscal menos favorável anteriormente descrito com relação a trocas de ações. A retirada de ações em troca de ADSs ou ADSs de ações ordinárias não está sujeita a imposto no Brasil.

Outros tributos brasileiros

Não existem impostos brasileiros sobre herança, doação ou sucessão aplicáveis à propriedade, transferência ou alienação de ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias por um detentor não residente no Brasil, com a exceção de impostos sobre doações e heranças cobrados por alguns estados no Brasil sobre doações feitas ou heranças transmitidas por pessoas físicas ou jurídicas não residentes ou domiciliadas no Brasil ou no respectivo estado a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas nesse estado no Brasil. Não existem impostos ou encargos brasileiros de selo, emissão, registro ou semelhantes devidos por detentores das ações, ADSs ou e ADSs de ações ordinárias.

O Imposto sobre Operações Financeiras, ou IOF, é um tributo sobre empréstimos e adiantamentos, transações de câmbio, seguros e negociação de títulos. O Ministério da Fazenda determina a alíquota do IOF, sujeito a um teto de 25,0%. Embora o contribuinte seja aquele que está conduzindo a transação financeira sujeita a tributação, o imposto é cobrado pela instituição financeira envolvida.

Em janeiro de 2008, o governo brasileiro elevou a alíquota de IOF sobre certas transações para compensar a receita perdida com a extinção da CPMF.

O IOF pode incidir sobre várias transações de câmbio, incluindo a conversão da moeda brasileira em qualquer moeda estrangeira para o pagamento de dividendos e repatriação de capital investido em nossas ADSs e ADSs lastreadas em ações ordinárias.

A alíquota do IOF sobre essas operações é geralmente 0,38%, mas fica reduzida a 0% em determinadas situações, tais como: (i) distribuição de dividendos e juros sobre o capital; (ii) retorno de recursos aplicados nos mercados financeiro e de capitais; e (iii) recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

A partir de outubro de 2009 até outubro de 2010, a alíquota do IOF foi aumentada para 2% nas operações de câmbio para ingresso de recursos no Brasil realizadas por investidor estrangeiro para

aplicação no mercado financeiro e de capitais. A partir de outubro de 2010, a alíquota do IOF em tais operações foi alterada para 6%.

A alíquota do IOF foi mantida a 2%, especificamente, para operações de câmbio realizadas por investidor estrangeiro relativas a: (i) transferência do exterior de recursos para aplicação no país em renda variável realizada em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, excetuadas operações com derivativos, que resultem em rendimentos predeterminados; (ii) ingresso de recursos no país para aquisição de ações em oferta pública registrada ou dispensada de registro na CVM ou para subscrição de ações, desde que, nos dois casos, as companhias emissoras tenham registro para negociação das ações em bolsa de valores; e (iii) ingresso de recursos no país para aquisição de cotas de fundos de investimento em participações, de fundos de investimento em empresas emergentes e de fundos de investimento em cotas dos referidos fundos, constituídos na forma autorizada pela CVM.

A partir de dezembro de 2011, a alíquota do IOF para essas operações foi reduzida a zero. As demais operações de câmbio contratadas por investidor estrangeiro, para ingresso de recursos no país, inclusive por meio de operações simultâneas, para aplicação no mercado financeiro e de capitais, a partir de dezembro de 2010, teve a alíquota do IOF aumentada para 6%.

Ao final do ano-calendário de 2010, as autoridades fiscais brasileiras regulamentaram que as operações de câmbio contratadas a partir de janeiro de 2011 para: (i) aquisição de cotas de fundos de investimento em participação e em fundos de investimento de empresas emergentes, (ii) ingresso no país de recursos através de cancelamento de *depositary receipts*, para investimento em ações negociáveis em bolsa de valores e, por fim, (iii) ingresso no país de recursos originários da mudança de regime do investidor estrangeiro, de investimento direto, para investimento em ações negociáveis em bolsa de valores, são tributadas para o IOF à alíquota de 2,0% para operações contratadas até novembro de 2011. Para as operações contratadas a partir de dezembro de 2011 a alíquota do IOF foi reduzida para zero.

Nessa mesma regulamentação, foi prevista uma alíquota zero de IOF nas liquidações de operações de câmbio de ingresso e saída de recursos no e do país, referentes a recursos captados a título de empréstimos e financiamentos externos, sem qualquer restrição quanto à data de captação dos recursos. Anteriormente, o benefício da alíquota zero aplicava-se somente a recursos captados a partir de 23 de outubro de 2008.

Em março de 2011, foi majorada de 2,38% para 6,38% a alíquota do IOF nas operações de câmbio destinadas aos pagamentos feitos por administradoras de cartão de crédito ou de bancos comerciais ou múltiplos na qualidade de emissores de cartão de crédito decorrentes de aquisição de bens e serviços do exterior efetuada por seus usuários.

Além disso, foi elevada para 6,0% a alíquota do imposto nas liquidações de operações de câmbio relativas a ingresso de recursos no país, inclusive efetivadas por meio de operações simultâneas, referentes a empréstimo externo sujeito a registro no Banco Central, contratado de forma direta ou mediante a emissão de títulos no mercado internacional com prazo médio mínimo de:

- até 360 dias, em operações contratadas a partir de março de 2011;
- até 720 dias, em operações contratadas a partir de abril de 2011;
- até 1.095 dias, em operações contratadas a partir de 1º de março de 2012;
- até 1.800 dias, em operações contratadas a partir de 12 de março de 2012; e
- até 365 dias, em operações contratadas a partir de 4 de dezembro de 2012, até a presente data.

O ministro da Fazenda tem autoridade legal para aumentar a alíquota até 25,0%, no máximo. Qualquer aumento nesse sentido seria aplicável somente a partir de então.

O IOF também pode ser cobrado nas emissões de títulos, incluindo transações em bolsas de valores, mercadorias e futuros do Brasil. A alíquota de IOF que incide sobre transações de ações preferenciais em geral, é atualmente 0%. O Ministério da Fazenda, entretanto, tem a autoridade legal para elevar a alíquota para no máximo 1,5% ao dia sobre o valor das transações tributáveis durante o período no qual o investidor detém os títulos, mas somente na proporção dos ganhos da transação e não retrospectivamente.

À partir de novembro de 2009, o governo brasileiro fez uso desta prerrogativa para elevar a alíquota de IOF de 0% para 1,5% sobre transações que cedem ações de qualquer tipo (incluindo ações

preferenciais) negociadas em uma bolsa de valores no Brasil, com o propósito específico de garantir uma emissão de ADS.

A partir de 16 de setembro de 2011, o IOF passou a incidir sobre operações envolvendo contratos derivativos. O imposto incidirá à alíquota de 1% sobre o valor nocional ajustado, na aquisição, venda ou vencimento de contrato de derivativo financeiro celebrado no país que, individualmente, resulte em aumento da exposição cambial vendida ou redução da exposição cambial comprada.

A legislação permite algumas deduções da base de cálculo, tais como (i) o somatório do valor nocional ajustado na aquisição, venda ou vencimento de contratos de derivativos financeiros celebrados no país, no dia, e que, individualmente, resultem em aumento da exposição cambial comprada ou redução da exposição cambial vendida; (ii) a exposição cambial líquida comprada ajustada apurada no dia útil anterior; e (iii) a redução da exposição cambial líquida vendida e o aumento da exposição cambial líquida comprada em relação ao dia útil anterior, não resultantes de aquisições, vendas ou vencimentos de contratos de derivativos financeiros.

A nova legislação ainda estabelece diversos conceitos específicos relacionados à incidência do IOF sobre contratos derivativos. Uma delas é o conceito de "valor nocional ajustado", que corresponde ao valor de referência do contrato – valor nocional – multiplicado pela variação do preço do derivativo em relação à variação do preço da moeda estrangeira, sendo que, no caso de aquisição, venda ou vencimento parcial, o valor nocional ajustado será apurado proporcionalmente.

À partir de 1º de dezembro de 2011, a legislação estabeleceu a incidência de IOF à alíquota de 0%, no caso de liquidação de transações de câmbio contratadas por investidores estrangeiros para a entrada de recursos no Brasil, a fim de comprar dívida ou títulos emitidos, de acordo com os artigos 1 e 3 da Lei nº 12.431/11.

À partir de 1º de março de 2012, a legislação estabeleceu a incidência de IOF à alíquota de 0%, no caso de liquidação de transações de câmbio por investidores estrangeiros, incluindo aquelas através de transações simultâneas relacionadas à transferências estrangeiras de recursos para aplicação no Brasil em certificados de depósitos de títulos, os chamados *Brazilian Depositary Receipts* – BDRs, regulamentados pela CVM.

Além do IOF, a CPMF, uma contribuição temporária, era cobrada sobre nossas distribuições efetuadas com relação às nossas ADSs no momento em que as distribuições fossem convertidas em dólares norte-americanos e remetidas para o exterior pelo custodiante. A CPMF era devida a uma alíquota de 0,38% e foi cobrada até dezembro de 2007. A partir de janeiro de 2008, a CPMF deixou de ser cobrada. Tramita atualmente no Congresso um projeto de lei pendente, que prevê a criação de um novo tributo, a Contribuição Social para a Saúde ("CSS"), similar à CPMF, mas com uma taxa de 0,18% (dezoito centésimos). Não podemos prever se o referido projeto de lei será aprovado pelo Congresso Nacional. Para mais informações, veja "Item 4.B. Visão Geral dos Negócios – Regulamentação e Supervisão - Tributação – CPMF (Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira)".

O IOF também é cobrado sobre ganhos de transações com prazos de até 30 dias para venda, cessão, recompra ou renovação de investimentos de renda fixa ou o resgate de ações em fundos de investimentos financeiros, fundos de participação ou clubes de investimento. Para mais informações sobre fundos de investimentos financeiros e fundos de participação, veja " – Regulamentação e Supervisão – Regulamentação de Gestão de Ativos". A Alíquota máxima do IOF a pagar em tais casos é 1,0% ao dia e diminui com a duração das transações, chegando a zero para transações com vencimentos de pelo menos 30 dias, sendo que a alíquota é atualmente 0% para os seguintes tipos de transações:

- Transações realizadas por instituições financeiras e outras instituições autorizadas pelo Banco Central como principais;
- Transações de carteiras realizadas por fundos mútuos ou clubes de investimento;
- Transações em mercados de ações, incluindo bolsas de valores, mercadorias e futuros e entidades similares;
- Resgates de ações em fundos de participações. No caso do investidor resgatar as ações antes do período de carência para receita de crédito, a alíquota é 0,5% ao dia sobre o valor de entrega das ações em fundos de participação;
- Com certificados de Direitos de Crédito Agrícola – CDCA, com Letras de Crédito Agrícola – LCA e com Certificados de Recebíveis Agrícolas – CRA, estabelecidos pelo artigo 23 da Lei 11.076/04; e

- Com debêntures, conforme o artigo 52 da Lei nº 6.404/76, com Certificados de Recebíveis Imobiliários mencionados no artigo 6 da Lei nº 9.514/97, e com letras financeiras mencionadas no artigo 37 da Lei nº 12.249/10.

Capital registrado

Os valores investidos em valores mobiliários por um detentor não residente no Brasil que: (i) qualifique-se para benefícios, nos termos da Resolução nº 2.689/00 e registre-se junto à CVM, ou (ii) detenha ADSs ou ADSs de ações ordinárias e seja representado pelo registro do banco depositário, são elegíveis para registro no Banco Central. No caso das ADSs e ADSs de ações ordinárias, como o acionista que consta dos livros de registros de acionistas é o banco depositário, o banco depositário é o responsável pela obtenção do registro. O registro permite a remessa para fora do Brasil de moeda estrangeira, convertida à taxa cambial de mercado, adquirida com o produto de distribuições ou alienações das ações subjacentes.

Considerações sobre o imposto de renda federal dos EUA

As declarações sobre as leis tributárias dos EUA descritas a seguir, se baseiam nas leis dos EUA em vigor na data deste relatório anual e alterações a essas leis, posteriores à data deste relatório anual, podem afetar as consequências fiscais descritas na mesma. Este resumo, descreve as principais consequências fiscais da propriedade e alienação de ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias, mas não pretende ser uma descrição abrangente de todas as consequências fiscais, que podem ser relevantes para uma decisão de deter ou alienar ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias. Este resumo se aplica somente a compradores de ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias que deterão as ações, as ADSs ou ADSs de ações ordinárias como ativos de capital, e não se aplica a classes especiais de detentores, tais como: distribuidoras de valores mobiliários ou moedas, detentores cuja moeda funcional não é o dólar norte-americano, detentores de 10,0% ou mais de nossas ações (levando em consideração ações detidas diretamente ou através de acertos com depositários), organizações isentas de impostos, instituições financeiras, detentores obrigados ao imposto mínimo alternativo, negociadores de valores mobiliários, que escolheram contabilizar seu investimento em ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias em uma base de ajuste a preços de mercado, e pessoas detentoras de ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias em uma operação de proteção ou como parte de uma operação de "*straddle"* ou de conversão. Consequentemente, cada detentor deve consultar seu próprio consultor fiscal com relação às consequências fiscais globais para ele, inclusive as consequências segundo leis que não as leis de imposto de renda federal dos EUA, de um investimento em ações, ADSs ou e ADSs de ações ordinárias.

Nesta análise, referências a um "detentor americano" são referências a um detentor de uma ação, uma ADS ou ADSs de ações ordinárias: (i) que é um cidadão ou residente dos EUA; (ii) que é uma sociedade constituída segundo as leis dos EUA ou de qualquer estado dos mesmos; ou (iii) que de outra forma está sujeito ao imposto de renda federal dos EUA em uma base líquida com relação às ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias.

As ações serão tratadas como Capital Social para fins do imposto de renda federal dos EUA. Para fins do "*U.S. Internal Revenue Code*" (Código da Receita Federal dos EUA) de 1986, conforme alterado, que chamamos de "Código", os detentores de ADSs e ADSs de ações ordinárias serão geralmente tratados como detentores das ações representadas por tais ADSs e ADSs de ações ordinárias.

Tributação de distribuições

Um detentor americano reconhecerá a receita de dividendos, para fins de imposto de renda dos EUA em um valor igual a qualquer valor em dinheiro e o valor de quaisquer bens por nós distribuídos como dividendo, na medida em que essa distribuição for paga como rendimentos e lucros do exercício ou acumulados, conforme determinado para fins de imposto de renda federal dos EUA, quando essa distribuição for recebida pelo custodiante (ou pelo detentor americano, no caso de um detentor de ações preferenciais). O valor de qualquer distribuição incluirá o valor do imposto brasileiro retido sobre o valor distribuído, e o valor de uma distribuição paga em reais será medido por referência à taxa de câmbio para a conversão de reais em dólares norte-americanos, em vigor na data em que a distribuição for recebida pelo custodiante (ou por um detentor americano, no caso de um detentor de ações preferenciais). Se este custodiante (ou o detentor americano, no caso de um detentor de ações preferenciais) não converter esses reais em dólares norte-americanos na data em que ele os receber, é possível que o detentor americano reconheça a perda ou ganho cambial, que seria uma perda ou ganho normal, quando os reais forem

convertidos em dólares norte-americanos. Dividendos pagos por nós não serão elegíveis para a dedução permitida às sociedades anônimas, segundo o Código.

Sujeito a certas exceções para posições de curto prazo e protegidas por *hedge*, o valor em dólar norte-americano dos dividendos recebidos por uma pessoa antes de janeiro de 2013, com relação às ADSs, estará sujeito à tributação até uma alíquota máxima de 15,0% (uma alíquota máxima de 20,0% é aplicada para exercícios tributáveis que começam em janeiro de 2013), se os dividendos forem dividendos "qualificados". Os dividendos pagos sobre as ADSs serão tratados como dividendos qualificados se: (i) as ADSs forem prontamente negociáveis em um mercado de títulos estabelecido nos EUA e (ii) nós não formos, nem no ano anterior ao que os dividendos foram pagos, nem no ano em que os dividendos são pagos, uma companhia de investimento financeiro passivo ("CIFP"). As ADSs são listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, e se qualificam como prontamente negociáveis em um mercado de títulos estabelecido nos EUA assim que elas são listadas. Com base nas diretrizes existentes, não está claro se os dividendos recebidos com relação às ações serão tratados como dividendos qualificados, por que as próprias ações não estão listadas em uma bolsa norte-americana. Além disso, o Tesouro Norte-americano anunciou sua intenção de promulgar regras, de acordo com as quais os detentores de ADSs, ADSs de ações ordinárias ou ações e intermediários, através dos quais tais títulos são mantidos, serão autorizados a confiar em certificações dos emissores para tratar os dividendos como qualificados para fins de relatório. Em virtude de tais procedimentos ainda não terem sido emitidos, não está claro se poderemos cumpri-los. Os detentores de ADSs, ADSs de ações ordinárias e ações devem consultar seus próprios consultores fiscais com relação à disponibilidade da alíquota reduzida de imposto sobre dividendos, em vista das considerações discutidas acima e de suas próprias circunstâncias particulares.

Com base em nossas demonstrações contábeis auditadas e nos dados relevantes sobre o mercado, acreditamos que não fomos tratados como uma CIFP, para fins do imposto de renda federal dos EUA, com relação aos nossos exercícios tributáveis de 2009 até 2012. Além disso, com base em nossas demonstrações contábeis auditadas e nossas expectativas atuais sobre o valor e a natureza de nossos ativos, as fontes e a natureza de nosso lucro e dados relevantes sobre o mercado e os acionistas, não prevemos nos tornarmos uma CIFP para o exercício tributável de 2013. O fato de acreditarmos que não somos, e nem seremos no futuro, uma CIFP, é baseado em alguns "Regulamentos Propostos do Tesouro" que tratam de bancos não americanos. Tais regulamentos não estão finalizados e estão sujeitos à alterações e, neste caso, nossa determinação quanto ao *status* de CIFP pode ser diferente.

Distribuições efetuadas com rendimentos e lucros relativamente às ações, ADSs ou e ADSs de ações ordinárias serão em geral tratadas como receita de dividendos de fontes fora dos EUA e serão, em geral, tratadas separadamente com outros itens de receita "passiva" (ou, no caso de alguns detentores americanos, "serviços financeiros") para fins de determinar o crédito de impostos de renda estrangeiros permitido, segundo o Código. Sujeito a certas limitações, o imposto de renda brasileiro retido referente a qualquer distribuição relativa às ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias poderá ser reivindicado como um crédito contra a obrigação de imposto de renda federal dos EUA de um detentor americano, se esse detentor escolher para esse exercício creditar todos os impostos de renda estrangeiros. Alternativamente, essa retenção na fonte de imposto de renda brasileiro poderá ser utilizada como uma dedução contra a receita tributável. Créditos de impostos estrangeiros não são permitidos com relação a retenções na fonte de impostos incidentes relativamente a algumas posições de curto prazo ou protegidas por *hedge* em valores mobiliários e podem não ser permitidos com relação à situações em que o lucro econômico esperado de um detentor americano não é relevante. Os detentores americanos devem consultar seus próprios consultores tributários a respeito das implicações dessas normas face às suas circunstâncias específicas.

As distribuições de ações adicionais a detentores relativamente às suas ações ou ADSs ou ADSs de ações ordinárias, que forem feitas como parte de uma distribuição proporcional para todos os nossos acionistas, em geral não ficarão sujeitas ao imposto de renda federal dos EUA.

Os detentores de ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias, que forem pessoas jurídicas estrangeiras ou pessoas físicas estrangeiras não residentes, que denominamos "detentores não americanos", em geral, não ficarão sujeitos ao imposto de renda federal dos EUA ou a retenções de imposto sobre distribuições com relação a ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias, que forem tratadas como receita de dividendos para fins de imposto de renda federal dos EUA, a menos que tais dividendos sejam efetivamente ligados com a condução pelo detentor de um negócio ou comércio nos EUA.

Tributação de ganhos de capital

Sobre a venda ou outra alienação de uma ação, uma ADS ou uma ADS de ações ordinárias, um detentor americano em geral reconhecerá ganho ou perda para fins de imposto de renda federal dos EUA. O valor do ganho ou perda será igual à diferença entre o valor realizado em contraprestação pela alienação das ações, das ADSs ou das ADSs de ações ordinárias e a base de cálculo do detentor americano será a ação, a ADS ou a ADS de ações ordinárias. Esse ganho ou perda ficará em geral sujeito ao imposto de renda federal dos EUA, como ganho ou perda de capital e será ganho ou perda de capital de longo prazo se mantido por mais de um ano. Perdas de capital podem ser deduzidas da receita tributável, respeitadas determinadas limitações. O ganho realizado por um detentor americano sobre uma venda ou alienação de ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias será em geral tratado como uma receita de fonte dos EUA. Consequentemente, se o imposto brasileiro incidir sobre esse ganho, o detentor americano não poderá utilizar o crédito de imposto estrangeiro correspondente, a menos que o detentor tenha outra fonte de renda no exterior, do tipo adequado relativamente ao qual o crédito pode ser utilizado.

Um detentor não americano não ficará sujeito ao imposto de renda federal dos EUA ou a uma retenção na fonte de imposto sobre o ganho realizado sobre a venda ou outra alienação de uma ação, ADS ou ADS de ações ordinárias, a menos que: (i) esse ganho seja efetivamente relacionado com a condução pelo detentor de um comércio ou negócio nos EUA; ou (ii) esse detentor seja uma pessoa física que permaneça nos EUA por 183 dias ou mais no exercício fiscal da venda e algumas outras condições sejam cumpridas.

Retenção por segurança e relatórios informativos

Os dividendos pagos sobre o lucro do exercício, e os resultados da venda ou outra alienação das ADSs, ADSs de ações ordinárias ou ações para um detentor americano, normalmente poderão estar sujeitos às exigências de declaração de informações do Código e à retenção de segurança a menos que o detentor americano: (i) estabeleça, se requerido for, ser um recebedor isento ou (ii) no caso de retenção por segurança, forneça um número de identificação de contribuinte e certifique que não ocorreu perda da isenção de retenção de segurança. O valor de qualquer retenção de segurança cobrado de um pagamento a um detentor americano será tratado como um crédito contra as obrigações fiscais de imposto de renda federal dos EUA e poderá conferir ao detentor americano um reembolso, desde que certas informações exigidas sejam fornecidas aos Serviços da Receita Federal dos Estados Unidos.

Um detentor não americano, normalmente, estará isento dessas exigências de declaração de informações e retenção de segurança de imposto, mas poderá ter que cumprir com certos procedimentos de certificação e identificação de modo a estabelecer a elegibilidade para tais isenções.

Certos detentores americanos podem estar sujeitos a exigências adicionais de declaração de informações. A penalidade para o não cumprimento destas exigências pode ser significativa. Detentores americanos devem consultar seus próprios consultores fiscais sobre quaisquer exigências americanas de declaração, que possam surgir fora da participação ou alienação de ações, ADSs ou ADSs de ações ordinárias, em função da sua situação particular.

10.F. Dividendos e Agentes de Pagamentos

Não aplicável.

10.G. Laudos de Peritos

Não aplicável.

10.H. Documentos Apresentados

Nós arquivamos relatórios, incluindo relatórios anuais em Formulário 20-F, e outras informações na SEC, conforme as regras e a regulamentação da SEC, que se aplicam aos emissores estrangeiros privados. V.Sa(s). podem ler e copiar quaisquer materiais arquivados na SEC em sua *Public Reference Room* no 450 Fifth Street, N.W, Washington D.C. 20549. V.Sa(s). podem obter informações sobre o funcionamento de sua *Public Reference Room* ligando para a SEC no 1-800-SEC-0330. Desde novembro de 2002, somos obrigados a fazer arquivamentos na SEC por meio eletrônico. Todos os arquivamentos, que fazemos eletronicamente, estão disponíveis ao público pela Internet no *website* da SEC.

10.I. Informações sobre Subsidiárias

Para informações sobre subsidiárias veja “Item 4.B. Visão Geral dos Negócios – Principais Subsidiárias” e Nota 2(a) de nossas demonstrações contábeis consolidadas no “Item 18. Demonstrações Contábeis”.

ITEM 11. INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE O RISCO DE MERCADO

Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros da Organização, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores. Estamos expostos ao risco de mercado, tanto em nossas atividades de negociação quanto nas de posições. Os principais riscos de mercado, que enfrentamos, são o risco de taxas de juros e o risco de câmbio.

Utilizamos a metodologia da análise de sensibilidade descrita a seguir para avaliar nosso risco de mercado. Nossas análises de sensibilidade avaliam o prejuízo em potencial em lucros futuros resultantes de alterações hipotéticas em taxas de juros e taxas de câmbio.

Risco de taxas de juros

O risco de taxas de juros surge em decorrência de diferenças de momentos na repactuação de ativos e obrigações, de alterações inesperadas na inclinação e forma de curvas de rendimento e de alterações na correlação de taxas de juros entre diferentes instrumentos financeiros. Estamos expostos ao risco de movimentos em taxas de juros, quando existe um desequilíbrio entre taxas de juros fixas e taxas de juros de mercado. Para uma análise de nossa gestão sobre sensibilidade a taxas de juros, veja “Item 5.B. Liquidez e Recursos de Capital - Sensibilidade das taxas de juros”.

Risco de câmbio

O risco de câmbio surge em decorrência de termos ativos, obrigações e itens não incluídos no balanço patrimonial, que são expressos em ou indexados a outras moedas que não o real, quer em decorrência de negociação ou no curso normal das atividades bancárias. Controlamos a exposição a movimentos de taxas de câmbio assegurando-nos de que os desequilíbrios sejam administrados e monitorados, e nossa política é evitar desequilíbrios substanciais em taxas de câmbio. Para uma análise de nossa gestão sobre a sensibilidade a taxas de câmbio, veja “Item 5.B. Liquidez e Recursos de Capital - Sensibilidade de taxas de câmbio”.

Riscos de mercado de atividades de negociação

Celebramos transações com derivativos para administrar nossa exposição ao risco de taxas de juros e risco de câmbio. Como resultado, nossa exposição a potenciais prejuízos, descritos a seguir, é geralmente reduzida por essas transações. Esses instrumentos financeiros derivativos não se qualificam como *hedge*, segundo as IFRS. Consequentemente, nós classificamos instrumentos financeiros derivativos como ativos financeiros para negociação.

Análise de sensibilidade

A seguir, uma análise de sensibilidade para a nossa exposição financeira nas carteiras *trading* e *banking*, com base em três cenários aplicados sobre as taxas e preços de mercado. Foram considerados choques de 25% e 50%, que afetariam negativamente as nossas posições, além do cenário que reflete o impacto de 1 ponto base nas taxas e 1% nos preços de mercado. Estes cenários cumprem com as determinações da Instrução CVM nº 475/08.

Fator de Risco	Mercado de 31/12/2012	Cenários		
		Choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	Choques de 25% para preços e taxas	Choques de 50% para preços e taxas
Taxa de Câmbio R$/USD	2,04	2,06	2,55	3,06
Taxa Pré-fixada em reais de 1 ano	7,14% a.a.	7,15% a.a.	8,92% a.a.	10,71% a.a.

Os choques foram também aplicados para os demais fatores de risco e prazos das curvas de juros.

Os impactos desses cenários sobre nossas posições seriam os seguintes:

Carteiras *Trading e Banking*	Em 31 de dezembro de 2012	Em milhares de reais		
Fatores de Riscos	Definição	Cenários [1]		
		1	2	3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas e cupom de taxas de juros	(11.099)	(2.128.929)	(4.115.092)
Índices de Preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(22.273)	(1.902.223)	(3.448.019)
Cupom Cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(661)	(58.363)	(109.978)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(11.347)	(164.807)	(305.127)
Renda Variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(19.079)	(469.601)	(934.884)
Soberanos/*Eurobonds e Treasuries*	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.115)	(44.355)	(87.136)
Outros	Exposições que não se enquadraram nas definições anteriores	(82)	(2.056)	(4.112)
Total sem correlação		**(65.656)**	**(4.770.334)**	**(9.004.348)**
Total com correlação		**(36.642)**	**(3.712.361)**	**(6.979.548)**

[1] Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cabe ressaltar que, os impactos das exposições financeiras da carteira *Banking* (notadamente nos fatores taxa de juros e índices de preços), não necessariamente representam potencial prejuízo contábil para a Organização. Isto ocorre porque parte das operações de empréstimos e adiantamentos, que estão na carteira *Banking*, são financiadas por depósitos à vista e/ou poupança, os quais são "hedge natural" para eventuais oscilações de taxa de juros, bem como as oscilações de taxa de juros não representam impacto material no resultado da instituição, uma vez que a intenção é manter as operações de crédito até o seu vencimento.

Carteira *Banking*	Em 31 de dezembro de 2012	Em milhares de reais		
Fatores de riscos	Definição	Cenários [1]		
		1	2	3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas e cupom de taxas de juros	(9.960)	(1.906.510)	(3.692.614)
Índices de Preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(19.797)	(1.679.191)	(3.016.469)
Cupom Cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(155)	(6.489)	(12.887)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(1.272)	(53.008)	(115.376)
Renda Variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(17.792)	(444.795)	(889.591)
Soberanos/*Eurobonds e Treasuries*	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(793)	(10.721)	(21.785)
Outros	Exposições que não se enquadraram nas definições anteriores	(82)	(2.039)	(4.078)
Total sem correlação		**(49.851)**	**(4.102.753)**	**(7.752.800)**
Total com correlação		**(29.196)**	**(3.230.980)**	**(6.059.242)**

[1] Valores líquidos de efeitos fiscais.

Demonstra-se também, a seguir, a análise de sensibilidade exclusivamente da carteira *Trading*, que representa as exposições que poderão causar impactos relevantes sobre o resultado da Organização, cabendo ressaltar que, os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente refletem hoje a posição aqui demonstrada. Além disso, conforme comentado anteriormente, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Administração. Assim, em caso de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

Carteira *Trading*	**Em 31 de dezembro de 2012**	**Em milhares de reais**		
Fatores de Riscos	**Definição**	**Cenários [1]**		
		1	**2**	**3**
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas e cupom de taxas de juros	(1.596)	(300.144)	(577.467)
Índices de Preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(2.864)	(256.727)	(489.707)
Cupom Cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(649)	(55.701)	(104.875)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(12.312)	(216.083)	(418.084)
Renda Variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(1.537)	(31.882)	(60.427)
Soberanos/*Eurobonds e Treasuries*	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.001)	(41.733)	(81.194)
Outros	Exposições que não se enquadraram nas definições anteriores	(49)	(1.232)	(2.464)
Total sem correlação		**(20.008)**	**(903.502)**	**(1.734.218)**
Total com correlação		**(13.585)**	**(580.483)**	**(1.111.507)**

[1] Valores líquidos de efeitos fiscais.

Valor em Risco (VaR)

O risco da carteira *trading* é mensurado através da metodologia de *VaR* delta-normal, ajustado com os riscos *Gama* e *Vega* das operações com opções, para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. As posições financeiras são alocadas em seus fatores de risco primários, como taxa de juros e moedas, sendo que a metodologia considera o efeito diversificação através da correlação observada para esses fatores.

A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o *VaR* diário calculado tanto com o resultado hipotético, obtido com as mesmas posições utilizadas no cálculo do *VaR*, quanto com o resultado efetivo, aqui considerando a movimentação do dia para o qual o *VaR* foi estimado.

O principal objetivo é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de *VaR*, sendo que o número de rompimentos realizados deve estar de acordo com os testes estatísticos realizados e com o nível de confiança estabelecido (99%). Em 2012, para ambos os resultados hipotético e efetivo, os resultados adversos superaram o estimado apenas três vezes, ou seja, o número de rompimentos está dentro do limite definido tanto pelos testes estatísticos como pelo nível de confiança do modelo adotado, prova de sua consistência.

Em 2012, a Carteira *Trading* apresentou VaR máximo de R$ 540 milhões, e VaR médio entre R$ 138 milhões e R$ 236 milhões. O risco aumentou no período, principalmente, em virtude da maior exposição no fator de risco de taxas de juros em reais. Os quadros a seguir demonstram o valor em risco, conforme a metodologia do VaR:

	Em milhares de reais			
	Janeiro, Fevereiro e Março			Em 31 de março
	Média	Mínimo	Máximo	
Fatores de risco				
Reais (taxa fixa e flutuante)	120.157	72.700	166.688	163.616
Cupom cambial	13.447	7.907	20.591	11.257
Moeda estrangeira	15.678	1.217	33.450	20.183
Renda variável	39.125	22.699	56.734	22.699
Renda fixa externa	27.985	18.128	39.205	24.890
Total do VaR	**138.241**	**93.618**	**175.018**	**168.426**

	Em milhares de reais			
	Abril, Maio e Junho			Em 30 de junho
	Média	Mínimo	Máximo	
Fatores de risco				
Reais (taxa fixa e flutuante)	206.148	26.570	520.514	213.144
Cupom cambial	14.769	10.571	20.288	19.751
Moeda estrangeira	18.803	751	33.538	32.825
Renda variável	27.993	15.367	47.245	24.247
Renda fixa externa	21.831	12.846	34.470	18.836
Total do VaR	**227.029**	**82.476**	**540.027**	**246.034**

	Em milhares de reais			
	Julho, Agosto e Setembro			Em 30 de setembro
	Média	Mínimo	Máximo	
Fatores de risco				
Reais (taxa fixa e flutuante)	134.243	51.070	234.608	213.470
Cupom cambial	15.706	10.593	27.235	16.737
Moeda estrangeira	14.055	153	35.173	14.430
Renda variável	35.680	9.497	56.774	9.497
Renda fixa externa	21.195	14.121	27.003	20.645
Total do VaR	**155.349**	**84.597**	**256.037**	**220.739**

	Em milhares de reais			
	Outubro, Novembro e Dezembro			Em 31 de dezembro
	Média	Mínimo	Máximo	
Fatores de risco				
Reais (taxa fixa e flutuante)	230.267	119.383	325.090	195.411
Cupom cambial	13.418	9.373	19.906	11.553
Moeda estrangeira	15.827	2.028	32.302	23.641
Renda variável	31.834	9.135	65.168	9.209
Renda fixa externa	19.579	12.938	27.889	19.760
Total do VaR	**236.372**	**132.712**	**323.516**	**200.272**

O quadro a seguir demonstra a concentração do *VaR* da carteira *trading*, em termos de frequência, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Valor em Risco (R$ milhões)	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	% de eventos
Até R$120	17,2%	15,4%	38,5%	0,0%	17,8%
Mais de R$120 até R$180	82,8%	40,0%	24,6%	16,9%	40,9%
Mais de R$180 até R$240	0,0%	6,2%	35,4%	33,8%	18,9%
Mais de R$240 até R$300	0,0%	10,8%	1,5%	33,8%	11,6%
Mais de R$300	0,0%	27,7%	0,0%	15,4%	10,8%

ITEM 12. DESCRIÇÃO DE OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS QUE NÃO DE RENDA VARIÁVEL

12.A. Títulos de Dívidas

Não aplicável.

12.B. Bônus de Subscrição e Direitos

Não aplicável.

12.C. Outros Títulos

Não aplicável.

12.D. Ações Depositárias Americanas

Apresentamos na tabela a seguir, as descrições dos serviços e respectivas taxas e tarifas que os detentores de nossas ADRs (preferenciais e ordinárias), direta ou indiretamente, estão sujeitos a pagar ao nosso banco depositário, o The Bank of New York Mellon (BNYM).

TAXAS E TARIFAS	SERVIÇO
US$ 0,05 (ou menos) por ADSs.	- Emissão de ADSs, incluindo emissões resultantes de uma distribuição de ações, direitos ou outra propriedade. - Cancelamento de ADSs devido a retirada, incluindo se o acordo de depósito foi rescindido.
US$ 0,02 (ou menos) por ADSs.	- Qualquer distribuição em dinheiro aos detentores de ADSs registrados.
Uma taxa equivalente àquela que seria paga se títulos distribuídos fossem ações e as ações fossem depositadas para emissão de ADSs.	- Distribuição de títulos aos detentores, os quais são distribuídos pelo depositário em forma de ADS.
US$ 0,02 (ou menos) por ADSs por ano.	- Serviços do depositário.
Taxas de registro ou transferência.	-Transferência e registro de ações nos livros do escriturador do nome do depositário ou seu agente quando se deposita ou retira ações.
Despesas do depositário.	- Despesas com telegrama, telefone e fax (quando expressamente contemplado no acordo de depósito). - Conversão de moeda estrangeira para dólares americanos.
Taxas e impostos que o depositário ou o custodiante deve pagar sobre qualquer ADS, por exemplo, taxas de transferência de ações, taxa de selo ou imposto retido.	- Conforme necessário.
Quaisquer custos incorridos pelo depositário ou seu agente por prestação de serviços referentes aos títulos depositados.	- Conforme necessário.

De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, nós recebemos de nosso banco depositário, na forma de reembolso ou de pagamentos realizados em nosso nome, o valor de US$ 9,2 milhões.

PARTE II

ITEM 13. INADIMPLÊNCIAS, DIVIDENDOS A MENOR E ATRASOS NOS PAGAMENTOS

Não Aplicável.

ITEM 14. MODIFICAÇÕES SIGNIFICATIVAS AOS DIREITOS DOS DETENTORES DE TÍTULOS E USO DOS RECURSOS

Não Aplicável.

ITEM 15. CONTROLES E PROCEDIMENTOS

Responsabilidade Financeira, Controles e Procedimentos de Divulgação e Relatório de Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

(a) *Controles e procedimentos de divulgação*

Em 31 de dezembro de 2012, avaliações da eficácia dos nossos controles e procedimentos de divulgação (conforme definido nos Artigos 13a-15(e) e 15d-15(e), da Lei de Mercado de Capitais de 1934 da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos da América) foram conduzidas sob supervisão de nossa administração, inclusive, de nossos *Chief Executive Officer* – CEO e *Chief Financial Officer* – CFO. Devido às inerentes limitações, os controles internos e os procedimentos de divulgação, podem não prevenir ou detectar erros. Dessa forma, mesmo controles e procedimentos de divulgação efetivos podem fornecer somente uma segurança razoável de que seus objetivos de controle sejam atingidos.

Com base na avaliação mencionada acima, nossos CEO e CFO, sujeitos às limitações já citadas, concluíram que, para o período compreendido por esse relatório anual, os nossos controles e procedimentos de divulgação eram adequados e efetivos de modo a proporcionar uma segurança razoável de que as informações requeridas, a serem divulgadas nos relatórios que arquivamos ou enviamos, de acordo com a "Lei de Mercado de Capitais da Comissão de Valores Mobiliários" dos EUA, estão registradas, processadas, sumarizadas e divulgadas dentro dos períodos especificados nas normas e formulários aplicáveis, e que estão acumuladas e comunicadas à nossa administração, incluindo, nossos CEO e CFO, de maneira apropriada para permitir decisões oportunas em relação à divulgação requerida.

(b) *Relatório anual da administração sobre os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas*

Nossa Administração é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados sobre as demonstrações contábeis consolidadas, conforme definido nos Artigos 13a-15(f) e 15d-15(f), de acordo com a Lei de Mercado de Capitais de 1934, da SEC dos EUA. Nossos controles internos foram estabelecidos de maneira a proporcionar uma segurança razoável em relação à confiabilidade de nosso reporte financeiro e à preparação das demonstrações contábeis para fins externos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Nossa Administração avaliou a eficácia dos controles internos sobre as demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2012, baseado nos critérios estabelecidos pelo "*Enterprise Risk Management – Integrated Framework*" do COSO e concluiu que nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas eram efetivos.

A eficácia dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2012 foi auditada pela KPMG Auditores Independentes, auditores independentes registrados no PCAOB, conforme declarado em seu relatório com início na página F-3 do "Item 18. Demonstrações Contábeis".

(c) *Relatório de certificação da empresa de auditoria independente registrada no PCAOB*

Para o relatório da KPMG Auditores Independentes, nossa empresa de auditoria independente registrada no PCAOB, datado de 30 de abril de 2013, sobre a eficácia dos controles internos sobre as demonstrações contábeis consolidadas datadas de 31 de dezembro de 2012, veja "Item 18. Demonstrações Contábeis".

(d) *Mudanças nos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas*

Não houve mudanças em nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas (esse termo é definido nos Artigos 13a-15(f) e 15d-15(f), de acordo com a "Lei de Mercado de Capitais de 1934" da SEC dos EUA) referente ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2012, que tenham afetado de maneira material ou que tenham possibilidade razoável de afetar de maneira material nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas.

ITEM 16. [RESERVADO]

16.A. Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria

Nosso Conselho de Administração analisou as qualificações e experiências dos membros do comitê de auditoria e designou José Lucas Ferreira de Melo como "especialista financeiro do comitê de auditoria", conforme o significado do Item 16.A, e também é independente. Para mais informações com relação ao nosso comitê de auditoria, veja "Item 6.C. Práticas do Conselho de Administração - Comitês Diretivos - Comitê de Auditoria".

16.B. Código de Conduta Ética

Nós adotamos "Código de Conduta Ética" e "Códigos de Conduta Ética Setoriais", de acordo com a "Lei de Mercado de Capitais de 1934", emendada. Nossos "Códigos de Conduta Ética" aplicam-se ao nosso Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Contábil e a quaisquer pessoas em funções similares, assim como nossos conselheiros, outros executivos, colaboradores, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços. Nossos "Códigos de Conduta Ética" estão disponíveis no *website* por meio do endereço www.bradesco.com.br/ri. Se alterarmos as determinações de nossos "Códigos de Conduta Ética" ou se concedermos quaisquer isenções a tais determinações, divulgaremos tal alteração ou abdicação em nosso *website* no mesmo endereço.

16.C. Honorários e Serviços do Auditor Principal

Honorários de auditoria e não auditoria

A tabela a seguir demonstra os honorários que nos foram cobrados, durante os exercícios fiscais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Exercício findo em 31 de dezembro de	Em milhares de reais	
	2012	**2011**
Cobranças de auditoria	25.319	26.154
Cobranças relacionadas à auditoria	2.875	4.520
Cobranças de impostos	27	80
Outras cobranças	864	1.322
Total das cobranças	**29.085**	**32.076**

Os honorários dos exercícios de 2012 e 2011 correspondem a cobranças de nosso auditor referente a esses exercícios (KPMG Auditores Independentes).

Nossa empresa de auditoria independente audita nossas demonstrações contábeis anuais de acordo com as IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como relatórios

regulamentares e estatutários submetidos ao Banco Central, CVM, SEC e SUSEP, incluindo a revisão trimestral de nossas demonstrações contábeis intermediárias.

As cobranças relacionadas à auditoria na tabela anterior são os honorários totais cobrados pelos auditores independentes para relatórios de certificação e controle internacional e nacional, relatórios de procedimentos pré-acordados de revisões de controles internos solicitados pela nossa Administração e de emissão de cartas de conforto para a colocação de títulos no exterior.

As cobranças de impostos na tabela anterior são referentes aos honorários cobrados pelos auditores independentes para serviços de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais e revisões de aspectos tributários relacionados às aquisições.

As outras cobranças na tabela anterior são os honorários cobrados pelos auditores independentes relativas, principalmente, a procedimentos pré-acordados para revisões de informações financeiras, revisões de controles e diagnóstico de processos, abrangendo ambiente de tecnologia e outros, treinamentos e outros trabalhos de asseguração.

Políticas e procedimentos de pré-aprovação do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração, para aprovação, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente ao Bradesco e suas subsidiárias e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição. A contratação do auditor independente para serviços de não-auditoria não é submetida ao Conselho de Administração, porém, deve ser previamente analisada pelo Comitê de Auditoria quanto ao cumprimento das regras de independência. Para mais informações com relação ao nosso Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, veja “Item 6.C. Práticas do Conselho de Administração”.

16.D. Isenções das normas de arquivamento para os Comitês de Auditoria

De acordo com as regras da SEC e da NYSE quanto ao comitê de auditoria de companhias listadas, em vigor a partir de 31 de julho de 2006, devemos cumprir com a Regra 10A – 3 do *Exchange Act*, que exige que nós estabeleçamos um comitê de auditoria composto de membros do Conselho de Administração, que cumpre com determinadas exigências, ou designemos e concedamos poder a um Conselho Fiscal ou órgão similar, que desempenhe o papel do comitê de auditoria, com base na isenção estabelecida na Regra 10A – 3(c)(3) do *Exchange Act*.

De acordo com a regulamentação do Banco Central, constituímos um órgão também denominado Comitê de Auditoria, que desempenha quase todas as funções do comitê de auditoria do Conselho de Administração de uma empresa americana. Dos quatro membros do Comitê de Auditoria, apenas um membro é também membro do Conselho de Administração. Além disso, de acordo com a legislação brasileira, a função de contratar auditores independentes é reservada ao nosso Conselho de Administração. Consequentemente, nosso Conselho de Administração funciona como nosso comitê de auditoria de acordo com o especificado na Seção 3 (a)(58) do *Exchange Act*, para os fins de aprovação do compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria. Exceto neste caso, o nosso Comitê de Auditoria é comparável e desempenha as funções dos comitês de auditoria do Conselho de Administração de empresas americanas. Já que o nosso Comitê de Auditoria não é um comitê do nosso Conselho de Administração, mas é um órgão separado como exigido pela Legislação Brasileira para exercer a função de comitê de auditoria, acreditamos que nosso Comitê de Auditoria atende as exigências estabelecidas na Regra 10(a)(3) do *Exchange Act*. Entretanto, nos baseamos no direito de isenção estabelecido pela Regra 10A – 3(c)(3) do *Exchange Act*; pois, de acordo com a regulamentação do Banco Central, o Comitê de Auditoria é um órgão separado do Conselho de Administração. Acreditamos que o nosso Comitê de Auditoria poderá funcionar de maneira independente no desempenho de suas responsabilidades de comitê de auditoria, de acordo com a Lei Sarbanes – Oxley e para satisfazer as outras exigências da Regra 10A – 3 do *Exchange Act*.

16.E. Aquisição de Ações pelo Emissor e Compradores Afiliados

Período	Quantidade total de ações preferenciais compradas	Preço Médio pago por ação preferencial	Quantidade total de ações preferenciais compradas no âmbito de planos ou programas publicados	Quantidade máxima de ações preferenciais que ainda podem ser compradas no âmbito de planos ou programas
01/01 a 31/01/12	-	-	-	7.500.000
02/02 a 29/02/12	-	-	-	7.500.000
02/03 a 31/03/12	-	-	-	7.500.000
01/04 a 30/04/12	-	-	-	7.500.000
04/05 a 31/05/12	-	-	-	7.500.000
01/06 a 03/06/12	-	-	-	7.500.000
04/06 a 30/06/12	-	-	-	7.500.000
01/07 a 31/07/12	70.300	28,99	70.300	7.429.700
03/08 a 31/08/12	-	-	-	7.429.700
01/09 a 30/09/12	250.000	33,13	320.300	7.179.700
01/10 a 30/10/12	-	-	-	7.179.700
03/11 a 30/11/12	-	-	-	7.179.700
01/12 a 31/12/12	-	-	-	7.179.700

Nós atualmente não temos programa de recompra de ações ordinárias.

16.F. Mudança na Auditoria Independente do Registrante

Em 21 de março de 2011, nosso Conselho de Administração aprovou a contratação da KPMG Auditores Independentes como a nossa empresa de auditoria independente. Nosso Conselho de Administração participou e aprovou a decisão de substituir a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes como a nossa empresa de auditores independentes, seguindo as nossas práticas de governança corporativa e os procedimentos estabelecidos para contratar os auditores independentes. O relatório da KPMG Auditores Independentes sobre nossas demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não continha opinião adversa ou desfavorável e não foi ressalvado ou modificado com relação à incerteza, escopo de auditoria, ou princípios contábeis.

O relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre nossas demonstrações contábeis para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não continha uma opinião adversa ou desfavorável e não foi ressalvado ou modificado com relação à incerteza, escopo de auditoria, ou princípios contábeis. O relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre nossas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 não está incluído neste relatório anual. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e período intercalar subsequente até a data do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, não houve divergências sobre qualquer assunto de princípios ou práticas contábeis, divulgação das demonstrações contábeis, ou escopo ou procedimento de auditoria, que se não foi resolvido a contento da mesma, a teria induzido a fazer referência ao assunto da discordância em seu relatório.

16.G. Governança Corporativa

Em maio de 2006, nosso Conselho de Administração deliberou formalizar a “Política de Governança Corporativa” da Organização. Nossa Política de Governança Corporativa está disponível no *website* por meio do endereço www.bradesco.com.br/ri.

Comparação das práticas de governança corporativa do Bradesco com as regras da NYSE aplicáveis a companhias norte-americanas

De acordo com as regras de governança corporativa da NYSE, aprovados pela SEC, as companhias emissoras privadas estrangeiras estão sujeitas a um conjunto mais limitado de exigências relativas à governança corporativa do que as companhias emissoras norte-americanas. Na qualidade de companhia emissora privada estrangeira, devemos cumprir três regras da NYSE:

(1) exigências relativas ao comitê de auditoria estabelecidas pela SEC;

(2) nosso Diretor-Presidente deverá prontamente comunicar à SEC, por escrito, tão logo um diretor executivo tome conhecimento de qualquer inobservância das regras de governança corporativa da NYSE; e

(3) devemos providenciar uma breve descrição das principais diferenças entre nossas práticas de governança corporativa e aquelas observadas pelas companhias norte-americanas, de acordo com os padrões de listagem da NYSE.

A tabela a seguir descreve de maneira breve as diferenças significativas entre as nossas práticas de governança corporativa e as adotadas pelas companhias norte-americanas de acordo com os padrões de listagem da NYSE.

Artigo	Regras de Governança Corporativa da NYSE para Emissores Norte-Americanos	Práticas de Governança Corporativa do Bradesco
303A.01	Uma companhia listada na NYSE deve ter a maioria de seus membros do Conselho de Administração independente.	A Legislação Societária Brasileira determina que somente pessoas naturais podem ser nomeados para o Conselho de Administração de uma Companhia. Consequentemente, não há determinação legal ou estatutária exigindo que o Bradesco tenha conselheiros independentes. Não há exigência de residência para qualificação de um conselheiro.
303A.03	Membros do Conselho de Administração que não sejam diretores de uma companhia listada deverão reunir-se em sessões periódicas sem a presença dos membros da Diretoria Executiva.	Com exceção do Presidente da Diretoria Executiva, que também é Conselheiro da companhia, nenhum dos membros do Conselho de Administração pertence à Diretoria Executiva do Bradesco. Os Conselheiros se reúnem em sessão executiva, pelo menos uma vez ao ano, para avaliar o desempenho do Presidente da Diretoria Executiva.
303A.04	As companhias listadas devem possuir um Comitê de Nomeação / Governança Corporativa, composto integralmente de conselheiros independentes, com um regimento interno que abranja certos deveres mínimos especificados.	Possuímos Comitê Executivo de Governança Corporativa, composto por administradores do Bradesco. O Comitê tem um regimento que discute seus deveres mínimos.
303A.05	As companhias listadas devem possuir um Comitê de Remuneração integralmente composto por conselheiros independentes, com um regimento interno que abranja certos deveres mínimos especificados.	Nós possuímos um Comitê de Remuneração, composto de três a sete membros, escolhidos dentre dos os integrantes do Conselho de Administração, com exceção de um membro que será, necessariamente, não administrador, todos com mandato de um ano. O Comitê tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração na condução da política de remuneração dos Administradores, nos termos da legislação vigente. Nenhum dos membros do Comitê de Remuneração é independente. O Comitê tem um Regimento que estabelece as suas responsabilidades.

303A.06 **303A.07**	As companhias listadas devem ter um Comitê de Auditoria, composto por no mínimo três conselheiros que satisfaçam os requerimentos da Regra 10A-3 do *Exchange Act*, com um regimento interno que abranja certos deveres mínimos especificados.	Conforme nosso estatuto e atendendo a regulamentação do Banco Central, em dezembro de 2003 constituímos um Comitê de Auditoria, que é formado por três a cinco membros, cada um com mandato de um ano. Os membros são designados por e podem ser destituídos pelo Conselho de Administração. Atualmente temos quatro membros em nosso Comitê de Auditoria, sendo um deles também membro do Conselho de Administração. De acordo com as leis brasileiras, a função de contratar auditores independentes é reservada ao Conselho de Administração. Consequentemente, nosso Conselho de Administração funciona como nosso comitê de auditoria de acordo com o especificado na Seção 3 (a)(58) do *Exchange Act*, para os fins de aprovação do compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria. Exceto neste caso, o nosso Comitê de Auditoria é comparável e desempenha as funções dos comitês de auditoria de empresas americanas. Já que o nosso Comitê de Auditoria é um órgão separado de nosso Conselho de Administração, conforme regulamentação do Banco Central, nós exercemos o direito de isenção estabelecido na regra 10A - 3(c)(3) do *Exchange Act*, com relação a isso. Suas principais atribuições são: • recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição; • analisar, previamente, a contratação do auditor independente para a prestação de outros serviços que não sejam os de auditoria das demonstrações contábeis; • revisar, previamente à divulgação ao mercado, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da Administração e relatório do auditor independente; • estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade; • avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à

		Companhia, além de regulamentos e códigos internos; e • reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria Executiva e auditorias independente e externa. Nós também possuímos um Conselho Fiscal, composto de três membros efetivos e três suplentes. O Conselho Fiscal é um órgão corporativo independente. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, nosso Conselho Fiscal tem como direitos e obrigações, entre outras: • através de quaisquer de seus membros, supervisionar as ações de nossos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres; • examinar e opinar sobre nossas demonstrações contábeis estatutárias antes de sua divulgação, incluindo as notas explicativas, o relatório dos auditores independentes e os relatórios da Administração; e • opinar sobre propostas de nossa Administração, a serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, e/ou juros sobre o capital próprio, transformação, incorporação, fusão ou cisão.
303A.08	Os acionistas deverão ter a oportunidade de votar sobre todos os planos de remuneração, bem como as alterações dos mesmos, levadas em consideração as exceções constantes das regras da NYSE.	De acordo com a Legislação Societária Brasileira, é necessária a aprovação dos acionistas para a implementação de qualquer plano de remuneração mediante entrega de participação no capital social. Nós não possuímos atualmente qualquer plano de remuneração baseado em “opções de ações”.
303A.09	As companhias listadas devem adotar e divulgar Diretrizes de Governança Corporativa que abranjam certos requisitos mínimos especificados.	Nossas diretrizes e práticas de governança corporativa estão disponíveis no website, www.bradesco.com.br, na página de Governança Corporativa.
303A.10	As companhias listadas devem adotar e divulgar um código de conduta ética para conselheiros, diretores e empregados, divulgando prontamente toda dispensa do código concedida para conselheiros ou diretores.	Adotamos Códigos de Conduta Ética, os quais aplicam-se a todos os administradores, funcionários parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços da Organização, sociedades controladoras, controladas e sob mesmo controle, direta ou indiretamente, e quando aplicável, a entidades sem fins lucrativos geridas por membros da administração sênior ou funcionários nomeados ou cedidos por empresas integrantes da Organização. Nós possuímos um Comitê de

		Conduta Ética, nomeado pelo Conselho de Administração, com o objetivo de propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos Códigos de Conduta Ética, de modo a assegurar a sua eficácia e efetividade. Toda e qualquer alteração ou isenção nos Códigos de Conduta Ética serão divulgadas em nosso *website*.
303A.12	O CEO de toda companhia listada deve declarar prontamente à NYSE por escrito, depois que qualquer executivo da companhia listada ficar sabendo de qualquer descumprimento da determinação da seção 303A.	O nosso Diretor-Presidente prontamente informará por escrito à NYSE na hipótese de um membro da Diretoria Executiva tomar conhecimento de qualquer inobservância às regras da NYSE, relativas à política de governança corporativa.

PARTE III

ITEM 17. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Veja “Item 18. Demonstrações Contábeis”.

ITEM 18. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Veja as demonstrações contábeis do banco nas páginas F-2 a F-136.

ITEM 19. ANEXOS

Documentos apresentados como anexos neste Relatório Anual:

1.1 - Estatuto Social alterado e reformulado do Banco Bradesco S.A.

2.1 – Contrato de depósito, datado de 22 de julho de 2009, entre o Banco Bradesco S.A. e o The Bank of New York Mellon, na qualidade de depositário, bem como os detentores e proprietários beneficiários de ADSs representadas por ADRs emitidos (incorporado por referência na declaração de registro através do Formulário F-6 relacionado às ADSs, arquivado em 25 de agosto de 2009 (arquivo nº 333-161530)).

2.2 - Contrato de depósito, datado de 13 de março de 2012, entre o Banco Bradesco S.A. e o The Bank of New York Mellon, na qualidade de depositário, bem como os detentores e proprietários beneficiários de ADSs representadas por ADRs emitidos (incorporado por referência na declaração de registro através do Formulário F-6 relacionado às ADSs de ações ordinárias, arquivado em 22 de fevereiro de 2012 (arquivo nº 333-179623)).

2.3 - O valor total dos títulos de dívida de longo prazo da nossa companhia e subsidiárias sujeito a qualquer instrumento não excede 10,0% do total dos ativos de nossa companhia e subsidiárias numa base consolidada. Nós concordamos em disponibilizar cópias de todo e qualquer instrumentos que a SEC nos solicitar.

6.1 - Cálculo de lucro por ação e da média ponderada do número de ações em circulação.

7.1 - Cálculo de dividendos/juros sobre o capital próprio por ação.

8.1 - Lista de subsidiárias.

12.1 - Certificação do Diretor-Presidente conforme as Regras 13a–14 e 15d-14 de acordo com a Lei de Mercado de Mercado de Capitais de 1934.

12.2 - Certificação do Diretor Financeiro conforme as Regras 13a–14 e 15d-14 de acordo com a Lei de Mercado de Mercado de Capitais de 1934.

13.1 - Certificação do Diretor-Presidente conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes - Oxley de 2002.

13.2 - Certificação do Diretor Financeiro conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes - Oxley de 2002.

ASSINATURAS

Conforme as exigências da Seção 12 da Lei de Mercado de Capitais de 1934, a Companhia registrada certifica que satisfaz todas as exigências para arquivamento do Formulário 20-F e providenciou que este Relatório Anual fosse devidamente assinado em seu nome pelo abaixo assinado, autorizado devidamente por meio dessa.

Banco Bradesco S.A.

/s/ Luiz Carlos Trabuco Cappi

Luiz Carlos Trabuco Cappi
Diretor-Presidente

/s/ Julio de Siqueira Carvalho de Araujo

Julio de Siqueira Carvalho de Araujo
Diretor-Financeiro

Data: 30 de abril de 2013.

Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*"

ISO 9001

DEZEMBRO 2012

Sumário

Relatório dos Auditores Independentes F-3

Demonstração Consolidada do Resultado F-5

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente F-6

Balanço Patrimonial Consolidado F-7

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido ..... F-8 - F-9

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa ..... F-10 – F-11

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

1) Informações gerais F-12
2) Principais políticas contábeis F-12
3) Gerenciamento de riscos F-37
   - 3.1. Risco de crédito F-37
   - 3.2. Risco de mercado F-48
   - 3.3. Risco de liquidez F-56
   - 3.4. Valor justo de ativos e passivos financeiros F-62
   - 3.5. Gerenciamento de capital F-66
   - 3.6. Risco de seguro F-70
4) Uso de estimativas e julgamentos F-76
5) Segmentos operacionais F-79
6) Resultado líquido de juros F-82
7) Resultado líquido de serviços e comissões F-83
8) Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação F-83
9) Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda F-83
10) Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira F-83
11) Resultado de seguros e previdência F-84
12) Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos F-85
13) Despesas de pessoal F-85
14) Outras despesas administrativas F-85
15) Depreciação e amortização F-86
16) Outras receitas/(despesas) operacionais F-86
17) Imposto de renda e contribuição social F-86
18) Lucro por ação F-90
19) Caixa e disponibilidades em bancos F-90
20) Ativos e passivos financeiros para negociação F-91
21) Ativos financeiros disponíveis para venda F-95
22) Investimentos mantidos até o vencimento F-96
23) Ativos cedidos em garantia F-96
24) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras F-97
25) Empréstimos e adiantamentos a clientes F-97
26) Ativos não correntes mantidos para venda F-98
27) Investimentos em coligadas F-99
28) *Joint ventures* F-101
29) Imobilizado de uso F-102
30) Ativos intangíveis e ágio F-104
31) Outros ativos F-105
32) Recursos de instituições financeiras F-106
33) Recursos de clientes F-106
34) Recursos de emissão de títulos F-107
35) Dívidas subordinadas F-109
36) Provisões técnicas de seguros e previdência F-112
37) Planos fechados de previdência complementar F-119
38) Outras provisões F-122
39) Outros passivos F-125
40) Patrimônio líquido F-126
41) Transações com partes relacionadas F-128
42) Itens não registrados no balanço patrimonial F-131
43) Recentes aquisições F-131
44) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor F-132
45) Eventos subsequentes F-133

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório dos auditores independentes registrados no PCAOB

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Bradesco S.A.

Examinamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Bradesco S.A. e controladas ("Bradesco") em 31 de dezembro 2012 e 2011, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para cada um dos dois exercícios do período findo em 31 de dezembro de 2012. Também examinamos os controles internos do Bradesco referentes ao processo de preparação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012, com base no critério estabelecido no Controle Interno - Estrutura Integrada emitido pelo Conselho da Organização Patrocinadora da Comissão de Treadway (COSO). A administração do Bradesco é responsável por essas demonstrações contábeis consolidadas, por manter controles internos efetivos sobre as demonstrações contábeis e pela avaliação da efetividade dos controles internos sobre as demonstrações contábeis incluídas no Relatório da Administração sobre Controles Internos referentes ao processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e uma opinião sobre os controles internos do Bradesco referentes ao processo de preparação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas com base em nossas auditorias.

Nossas auditorias foram conduzidas de acordo com as normas do Conselho de Supervisão de Contabilidade das Companhias Abertas nos Estados Unidos da América (PCAOB - Public Company Accounting Oversight Board). Estas normas requerem que uma auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis não contêm erros materiais e de que os controles internos referentes ao processo de preparação das demonstrações contábeis são mantidos em todos os aspectos relevantes. Nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas compreende examinar, com base em testes, as evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados nas demonstrações contábeis consolidadas, a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto. Nossa auditoria sobre os controles internos relativos ao processo de preparação de demonstrações contábeis consolidadas incluiu obter um entendimento dos controles internos sobre demonstrações contábeis consolidadas, avaliar o risco de que uma fraqueza material existe e teste e avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos baseados na avaliação de risco. Nossas auditorias também incluíram a realização de outros procedimentos que consideramos necessários nas circunstâncias. Acreditamos que nossas auditorias proporcionam uma base adequada para emitirmos nossas opiniões.

Os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis de uma Companhia é um processo desenhado para garantir segurança razoável quanto à confiabilidade da sua preparação para fins externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis incluem aquelas políticas e procedimentos que (1) se referem à manutenção dos registros que, com detalhe razoável, refletem com exatidão e clareza as transações e vendas dos ativos; (2) forneçam segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que recebimentos e gastos vêm sendo feitos somente com autorizações da administração e diretores da Companhia; e (3) forneçam segurança razoável relativa à prevenção ou a detecção oportuna da aquisição, uso ou venda não autorizada dos ativos que possam ter um efeito material sobre as demonstrações contábeis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos sobre o processo de preparação das demonstrações contábeis consolidadas podem não evitar ou detectar erros. Além disso, projeções de qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam tornar-se inadequados devido a mudanças nas condições, ou devido ao fato de que o grau de conformidade com as políticas e procedimentos pode se deteriorar.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas referidas anteriormente representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira do Banco Bradesco S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os resultados de suas operações e seus fluxos de caixa para cada um dos dois exercícios do período findo em 31 de dezembro de 2012, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – (IASB).* Adicionalmente, em nossa opinião, o Bradesco manteve, em todos os aspectos relevantes, controles internos efetivos sobre o processo de preparação das demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2012, com base no critério estabelecido no Controle Interno – Estrutura Integrada emitido pelo Conselho da Organização Patrocinadora da Comissão de Treadway.

(Tradução livre do original em inglês)
KPMG Auditores Independentes

Osasco, Brasil
30 de abril de 2013

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório dos Auditores Independentes registrados no PCAOB

(Tradução livre do original emitido em inglês)

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas
Banco Bradesco S.A.

Somos de parecer que as demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, o resultado das operações e os fluxos de caixa do Banco Bradesco S.A. e suas subsidiárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro *(International Financial Reporting Standards)* emitidas pelo *International Accounting Standard Board*. Essas demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração do Banco. Nossa responsabilidade é a de emitir um parecer sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria. Nossa auditoria dessas demonstrações contábeis foi conduzida de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas dos Estados Unidos (*Public Company Accounting Oversight Board*). Essas normas requerem que a auditoria seja planejada e realizada com o objetivo de obter razoável segurança de que as demonstrações contábeis estão livres de erros materiais. Uma auditoria compreende a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Entendemos que nosso exame proporciona uma base razoável para a emissão de nosso parecer.

São Paulo, 14 de abril de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

Demonstração Consolidada do Resultado

R$ mil

	Nota	Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2012	2011	2010
Receita de juros e similares		83.133.716	82.367.272	63.772.183
Despesa de juros e similares		(39.640.751)	(46.755.986)	(31.000.892)
Resultado líquido de juros	6	**43.492.965**	**35.611.286**	**32.771.291**
Receita de serviços e comissões		12.841.186	10.868.311	9.421.485
Despesa de serviços e comissões		(36.391)	(33.978)	(26.947)
Resultado líquido de serviços e comissões	7	**12.804.795**	**10.834.333**	**9.394.538**
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros para negociação	8	2.110.113	(608.270)	2.212.733
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	9	1.895.974	365.302	754.416
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira	10	(951.385)	2.625.813	(682.961)
Resultado de seguros e previdência	11	1.413.016	3.076.175	2.577.730
Receitas operacionais		**4.467.718**	**5.459.020**	**4.861.918**
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	12	(11.510.179)	(8.296.151)	(5.756.125)
Despesas de pessoal	13	(11.656.422)	(11.150.970)	(8.794.017)
Outras despesas administrativas	14	(11.900.383)	(11.477.134)	(9.761.445)
Depreciação e amortização	15	(2.538.260)	(2.120.335)	(1.966.433)
Outras receitas/(despesas) operacionais	16	(8.528.664)	(4.858.702)	(6.002.663)
Despesas operacionais		**(46.133.908)**	**(37.903.292)**	**(32.280.683)**
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas		**14.631.570**	**14.001.347**	**14.747.064**
Resultado de participação em coligadas	27	870.662	682.122	577.053
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**15.502.232**	**14.683.469**	**15.324.117**
Imposto de renda e contribuição social	17	(4.150.538)	(3.594.027)	(5.271.924)
Lucro líquido do exercício		**11.351.694**	**11.089.442**	**10.052.193**
Atribuível aos acionistas:				
Controladores		11.291.570	10.958.054	9.939.575
Não controladores		60.124	131.388	112.618
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R$ por ação):				
– Lucro por ação ordinária	18	2,83	2,74	2,52
– Lucro por ação preferencial	18	3,12	3,01	2,77

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

	R$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	**2011**	**2010**
Lucro líquido do exercício	**11.351.694**	**11.089.442**	**10.052.193**
Ganhos/(perdas) não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda	7.679.798	(763.425)	651.063
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior	46.196	389	(11.708)
Efeito dos impostos	(3.080.317)	294.823	(255.742)
Total do resultado abrangente do exercício	**15.997.371**	**10.621.229**	**10.435.806**
Atribuível aos acionistas:			
Controladores	15.937.247	10.489.841	10.323.188
Não controladores	60.124	131.388	112.618

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Balanço Patrimonial Consolidado

R$ mil

	Nota	31 de dezembro	
		2012	2011
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos	19	59.992.777	93.777.577
Ativos financeiros para negociação	20a	111.839.567	96.597.077
Ativos financeiros disponíveis para venda	21	81.560.848	45.248.398
Investimentos mantidos até o vencimento	22	3.715.673	4.110.987
Ativos cedidos em garantia	23	106.133.299	97.122.080
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	24	92.821.233	72.663.890
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	25	269.652.428	245.874.949
Ativos não correntes mantidos para venda	26	533.062	445.351
Investimentos em coligadas	27	2.754.998	2.390.466
Imobilizado de uso	29	4.532.355	4.267.218
Ativos intangíveis e ágio	30	7.755.665	7.216.697
Impostos a compensar	17g	5.346.693	4.572.927
Impostos diferidos	17c	17.983.558	17.093.388
Outros ativos	31	36.564.543	30.705.887
Total do ativo		**801.186.699**	**722.086.892**
Passivo			
Recursos de instituições financeiras	32	220.826.288	204.290.176
Recursos de clientes	33	210.771.310	216.320.938
Passivos financeiros para negociação	20b	4.049.982	747.210
Recursos de emissão de títulos	34	51.552.093	41.630.969
Dívidas subordinadas	35	34.851.714	26.910.091
Provisões técnicas de seguros e previdência	36	118.768.720	99.112.321
Outras provisões	38	21.047.193	17.926.450
Impostos correntes		3.354.128	2.758.978
Impostos diferidos	17c	3.091.667	2.246.508
Outros passivos	39	61.527.214	50.761.157
Total do passivo		**729.840.309**	**662.704.798**
Patrimônio líquido	40		
Capital social		30.100.000	30.100.000
Ações em tesouraria		(197.301)	(183.109)
Reservas de capital		35.973	35.973
Reservas de lucros		34.189.383	26.732.531
Capital integralizado adicional		70.496	70.496
Outros resultados abrangentes		6.396.736	1.751.059
Lucros acumulados		542.422	632.096
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		**71.137.709**	**59.139.046**
Participação de acionistas não controladores		**208.681**	**243.048**
Total do patrimônio líquido		**71.346.390**	**59.382.094**
Total do passivo e patrimônio líquido		**801.186.699**	**722.086.892**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

R$ mil

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Capital integralizado adicional	Outros resultados abrangentes (1)	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária						
Saldo em 1º de janeiro de 2010	**26.500.000**	**(188.874)**	**87.146**	**2.254.302**	**12.768.368**	**150.032**	**1.835.659**	**784.821**	**44.191.454**	**455.253**	**44.646.707**
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	9.939.575	9.939.575	112.618	10.052.193
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	390.638	-	390.638	-	390.638
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	(7.025)	-	(7.025)	-	(7.025)
Lucro abrangente	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**10.323.188**	**112.618**	**10.435.806**
Redução de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(79.536)	-	-	(79.536)	(429.571)	(509.107)
Aquisições de ações em tesouraria	-	(14.789)	-	-	-	-	-	-	(14.789)	-	(14.789)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	193.614	-	-	(193.614)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	501.083	6.151.847	-	-	(6.652.930)	-	-	-
Aumento de capital com reservas (2)	2.000.000	-	-	-	(2.000.000)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital (3)	1.500.000	-	-	-	-	-	-	-	1.500.000	-	1.500.000
Capital a integralizar (3)	(1.500.000)	-	-	-	-	-	-	-	(1.500.000)	-	(1.500.000)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(3.369.083)	(3.369.083)	(30.969)	(3.400.052)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**28.500.000**	**(10.049)**	**87.146**	**2.755.385**	**16.726.601**	**70.496**	**2.219.272**	**702.383**	**51.051.234**	**107.331**	**51.158.565**
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	10.958.054	10.958.054	131.388	11.089.442
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	(468.447)	-	(468.447)	-	(468.447)
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	234	-	234	-	234
Lucro abrangente	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**10.489.841**	**131.388**	**10.621.229**
Aquisições de ações em tesouraria	-	(173.060)	-	-	-	-	-	-	(173.060)	-	(173.060)
Aumento de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.483	42.483
Ágio na subscrição de ações (3)	-	-	11.441	-	-	-	-	-	11.441	-	11.441
Constituição de reservas	-	-	-	551.413	6.736.518	-	-	(7.287.931)	-	-	-
Aumento de capital com reservas (4)	100.000	-	(62.614)	(37.386)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital (3)	1.500.000	-	-	-	-	-	-	-	1.500.000	-	1.500.000
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(3.740.410)	(3.740.410)	(38.154)	(3.778.564)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**30.100.000**	**(183.109)**	**35.973**	**3.269.412**	**23.463.119**	**70.496**	**1.751.059**	**632.096**	**59.139.046**	**243.048**	**59.382.094**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (continuação)

R$ mil

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Capital integralizado adicional	Outros resultados abrangentes (1)	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária						
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**30.100.000**	**(183.109)**	**35.973**	**3.269.412**	**23.463.119**	**70.496**	**1.751.059**	**632.096**	**59.139.046**	**243.048**	**59.382.094**
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	11.291.570	11.291.570	60.124	11.351.694
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	4.617.960	-	4.617.960	-	4.617.960
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	27.717	-	27.717	-	27.717
Lucro abrangente	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	-	**15.937.247**	**60.124**	**15.997.371**
Aquisições de ações em tesouraria	-	(14.192)	-	-	-	-	-	-	(14.192)	-	(14.192)
Redução de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.499)	(1.499)
Transação de capital – Banco BERJ	-	-	-	-	(29.394)	-	-	-	(29.394)	-	(29.394)
Constituição de reservas	-	-	-	569.062	6.917.184	-	-	(7.486.246)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(3.894.998)	(3.894.998)	(92.992)	(3.987.990)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**30.100.000**	**(197.301)**	**35.973**	**3.838.474**	**30.350.909**	**70.496**	**6.396.736**	**542.422**	**71.137.709**	**208.681**	**71.346.390**

(1) Consiste, basicamente, em ganhos/perdas não realizados de títulos e valores mobiliários, classificados como disponíveis para venda (Notas 21 e 23), cujo efeito acumulado dos impostos totalizam R$ 4.265.009 mil (2011 - R$ 1.184.692 mil);

(2) Em 10 de junho de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada 10 possuídas da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores, foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de uma nova ação para cada 10 possuídas. A mesma Assembleia deliberou o aumento do Capital Social mediante a transferência de reservas, no valor de R$ 2.000.000 mil, sendo R$ 1.000.000 mil de ações ordinárias e R$ 1.000.000 mil de ações preferenciais;

(3) Em 17 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do Capital Social, no valor de R$ 1.500.000 mil, elevando-o de R$ 28.500.000 mil para R$ 30.000.000 mil, mediante a emissão de 62.344.140 novas ações, nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 31.172.072 ordinárias e 31.172.068 preferenciais, mediante subscrição particular pelos acionistas no período de 29 de dezembro de 2010 a 31 de janeiro de 2011, na proporção sobre a posição acionária que cada um possuía na data da Assembleia, com integralização à vista em 18 de fevereiro de 2011. O excedente da importância destinada à formação de Capital Social, no valor de R$ 11.441 mil, apurado pela diferença entre o preço de emissão e o de venda das ações em leilão, foi contabilizado na conta “Reserva de Capital”; e

(4) Em 10 de março de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária, deliberou o aumento de Capital Social, no valor de R$ 100.000 mil, elevando-o de R$ 30.000.000 mil para R$ 30.100.000 mil, mediante a utilização de parte do saldo das contas “Reserva de Capital” e “Reserva de Lucros – Legal”, sem emissão de ações.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

	R$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	**2011**	**2010**
Atividades operacionais			
Lucro antes da tributação sobre o lucro	**15.502.232**	**14.683.469**	**15.324.117**
Ajustes para reconciliar o lucro antes da tributação ao caixa líquido das atividades operacionais:			
Perda por redução ao valor recuperável reconhecido decorrente de perda de crédito	11.510.179	8.296.151	5.756.125
Variação de provisões técnicas de seguros e planos de previdência	23.326.101	18.212.405	14.294.976
Ganhos realizados líquidos nos títulos disponíveis para venda	(2.895.780)	(238.606)	(645.216)
Despesas com outras provisões	4.254.617	5.653.084	3.562.362
Custos de aquisição diferidos (seguros)	(128.005)	(97.748)	(76.996)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos	1.697.474	5.126	26.493
Depreciação	1.037.135	990.092	956.092
Amortização de ativos intangíveis	1.501.125	1.130.243	1.010.341
Resultado de participação em coligadas	(870.662)	(682.122)	(577.053)
Perdas na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	203.885	237.727	292.595
Perdas na alienação do imobilizado de uso, líquido	5.157	8.596	12.148
Ganhos na venda de investimentos em coligadas	(793.360)	-	-
Variações em ativos e obrigações:			
(Aumento)/redução em depósitos compulsórios no Banco Central	23.258.340	(6.013.739)	(47.273.389)
Aumento em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	(53.931.816)	(25.693.398)	(29.473.272)
Aumento em empréstimos e adiantamentos a clientes	(78.968.355)	(88.088.656)	(81.584.730)
(Aumento)/redução em ativos financeiros para negociação	23.159.361	(75.106.993)	(36.900.513)
Aumento em outros ativos	(6.299.821)	(6.410.870)	(1.501.595)
Aumento líquido em recursos de instituições financeiras	30.454.440	50.571.306	62.708.679
Aumento líquido em recursos de clientes	7.379.033	38.975.249	32.148.572
Aumento em passivos financeiros mantidos para negociação	3.302.772	14.243	200.545
Redução em provisões técnicas de seguros e previdência	(3.669.702)	(2.593.130)	(3.398.827)
Redução em outras provisões	(1.133.874)	(1.054.500)	(1.086.979)
Aumento em outros passivos	21.006.607	8.852.270	9.209.750
Juros recebidos	67.006.786	64.161.337	52.844.025
Juros pagos	(26.846.989)	(33.332.306)	(20.474.472)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.226.483)	(5.383.283)	(3.196.072)
Outras variações de impostos	(1.227.999)	(4.156.577)	(500.862)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais	**51.612.398**	**(37.060.630)**	**(28.343.156)**
Atividades de investimento			
Aquisição de subsidiárias, líquida de caixa e equivalentes de caixa pagos	(2.552)	(214.676)	(226.765)
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda	(163.462.843)	(19.055.607)	(41.287.204)
Baixas de ativos financeiros disponíveis para venda	115.239.210	32.753.402	9.405.730
Resgates pelo vencimento de investimentos mantidos até o vencimento	699.982	105.722	89.844
Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	266.123	228.958	327.377
Aquisição de investimentos em coligadas	(97.432)	(111.826)	(786.688)
Alienação de investimentos em coligadas	920.416	-	-
Dividendos recebidos de investimentos em coligadas	476.506	489.200	496.698
Aquisição de imobilizado de uso	(1.675.016)	(1.698.704)	(1.356.856)
Alienação de imobilizado de uso	367.587	102.079	123.876
Aquisição de ativos intangíveis	(2.567.529)	(3.232.620)	(1.695.177)
Dividendos recebidos	117.684	126.696	109.200

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa (continuação)

R$ mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	**2011**	**2010**
Juros recebidos	4.920.612	7.190.077	5.494.551
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de investimento	**(44.797.252)**	**16.682.701**	**(29.305.414)**
Atividades de financiamento			
Emissão de recursos de emissão de títulos	24.448.024	28.212.490	12.815.608
Pagamento de recursos de emissão de títulos	(19.956.590)	(5.679.892)	(3.725.745)
Emissão de dívidas subordinadas	12.997.694	9.505.799	1.282.600
Pagamento de dívidas subordinadas	(4.493.518)	(6.542.624)	(828.351)
Ágio na subscrição de ações	-	11.441	-
Aumento de capital em dinheiro	-	1.500.000	-
Aquisição de ações próprias	(14.192)	(173.060)	(14.789)
Transação de capital	(29.394)	-	-
Aumento/(redução) da participação dos acionistas não controladores	(1.499)	42.483	(448.060)
Juros pagos	(5.261.001)	(2.342.856)	(1.611.252)
Juros pagos sobre o capital próprio e dividendos	(3.839.385)	(3.568.337)	(2.914.982)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento	**3.850.139**	**20.965.444**	**4.555.029**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**10.665.285**	**587.515**	**(53.093.541)**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	36.853.126	36.265.611	89.359.152
No encerramento do exercício	47.518.411	36.853.126	36.265.611
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**10.665.285**	**587.515**	**(53.093.541)**
Transações não de caixa			
Operações de crédito transferidas para ativos não correntes	836.930	758.757	988.702
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados, ainda não pagos	2.396.306	2.519.378	2.029.222
Ganhos/perdas não realizados em títulos disponíveis para venda	4.617.960	468.447	(390.638)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

1) Informações gerais

O Banco Bradesco S.A. (o "Bradesco", o "Banco", a "Companhia" ou a "Organização") é uma companhia aberta constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil.

O Bradesco é um banco múltiplo, presente em todos os municípios brasileiros, constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos: financeiro e seguros. O segmento financeiro inclui diversas áreas do setor bancário, atendendo a clientes pessoas físicas e jurídicas, atuando como banco de investimentos em operações bancárias nacionais e internacionais, administração de fundos de investimento e administração de consórcio. O segmento de seguros contempla os seguros de automóveis, saúde, vida, acidentes, propriedades, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

Os produtos bancários de varejo incluem depósitos à vista, em poupança, a prazo, fundos mútuos, serviço de câmbio e diversas operações de crédito, inclusive cheque especial, cartões de crédito e concessão de crédito com pagamento parcelado. Os serviços prestados a pessoas jurídicas incluem a administração de recursos e serviços de tesouraria, operações de câmbio, *corporate finance* e serviços de banco de investimento, operações de *hedge* e operações de financiamento, inclusive financiamento de capital de giro, arrendamento mercantil e concessão de crédito com pagamento parcelado. Esses serviços são realizados, principalmente, nos mercados locais, mas também incluem, em menor escala, serviços internacionais.

O Bradesco foi originalmente registrado na Bolsa de Valores de São Paulo ("BM&FBovespa") passando também, posteriormente, a ser registrado na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE").

As demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2013.

2) Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas da Organização foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis consolidadas incluem o balanço patrimonial consolidado, a demonstração consolidada do resultado, a demonstração consolidada do resultado abrangente, a demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as notas explicativas.

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais no balanço patrimonial: ativos financeiros disponíveis para venda avaliados ao valor justo, ativos e passivos mantidos para negociação mensurados ao valor justo, e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, que são mensurados ao valor justo e, o passivo das obrigações por benefício definido é reconhecido pelo valor presente da obrigação do benefício definido menos o total líquido dos ativos do plano, mais os ganhos atuariais não reconhecidos, menos o custo dos serviços passados não reconhecido e menos as perdas atuariais não reconhecidas.

A Organização classifica suas despesas pelo critério de natureza.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa apresenta as alterações no caixa e equivalentes de caixa ocorridas no exercício, oriundas das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. Caixa e equivalentes de caixa incluem investimentos de alta liquidez. A Nota 19 apresenta a classificação dos itens de caixa e equivalentes de caixa nas contas do balanço patrimonial consolidado. A demonstração consolidada dos fluxos de caixa foi elaborada utilizando o método indireto. Portanto, o saldo de lucro antes dos impostos e da parcela de participação dos acionistas não controladores foi ajustado por transações que não afetam o caixa, tais como, provisões, depreciações, amortizações e perdas por valor não recuperável de empréstimos e adiantamentos. Os juros recebidos e pagos são classificados como fluxos de caixa de atividades operacionais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. As demonstrações contábeis consolidadas incluem várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado à adequação da provisão para perdas por valor não recuperável de empréstimos e adiantamentos, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, perdas por valor não recuperável dos ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, premissas para o cálculo das provisões técnicas de seguros, planos de previdência complementar e capitalização, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 4.

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas em todos os períodos apresentados e por todas as empresas da Organização.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis do Bradesco e de suas controladas diretas e indiretas, incluindo aquelas de controle compartilhado, bem como os fundos de investimento exclusivos e as sociedades de propósito específico.

Destacamos as principais empresas controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

	Ramo de atividade	Participação no capital (%)	
		31 de dezembro	
		2012	2011
Alvorada Cartões, Crédito Financiamento e Investimento S.A.	Bancária	100,00	100,00
Banco Alvorada S.A.	Bancária	99,95	99,95
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	Bancária	100,00	100,00
Banco Bankpar S.A.	Bancária	100,00	100,00
Banco Boavista Interatlântico S.A.	Bancária	100,00	100,00
Banco Bradesco Argentina S.A.	Bancária	99,99	99,99
Banco BERJ S.A.(1)	Bancária	100,00	96,23
Banco Bradescard S.A. (2)	Cartões	100,00	100,00
Banco Bradesco BBI S.A.	Banco de Investimentos	98,35	98,35
Banco Bradesco Cartões S.A.	Cartões	100,00	100,00
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	Adm.de Consórcios	100,00	100,00
Bradseg Participações S.A.	*Holding*	100,00	100,00
Bradesco Auto/RE Cia. de Seguros	Seguradora	100,00	100,00
Bradesco Capitalização S.A.	Capitalização	100,00	100,00
Odontoprev S.A.(3)	Saúde Dental	43,50	43,50
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	100,00	100,00
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	100,00	100,00
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	Corretora	100,00	100,00
Bradesco Saúde S.A.	Seguradora/Saúde	100,00	100,00
Bradesco Seguros S.A.	Seguradora	100,00	100,00
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Previdência/Seguradora	100,00	100,00
Bradesplan Participações Ltda.	*Holding*	100,00	100,00
BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Adm.de Ativos	100,00	100,00
Tempo Serviços Ltda.	Prestação de Serviços	100,00	100,00
União Participações Ltda.	*Holding*	100,00	100,00

(1) Aumento de participação por aquisição de ações, ocorrida em maio e junho de 2012;
(2) Atual denominação do Banco Ibi S.A.; e
(3) Empresa consolidada em decorrência do controle por meio de acordo de acionistas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

i. **Controladas**

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais a Organização exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Organização possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios de suas atividades, mesmo que a porcentagem que detém sobre o seu capital próprio seja inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Organização controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Organização e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

O resultado das controladas adquiridas ou alienadas durante os exercícios é incluído nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

Para aquisições que se enquadrem na definição de negócio, é aplicado o método do custo de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo da contraprestação, incluindo os ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca. Ativos identificáveis adquiridos e obrigações e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente ao valor justo na data da aquisição, independentemente da extensão de qualquer participação de não controlador. A contraprestação transferida que exceder ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos identificáveis e a participação dos acionistas não controladores adquiridos são registradas como ágio. Qualquer ágio resultante da combinação de negócio é testado para determinar se há alguma indicação de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de redução desse valor, sendo baixado caso necessário. Se o custo da aquisição for inferior ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado consolidado.

Para aquisições que não se enquadrem na definição de negócio, a Organização aloca o custo entre os ativos e passivos individuais identificáveis. O custo dos ativos e passivos adquiridos é determinado (a) pela contabilização de ativos e passivos financeiros ao seu valor justo na data da aquisição, e (b) pela alocação do saldo remanescente do custo de compra dos ativos e passivos para os ativos e passivos individuais, que não sejam instrumentos financeiros, com base no valor justo na data da aquisição.

ii. **Coligadas**

São classificadas como coligadas todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto.

Os investimentos em coligadas são registrados nas demonstrações contábeis consolidadas da Organização pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo. As participações em coligadas incluem o ágio (líquido de qualquer perda por valor não recuperável) identificado na aquisição.

iii. **Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*)**

A Organização participa de acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica, sujeita ao controle conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre uma atividade econômica

e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle (os empreendedores). Os investimentos em empreendimento controlado em conjunto são registrados nas demonstrações contábeis consolidadas da Organização pelo método de consolidação proporcional.

Para informações financeiras sumarizadas dos empreendimentos controlados em conjunto, veja Nota 28.

iv. **Entidades de propósito específico**

Mesmo que não haja relação entre os acionistas, as entidades de propósito específico (SPE) são consolidadas de acordo com a SIC-12 (Consolidação de Entidades de Propósito Específico), caso a Organização as controle sob uma perspectiva econômica.

Ao avaliar se a Organização controla ou não uma SPE, além dos critérios da IAS 27, a Organização considera uma série de fatores, entre os quais:

(a) Se as atividades da SPE são conduzidas em nome da Organização de acordo com suas necessidades comerciais específicas, de modo que a Organização beneficie-se das operações da SPE; ou

(b) Se a Organização tem o poder de tomar a decisão de obter a maioria dos benefícios das atividades da SPE ou se a Organização delegou esse poder de decisão ao acionar um mecanismo de “piloto automático”; ou

(c) Se a Organização possui os direitos para obter a maioria dos benefícios das atividades da SPE e, portanto, pode estar exposta a riscos incorridos pelas atividades da SPE; ou

(d) Se a Organização retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relacionados à SPE ou a seus ativos de modo a beneficiar-se de suas atividades.

Sempre que houver uma mudança na forma de relacionamento entre a Organização e a SPE, a Organização reavaliará se o critério de consolidação continuará sendo aplicado. Os indicadores da necessidade de reavaliar a consolidação são, em sua maioria, mudanças na estrutura acionária da SPE, em termos contratuais e na estrutura financeira.

v. **Transações e participações de não controladores**

A Organização contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado. Nas transações de compras de participação com acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no patrimônio líquido. Ganhos ou perdas na venda para acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações consolidadas de resultado na rubrica de mesmo nome.

vi. **Saldos e transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações entre empresas da Organização (exceto ganho e perda com variação cambial), incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as empresas, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiquem a existência de perda ao valor não recuperável, que deva ser reconhecida nas demonstrações contábeis consolidadas. Práticas contábeis consistentes, bem como métodos de avaliação similares para transações, eventos e circunstâncias similares, são utilizadas para todas as empresas da Organização para fins de consolidação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

b) Conversão de moeda estrangeira

i. **Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada empresa da Organização são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual cada empresa atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda de apresentação da Organização. As subsidiárias locais e estrangeiras adotam o Real como suas moedas funcionais, exceto a subsidiária do México que adota o Peso Mexicano como moeda funcional.

ii. **Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira, que são transações expressas ou liquidadas em moeda estrangeira, são convertidas à moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento em vigor na data do balanço. Os ativos e passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado – "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira".

No caso de alterações no valor justo dos ativos monetários denominados em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, uma separação é efetuada entre as variações cambiais relacionadas ao custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título, exceto perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido.

iii. **Empresas controladas no exterior**

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial consolidado apresentado são convertidos pela taxa cambial de fechamento na data de divulgação;

- As receitas e despesas para cada demonstração consolidada de resultado são convertidas em reais pelas taxas médias cambiais (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor na data da transação, caso em que as receitas e despesas são convertidas nas datas das operações); e

- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

As diferenças de câmbio decorrentes desse processo são alocadas no patrimônio líquido como "ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior".

Na consolidação, as diferenças de câmbio originadas na conversão do investimento líquido em empresas no exterior são classificadas em "Outros resultados abrangentes". Entretanto, se a controlada não for uma subsidiária integral, a parte proporcional de diferença de

conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio líquido são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, depósitos bancários, reserva bancária junto ao Banco Central do Brasil sem restrições e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Estes instrumentos são utilizados pela Organização para gerenciar os seus compromissos de curto prazo. Veja Nota 19 (b) – Caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos pelo custo amortizado no balanço patrimonial.

d) Operações compromissadas

Ativos financeiros vendidos com compromisso de recompra são classificados nas demonstrações contábeis como “Ativos cedidos em garantia”, quando o adquirente tem o direito de revenda ou repasse desse ativo. O passivo desta transação é registrado como “Recursos de instituições financeiras – Captações no mercado aberto”. Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros na demonstração consolidada do resultado é reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

e) Ativos e passivos financeiros

i. **Ativos financeiros**

A Organização classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes ativos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado; e ativos financeiros para negociação (quando do reconhecimento inicial).

- ***Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado***

A Organização não possui nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

- ***Ativos financeiros para negociação***

Os ativos financeiros para negociação são ativos mantidos pela Organização com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados

diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo são reconhecidos diretamente no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos e passivos financeiros para negociação". As receitas e despesas de juros e variação cambial de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas em "Resultado líquido de juros".

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez ou que não são classificados em mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis ou a valor justo por meio do resultado.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido, em resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada em outros resultados abrangentes é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração consolidada do resultado quando a Organização passa a ter direito ao dividendo. As variações cambiais ativas ou passivas em investimentos de títulos de dívida classificadas como disponíveis para venda são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, exceto quando forem oriundas de controladas no exterior, que possuam moeda funcional diferente da moeda da Organização.

- **Investimentos mantidos até o vencimento**

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo, que a Organização tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda e que não atendem a definição de empréstimos e recebíveis.

São reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os investimentos mantidos até o vencimento estão incluídos na demonstração consolidada do resultado como "Receita de juros e similares". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é reconhecida como uma dedução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

- **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e que a Organização não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

São mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação e, subsequentemente, avaliados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos no balanço patrimonial como empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ou a clientes. Os juros sobre empréstimos são incluídos no resultado como "Receita de juros e similares". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos, e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

ii. **Passivos financeiros**

A Organização classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e a custo amortizado.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros para negociação.

- ***Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado***

A Organização não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

- ***Passivos financeiros para negociação***

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Organização correspondem aos instrumentos financeiros derivativos, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge*.

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo no balanço e, seus custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças realizadas e não realizadas no valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos e passivos financeiros para negociação". As despesas de juros e variação cambial destes passivos são reconhecidos em "Resultado líquido de juros".

- **Passivos financeiros a custo amortizado**

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Eles são, inicialmente, registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições financeiras e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

iii. **Instrumentos financeiros derivativos e operações de "*hedge*"**

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados aos seus valores justos com as variações sendo reconhecidas na demonstração do resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação". Na determinação do valor justo, são considerados os riscos de crédito da contraparte.

Os valores justos são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos (por exemplo, opções negociadas em bolsa), incluindo transações recentes no mercado e técnicas de avaliação (*valuation* por exemplo, *swaps* e transações em moeda), modelos de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções, conforme apropriado.

A Organização não pratica operações de *hedge accounting (hedge* contábil).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados, quando suas características econômicas e riscos não forem fortemente relacionados com aqueles do contrato principal e o contrato não for contabilizado pelo valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente pelos valores justos, com as alterações nos valores justos sendo incluídas na demonstração consolidada do resultado.

iv. **Reconhecimento**

Inicialmente, a Organização reconhece os empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, na qual a Organização venha a ser parte, conforme as disposições contratuais do instrumento.

v. **Baixa**

É realizada a baixa do ativo financeiro quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Organização efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas.

vi. **Compensação de instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são confrontados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, a Organização possui a intenção e o direito legal de compensar os valores e liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

vii. **Determinação do valor justo**

A determinação dos valores justos da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem técnicas de valor presente líquido, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação. A Organização utiliza modelos de avaliação conhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, que consideram dados observáveis no mercado.

Para instrumentos mais complexos, a Organização utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

viii. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

(a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data de balanço, a Organização avalia se há evidências objetivas de que o valor contábil dos ativos financeiros estejam com perda de seu valor recuperável. Os ativos financeiros com perda de seu valor recuperável e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupo de ativos financeiros, que podem ser estimados de modo confiável.

Os critérios que a Organização utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada nos ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

  (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo; e

  (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com a inadimplência sobre os ativos.

A Organização considera evidências de perda por redução ao valor recuperável tanto para ativos individualmente significativos quanto para ativos em nível coletivo. Todos os ativos financeiros significativos são avaliados para se detectar perdas específicas.

Todos os ativos significativos, que a avaliação indique não serem especificamente deteriorados, são avaliados coletivamente para detectar qualquer perda por redução ao valor recuperável incorrido, porém ainda não identificado. Os ativos financeiros, contabilizados pelo custo amortizado, que não são individualmente significativos, são avaliados coletivamente para detectar perda por redução ao valor recuperável, agrupando-os conforme características de risco similares. Os ativos financeiros, que são individualmente avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável e que seja reconhecida uma perda, não são incluídos na avaliação coletiva de perda por redução ao valor recuperável.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros em vigor. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro garantido reflete os fluxos de caixa, que podem resultar da execução do ativo, deduzido dos custos de obtenção e venda da garantia.

Para efeitos de uma avaliação coletiva da perda por redução ao valor recuperável, os ativos financeiros são agrupados com base em características semelhantes de risco de

crédito (isto é, com base no processo, a Organização classifica o tipo de ativo, segmentos de atuação, localização geográfica, tipo de garantia, vencimento e outros fatores relacionados). Essas características são relevantes para a estimativa dos fluxos de caixa futuros para grupos de tais ativos, por serem indicativos da capacidade do devedor de pagar todas as quantias devidas, de acordo com os termos contratuais dos ativos a serem avaliados.

Os fluxos de caixa futuros em um grupo de ativos financeiros, testados conjuntamente para determinar se há alguma redução ao valor recuperável, são estimados com base nos fluxos de caixa contratados de um grupo de ativos e no histórico de perdas para os ativos com características de risco de crédito similares as do grupo de ativos. O histórico de perdas é ajustado de acordo com dados atuais observáveis para refletir os efeitos das condições atuais, que não afetaram o período no qual o histórico de perda se baseia e para desconsiderar os efeitos das condições existentes no período histórico e que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

Após a redução ao valor recuperável, a receita financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, a fim de mensurar a perda por redução ao valor recuperável.

Quando não for possível receber um crédito, este é baixado contra a respectiva provisão para perda por redução ao valor recuperável de créditos. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado.

(b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Organização avalia, ao final de cada período de apresentação de relatórios, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está se deteriorando. Para os instrumentos de dívida, a Organização utiliza os critérios supra mencionados no item (a). Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda por redução ao valor recuperável é revertida da demonstração do resultado.

No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que foram incorridos, nos ativos uma perda de seu valor recuperável. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente - é baixada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. Perdas por redução ao valor recuperável de instrumentos de capital reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Aumento no valor justo dos instrumentos de capital, após a redução ao valor recuperável, é reconhecido diretamente no patrimônio líquido – outros resultados abrangentes.

f) Ativos não correntes mantidos para venda

Em alguns casos, uma propriedade é reintegrada após a execução dos créditos inadimplentes. Propriedades reintegradas são mensuradas pelo valor contábil ou pelo seu valor justo – o que for menor – deduzidos os custos de venda, e o montante é registrado em “Ativos não correntes mantidos para venda”.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

g) Operações de resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais encontram-se registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.

Conforme determinado pelo órgão regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de uma redução ao valor recuperável são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

h) Custos de aquisição diferidos

Compõem os custos de aquisição diferidos, os montantes referentes a comissões, agenciamentos e angariações relativos à comercialização de apólices de seguros sendo a apropriação ao resultado das despesas com comissão realizadas pelo período de vigência das respectivas apólices e contratos de previdência, e as despesas com agenciamentos e angariações realizadas no período de doze meses.

i) Imobilizado de uso

i. Reconhecimento e avaliação

Os imobilizados de uso são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

O custo de ativos gerados internamente inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, bem como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à sua funcionalidade. *Software* adquirido, que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado, é registrado como parte do equipamento.

Quando as partes de um item possuem diferentes vidas úteis, e for praticável seu controle em separado, estas são contabilizadas como itens separados (principais componentes) do imobilizado de uso.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

Ganhos e perdas com a venda de imobilizado de uso são registrados (pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) na demonstração do resultado, na rubrica “Outras receitas/(despesas) operacionais”.

ii. Custos subsequentes

O custo de reparo ou manutenção de um item do imobilizado de uso é reconhecido no valor do bem, quando for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados ao bem fluam para a Organização, por mais de um ano, e o seu custo puder ser mensurado de maneira confiável. O valor contábil dos itens substituídos não é reconhecido. Demais custos de reparos e manutenção do imobilizado de uso são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

iii. **Depreciação**

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o de arrendamento e sua vida útil. Terrenos não são depreciados. Vida útil e valores residuais são reavaliados a cada data do balanço e ajustados, quando aplicáveis.

j) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. São decorrentes de combinações de negócios, licenças de *software* e outros ativos intangíveis. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

No geral, os ativos intangíveis identificados da Organização possuem vida útil definida. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

i. **Ágio *(Goodwill)***

O ágio (ou ganho por compra vantajosa) é originado no processo de aquisição de controladas e *joint ventures*.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Organização, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada ou *joint venture* na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em “Ativos Intangíveis” e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. Veja Nota 2(a)(ii). Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Organização sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) ou grupos de UGCs para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando o valor recuperável da UGC com o valor contábil de seus ativos líquidos, contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem a consideração do valor contábil do ágio em relação à entidade vendida.

ii. ***Software***

Software adquirido pela Organização é registrado ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando a Organização consegue demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento,

e utilizar o *software* de modo a gerar benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *software* desenvolvido internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil. Os *softwares* desenvolvidos internamente são registrados pelo seu custo capitalizado, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Gastos subsequentes com *software* são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada de um *software* varia de dois a cinco anos. A vida útil e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados, quando aplicável.

iii. **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis referem-se, basicamente, à carteira de clientes e aquisição de direito de prestação de serviços bancários. São registrados ao custo menos amortização e as perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e amortizados em um período no qual o ativo deverá contribuir direta ou indiretamente para o fluxo de caixa futuro.

Esses ativos intangíveis são revisados anualmente, ou sempre que ocorrer eventos ou mudanças em circunstâncias que possam indicar ao irrecuperabilidade do valor contábil dos ativos, sendo que nesse caso sua baixa é reconhecida imediatamente no resultado.

k) Arrendamento mercantil

A Organização possui arrendamento mercantil financeiro e operacional, participando tanto como arrendador quanto como arrendatário.

Os arrendamentos, nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. No caso dos arrendamentos em que a parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendatário, os arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros.

Os arrendamentos, cuja Organização assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Como arrendatário, a Organização classifica seus arrendamentos, substancialmente, como arrendamentos operacionais, sendo que os pagamentos mensais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento pelo prazo de vigência do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é encerrado antes do vencimento contratual, qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período.

Como arrendador, a Organização possui, substancialmente, contratos de *leasing* financeiro.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os pagamentos contingentes são contabilizados, por meio de revisão dos pagamentos mínimos de arrendamento sobre o prazo remanescente da operação quando o ajuste do arrendamento for confirmado.

i. ***Concessão de arrendamento mercantil financeiro***

O reconhecimento inicial dos ativos mantidos em um arrendamento financeiro no balanço patrimonial é realizado na conta de "empréstimos e adiantamentos a clientes" a um valor equivalente ao investimento líquido do arrendamento.

Os custos diretos iniciais são geralmente incorridos pela Organização e incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais incluem valores de comissões, honorários legais e custos internos. Os custos incorridos com relação à negociação, estruturação e vendas de arrendamentos mercantis são excluídos da definição de custos diretos iniciais e, desta forma, são reconhecidos como despesa quando do reconhecimento do lucro na venda do arrendamento, no início do prazo do arrendamento.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido feito pela Organização.

Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados no mínimo anualmente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada periodicamente e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida no resultado imediatamente.

ii. ***Concessão de arrendamento mercantil operacional***

Os ativos mantidos em um arrendamento operacional no balanço patrimonial, quando a Organização atua como arrendador, são contabilizados nas contas do ativo, de acordo com a natureza do bem arrendado.

Os custos diretos iniciais incorridos pela Organização são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como despesa, pelo prazo do arrendamento e na mesma base do reconhecimento da receita.

A receita do arrendamento é reconhecida pelo método linear, pelo prazo do arrendamento, mesmo que os recebimentos não estejam na mesma base. Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na realização da receita, são reconhecidos como despesa.

A política de depreciação para ativos arrendados depreciáveis é consistente com a política de depreciação utilizada pela Organização para ativos similares.

l) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*), exceto imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos, que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente, na mesma data, para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos, que estão sujeitos à amortização, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados

individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno. O montante de ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado a UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

O valor recuperável do ativo é o maior valor entre o valor justo dos ativos menos o custo de venda e o valor em uso. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UCG para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação ao ágio não pode ser revertida. No tocante a outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de balanço para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

m) Depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados

Os depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados são as principais fontes de captação utilizadas pela Organização para financiamento de suas operações.

São inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e, subsequentemente, mensurados por seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

n) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Organização tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de benefícios econômicos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Passivos contingentes são divulgados, caso exista uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou caso exista uma obrigação presente resultante de um evento passado.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável,

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

são apenas divulgados nas demonstrações contábeis, quando relevantes.

o) Classificação dos contratos de seguro e de investimento

Um contrato de seguro é aquele em que a Organização aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro incerto, específico e adverso ao segurado. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguros significativo. Os contratos classificados como contratos de investimento são produtos relacionados aos títulos de capitalização uma vez que estes não transferem risco de seguro significativo e são contabilizados como instrumentos financeiros, de acordo com a IAS 39.

p) Provisões técnicas de seguros e previdência

i. **Seguros de danos**

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada "*pro rata*" dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros e contemplando as operações de transferência em resseguro e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão, correspondente à estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais existentes na data do balanço e os custos relacionados, tais como despesas com regulação de sinistros, honorários de sucumbência, entre outros.

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraído do saldo da PSL na data base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 14 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão de IBNR relativa a operações de retrocessão foi constituída com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A.

A provisão de insuficiência de prêmios (PIP) deve ser constituída caso constatado déficit na PPNG referente aos riscos em curso para fazer face às indenizações a ocorrer e despesas relacionadas futuras. Para a data base não foi identificada a necessidade de constituição.

Outras provisões correspondem às operações de garantia estendida ainda em prazo de garantia do fabricante e à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT.

ii. **Seguros de pessoas, exceto vida individual**

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada "*pro rata*" dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros e contemplando as operações de transferência em resseguro, sendo constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE).

A provisão de insuficiência de prêmios (PIP) é constituída para fazer face às diferenças resultantes entre o valor presente esperado de indenizações e despesas relacionadas futuras e o valor presente esperado dos prêmios futuros. A provisão é calculada atuarialmente e leva em consideração a tábua biométrica AT-2000 *Male* para homens e AT-2000 *Female* para mulheres, *improvement* de 1,5% ao ano, taxas decrementais específicas para as demais coberturas de risco descontada a taxa real de juros de 3,5% ao ano (4% até agosto de 2012).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas.

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PROVR) abrange os valores referentes aos resgates a regularizar e às devoluções de prêmios ainda não transferidas para entidade receptora.

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraído do saldo da PSL na data base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 14 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e os custos relacionados, tais como despesas com regulação de sinistros, honorários de sucumbência, entre outros. A provisão é atualizada monetariamente e inclui todos os sinistros em discussão judicial conhecidos.

iii. **Seguros de vida individual, excluindo os seguros de contribuição variável com cobertura de sobrevivência (VGBL)**

A provisão de riscos não expirados (PRNE) é calculada "*pro rata*" dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, porém, contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE).

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações.

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PROVR) abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para entidade receptora.

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraído do saldo da PSL na data base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 14 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão de benefícios a regularizar (PBR) considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e os custos relacionados, tais como despesas com regulação de sinistros, honorários de sucumbência, entre outros. A provisão é atualizada monetariamente e inclui todos os sinistros em discussão judicial conhecidos.

iv. **Saúde**

Para o segmento de saúde, a provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados.

Para a carteira de planos de saúde individuais, no que se refere à cobertura de remissão por cinco anos para os dependentes do titular em caso de falecimento deste, constitui-se a provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC), cuja metodologia de cálculo leva em consideração, além da taxa de desconto de 5,5% utilizada até agosto de 2012 e após essa data de 4% ao ano, a expectativa de permanência dos titulares no plano até a sua saída do

grupo por falecimento, e a partir deste momento, os custos relacionados a permanência dos dependentes no plano por cinco anos sem o correspondente pagamento de prêmios.

A provisão de benefícios concedidos (PMBC), da carteira de planos de saúde individuais, é constituída pelas obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde, tomando-se como base o valor presente das despesas futuras estimadas com os custos de assistência saúde dos dependentes dos titulares já falecidos.

As outras provisões são constituídas, para a carteira de saúde individual, para fazer face às diferenças resultantes entre o valor presente esperado de indenizações e despesas relacionadas futuras e o valor presente esperado dos prêmios futuros considerando uma taxa de desconto de 5,5% até agosto de 2012 e após essa data a taxa de 4% ao ano.

v. **Operações com o seguro DPVAT**

As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

vi. **Previdência complementar aberta e seguros de vida de contribuição variável com cobertura de sobrevivência (VGBL)**

A provisão de riscos não expirados (PRNE) é calculada "*pro rata*" dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, porém, contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE).

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) refere-se aos participantes cujos benefícios ainda não iniciaram. Nos planos de previdência, conhecidos como "tradicionais" com característica de benefício definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas, tais como mortalidade e taxa de juros, que são estabelecidas em nota técnica atuarial de cada produto.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder vinculadas a seguros de vida e planos de previdência da modalidade "gerador de benefícios livres" (VGBL e PGBL) representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs).

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PROVR) abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para entidade receptora.

A provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC) refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras referentes aos pagamentos de benefícios continuados. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas, tais como mortalidade e taxa de juros, que são estabelecidas em nota técnica atuarial de cada produto.

A provisão de insuficiência de contribuição (PIC) é constituída para fazer face à eventual oscilação desfavorável nos riscos técnicos assumidos na provisão matemática de benefícios a conceder e na provisão matemática de benefícios concedidos, considerando tendência de maior sobrevida dos participantes. Nos planos com risco de sobrevivência, a provisão é calculada atuarialmente e leva em consideração a tábua biométrica AT-2000 *Male* (suavizada)

para homens e AT-2000 *Female* (suavizada) para mulheres, *improvement* (agravamento) de 1,5% ao ano e taxa real de juros de 3,5% ao ano a partir de agosto de 2012 (4% até julho de 2012). Nos planos com risco de sobrevivência de inválidos, a provisão leva em consideração a tábua biométrica AT-49 *Male* e taxa real de juros de 3,5% ao ano a partir de agosto de 2012 (4% até julho de 2012). *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua de sobrevivência automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura.

A provisão de despesas administrativas (PDA) é constituída para cobrir as despesas administrativas futuras dos planos de benefício definido, de contribuição definida e de contribuição variável. As premissas de cálculo são as mesmas consideradas no cálculo da PIC, com a inclusão da despesa com pagamento de benefícios.

A provisão de excedente financeiro (PEF) corresponde à parte do rendimento financeiro obtido com a aplicação das provisões, que excede a rentabilidade mínima dos planos de previdência com cláusula de participação de excedente financeiro.

A provisão de excedente técnico (PET) corresponde à diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período para os planos de previdência com cláusula de participação em excedente técnico.

A provisão de benefícios a regularizar (PBR) considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e os custos relacionados, tais como despesas com regulação de sinistros, honorários de sucumbência, entre outros. A provisão é atualizada monetariamente e inclui todos os sinistros em discussão judicial conhecidos.

vii. **Teste de adequação de passivo (*Liability Adequacy Test - "LAT")***

A Organização efetuou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro, segundo a IFRS 4, e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera como valor líquido contábil (*net carrying amount*) os passivos de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido dos custos de aquisição diferidos (CAD) e os ativos intangíveis relacionados.

Para esse teste, a Organização utilizou metodologia atuarial que considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros e que também inclui as despesas de liquidação de sinistros a partir de premissas atuariais na data de execução do teste. Neste teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

As premissas de sinistralidade, despesas administrativas e operacionais, despesas de comercialização, cancelamento, contribuições futuras, resgates e conversão em renda adotadas no teste têm como base as observações históricas. Já as premissas de mortalidade e de sobrevivência seguem as tábuas biométricas construídas, especificamente, com a experiência do mercado segurador brasileiro, BR-EMS, sendo considerada ainda uma premissa de melhoria contínua da expectativa de vida, conhecida tecnicamente como *improvement*, de acordo com a Escala G da Sociedade de Atuários - SOA.

Foram utilizadas as taxas de desconto utilizadas para se trazer os fluxos projetados a valor presente são as taxas a termo, livres de risco correspondentes à garantia oferecida em cada produto.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Organização deve registrar a insuficiência como uma despesa no resultado do exercício e constituir provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base do teste.

O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência em relação às provisões técnicas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

q) Garantias financeiras

Garantias financeiras são contratos que requerem a Organização a fazer pagamentos específicos perante o detentor da garantia financeira por uma perda que ele incorreu quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações contábeis ao valor justo na data em que a garantia foi dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades da Organização sobre tais garantias são mensuradas pelo maior valor entre o montante inicial, deduzida a amortização acumulada, e a melhor estimativa do montante necessário para liquidar a garantia caso a Administração considere tal desembolso como provável. Estas estimativas são determinadas com base na experiência de transações semelhantes e histórico de perdas passadas, complementadas pelo julgamento da Administração. A receita de taxa de serviço financeiro é reconhecida de modo linear ao longo da garantia. Qualquer aumento do passivo referente às garantias é reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais".

r) Benefícios aos empregados

i. Planos de contribuição definida

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade "Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL)". O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante, mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente.

O PGBL é administrado pela controlada Bradesco Vida e Previdência S.A.

As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário, exceto para os participantes que em 2001 optaram em migrar do plano de benefício definido para o PGBL, cujas contribuições foram mantidas nos níveis que vigoravam no plano de benefício definido quando da transferência de plano, observando-se sempre o mínimo de 4% do salário.

As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Organização, na qualidade de empregadora, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

Além do PGBL anteriormente apresentado, está assegurado aos participantes transferidos do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido até a data de migração. Para os participantes do plano de benefício definido, transferidos ou não para o PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais está aplicado nos FIEs.

ii. Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Organização, em relação a planos de benefício definido, é referente exclusivamente a planos de instituições adquiridas, e é separadamente calculada para cada plano, estimando-se o benefício futuro que os empregados conquistaram por meio de seu trabalho no período corrente e em anteriores. Tal benefício é descontado para determinar seu valor presente e são deduzidos quaisquer custos de serviço passado não reconhecido e valor justo de quaisquer ativos de plano. A taxa de desconto é a taxa na data de balanço para os títulos com risco de crédito denominados "AA", cujos vencimentos se aproximam do prazo das obrigações do grupo. O cálculo é executado por um atuário, utilizando o método da unidade de crédito projetada.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Para determinar o valor líquido no balanço patrimonial, os ganhos e perdas atuariais, que não foram reconhecidos por consequência da aplicação do "corredor" descrita a seguir, são adicionados ou deduzidos, quando apropriado, e os custos dos serviços passados não reconhecidos são deduzidos.

A Organização reconhece uma parcela dos ganhos e perdas atuariais oriundos do cálculo da obrigação em relação a um plano no resultado durante o tempo estimado remanescente de trabalho dos empregados participantes do plano. Na medida em que qualquer ganho ou perda atuarial não reconhecido e acumulado exceda a 10% do maior valor entre o valor presente da obrigação dos benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano. O valor é reconhecido na demonstração de resultado ao longo do tempo estimado de serviço remanescente dos empregados participantes. Caso contrário, o ganho ou perda atuarial não é reconhecido.

Quando os benefícios de um plano são agravados, a parcela do aumento do benefício relacionado ao serviço passado do empregado é reconhecida no resultado pelo método linear durante o período médio até que os benefícios se tornem efetivos. Na medida em que os benefícios são adquiridos, a despesa é reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

iii. **Benefícios rescisórios**

Os benefícios rescisórios são exigíveis quando o vinculo de emprego do funcionário é rescindido pela Organização antes da data normal da aposentadoria, ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

Os benefícios que vencem em mais de doze meses após a data do balanço são descontados a valor presente.

iv. **Benefícios de curto prazo**

Benefícios como salários, contribuições para a seguridade social, licenças anuais remuneradas e licenças médicas remuneradas, participação nos lucros e bônus (quando pagáveis dentro de doze meses da data do balanço) e benefícios não monetários, tais como assistência médica, são registrados como despesa na demonstração do resultado, sem desconto ao valor presente, se a Organização tiver a obrigação legal ou construtiva de efetuar o pagamento como resultado de serviço passado realizado/efetuado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

s) Planos de capitalização

Os títulos de capitalização têm seus passivos financeiros e suas receitas calculadas no momento do recebimento dos recursos. Os títulos são emitidos de acordo com os tipos de pagamentos, mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, cujo valor do depósito é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial – TR + 0,5% de juros ao mês e que forma a provisão matemática para resgates.

Ainda, os beneficiários dos títulos podem, através de sorteio, receber um prêmio de sorteio. Ao final do período pré-determinado, quando da emissão do título, o beneficiário pode resgatar o valor nominal caso o mesmo não tenha sido beneficiado pelo sorteio. Estes produtos são regulamentados pelo órgão regulador de seguros no Brasil, porém não atendem à definição de contrato de seguro, segundo a IFRS 4 e, portanto, são classificados como um passivo financeiro, segundo a IAS 39.

A provisão matemática para resgates é calculada para cada título ativo ou suspenso, durante o prazo previsto nas condições gerais do título.

A provisão matemática para resgates é calculada pelos valores dos títulos vencidos e, também, pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes. As provisões são atualizadas monetariamente com base nos indexadores previstos em cada título.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As provisões para sorteios a realizar e a pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).

t) Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros estimados em caixa durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Banco estima fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não perdas de crédito futuras.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios, que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

u) Serviços e comissões

As receitas e despesas de serviços e comissões, que fazem parte e são diretamente alocáveis a taxa de juros efetiva de um ativo ou passivo financeiro, são incluídas na mensuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, incluindo taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimento, anuidade de cartões, tarifas de cobranças e consórcio, são reconhecidos à medida que os serviços relacionados são prestados. Quando não é esperado que o compromisso de um empréstimo resulte na queda do mesmo, as taxas relacionadas ao compromisso são reconhecidas, em uma base linear ao longo do prazo do compromisso. Outras despesas com taxas e comissões são relacionadas, principalmente, com transações e taxas de serviços que são reconhecidos quando recebidos.

v) Resultado de seguros

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros e cosseguros deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e resseguro e as comissões correspondentes, são apropriados ao resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguro, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e das despesas de comercialização diferidas (custos de aquisição diferidos).

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

As operações de resseguro mantidas com o IRB Brasil Resseguros S.A. são contabilizadas com base nos movimentos operacionais e financeiros enviados pelo IRB e as operações mantidas com outros resseguradores são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de maneira consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As rendas com taxa de gestão pagas pelos fundos de investimento especialmente constituídos são apropriadas ao resultado pelo regime de competência, segundo taxas estabelecidas contratualmente.

Comissões pagas aos corretores e outras despesas de venda de planos de previdência e seguros de vida são diferidos e depois amortizados em uma base linear durante o prazo da apólice. Outras despesas bem como inscrições relacionadas com a seguro saúde são diferidos e amortizados pelo método linear ao longo de doze meses.

Os prêmios de resseguros cedidos são diferidos de modo consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro.

w) Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 15% para instituições financeiras e equiparadas e 9% para subsidiárias não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Despesas com impostos compreendem os impostos correntes e diferidos. Impostos correntes e diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal também é reconhecido no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer passivo fiscal proveniente da declaração de dividendos.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação, que não seja combinação de negócios, e que não afete a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;

- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (*joint venture*) quando seja provável que elas não revertam no futuro previsível; e

- Imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou, substantivamente, decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Organização leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Organização acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Organização a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação ou sobre entidades fiscais diferentes, mas as mesmas pretendem liquidar os ativos e passivos de imposto corrente em bases líquidas ou seus ativos e passivos serão realizados simultaneamente.

Impostos adicionais decorrentes da distribuição de dividendos pelo Banco são reconhecidos ao mesmo tempo em que a obrigação de pagar os respectivos dividendos é reconhecida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

x) Apresentação de relatório por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a tomada de decisões pela Administração. A Organização opera, principalmente, nos segmentos bancário e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização realiza operações no setor bancário através das agências localizadas no país, das agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. Além disso, exerce atividades de seguros, previdência complementar e capitalização, através da subsidiária Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

y) Patrimônio líquido

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo por ação 10% (dez por cento) superior ao dividendo distribuído por ação aos detentores de ações ordinárias.

i. Custo de emissão de ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, reduzido de impostos, mitigando o valor de mensuração inicial das ações.

ii. Lucro por ação

A Organização apresenta dados de lucro por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Organização pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Organização e mantidas em tesouraria.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

iii. Dividendos a pagar

Dividendos sobre ações são reconhecidos no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Dividendos do exercício, que foram aprovados e declarados após a data-base das demonstrações contábeis, são divulgados na nota de eventos subsequentes.

iv. Transações de capital

Transações de capital são transações entre sócios, na qualidade de proprietários de um investimento. Essas transações alteram as participações societárias detidas pelo controlador em uma controlada. Desde que não haja perda de controle, a diferença entre o valor pago e o valor justo da transação é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

3) Gerenciamento de riscos

Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura da atividade de gerenciamento de riscos é composta por Comitês Estatutários e Comitês Executivos, que subsidiam o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões estratégicas.

A Organização dispõe de um Comitê Estatutário, denominado Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que tem por atribuição assessorar a Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos.

Subsidiando esse Comitê Estatutário, existem os Comitês Executivos de Gestão de Riscos de: a) Crédito, b) Mercado e Liquidez, c) Operacional, d) Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, e e) Implantação de Basileia II, existindo ainda os Comitês Executivos das áreas de negócios, que, dentre suas atribuições, sugerem os limites de exposição a seus respectivos riscos e elaboram planos de mitigação a serem submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e ao Conselho de Administração.

Destaca-se nesta estrutura, o Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR, cuja missão é promover e viabilizar o controle dos riscos e a alocação de capital das atividades da Organização, de maneira independente, consistente, transparente e integrada. Esta área também tem por atribuição atender as determinações do Banco Central do Brasil pertinentes às atividades de gerenciamento de riscos.

3.1. Risco de crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações contratuais sob os termos pactuados originalmente. Para propósitos de divulgação do gerenciamento de risco, a Organização considera e consolida todos os elementos de risco de crédito expostos, tais como a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preservando a integridade e a independência dos processos.

A Organização controla a exposição ao risco de crédito, que decorre, principalmente, de operações de crédito, de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. Há, também, o risco de crédito em obrigações financeiras relacionadas a compromissos de empréstimo ou prestação de garantias financeiras.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

A Organização exerce, continuamente, o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

magnitude, assim como a identificação dos seus gestores, mensuração e planos de mitigação.

Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual a Organização está exposta, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações, que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

A Organização mantém controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Organização. Normalmente, as garantias relacionadas a este tipo de operação são os depósitos de margem, que são realizados pela contraparte na própria Organização ou em outras instituições custodiantes, que também possuem seus riscos de contraparte devidamente avaliados.

Concessão de crédito

Sob a responsabilidade do Departamento de Crédito, o processo de concessão apoia-se na política de crédito da Organização, primando pela segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos de crédito. Todo este processo é permeado pela governança de gerenciamento de riscos da Organização e atende as determinações do Banco Central do Brasil.

Na constante busca por agilidade e rentabilidade nos negócios, a Organização utiliza metodologias direcionadas e adequadas em cada segmento em que atua, orientando a concessão de operações de crédito e a fixação de limites operacionais.

Na avaliação e classificação do risco total do cliente ou grupo econômico, são considerados aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais e comportamentais), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos.

Todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais existentes na Organização, contidas nas Normas e Procedimentos de Crédito. Nas agências, a delegação de poder para o deferimento depende do seu porte, da exposição total do cliente junto à Organização, das garantias oferecidas, do grau de restrição, bem como da sua classificação de risco de crédito (*score/rating*). As propostas de negócio com riscos acima destas alçadas são submetidas para análise técnica e parecer do Departamento de Crédito.

O Comitê Executivo de Crédito, por sua vez, tem por objetivo a tomada de decisões, dentro de sua alçada, sobre consultas de concessão de limites e operações propostas pelas áreas de negócios, previamente analisadas e com parecer do Departamento de Crédito. De acordo com o montante financeiro, as propostas de operações/limites, após parecer favorável deste Comitê, poderão ser submetidas ao Conselho de Administração para deliberação.

As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a análise, a concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando assim, os riscos inerentes às operações.

Para concessão de créditos massificados de varejo, a Organização possui sistemas exclusivos de *Credit* e *Behavior Scoring*, que proporcionam a padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas, que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando sempre ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Classificação de risco de crédito

A metodologia de avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de normas e procedimentos de crédito diferenciados em função das características e do porte do cliente. Com isto, oferece embasamento tanto para a precificação das operações, quanto para a definição de garantias a cada situação.

As classificações de risco para grupos econômicos (pessoas jurídicas) fundamentam-se em procedimentos estatísticos e julgamentais parametrizados, informações quantitativas e qualitativas. As classificações são efetuadas de modo corporativo e acompanhadas periodicamente, com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.

Para as pessoas físicas, as classificações de risco baseiam-se em variáveis cadastrais, tais como renda, patrimônio, restrições e endividamento, além do histórico de relacionamento com a Organização, valendo-se também de modelos estatísticos de avaliação de crédito.

A seguir demonstra-se a classificação de risco utilizada, baseada na capacidade dos clientes honrarem seus compromissos:

	***Rating* interno**	**Classificação da Organização**
1	AA1	Baixo risco
2	AA2	
3	AA3	
4	A1	
5	A2	
6	A3	
7	B1	
8	B2	
9	B3	
10	C1	
11	C2	
12	C3	
13	D	Médio risco
14	E	Maior risco
15	F	
16	G	
17	H	

Processo de gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa e centralizada. Todas as exposições a risco de crédito são analisadas, mensuradas, classificadas e acompanhadas de maneira independente pela área de risco de crédito.

Esta área participa do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas.

A área de risco de crédito atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação e na avaliação de riscos, quando da criação ou revisão de produtos e serviços.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Controle e acompanhamento

O risco de crédito da Organização tem seu controle e acompanhamento corporativo feito na área de risco de crédito do Departamento de Controle Integrado de Riscos.

O departamento coordena, na estrutura de governança de riscos, o Comitê Executivo de Gestão de Risco de Crédito, onde são discutidas e formalizadas as metodologias para mensuração do risco de crédito. Os temas de relevância debatidos neste comitê são reportados ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que está subordinado ao Conselho de Administração.

Além do Comitê, a área promove reuniões mensais, com os executivos e diretores de produtos e segmentos, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplências, perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos, recuperações de crédito, limites e concentrações de carteiras, dentre outros. Essas informações também são reportadas ao Comitê de Auditoria.

A área acompanha ainda todo e qualquer evento, interno ou externo, que possa trazer impacto significativo ao risco de crédito da Organização, tais como: fusões, falências, quebra de safra, além de monitorar os setores de atividade econômica, onde a empresa tem as exposições à riscos mais representativas.

Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, que são revisados ao menos uma vez por ano.

Comunicação interna

O risco de crédito é monitorado diariamente, visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos pela Organização. Relatórios gerenciais de controle de risco são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Administração, sendo compostos por relatórios diários, mensais e trimestrais.

Com o objetivo principal de sinalizar situações de risco, que possam impactar na liquidez dos créditos concedidos aos clientes, a área de controle de risco de crédito fornece diariamente informações por meio de um sistema corporativo às agências, segmentos de negócios e áreas de concessão de crédito e recuperação de crédito. Este sistema apresenta informações dinâmicas, da carteira de crédito e cadastrais, além de proporcionar a comparação entre as informações anteriores e as atuais, destacando pontos que deverão ser analisados de maneira mais profunda pelos gestores.

A Organização também dispõe de um sistema corporativo de indicadores de risco de crédito, onde são disponibilizadas para as áreas de concessão de crédito, recuperação de crédito, diretorias de segmento, gerências regionais e agências as informações de ativo por segmento, produto, região, classificação de risco, inadimplência, perda esperada e inesperada, dentre outras. Este sistema possibilita a visualização das informações, desde um nível macro até o nível mais detalhado, permitindo chegar à visão de uma operação de crédito específica.

A visualização e entrega das informações é feita através de *dashboards*, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, diretorias, gerências, regiões, produtos, colaboradores e clientes, e sob vários aspectos (ativo, inadimplência, provisão, *write-off*, graus de restrição, participação de garantias reais, qualidade da carteira por tipo de *rating*, entre outros).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Caixa e disponibilidades em bancos	59.992.777	93.777.577
Instrumentos financeiros derivativos	3.222.631	955.912
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	92.821.233	72.663.890
Empréstimos e adiantamentos a clientes	289.690.122	263.521.615
Outros ativos financeiros	294.502.309	237.166.083
Total dos itens registrados no balanço patrimonial	**740.229.072**	**668.085.077**
Total dos itens não registrados no balanço patrimonial (Nota 42)	**203.688.081**	**180.842.424**
Total da exposição	**943.917.153**	**848.927.501**

A exposição total relativa ao risco de crédito da Organização atingiu R$ 943.917.153 mil em 2012, apresentando um incremento de 11,2% em relação a 2011.

Desta exposição, R$ 59.992.777 mil, ou seja, 6,36% do total referem-se à caixa (recursos em espécie) e disponibilidades em bancos, compostos, principalmente, por recursos depositados no Banco Central do Brasil, classificados como baixo risco de crédito.

Quanto ao item “Outros ativos financeiros”, com valor total de R$ 294.502.309 mil (31,2% da exposição total), são compostos por ativos financeiros que apresentam risco de crédito relativamente baixo, por serem em sua maioria títulos de emissão do governo brasileiro e registrados ao seu valor de mercado.

Em 2012, os itens não registrados no balanço patrimonial consolidado (registrados em contas de compensação) resultaram em R$ 203.688.081 mil (2011 - R$ 180.842.424 mil), atingindo um patamar de 21,6% (2011 – 21,3%) da exposição total.

Nos quadros a seguir, apresentam-se o detalhamento das demais exposições sujeitas a risco de crédito, as quais totalizaram R$ 385.733.986 mil, correspondendo a 40,9% da exposição total, sendo compostas por instrumentos financeiros derivativos (R$ 3.222.631 mil), empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (R$ 92.821.233 mil) e a clientes (R$ 289.690.122 mil).

Instrumentos financeiros derivativos

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Negociados em bolsa de valores	209.098	4.249
Contrato de balcão	3.013.533	951.663
Total	**3.222.631**	**955.912**

Quanto aos instrumentos financeiros derivativos, observa-se que 93,5% do total referem-se, basicamente, a contratos de balcão. Deste montante, a maioria das contrapartes é classificada nos *ratings* internos da Organização como de baixo nível de risco de crédito. Desta forma, a exposição ao risco de crédito de instrumentos financeiros derivativos não é significativa.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

A carteira de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras classificada pelo *rating* interno da Organização apresenta-se como segue:

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Baixo risco	92.679.931	72.663.890
Médio risco	141.302	-
Maior risco	-	-
Total	**92.821.233**	**72.663.890**

Ratings conforme determinado pela Organização: Baixo risco: *Ratings* AA1 – C3; Médio risco: *Rating* D; e Maior Risco: *Ratings* E – H.

Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras estão classificados como não vencidos e sem redução ao valor recuperável. Além disso, a carteira não apresenta histórico de renegociações de dívidas.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são classificados como:

- Não vencidos e sem redução ao valor recuperável;
- Vencidos, mas sem redução ao valor recuperável; e
- Com redução ao valor recuperável, incluindo empréstimos e adiantamentos classificados como "*impaired"* ou analisados individualmente para perda.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes da Organização são classificados como "*impaired"* quando eles: (a) estiverem em atraso superior a 90 dias, (b) com prejuízo, (c) que tenham sido renegociados de forma que é concedido ao tomador uma concessão que nós normalmente não consideraríamos, (d) que tenham sido reclassificados para níveis de alto risco, e/ou (e) que tenham sofrido eventos falimentares (decretação de falência, ou requerimento, concessão ou homologação de recuperação judicial ou extrajudicial).

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Não vencidos e sem redução ao valor recuperável (i)	253.919.964	230.869.648
Vencidos, mas sem redução ao valor recuperável (ii)	6.870.676	6.352.829
Com redução ao valor recuperável (iii)	28.899.482	26.299.138
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	**289.690.122**	**263.521.615**
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(20.037.694)	(17.646.666)
Valor líquido	**269.652.428**	**245.874.949**

A carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes apresentou um crescimento de 9,9% em 2012 comparativamente a 2011.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

(i) Empréstimos e adiantamentos a clientes não vencidos e sem redução ao valor recuperável

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Baixo risco	247.191.716	226.629.368
Médio risco	5.893.756	3.675.521
Maior risco	834.492	564.759
Total	**253.919.964**	**230.869.648**

Ratings conforme determinado pela Organização: Baixo risco: *Ratings* AA1 – C3; Médio risco: *Rating* D; e Maior Risco: *Ratings* E – H.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes classificados como não vencidos e sem redução ao valor recuperável alcançaram R$ 253.919.964 mil em 2012.

Do total dessas operações, 97,4% estavam classificados como baixo risco**.**

(ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes vencidos, mas sem redução ao valor recuperável

Demonstramos a seguir a análise por faixa de dias vencidos dos contratos de empréstimos e adiantamentos, que não estão marcados como "*impaired"* na análise coletiva e sem redução ao valor recuperável pela análise individual.

Para efeitos desta análise, um ativo é considerado em atraso e incluído no quadro, quando qualquer pagamento é recebido em atraso ou não recebido sob estritas condições contratuais. O montante incluído nesta categoria refere-se ao ativo financeiro total, ou seja, não apenas a parcela em atraso, mas sim o valor contratual acrescido de juros.

Os empréstimos e adiantamentos para os clientes, que não são individualmente significativos, e que não tenham sido classificados como *impaired*, são apresentados nesta categoria.

Os empréstimos e adiantamentos individualmente significativos podem ser apresentados nesta categoria quando, após realizada a análise individual, não foi identificada necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável individual e, dessa forma, o mesmo é direcionado para a análise de perda coletiva.

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Vencidos em até 60 dias	5.767.086	5.401.445
Vencidos de 61 a 90 dias	1.044.112	920.843
Vencidos acima de 90 dias	59.478	30.541
Total	**6.870.676**	**6.352.829**

O quadro anterior mostra os empréstimos e adiantamentos, que apesar de registrarem algum atraso, não apresentam indicações de possível redução ao valor recuperável. Esse montante representou 2,4% da carteira em 2012, como em 2011.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

(iii) Empréstimos e adiantamentos a clientes com redução ao valor recuperável

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Carteira a vencer	12.192.312	11.126.234
Vencidos até 60 dias	3.238.022	3.155.675
Vencidos de 61 a 90 dias	1.463.613	1.356.916
Vencidos acima de 90 dias	12.005.535	10.660.313
Total	**28.899.482**	**26.299.138**

Os empréstimos e adiantamentos a clientes com redução ao valor recuperável alcançaram R$ 28.899.482 mil e representaram 10,0% do total da carteira em 2012 (10,0% em 2011).

Por modalidade

A tabela a seguir apresenta os empréstimos e adiantamentos com redução ao valor recuperável, subdivididos por modalidade:

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Cartão de crédito	4.405.268	4.282.203
Crédito pessoal	4.276.993	3.945.625
Veículos - CDC	4.075.453	3.471.296
Capital de giro	3.643.822	2.765.937
Repasses BNDES/Finame	1.257.241	1.078.121
Leasing	1.193.581	1.743.897
Financiamento imobiliário	793.113	577.885
Financiamento a exportação	627.616	498.236
Crédito rural	595.879	780.236
Cheque especial	564.521	521.851
Conta garantida	334.724	331.784
Outros	7.131.271	6.302.067
Total	**28.899.482**	**26.299.138**

Empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados

No total de “Empréstimos e adiantamentos a clientes com redução ao valor recuperável”, que estão incluídas as renegociações, são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Renegociações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das renegociações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados:

	R$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	**2011**
Saldo inicial	**8.658.167**	**6.911.604**
Valores renegociados adicionais, inclusive juros	8.570.769	7.800.419
Pagamentos recebidos	(3.965.199)	(3.559.407)
Baixa contábil	(3.619.822)	(2.494.449)
Saldo final	**9.643.915**	**8.658.167**
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(6.504.198)	(5.521.460)
Empréstimos e adiantamentos aos clientes totais renegociados, líquido de perda por redução ao valor recuperável	**3.139.717**	**3.136.707**
Perda por redução ao valor recuperável sobre os empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do total dos empréstimos e adiantamentos renegociados	67,4%	63,8%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total	3,3%	3,3%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total, líquido de perda por redução ao valor recuperável	1,2%	1,3%

No momento em que o empréstimo é modificado, nossa Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento renegociado, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros renegociados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela nossa Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.

Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos de renegociações, são reconhecidos apenas quando recebidos.

Concentração do risco de crédito de empréstimos e adiantamentos

	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Maior devedor	0,9%	0,9%
Dez maiores devedores	5,2%	5,2%
Vinte maiores devedores	8,1%	8,6%
Cinquenta maiores devedores	12,9%	14,0%
Cem maiores devedores	16,9%	18,1%

Houve uma redução dos níveis de concentração em 2012, entre os vinte, cinquenta e cem maiores devedores comparativamente a 2011.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Por setor de atividade

A análise de concentração de risco de crédito apresentada abaixo está baseada no setor de atividade no qual a contraparte atua.

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Setor público	**423.180**	**1.046.107**
Federal	260.544	764.524
Estadual	162.636	281.583
Setor privado	**289.266.942**	**262.475.508**
Pessoa física	113.742.566	100.432.908
Indústria	54.187.104	52.582.415
Comércio	45.315.607	43.018.181
Serviços	72.447.760	63.025.931
Agronegócios	3.573.905	3.416.073
Total da carteira	**289.690.122**	**263.521.615**
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(20.037.694)	(17.646.666)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	**269.652.428**	**245.874.949**

A distribuição da carteira por setor de atividade econômica apresentou variação na participação dos setores que a compõem, destacando-se a maior participação da "pessoa física" e "serviços".

Mensuração do risco de crédito

Periodicamente, a Organização avalia a existência de evidência objetiva de perda na carteira de empréstimos e adiantamentos, considerando a experiência histórica de perda por redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

Inicialmente, os clientes são classificados em individualmente significativos e individualmente não significativos. Após esta classificação inicial, os clientes são avaliados conforme apresentem um ou mais eventos de evidência objetiva de perda. Como as vezes pode não ser possível identificar um específico evento que tenha causado a perda ao valor recuperável, são então observados os efeitos combinados de vários eventos. Além disso, os eventos de perda podem ser específicos, isto é, referentes apenas a um cliente, tais como atraso nos pagamentos contratados, renegociação ou evento falimentar, ou podem ser coletivos, afetando um grupo maior de ativos, em função, por exemplo, de variações em taxas de juros ou de câmbio ou diminuição no nível de atividade de um ou mais setores econômicos.

Para os clientes individualmente significativos, que apresentem evidências objetivas específicas, a estimativa de perda por redução ao valor recuperável é realizada individualmente, considerando os fluxos de caixa futuro esperado de cada cliente, incluindo neste a monetização das garantias constituídas atreladas às operações.

Para os clientes individualmente não significativos, que apresentem evidências objetivas específicas, a estimativa de perda por redução ao valor recuperável é realizada conforme modelagem baseada na experiência histórica da Organização.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os clientes, que não apresentem evidência objetiva específica de perda ao valor recuperável, tanto os individualmente significativos quanto os não significativos, são avaliados coletivamente por meio de modelos internos da Organização, baseados em parâmetros coletivos de perdas observadas e parâmetros macroeconômicos de atividade econômica e inadimplência.

Na avaliação coletiva, são utilizados os modelos de *Probability of Default*, *Loss Given Default,* bem como o fator *Loss Identification Period.*

Probability of Default (PD): estipula a probabilidade de inadimplência percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelo interno de avaliação. Este parâmetro de risco é diferenciado, conforme o segmento a que pertença: os modelos para varejo são quantitativos e os modelos para atacado são quantitativos e qualitativos (julgamentais).

Loss Given Default (LGD): refere-se ao percentual efetivamente perdido após as tentativas de recuperação, dado o descumprimento do contrato, definido em termo do percentual da exposição.

Loss Identification Period (LIP): período intermediário entre a ocorrência de evento de perda em grupos de ativos financeiros significativos e não significativos, que sejam coletivamente avaliados, e a sua identificação pela instituição como perda por redução ao valor recuperável.

Baixas

Os créditos são baixados do balanço patrimonial contra a “Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos" quando considerados incobráveis ou considerados como perda permanente. As operações de crédito são baixadas, quando apresentam entre 180 e 360 dias de atraso nos pagamentos. Entretanto, as operações de créditos de prazos originalmente acima de 36 meses são baixadas entre 360 e 540 dias, quando apresentarem atrasos nos pagamentos.

Mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias (*collaterals*), formalizadas por meio de instrumentos jurídicos como alienações fiduciárias, hipotecas, ou por meio de avais e fianças de terceiros (*guarantees)*. A avaliação da eficiência destes instrumentos é realizada considerando o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte dos garantidores, e a segurança jurídica dos contratos. Os principais tipos de garantia (*collaterals*) são: depósitos a prazo; aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários; imóveis residenciais e comerciais; bens móveis como veículos, aeronaves, máquinas e equipamentos; incluem-se ainda entre as garantias reais títulos comerciais como duplicatas, cheques e faturas de cartão de crédito. Entre os avais e fianças, destacam-se as garantias bancárias e cartas de crédito.

Os derivativos de crédito são contratos bilaterais no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro e seu risco é transferido para a contraparte vendedora da proteção. Normalmente, esta recebe uma remuneração linear ao longo da vigência da operação. No caso de um evento de crédito *(default),* a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte vendedora recebe o ativo subjacente em troca do referido pagamento.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A tabela abaixo apresenta as operações de derivativos de crédito:

	R$ mil	
	Valor de risco de crédito	
	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Transferido		
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:		
● Títulos e valores mobiliários - Título da dívida pública brasileira	(265.655)	(543.982)
● Derivativos com empresas	(4.087)	(3.752)
Recebido		
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:		
● Títulos e valores mobiliários - Título da dívida pública brasileira	-	778.457
● Derivativos com empresas	6.131	5.627
Total	**(263.611)**	**236.350**
Margem depositada	5.109	4.690

A Organização realiza operações envolvendo derivativos de crédito com o objetivo de maximizar a gestão de sua exposição ao risco de seus ativos. Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos diversos em 2013. A marcação a mercado das taxas de proteção, que remuneram a contraparte receptora do risco, totaliza R$ (332) mil (2011 - R$ 826 mil). Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

3.2. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros da Organização, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e controlado sendo as diretrizes e limites de exposição ao risco de mercado monitorados diariamente, de maneira independente.

Todas as atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Organização, que abrange desde as unidades de negócio até o Conselho de Administração.

Em consonância com a Governança Corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração dos riscos de mercado e liquidez na Organização, bem como atender aos dispositivos da Resolução nº 3.464/07, do Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez, cuja revisão é realizada anualmente pelos Comitês competentes e pelo próprio Conselho de Administração, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez.

Além desta política, a Organização dispõe de normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez, conforme segue:

- Classificação das Operações;
- Reclassificação das Operações;
- Negociação de Títulos Públicos ou Privados;
- Utilização de Derivativos; e

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

- *Hedge*.

Processo de gerenciamento do risco de mercado

O processo de gerenciamento de risco de mercado é realizado de maneira corporativa, centralizada e independente. Este processo envolve diversas áreas, que possuem atribuições específicas, na mensuração e controle do risco de mercado, o que permitiu a Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, a partir de janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado, que já eram utilizados na sua gestão, para apuração do capital regulamentar. O processo de gerenciamento, aprovado pelo Conselho de Administração, é também revalidado anualmente pelos Comitês e pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características das operações, que são segregadas nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Para a Carteira *Trading*, são monitorados os seguintes limites:

- Risco;
- Estresse;
- Resultado; e
- Exposição Financeira.

Carteira *Banking*: operações não classificadas na Carteira *Trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização e seus respectivos *hedges*.

Para a Carteira *Banking*, são monitorados os seguintes limites:

- Risco da Taxa de Juros; e
- Carteira de Ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

A mensuração e o controle do risco de mercado são feitos por meio de metodologias adequadas a cada situação, tais como, de *Value at Risk (*VaR), *Economic Value Equity* (EVE), Teste de Estresse e Análise de Sensibilidade, além de limites de Gestão de Resultados e Exposição Financeira.

Carteira *Trading* e risco de ações da Carteira *Banking*

Apesar de serem controlados separadamente, os riscos da Carteira *Trading* e das posições em ações da Carteira *Banking* são mensurados através da metodologia de VaR Delta-Normal, ajustado com riscos Gama e Vega das operações com opções, para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos, que atribuem maior peso aos retornos recentes.

O risco da Carteira *Trading* também é controlado pelo Teste de Estresse, que tem o objetivo de quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos, que sejam desfavoráveis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

financeiramente às posições da Organização. A análise utiliza cenários de estresse elaborados pela área de Risco de Mercado e pela área econômica da Organização, a partir de dados históricos e prospectivos para os fatores de risco em que a Carteira *Trading* possui posição.

Para fins regulatórios, a alocação de capital referente às ações da Carteira *Banking*, é realizada através da avaliação do risco de crédito, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

Risco de taxa de juros da Carteira *Banking*

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são feitos a partir da metodologia EVE, que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica da Organização, que buscam determinar movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros sobre nossas aplicações e captações.

A metodologia EVE consiste em precificar a carteira sujeita à variação de taxas de juros levando-se em consideração aumentos ou decréscimos nas taxas utilizadas para a apuração do valor presente e o prazo total dos ativos e passivos. Assim, apura-se o valor econômico da carteira, tanto com as taxas de juros de mercado na data da análise como com os cenários projetados para o horizonte de um ano. A diferença entre os valores obtidos para a carteira será o EVE, ou seja, o risco de taxa de juros atribuído à Carteira *Banking*.

Para a mensuração do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* não é utilizada a premissa de liquidação antecipada de empréstimos, pois essa situação não é representativa diante do volume total de operações. Para os depósitos, que não possuem vencimento definido, depósitos à vista e de poupança, é realizado tratamento para verificar o seu comportamento histórico e a sua possibilidade de manutenção.

Controle e acompanhamento

O risco de mercado é controlado e acompanhado primariamente por área independente, pelo Departamento de Controle Integrado de Riscos, que diariamente calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Além dos reportes diários, as posições são semanalmente discutidas no Comitê Executivo de Tesouraria, onde os resultados e os riscos são avaliados e as estratégias para as próximas semanas são debatidas e validadas. Tanto o processo de governança quanto os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, quando são revisados ao menos uma vez por ano.

Comunicação interna

A área de risco de mercado disponibiliza relatórios gerenciais diários de controle das posições às áreas de negócio e à Administração, além de reporte semanal e apresentações periódicas ao Conselho de Administração.

Os reportes são complementados com um sistema de alertas, que determina os destinatários dos relatórios de risco de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos, assim, quanto maior o consumo do limite de risco, mais membros da Administração recebem os relatórios.

***Hedge econômico* e utilização de derivativos**

Com o objetivo de padronizar a utilização de instrumentos financeiros destinados para *hedge* das operações e uso de derivativos da Tesouraria, a Organização elaborou normas específicas, que foram aprovadas pelos Comitês competentes.

As operações de *hedge* executadas pela Tesouraria do Bradesco devem, necessariamente, cancelar ou mitigar os riscos de descasamentos de quantidades, prazos, moedas ou indexadores

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

das posições dos livros da Tesouraria, sendo utilizados, para tanto, os ativos e derivativos autorizados para negociação em cada um dos seus livros, com o objetivo de:

- Controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes;
- Alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e
- Reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Derivativos padronizados e de uso contínuo

A Tesouraria do Bradesco pode utilizar derivativos padronizados (negociados em bolsa) e os de uso contínuo (negociados em balcão) com a finalidade de obtenção de resultados e também com a finalidade de construção de *hedges*. Classificam-se como derivativos de uso contínuo, aqueles habituais de mercado negociados em balcão, tais como *swaps vanilla* (taxas de juros, moedas, CDS – *Credit Default Swap*, entre outros), operações a termo (moedas, por exemplo), opções *vanilla* (moeda, Índice Bovespa), entre outros. Já os derivativos não padronizados, que não estão classificados como de uso contínuo ou as operações estruturadas tem o seu uso condicionado à autorização do Comitê competente.

Evolução da exposição

Apresentamos a seguir, a evolução da exposição financeira, o VaR calculado pelo modelo interno e o seu *backtesting*, a Análise de Estresse e a Análise de Sensibilidade.

Exposição financeira – Carteira *Trading*

Apresentamos a seguir quadro contendo a exposição financeira da Carteira *Trading* da Organização, incluindo derivativos:

R$ mil

Fatores de Riscos	31 de dezembro			
	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prefixado	231.620.621	200.058.048	170.794.858	172.613.428
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) / IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	14.311.059	13.581.800	24.427.606	16.552.061
Cupom cambial	3.440.579	7.507.735	6.087.770	9.962.956
Moedas estrangeiras	7.862.049	10.126.565	10.841.088	12.762.036
Renda variável	602.561	415.269	1.036.939	361.491
Soberanos/*eurobonds e treasuries*	8.321.309	7.053.277	11.559.049	14.358.091
Outros (*)	1.145.887	55.104	14.684.728	13.873.477
Total no final do ano	**267.304.065**	**238.797.798**	**239.432.038**	**240.483.540**

(*) Compreendem, basicamente, CDI (Certificados de Depósito Interbancário) e SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

VaR Modelo Interno – Carteira *Trading*

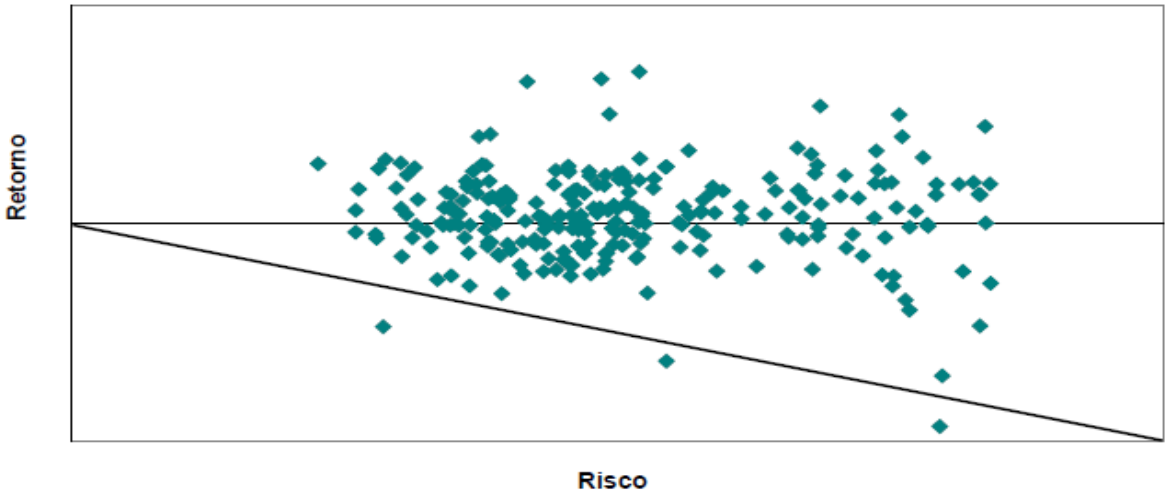
O VaR médio em 2012, assim como o risco no final do ano, aumentaram em relação a 2011, refletindo principalmente a elevação da exposição nos fatores de risco "Prefixado" e "IPCA/IGP-M", conforme podemos observar no quadro a seguir:

Fatores de Riscos	R$ mil 31 de dezembro	
	2012	2011
Prefixado	94.956	34.963
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) / IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	116.608	82.986
Cupom cambial	11.553	18.352
Moedas estrangeiras	23.641	38.360
Renda variável	9.209	47.040
Soberanos/*eurobonds e treasuries*	19.760	21.902
Outros	4.245	48
Efeito correlação/diversificação	(79.700)	(114.819)
VaR no final do ano	**200.272**	**128.832**
VaR médio no ano	189.445	81.133
VaR mínimo no ano	82.476	19.749
VaR máximo no ano	540.027	241.081

VaR Modelo Interno – *Backtesting*

A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o VaR diário calculado tanto com o resultado hipotético, obtido com as mesmas posições utilizadas no cálculo do VaR, quanto com o resultado efetivo, aqui considerando a movimentação do dia para o qual o VaR foi estimado.

Seu principal objetivo é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos realizados deve estar de acordo com os testes estatísticos realizados e com o nível de confiança estabelecido (99%). O gráfico a seguir mostra o VaR e os resultados diários correspondentes aos últimos doze meses, período em que os resultados adversos superam o estimado em três vezes, ou seja, o número de rompimentos está dentro do limite definido nos testes estatísticos e do nível de confiança do modelo adotado, prova de sua consistência.



Obs.: os pontos localizados abaixo da linha representam os rompimentos do modelo estatístico de VaR utilizado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Análise de Estresse – Carteira *Trading*

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a Organização avalia diariamente os possíveis impactos nas posições em cenários de estresse para um horizonte de 20 dias úteis. Dessa forma, considerando o efeito de diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda média estimada em situação de estresse seria de R$ 1.388.024 mil em 2012 (2011 – R$ 1.529.674 mil), sendo que a perda máxima estimada seria de R$ 2.489.434 mil (2011 – R$ 2.267.302 mil).

R$ mil

	Com diversificação (situação de estresse)		Sem diversificação (sem situação de estresse)	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
No final do ano	1.438.977	1.424.216	2.207.422	2.067.878
Médio no ano	1.388.024	1.529.674	2.087.586	2.204.947
Mínimo no ano	334.096	874.320	852.719	1.598.525
Máximo no ano	2.489.434	2.267.302	3.346.254	2.813.747

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Análise de Sensibilidade

A Carteira *Trading*, também é acompanhada diariamente por análises de sensibilidade, que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre posições. Além disso, é realizada trimestralmente análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da Organização. Cabe ressaltar, que os impactos das exposições financeiras da Carteira *Banking* (notadamente nos fatores taxa de juros e índices de preços), não necessariamente representam potencial prejuízo contábil para a Organização. Isto ocorre porque parte das operações de crédito, que estão na Carteira *Banking*, são financiadas por depósitos à vista e/ou poupança, os quais são "*hedge* natural" para eventuais oscilações de taxa de juros, bem como as oscilações de taxa de juros não representam impacto material sobre o resultado da instituição, uma vez que a intenção é manter as operações de crédito até o seu vencimento.

R$ mil

		Carteiras *Trading e Banking* (1)					
		31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
Fatores de Riscos	**Definição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de juros em Reais	Exposições sujeitas à variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(11.099)	(2.128.929)	(4.115.092)	(6.277)	(1.568.110)	(2.971.275)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(22.273)	(1.902.223)	(3.448.019)	(11.480)	(1.422.256)	(2.590.408)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(661)	(58.363)	(109.978)	(438)	(40.667)	(79.234)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(11.347)	(164.807)	(305.127)	(11.171)	(279.274)	(558.549)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(19.079)	(469.601)	(934.884)	(19.096)	(477.394)	(954.788)
Soberanos/*eurobonds* e *treasuries*	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.115)	(44.355)	(87.136)	(1.989)	(27.072)	(54.338)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(82)	(2.056)	(4.112)	(66)	(1.644)	(3.288)
Total sem correlação (2)		**(65.656)**	**(4.770.334)**	**(9.004.348)**	**(50.517)**	**(3.816.417)**	**(7.211.880)**
Total com correlação (2)		**(36.642)**	**(3.712.361)**	**(6.979.548)**	**(31.594)**	**(2.773.835)**	**(5.210.427)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e
(2) "Com correlação" considera os impactos que cada variável tem em outra variável.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Demonstra-se também a seguir, a análise de sensibilidade exclusivamente da Carteira *Trading*, que representa as exposições que poderão causar impactos relevantes sobre o resultado da Organização, cabendo ressaltar que os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada.

R$ mil

		Carteira Trading (1)					
		31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
Fatores de Riscos	**Definição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de juros em Reais	Exposições sujeitas à variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(1.596)	(300.144)	(577.467)	(750)	(186.845)	(361.825)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(2.864)	(256.727)	(489.707)	(2.258)	(292.015)	(560.960)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(649)	(55.701)	(104.875)	(596)	(54.802)	(106.992)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(12.312)	(216.083)	(418.084)	(10.255)	(256.370)	(512.739)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(1.537)	(31.882)	(60.427)	(3.940)	(98.511)	(197.023)
Soberanos/*eurobonds* e *treasuries*	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.001)	(41.733)	(81.194)	(1.985)	(25.277)	(50.144)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(49)	(1.232)	(2.464)	-	(16)	(32)
Total sem correlação (2)		**(20.008)**	**(903.502)**	**(1.734.218)**	**(19.784)**	**(913.836)**	**(1.789.715)**
Total com correlação (2)		**(13.585)**	**(580.483)**	**(1.111.507)**	**(13.270)**	**(512.229)**	**(995.375)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e
(2) "Com correlação" considera os impactos que cada variável tem em outra variável.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e os cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima etc) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2012 a cotação Real/Dólar foi de R$ 2,06 (31.12.2011 – R$ 1,88). Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2012 foi de 7,15% a.a. (31.12.2011 – 10,06% a.a.).

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2012 a cotação Real/Dólar foi de R$ 2,55 (31.12.2011 – R$ 2,33). Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2012 foi de 8,92% a.a. (31.12.2011 – 12,56% a.a.). Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2012 a cotação Real/Dólar foi de R$ 3,06 (31.12.2011 – R$ 2,80). Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2012 foi de 10,71% a.a. (31.12.2011 – 15,07% a.a.). Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

3.3. Risco de liquidez

Risco de liquidez é representado pela possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade da instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Organização possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Processo de gerenciamento do risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez é realizado de maneira corporativa e centralizada, contemplando o acompanhamento da composição dos recursos disponíveis, o cumprimento do nível mínimo de liquidez e do plano de contingência para situações de estresse.

A Organização dispõe de uma Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como um de seus objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Organização o estabelecimento de Reserva Mínima de Liquidez (RML), bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez. A política e os controles estabelecidos atendem plenamente ao disposto pela Resolução nº 4.090/12 do CMN.

Nos critérios e procedimentos aprovados é determinada a reserva mínima de liquidez a ser mantida diariamente e os tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis. Além disso, são estabelecidos os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise e as estratégias de atuação a serem seguidas em cada caso.

Controle e acompanhamento

A gestão do risco de liquidez é realizada pelo Departamento de Tesouraria, com base nas posições disponibilizadas pela área de *back-office,* que tem por responsabilidade fornecer as informações necessárias para gestão e acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos. Já o Departamento de Controle Integrado de Riscos é responsável pela metodologia de mensuração da reserva mínima de liquidez, controle dos limites estabelecidos por tipo de moeda e empresa, inclusive as não financeiras, revisão de políticas, normas, critérios e procedimentos e realização de estudos para as novas recomendações.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

O risco de liquidez é acompanhado nas reuniões do Comitê Executivo de Tesouraria, que acompanha as reservas de liquidez, com descasamentos de prazos e moedas. Adicionalmente, o acompanhamento também é feito pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e pelo Conselho de Administração.

Comunicação interna

No processo de gerenciamento de risco de liquidez são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Faz parte deste processo diversos instrumentos de análises, que são utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- Distribuição diária dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática durante o dia dos relatórios de liquidez para a adequada gestão do Departamento de Tesouraria;
- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e futuras, com base em cenários;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez; e
- Relatórios semanais para a Diretoria Executiva com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

Os reportes são complementados com um sistema de alertas, que determina os destinatários dos relatórios de risco, de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos, e assim, quanto maior o consumo do limite de risco, maior será o número de membros da Alta Administração que recebem os relatórios.

Fluxos de caixa não descontados para passivos financeiros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas esperadas de caixa não descontadas.

R$ mil

	31 de dezembro de 2012					
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 aos**	**Total**
Recursos de instituições financeiras	100.654.888	19.270.027	61.332.024	46.647.675	6.535.820	234.440.434
Recursos de clientes	120.999.436	7.339.298	17.794.436	73.168.644	1.183.150	220.484.964
Recursos de emissão de títulos	6.166.986	4.839.452	23.097.132	23.456.455	781.037	58.341.062
Dívidas subordinadas	331.407	500.173	1.888.804	19.588.044	29.659.710	51.968.138
Total do passivo	**228.152.717**	**31.948.950**	**104.112.396**	**162.860.818**	**38.159.717**	**565.234.598**

R$ mil

	31 de dezembro de 2011					
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 aos**	**Total**
Recursos de instituições financeiras	106.722.170	22.568.924	16.856.605	72.034.654	5.284.600	223.466.953
Recursos de clientes	105.838.815	16.004.508	12.918.105	99.484.437	2.024.079	236.269.944
Recursos de emissão de títulos	563.278	6.275.685	9.009.110	33.911.608	1.208.636	50.968.317
Dívidas subordinadas	155.258	4.164.025	5.397.977	8.499.714	21.965.948	40.182.922
Total do passivo	**213.279.521**	**49.013.142**	**44.181.797**	**213.930.413**	**30.483.263**	**550.888.136**

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, empréstimos e adiantamentos. A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

A tabela anterior mostra os fluxos de caixa não descontados referentes aos passivos financeiros da Organização. Os fluxos de caixa que a Organização estima para esses instrumentos variam significativamente em relação a essa análise. Por exemplo, espera-se que depósitos à vista de clientes mantenham saldo estável ou crescente, e não se espera que compromissos de empréstimos não reconhecidos sejam sacados imediatamente.

As entradas/(saídas) brutas apresentadas na tabela anterior referem-se aos fluxos de caixa não descontados contratuais relacionado ao passivo financeiro ou compromisso.

Na Organização, a administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e dos instrumentos financeiros utilizados.

Fluxos de caixa não descontados para derivativos

Todos os derivativos da Organização são liquidados pelo valor líquido, que incluem:

- derivativos cambiais - opções de moeda de mercado de balcão, futuros de moeda, opções de moeda negociadas em bolsa; e

- derivativos de taxas de juros - *swaps* de taxas de juros, contratos com taxas futuras, opções de taxas de juros, outros contratos de taxas de juros, contratos de futuros de taxas de juros negociados em bolsa e opções de taxas de juros negociadas em bolsa.

A tabela a seguir analisa o passivo financeiro em derivativos, que serão liquidados pelo valor líquido, agrupados com base no período remanescente desde a data do balanço patrimonial até o seu respectivo vencimento. Os valores divulgados na tabela representam fluxos de caixa não descontados.

	R$ mil					
	31 de dezembro de 2012					
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Diferencial de *swap* a pagar	219.816	28.204	196.946	606.202	801.822	1.852.990
Termo de moedas	2.448.427	45.998	114.156	6.593	-	2.615.174
• Comprado	439.417	43.314	45.978	6.370	-	535.079
• Vendido	2.009.010	2.684	68.178	223	-	2.080.095
Prêmio de opções lançadas	122.177	1.192	11.637	1.996	-	137.002
Total de derivativos passivos	**2.790.420**	**75.394**	**322.739**	**614.791**	**801.822**	**4.605.166**

	R$ mil					
	31 de dezembro de 2011					
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Diferencial de *swap* a pagar	148.506	45.594	57.298	305.596	224.566	781.560
Termo de moedas	104.930	122.259	13.777	4.724	-	245.690
• Comprado	4.009	9.263	4.778	1.599	-	19.649
• Vendido	100.921	112.996	8.999	3.125	-	226.041
Prêmio de opções lançadas	6.730	17.642	9.195	3.294	-	36.861
Total de derivativos passivos	**260.166**	**185.495**	**80.270**	**313.614**	**224.566**	**1.064.111**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Balanço patrimonial por prazos

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Organização, segregados por prazo e utilizados para a gestão de riscos de liquidez, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes na data das demonstrações contábeis:

R$ mil

	31 de dezembro de 2012						
	Circulante			Não circulante			Total
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado	
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos	59.992.777	-	-	-	-	-	59.992.777
Ativos financeiros para negociação	28.613.415	5.238.445	2.215.141	40.735.254	23.626.185	11.411.127	111.839.567
Ativos financeiros disponíveis para venda	18.411.205	706.356	517.265	11.011.326	45.390.233	5.524.463	81.560.848
Investimentos mantidos até o vencimento	2.003	9.239	-	220.643	3.483.788	-	3.715.673
Ativos cedidos em garantia	14.472.932	60.287.471	1.019.023	19.656.101	10.697.772	-	106.133.299
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	50.283.971	26.825.756	5.088.339	10.621.724	1.443	-	92.821.233
Empréstimos e adiantamentos a clientes	37.725.170	71.775.553	43.464.674	98.750.891	17.936.140	-	269.652.428
Outros ativos financeiros [1]	20.699.966	178.997	211.486	8.796.320	343.539	-	30.230.308
Total dos ativos financeiros	**230.201.439**	**165.021.817**	**52.515.928**	**189.792.259**	**101.479.100**	**16.935.590**	**755.946.133**
Passivo							
Recursos de instituições financeiras	98.782.462	62.974.342	14.122.292	40.917.101	4.030.091	-	220.826.288
Recursos de clientes [2]	122.542.557	14.323.104	10.054.554	63.126.416	724.679	-	210.771.310
Passivos financeiros para negociação	2.790.513	182.250	202.157	486.821	388.241	-	4.049.982
Recursos de emissão de títulos	3.460.972	14.697.409	12.119.875	20.669.467	604.370	-	51.552.093
Dívidas subordinadas	195.661	549.640	1.396.680	13.523.640	19.186.093	-	34.851.714
Provisões técnicas de seguros e previdência [2]	91.388.794	2.011.060	491.703	24.877.163	-	-	118.768.720
Outros passivos financeiros [3]	29.568.300	4.903.276	2.987.675	600.633	-	-	38.059.884
Total dos passivos financeiros	**348.729.259**	**99.641.081**	**41.374.936**	**164.201.241**	**24.933.474**	**-**	**678.879.991**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

R$ mil

	31 de dezembro de 2011						
	Circulante			Não circulante			Total
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado	
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos	93.777.577	-	-	-	-	-	93.777.577
Ativos financeiros para negociação	30.919.375	1.576.150	8.971.911	32.801.491	12.882.763	9.445.387	96.597.077
Ativos financeiros disponíveis para venda	104.860	93.328	556.850	2.597.840	36.938.973	4.956.547	45.248.398
Investimentos mantidos até o vencimento	607.926	-	125.886	207.601	3.169.574	-	4.110.987
Ativos cedidos em garantia	27.582.634	33.650.523	422.925	26.371.642	9.094.356	-	97.122.080
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	50.031.083	9.026.976	1.679.629	11.894.106	32.096	-	72.663.890
Empréstimos e adiantamentos a clientes	35.661.204	67.729.071	39.982.240	87.353.692	15.148.742	-	245.874.949
Outros ativos financeiros (1)	17.103.138	371.749	113.665	7.598.272	247.408	-	25.434.232
Total dos ativos financeiros	**255.787.797**	**112.447.797**	**51.853.106**	**168.824.644**	**77.513.912**	**14.401.934**	**680.829.190**
Passivo							
Recursos de instituições financeiras	105.430.313	21.549.272	14.475.429	58.745.664	4.089.498	-	204.290.176
Recursos de clientes (2)	105.721.822	13.788.522	11.507.322	84.284.286	1.018.986	-	216.320.938
Passivos financeiros para negociação	204.584	183.418	76.070	176.072	107.066	-	747.210
Recursos de emissão de títulos	335.483	6.121.755	8.033.030	26.233.251	907.450	-	41.630.969
Dívidas subordinadas	103.973	2.788.605	4.616.848	5.590.898	13.809.767	-	26.910.091
Provisões técnicas de seguros e previdência (2)	75.346.103	1.697.496	475.194	21.593.528	-	-	99.112.321
Outros passivos financeiros (3)	21.688.175	5.333.322	2.481.319	429.741	-	-	29.932.557
Total dos passivos financeiros	**308.830.453**	**51.462.390**	**41.665.212**	**197.053.440**	**19.932.767**	**-**	**618.944.262**

(1) Inclui, basicamente, operações de câmbio, devedores por depósitos em garantia e negociação e intermediação de valores;
(2) Os depósitos à vista, de poupança e as provisões técnicas de seguros e previdência, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL", estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e
(3) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, *leasing* financeiro e planos de capitalização.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos da Organização, segregados em circulante e não circulante, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, na data das demonstrações contábeis:

	R$ mil		
	31 de dezembro de 2012		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativo			
Total dos ativos financeiros	**447.739.184**	**308.206.949**	**755.946.133**
Ativos não correntes mantidos para venda	532.898	164	533.062
Investimentos em coligadas	-	2.754.998	2.754.998
Imobilizado de uso	-	4.532.355	4.532.355
Ativos intangíveis e ágio	-	7.755.665	7.755.665
Impostos a compensar	853.965	4.492.728	5.346.693
Impostos diferidos	-	17.983.558	17.983.558
Outros ativos	3.550.772	2.783.463	6.334.235
Total dos ativos não financeiros	**4.937.635**	**40.302.931**	**45.240.566**
Total do ativo	**452.676.819**	**348.509.880**	**801.186.699**
Passivo			
Total dos passivos financeiros	**489.745.276**	**189.134.715**	**678.879.991**
Outras provisões	1.147.957	19.899.236	21.047.193
Impostos correntes	3.354.128	-	3.354.128
Impostos diferidos	-	3.091.667	3.091.667
Outros passivos	22.705.285	762.045	23.467.330
Total dos passivos não financeiros	**27.207.370**	**23.752.948**	**50.960.318**
Total do patrimônio líquido	**-**	**71.346.390**	**71.346.390**
Total do passivo e patrimônio líquido	**516.952.646**	**284.234.053**	**801.186.699**

	R$ mil		
	31 de dezembro de 2011		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativo			
Total dos ativos financeiros	**420.088.700**	**260.740.490**	**680.829.190**
Ativos não correntes mantidos para venda	444.811	540	445.351
Investimentos em coligadas	-	2.390.466	2.390.466
Imobilizado de uso	-	4.267.218	4.267.218
Ativos intangíveis e ágio	-	7.216.697	7.216.697
Impostos a compensar	449.459	4.123.468	4.572.927
Impostos diferidos	-	17.093.388	17.093.388
Outros ativos	4.232.501	1.039.154	5.271.655
Total dos ativos não financeiros	**5.126.771**	**36.130.931**	**41.257.702**
Total do ativo	**425.215.471**	**296.871.421**	**722.086.892**
Passivo			
Total dos passivos financeiros	**401.958.055**	**216.986.207**	**618.944.262**
Outras provisões	1.153.356	16.773.094	17.926.450
Impostos correntes	2.595.660	163.318	2.758.978
Impostos diferidos	-	2.246.508	2.246.508
Outros passivos	20.348.345	480.255	20.828.600
Total dos passivos não financeiros	**24.097.361**	**19.663.175**	**43.760.536**
Total do patrimônio líquido	**-**	**59.382.094**	**59.382.094**
Total do passivo e patrimônio líquido	**426.055.416**	**296.031.476**	**722.086.892**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

3.4. Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Organização aplica a IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1

  Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

- Nível 2

  Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por, dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

- Nível 3

  Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R$ mil			
	31 de dezembro de 2012			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Valor Justo**
Títulos públicos brasileiros	46.012.561	-	3.026	46.015.587
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	8.320.374	-	27.900.869	36.221.243
Títulos emitidos por instituições financeiras	16.706.498	-	1.779.188	18.485.686
Aplicações em quotas de fundos	7.650.252	-	-	7.650.252
Títulos públicos de governos estrangeiros	244.168	-	-	244.168
Títulos para negociação	**78.933.853**	**-**	**29.683.083**	**108.616.936**
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.067.334	155.297	3.222.631
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	-	(3.913.211)	(136.771)	(4.049.982)
Derivativos	-	**(845.877)**	**18.526**	**(827.351)**
Títulos públicos brasileiros	63.861.957	-	103.509	63.965.466
Títulos emitidos por empresas não financeiras	4.153.080	-	6.754.049	10.907.129
Títulos emitidos por instituições financeiras	890.014	-	-	890.014
Títulos brasileiros emitidos no exterior	273.776	-	-	273.776
Ações de companhias abertas e outras ações	5.147.619	-	376.844	5.524.463
Títulos disponíveis para venda	**74.326.446**	-	**7.234.402**	**81.560.848**
Total	**153.260.299**	**(845.877)**	**36.936.011**	**189.350.433**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R$ mil			
	31 de dezembro de 2011			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Valor Justo**
Títulos públicos brasileiros	53.497.751	-	8.289	53.506.040
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	4.759.124	-	19.692.211	24.451.335
Títulos emitidos por instituições financeiras	9.096.264	-	1.727.199	10.823.463
Aplicações em quotas de fundos	6.791.968	-	-	6.791.968
Títulos públicos de governos estrangeiros	21.951	-	28.141	50.092
Títulos brasileiros emitidos no exterior	18.267	-	-	18.267
Títulos para negociação	**74.185.325**	**-**	**21.455.840**	**95.641.165**
Instrumentos financeiros derivativos	-	952.676	3.236	955.912
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	-	(733.027)	(14.183)	(747.210)
Derivativos	**-**	**219.649**	**(10.947)**	**208.702**
Títulos públicos brasileiros	31.247.291	8.915	78.383	31.334.589
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.569.946	-	5.880.127	7.450.073
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.402.650	-	80.215	1.482.865
Títulos brasileiros emitidos no exterior	24.324	-	-	24.324
Ações de companhias abertas e outras ações	4.400.135	-	556.412	4.956.547
Títulos disponíveis para venda	**38.644.346**	**8.915**	**6.595.137**	**45.248.398**
Total	**112.829.671**	**228.564**	**28.040.030**	**141.098.265**

Derivativos ativos e passivos

As posições de derivativos da Organização são determinadas usando modelos quantitativos, que exigem a aplicação de múltiplos dados, incluindo taxas de juros, preços e índices para gerar curvas contínuas de rendimento ou preços e fatores de volatilidade, inclusive o período até o vencimento que é utilizado para valorizar a posição. A maioria dos dados de mercado é observável e pode ser obtida, principalmente, na BM&FBovespa e no mercado secundário. Outros derivativos quando negociados em bolsa, avaliados utilizando os preços cotados são classificados no Nível 1 da hierarquia de avaliação. Entretanto, poucas classes de contratos de derivativos estão listados em bolsa. Estes, são classificados como nível 2.

As curvas de rendimento são usadas para determinar o valor justo para *swaps* de moeda e *swaps* com base em outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuro também é determinado com base em preços cotados no mercado nas transações de derivativos negociados em bolsa ou usando metodologias similares para aqueles descritos como *swaps*. O valor justo das opções é determinado por modelos matemáticos, tais como o *Black-Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo subjacente. Preços atuais de mercado são usados para determinar as volatilidades implícitas. Além disso, vários desses modelos não contém um alto nível de subjetividade, pois as metodologias utilizadas nos modelos não requerem julgamento significativo e os dados do modelo são prontamente observáveis a partir de mercados ativamente negociados. Esses instrumentos, geralmente, são classificados dentro do Nível 2 da hierarquia de avaliação. Os valores justos dos derivativos ativos e passivos também incluem ajustes para liquidez de mercado, qualidade de crédito da contraparte e outros fatores específicos das transações, quando adequado.

Os derivativos, avaliados com base em parâmetros de mercado significativamente não observáveis e que não são negociados ativamente, são classificados dentro do Nível 3 da hierarquia de avaliação. Os derivativos Nível 3 incluem derivativos de crédito (CDS ou *Credit Default Swaps*) referenciados em títulos de dívida privados.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de todos os ativos e passivos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3) durante os exercícios de 2012 e 2011:

R$ mil

	Ativos financeiros para negociação	Derivativos líquidos (1)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**17.926.729**	**(1.676)**	**2.776.855**	**20.701.908**
Incluído no resultado e outros resultados abrangentes	2.028.189	(3.475)	670.734	2.695.448
Aquisições, emissões e alienações	1.500.922	(5.796)	2.808.540	4.303.666
Transferência entre níveis	-	-	339.008	339.008
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**21.455.840**	**(10.947)**	**6.595.137**	**28.040.030**
Incluído no resultado e outros resultados abrangentes	2.399.821	(28.828)	1.251.096	3.622.089
Aquisições, emissões e alienações	5.951.615	58.301	(611.831)	5.398.085
Transferência entre níveis	(124.193)	-	-	(124.193)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**29.683.083**	**18.526**	**7.234.402**	**36.936.011**

(1) Em 2012, os derivativos líquidos incluíam R$ 155.297 mil de derivativos ativos e R$ 136.771 mil de derivativos passivos (2011 - R$ 3.236 mil de derivativos ativos e R$ 14.183 mil de derivativos passivos).

As tabelas a seguir demonstram os ganhos/(perdas) devido a variações no valor justo, incluindo os ganhos e perdas realizados e não realizados, registrados no resultado para os instrumentos financeiros ativos e passivos classificados no Nível 3 durante os exercícios de 2012, 2011 e 2010:

R$ mil

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012			
	Ativos financeiros para negociação	Derivativos líquidos	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Receita de juros e similares	2.462.474	-	782.702	3.245.176
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	(62.653)	(28.828)	468.394	376.913
Total	**2.399.821**	**(28.828)**	**1.251.096**	**3.622.089**

R$ mil

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011			
	Ativos financeiros para negociação	Derivativos líquidos	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Receita de juros e similares	2.152.178	-	669.938	2.822.116
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	(123.989)	(3.475)	796	(126.668)
Total	**2.028.189**	**(3.475)**	**670.734**	**2.695.448**

R$ mil

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010			
	Ativos financeiros para negociação	Derivativos líquidos	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Receita de juros e similares	812.377	-	648.528	1.460.905
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	(27.367)	(3.621)	850	(30.138)
Total	**785.010**	**(3.621)**	**649.378**	**1.430.767**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As tabelas a seguir demonstram os ganhos/(perdas) devido a variações no valor justo, incluindo os ganhos e perdas realizados e não realizados, registrados no resultado para os instrumentos financeiros ativos e passivos, classificados no Nível 3, que não foram liquidados durante os exercícios de 2012, 2011 e 2010:

	R$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012		
	Ativos financeiros para negociação	**Derivativos líquidos**	**Total**
Ganhos/(perdas) líquidos da variação no valor justo	29.365	(28.828)	537
Total	**29.365**	**(28.828)**	**537**

	R$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011		
	Ativos financeiros para negociação	**Derivativos líquidos**	**Total**
Ganhos/(perdas) líquidos da variação no valor justo	(102.916)	(3.475)	(106.391)
Total	**(102.916)**	**(3.475)**	**(106.391)**

	R$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010		
	Ativos financeiros para negociação	**Derivativos líquidos**	**Total**
Ganhos/(perdas) líquidos da variação no valor justo	(27.760)	(3.621)	(31.381)
Total	**(27.760)**	**(3.621)**	**(31.381)**

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo:

	R$ mil			
	Valor contábil		**Valor justo**	
	31 de dezembro		**31 de dezembro**	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Ativos financeiros				
Mantidos até o vencimento	3.715.673	4.110.987	6.330.812	5.655.248
Empréstimos e adiantamentos				
• a instituições financeiras (1)	92.821.233	72.663.890	92.821.233	72.663.890
• a clientes (1)	269.652.428	245.874.949	271.323.195	245.804.979
Passivos financeiros				
Recursos de instituições financeiras	220.826.288	204.290.176	220.691.784	204.226.676
Recursos de clientes	210.771.310	216.320.938	210.577.909	216.112.246
Recursos de emissão de títulos	51.552.093	41.630.969	51.746.171	41.880.541
Dívidas Subordinadas	34.851.714	26.910.091	36.349.149	27.709.424

(1) Os valores de empréstimos e adiantamentos estão apresentados líquidos da provisão para perdas ao valor recuperável.

Empréstimos e adiantamentos

Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de

juros, que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos para operações similares. Nos casos em que a cotação de mercado estava disponível, o preço de mercado foi usado como estimativa do valor justo. Para a maioria das operações, a taxas variáveis, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo. Nos casos de deterioração do crédito, os fluxos de caixa estimados para operações a taxas fixas e variáveis foram reduzidos de modo a incorporar as perdas estimadas.

O valor justo relativo a operações de crédito de curso normal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto do mercado e as curvas de rentabilidade, que refletem o risco de crédito e taxa de juros inerentes a cada modalidade de operação na data do encerramento de cada período apresentado. O valor justo para operações de crédito de curso anormal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa ou ao valor da respectiva garantia.

As operações de crédito de curso anormal foram distribuídas nas respectivas categorias de operações de crédito, para fins de divulgação do valor justo. As premissas referentes aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com base nas informações disponíveis no mercado e dados específicos sobre o tomador.

Mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado. Os valores justos são baseados nas premissas mencionadas na Nota 2 (e). Veja Nota 22 para detalhes do custo amortizado e do valor justo dos títulos mantidos até o vencimento.

Recursos de instituições financeiras e de clientes

O valor justo dos recursos de instituições financeiras e de clientes a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos, cujos prazos de vencimento e termos são similares. Para os depósitos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

Recursos de emissão de títulos

Os valores contábeis de recursos de emissão de títulos equivalem, aproximadamente, aos valores justos desses instrumentos.

Dívidas subordinadas

Os valores justos de dívidas subordinadas foram estimados por meio do cálculo de fluxos de caixa descontados, que aplica as taxas de juros oferecidas no mercado, cujos vencimentos e prazos são similares.

3.5. Gerenciamento de capital

O processo de gerenciamento de capital é realizado de maneira a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e com a dimensão da exposição a riscos da Organização.

O processo de Adequação do Patrimônio de Referência é acompanhado diariamente e visa assegurar que a Organização mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos incorridos, seja em situações normais ou em condições extremas de mercado, além de atender os requerimentos regulatórios de capital.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Sob a ótica do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência) compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O PRE é calculado considerando, no mínimo, a soma das seguintes parcelas:

Onde:

Pepr: parcela referente à exposição ponderada pelo fator de ponderação de risco a ela atribuído;
Pjur: representa o risco das operações sujeitas à variação de taxa de juros;
Pacs: reflete o risco das operações sujeitas às variações do preço de ações;
Pcom: reflete o risco das operações sujeitas à variação do preço de *commodities*;
Pcam: reflete o risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial; e
Popr: parcela referente ao risco operacional.

Além disso, a Organização deve manter também PR suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações não incluídas na carteira de negociação (Carteira *Banking*), a qual é calculado por meio da metodologia de EVE (*Economic Value Equity*).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR)

A seguir, apresentamos o detalhamento das informações financeiras, baseadas no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012, preparado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, utilizadas para calcular o Patrimônio de Referência da Organização, sob a ótica do Consolidado Financeiro e Consolidado Econômico-Financeiro. Entretanto, se o Patrimônio de Referência da Organização fosse calculado de acordo com os números elaborados em IFRS, os resultados obtidos poderiam ser diferentes dos apresentados.

R$ mil

Base de cálculo - Índice de Basileia	Consolidado Financeiro (1)		Consolidado Econômico - Financeiro (2)	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
Base de cálculo – Índice de Basileia	**70.047.459**	**55.581.664**	**70.047.459**	**55.581.664**
Redução dos ativos diferidos conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	(120.784)	(167.521)	(211.584)	(248.103)
Redução dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	(4.228.707)	2.765.034	(4.228.707)	2.765.034
Acionistas não controladores/outros	189.066	186.035	588.194	615.258
Patrimônio de referência nível I	**65.887.034**	**58.365.212**	**66.195.362**	**58.713.853**
Soma dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	4.228.707	(2.765.034)	4.228.707	(2.765.034)
Dívida subordinada conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	26.637.742	15.630.207	26.637.742	15.630.207
Patrimônio de referência nível II	**30.866.449**	**12.865.173**	**30.866.449**	**12.865.173**
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	**96.753.483**	**71.230.385**	**97.061.811**	**71.579.026**
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	(128.153)	(103.484)	(128.153)	(103.484)
Patrimônio de referência	**96.625.330**	**71.126.901**	**96.933.658**	**71.475.542**

(1) Inclui empresas financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil que são consolidadas; e
(2) Inclui todas as empresas consolidadas e consolidadas proporcionalmente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Detalhamento do Patrimônio de Referência Exigido (PRE)

Apresentamos a seguir a evolução da necessidade de capital para o Consolidado Financeiro e Consolidado Econômico-Financeiro, em uma abordagem padronizada:

R$ mil

Necessidade de Capital	Consolidado Financeiro		Consolidado Econômico - Financeiro	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
Risco de crédito	**55.944.948**	**48.139.653**	**55.344.917**	**47.421.691**
Operações de crédito (Não varejo)	15.940.168	14.801.466	15.932.384	14.785.868
Operações de crédito (Varejo)	8.929.333	7.916.745	8.945.508	7.938.633
Garantias prestadas	6.519.906	5.421.766	6.532.168	5.433.702
Créditos tributários	2.747.459	2.056.325	3.066.672	2.410.853
Compromissos de crédito	3.193.206	2.903.254	3.223.827	2.932.047
Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.114.297	6.575.780	9.506.015	7.393.302
Outros ativos	10.500.579	8.464.317	8.138.343	6.527.286
Risco de mercado	**7.238.821**	**1.926.942**	**7.280.700**	**1.926.942**
Taxa de juros	6.370.985	1.801.866	6.370.985	1.801.866
• Prefixada em Real	2.004.700	186.124	2.004.700	186.124
• Cupom de moeda estrangeira	1.366.498	465.926	1.366.498	465.926
• Cupom de índice de preços	2.999.787	1.149.816	2.999.787	1.149.816
Ações	47.921	110.499	47.921	110.499
Commodities	12.711	14.577	12.711	14.577
Exposição em Ouro, Moedas Estrangeiras e Câmbio (1)	807.204	-	849.083	-
Risco operacional	**2.543.271**	**2.004.421**	**3.431.635**	**2.810.236**
Finanças corporativas	77.129	67.415	77.129	67.415
Negociação e vendas	730.774	378.672	730.774	378.672
Varejo	478.868	451.798	478.868	451.798
Comercial	727.380	609.351	727.380	609.351
Pagamentos e liquidações	300.673	292.541	300.673	292.541
Serviços de agente financeiro	113.059	93.818	113.059	93.818
Administração de ativos	101.127	94.199	101.127	94.199
Corretagem de varejo	14.261	16.627	14.261	16.627
Empresas não financeiras	-	-	888.364	805.815
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	**65.727.040**	**52.071.016**	**66.057.252**	**52.158.869**
Risco de taxa de juros da Carteira *Banking*	**2.110.607**	**1.180.108**	**3.055.582**	**2.141.215**

(1) De acordo com a Circular nº 3.389/08 do Banco Central do Brasil, quando o valor da exposição em ouro, moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial for apurado acima de 2% do Patrimônio de Referência, haverá alocação de capital. Caso isso não ocorra, a alocação de capital será igual a zero.

A Organização encerrou o exercício de 2012 com um Patrimônio de Referência Exigido (PRE) de R$ 66.057.252 mil no Consolidado Econômico-Financeiro, apresentando aumento de R$ 13.898.383 mil (+26,6%) em relação a 2011.

A necessidade de capital para risco de crédito apresentou aumento de R$ 7.923.226 mil (+16,7%) devido, principalmente, ao crescimento em Operações de Crédito, Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. Já a exigência de capital para risco de mercado apresentou crescimento de R$ 5.353.758 mil (+277,8%), principalmente pelo aumento da exposição em Taxas de Juros Prefixadas em Real e Cupom de Índice de Preços. O capital necessário para fazer face ao risco de taxa de juros da Carteira *Banking* foi de R$ 3.055.582 mil

em 2012. Em relação à necessidade de capital para risco operacional, o montante foi de R$ 3.431.635 mil, com aumento de R$ 621.399 mil (+22,1%), principalmente, nas linhas "Negociação e Vendas" e "Comercial".

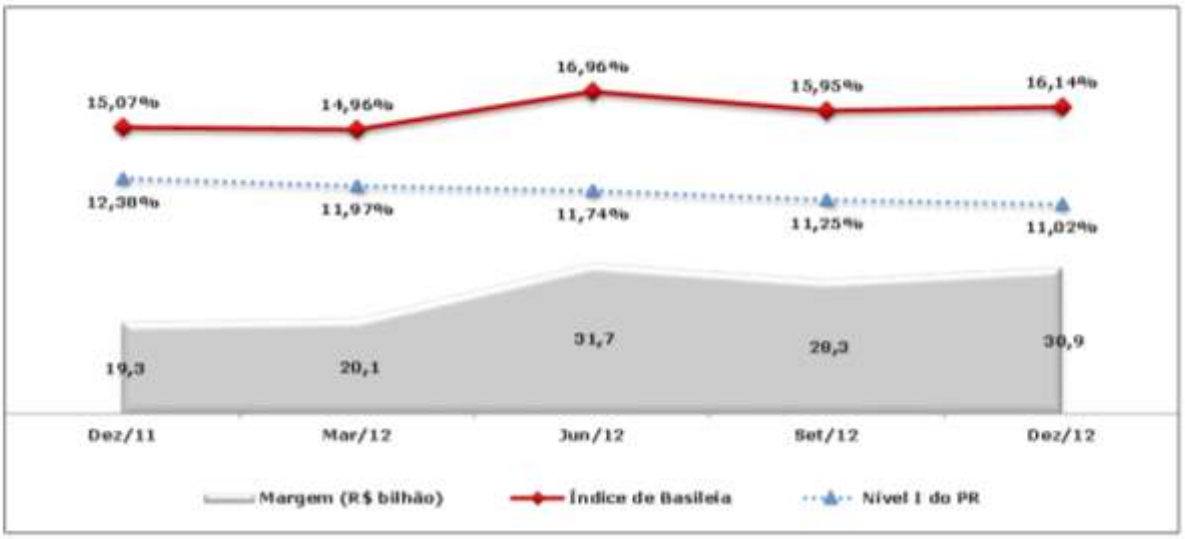
Acompanhamento do Índice de Basileia e da margem

O Índice de Basileia é um indicador internacional definido pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, que recomenda a relação mínima de 8% entre o capital e os ativos ponderados pelos riscos. No Brasil, a relação mínima exigida é de 11%, conforme regulamentação vigente (Resolução nº 3.490/07 do CMN e Circulares nº 3.360/07 e nº 3.477/09 do Banco Central do Brasil).

R$ mil

	Conglomerado Financeiro		Consolidado Econômico-Financeiro	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
Patrimônio de Referência (PR)	96.625.330	71.126.901	96.933.658	71.475.542
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	65.727.040	52.071.016	66.057.252	52.158.869
Margem	30.898.290	19.055.885	30.876.406	19.316.673
Índice de Basileia	16,17%	15,03%	16,14%	15,07%

O Índice de Basileia, para o Consolidado Econômico-Financeiro, encerrou o ano de 2012 em 16,14%, dos quais 11,02% sob o Nível I do Patrimônio de Referência (PR). A margem atingiu o montante de R$ 30.876.406 mil, o que possibilita um incremento de até R$ 337.222.123 mil em operações de crédito (Varejo).



3.6. Risco de seguro

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros, onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição, que advêm de uma situação econômica adversa, que contraria as expectativas da Organização no momento da elaboração de sua política de subscrição, no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Organização.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Superintendência Executiva de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, tem como uma de suas principais atribuições, o desenvolvimento de modelo interno para o cálculo do capital adicional, baseado no risco de subscrição.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Organização deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência desta. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Organização realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, *ALM - Asset Liability Management*. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus participantes e segurados.

Gerenciamento de riscos por produto

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) gerenciamento de ativos e passivos (*ALM*). Além disso, o *LAT (Liability Adequacy Test*) é realizado semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas adequadas à realidade dos negócios em vigor.

Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer em perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como a desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Política de resseguro

A compra de resseguro tem naturalmente embutido em sua operação, e por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, o risco de crédito.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores, que integram os seus contratos, competem à Diretoria Executiva, que observa, além dos requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns outros parâmetros na escolha desses parceiros, que minimizam o risco de crédito intrínseco à operação, tais como: *rating* mínimo A- da S&P – Standard & Poor´s (ou equivalente) e patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos. Outro aspecto importante nessa gestão de compra de resseguro é o fato de que a Organização busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

O prêmio cedido em resseguro, em relação ao prêmio emitido total, da Organização é relativamente pequeno, cabendo ressaltar que praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóvel, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, grande parte dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Re.. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo *rating* mínimo A- da S&P (ou equivalente) e patrimônio superior a US$1 bilhão, o que, no entendimento da Administração, reduz o nosso risco de crédito.

Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Esse gerenciamento de risco inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais, em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como: Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's, entre outras.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de maneira corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes e embasados em documentação e relatórios próprios, devidamente avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Organização, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

Em relação às operações de resseguro o Grupo compra resseguro com um painel restrito de resseguradores, sendo conferida ao IRB-Brasil Re a liderança dos seus contratos automáticos e a totalidade dos contratos facultativos. De acordo com as agências classificadoras previstas na legislação brasileira, tais resseguradores possuem baixo risco de crédito e a classificação do IRB-Brasil Re, concedida pela A.M.Best, é A-.

Exposições ao crédito de seguro

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração, uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo a regulamentação brasileira), caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Organização adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

Seguros de bens

O risco de seguro de bens resulta de:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas à expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos em geral é de curta duração.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas através de políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de veículos inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros; e
- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex: incêndio, explosão e interrupção do negócio), perigos naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente), linhas de engenharia (ex: explosão de caldeiras, quebra de maquinários e construção), marítimos (carga e casco) e seguro de responsabilidades.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens

A Organização monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e constituição das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.

As Superintendências Executivas Técnicas desenvolveram mecanismos, como, por exemplo, agrupamentos dos riscos por CPF, CNPJ e endereços de riscos, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Seguros de vida e previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, longevidade, despesas, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que preveem o benefício de resgate;
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade, e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como: níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas, que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida e previdência

- A Organização monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas de seguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica;

- A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas;
- O risco de longevidade é cuidadosamente monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Organização opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir.
- O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência em comparação com as informações do mercado. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever; e
- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado, principalmente, pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Seguro saúde

Riscos associados ao seguro saúde:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Para o seguro saúde individual, onde algumas das suas provisões são calculadas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros esperados futuros e prêmios esperados futuros), além dos riscos citados acima, existe o risco biométrico, que inclui a experiência de mortalidade e longevidade, o risco de comportamento do segurado, que inclui a sua experiência de persistência e o risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos associados ao seguro saúde

- A Organização monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência de Atuária e Estatística;
- A Superintendência de Atuária e Estatística desenvolveu mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas;
- O risco de longevidade é cuidadosamente monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Organização opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir;
- O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência em comparação com as informações do mercado. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas, para melhorar a retenção de apólices que possam prescrever;
- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado, principalmente, pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa; e
- O risco de taxa de juros é monitorado como parte do risco de mercado.

Resultados da Análise de Sensibilidade

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de juros	O impacto de uma redução na curva da taxa a termo livre de risco**.**
Sinistralidade	O impacto de um aumento na sinistralidade para o negócio.
Longevidade	O impacto de um aumento na estimativa de melhoria da sobrevivência para contratos de anuidade.
Conversão em renda	O impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Seguros de vida com cobertura de sobrevivência e previdência e seguro de vida individual

O teste de sensibilidade foi efetuado considerando as mesmas bases do teste do LAT com variação nas premissas listadas abaixo:

	R$ mil		
	31 de dezembro de 2012		
	Taxa de juros	Longevidade	Conversão em renda
Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições (%)	**-5%**	**+0,002%**	**+5%**
PGBL e VGBL (fases de contribuição)	(170.068)	(58.105)	(88.619)
Planos Tradicionais (fases de contribuição)	(70.856)	(23.671)	(69.207)
Todos os planos (fases de concessão)	(83.117)	(46.017)	-
Total	**(324.041)**	**(127.793)**	**(157.826)**

O cenário também foi aplicado para os seguros de vida individual considerando as variáveis apontadas acima e não foi identificado nenhum valor adicional aqueles já constituídos que pudesse afetar o patrimônio líquido e resultado do exercício.

Seguros de danos, vida e de saúde

Para os seguros de danos, de vida e de saúde, a tabela abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido, caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos 12 meses da data-base do cálculo.

	R$ mil			
	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
Auto	(18.330)	(16.889)	(18.330)	(16.889)
Ramos elementares	(6.672)	(5.711)	(5.088)	(4.301)
Vida	(18.017)	(25.348)	(17.934)	(25.160)
Saúde	(46.194)	(37.096)	(46.194)	(37.096)

Limitações da Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante, enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Organização poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Concentração de riscos

Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em alguns ramos de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco por ramo, baseada no valor de prêmios brutos e líquidos de ressseguro:

Prêmio emitido líquido por ramo, líquido de resseguros	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Auto	3.063.941	2.873.631
Ramos elementares	1.040.685	844.168
DPVAT	461.968	424.036
Saúde individual	1.218.587	1.165.555
Saúde empresarial	7.818.542	6.420.406
Seguros de vida	3.910.500	3.360.571
VGBL	17.596.738	14.723.541
PGBL	1.932.090	1.805.052
Planos Tradicionais	1.341.189	1.256.292

4) Uso de estimativas e julgamentos

A Organização adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo exercício. Todas as estimativas e premissas necessárias, de acordo com as IFRSs, são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas, que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, estão divulgadas a seguir. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações contábeis consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mantidos para negociação, incluindo derivativos e ativos financeiros classificados como disponíveis para venda. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas, sem que haja venda forçada e liquidação.

Esses instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar a mensurações do valor justo de mercado. Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos.

A imprecisão da estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação. Para uma discussão detalhada da determinação do valor justo de instrumentos financeiros, veja Nota 3.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda

Periodicamente, é avaliada a existência de redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda, quando existe uma desvalorização permanente ou de valor significativo no seu valor justo (veja Nota 2(e)(viii)(b)). A determinação de uma desvalorização prolongada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, avalia-se entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos, quando tais variações envolverem ações.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas por meio de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinadas premissas ou julgamento no estabelecimento das estimativas do valor justo.

Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

Ao final de cada período, a provisão para perdas com empréstimos e adiantamentos é ajustada com base em uma análise de nossa carteira, incluindo a estimativa das perdas em empréstimos e adiantamentos.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e adiantamentos exige, por sua natureza, julgamentos e premissas com relação à carteira de empréstimos e adiantamentos, tanto em bases individuais quanto em base de carteiras específicas de produtos. Ao analisar a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, dependendo da metodologia utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e o período histórico considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais, que podem afetar a determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamentos, incluem:

- condições econômicas gerais e condições no setor relevante;
- experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, incluindo experiência recente de prejuízos;
- tendências de qualidade de crédito;
- valores de garantias de uma operação de crédito;
- volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e adiantamentos;
- política monetária do governo brasileiro; e
- quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e adiantamentos ou confirmação da deterioração de crédito existente.

A Organização utiliza modelos para analisar as carteiras de empréstimos e adiantamentos e determinar a provisão necessária para perdas por redução ao valor recuperável. São aplicados fatores estatísticos de perdas e outros indicadores de risco para grupos de empréstimos e adiantamentos com características de risco semelhantes, visando atingir uma estimativa das perdas incorridas na carteira para calcular os modelos. Embora os modelos sejam frequentemente acompanhados e revisados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamentos sobre as informações utilizadas e/ou previsões. A volatilidade da economia é um dos fatores que pode levar a uma maior incerteza em nossos modelos do que se esperaria em ambientes macroeconômicos mais estáveis. Consequentemente, nossa provisão para perdas com empréstimos e adiantamentos pode não ser indicativa das perdas futuras reais.

Para fins de análise de sensibilidade, realizamos uma simulação para avaliar o impacto de um aumento da probabilidade de *default* (PD) sobre o montante de provisão. Nesta simulação, um aumento de 10% na PD de 31 de dezembro de 2012 poderia elevar o montante de provisão em R$ 243 milhões aproximadamente. Essa análise de sensibilidade é hipotética e tem o único objetivo de ilustrar o impacto que a inadimplência tem na determinação da provisão para perda por redução ao valor recuperável.

O processo para determinar o nível de provisão para perdas por redução ao valor recuperável exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos

subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

Redução ao valor recuperável do ágio

A Organização deve analisar, pelo menos anualmente, se o valor contábil corrente do ágio sofreu redução ao seu valor recuperável. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa independentes e a alocação de ágio para essas unidades. O valor contábil da unidade, incluindo o ágio alocado, é comparado ao valor em uso para determinar se há redução ao valor recuperável. Se o valor em uso de uma unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, o ágio sofrerá uma redução ao seu valor recuperável. Pode ser necessário realizar cálculos detalhados considerando mudanças no mercado em que um negócio opera (ex: concorrência e mudança regulatória). O cálculo é baseado no desconto de fluxos de caixa antes dos impostos a uma taxa de juros ajustada pelo risco apropriada para a unidade operacional, sendo que a determinação de ambos exige o exercício de julgamento. Embora as previsões sejam comparadas ao desempenho atual e a dados econômicos externos, os fluxos de caixa esperados refletem naturalmente a visão da Organização sobre o desempenho futuro.

Impostos sobre os lucros

A determinação do valor de nosso imposto de renda passivo (incluindo contribuição social) é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos impostos diferidos ativos e passivos e do imposto de renda a pagar. Em geral, a nossa avaliação exige que estimemos os valores futuros de imposto de renda corrente e diferido. A nossa avaliação da possibilidade de realização de um imposto diferido é subjetiva e envolve avaliações e premissas, que são inerentemente incertas. A realização de ativos fiscais diferidos está sujeita a mudanças nas taxas de juros futuras e desenvolvimentos de nossas estratégias. O suporte para nossas avaliações e premissas pode mudar ao longo do tempo e é resultado de eventos ou circunstâncias não previstos, que afetam a determinação do valor de nosso passivo de impostos.

É necessário julgamento significativo para determinar se é provável que uma posição de imposto de renda seja sustentada com base em exame, mesmo após o resultado de qualquer procedimento administrativo ou judicial com base em méritos técnicos. Também é necessário julgamento para determinar o valor de um benefício elegível para reconhecimento em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Adicionalmente, monitoramos a interpretação da legislação tributária e as decisões de autoridades fiscais e judiciais, para que possamos ajustar qualquer julgamento anterior de imposto de renda acumulado. Esse monitoramento também pode resultar de nosso planejamento de imposto de renda ou resolução de controvérsias de imposto de renda e pode ser significativo para os nossos resultados operacionais em qualquer período. Para mais informações sobre imposto de renda, veja Nota 17.

Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas de seguros (reservas) são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em uma determinada data no futuro, a favor de nossos segurados, veja a Nota 2 (p). São utilizadas hipóteses de mortalidade, invalidez, perda de validade, desempenho do investimento, inflação e despesas. Essas hipóteses se baseiam em nossa experiência e são periodicamente revisadas com relação aos padrões do setor visando assegurar a credibilidade atuarial.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

5) Segmentos operacionais

A Organização opera, principalmente, nos setores bancários e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização também realiza operações no setor bancário, por meio de agências localizadas no país, de agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. Além disso, exerce atividades de seguros, previdência complementar e capitalização por meio de sua subsidiária, a Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

As informações a seguir sobre segmentos foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa Administração usa uma variedade de informações, incluindo financeiras, que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e não financeiras, mensuradas em diferentes bases.

As principais premissas do segmento para receitas e despesas incluem: (i) os excessos de caixa mantidos pelo segmento de seguros, previdência complementar e de capitalização, que são incluídos nesse segmento, resulta em um aumento da receita líquida de juros; (ii) os salários e benefícios e os custos administrativos incluídos dentro do segmento de seguros, planos de previdência complementar e de capitalização, que consistem somente de custos relacionados diretamente com essas operações; e (iii) os custos incorridos no segmento de operações bancárias, relacionados à infraestrutura da rede de agências e outras despesas gerais indiretas, que não estão alocadas.

As informações por segmentos operacionais, revisadas pela Organização e correspondentes aos exercícios de 2012, 2011 e 2010, respectivamente, são as seguintes:

R$ mil

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012			
	Setor bancário	**Seguros, previdência e capitalização**	**Outras operações [1], ajustes e eliminações**	**Total**
Resultado líquido de juros	39.181.426	3.124.512	1.187.027	43.492.965
Resultado líquido de serviços e comissões	13.885.450	1.233.278	(2.313.933)	12.804.795
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação	1.095.588	(6.689)	1.021.214	2.110.113
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	(455.476)	2.418.373	(66.923)	1.895.974
Ganhos/(perdas) líquidos em moeda estrangeira	(1.589.833)	-	638.448	(951.385)
Resultado de seguros e previdência	-	1.411.996	1.020	1.413.016
Receitas operacionais	**(949.721)**	**3.823.680**	**1.593.759**	**4.467.718**
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(10.925.404)	-	(584.775)	(11.510.179)
Despesas de pessoal	(10.586.643)	(1.017.702)	(52.077)	(11.656.422)
Outras despesas administrativas	(11.592.512)	(932.226)	624.355	(11.900.383)
Depreciação e amortização	(1.459.721)	(114.214)	(964.325)	(2.538.260)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(10.350.581)	(375.446)	2.197.363	(8.528.664)
Despesas operacionais	**(44.914.861)**	**(2.439.588)**	**1.220.541**	**(46.133.908)**
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas	**7.202.294**	**5.741.882**	**1.687.394**	**14.631.570**
Resultado de participação em coligadas	752.353	108.302	10.007	870.662
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**7.954.647**	**5.850.184**	**1.697.401**	**15.502.232**
Imposto de renda e contribuição social	(273.930)	(2.196.399)	(1.680.209)	(4.150.538)
Lucro líquido do exercício	**7.680.717**	**3.653.785**	**17.192**	**11.351.694**
Atribuível aos acionistas controladores	7.672.233	3.591.743	27.594	11.291.570
Atribuível aos acionistas não controladores	8.484	62.042	(10.402)	60.124
Total do ativo	**750.410.472**	**153.695.571**	**(102.919.344)**	**801.186.699**
Investimentos em coligadas	**1.587.922**	**1.089.644**	**77.432**	**2.754.998**
Total do passivo	**679.490.290**	**133.940.353**	**(83.590.334)**	**729.840.309**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R$ mil			
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011			
	Setor bancário	**Seguros, previdência e capitalização**	**Outras operações [1], ajustes e eliminações**	**Total**
Resultado líquido de juros	31.379.722	3.274.715	956.849	35.611.286
Resultado líquido de serviços e comissões	11.989.868	1.079.597	(2.235.132)	10.834.333
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação	779.332	(1.300)	(1.386.302)	(608.270)
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	(25.022)	213.520	176.804	365.302
Ganhos/(perdas) líquidos em moeda estrangeira	1.043.896	-	1.581.917	2.625.813
Resultado de seguros e previdência	-	3.075.318	857	3.076.175
Receitas operacionais	**1.798.206**	**3.287.538**	**373.276**	**5.459.020**
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(9.275.421)	-	979.270	(8.296.151)
Despesas de pessoal	(10.082.575)	(950.749)	(117.646)	(11.150.970)
Outras despesas administrativas	(10.805.456)	(1.051.456)	379.778	(11.477.134)
Depreciação e amortização	(1.615.437)	(77.828)	(427.070)	(2.120.335)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(4.933.149)	(481.628)	556.075	(4.858.702)
Despesas operacionais	**(36.712.038)**	**(2.561.661)**	**1.370.407**	**(37.903.292)**
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas	**8.455.758**	**5.080.189**	**465.400**	**14.001.347**
Resultado de participação em coligadas	585.281	100.103	(3.262)	682.122
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**9.041.039**	**5.180.292**	**462.138**	**14.683.469**
Imposto de renda e contribuição social	(1.305.702)	(1.850.139)	(438.186)	(3.594.027)
Lucro líquido do exercício	**7.735.337**	**3.330.153**	**23.952**	**11.089.442**
Atribuível aos acionistas controladores	7.724.917	3.201.449	31.688	10.958.054
Atribuível aos acionistas não controladores	10.420	128.704	(7.736)	131.388
Total do ativo	**657.903.426**	**123.867.399**	**(59.683.933)**	**722.086.892**
Investimentos em coligadas	**1.338.976**	**1.051.490**	**-**	**2.390.466**
Total do passivo	**602.191.149**	**109.511.404**	**(48.997.755)**	**662.704.798**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R$ mil			
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010			
	Setor bancário	**Seguros, previdência e capitalização**	**Outras operações (1), ajustes e eliminações**	**Total**
Resultado líquido de juros	28.223.501	2.823.860	1.723.930	32.771.291
Resultado líquido de serviços e comissões	10.450.714	975.142	(2.031.318)	9.394.538
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação	906.333	(1.068)	1.307.468	2.212.733
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	97.652	418.846	237.918	754.416
Ganhos/(perdas) líquidos em moeda estrangeira	336.578	-	(1.019.539)	(682.961)
Resultado de seguros e previdência	-	2.554.366	23.364	2.577.730
Receitas operacionais	**1.340.563**	**2.972.144**	**549.211**	**4.861.918**
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(6.354.670)	-	598.545	(5.756.125)
Despesas de pessoal	(7.944.012)	(762.840)	(87.165)	(8.794.017)
Outras despesas administrativas	(9.018.558)	(1.046.476)	303.589	(9.761.445)
Depreciação e amortização	(1.539.117)	(1.418)	(425.898)	(1.966.433)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(6.111.529)	(354.148)	463.014	(6.002.663)
Despesas operacionais	**(30.967.886)**	**(2.164.882)**	**852.085**	**(32.280.683)**
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas	**9.046.892**	**4.606.264**	**1.093.908**	**14.747.064**
Resultado de participação em coligadas	323.983	148.448	104.622	577.053
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**9.370.875**	**4.754.712**	**1.198.530**	**15.324.117**
Imposto de renda e contribuição social	(2.416.284)	(1.771.955)	(1.083.685)	(5.271.924)
Lucro líquido do exercício	**6.954.591**	**2.982.757**	**114.845**	**10.052.193**
Atribuível aos acionistas controladores	6.943.764	2.912.981	82.830	9.939.575
Atribuível aos acionistas não controladores	10.827	69.776	32.015	112.618
Total do ativo	**548.664.554**	**105.026.136**	**(50.736.666)**	**602.954.024**
Investimentos em coligadas	**431.894**	**1.866.306**	-	**2.298.200**
Total do passivo	**500.501.943**	**92.604.260**	**(41.310.744)**	**551.795.459**

(1) Outras operações correspondem a menos de 1% do total de ativo/passivo e do lucro líquido do exercício.

Nossas operações são, substancialmente, realizadas no país. Além disso, em 31 de dezembro de 2012, possuíamos uma agência em Nova Iorque e duas agências em Grand Cayman, principalmente, para complementar nossos serviços bancários e de assessoria relativos às atividades de importação e exportação a clientes brasileiros. Além disso, contamos também com nossas controladas no exterior: Banco Bradesco Argentina S.A. (Buenos Aires), Banco Bradesco Europa (Luxemburgo), Bradesco North America LLC (Nova Iorque), Bradesco Securities, Inc. (Nova Iorque), Bradesco Securities UK Limited (Londres), Bradesco Services Co., Ltd. (Tóquio), Cidade Capital Markets Ltd. (Grand Cayman), Bradesco Securities Hong Kong Limited (Hong Kong), Bradesco Trade Services Limited (Hong Kong) e Bradescard Mexico, Sociedad de Responsabilidad Limitada (México).

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita da Organização em 2012, 2011 e 2010.

Todas as operações entre segmentos operacionais são realizadas como um braço da Organização. As receitas e despesas entre segmentos são eliminados na coluna "Outras operações, ajustes e eliminações". As receitas e despesas diretamente associadas a cada segmento são incluídas no segmento operacional correspondente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

6) Resultado líquido de juros

R$ mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	**2011**	**2010**
Receita de juros e similares			
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6.800.239	9.194.044	6.059.777
Empréstimos e adiantamentos a clientes:			
- Operações de crédito	47.460.302	43.975.833	35.552.902
- Operações de arrendamento mercantil	1.080.916	1.489.851	2.212.121
Ativos financeiros:			
- Para negociação	7.831.848	9.076.069	6.398.665
- Disponíveis para venda	6.434.573	3.373.070	3.342.997
- Mantidos até o vencimento	589.835	360.835	438.485
Cedidos em garantia	9.090.234	8.744.459	6.862.222
Depósitos compulsórios no Banco Central	3.808.229	6.112.337	2.869.307
Outras receitas financeiras de juros	37.540	40.774	35.707
Total	**83.133.716**	**82.367.272**	**63.772.183**
Despesa de juros e similares			
Recursos de instituições financeiras:			
- Depósitos interfinanceiros	(48.582)	(46.693)	(38.521)
- Captação no mercado aberto	(11.756.969)	(13.996.866)	(9.981.262)
- Obrigações por empréstimos e repasses	(2.349.470)	(5.775.844)	(851.093)
Recursos de clientes:			
- Poupança	(3.623.935)	(3.754.755)	(2.964.110)
- A prazo	(7.551.805)	(11.198.180)	(8.329.374)
Recursos de emissão de títulos	(3.439.688)	(2.490.536)	(730.443)
Dívidas subordinadas	(2.884.331)	(2.787.681)	(2.022.578)
Provisões técnicas de seguros e previdência	(7.985.971)	(6.705.431)	(6.083.511)
Total	**(39.640.751)**	**(46.755.986)**	**(31.000.892)**
Resultado líquido de juros	**43.492.965**	**35.611.286**	**32.771.291**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

7) Resultado líquido de serviços e comissões

	R$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Receitas de serviços e comissões			
Cartões de crédito	4.075.501	3.495.161	2.865.529
Contas correntes	3.244.851	2.786.427	2.360.606
Cobrança	1.301.843	1.204.277	1.081.498
Administração de fundos	843.868	787.921	765.059
Garantias prestadas	776.684	614.926	566.274
Serviços de custódia e corretagem	482.883	419.872	449.453
Administração de consórcios	613.234	526.562	433.234
Arrecadações	318.495	312.064	286.706
Tarifa interbancária	31.250	27.802	23.265
Outras	1.152.577	693.299	589.861
Total	**12.841.186**	**10.868.311**	**9.421.485**
Despesas de serviços e comissões			
Serviços do sistema financeiro	(36.391)	(33.978)	(26.947)
Resultado líquido de serviços e comissões	**12.804.795**	**10.834.333**	**9.394.538**

8) Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação

	R$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Instrumentos financeiros derivativos	(2.303.168)	(1.474.926)	2.057.723
Títulos de renda fixa	4.027.119	1.432.918	163.215
Títulos de renda variável	386.162	(566.262)	(8.205)
Total	**2.110.113**	**(608.270)**	**2.212.733**

9) Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

	R$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Títulos de renda variável [(1)]	(982.738)	252.974	345.981
Títulos de renda fixa	2.761.028	(14.368)	299.235
Dividendos recebidos	117.684	126.696	109.200
Total	**1.895.974**	**365.302**	**754.416**

(1) Inclui em 2012, perda por redução ao valor recuperável no valor de R$ 1.170.038 mil (veja Nota 21).

10) Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira

Os ganhos e perdas líquidos de operações em moeda estrangeira demonstram, basicamente, os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda e as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

11) Resultado de seguros e previdência

	R$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	**2011**	**2010**
Prêmios emitidos	37.899.360	32.136.300	26.136.471
Contribuições de previdência complementar	3.273.485	3.061.682	2.541.130
Prêmios de cosseguros cedidos	(198.281)	(190.724)	(127.307)
Prêmios restituídos	(500.468)	(418.791)	(362.060)
Prêmios emitidos líquidos	**40.474.096**	**34.588.467**	**28.188.234**
Prêmios de resseguros	(297.351)	(272.924)	(194.118)
Prêmios retidos de seguros e planos de previdência	**40.176.745**	**34.315.543**	**27.994.116**
Variação da provisão técnica de seguros	(19.975.166)	(15.453.221)	(12.248.846)
Variação da provisão técnica de previdência	(3.350.935)	(2.759.184)	(2.023.396)
Variação de provisões técnicas de seguros e planos de previdência	**(23.326.101)**	**(18.212.405)**	**(14.272.242)**
Indenizações avisadas	(13.311.414)	(11.975.875)	(9.619.861)
Despesas com sinistros	(142.206)	(155.519)	(260.188)
Recuperação de sinistros de cosseguro cedido	132.065	217.943	216.253
Recuperação de sinistros de resseguro	292.659	138.154	114.821
Salvados e ressarcimentos	229.207	209.340	175.992
Variações da provisão de IBNR	(324.144)	397.345	(204.446)
Sinistros retidos	**(13.123.833)**	**(11.168.612)**	**(9.577.429)**
Comissão sobre prêmios	(1.535.764)	(1.343.695)	(1.193.571)
Recuperação de comissão	21.794	34.386	37.225
Angariação	(730.423)	(441.965)	(321.346)
Despesas com corretagem e agenciamento - previdência	(199.358)	(190.035)	(161.827)
Variação das comissões diferidas	129.956	82.958	72.804
Custos de aquisição diferidos de planos de seguros e previdência	**(2.313.795)**	**(1.858.351)**	**(1.566.715)**
Resultado de seguros e previdência	**1.413.016**	**3.076.175**	**2.577.730**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

12) Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

	R$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Empréstimos e adiantamentos:			
Constituição de perda por redução ao valor recuperável	(15.405.855)	(12.194.183)	(9.569.655)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.000.904	2.799.169	2.676.883
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável	894.772	1.098.863	1.136.647
Total	**(11.510.179)**	**(8.296.151)**	**(5.756.125)**

13) Despesas de pessoal

	R$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Proventos	(5.409.712)	(4.880.681)	(4.054.876)
Benefícios	(2.432.357)	(2.213.852)	(1.786.066)
Encargos sociais	(2.081.118)	(1.836.000)	(1.547.423)
Participação dos empregados nos lucros	(1.017.125)	(930.270)	(796.172)
Provisão para processos trabalhistas	(588.878)	(1.133.644)	(507.714)
Treinamentos	(127.232)	(156.523)	(101.766)
Total	**(11.656.422)**	**(11.150.970)**	**(8.794.017)**

14) Outras despesas administrativas

	R$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Serviços de terceiros	(3.491.155)	(3.700.482)	(3.146.756)
Comunicação	(1.582.940)	(1.532.943)	(1.372.520)
Processamento de dados	(924.532)	(769.741)	(709.840)
Transporte	(852.372)	(770.278)	(629.144)
Aluguéis	(757.698)	(644.527)	(567.334)
Propaganda, promoções e publicidade	(727.570)	(882.143)	(761.096)
Sistema financeiro	(652.457)	(541.231)	(398.298)
Manutenção e conservação de bens	(567.201)	(517.870)	(423.443)
Segurança e vigilância	(425.940)	(331.815)	(272.423)
Materiais	(315.204)	(371.027)	(290.282)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(290.702)	(295.064)	(259.957)
Água, energia e gás	(251.807)	(224.936)	(206.990)
Viagens	(136.391)	(158.652)	(121.845)
Outras	(924.414)	(736.425)	(601.517)
Total	**(11.900.383)**	**(11.477.134)**	**(9.761.445)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

15) Depreciação e amortização

	R$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	**2011**	**2010**
Despesa com amortização	(1.501.125)	(1.130.243)	(1.010.341)
Despesa com depreciação	(1.037.135)	(990.092)	(956.092)
Total	**(2.538.260)**	**(2.120.335)**	**(1.966.433)**

16) Outras receitas/(despesas) operacionais

	R$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	**2011**	**2010**
Despesas tributárias	(3.871.468)	(3.536.225)	(3.014.917)
Despesas com provisões judiciais	(788.992)	(1.254.214)	(788.829)
Variação monetária passiva	(838.540)	(1.040.207)	(503.353)
Resultado na alienação de ativos não correntes, investimentos e imobilizado de uso, líquido [1]	584.318	(246.323)	(304.743)
Outras [2]	(3.613.982)	1.218.267	(1.390.821)
Total	**(8.528.664)**	**(4.858.702)**	**(6.002.663)**

(1) Inclui em 2012, resultado na alienação das ações da Serasa no valor de R$ 793.360 mil; e
(2) Em 2012, inclui despesas por análise de recuperabilidade de ativos – *impairment* e em 2011, inclui receitas de créditos fiscais a compensar e ganho por compra vantajosa relativo a aquisição do BERJ.

17) Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	**2011**	**2010**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**15.502.232**	**14.683.469**	**15.324.117**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	**(6.200.893)**	**(5.873.388)**	**(6.129.647)**
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas	348.265	272.848	230.821
(Perda)/ganho cambial	726.799	956.878	(364.763)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(503.378)	(428.667)	(292.652)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	1.304.523	1.173.595	985.815
Diferencial da alíquota da contribuição social [1]	177.046	153.261	130.948
Outros valores	(2.900)	151.446	167.554
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(4.150.538)**	**(3.594.027)**	**(5.271.924)**
Alíquota efetiva	26,77%	24,48%	34,40%

(1) Refere-se ao diferencial da alíquota da contribuição social entre empresas financeiras e equiparadas (15%) e subsidiárias não financeiras (9%) (Nota 2w).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	**(6.628.903)**	**(5.268.788)**	**(6.052.588)**
Impostos diferidos:			
Constituição/realização sobre adições temporárias	2.548.562	1.894.882	1.034.023
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	(151.777)	(120.505)	(72.954)
Prejuízo fiscal	(178.052)	(264.594)	(301.294)
Constituição sobre:			
Base negativa de contribuição social	150.424	147.875	62.034
Prejuízo fiscal	109.208	17.103	58.855
Total dos impostos diferidos	**2.478.365**	**1.674.761**	**780.664**
Imposto de renda e contribuição social	**(4.150.538)**	**(3.594.027)**	**(5.271.924)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R$ mil			
	Saldo em 31.12.2011	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 31.12.2012**
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	10.214.117	6.626.787	5.234.722	11.606.182
Provisão para contingências	6.249.340	1.733.167	651.681	7.330.826
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	724.809	13.141	311.479	426.471
Outros	1.766.569	1.394.750	1.002.391	2.158.928
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**18.954.835**	**9.767.845**	**7.200.273**	**21.522.407**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	1.758.894	259.632	329.829	1.688.697
Subtotal	**20.713.729**	**10.027.477**	**7.530.102**	**23.211.104**
Contribuição social - MP nº 2.158-35 (mudança na legislação fiscal)	144.644	-	3.800	140.844
Total dos créditos tributários [(1)]	**20.858.373**	**10.027.477**	**7.533.902**	**23.351.948**
Obrigações fiscais diferidas [(1)]	**6.011.493**	**3.116.323**	**667.759**	**8.460.057**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas [(1)]	**14.846.880**	**6.911.154**	**6.866.143**	**14.891.891**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R$ mil				
	Saldo em 31.12.2010	**Saldos Adquiridos**	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 31.12.2011**
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	8.507.774	61.467	4.980.904	3.336.028	10.214.117
Provisão para contingências	4.425.863	30.279	2.368.542	575.344	6.249.340
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	160.971	-	610.197	46.359	724.809
Outros	3.160.682	149.286	685.280	2.228.679	1.766.569
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**16.255.290**	**241.032**	**8.644.923**	**6.186.410**	**18.954.835**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	721.748	1.257.267	164.978	385.099	1.758.894
Subtotal	**16.977.038**	**1.498.299**	**8.809.901**	**6.571.509**	**20.713.729**
Contribuição social - MP nº 2158-35 (mudança na legislação fiscal)	157.813	-	-	13.169	144.644
Total dos créditos tributários (1)	**17.134.851**	**1.498.299**	**8.809.901**	**6.584.678**	**20.858.373**
Obrigações fiscais diferidas (1)	**6.381.603**	**-**	**515.847**	**885.957**	**6.011.493**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas(1)	**10.753.248**	**1.498.299**	**8.294.054**	**5.698.721**	**14.846.880**

(1) O imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, estão compensados no balanço patrimonial por entidade tributável, cujo valor em 2012 foi de R$ 5.368.390 mil e 2011 - R$ 3.764.985 mil.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e crédito tributário de contribuição social

	R$ mil				
	Diferenças temporárias		**Prejuízo fiscal e base negativa**		**Total**
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	
2013	3.966.521	2.336.336	246.075	247.154	6.796.086
2014	3.918.127	2.299.424	305.204	364.520	6.887.275
2015	3.723.929	2.172.973	196.003	168.713	6.261.618
2016	637.494	359.749	32.787	77.708	1.107.738
2017	1.390.967	716.887	119.535	71.842	2.299.231
Total	**13.637.038**	**7.885.369**	**899.604**	**929.937**	**23.351.948**

e) Impostos diferidos passivos

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Superveniência de depreciação – *leasing* financeiro	2.390.590	3.416.414
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	4.473.748	1.504.120
Outros	1.595.719	1.090.959
Total	**8.460.057**	**6.011.493**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

f) Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido

R$ mil

	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Base	**Imposto**	**Líquido**	**Base**	**Imposto**	**Líquido**	**Base**	**Imposto**	**Líquido**
Ativos financeiros registrados como disponíveis para venda	7.679.798	(3.061.838)	4.617.960	(763.425)	294.978	(468.447)	651.063	(260.425)	390.638
Conversão de subsidiária no exterior	46.196	(18.479)	27.717	389	(155)	234	(11.708)	4.683	(7.025)
Total	**7.725.994**	**(3.080.317)**	**4.645.677**	**(763.036)**	**294.823**	**(468.213)**	**639.355**	**(255.742)**	**383.613**

g) Impostos a compensar

Refere-se, basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

18) Lucro por ação

a) Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, respectivamente, conforme quadro a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	**2011**	**2010**
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R$ mil)	**5.408.752**	**5.221.168**	**4.732.423**
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R$ mil)	**5.942.942**	**5.736.886**	**5.207.152**
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	1.909.848	1.908.949	1.880.830
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	1.907.702	1.906.822	1.881.367
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R$)	2,83	2,74	2,52
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R$)	3,12	3,01	2,77

b) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

19) Caixa e disponibilidades em bancos

a) Caixa e disponibilidades em bancos

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Disponibilidades em moeda nacional	8.893.652	16.123.156
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.146.593	6.443.564
Depósitos compulsórios no Banco Central [(1)]	47.952.417	71.210.757
Outros	115	100
Total	**59.992.777**	**93.777.577**

(1) Os depósitos compulsórios no Banco Central referem-se a um saldo mínimo, que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros.

b) Caixa e equivalentes de caixa

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Disponibilidades em moeda nacional	8.893.652	16.123.156
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.146.593	6.443.564
Aplicações interfinanceiras de liquidez [(1)]	35.478.051	14.286.306
Outros	115	100
Total	**47.518.411**	**36.853.126**

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

20) Ativos e passivos financeiros para negociação

a) Ativos financeiros para negociação

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Títulos e valores mobiliários		
Títulos públicos brasileiros	46.015.587	53.506.040
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	36.221.243	24.451.335
Títulos emitidos por instituições financeiras	18.485.686	10.823.463
Aplicações em cotas de fundos	7.650.252	6.791.968
Títulos públicos de governos estrangeiros	244.168	50.092
Títulos brasileiros emitidos no exterior	-	18.267
Instrumentos financeiros derivativos	3.222.631	955.912
Total	**111.839.567**	**96.597.077**

Vencimento

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Vencimento em até um ano	36.067.001	41.467.436
Vencimento de um até cinco anos	40.735.254	32.801.491
Vencimento de cinco até dez anos	22.517.238	12.015.342
Vencimento acima de dez anos	1.108.947	867.421
Prazo indeterminado	11.411.127	9.445.387
Total	**111.839.567**	**96.597.077**

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias classificados como para “Ativos financeiros para negociação”, que totalizaram R$ 8.609.468 mil e R$ 59.224.886 mil em 2012 e 2011, respectivamente, estão demonstrados na Nota 23 - “Ativos cedidos em garantia”.

A Organização mantinha em 2012 R$ 10.044.456 mil (2011 - R$ 2.187.031 mil) penhorado como garantia por passivos.

Os ganhos/(perdas) líquidos, não realizados, incluídos em títulos e valores mobiliários de negociação somam R$ 392.100 mil (2011 - R$ 31.025 mil e 2010 – R$ 56.386 mil). A variação líquida em ganhos/(perdas) não realizados com títulos e valores mobiliários de negociação totalizou R$ 361.075 mil em 2012 (2011 – R$ (25.361) mil).

b) Passivos financeiros para negociação

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Instrumentos financeiros derivativos	4.049.982	747.210
Total	**4.049.982**	**747.210**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Organização participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com diversos clientes, os quais se destinam a reduzir sua exposição global a risco, bem como administrar a exposição a risco de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (BM&FBovespa).

(i) Contratos de *Swap*

Swaps de moeda estrangeira e taxa de juros são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por um outro e resultam em uma troca econômica de moedas estrangeiras ou taxas de juros (por exemplo, fixa ou variável) ou em uma combinação das mesmas (ou seja, *swaps* de moeda estrangeira e de taxa de juros). Não ocorre a troca do principal, exceto em certos *swaps* de moeda. O risco de crédito da Organização representa o custo potencial para repor os contratos de *swap* se as contrapartes não cumprirem suas obrigações. Este risco é continuamente monitorado com relação ao valor justo atual, à proporção do valor *notional* dos contratos e à liquidez do mercado. Para controlar o nível do risco de crédito assumido, a Organização avalia as contrapartes dos contratos usando as mesmas técnicas empregadas em suas atividades de empréstimo.

(ii) Opções de câmbio

Opções de câmbio são contratos segundo os quais o vendedor (lançador da opção) concede ao comprador (detentor da opção) o direito, mas não a obrigação, de comprar *call option* ou vender *put option* em uma data determinada ou durante um período determinado, um valor específico em moeda estrangeira. O vendedor recebe do comprador um prêmio pela assunção do risco de câmbio ou de taxa de juros. As opções podem ser negociadas entre a Organização e um cliente. A Organização está exposta a risco de crédito apenas nas opções compradas e apenas por seu valor contábil, que é o valor justo de mercado.

(iii) Futuros de taxas de câmbio e de juros

Operações de futuro de taxas de câmbio e de juros são obrigações contratuais de pagamento ou recebimento de um valor líquido baseado em mudanças nas taxas de câmbio ou de juros, ou de compra ou venda de um instrumento financeiro em uma data futura a um preço especificado, estabelecido por um mercado financeiro organizado. O risco de crédito é mínimo, uma vez que os contratos de futuros são garantidos por caixa ou títulos e valores mobiliários e as variações no valor dos contratos são liquidados diariamente por meio do câmbio. Contratos com taxa a termo são operações de futuro de taxas de juros negociadas individualmente, que exigem a liquidação da diferença entre a taxa contratada e a taxa atual de mercado sobre o valor do principal, a ser paga em caixa, em uma data futura.

(iv) Operações a termo

A operação a termo é um contrato de compra ou venda, de uma ação, a um preço fixo, para liquidação em uma determinada data. Por se tratar de um mercado futuro, no qual a compra da ação só será efetivada no dia do vencimento, é necessária uma margem em custódia para garantias do contrato. Essa margem pode ser em dinheiro ou títulos de valores mobiliários custodiados. O valor da margem varia durante o contrato, de acordo com a variação do indexador que assumiu na operação, em razão de mudanças de volatilidade e liquidez, além de possíveis margens adicionais que a corretora pode solicitar.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A composição dos valores de referência *notional* e/ou contratuais e dos valores justos dos derivativos de negociação mantidos pela Organização é a seguinte:

R$ mil

	Valores referenciais		Ativo/(Passivo)	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
Contratos futuros				
• À taxa de juros futuros				
Compras	130.181.209	38.265.325	10.494	569
Vendas	441.870.992	167.790.622	(26.986)	(12.554)
• Em moeda estrangeira				
Compras	3.804.690	1.533.988	-	-
Vendas	30.645.872	23.057.379	-	-
• Outros				
Compras	25.963	3.981	-	-
Vendas	1.336.588	1.111.109	-	-
Opções				
• À taxa de juros				
Compras	61.765.403	11.169.630	184.358	18.504
Vendas	79.976.227	11.288.350	(139.680)	(93)
• Em moeda estrangeira				
Compras	536.505	577.532	2.555	6.987
Vendas	347.040	1.031.848	(3.743)	(17.261)
• Outros				
Compras	695.710	501.207	15.283	2.092
Vendas	662.970	778.119	(15.322)	(19.593)
Operações a termo				
• Em moeda estrangeira				
Compras	20.068.292	12.559.145	290.016	330.143
Vendas	8.314.349	9.365.155	(847.890)	(162.197)
• Outros				
Compras	411.994	7.012	1.768.413	22.984
Vendas	1.396.530	85.827	(1.762.143)	(81.918)
Contratos de *swaps*				
• Posição de Ativo				
Swaps de taxa de juros	15.140.812	9.555.701	356.414	202.551
Swaps de moeda	21.030.812	16.220.132	595.098	372.082
• Posição de Passivo				
Swaps de taxa de juros	14.946.865	10.461.799	(773.255)	(274.317)
Swaps de moeda	21.527.465	15.192.994	(480.963)	(179.277)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Contratos de *swap* de taxa de juros, de moeda estrangeira e taxas cruzadas de moeda e juros são contratos nos quais pagamentos de juros ou de principal em uma ou duas moedas diferentes são trocados por um período contratual. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado à mudanças nas condições de mercado, devido à variações nas taxas de juros e na taxa de câmbio das moedas.

Os contratos de futuros de taxa de juros e de moeda e os contratos a termo de taxa de juros visam a entrega posterior de um instrumento a um preço ou uma rentabilidade específica. Os valores de referência constituem o valor nominal do respectivo instrumento, cujas variações de preço são liquidadas diariamente. O risco de crédito associado com os contratos de futuros é minimizado devido a essas liquidações diárias. Os contratos de futuros também estão sujeitos ao risco das variações nas taxas de juros ou no valor dos respectivos instrumentos.

A Organização possui as seguintes operações de *hedge* econômico, entretanto, conforme a Nota 2e iii, estes não se qualificam para a contabilização de *hedge* contábil:

***Hedge* de valor justo do risco de taxa de juros**

A Organização utiliza *swaps* de taxa de juros para proteger sua exposição à alterações no valor justo de suas emissões de renda fixa e de determinados empréstimos e adiantamentos. Os *swaps* de taxa de juros são casados com emissões específicas ou empréstimos de renda fixa.

***Hedge* de fluxos de caixa de títulos de dívida emitidos em moeda estrangeira**

A Organização utiliza *swaps* de taxas de juros em moedas estrangeiras para se proteger dos riscos cambiais e das taxas de juros decorrentes da emissão de títulos de dívida de taxa flutuante denominadas em moedas estrangeiras. Os fluxos de caixa dos *swaps* de taxa de juros em moedas estrangeiras são compatíveis com os fluxos de caixa dos títulos de dívida de taxas flutuantes.

***Hedge* de investimentos líquidos no exterior**

A Organização utiliza uma combinação de contratos de câmbio a termo e de dívidas denominadas em moeda estrangeira para cobertura do risco cambial de seus investimentos líquidos em controladas no exterior.

O valor justo dos contratos a termo usados para proteção dos investimentos líquidos em controladas estrangeiras está apresentado na tabela anterior. As dívidas denominadas em moeda estrangeira utilizadas para proteção dos investimentos líquidos da Organização em controladas no exterior, têm valor justo igual ao seu valor contábil e estão incluídas na rúbrica “Recursos por emissão de títulos” (Nota 34).

Outros derivativos destinados a *hedge*

A Organização utiliza essa categoria para gerenciar sua exposição a riscos cambiais, de taxa de juros, de mercado acionário e de crédito. Os instrumentos utilizados incluem *swaps* de taxa de juros, *swaps* de taxa de juros em moedas estrangeiras, contratos a termo, futuros, opções, *swaps* de crédito e *swaps* de ações. O valor justo destes derivativos é apresentado na tabela anterior.

Lucros não observáveis no reconhecimento inicial

Quando a avaliação depender de parâmetros não observáveis, qualquer ganho ou perda inicial em instrumentos financeiros são diferidos ao longo do prazo do contrato ou até que o instrumento seja resgatado, transferido, vendido ou o valor justo torne-se observável. Todos os derivativos, que fazem parte de relacionamentos de *hedge* qualificados, são avaliados com base em parâmetros de mercado observáveis.

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pela Organização, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pela

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Organização, principalmente, para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros é reconhecido na rubrica "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação", na demonstração do resultado.

21) Ativos financeiros disponíveis para venda

R$ mil

	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor de mercado
Títulos públicos brasileiros	55.637.691	8.328.123	(348)	63.965.466
Títulos emitidos por empresas não financeiras	10.162.602	985.321	(240.794)	10.907.129
Títulos emitidos por instituições financeiras	820.744	133.296	(64.026)	890.014
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	239.105	76.362	(41.691)	273.776
Ações de companhias abertas e outras ações	5.270.528	790.624	(536.689)	5.524.463
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**72.130.670**	**10.313.726**	**(883.548)**	**81.560.848**
Títulos públicos brasileiros	27.536.935	3.797.932	(278)	31.334.589
Títulos emitidos por empresas não financeiras	7.331.006	289.320	(170.253)	7.450.073
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.460.574	65.404	(43.113)	1.482.865
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	22.684	119.406	(117.766)	24.324
Ações de companhias abertas e outras ações	6.295.340	427.172	(1.765.965)	4.956.547
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**42.646.539**	**4.699.234**	**(2.097.375)**	**45.248.398**

Vencimento

R$ mil

	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até 1 ano	19.614.840	19.634.826	784.902	755.038
Vencimento entre 1 e 5 anos	9.889.937	11.011.326	2.536.462	2.597.840
Vencimento entre 5 e 10 anos	26.134.955	29.633.449	14.101.113	15.596.741
Vencimento acima de 10 anos	11.220.410	15.756.784	18.928.722	21.342.232
Vencimento indeterminado	5.270.528	5.524.463	6.295.340	4.956.547
Total	**72.130.670**	**81.560.848**	**42.646.539**	**45.248.398**

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias, classificados como disponíveis para venda, que totalizaram R$ 23.343.375 mil e R$ 6.702.123 mil em 2012 e 2011, respectivamente, estão demonstrados na Nota 23 - “Ativos cedidos em garantia”.

Em 2012, a Organização mantinha R$ 113.944 mil (2011 - R$ 6.892 mil) em ativos financeiros disponíveis para venda penhorados como garantia por passivos.

Durante 2012, aplicamos nossa política de *impairment* descrita na Nota 2.e.viii.b e reconhecemos perdas não temporárias em nossa carteira de ações no valor de R$ 1.170.038 mil (2011 - R$ 515 mil e 2010 – R$ 429 mil).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

22) Investimentos mantidos até o vencimento

	R$ mil			
	Custo amortizado	**Ganhos brutos não realizados**	**Perdas brutas não realizadas**	**Valor de mercado**
Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	3.659.576	2.623.544	-	6.283.120
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	56.097	3.949	(12.354)	47.692
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**3.715.673**	**2.627.493**	**(12.354)**	**6.330.812**
Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	3.490.502	1.594.276	-	5.084.778
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	620.485	41.807	(91.822)	570.470
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**4.110.987**	**1.636.083**	**(91.822)**	**5.655.248**

Vencimento

	R$ mil			
	31 de dezembro de 2012		**31 de dezembro de 2011**	
	Custo amortizado	**Valor de mercado**	**Custo amortizado**	**Valor de mercado**
Vencimento em até 1 ano	11.242	11.374	733.812	682.881
Vencimento entre 1 e 5 anos	220.643	244.747	207.601	217.555
Vencimento entre 5 e 10 anos	1.721.156	2.692.694	1.531.615	2.129.206
Vencimento acima de 10 anos	1.762.632	3.381.997	1.637.959	2.625.606
Total	**3.715.673**	**6.330.812**	**4.110.987**	**5.655.248**

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias, classificados como mantidos até o vencimento, que totalizaram R$ 267.421 mil e R$ 292.531 mil em 2012 e 2011, respectivamente, estão registrados na Nota 23 - “Ativos cedidos em garantia”.

23) Ativos cedidos em garantia

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Mantidos para negociação [(1)]	**8.609.468**	**59.224.886**
Títulos públicos brasileiros	8.609.468	59.224.886
Disponíveis para venda [(1) (2)]	**23.343.375**	**6.702.123**
Títulos públicos brasileiros	19.308.061	3.465.119
Títulos emitidos por empresas não financeiras	3.431.710	1.913.034
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	149.284	791.212
Títulos emitidos por empresas financeiras	454.320	532.758
Mantidos até o vencimento	**267.421**	**292.531**
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	267.421	292.531
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	**73.913.035**	**30.902.540**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	73.913.035	30.902.540
Total	**106.133.299**	**97.122.080**

(1) Do total de títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda, R$ 30.442.243 mil correspondem ao Nível 1 (2011 – R$ 65.723.811 mil) e R$ 1.510.600 mil correspondem ao Nível 3 (2011 – R$ 203.198 mil). Durante o ano de 2012 não houve transferência entre níveis.

(2) Em 2012, inclui ganhos no valor de R$ 1.252.307 mil (2011 - R$ 355.804 mil) e perdas de R$ 3.827 mil (2011 - R$ 10.593 mil).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As garantias são compromissos condicionais oferecidos que garantem que as cláusulas contratuais das operações de captações no mercado aberto sejam cumpridas. Destas garantias, o montante de R$ 103.661.849 mil (2011 - R$ 89.724.304 mil) pode ser repenhorado, e R$ 2.471.450 mil (2011 - R$ 7.397.776 mil), vendido ou repenhorado.

O valor justo das garantias cedidas em 2012, classificadas como mantidos até o vencimento, representa R$ 271.237 mil (2011 - R$ 331.366 mil).

24) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Aplicações em operações compromissadas (1)	68.668.469	41.787.144
Empréstimos para instituições financeiras	24.186.696	30.930.505
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(33.932)	(53.759)
Total	**92.821.233**	**72.663.890**

(1) A Organização está autorizada a vender ou repenhorar a garantia recebida, no caso de inadimplemento do proprietário da garantia, cujo valor justo das garantias em 2012 é de R$ 209.267 mil (2011 - R$ 5.770.388 mil).

25) Empréstimos e adiantamentos a clientes

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Capital de giro	53.298.176	49.461.882
Repasses BNDES/Finame	35.703.861	35.398.656
Veículos - CDC	33.821.051	30.651.218
Crédito pessoal	32.286.723	24.617.722
Financiamento a exportação	22.665.551	20.504.778
Cartão de crédito	22.646.420	20.252.191
Financiamento imobiliário	22.302.967	15.930.568
Crédito rural	11.580.061	11.036.251
Conta garantida	9.800.968	9.671.487
Leasing	8.035.454	11.550.838
Importação	6.580.312	5.072.822
Cheque especial	2.988.632	2.745.695
Prêmios de seguros a receber	2.893.506	2.472.923
Outros	25.086.440	24.154.584
Total da carteira	**289.690.122**	**263.521.615**
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(20.037.694)	(17.646.666)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	**269.652.428**	**245.874.949**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Provisões para perdas de empréstimos e adiantamentos a clientes

	R$ mil	
	2012	**2011**
No início do exercício	**17.646.666**	**15.355.736**
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	11.510.179	8.296.151
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.000.904	2.799.169
Baixas	(12.120.055)	(8.804.390)
No encerramento do exercício	**20.037.694**	**17.646.666**

Arrendamentos financeiros a receber

Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem os seguintes arrendamentos financeiros a receber.

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Investimento bruto em arrendamento financeiro a receber:		
Até um ano	4.443.728	6.123.886
De um a cinco anos	3.546.825	5.370.132
Mais de cinco anos	44.901	56.820
Perda por redução ao valor recuperável de arrendamento financeiro	(752.178)	(1.027.015)
Investimento líquido	**7.283.276**	**10.523.823**
Investimento líquido em arrendamento financeiro:		
Até um ano	4.001.849	5.470.640
De um a cinco anos	3.237.738	4.998.365
Mais de cinco anos	43.689	54.818
Total	**7.283.276**	**10.523.823**

26) Ativos não correntes mantidos para venda

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Bens não de uso próprio		
Veículos e afins	222.765	245.901
Imóveis	296.365	189.289
Máquinas e equipamentos	11.463	9.000
Outros	2.469	1.161
Total	**533.062**	**445.351**

Os ativos não circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes mantidos para venda por meio da execução de leilões, os quais ocorrem normalmente em até um ano. Portanto, ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil destes itens, destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada em até um ano.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

27) Investimentos em coligadas

a) Composição dos investimentos em coligadas

R$ mil

Empresa	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Ativo da investida	Passivo da investida	Receitas[1]	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
BES Investimentos do Brasil S.A. [2]	20,00%	20,00%	128.153	9.315	6.543.698	5.902.932	6.534.113	31.064
BIU Participações S.A. [3]	-	-	-	57.200	-	-	-	-
Cielo S.A.	28,65%	28,65%	1.171.061	653.958	9.287.235	6.552.119	19.675	2.313.995
Cia. Brasileira de Gestão e Serviços S.A.	41,85%	41,85%	50.511	6.746	146.114	25.415	4.231	16.120
Fidelity Processadora S.A.	49,00%	49,00%	266.974	40.160	719.437	174.590	6.204	81.959
Empresa Brasileira de Solda Elétrica S.A.	49,00%	49,00%	21.734	3.657	242.126	197.859	29.017	6.075
IRB - Brasil Resseguros S.A. [2] [4]	21,24%	0,00%	532.518	125.908	11.511.230	9.004.344	952.801	378.120
Integritas Participações S.A. [2]	22,32%	22,32%	506.615	(26.282)	910.020	15.283	703	44.661
NCR Brasil Indústria de Equipamentos para Automação S.A.	49,00%	49,00%	77.432	-	298.481	229.567	62.446	35.932
Total em 31 de dezembro de 2012			**2.754.998**	**870.662**				
BES Investimentos do Brasil S.A. [2]	20,00%	20,00%	103.538	14.305	6.242.286	5.724.597	5.962.194	71.525
BIU Participações S.A.	33,84%	33,84%	69.856	39.698	314.737	8.462	8.880	101.964
Cielo S.A.	28,65%	28,65%	900.741	510.839	5.600.136	3.880.217	2.110.126	1.813.390
Cia. Brasileira de Gestão e Serviços S.A.	41,85%	41,85%	43.765	5.222	125.187	20.607	4.223	12.478
Fidelity Processadora S.A.	49,00%	49,00%	246.649	15.836	631.797	128.430	345.210	32.319
Empresa Brasileira de Solda Elétrica S.A.	49,00%	49,00%	18.192	1.341	161.828	124.702	25.074	2.737
IRB - Brasil Resseguros S.A. [2] [4]	21,24%	0,00%	473.548	85.566	9.679.309	7.423.838	1.025.727	402.853
Integritas Participações S.A. [2]	22,32%	22,32%	534.177	9.315	1.042.125	19.100	1.847	41.734
Total em 31 de dezembro de 2011			**2.390.466**	**682.122**				

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Empresa	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Ativo da investida	Passivo da investida	Receitas[1]	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
								R$ mil
BES Investimentos do Brasil S.A. [2]	20,00%	20,00%	94.543	13.069	5.600.916	5.128.201	4.507.300	65.345
BIU Participações S.A.	33,84%	33,84%	70.117	30.021	329.722	25.988	5.578	74.563
Cielo S.A.	28,65%	28,65%	766.699	513.968	4.268.875	3.045.530	4.247.094	1.768.171
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Alelo [2]	45,00%	45,89%	212.482	39.622	1.498.101	1.277.787	106.594	88.049
CPM Braxis S.A. [5]	25,34%	20,19%	-	(118.107)	-	-	581.829	(457.187)
Cia. Brasileira de Gestão e Serviços S.A.	41,85%	41,85%	38.543	2.241	110.006	17.905	2.801	5.357
Fidelity Processadora S.A.	49,00%	49,00%	230.813	5.393	606.790	135.743	503.994	11.006
IRB - Brasil Resseguros S.A. [2] [4]	21,24%	0,00%	453.109	65.118	8.617.837	6.461.159	978.073	284.231
Integritas Participações S.A. [2]	22,32%	22,32%	431.894	25.728	718.498	21.036	2.094	98.897
Total em 31 de dezembro de 2010			**2.298.200**	**577.053**				

(1) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;
(2) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das Demonstrações Contábeis;
(3) Empresa alienada em 2012;
(4) O Bradesco possui um membro na diretoria do IRB, com direito a voto, o que resulta em uma influência significativa; e
(5) Empresa alienada em 2011.

Em 2012, com exceção da Cielo S.A., os demais investimentos mencionados na tabela anterior não eram negociados regularmente em nenhuma bolsa de valores. O valor de mercado do nosso investimento na Cielo baseia-se no preço de mercado, no montante de R$ 10.695.518 mil (2011 - R$ 7.538.222 mil). A Organização não possui passivos contingentes de investimentos em coligadas, o qual é responsável em parte ou na totalidade.

b) Movimentação dos investimentos em coligadas

	2012	2011
		R$ mil
Saldo no início do exercício	**2.390.466**	**2.298.200**
Aquisição de coligadas	97.432	111.826
Resultado de participações em coligadas	870.662	682.122
Dividendos/JCP	(476.506)	(489.200)
Baixa de coligadas [1][2]	(127.056)	(212.482)
Saldo no final do exercício	**2.754.998**	**2.390.466**

(1) Em 2012, a baixa do investimento refere-se a alienação da empresa BIU Participações S.A.; e
(2) Em 2011, a baixa do investimento é em função de consolidação proporcional da empresa Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Alelo, passando a ser considerada como *joint venture*.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

28) *Joint ventures*

R$ mil

Empresa	Participação total	Participação com direito a voto	Total de ativo circulante (1)	Total de ativo não circulante (1)	Total de passivo circulante (1)	Total de passivo não circulante (1)	Receitas (1)	Despesas (1)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período (1)
Crediare S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	50,00%	50,00%	355.547	47.058	286.177	125	195.637	(190.124)	5.513
Cia. Leader de Promoção de Vendas (2)	50,00%	50,00%	17.838	1.152	18.060	-	52.595	(51.658)	937
Leader S.A. Adm. de Cartões de Crédito (2)	50,00%	50,00%	364.932	4.160	310.836	-	396.100	(347.400)	48.700
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Alelo(3)	50,01%	50,01%	2.480.777	415.804	2.436.091	8.565	914.365	(754.317)	160.048
Ibi Promotora de Vendas Ltda. (3) (4)	50,01%	50,01%	121.793	56.644	66.949	26.336	173.430	(176.914)	(3.484)
Golbert Participações Ltda. (3) (4) (5)	50,01%	50,01%	-	-	-	-	3.616	(24.655)	(21.039)
Outras			5.989	257.698	5.960	-	12	(88)	(76)
Saldos em 31 de dezembro de 2012			**3.346.876**	**782.516**	**3.124.073**	**35.026**	**1.735.755**	**(1.545.156)**	**190.599**
Crediare S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	50,00%	50,00%	456.193	47.737	392.148	-	190.206	(174.382)	15.824
Cia. Leader de Promoção de Vendas (2)	50,00%	50,00%	17.120	1.302	18.023	-	43.468	(43.017)	451
Leader S.A. Adm. de Cartões de Crédito (2)	50,00%	50,00%	276.019	4.305	245.023	-	329.455	(276.098)	53.357
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Alelo(3)	50,01%	50,01%	1.946.621	301.074	1.908.218	9.588	816.011	(640.270)	175.741
Ibi Promotora de Vendas Ltda. (3) (4)	50,01%	50,01%	66.614	51.268	39.244	57.261	246.175	(201.568)	44.607
Kartra Participações Ltda. (3) (4)	50,01%	50,01%	-	55.611	-	-	-	-	-
Golbert Participações Ltda. (3) (4)	50,01%	50,01%	21.467	183.367	36.652	-	2.097	(152)	1.945
Saldos em 31 de dezembro de 2011			**2.784.034**	**644.664**	**2.639.308**	**66.849**	**1.627.412**	**(1.335.487)**	**291.925**

(1) Representam 100% dos valores da investida;
(2) Empresas consolidadas utilizando balanços com defasagem em relação à data-base das demonstrações contábeis;
(3) Empresas consolidadas proporcionalmente, consideradas como "*joint ventures*";
(4) Empresas constituídas pela Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Alelo, em 2011; e
(5) Empresa incorporada pela Ibi Promotora de Vendas Ltda em 2012.

A Organização não possui passivo contingente de investimentos em *joint ventures*, na qual é responsável em parte ou na totalidade.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

29) Imobilizado de uso

a) Composição por classe de imobilizado de uso

				R$ mil
	Taxa anual	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor residual**
Edificações	4%	949.713	(487.775)	461.938
Terrenos	-	488.292	-	488.292
Instalações, imóveis e equipamentos de uso	10%	4.683.739	(2.453.029)	2.230.710
Sistemas de segurança e comunicações	10%	229.765	(154.439)	75.326
Sistemas de processamento de dados	20% - 50%	1.909.196	(1.307.227)	601.969
Sistemas de transportes	20%	54.472	(30.210)	24.262
Arrendamento financeiro de sistemas de processamento de dados	20% - 50%	2.514.555	(1.864.697)	649.858
Saldos em 31 de dezembro de 2012		**10.829.732**	**(6.297.377)**	**4.532.355**
Edificações	4%	874.061	(480.368)	393.693
Terrenos	-	454.956	-	454.956
Instalações, imóveis e equipamentos de uso	10%	4.285.168	(2.175.808)	2.109.360
Sistemas de segurança e comunicações	10%	224.474	(144.675)	79.799
Sistemas de processamento de dados	20% - 50%	1.858.789	(1.225.988)	632.801
Sistemas de transportes	20%	61.145	(33.822)	27.323
Arrendamento financeiro de sistemas de processamento de dados	20% - 50%	2.104.717	(1.535.431)	569.286
Saldos em 31 de dezembro de 2011		**9.863.310**	**(5.596.092)**	**4.267.218**

Os encargos com depreciação em 2012 atingiram R$ 1.037.135 mil (2011 - R$ 990.092 mil e 2010 - R$ 956.092 mil).

Celebramos contratos de arrendamento mercantil financeiro, basicamente, para equipamentos de processamento de dados, que são registrados como equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Segundo esse método contábil, registra-se o crédito e a obrigação nas demonstrações contábeis e a depreciação do bem é calculada de acordo com a mesma política de depreciação utilizada para ativos similares. Veja Nota 39 para a divulgação da obrigação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

b) Movimentação líquida dos imobilizado de uso por classe

R$ mil

	Edificações	Terrenos	Instalações, imóveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados (1)	Sistemas de transporte	Imobilizado de arrendamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**350.353**	**432.478**	**1.483.374**	**79.418**	**1.306.900**	**12.697**	**4.061**	**3.669.281**
Adições	71.555	24.941	1.041.137	16.896	519.768	18.643	5.764	1.698.704
Baixas	(2.054)	(2.463)	(93.827)	(4.069)	(2.153)	(238)	(5.871)	(110.675)
Depreciação	(26.161)	-	(321.324)	(12.446)	(622.428)	(3.989)	(3.744)	(990.092)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**393.693**	**454.956**	**2.109.360**	**79.799**	**1.202.087**	**27.113**	**210**	**4.267.218**
Adições	84.177	34.470	833.042	14.011	707.077	2.048	191	1.675.016
Baixas	(2.895)	(1.134)	(329.425)	(632)	(38.240)	(167)	(251)	(372.744)
Depreciação	(13.037)	-	(382.267)	(17.852)	(619.097)	(4.732)	(150)	(1.037.135)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**461.938**	**488.292**	**2.230.710**	**75.326**	**1.251.827**	**24.262**	**-**	**4.532.355**

(1) Inclui arrendamento financeiro de sistemas de processamento de dados.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

30) Ativos intangíveis e ágio

a) Movimentação dos ativos intangíveis e ágio por classe

R$ mil

	Ágio	Ativos intangíveis				
		Aquisição de direitos bancários (1)	*Software* (1)	Carteira de clientes (1)	Outros (1)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**723.526**	**1.909.831**	**1.839.491**	**921.963**	**17.277**	**5.412.088**
Adições	-	1.865.043	854.170	189.285	31.480	2.939.978
Redução ao valor recuperável (2)	-	(5.126)	-	-	-	(5.126)
Amortização	-	(705.659)	(342.992)	(81.315)	(277)	(1.130.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**723.526**	**3.064.089**	**2.350.669**	**1.029.933**	**48.480**	**7.216.697**
Adições (3)	-	889.395	1.132.576	-	545.558	2.567.529
Redução ao valor recuperável (2)	-	(527.436)	-	-	-	(527.436)
Amortização	-	(839.529)	(544.553)	(82.377)	(34.666)	(1.501.125)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**723.526**	**2.586.519**	**2.938.692**	**947.556**	**559.372**	**7.755.665**

(1) Taxa de amortização: aquisição de direitos bancários – dentro dos prazos do contrato; *software* – 20% a 50%; carteira de clientes – até 20%; e outros – 20%; e
(2) Foram reconhecidas perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), tendo em vista que o valor recuperável de "aquisição de direitos bancários" e "*software*" é inferior ao valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável foram reconhecidas no resultado, na rubrica “Outras receitas/(despesas) operacionais”; e
(3) Em “Outros”, refere-se, basicamente, ao programa de patrocínio dos Jogos Olímpicos de 2016;

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

b) Composição do ágio por segmento

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Segmento bancário	429.560	429.560
Segmento de seguros, previdência e capitalização	293.966	293.966
Total	**723.526**	**723.526**

As Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) alocadas no segmento bancário e de seguros, previdência e capitalização são testados anualmente para perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio. Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 2012 e 2011.

O valor recuperável do segmento bancário foi determinado com base no cálculo do valor em uso. O cálculo utiliza projeções de fluxos de caixa baseadas nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração, com taxa de crescimento nominal de 6,0% a.a.. A previsão dos fluxos de caixa foi descontada à taxa de 11,5% a.a..

As principais premissas chaves descritas acima podem sofrer variações caso as condições econômicas e de mercado se alterem. A Organização estima que uma mudança razoavelmente possível nessas premissas com o ambiente econômico atual não fará com que o valor recuperável dessas unidades fique inferior ao valor contábil.

31) Outros ativos

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Operações de câmbio [(1)]	11.457.810	9.809.493
Devedores por depósitos em garantia [(2)]	10.833.701	9.320.671
Negociação e intermediação de valores	4.049.634	2.461.429
Títulos e créditos a receber	2.938.833	2.786.998
Devedores diversos	1.957.336	1.735.223
Relações interfinanceiras e interdependências	1.703.536	1.609.214
Custos de aquisição diferidos (seguros) – Nota 36f	1.205.089	557.708
Rendas a receber	782.891	705.540
Despesas antecipadas	531.344	520.205
Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	167.439	350.100
Outros [(3)]	936.930	849.306
Total	**36.564.543**	**30.705.887**

(1) Refere-se, basicamente, a compras em moeda estrangeira efetuadas pela instituição a clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrentes de operações de venda de câmbio;
(2) Refere-se a depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantem prestação de serviço de qualquer natureza; e
(3) Inclui diversos itens sendo, basicamente, material em estoque, valores a receber, outros adiantamentos e antecipações e pagamentos a ressarcir.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

32) Recursos de instituições financeiras

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Composição por natureza

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Depósitos à vista	727.647	583.017
Depósitos interfinanceiros	382.474	519.786
Captações no mercado aberto	175.530.009	149.940.436
Obrigações por empréstimos	8.111.102	17.257.442
Obrigações por repasses	36.075.056	35.989.495
Total	**220.826.288**	**204.290.176**

33) Recursos de clientes

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de clientes" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Composição por natureza

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Depósitos à vista	37.684.126	32.535.978
Depósitos de poupança	69.041.721	59.656.319
Depósitos a prazo	104.045.463	124.128.641
Total	**210.771.310**	**216.320.938**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

34) Recursos de emissão de títulos

a) Composição por tipo de papel emitido e localização

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Títulos emitidos – País:		
Letras hipotecárias	826.843	1.309.705
Letras de crédito imobiliário	4.229.511	2.143.931
Letras de agronegócio	3.894.203	2.538.970
Letras financeiras	28.220.510	27.101.075
Subtotal	**37.171.067**	**33.093.681**
Títulos e valores mobiliários – Exterior:		
Euronotes (1)	10.761.614	4.470.662
Títulos emitidos por meio de securitização – (item (b))	3.619.412	4.066.626
Subtotal	**14.381.026**	**8.537.288**
Total geral	**51.552.093**	**41.630.969**

(1) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazos.

b) Títulos emitidos por meio de securitização

Desde 2003, o Bradesco utiliza determinados acordos para otimizar suas atividades de captação e administração de liquidez por meio de Entidade de Propósito Específico (EPE). Essa EPE, denominada International Diversified Payment Rights Company, é financiada com obrigações de longo prazo e liquidada por meio do fluxo de caixa futuro dos ativos correspondentes, que basicamente, compreendem fluxos de ordens de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil pelos quais o Bradesco atua como pagador.

Os títulos de longo prazo, emitidos pela EPE e vendidos a investidores, são liquidados com os recursos oriundos dos fluxos das ordens de pagamento. O Bradesco é obrigado a resgatar os títulos em casos específicos de inadimplência ou encerramento das operações da EPE.

Os recursos provenientes da venda dos fluxos atuais e futuros de ordens de pagamento, recebidos pela EPE, devem ser mantidos em conta bancária específica até que um determinado nível mínimo seja atingido.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Demonstramos a seguir os montantes das notas emitidas pela EPE, que estão apresentadas na rubrica de "Recursos de emissão de títulos":

					R$ mil
	Data de emissão	**Valor da operação**	**Vencimento**	**31 de dezembro**	
				2012	**2011**
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamentos recebidos do exterior	28.7.2004	305.400	20.8.2012	-	19.176
	11.6.2007	481.550	20.5.2014	168.411	272.016
	11.6.2007	481.550	20.5.2014	168.528	271.886
	20.12.2007	354.260	20.11.2014(1)	-	212.642
	20.12.2007	354.260	20.11.2014	150.878	212.642
	06.3.2008	836.000	22.5.2017	916.093	966.851
	19.12.2008	1.168.500	20.2.2019	1.077.558	966.503
	17.12.2009	133.673	20.11.2014	94.116	132.671
	17.12.2009	133.673	20.2.2017	135.413	144.328
	17.12.2009	89.115	20.2.2020	107.222	96.194
	20.8.2010	307.948	21.8.2017	338.938	337.844
	29.9.2010	170.530	21.8.2017	193.713	193.049
	16.11.2011	88.860	20.11.2018	106.418	96.459
	16.11.2011	133.290	22.11.2021	162.124	144.365
Total		**5.038.609**		**3.619.412**	**4.066.626**

(1) Título liquidado antecipadamente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

35) Dívidas subordinadas

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da operação	Moeda	Remuneração	R$ mil 31 de dezembro 2012	 2011
No País:						
CDB subordinado:						
2012 [1]	5	-	R$	100,0% da taxa CDI + (0,3440% a.a. - 0,4914% a.a.) IPCA + 7,632% a.a.	-	2.707.250
2013	5	575.000	R$	100,0% da taxa CDI + (0,344% a.a. - 1,0817% a.a.) IPCA + (7,74% a.a. - 8,1863% a.a.)	972.796	881.982
2014	6	1.000.000	R$	112,0% da taxa CDI	1.554.254	1.419.811
2015	6	1.274.696	R$	IPCA + (6,92% a.a. - 8,55% a.a.) 108,0% a 112,0% da taxa CDI	2.028.459	1.774.656
2016	6	500	R$	IPCA + 7,1292% a.a.	734	647
2012 [2]	10	-	R$	100,0% da taxa CDI + 0,87% a.a. 101,5% da taxa CDI	-	2.025.858
2019	10	20.000	R$	IPCA + 7,76% a.a.	31.240	27.398
Letras Financeiras:						
2012 [3]	5	-	R$	103,0% da taxa CDI	-	1.638.758
2016	6	102.018	R$	IGPM + 6,3874% a.a. IPCA + (6,7017% a.a. - 6,8784% a.a.) Taxa PRÉ de 13,0949% a.a. 108,0% a 110,0% da taxa CDI	131.214	117.388
2017	6	8.630.999	R$	100% da taxa CDI + (1,2685% a.a - 1,3656% a.a.) IGPM + (5,7745% a.a. - 6,9588% a.a.) IPCA + (5,6030% a.a. - 7,5482% a.a.) Taxa PRÉ de (11,7493% a.a. - 13,8609% a.a.) 104% a 112,5% da taxa CDI	9.179.820	9.009.410
2018 [4]	6	8.262.799	R$	100,0% da taxa CDI + (0,7855%a.a - 1,3061% a.a.) IGPM + (4,0147% a.a. - 6,2626% a.a.) IPCA + (3,6712% a.a. - 6,2822% a.a.) Taxa PRÉ de (9,3991% a.a. - 12,1754% a.a.) 105,0% a 112,0% da taxa CDI	8.510.932	-
2017	7	40.100	R$	IPCA + 7,4163% a.a. Taxa PRÉ + 13,1763% a.a.	55.902	49.247
2018	7	141.050	R$	IGPM + 6,6945% a.a. IPCA + (5,9081% a.a. - 7,3743% a.a.)	170.309	149.177
2018	8	50.000	R$	IGPM + 7,0670% a.a.	65.517	56.720

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da operação	Moeda	Remuneração	R$ mil 31 de dezembro 2012	 2011
2019 (5)	7	3.172.835	R$	100,0% da taxa CDI + (1,0079% a.a - 1,0412% a.a.) IGPM + 4,17468 a.a. IPCA + (4,0262% a.a. - 6,1757% a.a.) Taxa PRÉ de (10,1304% a.a. - 11,7550% a.a.) 110,5% a 112,2% da taxa CDI	3.205.153	-
2019	8	12.735	R$	IGPM + 5,8351% a.a. IPCA + (5,8950% a.a. - 6,3643% a.a.) Taxa PRÉ de 13,3381% a.a.	15.080	13.322
2020 (8)	8	28.556	R$	IGPM + 5,5341% a.a. IPCA + (3,9941% a.a. - 6,1386% a.a.) Taxa PRÉ de (11,1291% a.a. - 11,8661% a.a.) 110,0% a 110,7% da taxa CDI	30.354	-
2021	9	7.000	R$	111,0% da taxa CDI	7.286	-
2012	10	-	R$	100,0% a 101,5% da taxa CDI	-	606.852
2021	10	19.200	R$	IGPM + (6,0358% a.a. - 6,6244% a.a.) IPCA + (5,8789% a.a. - 7,1246% a.a.) Taxa PRÉ de 12,7513% a.a. 109,0% da taxa CDI	22.117	19.669
2022 (6)	10	54.143	R$	IGPM + (3,9270% a.a. – 4,2994% a.a.) IPCA + (4,1920% a.a. - 6,0358% a.a.) Taxa PRÉ de (10,3489% a.a. - 12,4377% a.a.) 110,0% a 111,3% da taxa CDI	56.823	-
CDB Vinculados à Operação de Crédito:						
2012 a 2016	de 2 a 5	6.017	R$	100% da taxa CDI	6.751	7.900
Subtotal - no País					**26.044.741**	**20.506.045**
No Exterior:						
2012 (3)	10	-	Yene	Taxa de 4,05% a.a.	-	426.849
2013	10	1.434.750	US$	Taxa de 8,75% a.a.	1.033.116	932.125
2014	10	801.927	Euro	Taxa de 8,00% a.a.	612.924	552.418
2019	10	1.333.575	US$	Taxa de 6,75% a.a.	1.552.158	1.439.617
2021	11	2.766.650	US$	Taxa de 5,90% a.a.	3.334.521	3.053.037
2022 (8)	11	1.886.720	US$	Taxa de 5,75% a.a.	2.274.254	-
Subtotal - no exterior					**8.806.973**	**6.404.046**
Total					**34.851.714**	**26.910.091**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

(1) Liquidação antecipada de dívidas subordinadas, no montante de R$ 461.505 mil, em fevereiro de 2012 e vencimento de operações de dívidas subordinadas em novembro de 2012;
(2) Liquidação antecipada de dívidas subordinadas no montante de R$ 1.065.699 mil em fevereiro de 2012; e vencimento de operações de dívidas subordinadas, no montante de R$ 570.470 mil, em março de 2012 e R$ 994.000 mil em novembro de 2012, respectivamente;
(3) Vencimento de operações de dívidas subordinadas em abril de 2012;
(4) Foram emitidas letras financeiras, sendo: (i) R$ 362.979 mil em janeiro de 2012; (ii) R$ 2.030.486 mil em fevereiro de 2012; (iii) R$ 859.438 mil em março de 2012; (iv) R$ 789.635 mil em abril de 2012; (v) R$ 3.926.706 mil em maio de 2012; (vi) R$ 16.008 mil em junho de 2012; (vii) R$ 56.300 mil em julho de 2012; (viii) R$ 30.060 mil em agosto de 2012; (ix) R$ 36.825 mil em setembro de 2012; (x) R$ 128.927 mil em outubro de 2012; (xi) R$ 300 mil em novembro de 2012; e (xii) R$ 25.135 mil em dezembro de 2012, com vencimentos em 2018;
(5) Foram emitidas letras financeiras, sendo: (i) R$ 23.633 mil em julho de 2012; (ii) R$ 4.025 mil em agosto de 2012; (iii) R$ 922.816 mil em outubro de 2012; (iv) R$ 1.100.400 mil em novembro de 2012; e (v) R$ 1.066.700 mil em dezembro de 2012, com vencimentos em 2019;
(6) Foram emitidas letras financeiras, sendo: (i) R$ 1.197 mil em janeiro de 2012; (ii) R$ 820 mil em fevereiro de 2012; (iii) R$ 435 mil em março de 2012; (iv) R$ 2.400 mil em abril de 2012; (v) R$ 11.000 mil em maio de 2012; (vi) R$ 10.662 mil em junho de 2012; (vii) R$ 748 mil em julho de 2012; (viii) R$ 8.000 mil em agosto de 2012; (ix) R$ 7.223 mil em setembro de 2012; (x) R$ 10.600 mil em outubro de 2012; e (xi) R$ 1.058 mil em dezembro de 2012; com vencimentos em 2022;
(7) Em março de 2012, foram emitidas dívidas subordinadas no exterior, no montante de US$ 1.100.000 mil, com taxa de 5,75% a.a. e vencimento em janeiro de 2022; e
(8) Foram emitidas letras financeiras, sendo: (i) R$ 601 mil em setembro de 2012; R$ 5.000 mil em outubro de 2012; e R$ 901 mil em dezembro de 2012; com vencimentos em 2020.

Legenda:

CDB – Certificado de Depósitos Bancários;
CDI – Certificado de Depósitos Interfinanceiros;
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;
DI-CETIP – Índice Interbancário publicado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados; e
IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

36) Provisões técnicas de seguros e previdência

a) Provisões técnicas por conta

R$ mil

	Seguros [1]		Vida e Previdência [2][3]		Total	
	31 de dezembro		31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Passivo circulante e exigível a longo prazo						
Provisão matemática de benefícios a conceder	825.848	709.016	93.323.469	77.842.317	**94.149.317**	**78.551.333**
Provisão matemática de benefícios concedidos	174.118	137.848	5.946.678	5.397.832	**6.120.796**	**5.535.680**
Provisão de IBNR	1.281.188	1.098.702	942.521	750.076	**2.223.709**	**1.848.778**
Provisão de prêmios não ganhos	2.072.355	1.966.745	187.868	158.927	**2.260.223**	**2.125.672**
Provisão de insuficiência de contribuição [4]	-	-	5.062.023	3.636.981	**5.062.023**	**3.636.981**
Provisão de sinistros a liquidar	3.077.957	2.498.967	1.041.065	1.010.561	**4.119.022**	**3.509.528**
Provisão de insuficiência de prêmio	-	-	468.761	473.682	**468.761**	**473.682**
Provisão de excedente financeiro	-	-	368.033	379.694	**368.033**	**379.694**
Provisão de despesas administrativas	-	-	118.885	98.794	**118.885**	**98.794**
Outras provisões	2.950.297	1.646.016	927.654	1.306.163	**3.877.951**	**2.952.179**
Total das provisões	**10.381.763**	**8.057.294**	**108.386.957**	**91.055.027**	**118.768.720**	**99.112.321**

(1) A linha de "Outras Provisões" de Seguros refere-se, basicamente, às provisões técnicas da carteira de "saúde individual", constituídas: (i) para fazer frente às diferenças dos reajustes futuros de prêmios e aqueles necessários ao equilíbrio técnico da carteira; e (ii) de modo a adequar os cenários atuais das taxas de juros;
(2) Compreende as operações de seguros de pessoa e previdência;
(3) A linha de "Outras Provisões" de Vida e Previdência refere-se, basicamente, à: "Provisão de benefícios a conceder (Vida)"; "Provisão de resgates e outros valores a regularizar"; "Provisão de oscilação financeira", "Provisão de benefícios a regularizar" e "Provisão complementar de prêmios"; e
(4) A provisão de insuficiência de contribuição para planos de aposentadoria e pensão é calculada de acordo com a tábua biométrica AT- (2000, suavizada), com *improvement* de 1,5% a.a., considerando, separadamente, homens (*male*) e mulheres (*female*), as quais têm uma maior expectativa de vida, e com taxa real de juros de 3,5% a.a. (2011 – 4,0% a.a.). Nos planos de invalidez, a provisão também é calculada atuarialmente e leva em consideração a tábua biométrica AT-49 (*male*) e taxa real de juros de 3,5% a.a. (2011 – 4,0% a.a.).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

b) Provisões técnicas por produto

R$ mil

	Seguros		Vida e Previdência		Total	
	31 de dezembro		31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Saúde	5.650.060	4.020.463	-	-	**5.650.060**	**4.020.463**
Auto/RCF	2.696.872	2.473.454	-	-	**2.696.872**	**2.473.454**
DPVAT	154.703	116.405	341.040	282.057	**495.743**	**398.462**
Vida	-	-	4.433.645	4.001.258	**4.433.645**	**4.001.258**
Ramos elementares	1.880.128	1.446.972	-	-	**1.880.128**	**1.446.972**
Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL	-	-	20.608.501	15.457.576	**20.608.501**	**15.457.576**
Vida Gerador de Benefícios Livres - VGBL	-	-	65.486.891	53.175.712	**65.486.891**	**53.175.712**
Planos tradicionais	-	-	17.516.880	18.138.424	**17.516.880**	**18.138.424**
Total das provisões técnicas	**10.381.763**	**8.057.294**	**108.386.957**	**91.055.027**	**118.768.720**	**99.112.321**

c) Provisões técnicas agregadas por produto

R$ mil

	31 de dezembro	
	2012	2011
Seguros – Auto, RE, Vida e Saúde	15.156.448	11.940.567
Seguros – Vida com Cobertura de Sobrevivência (VGBL)	65.486.891	53.175.712
Previdência – PGBL e Planos Tradicionais de Renda	32.808.220	29.396.716
Previdência – Planos Tradicionais de Risco	5.317.161	4.599.326
Total	**118.768.720**	**99.112.321**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

d) Movimentação das provisões técnicas de seguros e previdência

(i) Seguros – Auto, RE, Vida, Saúde e Previdência – Planos Tradicionais de Risco

	R$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	**2011**
No início do exercício	**16.539.893**	**14.336.364**
(-) Seguros DPVAT e retrocessões	(397.032)	(294.453)
Subtotal no início do exercício	**16.142.861**	**14.041.911**
Constituição de provisões	16.490.074	12.621.069
Reversão de provisões	(82.710)	(553.904)
Sinistros, benefícios e resgates pagos	(13.151.150)	(10.463.886)
Alteração de estimativa de sinistros avisados	(145.610)	(41.745)
Atualização monetária e juros de sinistros	732.735	539.416
Subtotal no fim do exercício	**19.986.200**	**16.142.861**
(+) Seguros DPVAT e retrocessões	487.409	397.032
No fim do exercício	**20.473.609**	**16.539.893**

(ii) Seguros – Vida com Cobertura de Sobrevivência (VGBL)

	R$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	**2011**
No início do exercício	**53.175.712**	**42.729.705**
Recebimento de prêmios líquidos de carregamento	17.469.175	14.599.241
Pagamento de benefícios	(8.495)	(8.313)
Pagamento de resgates	(9.155.922)	(7.764.952)
Atualização monetária e juros	4.359.943	3.652.071
Outras movimentações	(353.522)	(32.040)
No fim do exercício	**65.486.891**	**53.175.712**

(iii) Previdência – PGBL e Planos Tradicionais de Renda

	R$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	**2011**
No início do exercício	**29.396.716**	**26.426.977**
Recebimento de contribuições líquidas de carregamento	2.093.058	1.954.865
Pagamento de benefícios	(394.260)	(398.565)
Pagamento de resgates	(1.276.002)	(1.164.597)
Atualização monetária e juros	2.690.842	2.276.707
Outras movimentações	297.866	301.329
No fim do exercício	**32.808.220**	**29.396.716**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

e) Garantias das provisões técnicas

R$ mil

	Seguros		Vida e Previdência		Total	
	31 de dezembro		31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Total das Provisões Técnicas	**10.381.763**	**8.057.294**	**108.386.957**	**91.055.027**	**118.768.720**	**99.112.321**
(-) Carregamento de comercialização – extensão de garantia	(34.822)	-	-	-	(34.822)	-
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	(865.364)	(652.686)	(9.730)	(8.490)	(875.094)	(661.176)
(-) Depósitos Retidos no IRB e Depósitos Judiciais	(23.484)	(23.102)	(59.436)	(68.703)	(82.920)	(91.805)
(-) Direitos Creditórios	(744.265)	(772.878)	-	-	(744.265)	(772.878)
(-) Provisões do Convênio DPVAT	(148.167)	(109.339)	(338.049)	(278.503)	(486.216)	(387.842)
Total a ser coberto	**8.565.661**	**6.499.289**	**107.979.742**	**90.699.331**	**116.545.403**	**97.198.620**
Cotas de fundos de investimento (VGBL e PGBL) (1)	-	-	82.964.196	68.233.216	82.964.196	68.233.216
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	2.452.379	6.903.381	13.297.804	16.372.406	15.750.183	23.275.787
Títulos públicos	6.691.646	-	10.174.124	4.660.749	16.865.770	4.660.749
Títulos privados	105.188	86.803	212.432	569.495	317.620	656.298
Ações	4.710	2.802	1.504.244	1.280.110	1.508.954	1.282.912
Total das garantias das provisões técnicas	**9.253.923**	**6.992.986**	**108.152.800**	**91.115.976**	**117.406.723**	**98.108.962**

(1) Os fundos de investimento “VGBL” e “PGBL” foram consolidados nas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

f) Movimentação dos custos de aquisição diferidos (ativos de seguros)

	R$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	**2011**
No início do exercício	**557.708**	**417.427**
Constituições	4.768.137	4.504.935
Reversões	(4.120.756)	(4.364.654)
No fim do exercício	**1.205.089**	**557.708**

g) Movimentação dos ativos de resseguro

	R$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	**2011**
No início do exercício	**695.145**	**646.894**
Constituição de provisões	331.451	196.532
Reversão de provisões	(5.623)	(25.671)
Sinistros recuperados	(152.011)	(127.325)
Atualização monetária e juros de sinistros	21.223	25.044
Outros	(1.644)	(20.329)
No fim do exercício	**888.541**	**695.145**

h) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem por objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Automóvel/RCF e Ramos Elementares - Sinistros brutos de resseguro[(1)]

R$ mil

	Ano de aviso do sinistro								
	Até 2005	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**Total**
Montante estimado para os sinistros brutos de resseguro									
• No ano do aviso	2.023.548	1.697.160	1.701.439	1.152.371	2.058.559	2.414.674	2.647.298	3.134.409	-
• Um ano após o aviso	1.955.138	1.626.143	1.638.346	1.108.270	2.037.365	2.394.609	2.626.356	-	-
• Dois anos após o aviso	1.921.320	1.600.359	1.596.899	1.088.069	2.018.329	2.387.075	-	-	-
• Três anos após o aviso	1.912.062	1.603.521	1.593.526	1.094.795	2.015.921	-	-	-	-
• Quatro anos após o aviso	1.918.314	1.597.707	1.598.083	1.102.364	-	-	-	-	-
• Cinco anos após o aviso	1.925.223	1.605.888	1.600.766	-	-	-	-	-	-
• Seis anos após o aviso	1.926.098	1.612.902	-	-	-	-	-	-	-
• Sete anos após o aviso	1.931.580	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (2012)	**1.931.580**	**1.612.902**	**1.600.766**	**1.102.364**	**2.015.921**	**2.387.075**	**2.626.356**	**3.134.409**	**16.411.373**
Pagamentos de sinistros efetuados	**(1.848.126)**	**(1.573.900)**	**(1.546.892)**	**(939.066)**	**(1.922.031)**	**(2.233.492)**	**(2.357.361)**	**(2.259.226)**	**(14.680.094)**
Sinistros pendentes brutos de resseguro	**83.454**	**39.002**	**53.874**	**163.298**	**93.890**	**153.583**	**268.995**	**875.183**	**1.731.279**

Automóvel/RCF e Ramos Elementares - Sinistros líquidos de resseguro[(1)]

R$ mil

	Ano de aviso do sinistro								
	Até 2005	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**Total**
Montante estimado para os sinistros líquidos de resseguro									
• No ano do aviso	1.725.277	1.464.086	1.421.768	859.651	1.791.249	2.260.194	2.440.426	2.804.706	-
• Um ano após o aviso	1.675.830	1.415.281	1.385.711	846.124	1.773.092	2.235.404	2.417.095	-	-
• Dois anos após o aviso	1.635.350	1.413.371	1.381.949	835.214	1.766.152	2.232.926	-	-	-
• Três anos após o aviso	1.639.187	1.417.612	1.379.442	844.636	1.769.942	-	-	-	-
• Quatro anos após o aviso	1.653.212	1.417.980	1.386.605	850.115	-	-	-	-	-
• Cinco anos após o aviso	1.670.356	1.429.154	1.392.108	-	-	-	-	-	-
• Seis anos após o aviso	1.686.295	1.437.203	-	-	-	-	-	-	-
• Sete anos após o aviso	1.693.860	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (2012)	**1.693.860**	**1.437.203**	**1.392.108**	**850.115**	**1.769.942**	**2.232.926**	**2.417.095**	**2.804.706**	**14.597.955**
Pagamentos de sinistros efetuados	**(1.651.168)**	**(1.408.297)**	**(1.361.176)**	**(800.019)**	**(1.702.283)**	**(2.131.378)**	**(2.236.218)**	**(2.192.207)**	**(13.482.746)**
Sinistros pendentes líquidos de resseguro	**42.692**	**28.906**	**30.932**	**50.096**	**67.659**	**101.548**	**180.877**	**612.499**	**1.115.209**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Vida - Sinistros brutos de resseguro[(1)]

R$ mil

	Ano de aviso do sinistro								
	Até 2005	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**Total**
Montante estimado para os sinistros brutos de resseguro									
• No ano do aviso	816.255	624.866	592.756	687.464	761.747	856.558	1.048.284	1.058.063	-
• Um ano após o aviso	778.352	608.403	591.752	696.812	780.007	861.234	1.057.954	-	-
• Dois anos após o aviso	755.274	590.246	594.548	708.354	793.788	871.178	-	-	-
• Três anos após o aviso	747.555	586.480	592.715	704.748	786.963	-	-	-	-
• Quatro anos após o aviso	738.165	590.823	593.654	703.871	-	-	-	-	-
• Cinco anos após o aviso	738.659	583.930	590.594	-	-	-	-	-	-
• Seis anos após o aviso	734.144	580.295	-	-	-	-	-	-	-
• Sete anos após o aviso	726.053	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (2012)	**726.053**	**580.295**	**590.594**	**703.871**	**786.963**	**871.178**	**1.057.954**	**1.058.063**	**6.374.971**
Pagamentos de sinistros efetuados	**(691.644)**	**(528.535)**	**(526.706)**	**(636.124)**	**(695.312)**	**(744.408)**	**(900.129)**	**(805.666)**	**(5.528.524)**
Sinistros pendentes brutos de resseguro	**34.409**	**51.760**	**63.888**	**67.747**	**91.651**	**126.770**	**157.825**	**252.397**	**846.447**

Vida - Sinistros líquidos de resseguro[(1)]

R$ mil

	Ano de aviso do sinistro								
	Até 2005	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**Total**
Montante estimado para os sinistros líquidos de resseguro									
• No ano do aviso	816.154	623.675	569.701	684.770	751.864	855.545	1.045.639	1.053.267	-
• Um ano após o aviso	778.251	607.198	569.881	693.977	769.993	860.306	1.056.090	-	-
• Dois anos após o aviso	755.173	589.042	572.675	705.518	783.643	869.879	-	-	-
• Três anos após o aviso	747.454	585.275	570.813	701.913	776.784	-	-	-	-
• Quatro anos após o aviso	738.064	589.619	571.776	701.035	-	-	-	-	-
• Cinco anos após o aviso	738.558	582.725	568.688	-	-	-	-	-	-
• Seis anos após o aviso	734.043	579.091	-	-	-	-	-	-	-
• Sete anos após o aviso	725.952	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (2012)	**725.952**	**579.091**	**568.688**	**701.035**	**776.784**	**869.879**	**1.056.090**	**1.053.267**	**6.330.786**
Pagamentos de sinistros efetuados	**(691.543)**	**(527.331)**	**(505.174)**	**(633.288)**	**(687.323)**	**(743.479)**	**(898.265)**	**(800.983)**	**(5.487.386)**
Sinistros pendentes líquidos de resseguro	**34.409**	**51.760**	**63.514**	**67.747**	**89.461**	**126.400**	**157.825**	**252.284**	**843.400**

(1) Não foram considerados no desenvolvimento de sinistros, os produtos “Saúde” - R$ 1.266.195 mil, “DPVAT” – R$ 253.276 mil e “Retrocessão” – R$ 21.825 mil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

37) Planos fechados de previdência complementar

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e suas controladas são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário, exceto para os participantes que, em 2001, optaram por migrar do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida (PGBL), cujas contribuições foram mantidas nos níveis que vigoravam no plano de benefício definido quando da transferência de plano, observando sempre o mínimo de 4% do salário.

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As contribuições ao plano PGBL em 2012 totalizaram R$ 590.907 mil (2011 - R$ 566.724 mil e 2010 - R$ 379.486 mil).

Além do plano (PGBL) anteriormente apresentado, está assegurado aos participantes que optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados nesse plano. Para os participantes do plano de benefício definido, migrados ou não para o PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

O Banco Alvorada S.A. (sucessor por cisão do Banco Baneb S.A.) mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição definida e de benefício definido, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social – Bases (relativos aos ex-empregados do Baneb).

O Banco Bradesco BBI S.A. (atual denominação do Banco BEM S.A.) patrocina planos de aposentadoria complementar de benefício definido e de contribuição definida, por meio da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – Capof.

A Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Alvorada CCFI) (incorporadora do Banco BEC S.A.) patrocina plano de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada do Banco do Estado do Ceará – Cabec.

Em 31 de dezembro de cada ano, efetuamos a avaliação dos planos de nossas controladas Alvorada, BBI e do Alvorada CCFI. A IAS 19 exige que o empregador reconheça, prospectivamente, a condição superveniente ou deficitária de seus planos de benefício definido e planos pós-aposentadoria como um ativo ou uma obrigação em seu balanço patrimonial, e reconheça as variações na condição financiada durante o ano em que ocorrem as variações, por meio do resultado do período.

Em 2012, conforme IAS 19 – Benefícios a Empregados, o Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuarial, recalcularam os seus compromissos atuariais utilizando taxa real de juros que reflete o novo cenário de taxa real de juros, tendo já reconhecido em suas demonstrações contábeis a obrigação devida.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

		R$ mil	
		Planos do Alvorada, BBI e Alvorada CCFI	
		Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2012	**2011**
(i)	Obrigações com benefícios projetados:		
	No início do exercício	**999.483**	**902.105**
	Custo do serviço corrente	(370)	(296)
	Custo de juros	102.939	93.639
	Contribuição do participante	1.548	3.518
	Perda atuarial	366.194	75.089
	Benefícios pagos	(80.189)	(74.572)
	No encerramento do exercício	**1.389.605**	**999.483**
(ii)	Ativos do plano pelo valor de mercado:		
	No início do exercício	**1.032.853**	**970.894**
	Rendimento esperado	176.505	126.965
	Contribuições recebidas:		
	Empregador	6.871	6.048
	Empregados	1.548	3.518
	Benefícios pagos	(80.189)	(74.572)
	No encerramento do exercício	**1.137.588**	**1.032.853**
(iii)	Posição financiada:		
	Planos deficitários	(252.017)	(88.671)
	Plano superavitário	-	122.041
	Saldo líquido	**(252.017)**	**33.370**

O custo/(benefício) líquido dos planos de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

	R$ mil		
	Planos do Alvorada, BBI e Alvorada CCFI		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	**2011**	**2010**
Obrigações com benefícios projetados:			
Custo do serviço	(370)	(704)	1.584
Custo de juros sobre obrigações atuariais	102.939	49.694	44.458
Rendimento esperado dos ativos do plano	(106.983)	(42.814)	(40.760)
Custo/(benefício) periódico líquido das pensões	**(4.414)**	**6.176**	**5.282**

As obrigações acumuladas de planos de previdência estão incluídas na rubrica “Outros passivos”, no balanço patrimonial.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As premissas utilizadas para apurar as nossas obrigações com benefícios do plano e o custo periódico líquido dos benefícios em 2012 e 2011, para os Planos de nossas controladas Alvorada, BBI e Alvorada CCFI, foram as seguintes:

	31 de dezembro	
	2012	2011
Taxa de desconto presumida (1)	8,7%	10,5%
Taxa de retorno de longo prazo esperado dos ativos	8,7%	10,5%
Índice de aumento dos níveis de remuneração	4,5%	7,6%

(1) Em 2012, considera uma taxa de inflação de 4,5% a.a. e uma taxa de desconto real de 4,0% a.a. (2011 – 6,0% a.a.).

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte:

- Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos; e
- Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos de nossas controladas Alvorada, BBI e Alvorada CCFI, cuja rentabilidade é superior à inflação mais juros, com vencimentos de curto a longo prazo.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis) e a alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência, por categoria de ativo, é a seguinte:

	Ativos do Plano do Alvorada		Ativos do Plano do BEM		Ativos do Plano do BEC	
	31 de dezembro		31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Categorias de ativo						
Ações de companhias abertas	-	-	10,3%	9,9%	-	-
Títulos públicos e privados	86,9%	86,4%	85,3%	85,4%	-	-
Aplicações em quotas de fundos	6,2%	6,5%	0,7%	0,8%	94,5%	95,2%
Imóveis	5,2%	5,5%	-	-	3,4%	2,7%
Outras	1,7%	1,6%	3,7%	3,9%	2,1%	2,1%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

38) Outras provisões

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso, cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social – (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Passivos contingentes e obrigações – fiscais e previdenciárias

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de “horas extras” em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da Organização não têm valores relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

A maioria dessas ações envolve Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos e não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro da Organização.

Vale registrar a existência de expressiva quantidade de ações judiciais pleiteando a incidência de índices de inflação, que foram expurgados quando da correção dos saldos de cadernetas de poupança, em razão de planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado. Embora a Organização

tenha cumprido a ordem legal vigente à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações efetivamente notificadas e as correspondentes perspectivas de perdas analisadas, considerando a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Cabe ressaltar dois pontos quanto aos litígios a respeito de planos econômicos: a) inexistência de passivo potencial representativo, uma vez que se encontra prescrito o direito a novas postulações; e b) o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até decisão final que será proferida por aquela Corte.

c) Obrigações – fiscais e previdenciárias

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, dentre as quais destacamos:

- Cofins – R$ 7.863.875 mil (2011 – R$ 6.345.973 mil): pleiteia calcular e recolher a Cofins, a partir de outubro de 2005, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se, assim, a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98;

- INSS Corretores Autônomos – R$ 1.140.796 mil (2011 – R$ 1.004.092 mil): discute a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços autônomos, instituída pela Lei Complementar nº 84/96, e regulamentações/alterações posteriores à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando, dessa forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no inciso I, artigo 22, da Lei nº 8.212/91, com nova redação contida na Lei nº 9.876/99;

- IRPJ/Perdas de Crédito – R$ 797.811 mil (2011 – R$ 703.568 mil): pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias;

- CSLL – Dedutibilidade na base de cálculo do IRPJ – R$ 684.739 mil (2011 – R$ 607.405 mil): pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º da Lei nº 9.316/96, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória à empresa; e

- PIS – R$ 302.089 mil (2011 – R$ 293.267 mil): pleiteia a compensação dos valores indevidamente pagos a maior nos anos-base de 1994 e 1995 a título de contribuição ao PIS, correspondentes ao excedente ao que seria devido sobre a base de cálculo constitucionalmente prevista, ou seja, receita bruta operacional, como definida na legislação do imposto de renda – conceito contido no artigo 44 da Lei nº 4.506/64, nele não incluídas as receitas financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

d) Movimentação das outras provisões

	R$ mil		
	Trabalhista	**Cível**	**Fiscais e Previdenciárias**
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**1.578.688**	**2.657.620**	**9.091.558**
Saldo adquirido	78	110.273	7.785
Atualização monetária	206.514	380.323	997.466
Constituições líquidas de reversões e baixas	1.026.420	635.778	2.288.447
Pagamentos	(500.540)	(445.594)	(108.366)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**2.311.160**	**3.338.400**	**12.276.890**
Atualização monetária	263.625	430.212	842.563
Constituições líquidas de reversões e baixas	509.846	461.101	1.747.270
Pagamentos	(593.374)	(514.001)	(26.499)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**2.491.257**	**3.715.712**	**14.840.224**

e) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização Bradesco mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) ISSQN de empresas de Arrendamento Mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R$ 1.132.804 mil (2011 – R$ 517.667 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário; b) IRPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2006 a 2009, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R$ 711.431 mil (2011 – R$ 372.323 mil); c) Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R$ 469.337 mil; e d) Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de exclusões em 2007 de receitas de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários, no montante de R$ 226.145 mil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

39) Outros passivos

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Passivos financeiros		
Operações de cartões de crédito (1)	14.848.920	12.678.343
Operações de câmbio (2)	11.418.508	9.358.759
Negociação e intermediação de valores	5.485.497	2.556.805
Obrigação por aquisição de bens – arrendamento financeiro (39 a)	858.258	767.356
Planos de capitalização	5.448.701	4.571.294
Outros passivos		
Recursos em trânsito de terceiros (3)	5.561.157	4.528.562
Provisão para pagamentos a efetuar	5.053.153	4.129.922
Sociais e estatutárias	2.489.162	2.352.511
Obrigação por aquisição de bens e direitos	2.008.253	2.103.213
Credores diversos	2.454.444	2.091.235
Outros impostos a pagar	1.107.665	562.708
Outros	4.793.496	5.060.449
Total	**61.527.214**	**50.761.157**

(1) Referem-se a valores a pagar para estabelecimentos comerciais;
(2) Referem-se, basicamente, a vendas em moeda estrangeira efetuadas pela instituição a clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrente de operações de venda de câmbio; e
(3) Referem-se, basicamente, as ordens de pagamento emitidas sobre praças do país e o valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior.

a) Abertura de prazo das operações de arrendamento financeiro

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Até 1 ano	365.302	337.614
De 1 a 2 anos	226.680	241.872
De 2 a 3 anos	164.463	118.508
De 3 a 4 anos	81.091	62.043
De 4 a 5 anos	20.722	7.319
Total	**858.258**	**767.356**

O total de pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 3.640.839 mil, sendo R$ 515.521 mil até 1 ano, R$ 1.736.428 mil entre 1 a 5 anos e R$ 1.388.890 mil com mais de 5 anos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

40) Patrimônio líquido

a) Capital e direitos dos acionistas

i. Composição do Capital Social em quantidade de ações

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Ordinárias	1.912.397.390	1.912.397.390
Preferenciais	1.912.397.191	1.912.397.191
Subtotal	**3.824.794.581**	**3.824.794.581**
Em tesouraria (ordinárias)	(2.635.100)	(2.487.000)
Em tesouraria (preferenciais)	(4.786.700)	(4.466.400)
Total em circulação	**3.817.372.781**	**3.817.841.181**

ii. Movimentação do Capital Social em quantidade de ações

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação em 31.12.2010	**1.880.830.018**	**1.881.225.123**	**3.762.055.141**
Aumento de Capital Social por subscrição de ações	31.172.072	31.172.068	62.344.140
Ações adquiridas e não canceladas	(2.091.700)	(4.466.400)	(6.558.100)
Quantidade de ações em circulação em 31.12.2011	**1.909.910.390**	**1.907.930.791**	**3.817.841.181**
Ações adquiridas e não canceladas	(148.100)	(320.300)	(468.400)
Quantidade de ações em circulação em 31.12.2012	**1.909.762.290**	**1.907.610.491**	**3.817.372.781**

Todos os acionistas têm direito a receber, no total, um dividendo obrigatório de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual do Bradesco, conforme apresentado nos registros contábeis estatutários, ajustado após apropriação às reservas. A Organização não tem nenhuma obrigação a pagar permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro líquido por ação diluído não difere de seu lucro líquido por ação básico.

Simultaneamente à operação no Mercado Brasileiro, obedecendo aos mesmos prazos, foi adotado igual procedimento no Mercado Internacional, para os papéis negociados em Nova Iorque – EUA e Madrid – Espanha.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R$ 100.000 mil, elevando-o de R$ 30.000.000 mil para R$ 30.100.000 mil, mediante a utilização do saldo das contas “Reserva de Capital”, e “Reserva de Lucros – Legal”, sem emissão de ações. O processo foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 18 de março de 2011.

As ações em tesouraria são registradas ao custo, que equivale aproximadamente aos preços de mercado praticados na data da aquisição. O cancelamento das ações em tesouraria é contabilizado como uma redução de lucros acumulados não apropriados. As ações em tesouraria são adquiridas para posterior alienação ou cancelamento.

b) Reservas

Reservas de capital

A reserva de capital é composta, principalmente, por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros

acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao Capital Social; e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Reservas de lucros

Nos termos da Legislação Societária, o Bradesco e suas subsidiárias brasileiras devem destinar 5% de seu lucro societário anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal, cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva pode ser usada para aumentar o capital ou absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos.

A Reserva Estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social.

c) Dividendos (inclusive juros sobre o capital próprio)

Os dividendos são calculados sobre o lucro societário, conforme determinado nas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os dividendos são pagos em reais e podem ser convertidos em dólares norte-americanos e remetidos a acionistas no exterior, desde que a participação do acionista não residente seja registrada no Banco Central do Brasil. Companhias brasileiras podem pagar juros sobre capital próprio aos acionistas com base no patrimônio líquido, e tratar esses pagamentos como despesa dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social do Brasil. O encargo de juros *notional* é tratado para fins contábeis como dedução do patrimônio líquido de modo similar aos dividendos. O imposto de renda retido na fonte é devido e pago no momento do pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas.

Em 2012, a Organização distribuiu dividendos (inclusive juros sobre o capital próprio) no valor de R$ 3.894.998 mil, sendo atribuído, aos acionistas, o valor por ação de R$ 0,97 ordinárias e R$ 1,07 preferenciais (2011 - R$ 3.740.410 mil, sendo R$ 0,93 ordinárias e R$ 1,03 preferenciais; e 2010 – R$ 3.369.083 mil, sendo R$ 0,85 ordinárias e R$ 0,94 preferenciais).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

41) Transações com partes relacionadas

Os principais acionistas do Bradesco são a Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações e a Fundação Bradesco. A Fundação Bradesco é uma entidade sem fins lucrativos, que há mais de 40 anos vem promovendo o desenvolvimento das potencialidades de crianças e jovens, por meio de escolas em regiões carentes.

As principais transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Ativo		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	**107.150**	**246.220**
Crediare S.A. Crédito Financiamento e Investimento	107.150	246.220
Outros ativos	**10.280**	**10.152**
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços - Alelo	10.280	8.772
Crediare S.A. Crédito Financiamento e Investimento	-	1.380
Passivo		
Recursos de clientes	**(208.378)**	**(242.756)**
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações	(24.982)	(45.207)
Pessoal-chave da Administração	(156.160)	(175.185)
Outras controladas	(27.236)	(22.364)
Recursos de emissão de títulos	**(749.315)**	**(687.118)**
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços - Alelo	(103.999)	(61.408)
Cia. Brasileira de Meios de Pagamento (“Cielo”)	(18.427)	(40.606)
Pessoal-chave da Administração	(608.260)	(578.597)
Outras controladas	(18.629)	(6.507)
Dívidas subordinadas	**(698)**	**(65.333)**
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações	-	(26.625)
Fundação Bradesco	(698)	(38.708)
Sociais e estatutárias	**(735.902)**	**(775.636)**
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações	(541.990)	(571.254)
Fundação Bradesco	(193.912)	(204.382)
Outros passivos	**(8.027)**	**(10.566)**
Fidelity Processadora e Serviços S.A	(8.027)	(10.566)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Resultado			
Resultado líquido de juros	**(64.015)**	**(81.358)**	**(74.682)**
Crediare S.A. Crédito Financiamento e Investimento	10.023	22.840	14.322
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações	(207)	(9.338)	(10.281)
Fundação Bradesco	(1.625)	(6.519)	(6.980)
Pessoal-chave da Administração	(63.296)	(76.213)	(63.926)
Outras controladas	(8.910)	(12.128)	(7.817)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	**-**	**5**	**1.667**
Crediare S.A. Crédito Financiamento e Investimento	-	5	1.667
Outras receitas	**39.501**	**34.053**	**13.857**
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços - Alelo	39.501	34.053	13.857
Outras despesas	**(117.222)**	**(108.932)**	**(204.044)**
Fidelity Processadora e Serviços S.A.	(115.403)	(108.584)	(182.027)
CPM Braxis S.A	-	**-**	(21.400)
Outras controladas	(1.819)	(348)	(617)

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, dos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

- A verba destinada a custear os Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2012, foi determinado o valor máximo de R$ 344.400 mil (2011 - R$ 364.100 mil) para remuneração dos Administradores (proventos e gratificações) e de R$ 334.000 mil (2011 - R$ 344.800 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida. Adicionalmente, dentro do montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária para remuneração dos Administradores, o Bradesco, em 2012, determinou que 50% da remuneração variável dos Administradores deve ser destinado à aquisição de suas ações, que terão sua movimentação desbloqueada em 3 parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento.

Benefícios de curto prazo a administradores

	R$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Proventos	336.912	351.933	243.682
Contribuição ao INSS	75.510	78.881	54.608
Total	**412.422**	**430.814**	**298.290**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Benefícios pós-emprego

	R$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	**2011**	**2010**
Planos de previdência complementar de contribuição definida	324.132	339.078	223.832
Total	**324.132**	**339.078**	**223.832**

A Organização não possui benefícios de longo prazo ou de rescisão de contrato de trabalho, nem remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

Outras informações

a) Conforme a legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

(i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como os respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

(ii) Pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação superior a 10%; e

(iii) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são concedidos pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

b) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam em conjunto a seguinte participação acionária no Bradesco em:

	31 de dezembro	
	2012	**2011**
Ações ordinárias	0,73%	0,74%
Ações preferenciais	1,00%	1,03%
Total de ações [(1)]	**0,86%**	**0,89%**

(1) Em 2012, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho Administração e da Diretoria totalizou 3,05% de ações ordinárias, 1,05% de ações preferenciais e 2,05% do total de ações (2011 - 3,15% de ações ordinárias, 1,09% de ações preferenciais e 2,12% do total de ações).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

42) Itens não registrados no balanço patrimonial

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*), por vencimento da última parcela:

	R$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Compromissos de valores de crédito a liberar (1)	142.167.642	130.662.726
Beneficiários e garantias prestadas (2)	59.910.682	48.479.357
Créditos abertos para importação	1.609.757	1.700.341
Total	**203.688.081**	**180.842.424**

(1) Inclui, limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e
(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes *Corporate*.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avalizar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a *performance* de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

43) Recentes aquisições

Em 2011, no leilão conduzido pela BM&FBOVESPA, a Organização adquiriu o controle acionário do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (BERJ). A operação envolveu a compra de 96,99% das ações ordinárias e 95,21% das ações preferenciais, que representam 96,23% do Capital Social do BERJ. A operação foi concluída em novembro de 2011, quando da aprovação pelo Banco Central do Brasil, pelo valor de R$ 1.134.657 mil, sendo R$ 200.446 mil em caixa, R$ 905.475 mil a pagar em uma data futura e registrada na rubrica “Outros passivos” e R$ 28.736 mil em títulos públicos, cujo valor de mercado, na data da transação, correspondia a R$ 14.368 mil. Em 2012, adquirimos a participação remanescente em poder dos acionistas não controladores pelo valor de R$ 50.616 mil, pagos em espécie, passando a deter 100% do capital do BERJ, cujo efeito foi tratado como transação de capital.

Apresentamos abaixo os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos resumidos das aquisições:

	R$ mil
	2011
	BERJ
Caixa e equivalentes de caixa	138
Ativos financeiros	301.647
Outros ativos	1.723.879
Outros passivos	(499.392)
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	**1.526.272**
Custo total das aquisições	**1.120.289**
Ganho por compra vantajosa	(405.983)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Com relação ao ganho por compra vantajosa, apurado na aquisição do BERJ, decorrente principalmente de créditos tributários, a Organização avaliou, identificou e reconheceu todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos. O ganho por compra vantajosa apurado na aquisição foi reconhecido na demonstração consolidada de resultado na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais" durante o ano de 2011.

O montante total pago pelas aquisições foi composto da seguinte forma:

	R$ mil
	2011
	BERJ
Pagamento em espécie	200.446
Valores a pagar	905.475
Pagamento em títulos públicos, pelo valor justo	14.368
Custo total das aquisições	**1.120.289**

Essa aquisição foi consolidada a partir da data da obtenção do controle.

44) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Organização

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças da IFRS 9 em relação à IAS 39 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento da IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova IFRS.

- Alteração da IAS 19 – Benefícios aos Empregados – Essa alteração exige a eliminação da alternativa do uso do método do "corredor" e requer que todas as movimentações devam ser lançadas em Outros Resultados Abrangentes Acumulados.

- IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas - altera o princípio atual de consolidação (IAS 27 – Demonstrações Consolidadas e Separadas), introduzindo o conceito de controle, como fator determinante, de quando uma entidade deve ser consolidada. De acordo com a IFRS 10, o controle é baseado na avaliação se um investidor possui: (i) o poder sobre a investida; (ii) a exposição, ou direitos, para retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.

- IFRS 11 – Acordos Conjuntos - substitui a IAS 31 – Participação em Empreendimentos em Conjunto. De acordo com o novo pronunciamento, com foco maior nos direitos e obrigações, será obrigatória a utilização do método de equivalência patrimonial e será vedada a opção pela consolidação proporcional. O princípio fundamental é que as partes de um acordo determinem o tipo de empreendimento, sendo: (i) operações conjuntas, direitos e obrigações sobre os ativos e passivos relacionados ao acordo. As partes reconhecem seus ativos, passivos e as correspondentes receitas e despesas; e (ii) empreendimento conjunto, direitos ao ativo líquido do acordo. As partes reconhecem seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial.

- IFRS 12 – Divulgação de Participação em outras Entidades - inclui novas exigências de divulgações sobre todas as formas de investimentos em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, coligadas, entidades de propósitos específicos, em que uma entidade tenha envolvimento, cujo objetivo é permitir que o usuário das demonstrações contábeis possa avaliar a base de controle, as restrições sobre os ativos e passivos consolidados, a exposição a risco decorrente de envolvimento com entidades estruturadas não consolidadas e o envolvimento de não controladores nas atividades de entidades consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

- IFRS 13 – Mensuração ao Valor Justo - define valor justo, fornece orientações sobre como determinar o valor justo e exige divulgações sobre sua mensuração, aumentando sua consistência e diminuindo sua complexidade nas divulgações.

Estes pronunciamentos são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2013, exceto a IFRS 9, que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2015.

A Administração da Organização analisou os pronunciamentos contábeis descritos acima, considerando suas operações atuais, e entende que não há impactos significativos na adoção dos mesmos.

45) Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de março de 2013, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R$ 8.000.000 mil, elevando-o de R$ 30.100.000 mil para R$ 38.100.000 mil, com bonificação de 10% em ações.

Para mais informações, favor contatar:

Diretoria Executiva
Luiz Carlos Angelotti
Diretor Executivo Gerente e Diretor de Relações com Investidores
Tel.: (11) 3681-4011
Fax.: (11) 3684-4630
4000.diretoria@bradesco.com.br

Departamento de Relações com o Mercado
Paulo Faustino da Costa
Tel.: (11) 2178-6201
Fax: (11) 2178-6215

Avenida Paulista, 1.450 – 1º andar
CEP 01310-917 – São Paulo-SP
Brasil

www.bradesco.com.br/ri

bradesco.com.br/ri

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social

Título I - Da Organização, Duração e Sede

Art. 1º) O Banco Bradesco S.A., companhia aberta, doravante chamado Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto.

Parágrafo Único - Com a admissão da Sociedade, em 26.6.2001, no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), sujeitam-se a Sociedade, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (Regulamento do Nível 1).

Art. 2º) O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Art. 3º) A Sociedade tem sede e foro no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", situado na Vila Yara, no município e comarca de Osasco, Estado de São Paulo.

Art. 4º) Poderá a Sociedade instalar ou suprimir Agências no País, a critério da Diretoria, e no Exterior, com a aprovação, adicional, do Conselho de Administração, doravante chamado também Conselho.

Título II - Dos Objetivos Sociais

Art. 5º) O objetivo da Sociedade é efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio.

Título III - Do Capital Social

Art. 6º) O capital social é de R$38.100.000.000,00 (trinta e oito bilhões e cem milhões de reais), dividido em 4.207.274.039 (quatro bilhões, duzentos e sete milhões, duzentas e setenta e quatro mil e trinta e nove) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 2.103.637.129 (dois bilhões, cento e três milhões, seiscentas e trinta e sete mil, cento e vinte e nove) ordinárias e 2.103.636.910 (dois bilhões, cento e três milhões, seiscentas e trinta e seis mil, novecentas e dez) preferenciais.

Parágrafo Primeiro - As ações ordinárias conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei. No caso de oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, as ações ordinárias não integrantes do bloco de controle terão direito ao recebimento de 100% (cem porcento) do valor pago por ação ordinária de titularidade dos controladores.

Parágrafo Segundo - As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão, aos seus titulares, os seguintes direitos e vantagens:

a) prioridade no reembolso do Capital Social, em caso de liquidação da Sociedade;

b) dividendos 10% (dez porcento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias;

c) inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento do preço igual a 80% (oitenta porcento) do valor pago por ação ordinária integrante do bloco de controle.

Parágrafo Terceiro - Nos aumentos de capital, a parcela de, pelo menos, 50% (cinqüenta porcento) será realizada no ato da subscrição e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais.

Parágrafo Quarto - Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, nela própria, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações.

Parágrafo Quinto - Não será permitida:

a) conversão de ações ordinárias em ações preferenciais e vice-versa;
b) emissão de partes beneficiárias.

Parágrafo Sexto - Poderá a Sociedade, mediante autorização do Conselho, adquirir ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência temporária em tesouraria, e posterior alienação.

Título IV - Da Administração

Art. 7º) A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo Primeiro - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, excetuadas as hipóteses de vacância que deverão ser objeto de divulgação específica ao mercado e para as quais deverão ser tomadas as providências para preenchimento dos respectivos cargos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Segundo - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro - O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será de 1 (um) ano e estender-se-á até a posse dos novos Administradores eleitos.

Título V - Do Conselho de Administração

Art. 8º) O Conselho de Administração será composto de 6 (seis) a 9 (nove) membros eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Os membros eleitos escolherão, entre si, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 7º, 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente.

Parágrafo Primeiro - O Conselho deliberará validamente desde que presente a maioria absoluta dos membros em exercício, inclusive o Presidente, que terá voto de qualidade no caso de empate.

Parágrafo Segundo - Na vacância do cargo e nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos

temporários deste, o Presidente designará substituto entre os demais membros. Vagando o cargo de Vice-Presidente, o Conselho nomeará substituto, que servirá pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído.

Parágrafo Terceiro - Nas hipóteses de afastamento temporário ou definitivo de qualquer dos outros Conselheiros, os demais poderão nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, observados os preceitos da lei e deste Estatuto.

Art. 9º) Além das previstas em lei e neste Estatuto, são também atribuições e deveres do Conselho:

a) zelar para que a Diretoria esteja, sempre, rigorosamente apta a exercer suas funções;
b) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade;
c) sempre que possível, preservar a continuidade administrativa, altamente recomendável à estabilidade, prosperidade e segurança da Sociedade;
d) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, inclusive deliberar sobre a constituição e o funcionamento de Carteiras Operacionais;
e) autorizar, nos casos de operações com empresas não integrantes da Organização Bradesco, a aquisição, alienação e a oneração de bens integrantes do Ativo Permanente e de participações societárias de caráter não permanente da Sociedade e de suas controladas diretas e indiretas, quando de valor superior a 1% (um por cento) de seus respectivos Patrimônios Líquidos;
f) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da própria Sociedade, de acordo com o Parágrafo Sexto do Artigo 6º;
g) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário;
h) aprovar o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio propostos pela Diretoria;
i) submeter à Assembleia Geral propostas objetivando aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade;
j) deliberar sobre associações, envolvendo a Sociedade ou suas Controladas, inclusive participação em acordos de acionistas;

k) aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais;
l) examinar e deliberar sobre os orçamentos e demonstrações contábeis submetidos pela Diretoria;
m) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Sociedade e deliberar sobre os casos omissos;
n) limitado ao montante global anual aprovado pela Assembleia Geral, realizar a distribuição das verbas de remuneração e previdenciária aos Administradores;
o) autorizar, quando considerar necessária, a representação da Sociedade individualmente por um membro da Diretoria ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados;
p) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e do Ouvidor;
q) aprovar o Relatório Corporativo de Conformidade dos Controles Internos e determinar a adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controle e mitigação de riscos.

Parágrafo Único - O Conselho poderá atribuir funções especiais à Diretoria e a qualquer dos membros desta, bem como instituir comitês para tratar de assuntos específicos.

Art. 10) Compete ao Presidente do Conselho presidir as reuniões deste Órgão e as Assembleias Gerais, podendo indicar para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho.

Parágrafo Único - O Presidente do Conselho poderá convocar a Diretoria e participar, com os demais Conselheiros, de quaisquer de suas reuniões.

Art. 11) O Conselho reunir-se-á trimestralmente e, quando necessário, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou da metade dos demais membros em exercício, fazendo lavrar ata de cada reunião.

Título VI - Da Diretoria

Art. 12) A Diretoria da Sociedade, eleita pelo Conselho, com mandato de 1 (um) ano, é composta de 56 (cinquenta e seis) a 108 (cento e oito) membros, distribuídos nas seguintes categorias de cargos: - Diretores Executivos: de 15 (quinze) a 33 (trinta e três) membros, sendo 1 (um) Diretor-

Presidente, de 5 (cinco) a 10 (dez) Diretores Vice-Presidentes; de 6 (seis) a 15 (quinze) Diretores Gerentes; e de 3 (três) a 7 (sete) Diretores Adjuntos; - Diretores Departamentais: de 27 (vinte e sete) a 47 (quarenta e sete) membros; - Diretores: de 7 (sete) a 12 (doze) membros; e Diretores Regionais: de 7 (sete) a 16 (dezesseis) membros.

Parágrafo Primeiro - O Conselho fixará em cada eleição as quantidades de cargos a preencher e designará, nomeadamente, entre os Diretores Executivos que eleger, os que devam ocupar as funções de Diretor-Presidente, Diretores Vice-Presidentes, Diretores Gerentes e Diretores Adjuntos, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 7º e os requisitos dos Artigos 17, 18 e 19 deste Estatuto.

Parágrafo Segundo - Os requisitos previstos nos Incisos II dos Artigos 18 e 19, relativos, respectivamente, a Diretores Executivos, Diretores Departamentais, Diretores e Diretores Regionais, poderão ser dispensados pelo Conselho, em caráter excepcional, até o limite de ¼ (um quarto) de cada uma dessas categorias de cargos, salvo em relação aos Diretores nomeados para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente.

Art. 13) Aos Diretores compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto na letra "e" do Artigo 9º deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor-Presidente ou Diretor Vice-Presidente.

Parágrafo Segundo - A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo.

Parágrafo Terceiro - A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos:

a) mandatos com cláusula "ad judicia", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida;
b) recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;
c) participação em licitações;
d) em Assembleias Gerais de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada;
e) perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade;
f) em depoimentos judiciais.

Parágrafo Quarto - Aos Diretores Departamentais, Diretores e Diretores Regionais são vedados os atos que impliquem em alienar e onerar bens e direitos da Sociedade.

Art. 14) Além das atribuições normais que lhes são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

a) ao Diretor-Presidente, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros;
b) aos Diretores Vice-Presidentes, colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho das suas funções;
c) aos Diretores Gerentes, o desempenho das funções que lhes forem atribuídas;
d) aos Diretores Adjuntos, o desempenho das funções que lhes forem atribuídas pelos Diretores Vice-Presidentes e Diretores Gerentes;
e) aos Diretores Departamentais, a condução das atividades dos Departamentos que lhes estão afetos e assessorar os demais membros da Diretoria;
f) aos Diretores, o desempenho das funções que lhes forem atribuídas e assessorar os demais membros da Diretoria;
g) aos Diretores Regionais, orientar e supervisionar os Pontos de Atendimento sob sua jurisdição e cumprir as funções que lhes forem atribuídas.

Art. 15) A Diretoria Executiva fará reuniões ordinárias semanalmente, e extraordinárias sempre que necessário, deliberando validamente desde que presente mais da metade dos seus membros em exercício, com a presença obrigatória do titular do cargo de Diretor-Presidente, ou seu substituto, que terá voto de qualidade, no caso de empate. As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho, pelo Presidente da Diretoria ou, ainda, pela metade dos demais Diretores Executivos em exercício.

Art. 16) Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Presidente, caberá ao Conselho indicar o seu substituto.

Art. 17) Para o exercício do cargo de Diretor é necessário dedicar tempo integral aos serviços da Sociedade, sendo incompatível o exercício do cargo de Diretor desta com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais, ressalvados os casos em que a Sociedade tenha interesse, a critério do Conselho.

Art. 18) Para exercer o cargo de Diretor Executivo é necessário, ainda, que o candidato, na data da eleição, preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I. tenha menos de 62 (sessenta e dois) anos de idade;
II. faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas há mais de 10 (dez) anos, ininterruptamente.

Parágrafo Único – O limite de idade disposto no item "I" deste Artigo não se aplica aos Diretores Executivos da Sociedade em exercício na data de 8.3.2013, aos quais continua prevalecendo o limite de idade de menos de 65 (sessenta e cinco) anos na data da eleição.

Art. 19) Para exercer o cargo de Diretor Departamental, de Diretor e de Diretor Regional é necessário, ainda, que o candidato, na data da eleição, preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I. tenha menos de 60 (sessenta) anos de idade;

II. faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas.

Parágrafo Único – O limite de idade disposto no item "I" deste Artigo não se aplica aos Diretores Departamentais da Sociedade em exercício na data de 8.3.2013, aos quais continua prevalecendo o limite de idade de menos de 62 (sessenta e dois) anos na data da eleição.

Título VII - Do Conselho Fiscal

Art. 20) O Conselho Fiscal, não permanente, compor-se-á, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes.

Título VIII - Do Comitê de Auditoria

Art. 21) A Sociedade terá um Comitê de Auditoria composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Coordenador e de 2 (dois) a 4 (quatro) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, estendendo-se até a posse dos novos membros nomeados.

Parágrafo Único - Além das previstas em lei ou regulamento, são também atribuições do Comitê de Auditoria:

a) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição;
b) revisar, previamente à divulgação ao Mercado, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
c) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
d) avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos, bem como recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria;
e) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e

normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade;

f) recomendar à Diretoria da Sociedade correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
g) reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade e auditorias independente e interna;
h) verificar, por ocasião de suas reuniões, o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em Atas os conteúdos de tais encontros;
i) estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento;
j) reunir-se com o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.

Título IX - Do Comitê de Remuneração

Art. 22) A Sociedade terá um componente organizacional denominado Comitê de Remuneração, que atuará em nome de todas as Instituições integrantes da Organização Bradesco, composto de 3 (três) a 7 (sete) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Primeiro - Os membros serão escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração, com exceção de 1 (um) membro que será, necessariamente, não administrador.

Parágrafo Segundo - Não serão remunerados pelo exercício do cargo de membro do Comitê de Remuneração os integrantes do Conselho de Administração e o membro não administrador quando funcionário da Organização Bradesco. Não sendo funcionário, quando nomeado, terá sua remuneração estipulada pelo Conselho de Administração, de acordo com parâmetros de mercado.

Parágrafo Terceiro - Os membros do Comitê de Remuneração poderão ser reeleitos, vedada sua permanência no cargo por prazo superior a 10 (dez) anos. Cumprido esse prazo, somente poderá voltar a integrar o órgão após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos.

Parágrafo Quarto - O Comitê terá por objetivo assessorar o Conselho de Administração na condução da política de remuneração dos Administradores, nos termos da legislação vigente.

Título X - Da Ouvidoria

Art. 23) A Sociedade terá um componente organizacional denominado Ouvidoria, que atuará em nome de todas as Instituições integrantes da Organização Bradesco autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, composta de 1 (um) Ouvidor, designado e destituído pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano.

Parágrafo Primeiro - A Ouvidoria terá por atribuição:

a) zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre as Instituições das quais dispõe o "caput" deste Artigo, os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
b) receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das Instituições das quais dispõe o "caput" deste Artigo, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas agências ou por quaisquer outros pontos de atendimento;
c) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;
d) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar quinze dias;
e) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na letra "d";
f) propor ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas;

g) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Interna, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo proposições de que trata a letra "f", quando existentes.

Parágrafo Segundo - A Sociedade:

a) manterá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção;

b) assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades.

Título XI - Das Assembleias Gerais

Art. 24) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão:

a) convocadas com prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência;

b) presididas pelo Presidente do Conselho, ou, na sua ausência, por seu substituto estatutário, que convidará um ou mais acionistas para Secretários.

Título XII - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados

Art. 25) O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro.

Art. 26) Serão levantados balanços ao fim de cada semestre, nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria, mediante aprovação do Conselho, determinar o levantamento de outros balanços, em menores períodos, inclusive mensais.

Art. 27) O Lucro Líquido, como definido no Artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem, a seguinte destinação:

I. constituição de Reserva Legal;

II. constituição das Reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral;

III. pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Segundo e Terceiro deste Artigo, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 30% (trinta por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos itens I, II e III do Artigo 202 da referida Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Primeiro - A Diretoria, mediante aprovação do Conselho, fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes.

Parágrafo Segundo - Poderá a Diretoria, ainda, mediante aprovação do Conselho, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários, cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.

Parágrafo Terceiro - Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício (30%), de acordo com o Inciso III do "caput" deste Artigo.

Art. 28) O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Parágrafo Único - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 27, Inciso III, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações.

****

Declaramos que a presente é cópia fiel do Estatuto Social deste Banco, contendo a deliberação aprovada na AGE de 11.3.2013.

Banco Bradesco S.A.

José Alcides Munhoz
Diretor Vice-Presidente

Antonio José da Barbara
Diretor Departamental

Banco Bradesco S.A.

Anexo 6.1

Lucro por ação	31 de dezembro de:		
	2012	2011	2010
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (em ações)....	1.907.702.283	1.906.821.919	1.881.367.208
Direito de 10% para ações preferenciais (em ações).....	190.770.228	190.682.192	188.136.721
Número médio ponderado ajustado de ações preferenciais em circulação (em ações) para cálculo do lucro por ação.....	2.098.472.511	2.097.504.111	2.069.503.929
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (em ações).....	1.909.848.315	1.908.948.826	1.880.830.018
Número médio ponderado total de ações em circulação (em ações) (A).....	4.008.320.826	4.006.452.937	3.950.333.947
Lucro líquido (em reais mil) (B).....	R$ 11.291.570	R$ 10.958.054	R$ 9.939.575
Lucro por ação ordinária (B)/(A) = (C)	R$ 2,83	R$ 2,74	R$ 2,52
Lucro por ação preferencial (C) +10%	R$ 3,12	R$ 3,01	R$ 2,77

Banco Bradesco S.A.

Anexo 7.1

Dividendos por ação	31 de dezembro de:					
	2012		2011		2010	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Dividendos reais declarados (em reais mil).....	2.039.145	1.855.853	1.958.222	1.782.188	1.764.998	1.604.085
Número médio ponderado de ações em circulação.....	1.907.702.283	1.909.848.315	1.906.821.919	1.908.948.826	1.881.367.208	1.880.830.018
Divdendos por ação.....	R$ 1,07	R$ 0,97	R$ 1,03	R$ 0,93	R$ 0,94	R$ 0,85

Banco Bradesco S.A.

31 de dezembro de 2012

Lista de Subsidiárias

Anexo 8.1

	Subsidiária	Jurisdição de Incorporação	Denominação Social
1	Banco Alvorada S.A	Salvador - BA – Brasil	Banco Alvorada
2	Banco Bradesco BBI S.A.	Osasco - SP - Brasil	Bradesco BBI
3	Banco Boavista Interatlântico S.A.	Osasco – SP - Brasil	Boavista
4	Banco Bradesco Argentina S.A.	Buenos Aires – Argentina	Bradesco Argentina
5	Banco Bradesco Europa S.A.	Luxemburgo – G. Ducado Luxemburgo	Bradesco Luxembourg
6	Banco Bradesco Financiamentos S.A.	Osasco – SP - Brasil	Bradesco Financiamentos
7	Bradesco Argentina de Seguros S.A	Buenos Aires – Argentina	Bradesco Argentina de Seguros
8	Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Rio de Janeiro - Brasil	Bradesco Auto/RE
9	Bradesco Capitalização S.A.	São Paulo - Brasil	Bradesco Capitalização
10	Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	Osasco – SP - Brasil	Bradesco Consórcios
11	Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Osasco – SP - Brasil	Bradesco Leasing
12	Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo – Brasil	Bradesco Corretora
13	Bradesco Saúde S.A.	Rio de Janeiro – Brasil	Bradesco Saúde
14	Bradesco Securities, Inc.	New York – EUA	Bradesco Securities
15	Bradesco Seguros S.A.	São Paulo – Brasil	Bradesco Seguros
16	Bradesco Vida e Previdência S.A.	Osasco – SP - Brasil	Bradesco Previdência
17	Bradescor Corretora de Seguros Ltda.	Osasco – SP - Brasil	Bradescor
18	BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM	São Paulo – Brasil	BRAM
19	Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	Osasco – SP - Brasil	Rubi
20	Atlântica Companhia de Seguros	Rio de Janeiro – Brasil	Atlântica Seguros
21	Scopus Tecnologia Ltda.	São Paulo – Brasil	Scopus Tecnologia
22	União Participações Ltda.	Osasco – SP - Brasil	União
23	Banco Bankpar S.A.	Osasco - SP – Brasil	Banco Bankpar
24	Bradesplan Participações Ltda..	Osasco - SP – Brasil	Bradesplan
25	Banco Bradesco Cartões S.A.	Osasco - SP – Brasil	Bradesco Cartões
26	Tempo Serviços Ltda.	Uberlândia – MG – Brasil	Tempo Serviços
27	Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Osasco - SP – Brasil	Alvorada Cartões
28	Bradseg Participações S.A.	Osasco - SP – Brasil	Bradseg
29	Banco Bradescard S.A.	São Paulo – Brasil	Banco Bradescard
30	Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Rio de janeiro – Brasil	Ágora
31	Odontoprev S.A.	Barueri - SP – Brasil	Odontoprev
32	Banco BERJ S.A.	Rio de janeiro – Brasil	BERJ

Banco Bradesco S.A
Anexo 12.1

Certificação do CEO

Eu, Luiz Carlos Trabuco Cappi, certifico que:

1. Revisei este relatório anual apresentado em Formulário 20-F do Banco Bradesco S.A.;
2. Baseado em meu conhecimento, esse relatório anual não contém qualquer declaração falsa sobre fatos relevantes ou omite qualquer fato relevante que seja necessário para fazer com que as declarações feitas, à luz das circunstâncias segundo as quais tais declarações foram feitas, não sejam enganosas em relação ao período abrangido por esse relatório;
3. Baseado em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas nesse relatório anual, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia correspondentes aos períodos apresentados nesse relatório;
4. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, somos responsáveis pela implementação e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definidos nas regras 13a-15(e) e 15d-15(e)) do *Exchange Act*) e controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas (conforme definido nas regras 13a-15(f) e 15d-15(f) do *Exchange Act*) da Companhia e assim:
    a. criamos tais controles e procedimentos de divulgação ou fizemos com que esses controles e procedimentos fossem criados sob nossa supervisão visando assegurar que quaisquer informações relevantes relacionadas à Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, sejam levadas ao nosso conhecimento por outras pessoas dentro dessas entidades, especialmente durante o período de elaboração desse relatório;
    b. criamos tais controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas ou fizemos com que esses controles fosse criados sob nossa supervisão para proporcionar segurança razoável com relação à confiabilidade do reporte financeiro e à preparação das demonstrações financeiras para fins externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos;
    c. avaliamos a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação da Companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação no final do período coberto por este relatório com base nessa avaliação; e
    d. divulgamos neste relatório, quaisquer mudanças nos controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros que ocorreram durante o período coberto pelo relatório anual, que tenham afetado ou possam afetar materialmente, o controle interno da Companhia relacionados as demonstrações financeiras consolidadas; e
5. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas, aos auditores da Companhia e ao Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Companhia (ou pessoas exercendo função equivalente):
    a. todas as deficiências relevantes e fraquezas materiais no desenvolvimento ou no funcionamento dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas que possam afetar de maneira adversa a capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir e apresentar dados financeiros; e
    b. quaisquer fraudes, relevantes ou não, que envolvam a administração ou outros funcionários que desempenham papel importante nos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Data: 30 de abril de 2013.

/s/ Luiz Carlos Trabuco Cappi

Nome: Luiz Carlos Trabuco Cappi
Cargo: Diretor-Presidente

Banco Bradesco S.A

Anexo 12.2

Certificação do CFO

Eu, Julio de Siqueira Carvalho de Araujo, certifico que:

1. Revisei este relatório anual apresentado em Formulário 20-F do Banco Bradesco S.A.;

2. Baseado em meu conhecimento, esse relatório anual não contém qualquer declaração falsa sobre fatos relevantes ou omite qualquer fato relevante que seja necessário para fazer com que as declarações feitas, à luz das circunstâncias segundo as quais tais declarações foram feitas, não sejam enganosas em relação ao período abrangido por esse relatório;

3. Baseado em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas nesse relatório anual, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia correspondentes aos períodos apresentados nesse relatório;

4. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, somos responsáveis pela implementação e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definidos nas regras 13a-15(e) e 15d-15(e)) do *Exchange Act*) e controles internos sobre as demonstrações financeiras consolidadas (conforme definido nas regras 13a-15(f) e 15d-15(f) do *Exchange Act*) da Companhia e assim:

   a. criamos tais controles e procedimentos de divulgação ou fizemos com que esses controles e procedimentos fossem criados sob nossa supervisão visando assegurar que quaisquer informações relevantes relacionadas à Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, sejam levadas ao nosso conhecimento por outras pessoas dentro dessas entidades, especialmente durante o período de elaboração desse relatório;

   b. criamos tais controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas ou fizemos com que esses controles fosse criados sob nossa supervisão para proporcionar segurança razoável com relação à confiabilidade do reporte financeiro e à preparação das demonstrações financeiras para fins externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos;

   c. avaliamos a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação da Companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação no final do período coberto por este relatório com base nessa avaliação; e

   d. divulgamos neste relatório, quaisquer mudanças nos controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros que ocorreram durante o período coberto pelo relatório anual, que tenham afetado ou possam afetar materialmente, o controle interno da Companhia relacionados as demonstrações financeiras consolidadas; e

5. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas, aos auditores da Companhia e ao Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Companhia (ou pessoas exercendo função equivalente):

   a. todas as deficiências relevantes e fraquezas materiais no desenvolvimento ou no funcionamento dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas que possam afetar de maneira adversa a capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir e apresentar dados financeiros; e

   b. quaisquer fraudes, relevantes ou não, que envolvam a administração ou outros funcionários que desempenham papel importante nos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Data: 30 de abril de 2013.

/s/ Julio de Siqueira Carvalho de Araujo
Nome: Julio de Siqueira Carvalho de Araujo
Cargo: Diretor Financeiro

Banco Bradesco S.A

Anexo 13.1

Certificação do CEO
Conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002
(Subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18, Código dos Estados Unidos)

Conforme a seção 906 da Lei Sarbanes – Oxley de 2002 (Subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18, Código dos Estados Unidos), o diretor abaixo assinado do Banco Bradesco S.A. (a "Companhia") certifica por meio desta que, de acordo com seu conhecimento, o Relatório Anual da Companhia apresentado em Formulário 20-F para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o "Formulário 20-F", cumpre totalmente com as exigências da Seção 13(a) ou 15(d) da Lei do Mercado de Valores Mobiliários de 1934 e as informações contidas no Formulário 20-F apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Data: 30 de abril de 2013.

/s/ Luiz Carlos Trabuco Cappi
Nome: Luiz Carlos Trabuco Cappi
Cargo: Diretor-Presidente

Banco Bradesco S.A

Anexo 13.2

Certificação do CFO
Conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002
(Subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18, Código dos Estados Unidos)

Conforme a seção 906 da Lei Sarbanes – Oxley de 2002 (Subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18, Código dos Estados Unidos), o diretor abaixo assinado do Banco Bradesco S.A. (a "Companhia") certifica por meio desta que, de acordo com seu conhecimento, o Relatório Anual da Companhia apresentado em Formulário 20-F para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o "Formulário 20-F", cumpre totalmente com as exigências da Seção 13(a) ou 15(d) da Lei do Mercado de Valores Mobiliários de 1934 e as informações contidas no Formulário 20-F apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Data: 30 de abril de 2013.

/s/ Julio de Siqueira Carvalho de Araujo
Nome: Julio de Siqueira Carvalho de Araujo
Cargo: Diretor Financeiro